

# THESIS

REVISTA DA ANPARQ

# 04



Os direitos de publicação desta revista são da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ.  
Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

*Projeto gráfico, diagramação e capa*  
NONE Design Gráfico Ltda. | Romero Pereira

*Imagem da capa*  
André Tavares  
(Apresentação no Canadian Center of Architecture, *Did you say architectural books?*, Junho, 2011)

### **ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2015/2016**

#### **Presidente**

Carlos Eduardo Comas (UFRGS)

#### **Secretária executiva**

Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS)

#### **Tesoureira**

Marta Peixoto (UNIRITTER)

#### **Diretores**

Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)

Angela Gordilho (UFBA)

Eduardo Pierrotti Rossetti (UnB)

#### **Conselho Fiscal**

Angélica T. Benatti Alvim (UnB)

Maria de Lourdes Zuquim (USP)

Francisco Costa (UFPB)

Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

Thésis, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br].

O endereço eletrônico para contato é [thesis.anparq.org.br](http://thesis.anparq.org.br)

Copyright - 2016 ANPARQ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Revista Thésis / vol.2, n.4 (2017) – Rio de Janeiro: Associação  
Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo [ANPARQ], 2017.

v.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

---

## Corpo editorial

### Comissão editorial

A comissão editorial da revista *Thésis* é composta pelos docentes e pesquisadores:

**Luiz Amorim** (MDU-UFPE), **Marcio Cotrim** (PPGAU-UFPB), **Rachel Coutinho** (PROURB-UFRJ) e **Xico Costa** (PPGAU-UFPB).

### Conselho editorial

**Akemi Ino** | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil  
**Ana Carolina Bierrenbach** | Universidade Federal da Bahia | Brasil  
**Ana Luiza Nobre** | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil  
**Ana Rita Sá Carneiro** | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil  
**Anália Amorim** | Universidade de São Paulo | Brasil  
**Angélica Benatti Alvim** | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil  
**Anthony Vidler** | Brown University | Estados Unidos da América  
**Carlos Eduardo Dias Comas** | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil  
**Carlos Martins** | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil  
**Cristiane Rose Duarte** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil  
**Eneida Maria Souza Mendonça** | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil  
**Fernando Alvarez Prozorovich** | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha  
**Frederico de Holanda** | Universidade de Brasília | Brasil  
**Gabriela Celani** | Universidade Estadual de Campinas | Brasil  
**Gustavo Rocha Peixoto** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil  
**Jorge Moscato** | Universidad de Buenos Aires | Argentina  
**Maisa Veloso** | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil  
**Maria Cristina Cabral** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil  
**Nelci Tinem** | Universidade Federal da Paraíba | Brasil  
**Renato Saboya** | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil  
**Sophia Psarra** | University College London | Reino Unido  
**Teresa Heitor** | Instituto Superior Técnico | Portugal  
**Yasser Elsheshtawy** | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

# THESIS

## Sumário

### **Editorial 04** 07

*Luiz Amorim, Marcio Cotrim, Rachel Coutinho e Xico Costa*

### **Texto especial**

#### **Flávio Lichtenfels Motta** 14

*Hugo Segawa*

### **Ensaaios**

#### **Uma universidade e dois modelos: a representação linear e em malha para o campus da Universidade Estadual de Maringá** 24

*Renan Augusto Avanci, Fabíola Castelo de S. Cordovil*

#### **O lugar do espaço público de propriedade privada na cidade contemporânea** 45

*Fábio Bortoli*

#### **“Rio Cidade Olímpica” e a construção de uma (nova) imagem para a Zona Portuária do Rio de Janeiro** 63

*Ana Beatriz da Rocha, Paulo Reis*

#### **Construções Normativas e Morfologia Urbana nas paisagens público-privadas: o Cais Mauá em Porto Alegre e o Porto Maravilha no Rio de Janeiro** 85

*Marlise S. de Aguiar, Jaqueline Custódio*

<b>Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico</b>	102
<i>Monique F. Borin</i>	
<b>Planejamento urbano para a adaptação de cidades frente à mudança climática – Uma análise sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo</b>	118
<i>Camila Apollaro, Angélica Benatti Alvim</i>	
<b>A revisão da lei de parcelamento do solo urbano e seu diálogo com a questão ambiental</b>	138
<i>Ramon Gomes, Gabriel Rego, Alice Lima, Nahara Cavalcante</i>	
<b>Teresina, Piauí: Da paisagem verde aos dias de hoje</b>	160
<i>Maísa Veloso Rio Lima, Gilda Collet Bruna</i>	
<b>Tropical Hotel de Manaus (1963) de Sérgio Bernardes: Turismo, modernidade e invenção</b>	182
<i>Ricardo Alexandre Paiva, Paula Vale de Paula</i>	
<b>Observações sobre as relações da Garagem de Barcos de Vilanova Artigas com o lugar</b>	203
<i>Fernando Guillermo Vázquez Ramos</i>	
<b>Transformações no esquema base/pilotis/mirante: narrativas sobre casas contemporâneas brasileiras</b>	221
<i>Ana Elísia da Costa, Marcio Cotrim, Célia Castro Gonsales</i>	
<b>Entornos Híbridos: Espaços Urbanos e Virtuais</b>	246
<i>Marina Lima Medeiros</i>	
<b>O corpo e a cidade: aproximações e subjetividades</b>	259
<i>Débora S. Allemand, Eduardo Rocha</i>	
<b>Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano em intervensões arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália</b>	277
<i>Betânia Brendle</i>	

## **Arquivo**

**Cidades Antigas Edilícia Nova** 309

*Roberto Pane*

## **Recensão**

**Sobre a arte de construir livros e significados  
(ou do ponto de vista do português)** 332

*Diego Beja Inglez de Souza*

## **Passagens**

**Passagem 005** 343  
**Planos ou inventar imagens da cidade**

*Eduardo Rocha*

# THÉSIS Editorial

*Luiz Amorim, Marcio Cotrim, Rachel Coutinho e Xico Costa*

## **Ciclo 0-4: Concepção, criação, divulgação e consolidação (ou da Thésis à antithésis)**

**S**em que houvesse consciência, o título do editorial da edição número 1 faz referência a ideia de ciclo — *Da hipóthesis à Thésis*, ou seja, da concepção sobre como deveria e qual o papel do periódico de uma associação como a ANPARQ até a *Thésis 4* que, orgulhosamente, entregamos agora aos leitores. Os quatro números são resultado de um profícuo processo de criação, divulgação e consolidação. Este é o último número sob nossa batuta. Trata-se, portanto, do encerramento de uma etapa inicial, que pretendeu ser coletivo em todas as instâncias da Associação e atender à diversidade e especificidade da nossa área.

### **DO NÚMERO 4**

Este **número 4** oferece como porta de entrada uma oportuna homenagem ao professor Flávio Motta, personagem basilar da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e um dos fundadores do seu Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. A pena de **Hugo Segawa** contextualiza sua presença, rememora passagens e reafirma seu papel na construção da instituição. Submetido para a seção **Ensaio**, os editores ecoam a homenagem feita pelo autor do artigo, destacando-o como **Texto Especial**.

A referida seção reúne artigos submetidos diretamente à *Thésis* e contribuições selecionadas conjuntamente com a Comissão Científica do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IV ENANPARQ), realizado em Porto Alegre, entre os dias 25 a 29 de julho de 2016. As contribuições oferecem um quadro abrangente das investigações em curso no campo da arquitetura e do urbanismo. A cidade, porém, aparece como o objeto de interesse do maior número delas. Um conjunto dis-

cute princípios ordenadores da forma urbana, sejam eles definidos por normas ou associados à tradições urbanísticas recentes. Outro revela preocupações com as questões paisagísticas e ambientais, tema que vêm provocando intensas discussões em diversas áreas do conhecimento.

Considerando que, como parte das políticas neoliberais vigentes a partir da década de 1990, a cultura tem servido no processos de regeneração urbana, **Ana Beatriz da Rocha** e Paulo Reis discutem como os políticos e investidores vêm adotando amplamente o discurso de como a transformação de áreas degradadas e a criação de novas identidades para as cidades impulsionam um novo ciclo de investimentos. Tomam a Zona Portuária do Rio de Janeiro como estudo de caso. Em diálogo com o artigo anterior, **Marlise Sanchotene de Aguiar** e **Jacqueline Custódio** analisam morfologicamente o Projeto Porto Maravilha (Rio de Janeiro) e o Complexo Cais Mauá (Porto Alegre), ambos espaços emblemáticos no contexto histórico brasileiro que estão sendo alvos de intervenções motivadas pela organização de megaeventos. Segundo as autoras, desde o caso de Barcelona, as operações urbanas vinculadas a realização de megaeventos nas áreas centrais de grandes cidades têm se traduzido em padrões morfológicos.

Dois outros artigos exploram a formação histórica das cidades e as diversas fontes que permitem sua leitura ao longo dos tempos. **Monique Feliz Borin** está interessada na utilização de fontes históricas primárias ainda não devidamente exploradas extensivamente em estudos urbanos, trazendo-as como recurso metodológico. Constrói seu argumento a partir de estudo de caso acerca dos bairros centrais da cidade de São Paulo e do papel da iniciativa privada e dos cidadãos na promoção de processos de urbanização. Utiliza, como fontes históricas relevantes, o acervo do Arquivo Histórico de São Paulo, com interesse maior na série Obras Particulares, e os Autos Crime do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo. Sugere que o cruzamento das informações contidas nos respectivos acervos fornece outro olhar acerca das ações de urbanização, em particular, “sobre o papel do cotidiano na formação das cidades”. **Maísa Veloso Rio Lima** e **Gilda Collet Bruna**, por outro lado, ressaltam o papel do estado como o principal agente impulsionador da expansão urbana de Teresina, particularmente por meio de políticas habitacionais e de planos urbanísticos. As autoras desenvolvem uma análise diacrônica com o intuito de demonstrar a ação dos agentes públicos em diversos momentos históricos da sua formação.

A questão ambiental é tema dos artigos de **Ramon Gomes, Alice Lima e Nahara Cavalcante** e de **Camila Apollaro e Angélica Benatti Alvim**. O primeiro debruça-se sobre o Projeto de Lei 3.057/00, que estabelece revisões na Lei 6.766/79, e regulamenta o “parcelamento do solo urbano e avança em questões como a função social da cidade, a sustentabilidade e a regularização fundiária”. Seu interesse está em destacar seus efeitos em diversos espectros da questão ambiental, da biodiversidade aos conjuntos urbanos tombados situados em áreas litorâneas. O segundo observa o mesmo problema, mas em uma escala municipal. Seu objeto é o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, a Lei 16.050/14, e sua discussão reside na “adaptação e ampliação da resiliência urbana frente à mudança climática”.

Outras três contribuições contemplam o objeto arquitetônico: duas delas são dedicadas à concepções emblemáticas dos arquitetos Sérgio Bernardes e João Batista Vilanova Artigas, e a terceira é uma digressão sobre as transformações do esquema base/pilotis/mirante oferecidas pela arquitetura contemporânea. **Fernando Guillermo Vázquez Ramos** é autor de reflexão analítica acerca da Garagem de Barcos do Santapaula Iateclub, uma das obras mais citadas de Artigas e Cascaldi, mas que talvez ainda não tenha sido objeto de apreciação crítica minuciosa, como a oferecida pelo autor. **Ricardo Alexandre Paiva e Paula Vale de Paula** debruçam-se sobre a primeira versão do projeto para o Tropical Hotel de Manaus (1963), como idealizado por Bernardes, contextualizando-o nos planos e ações de integração econômica da Amazônia, neste caso, por meio da atividade turística. **Ana Elísia da Costa, Marcio Cotrim e Célia Castro Gonsales** analisam comparativamente duas casas contemporâneas construídas em São Paulo: a Casa Carapicuíba (2003-2008), dos arquitetos Ângelo Bucci e Alvaro Puntoni, e a Casa São Bento do Sapucaí (2011), do Una Arquitetos. A partir da identificação de uma esquema tripartido comum à ambas – base/pilotis/prisma-mirante – os autores analisam procedimentos à luz das transformações sofridas pela noção de tipo na arquitetura moderna, em especial, como a associação de um tipo específico ao projeto, como ação inicial, é seguida de uma série de operações que o preservam ou transformam, por meio de deformações e/ou sobreposições de fragmentos de outros tipos.

A seção **Ensaio** é encerrada com duas contribuições sobre corpo, experiência e cidade. *O corpo e a cidade: aproximações e subjetividades* é o título do artigo de autoria de **Débora Souto Allemand e Eduardo**

**Rocha** que tomam a tese da cidade como espaço de subjetivação, principalmente por meio da vivência nos distintos espaços públicos que a fazem. Argumentam, fundamentados na leitura crítica de filósofos pós-estruturalistas, como Bondía, Deleuze e Guattari, que “as cidades são importantes espaços de subjetivação e devem ser pensadas como tal – espaços de liberdade, de criação, de arte, comandadas pelas pessoas, ao invés de pelo mercado imobiliário. E, para produzir espaços de liberdade, é preciso que as cidades sejam pensadas por diversas áreas do conhecimento, de forma cada vez mais democrática, para que todos tenham o direito à cidade, cada qual à sua maneira, diversas cidades em uma.”

A experiência corpórea também é do interesse de **Marina Lima Medeiros**, porém são o ciberespaço e os aparelhos portáteis que permitem seu acesso permanente que conduzem suas reflexões. A autora discorre acerca da sobreposição do espaço e tempo reais e aqueles presentes nas redes de informação e comunicação no momento da vivência da cidade. Incorpora, também, temas relevantes, como as noções de espaço público na cidade e no ciberespaço.

*Città antiche edilizia nuova* | *Cidades antigas edilícia nova*, de **Roberto Pane**, é o artigo que compõe a seção **Arquivo**, segundo tradução criteriosa e precisa de **Nivaldo Andrade Júnior**. Considerado como documento fundamental para os estudos acerca da preservação de bens patrimoniais, tem origem em comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Urbanismo, realizado em Turim, em 1956, tendo sido publicada em seus anais (1957) e, posteriormente, em livro homônimo (1959). Segundo Nivaldo Andrade Júnior, o texto é uma resposta a Cesare Brandi, que entendia haver uma incompatibilidade entre a arquitetura moderna e o sítio urbano histórico, como pode ser visto em *Processo all'architettura moderna*, artigo de sua autoria publicado na revista *L'architettura cronache e storia*, em setembro de 1956 - um mês antes do Congresso de Turim. Em *Città antiche edilizia nuova*, Pane defende “o valor coletivo da estratificação histórica [...] dos nossos centros antigos”, entendendo que há lugar para arquitetura de outros tempos – os novos e os que hão de vir, na cidade histórica.

Trata-se do primeiro texto de Roberto Pane a ser traduzido para a língua portuguesa, 30 anos após a sua morte. É uma oportuna homenagem que a Revista *Thésis* faz a um dos mais importantes pensadores do campo da preservação, no momento em que a discussão acerca do patrimônio nacional e, notadamente, dos sítios históricos se faz necessária e urgente.

**Diego Beja** nos brinda com a resenha de *Uma anatomia do livro de arquitetura*, de autoria do arquiteto **André Tavares**, uma coedição da Editora Dafne e do *Canadian Centre for Architecture*, com versão inglesa (*The anatomy of the architectural book*) pela *Lars Muller Publishers*. Agraciado com o Prêmio Publicações da *X Bienal Iberoamericana de Arquitectura* e finalista dos Prêmios FAD Pensamento & Crítica 2017, o livro é uma brilhante incursão nos meandros da produção editorial de arquitetura, mas, muito mais do que isto, é uma inteligente reflexão sobre a associação de diversos campos de saber que encontram-se impregnados na produção arquitetônica e editorial.

A escolha de *Uma anatomia do livro de arquitetura* para compor a **Recensão** foi uma decisão editorial calcada no pleno reconhecimento da sua qualidade como peça intelectual e gráfica e pela convicção de que estimulará pesquisadores e editores a levarem o exercício editorial nacional para o patamar que todos almejamos. Cumpre-se, assim, o papel da ANPARQ, por meio da sua revista, de fomentar a qualificação da produção da área.

Encerrando a edição, na **Passagem 5** Eduardo Rocha apresenta o ensaio **Planos ou inventar imagens da cidade**, no qual, a partir do conceito de planos da obra de Gilles Deleuze "A Imagem-tempo: cinema 2" (2005), agencia encontros realizados em textos, viagens e imagens, passando por diversas cidades.

## DE TODAS

Seguindo a práxis de construção coletiva, sempre praticada na ANPARQ, o projeto editorial da *Thésis* – entendido em toda a sua completude, das editorias ao projeto gráfico, foi discutido amplamente nos seus fóruns coletivos, tendo recebido considerações e recomendações que, na medida do possível, foram incorporadas e vieram a constituir o que a Revista *Thésis* é: um periódico científico, destinado a receber as contribuições do conjunto de pesquisadores dedicados ao campo da arquitetura e urbanismo, em todas as suas abordagens e perspectivas. A escolha pelo *Open Journal System* veio a atender aos pressupostos assinalados pela associação — o livre acesso à produção científica.

Seus dois primeiros números seguiram precisamente as intenções coletivas e os planos do Comitê Editorial. As quatro seções receberam seus formatos próprios, como agora amplamente conhecidas e reconhecidas. A *Thésis 3* inaugurou uma nova fase: a revista tor-

nou-se bilíngue, com a introdução de versão em língua inglesa da seção **Ensaio**. Interessava-nos levar a produção científica nacional para horizontes além da lusofonia. Pavimentou-se, desta forma, um caminho circular que promove traduções e leituras cruzadas, entendidas como exercícios intelectuais. O acompanhamento da origem e do número de acessos aos artigos publicados em língua inglesa revelará se a decisão editorial foi acertada.

Em conjunto, os quatro primeiros números reuniram contribuições de doutores, mestres e bacharéis, doutorandos, mestrandos e acadêmicos de curso de arquitetura e urbanismo, além de profissionais de outras áreas. Os autores estão associados às unidades de ensino de graduação e pós-graduação, mas também às instituições públicas municipais, estaduais e federais, e às empresas privadas, localizadas em todas as regiões do país. Os artigos têm origem em investigações científicas desenvolvidas com o apoio de órgãos de fomento estaduais e federais, em teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pesquisas de iniciação científica.

Este quadro sintético<sup>1</sup> não quer demonstrar que a *Thésis* seja um periódico nacional e diverso, pois já nasceu assim. Pretende ressaltar que são desenvolvidos estudos de qualidade, como assim consideraram o seu corpo editorial e conjunto de revisores *ad hoc*, em todas as regiões do país, nas mais diversas unidades de produção científica e por profissionais e estudantes de diversas titulações. Revela, por si só, um panorama que deve ser analisado com mais vagar para dar suporte às políticas de atuação na associação junto aos órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

## DAS PRÓXIMAS

O Comitê Editorial fundador da *Thésis* e responsável por suas quatro primeiras edições encerra agora as suas atividades e as transfere para Ana Carolina Pellegrini, Carlos Martins, Fernando Guilherme Vazques, Juliano Vasconcelos e Sylvia Ficher. Estamos certos de que conduzirão a revista da ANPARQ com grande dedicação, segundo os princípios que norteiam as práticas coletivas, ricas à nossa Associação. Desejamos um pleno sucesso aos nossos colegas.

Como indicado no início deste editorial, *Da hipótese à Thésis*, título dado por nós ao primeiro editorial desta revista, sintetiza a geminação de uma ideia e sua consequente maturação e realização. Neste editorial incluímos uma segunda opção de título, deixada entre

<sup>1</sup> O maior número de contribuições para as seções Artigo e Recensão são de autoria de docentes, pesquisadores, mestrandos e doutorandos associados aos programas de pós-graduação em Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura, Tecnologia e Cidades; Arquitetura, Urbanismo e Artes Visuais; Arquitetura, Urbanismo e Design; Desenvolvimento Urbano; Engenharia Civil, Engenharia Urbana e Urbanismo, sediados nas universidades federais da Bahia, Paraíba, de Minas Gerais, Pelotas, Pernambuco, São Carlos, do Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul; da Universidade de Brasília. E nas universidades estaduais de Campinas, Marília, São Paulo, do Rio de Janeiro, nas universidades Mackenzie, Ritter dos Reis e São Judas Tadeu.

Artigos e recensões são de autoria de docentes e acadêmicos que atuam exclusivamente nos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo das universidades federais de Alagoas, Pelotas, Sergipe, São João del Rey, Uberlândia, do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Ouro Preto, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro; da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; como também da Universidade Estadual de Londrina, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, das faculdades Instituto de Educação Superior da Paraíba, Presidente Antônio Carlos e Santa Maria, e das universidades ABC, Ibirapuera, Positivo e Ritter dos Reis. Autores também atuam nos cursos de engenharia civil (URGS), design (ESDI – UERJ) e propaganda e marketing (ESPM-Rio).

parênteses, *Da Thésis à antithesis*, para anunciar que toda e qualquer thésis precisa ser contestada permanentemente, principalmente no que tange aos seus princípios estruturadores, para ganhar reconhecimento e vida longa. É exatamente este olhar que nós, os editores, aguardamos, para que a *Thésis* consiga atingir os patamares imaginados pelos nossos pares.

Não podemos deixar de, antes de concluirmos nosso trabalho, ressaltar o papel fundamental desempenhado por Gleice Elali, Angélica Alvim e Carlos Eduardo Comas, respectivos presidentes da ANPARQ, durante nossa atividade editorial. Suas conduções firmes e o suporte permanente foram essenciais. Sem eles a *Thésis* ainda seria uma *hipothésis*. Agradecemos ao Conselho Editorial que exerceu seu papel, de conselheiro, nas decisões mais difíceis nos momentos mais complexos. A Romero Pereira, do estúdio NONE Design Gráfico pela constante disposição em discutir seu projeto gráfico e adequá-lo, quando necessário e possível, às demandas editoriais. A Fábio Laba, pela difícil tarefa de resolver tecnicamente os problemas gráficos criados por nós e nossa insistente vontade de esconder as interfaces pouco atrativas oferecidas pelo *Open Journal System*. E finalmente a Isabelle Pessoa pelo apoio na organização das submissões e no trato com autores e pareceristas.

Também gostaríamos de agradecer a todos os autores que confiaram neste jovem periódico científico para divulgar seus trabalhos e por compreenderem que é pela contínua submissão de contribuições de alta relevância que o consolidaremos. Finalmente, agradecemos aos associados da ANPARQ que, em nossas assembleias, seminários e encontros, ofereceram, generosamente, suas críticas, sugestões e suporte.

# THÉSIS

## **Texto Especial**

---

SEGAWA, Hugo. Flávio Lichtenfels Motta.  
*Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 24-44, nov./  
dez. 2017

---

data de submissão: 11/01/2017  
data de aceite: 22/11/2017

## Flávio Lichtenfels Motta

Hugo Segawa

**Hugo Segawa** é Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo;  
Professor da FAU USP; segawahg@usp.br

### Resumo

O Professor Flávio Motta (1923-2016) foi um dos fundadores do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Seu falecimento em julho de 2016 ensejou uma memória introdutória sobre sua importância na formação de gerações de arquitetos da FAU USP, a partir do depoimento de um ex-aluno que tomou caminho na área da História da Arquitetura.

**Palavras-chave:** Ensino e pesquisa – História da Arquitetura e Arte, Flávio Lichtenfels Motta, História da Arquitetura – FAU USP.

### Abstract

*Professor Flávio Motta (1923-2016) was one of the founders of the Department of History of Architecture and Aesthetics of Project of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo. His passing in July 2016 and the silence of academia motivated this introductory essay of his role in the formation of generations of architects of FAU USP, from the testimony of a former student who took the path in the field of History of Architecture.*

**Keywords:** guidelines, submission, paper, model.

### Resumen

*Profesor Flávio Motta (1923-2016) fue uno de los fundadores del Departamento de Historia de la Arquitectura y Estética del Proyecto de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo. Su pasamiento en julio de 2016 y el relativo silencio de la academia he sugerido este ensayo introductorio de su importancia en la formación de generaciones de arquitectos de la FAU USP, por el testimonio de un ex alumno que tomó el camino en el campo de la Historia de la Arquitectura.*

**Palabras-clave:** Enseñanza e investigación – Historia de la Arquitectura y Arte, Flávio Lichtenfels Motta, Historia de la Arquitectura – FAU USP.

“— Meu nome é Flávio. E o seu?”

“— Meu nome é Roberto.”

Essas foram as primeiras palavras ao microfone em uma palestra no lotado auditório da FAU USP em algum momento no início dos anos 1980. Talvez poucos ali conhecessem ‘Flávio’. Todos vieram ver e ouvir Roberto Burle Marx. Só poderia haver essa abertura informal não fosse a longa camaradagem entre as duas figuras. Naquela altura, nem os estudantes da graduação da FAU reconheceriam o despojado mestre de cerimônias: Flávio Motta, professor, crítico e historiador da arte e da arquitetura, artista plástico, e talvez outras personificações para alunos, companheiros de ensino e das artes.

Creio que essa maneira de ser apenas ‘Flávio’ é uma razão pela qual, a partir da segunda metade dos anos 1980, o Professor Flávio Motta apagou-se. Mas não sumiu. Ele permaneceu no imaginário de muitos ex-alunos, ex-funcionários e colegas. Desapareceu com seu falecimento em 8 de julho de 2016, aos 92 anos de idade. Sua invisibilidade pública nos últimos trinta anos resultou em algumas poucas notícias, um obituário burocrático, um esquecimento melancólico.

Se tivesse que apresentá-lo a um público que não o conheceu, diria: “na FAU USP, tanto quanto Vilanova Artigas significa para Projeto, Flávio Motta significa para a História da Arquitetura e Estética do Projeto”.<sup>1</sup> A FAU USP é o que é (com todas suas contradições) pelo seu lado visível — João Batista Vilanova Artigas — e seu lado invisível: Flávio Lichtenfels Motta.

<sup>1</sup> A presença de Saul Steinberg (1914-1999) no Brasil em 1952 foi registrada por Flávio Motta em artigo: MOTTA, Flávio. Steinberg no Brasil. *Habitat*, São Paulo, n. 9, 1952, p. 17.

Não há reunião de reencontro de colegas em que não seja lembrado. A nossa turma foi a última que teve aula com ele na graduação em 1975, na disciplina de História da Arte do 1º semestre do curso. Não o vimos mais na escola no ano seguinte. Dizia-se que ele teve que ser afastado por problemas de saúde (asseguro que os ingressantes de 1975 não tivemos nenhuma responsabilidade por essa licença médica...). Sabe-se que Flávio Motta esteve como professor convidado do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará em 1976. O Prof. Neudson Braga comentou-me, em 2008, que sua passagem por Fortaleza foi difícil, precisamente pelos problemas de saúde que o afastaram da regularidade das salas de aula, do ensino da graduação.

A maioria de seus ex-alunos se recorda da sua aula sobre o quadro “As Meninas” de Velázquez. A nossa turma lembra-se do episódio do sapoti, em especial.

Qual é a relação entre a fruta e a pintura do espanhol? Perguntem a qualquer aluno da turma de 1975. As atitudes e comportamentos daquele professor de cabelo desgrenhado, rosto anguloso, de blazer e usualmente com cachecol, fascinava os estudantes com seus insights, olhares, gestos, sua maneira de ser. Ele é um professor inesquecível para muitas turmas da FAU. Teria sido, ou virou uma persona?

Ademais de sua presença pessoal, ele ainda estava na ordem do dia com os *Caminhos do Jaraguá* em 1974, com Marcelo Nitsche, intervenção nos pilares do Elevado Costa e Silva (hoje Elevado João Goulart) sobre a Avenida São João. Nas palavras do próprio Motta:

Uma sucessão de painéis, onde predominam formas geométricas, seguindo um ritmo, uma verdadeira história para aqueles que viajam de ônibus e demandam a Zona Oeste, a Lapa, Freguesia do Ó e adjacências. Pensamos em pintar espaços que não existem; pensamos em converter parte da cidade numa sequência organizada, quase cinematográfica. [...], O espaço por baixo do "Minhocão" é por demais deprimente para não permitir esse gênero de sonho. (MOTTA, 1974)

Estamos falando de 1975. A apostilaria da FAU vendia duas publicações suas: *Textos Informes*, e um opúsculo de 96 páginas, sem título, com desenhos assinados 'FLM'. A autoria por extenso dessa intrigante publicação aparece apenas na antepenúltima página. Uma obra de experimentação impressa com a cumplicidade do João Pereira, o 'Joãozinho' da recém-criada gráfica, iniciativa do primeiro diretor ex-aluno da escola, Prof. Nestor Goulart Reis. (Vale recordar que o hoje batizado Edifício Vilanova Artigas, na Cidade Universitária, foi inaugurado em 1969). Esse espaço se tornou o berço de diversos artistas gráficos que se criaram no ambiente plural da FAU. Muitos desenhos de FLM, associáveis ao diálogo que ele teve com Saul Steinberg,<sup>2</sup> estavam disponíveis em impressos mambembes (do ponto de vista hodierno) na biblioteca da escola.

<sup>2</sup> Respectivamente: *Acrópole*, São Paulo, n. 343, p. 17-18, set. 1967; *Acrópole*, São Paulo, n. 372, p. 25-26, abr. 1970.

*Textos Informes* (MOTTA, 1973) era uma apostila de 70 páginas, que registra no crédito Zilah Carneiro Teixeira na "coordenação da edição." Dona Zilah era secretária na FAU. Depois de aposentada continuou a datilografar para professores, na então impecável máquina de escrever elétrica IBM, "paleografava" os manuscritos do Prof. Carlos Lemos e atendia jovens escribas como eu. Não conheço uma primeira edição dessa publicação, que reuniu os elegantes e diretos escritos de FLM. Alguns textos traziam títulos lacônicos: "Nelson Leirner"; "Carlos Leão"; "Sergio Ferro".

Os ensaios "Paulo Mendes da Rocha" e "Arquitetura brasileira na Expo-70" (originalmente publicadas na

revista *Acrópole*<sup>3</sup>) foram as portas de acesso ao pensamento desse arquiteto que pairava na escola como professor recém-afastado, junto com Artigas e Jon Maitrejean, vítimas dos tentáculos da ditadura militar na USP. Considero o primeiro texto o melhor olhar sobre Mendes da Rocha escrito até hoje. Fez-nos procurá-lo em seu escritório. Gentilmente, sugeriu aos estudantes três casas para visitar: a sua própria, no Butantã, a de Marcelo Nitsche,<sup>4</sup> no mesmo bairro, e a de Lígia Carneiro,<sup>5</sup> na região de Interlagos. Obras que, para alunos do 1º ano do curso, foram absolutamente impactantes.

FLM não foi um autor de textos de fôlego. A biblioteca da FAU USP registra poucos trabalhos seus, publicados ou disseminados de forma quase subterrânea, bem distante do que hoje seria o “academicamente correto.” É preciso alguém mais desenvolvido que a gentil Dona Zilah para coordenar a reunião de seus escritos.

Resistem em poucos e puídos exemplares na biblioteca da FAU a dissertação *Contribuições ao Estudo do “Art Nouveau” no Brasil* (MOTTA, 1957), apresentada para o concurso à cadeira de História da Arte e Estética da FAU USP. Rever esse trabalho hoje (2016) permite-me entender como esse escrito de 1957 impressionou um jovem aspirante a pesquisador que o leu cerca de vinte anos depois de publicado, em uma época em que a ambição de qualquer estudante da FAU era ser planejador urbano, profissional liberal com seu próprio ateliê. Desde uma disciplina optativa oferecida pela Professora Aracy Amaral, que versava sobre pesquisa em arte e arquitetura, que cursei no 2º ano, abria-se a perspectiva da pesquisa como rumo na multiplicidade de caminhos dentro da escola, e com a professora que foi o par de FLM nas aulas do 1º ano.

Era uma circunstância específica do ambiente cultural da FAU. Naqueles anos, estagiei com Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, que elaboravam o “Programa Toledo/Lemos de Preservação de Bens Culturais Arquitetônicos da Cidade de São Paulo.” Foi um projeto que identificou um conjunto de edifícios para preservação, não pelo tombamento, mas como “zonas especiais de interesse cultural” dentro do plano de zoneamento da cidade de São Paulo que então se desenvolvia.<sup>6</sup> A quase

<sup>3</sup> As fotos dessa visita encontram-se depositados na Biblioteca da FAU USP, dentro do projeto Arquigrafia: <http://www.arquigrafia.org.br>

<sup>4</sup> Na época, em construção. Não há referência posterior se essa obra foi concluída.

<sup>5</sup> Esse programa foi contextualizado em: ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012, p. 70-96 (orientação Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins).

<sup>6</sup> A edição do texto da revista, realizada por Ruth Verde Zein, difere em vários pontos daquele publicado em livro. Em alguns casos, se complementam.

totalidade dos bens arrolados provinha da percepção de se salvaguardar construções enquadráveis como do ecletismo. No artigo “São Paulo e o Art Nouveau,” publicado na revista *Habitat* em 1953, FLM alertava:

Partimos da ideia que seria útil apenas chamar a atenção sobre o problema, uma vez que historiógrafos insistem em desdobrar a história da arte brasileira, exclusivamente na pauta do barroco. A tal ponto chegou esse desvio que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional está, hoje em dia [1953], transformada em órgão especializado na preservação e estudo dos monumentos barroco-coloniais. Em São Paulo, como restam apenas poucos exemplares de arquiteturas dos séculos XVI, XVII e XVIII, a Diretoria tornou-se, por consequência, um órgão de ação restrita. Todavia — apesar das inúmeras dificuldades de ordem material e de ordem administrativa — não se justifica o descuido e o desinteresse na apreciação de monumentos em outros estilos, que influíram sensivelmente na formação artística do país. (MOTTA, 1953)

O que hoje parece óbvio, não o era em 1953, e em meados da década de 1970, tampouco. Foi um indício para rumos a seguir.

O que a dissertação de FLM chamou a atenção do então estudante era a maneira como construía um conciso e rigoroso panorama do Art Nouveau a partir do manejo e interpretação de referências bibliográficas internacionais; e, principalmente, como estabeleceu uma dialética desse panorama com o Brasil e suas manifestações. Foi pioneiro introduzindo a interpretação da semente de uma modernidade nas obras de Eliseu Visconti e Victor Dubugras. São desdobramentos dessa interpretação a tese de livre-docência de Benedito Lima de Toledo (1985), *Victor Dubugras e as atitudes de inovação em seu tempo*, defendida em 1985, e o livro *Racionalismo e Protomodernismo na obra de Victor Dubugras*, de Nestor Goulart Reis (1997).

A segunda metade dos anos 1970 caracterizou-se por uma revisão dos cânones historiográficos de viés moderno-ortodoxo: Arthur Drexler, o poderoso curador do Departamento de Arquitetura e Design do Museu de Arte Moderna de Nova York de 1951 a 1985, reabilitou na exposição *Architecture of the École des Beaux Arts* em 1975, no templo da modernidade ocidental que era o MoMA, preceitos e atitudes que a arquitetura moderna havia banido. (DREXLER, 1977) Era possível ler na

biblioteca da FAU a coleção da revista britânica *Architectural Design*, como as edições especiais London 1900 (1978) e The Beaux-Arts (1978), na qual se lia artigos como "Learning the wrong lessons from the Beaux-Arts" de Denise Scott-Brown, "The writing on the wall", de Anthony Vidler, "The Beaux-Arts Plan", de Alan Colquhoun ou "Le Systeme des Beaux-Arts" de David Van Zanten. *Architectural Design* foi um dos nascedouros do pós-moderno na arquitetura.

FLM nada tinha a ver com essa efervescência internacional. Mas a conjunção desses fatores resultou no meu TGI (Trabalho de Graduação Interdisciplinar, nome que se dava na FAU USP ao atual TFG – Trabalho Final de Graduação) concluído em 1979. Esse TGI se tornou no ano 2000 o livro *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX* (SEGAWA, 2000). Os seus textos sobre Art Nouveau foram premonitórios acerca da valorização do ecletismo no Brasil no último quartel do século XX, e combustível na cabecinha de um aprendiz de pesquisador aos 23 anos.

Nunca fui próximo a FLM. Não o visitei em sua casa na rua Bartira, como muitos privilegiadamente o fizeram, e guardam recordações extraordinárias dessa verdadeira experiência. Fui apenas seu aluno; e como aluno, devo reconhecer que ele foi um professor importantíssimo.

Todavia, guardo um episódio inesquecível com ele. Em 1983 a editora Nobel publicou de FLM o livro *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem* (MOTTA, 1983), um clássico da História do Paisagismo do Brasil. Eu tinha contato com a dona e editora, Carla Milano, também uma ex-aluna de FLM, que apreciou muito uma comunicação que eu havia apresentado no Congresso do Barroco no Brasil em Ouro Preto, em 1981. Sei que Carla apresentou FLM com uma separata da comunicação, "Os jardins públicos coloniais e o Passeio Público do Rio de Janeiro" (SEGAWA, 1996), pelo interesse comum no tema paisagem e paisagismo. Um dia qualquer, quando frequentava a Vila Penteado (sede da pós-graduação da FAU USP) como estudante do mestrado, FLM, em uma das suas "aparições", não me recordo bem como, reconheceu-me como o autor daquela separata. Naquela gestualidade que lhe era peculiar (muitos colegas descrevem situações parecidas), ele se aproximou e, como que sussurrando, mas sem sussurrar, disse: "— Você é o Hugo? Venha

comigo!” Puxou-me pelo braço (como ele fazia com todos alunos) e me arrastou à biblioteca. Lá, ele abriu um volumoso dicionário de inglês, e apontou o verbete “Landscape”: “a portion of territory that can be viewed at one time from one place.” Creio que era um Webster’s, em uma versão que trazia a etimologia dos termos. E fiquei ouvindo uma arrebatadora preleção sobre a paisagem, a partir do étimo da palavra. Aprendi a compreender o mundo pelas palavras. Aquela separata (cuja origem estava na disciplina optativa que cursei no 2º ano com Aracy Amaral) foi a raiz da minha tese de doutorado *Ao Amor do Público: jardins no Brasil* (SEGAWA, 1996), que Carla Milano publicou.

Apesar dos problemas de saúde, FLM frequentou a FAU até meados dos anos 1980. Eram “aparições” em que ele entrava na aula alheia, acompanhava a preleção e, no momento da discussão, intervinha. Os depoimentos coincidem com o que testemunhei, para a exasperação do professor da sala, e para o deleite dos alunos. Seu discurso, no início, soava desconexo, extemporâneo, acompanhado com a condescendência do colega. No meio da fala, certas colocações pareciam começar a fazer sentido. Ao final, FLM estabelecia a meada entre a conclusão e o preâmbulo suposto ininteligível, desconstruindo a lição proferida pelo mestre em sala — que se curvava ao brilhantismo da argumentação.

A “aparicação” mais memorável aconteceu em 29 de junho de 1984. Nesse dia, João Batista Vilanova Artigas foi arguido por notáveis, em seu concurso para Professor Titular da FAU USP. FLM estava entre os examinadores. Há uma extraordinária foto de Abelardo Alves Neto em que Artigas, sentado, ouve FLM, e como fundo o seu desenho a giz no quadro-negro, do pilar da FAU e a escrita “É preciso fazer cantar o ponto de apoio”.<sup>7</sup> O teor dessa arguição é conhecido nos registros publicados na imprensa da época (UMA LIÇÃO..., 1984) e em livro (ARTIGAS, 1989). Talvez tenha passado despercebido que a menção ao aforismo de Auguste Perret resgatava um diálogo particular entre ambos, revelando uma referência nunca antes creditada por Artigas. Se confrontarmos as alegorias e conceitos dos textos e falas de Artigas com os textos de Perret, encontraremos metáforas tributárias de uma peculiar leitura do brasileiro sobre as ideias do arquiteto francês. FLM desconstruiu Artigas.

<sup>7</sup> Agradeço as leituras e sugestões de Antônio Carlos Barossi, Eliana Marques de Azevedo, Fernando Atique, Juliana Suzuki, Patrícia Orfila Barros dos Reis.

Não serão poucas as pessoas que poderão evocar episódios, atitudes, ensinamentos e alegorias desse personagem tão importante quanto esquecido. Entre reminiscências do estudante e do pesquisador, posso ter cometido um retrato do querido mestre à maneira de uma máscara de Steinberg.

## Referências

- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel; Fundação Vilanova Artigas, 1989, p.25-83.
- DREXLER, Arthur (Ed.). *The Architecture of the École des Beaux-Arts*. New York: The Museum of Modern Art, 1977.
- London 1900. *Architectural Design*, London, v. 48, n. 5-6, 1978 (A.D. Profiles 153).
- MOTTA, Flávio L. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1983.
- MOTTA, Flávio L. *Superfícies habitáveis* (Memorial I). [São Paulo: s.n, 1974]. Mimeografado, 4 p.
- MOTTA, Flávio. *Contribuições ao estudo do "Art Nouveau" no Brasil*. São Paulo: s.n., 1957.
- MOTTA, Flávio. São Paulo e o Art Nouveau. *Habitat*, São Paulo, n. 10, p. 3-18, 1953.
- MOTTA, Flávio. *Textos informes*. 2.ed. São Paulo: FAU USP, 1973.
- REIS, Nestor Goulart. *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1997.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1996.
- SEGAWA, Hugo. Os jardins públicos coloniais e o Passeio Público do Rio de Janeiro. *Barroco*, Belo Horizonte, v. 12, 1982-1983, p. 147-160.
- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.
- The Beaux-Arts. *Architectural Design*, London, v. 48, n. 11-12, 1978.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Victor Dubugras e as atitudes de inovação em seu tempo*. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985.
- UMA lição de vida. *Projeto*, São Paulo, n. 66, ago, 1984, p. 75-78.



# THÉSES

## Ensaïos

# Uma universidade e dois modelos: a representação linear e em malha para o campus da Universidade Estadual de Maringá

Renan Augusto Avanci, Fabíola Castelo de S. Cordovil

---

AVANCI, Renan Augusto; CORDOVIL, Fabíola Castelo de S. Uma universidade e dois modelos: a representação linear e em malha para o campus da Universidade Estadual de Maringá. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 24-44, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 11/01/2017  
data de aceite: 22/11/2017

**Renan Augusto Avanci** é Mestre em Arquitetura e urbanismo; Universidade Estadual de Maringá; renanavanci@hotmail.com

**Fabíola Castelo de S. Cordovil** é Doutora em Arquitetura e urbanismo; Professora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPU/UEM; fabiolacordovil@gmail.com

## Resumo

Os dois planos propostos pelos arquitetos Jaime Lerner, Domingos Bongestabs e Marcos Prado para o *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na década de 1970 são tomados como objetos de reflexão e como expressão de possíveis representações organizacionais do espaço universitário. Em síntese, tratamos da representação linear configurada pelo projeto inicial da Universidade em 1970 e da representação em malha concebida por meio de um novo plano proposto para o campus em 1977. Entendendo a necessidade de revisitar essas propostas que permearam o ideário de configuração espacial da universidade em questão, propomos a apresentação destes planos e de suas consequentes representações formais. Deste modo, pretendemos contribuir à compreensão de possíveis meios de organização das universidades, atentando aos aspectos de implantação e articulação dos edifícios inseridos no *campus* universitário. Entendemos, por fim, que o território que se planejou para a UEM e suas consequentes representações e atributos, consideram estratégias espaciais que estimulam a construção de uma unidade espacial, a integração das atividades e a flexibilização dos espaços de ensino. Todavia, a transição entre as propostas, a primeira funcional e plástica e a segunda em malha não ortogonal, resultou em um espaço marcado pela complexidade e ilegitimidade.

**Palavras-chave:** universidade linear, universidade em malha, campus universitário.

## Abstract

The two plans proposed by the architects Jaime Lerner, Domingos Bongestabs and Marcos Prado to the campus of the State University of Maringá (UEM) in the 1970s are taken as objects of reflection and as an expression of possible organizational representations of university space. In short, we treat the linear representation set by the initial project of the University in 1970 and the reticulate representation proposed to new plan for the campus in 1977. Understanding the need to revisit the proposals that permeated the spatial ideas configuration of university concerned, we propose the presentation of these plans and their consequent formals representations. That way, we intend to contribute to the understanding of possible means of organization of universities, paying attention to implementation aspects and articulation of buildings entered the university campus. Finally, we understanding that the territory that was planned for UEM and its subsequent representations and attributes, consider spatial strategies that stimulate the construction of a unit space, the integration of activities and the flexibility of teaching spaces. However, the transition between the proposals, the first functional and plastic and the second in not orthogonal grid, resulting in a space marked by complexity and illegibility.



**Keywords:** linear university, reticulate university, campus.

### Resumen

*Los dos planes propuestos por los arquitectos Jaime Lerner, Domingos Bongestabs y Marcos Prado en el campus de la Universidad Estatal de Maringá (UEM) en la década de 1970 se toman como objeto de reflexión y como expresión de posibles representaciones de organización del espacio universitario. En definitiva, tratamos a la representación lineal establecido por el proyecto inicial de la Universidad en 1970 y la representación en malla diseñada por un nuevo plan propuesto para el campus en 1977. La comprensión de la necesidad de volver a examinar las propuestas que impregnaron la configuración espacial de las ideas de la universidad, se propone la presentación de estos planes y sus consiguientes manifestaciones formales. Por lo tanto, tenemos la intención de contribuir a la comprensión de las posibles formas de organización de las universidades, prestando atención a los aspectos de implementación y articulación de los edificios entró en el campus universitario. Creemos, por último, que el territorio que estaba previsto para la UEM y sus posteriores representaciones y atributos, tenga en cuenta las estrategias espaciales que estimulan la construcción de una unidad de espacio, la integración de las actividades y la flexibilidad de los espacios docentes. Sin embargo, la transición entre las propuestas, la primera plástica y funcional y la segunda en la cuadrícula no ortogonal, resultó en un espacio marcado por la complejidad y la ilegibilidad.*

**Palabras clave:** universidad lineales, universidad de malla, campus.

## Planos e contexto

Quando o arquiteto Klaus Alberto escreveu sobre megaestruturas em seu artigo “*Interfaces brutalistas: megaestruturas universitárias*” de 2013, referiu-se a esta tipologia<sup>1</sup> como propostas formais também empregadas na conformação dos espaços acadêmicos nas décadas de 1960 e 1970, considerando, duas representações megaestruturais: os edifícios lineares e os edifícios em malha. Do mesmo modo, Christine Mahler em sua tese de doutoramento defendida em 2015 e intitulada “*Territórios universitários: tempos, espaços e formas*” retratou algumas possibilidades de configuração do espaço acadêmico, entre elas, os sistemas retilíneos e em trama.

Ambos os autores constroem seus discursos em análises de universidades implantadas mundialmente nas décadas de 1960 e 1970, período de institucionalização da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Internacionalmente, debruçaram-se sobre exemplos de instituições lineares como as universidades inglesas de Essex projetada por Keneph Capon e a de East Anglia, projetada pelo arquiteto Denys Lasdun. No contexto canadense apresentaram os edifícios alongados do Scarborough College da Universidade de Toronto idealizado por John Andrews e a Universidade de

<sup>1</sup> Os estudos de Reyner Banham (1976) sobre os grandiosos e complexos projetos que se tornaram correntes na década de 1960 apontaram o desenvolvimento de uma nova proposta tipológica no contexto da arquitetura e do urbanismo. Essa tipologia, popularizada por “megaestruturas” foi abordada em seu livro “*Megaestructuras, futuro urbano del pasado reciente*” cuja primeira edição datou-se no ano de 1976. Banham discorre nesta obra literária sobre os mais variados aspectos envolvendo a formalização e aplicação dessa solução projetual. O estudo percorre a ação dos pioneiros e iniciantes da tipologia passando pelos equipamentos arquitetônicos e propostas urbanas as quais foram aplicadas, entre elas as universidades.

Lethbridge de Arthur Erickson. No mesmo caminho, trataram da Universidade de Calábria projetada por Vittorio Gregotti e Dänen Martensson em Cosenza na Itália e do edifício universitário linear de Craig Ellwood para o Art Center College of Design na Califórnia – USA. No ambiente nacional, o estudo sobre os edifícios universitários lineares recaiu sobre a Universidade de Brasília (UnB) a partir da estrutura alongada de Oscar Niemeyer para o Instituto de Ciências (ICC).

Perante as representações em malha, as pesquisas de Alberto (2013) e Mahler (2015) voltaram-se especificamente para a concepção da Universidade Livre de Berlin<sup>2</sup> projetada por George Candilis juntamente com os parceiros arquitetos Alexis Josics e Shadrach Woods. No âmbito do Brasil, os estudos apontaram o Centro Universitário da Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e as intervenções modulares no *campus* da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Apontamos também a Universidade em sistema de malha de Toulouse-de-Mirail projetada pelos mesmos arquitetos na França.

Não foram poucas as vezes que essas universidades foram identificadas e propagadas no período de suas instalações como exemplos de instituições que respondiam às necessidades de uma renovação do ensino superior e de sua conseqüente estrutura física. Para Alberto (2013, p.17), são universidades que configuraram como tributos a “racionalização das soluções técnicas, modulação, flexibilidade, aumento da longevidade funcional do edifício e pré-fabricação”. Do mesmo modo para Mahler (2015, p.254), “tais definições se adequam ao perfil de um projeto de universidade no qual foram consideradas questões de porte, flexibilidade, crescimento, economia e longa duração”.

Os estudos de Banham (1976) sobre os grandiosos e complexos projetos que se tornaram correntes na década de 1960 e 1970 apontaram o desenvolvimento de uma nova proposta tipológica no contexto da arquitetura e do urbanismo. Essa tipologia, popularizada por “megaestruturas”, foi abordada em seu livro “*Megaestructuras, futuro urbano del pasado reciente*”, publicado em 1976, no qual o autor discorre sobre os mais variados aspectos envolvendo a formalização, a aplicação e a decadência dessa solução projetual em propostas de equipamentos urbanos, entre eles as universidades.

Banham (1976) afirmou que todas megaestruturas são grandes edifícios, mas nem todos grandes edifícios se consolidaram como megaestruturas existindo uma definição específica para o termo. Para conceituá-lo o autor referenciou considerações de outros estudiosos do assunto. Um deles é Fumihiko Maki que, em sua obra “*Investigations in Collective Form*” (1964), defi-

niu a megaestrutura como um grande edifício envolvendo todas as funções de uma cidade ou parte dela. Outra consideração é a de Ralph Wilcoxon (1968) que definiu a megaestrutura não apenas como um edifício de grandes dimensões, mas, também, como uma estrutura que frequentemente está construída em unidades modulares.

Por certo, este pensamento construtivo em desenvolver uma tipologia fundamentada na adição e sistematização de componentes modulares foi determinado pelo ideário de uma “arquitetura tecnológica” que via na pré-fabricação a solução mais adequada para compor um sistema que investisse em novas tecnologias e que acompanhasse a expansão do fordismo e a formação dos mercados de massa diante das novas circunstâncias sociais e econômicas emergentes a partir do pós-guerra. No contexto dos anos 1960 esta postura arquitetônica destacou-se por meio das publicações e dos experimentos projetuais do grupo Archigram (CABRAL, 2002; 2004).

Como princípios, o grupo Archigram confiou na ideia de um progresso ilimitado por meio do crescimento industrial e do surgimento dos novos materiais e das novas disponibilidades tecnológicas que permitiria superar todas as condicionantes da arquitetura tradicional. Para além disso, confiavam na existência de uma racionalização intrínseca no mundo da tecnologia e da ciência capaz de solucionar todos os problemas do tempo e fornecer uma melhora dos aspectos sociais. Como resposta, os arquitetos do movimento conceberam diversas propostas radicais “desde pequenas células intercambiáveis até gigantes cidades no espaço que a agregação destas cápsulas poderiam gerar” (MONTANER, 2001, p. 113).

Para Cabral (2002) o grupo, de fato, acumulou uma série de projetos experimentais e de cunho especulativo que visavam uma renovação da herança moderna por meio dos recursos tecnológicos e das formas da cultura de massa. Segundo a autora, uma maneira otimista em aproximar o homem das novas tecnologias.

De fato, o surgimento dessas novas tendências arquitetônicas deu-se principalmente pelo contínuo avanço tecnológico que se manifestou ao longo da arquitetura do século XX e prosperou nos anos sessenta nos países mais industrializados. De modo geral, foram movimentos que buscavam novas formas arquitetônicas a partir das novas possibilidades tecnológicas por intermédio do avanço da produção construtiva, do surgimento de novos materiais e das possibilidades de

cálculo e projeção das estruturas arquitetônicas que, a partir de então, puderam ser construídas em série (MONTANER, 2001). A arquitetura como expressão tecnológica foi de certo modo propagada como um arranjo sistêmico que buscou por meio das grandes estruturas pré-fabricadas, moduladas e flexíveis uma maneira de ordenar o espaço caotizado, entre outras circunstâncias, pelo pós-guerra.

Em meio a esta contextualização, os projetos propostos para o *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na década de 1970 aproximam-se das representações espaciais que trataram de ordenar o território universitário a partir de organizações sistêmicas.

A primeira espacialização proposta para a UEM deu-se pelo projeto inicial da Universidade em 1970. Este projeto configurou-se a partir da implantação de dois grandiosos pares de blocos configurados linearmente e agrupados por meio de uma ampla praça central. A segunda proposta deu-se em 1977 quando a Universidade propôs a idealização de um novo plano para o *campus*. A concepção desta nova proposta apresentou uma configuração sistêmica concebida por múltiplos pavilhões inseridos sob uma malha triangular equalizadora dos espaços.

Ainda que o primeiro plano não tenha se materializado, sendo o segundo, a matriz para o desenvolvimento da Universidade, ambos os planos trazem a macroestruturação dos meios de organização do território universitário a partir de representações e morfologias largamente adotadas nos programas universitários daquele período. Portanto, a relevância da espacialidade linear do plano de 1970 e da configuração em malha do plano de 1977 torna-se mais evidente à medida que essas representações espaciais traduzem diferentes formas arquitetônicas e urbanísticas de composição dos espaços acadêmicos.

Portanto, apresentamos a análise do plano de 1970 destacando o conceito de sua representação linear, o contexto na qual se estabelece, bem como suas aproximações em relação a outros *campi* que se construía no período a partir de megaestruturas lineares. Abordamos os motivos que levaram à solicitação pela Universidade para a elaboração de uma nova proposta após sete anos da primeira. Tais premissas, de ordem econômica e de composição espacial, sugeriram maior flexibilidade e a possibilidade de verticalização que resultou numa configuração reticulada aliada à racionalidade e à rapidez na construção. Por fim, consideramos os efeitos e os resultados da significativa alteração sobre a proposta inicial.

## A representação linear: o plano de 1970

Do ponto de vista conceitual, os arquitetos responsáveis pelo primeiro plano da UEM definiram que a Universidade seria um lugar de encontro e de intercâmbio de ideias entre professores, estudantes e pesquisadores. Neste sentido, a concepção do espaço universitário como uma grande comunidade configurou-se como o princípio elementar na proposta arquitetônica do *campus*. A ideia fundamental permeava a criação de uma instituição integrada entre quatro entidades principais: os institutos, as faculdades, a administração e os órgãos complementares como o museu, a biblioteca, o setor de esportes e o centro de conferências. Como parte do programa, estes quatro conjuntos de edificações estariam organizados no *campus* de forma a conceber uma vida comum entre todos os usuários (MARINGÁ, 1971).

Para o atendimento desta conceituação, o primeiro plano configurou a Universidade a partir da organização e concentração das atividades acadêmicas em grandes edifícios, separando a circulação de pedestres da circulação de veículos e distanciando os setores de recreação, de saúde e de habitação das edificações didáticas.

O setor didático apresentou-se em dois conjuntos de blocos retilíneos no sentido de maior dimensão do terreno. O maior bloco concentrou a parte de ensino e o menor, acomodou os serviços gerais. Entre os mesmos, implantou-se um Centro de Conferências circundado por um espaço livre. Definiu-se por meio deste local o principal acesso à Universidade e à implantação de alguns setores de interesses comuns aos usuários como, a Reitoria, a Biblioteca, o Museu e o Restaurante fixados às margens destes edifícios. O espaço entre os dois pavilhões foi nomeado de "Grande Praça" e sua delimitação dar-se-ia pelo formato linear dos edifícios didáticos que, ao encontro da praça, deixavam de ser retilíneos apresentando linhas curvas nas quatro alas que se abriam ao espaço central.

Esta postura de implantação revelou que certamente o setor didático compôs um princípio de integração que o define como o partido fundamental da concepção espacial do plano proposto. Assim como na proposta do ICC de Niemeyer para a UnB, "todos os campos do conhecimento estariam unidos sob um mesmo teto, sem grandes distinções" (ALBERTO, 2008, p.263). Neste sentido, a concepção da edificação didática em monobloco abrigaria os diversos departamentos dentro de uma estrutura única.

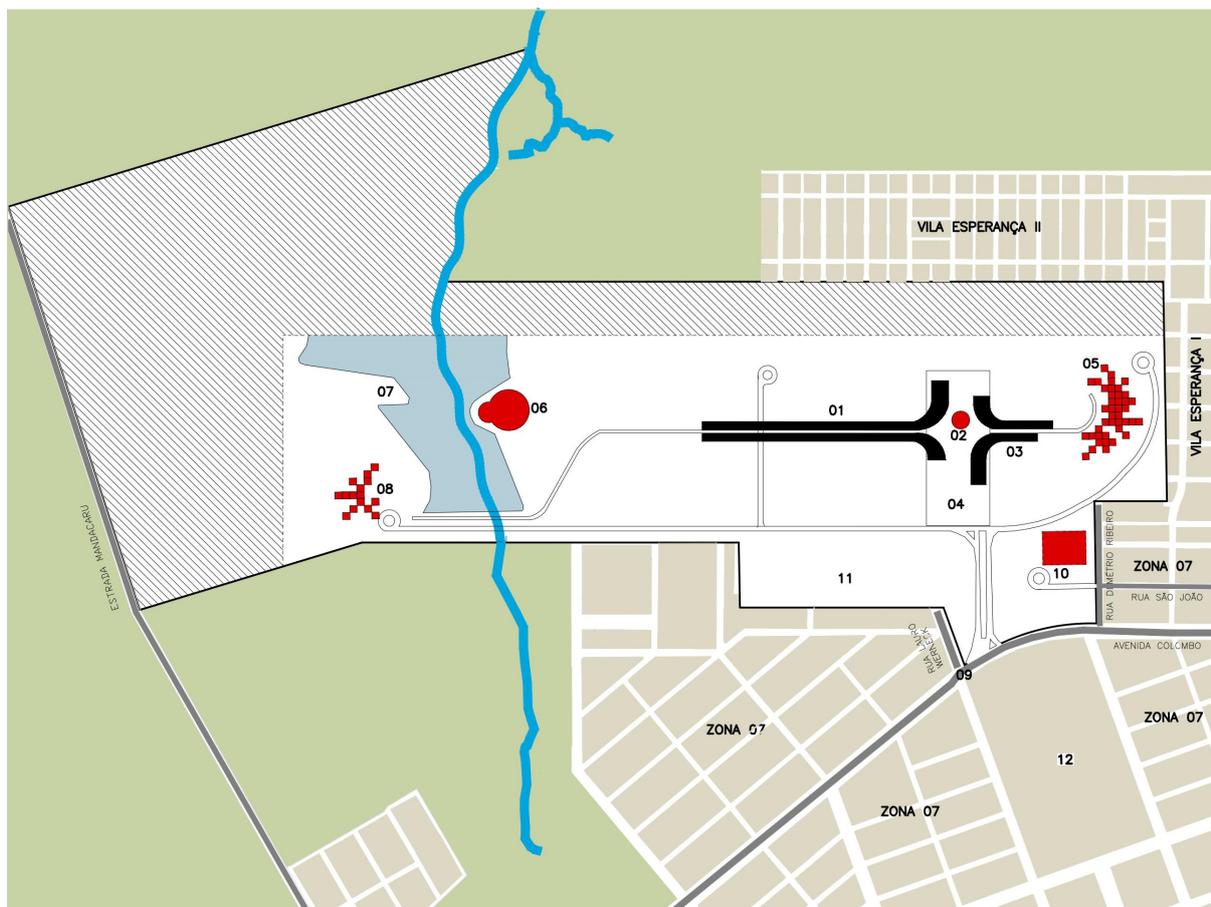


Figura 1  
Implantação Geral Plano UMA. Fonte: Mapa Base - Pranchas 01 e 02 do Plano de Implantação Imediata - 1º Sub-Etapa Plano UMA.

Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM. Desenho: Renan Avanci.

Legenda:

01 - Ensino/pesquisa - Biblioteca - Comunicações - Computação, 02 - Centro de Conferências, 03 - Reitoria / Serviços gerais, 04 - Grande Praça, 05 - Centro de Vivência (Habitação Estudantil), 06 - Teatro ao ar livre, 07 - Lago, 08 - Clube do Lago, 09 - Passagem subterrânea (trincheira), 10 - Hospital Escola, 11 - Estacionamento.

Desde os primeiros debates universitários desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 1930, o conceito de proximidade física, incentivando e fortalecendo a integração humana no espaço de ensino superior, foi fundamental para construir o conceito de cidades universitárias. De uma implantação isolada de escolas na malha urbana, como é o caso das primeiras faculdades do país, passando pela ideia de uma concentração em um espaço específico para o saber com a criação de cidades universitárias, chega-se com o projeto de Niemeyer, à sobreposição de usos e funções, cada vez mais aproximando os usuários. Essa proposta foi representada com a criação de um edifício único para, virtualmente, "tudo" e "todos" (ALBERTO, 2008, p.264).

O resultado da concepção linear proposta pela equipe Lerner para o pavilhão didático estabeleceu uma edificação de dois pavimentos e um subsolo com aproximadamente quinhentos e quarenta metros de comprimento e trinta e seis metros de largura. Toda a extensão do edifício rigidamente composta por módulos de dezoito metros.

O interior do bloco de ensino organizou-se em duas alas separadas por um corredor central de quatorze metros de largura. Ambas as alas com espacialidades compatíveis de doze metros de largura e comprimento variável de acordo com a modulação prevista para cada ambiente e sua respectiva função. Neste sentido, o plano estabeleceu dois tamanhos para as salas de aula. O maior formato de cento e vinte metros quadrados para o atendimento de oitenta e quatro alunos e o menor de sessenta metros quadrados atendendo quarenta e dois universitários. Quanto às unidades administrativas, os departamentos e as instalações sanitárias seguiram um tamanho padrão.

No sentido longitudinal o bloco didático foi dividido em três partes. Estas representando as três etapas previstas para a construção do edifício. Segundo o plano, a edificação linear se concretizaria totalmente de acordo com as necessidades físicas e demanda estudantil da Universidade. Em específico, a primeira e terceira etapas estruturaram as salas de aula, as unidades administrativas, os laboratórios e as instalações sanitárias. Já a segunda, implantou no subsolo uma passagem viária para o acesso de veículos ao bloco didático. Ao mesmo tempo, também deu continuidade à implantação das salas de aulas, dos laboratórios e dos departamentos. O acesso principal ao interior do bloco de ensino deu-se pelo pavimento térreo. Embora este pavimento estivesse a dois metros e quarenta abaixo do nível do setor cívico, foi neste piso que se apresentou a conexão do edifício linear com a Grande Praça.

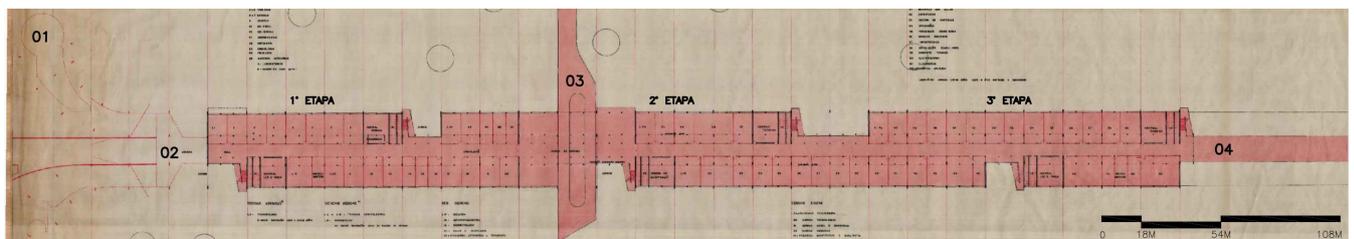


Figura 2  
Subsolo Bloco Didático - Plano UMA. Fonte: Prancha 08 do Plano de Implantação Imediata - 1º Sub-Etapa Plano UMA.

Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM.

Legenda:

01 - Biblioteca, 02 - Acesso Pedestre, 03 - Acesso Veículos, 04 - Circulação externa pedestre.



Figura 3  
Corte - Acesso bloco didático Plano UMA. Fonte: Prancha 10 do Plano de Implantação Imediata - 1º Sub-Etapa Plano UMA

Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM.

Legenda: 01 - Biblioteca, 02 - Acesso Pedestre, 03 - Acesso Veículos, 04 - Circulação externa pedestre.

A separação do ensino e da pesquisa dentro da edificação didática deu-se pela disposição dos laboratórios e salas de aula nos três pavimentos planejados. No subsolo, instalaram-se predominantemente os laboratórios científicos com pé-direito de cinco metros. Já no pavimento térreo, cuja altura da edificação diminuiu para três metros e setenta, a disposição dos espaços voltou-se ao atendimento das unidades administrativas, departamentos e algumas salas de ensino. No último pavimento, as duas alas laterais abrigaram somente as salas de aula. No corredor central deste piso um grande vazio de seis metros de largura e sessenta metros de comprimento permitiria luminosidade ao pavimento térreo, uma vez que parte da cobertura geral do edifício linear configurava uma claraboia central.

Ao adentrar o pavimento térreo do bloco didático acessado pela Grande Praça, projetou-se um pátio coberto conforme especificação das plantas e cortes apresentados no anteprojeto. Na verdade, este espaço conformar-se-ia como um prolongamento do grande hall de acesso ao edifício. A partir desse espaço, o universitário acederia o principal corredor de circulação configurado no pavimento intermediário. Deste piso, os demais pavimentos da edificação seriam acessados por meio de escadas locadas em pontos específicos. Basicamente, locou-se um sistema de circulação vertical nas extremidades de cada etapa construtiva proposta para a edificação.

A mobilidade do transeunte no interior do edifício didático definiu-se pelo amplo corredor central distribuído pelos três pavimentos da edificação. A concepção deste corredor foi claramente ilustrada em uma perspectiva apresentada pelo projeto. A imagem demonstra que os arquitetos idealizaram este caminho ao mesmo tempo como um local de passagem e como um ponto de encontro.

São evidentes as aproximações formais do bloco linear da equipe Lerner com a postura de organização das megaestruturas lineares e especialmente com o ICC de Niemeyer.

De modo geral, os projetos de universidades em edifícios únicos separam claramente as salas de aula dos laboratórios e as ocupações destas funções dentro do bloco didático desenvolvem-se em níveis permitindo uma divisão por pavimento do ensino e da pesquisa. No edifício linear do Plano UMA, as salas de aula ocuparam o pavimento térreo e o pavimento superior, sendo o subsolo tomado pelos laboratórios.

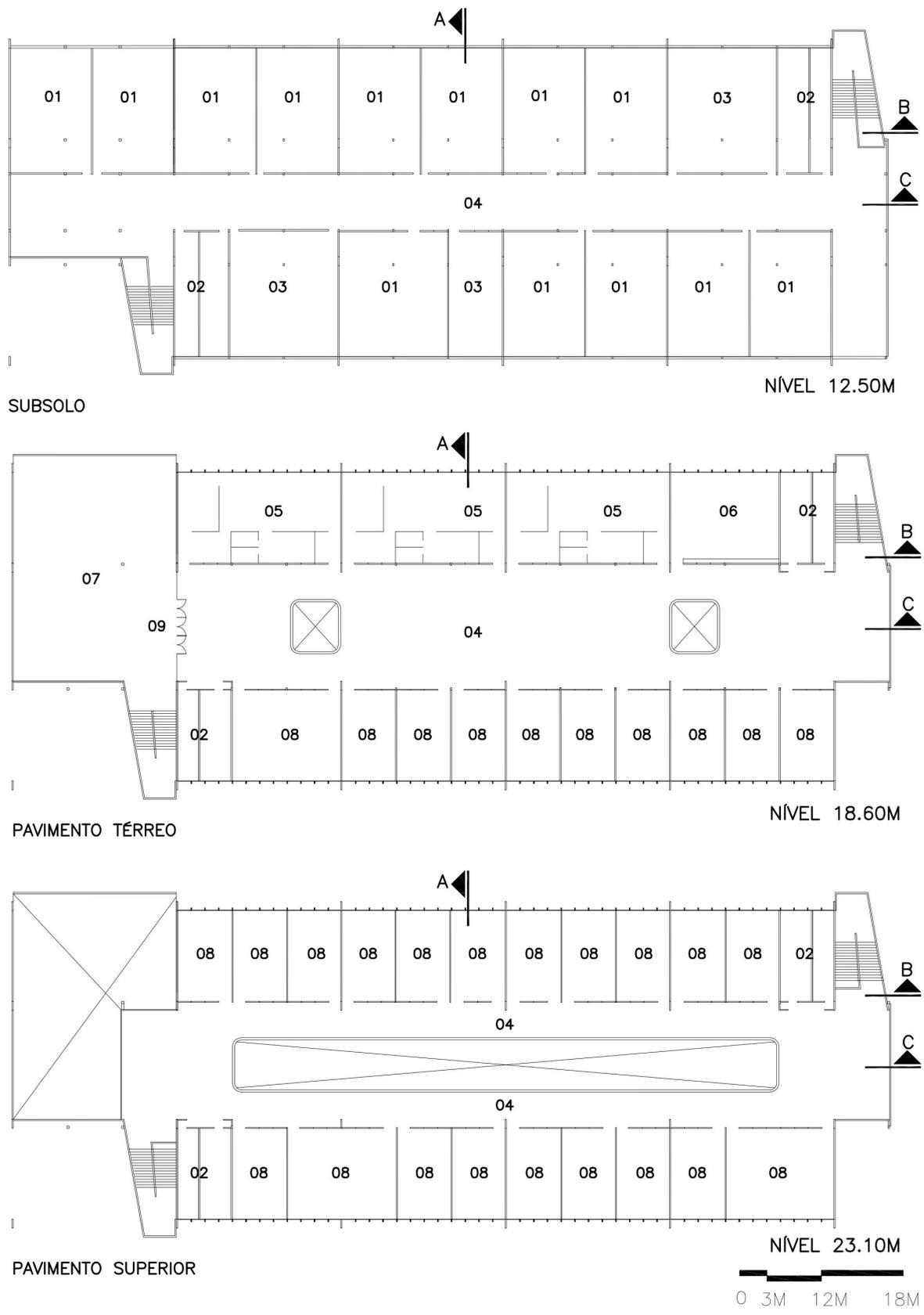


Figura 4  
 Módulo 1º Etapa de Construção do bloco didático Plano UMA: Mapa Base – Prancha 15 do Plano de Implantação Imediata – 1º Sub-Etapa Plano UMA .  
 Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM. Redesenho do autor Renan Avanci.  
 Legenda:  
 01 – Laboratório, 02 Sanitário, 03 – Equipamento, 04 – Circulação, 05 – Departamento, 06 – Biblioteca, 07 – Pátio coberto, 08 – Sala, 09 – Acesso principal.

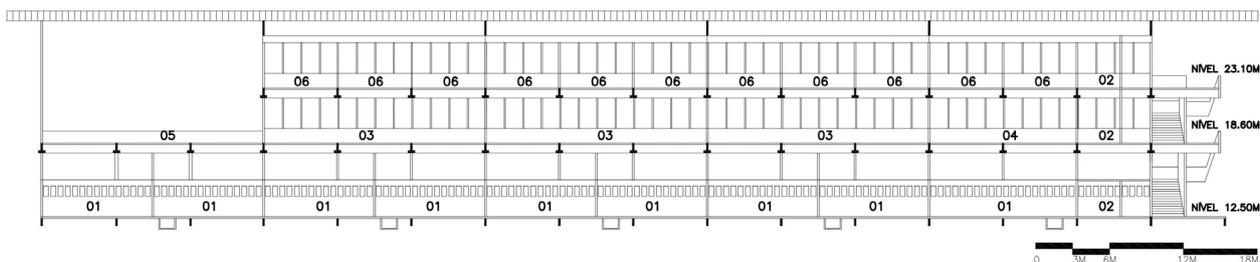


Figura 5  
Módulo 1º Etapa de Construção do bloco didático Plano UMA: Mapa Base – Prancha 15 do Plano de Implantação Imediata – 1º Sub-Etapa Plano UMA .

Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM. Redesenho do autor Renan Avanci.

Legenda:

01 – Laboratório, 02 – Sanitário, 03 – Departamento, 04 – Biblioteca, 05 – Pátio Coberto, 06 – Salas de Aulas.

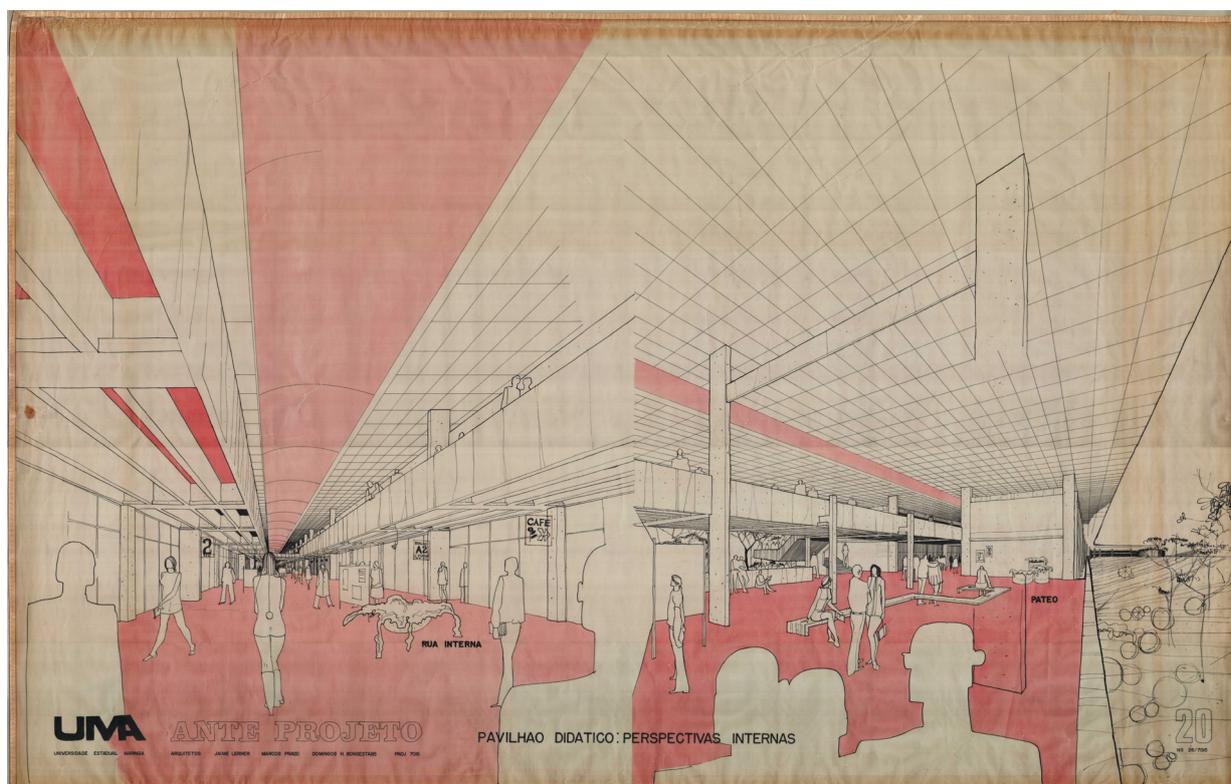


Figura 6  
Corredor central do bloco did[ático - Plano UMA: Mapa Base – Prancha 19 do Plano de Implantação Imediata – 1º Sub-Etapa Plano UMA .

Fonte: Arquivo digital disponível no COMCAP-UEM.

O destaque para a circulação de pedestre é outro ponto de aproximação com as megaestruturas universitárias lineares, pois a ideia de reunir um grupo de atividades em um alongado edifício, de fato, designou um eixo dominante de acesso e percurso do transeunte. No plano de Lerner, esta questão foi representada por uma via longitudinal classificada como uma grande “rua de pedestres” e localizada no pavimento intermediário da edificação. Este eixo, a partir do acesso pela Grande Praça, direcionaria os usuários para os outros dois pavimentos do edifício.

Em relação aos aspectos construtivos, os sistemas lineares optam pela modulação estrutural. Uma postura que facilitaria a viabilização de um edifício a ser construído, em muitos casos, por etapas. A equipe Lerner modulou o bloco didático do Plano UMA em módulos de 18 metros e sub-módulos de 12, 6, 3 e 1.5 metros. Esse sistema contribuiria tanto para a viabilização das três etapas previstas para a implantação do bloco, quanto para a flexibilização dos arranjos espaciais internos que poderiam se ajustar de acordo com sub-módulos especificados.

Como forma de atender a dinâmica do ensino superior, a flexibilização do espaço interno das estruturas lineares é essencial. Em todo o projeto da UnB, por exemplo, essa questão esteve presente. “Os arquitetos entendiam que o desafio era a própria dinâmica com que a ciência contemporânea se apresentava e uma boa solução técnica seria fundamental para responder a essa nova realidade” (MÓDULO, 1963 apud ALBERTO, 2008, p. 275-276). O próprio setor de laboratórios do ICC foi pensado com vários recursos de flexibilidade. Apesar da largura fixa, o comprimento dos ambientes poderia variar de acordo com o setor de pesquisa instalado, do mesmo modo, os laboratórios poderiam crescer utilizando-se do piso superior ou da área livre gerada entre os dois volumes paralelos da edificação.

A estrutura do pavilhão linear do Plano UMA, embora não tenha representado seus pontos de flexibilidade do mesmo modo que Niemeyer esquematizou para UnB, também poderia arranjar e adequar às atividades didáticas a partir do sistema modular. A largura das salas permaneceria fixa, contudo, existindo a possibilidade do seu crescimento longitudinal.

Na verdade, a concepção do edifício em linha padronizado e modulado, apesar das diversas possibilidades de arranjo e rearranjos espaciais internos, não se pode negar que apresenta rigidez externa. Qualquer expansão lateral não se concretiza sem alterar a forma do edifício que se constrói a partir de um eixo longitudinal dominante. Esta condição espacial foi um dos principais aspectos de revisão do Grupo de Planejamento Físico (GPF) a respeito da efetiva concretização do Plano UMA. A expansão do pavilhão didático ficaria limitada em sua dimensão longitudinal acarretando em algum momento não conformidade física com as evoluções acadêmicas. Portanto, a análise da própria Universidade sobre o primeiro plano da equipe Lerner considerou que o partido adotado não permitiria crescimento transversal do edifício, a menos que se prejudicasse a forma (UEM, 1976).

Assim, de um lado a organização espacial do setor didático do Plano UMA em torno da proposta de um bloco único propôs um espaço integrador das atividades de ensino. A reunião de educadores e universitários de todas as áreas de graduação em um único espaço encurtaria distâncias e conectaria o aprendizado com a pesquisa. Por outro lado, questionou-se às possibilidades de expansão e viabilização da grande estrutura linear. Apesar da modulação estrutural e da flexibilidade interna, a Universidade deveria cumprir todas as etapas construtivas para assim afirmarem o edifício didático como um equipamento educacional integrador do espaço universitário.

## **A representação em malha: o plano de 1977**

Ao tratarmos das intenções da UEM em elaborar um novo plano arquitetônico e urbanístico para o *campus* — sete anos depois da aprovação do primeiro projeto — podemos constatar uma negação do partido linear configurado pelo Plano UMA para o seu setor didático. Nesta nova proposta notamos duas premissas fundamentais consideradas pela Comissão de Planejamento da Universidade (CPU) para a edificação do novo *campus*.

A primeira premissa foi de ordem econômica devido à consciência da administração da instituição sobre a permanente escassez de recursos financeiros. Neste sentido, as construções no *campus* não deveriam ser suntuosas, o que de imediato negava as grandes estruturas lineares propostas pelo primeiro plano, mesmo que elas fossem concebidas por etapas.

Outro ponto preliminar a ser atendido pelos arquitetos na elaboração da nova proposta referiu-se ao partido geral do *campus*. A Comissão propôs que a configuração espacial do segundo projeto deveria ter uma circulação de pedestres com áreas de encontro a céu aberto e as edificações didáticas deveriam ramificar-se a partir desta circulação. Este sistema também deveria permitir a adição de novos blocos sem interferir no funcionamento das edificações já existentes (UEM, 1976). De fato, estas diretrizes também negavam a espacialização do Plano UMA que propunha um sistema de circulação sistematizado sob o edifício único.

Neste contexto, a estratégia espacial da malha proposta pela equipe Lerner como concepção exclusiva do setor didático no segundo projeto para a UEM atenderia precisamente as premissas fundamentais almeçadas pela comissão de planejamento da Universidade.

De acordo com o Memorial do projeto, a malha de fato tinha como principal objetivo organizar as funções didáticas sobre o terreno universitário estabelecendo um sistema organizacional para a Universidade.

A malha é, portanto o suporte do desenvolvimento das instalações didáticas da UEM e a geratriz da composição do campus e foi dimensionada de forma a adequar as dimensões necessárias às edificações, possibilitar flexibilidade de arranjos e adequar os percursos à escala de tempos convenientes ao deslocamento a pé em face das informações dos fluxos intersetoriais (LERNER et al, 1977, s.p).

Em específico, a malha regular como o artefato de organização espacial do campus foi constituída por três eixos oblíquos iguais de  $60\text{m} \times 15\text{m}^3$  que quando interseccionados formavam espaços hexagonais e triangulares entre os blocos. Os espaços triangulares conformaram-se como pátios e os hexagonais edificaram núcleos de instalação dos equipamentos de apoio como auditório, cantina e instalação sanitária.

<sup>3</sup> O plano inicial apresentou uma modulação de  $90\text{m} \times 15\text{m}$ , contudo a partir da análise do esboço do projeto pelo Grupo de Trabalho de planejamento Físico (GTPF) da UEM optou-se por uma diminuição dos módulos para  $60\text{m} \times 15\text{m}$  a fim de diminuir os percursos.

De acordo com as definições do plano, os pátios formados pelas edificações na malha não se conformariam como ambientes estanques, mas como partes integrantes do conjunto. "Partes de um circuito paisagístico integrado de cheios e vazios" (LERNER, et al, 1977, s.p). Do mesmo modo, os núcleos hexagonais em cada ponto de encontro de intersecção das edificações na malha deveria, pelas suas próprias propriedades estruturais, estabelecer uma unidade paisagística para o conjunto.

Como princípios formais, a concepção da malha adotou uma diferenciação dos blocos didáticos da dos núcleos hexagonais de apoio. Esta opção possibilitaria uma independência construtiva entre os dois elementos, além de serem instalações díspares que organizaria visualmente todo o conjunto (LERNER et al, 1977).

Outro princípio referiu-se à verticalização das edificações, principalmente das didáticas. O plano estabeleceu blocos de ensino de até três pavimentos, contudo não restringiu os edifícios que deveriam ser verticalizados, apesar de indicarem no plano uma proposta de verticalização. Caberia à Universidade dinamizar esta questão de acordo com suas necessidades físicas. De todo o modo, a equipe de arquitetos afirmou que a opção de edificações com apenas um pavimento seria suficiente para garantir a integridade formal do sistema, possibilitando, segundo eles, uma maior riqueza plástica da arquitetura face à declividade do terreno. Por outro lado, caso fosse necessário o crescimento em altura dos edifícios, os mesmos deveriam acom-

panhar a unidade proposta pela malha arquitetônica (LERNER *et al*, 1977).

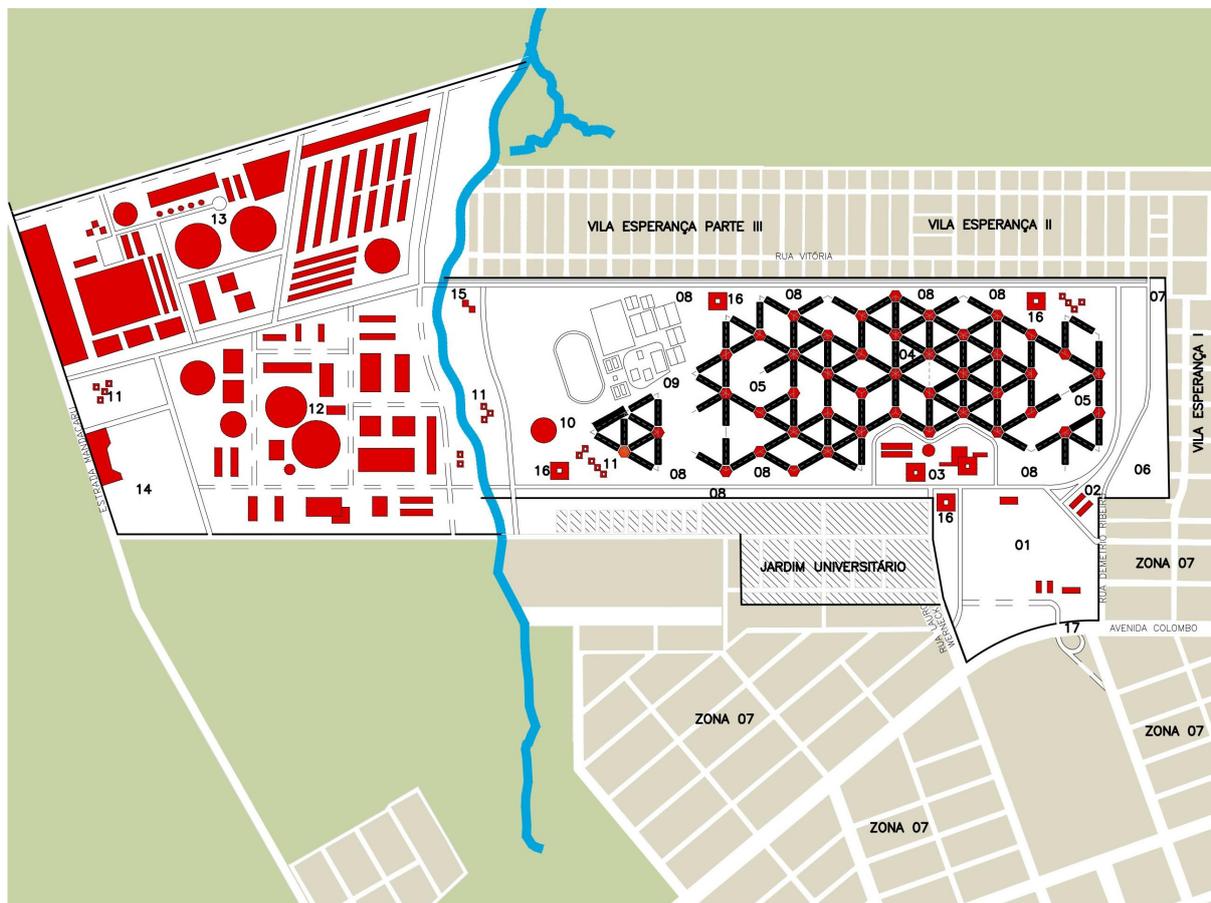


Figura 7  
Implantação Geral 2º Plano. Fonte: Mapa Base - Pranchas 01 – Plano Piloto 1977.  
Fonte: Disponível na DOP/PTO Redesenho do autor Renan Avanci.

Legenda:

01 – Praça de acesso / Prestação de serviços, 02 – Manutenção, 03 – Biblioteca / Restaurante / Auditório / Reitoria / Capela,, 04 – Blocos Didáticos, 05 – Pesquisa, 06 – Habitação, 07 – Caixa d'água / Estação meteorológica, 08 – Estacionamento, 09 – Centro Esportivo, 10 – Anfiteatro / Concha acústica, 11 – Amenização / Lazer, 12 – Laboratórios pesados, 13 – Estações experimentais / viveiro, 14 – Hospital Regional, 15 – Estação de Tratamento e Esgoto, 16 – Restaurantes universitários, 17 – Passagem subterrânea

Como visto, as instalações de ensino foram posicionadas em conformidade com o desenho triangular da malha planejada para o setor didático. O posicionamento dessas instalações conformaria o que chamamos nessa pesquisa como "matriz didática". A caracterização dessa matriz dar-se-ia por meio de seis blocos lineares interligados por núcleos de instalações de apoio no formato hexagonal. Em cada face desse núcleo implantar-se-ia um pavilhão didático. Ao centro da matriz, a disposição de mais um núcleo de apoio também no formato hexagonal interligaria três blocos de ensino conformando entre eles pátios e áreas livres. Em síntese, a matriz apresentou um desenho muito próximo à configuração hexagonal dos alvéolos de uma colmeia.



trou uma possibilidade de crescimento vertical da instituição universitária e não totalmente uma regra a ser seguida por toda a malha.

Portanto, a Universidade cresceria em altura de acordo com a dinâmica do seu desenvolvimento cabendo à instituição acadêmica estipular qual bloco deveria ser verticalizado. Apresentamos essas considerações como forma de mostrar que as matrizes de crescimento poderiam variar em suas alturas, no entanto, permaneceria sempre o formato hexagonal proposto pela malha.

De fato, o edifício didático base para o ensino e a pesquisa proposto pelo segundo plano possuiu apenas um pavimento. Utilizou-se o sistema construtivo convencional com tijolos aparentes e cobertura metálica. Internamente, o bloco configurou-se por meio de um corredor central distribuindo as salas de aula e os laboratórios em duas alas laterais. Os acessos ao edifício dar-se-iam pelas suas extremidades longitudinais. Quanto às edificações com mais pavimentos, os arquitetos propuseram o mesmo sistema construtivo e a mesma disposição interna das salas de aula e dos espaços para pesquisa proposto na configuração do edifício base. Contudo mantinha-se com um pavimento térreo configurado para abrigar também as salas de apoio aos universitários e departamentos, como administração, sala dos professores, salas de reuniões.

Os outros dois sistemas de crescimento do setor didático foram chamados de expansão modular e de expansão por derivação. Pela expansão modular, agregar-se-ia internamente à matriz didática novos pavilhões de acordo com a necessidade da instituição universitária. Pela expansão por derivação criar-se-ia sobre a modulação básica da matriz um sub-módulo conectando dois pavilhões didáticos por blocos intermediários implantados no pátio entre os mesmos. De acordo com os autores do plano, a implantação do bloco entre os pavilhões visava atender as necessidades de multiplicação de laboratórios que poderiam funcionar em proximidade com os laboratórios já existentes. Segundo eles, era uma proposta econômica, pois permitiria reduzir consideráveis recursos com as expansões modulares. Esse último sistema, embora permitisse um acréscimo de 50% da área de um pavilhão didático, deveria ser utilizado de forma comedida na conformação da malha uma vez que poderia aumentar o número de edificações e congestionar os espaços livres entre elas (LERNER, *et al*, 1977).

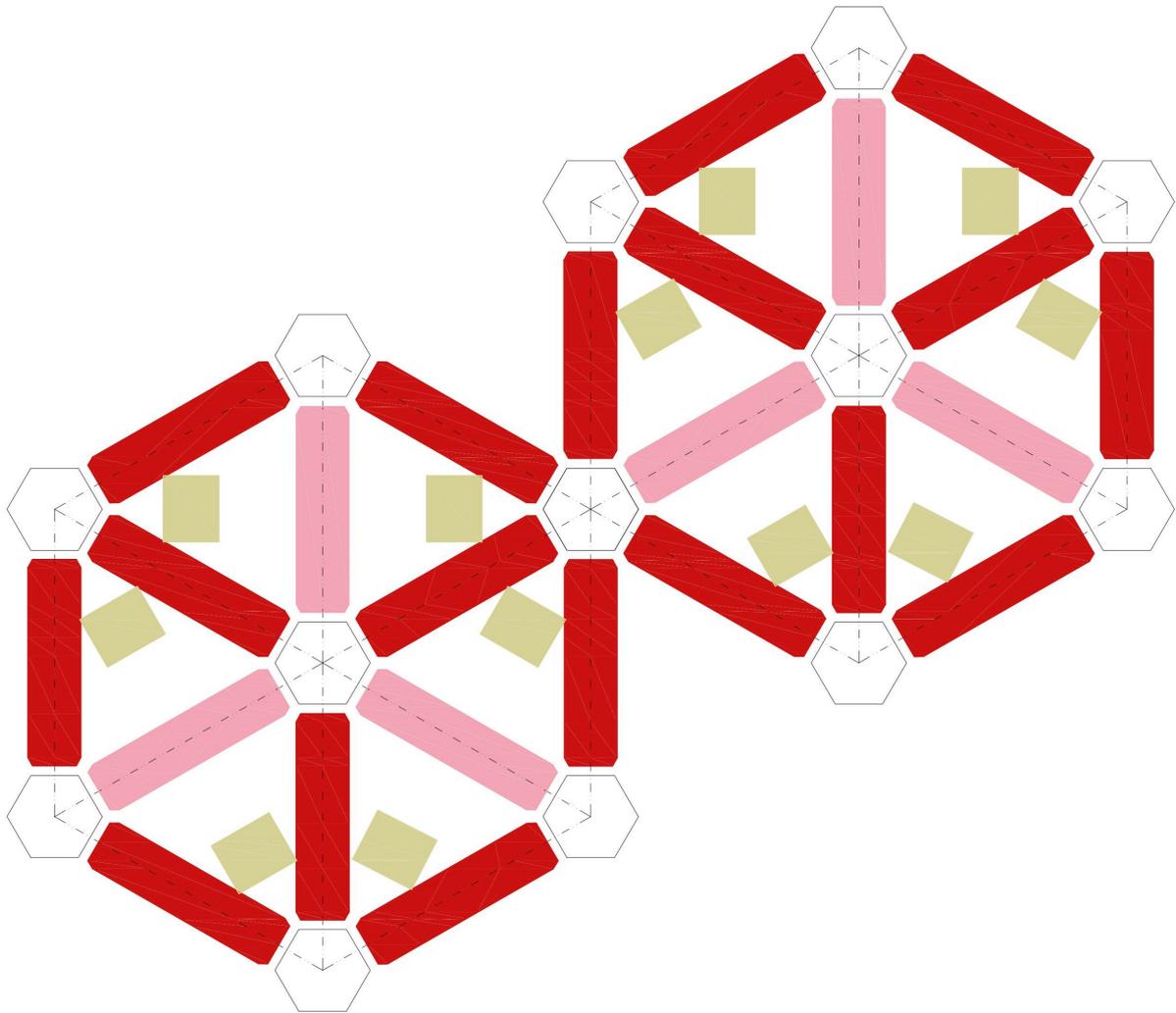


Figura 9  
 Esquema de Crescimento Modular dos Blocos Didáticos – Plano Piloto 1977.  
 Fonte: Esquema base (LERNER, et al, 1977). Redesenho do autor Renan Avanci.  
 Legenda:

- Malha Projetada
- Malha em Expansão Modular
- Malha em Expansão por Derivação
- Núcleos de apoio. Auditório / Sanitário / Cantina

Por meio das matrizes didáticas estabeleceu-se um sistema de referência nomeando os blocos de ensino e os blocos de laboratórios como forma de facilitar a orientação do usuário dentro do setor didático.

Neste sentido, foi proposta uma segunda malha sendo basicamente como uma trama virtual quadriculada implantada sobre a malha triangular de fixação dos blocos educacionais. A cada setenta e cinco metros, onze eixos nomeados em ordem alfabética (A, B, C,

D, E, F, G, H, I, J, K) fracionavam virtualmente o campus em seu sentido longitudinal. Do mesmo modo, a cada quarenta e cinco metros de distância, dez eixos numerados de 1 a 10 segmentavam transversalmente o espaço acadêmico no sentido norte - sul. O critério de nomeação dos blocos dar-se-ia, então, pelo posicionamento do edifício didático em conformidade com a malha virtual. Uma vez o edifício sendo implantado entre o eixo longitudinal C e os eixos transversais 6 e 7, por exemplo, seria nomeado como Bloco C67.

Este critério de referência seguia-se por todos os pavilhões didáticos conforme sua disposição nos eixos virtuais.

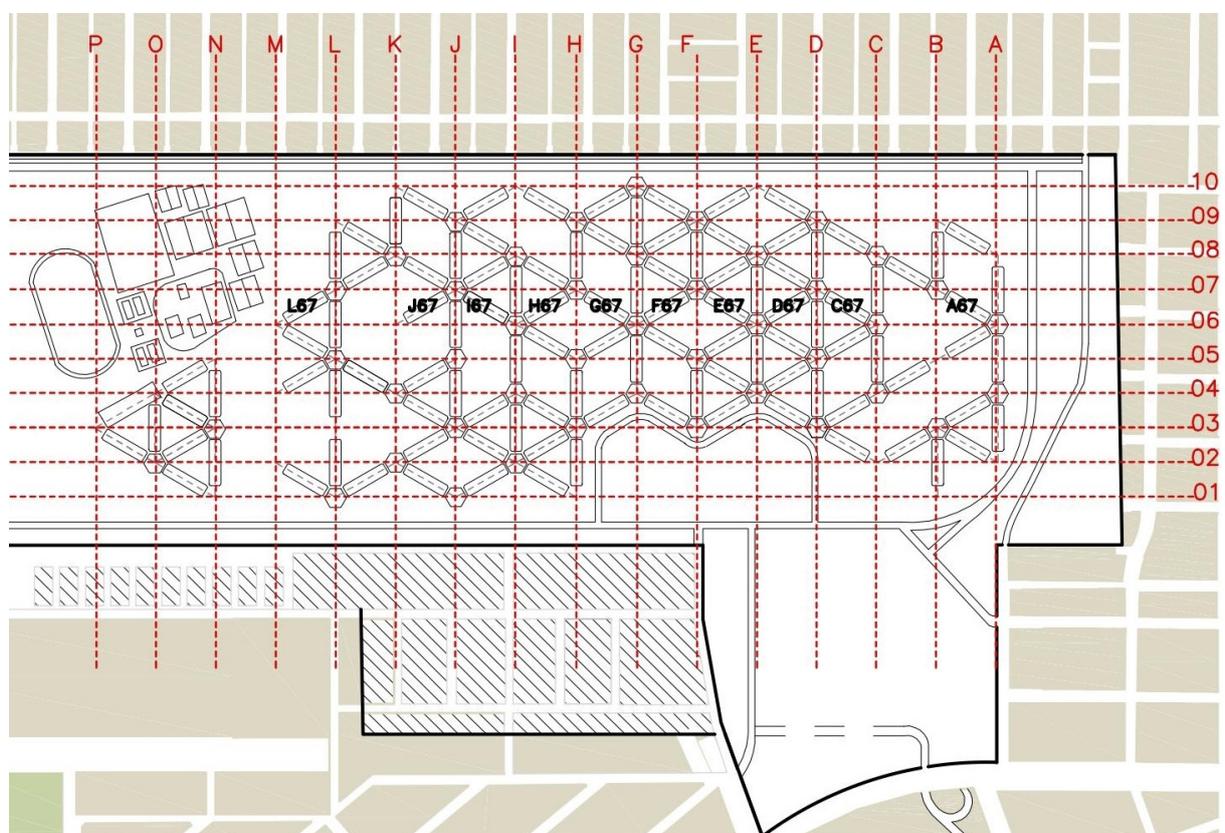


Figura 10

Malha virtual de nomeação dos blocos didáticos.

Fonte: Mapa Base Plano Piloto 1977. Disponível na DOP/PTO. Elaboração do autor Renan Avanci.

De acordo com a análise deste segundo plano pela Comissão de Planejamento da Universidade, apesar da estrutura espacial atender os objetivos almejados pela instituição, a disposição dos blocos criou uma sensação de enclausuramento, impedindo o observador do domínio visual da paisagem universitária e à apropriação do seu território como um todo (UEM, 1976). Na verdade, aos olhos da Comissão, a malha triangular configurou um percurso confuso entre as edificações. Uma trajetória em linhas quebradas sem permitir uma

orientação clara para o usuário necessitando, assim, de uma programação visual complexa de identificação dos blocos didáticos.

## Considerações

As díspares formas de configuração do setor didático de ambos os planos apresentados tratou de responder, como pudemos notar, tanto às estratégias espaciais de implantação das edificações em um *campus* universitário, quanto aos princípios estéticos de organização de uma instituição acadêmica. São representações que, apesar das distâncias formais, traduzem uma preocupação com a unidade do território, com a integração das atividades e com a flexibilização e compactação dos espaços de ensino.

Em contrapartida, a transição entre essas representações como propostas arquitetônicas foi marcada por conceitos que direcionaram a alternância de uma configuração simples e legível para uma implantação complexa e labiríntica. De uma identidade funcional e plástica proposta pela concepção arrojada do pavilhão linear do primeiro plano, considerando sua negação devido a sua rigidez externa, para a malha triangular concebida pelo segundo plano, com implicações que conduzem ao enclausuramento e a ilegibilidade do espaço universitário.

## Referências

- ALBERTO, K. C. *Formalizando o ensino superior no Brasil na década de 1960: a cidade universitária da Unb e seu projeto urbanístico*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, Departamento de Urbanismo da UFRJ, 2008.
- ALBERTO, K. C. *Interfaces Brutalistas: Megaestruturas universitárias*. Curitiba: Anais do 10º Seminário Docomomo Brasil, 2013.
- AVANCI, R. A. *UEM, campus e planos: formalizando a universidade planejada*. Maringá: UEM, Dissertação de mestrado, Departamento de arquitetura e urbanismo da UEM, 2016.
- BANHAM, R. *Megaestructuras: futuro urbano del pasado reciente*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- CABRAL, C. P. C. *Grupo Archigram, 1961 -1974: uma fábula da técnica*. Barcelona: ET-SAB, Tese de doutorado, Universidade Politécnica da Catalunha, 2002.
- CABRAL, C. P. C. *Uma fábula da técnica na cultura do Estado do bem estar: grupo Archigram, 1961-1974*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.11, n.12, p. 247-263, 2004.
- COMCAP-UEM – Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa.

CORDOVIL, F.C.S. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982*. São Carlos, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2010.

DOP/PTO-UEM – Diretoria de obras e projetos – Divisão de projeto.

LERNER, J.; BONGESTABS, D.; PRADO, M. *Memorial justificativo Plano Piloto*. UEM, 1977.

MAHLER, C. R. *Territórios Universitários: tempos, espaços, formas*. Brasília: UnB, Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, 2015.

MARINGÁ. Relatório Maio 1971 – *UMA Universidade de Maringá*. Maringá, 1971.

MONTANER, J. M. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, J. M. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

UEM. *Plano Piloto do Câmpus Universitário – Plano Diretor – Anteprojeto e projetos definitivos do Câmpus*. Maringá. Maringá: UEM, 1976.

# O lugar do espaço público de propriedade privada na cidade contemporânea

Fábio Bortoli

## Fábio Bortoli

fabiobortoliarq@gmail.com - Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter

### Resumo

Este artigo discute um tipo específico de espaço público: o "Espaço Público de Propriedade Privada" (tradução de "Privately Owned Public Space" ou POPS), originado da revisão de 1961 da legislação urbana de Nova Iorque, que concede benefícios legais de área construída aos edifícios que garantem espaços térreos para uso público. Atualmente, POPS podem ser encontrados, com regras semelhantes, em cidades como São Francisco, Boston, Detroit, Santiago, Hong Kong e Tóquio. No Brasil, a partir de 2013, a cidade de São Paulo passou a adotar em seu Plano Diretor Estratégico o termo "Fruição Pública" para espaços privados de uso público.

A discussão dos POPS se justifica pelas mudanças que as cidades têm passado nas últimas décadas, dadas pela reprodução de projetos urbanos de grande porte. Técnicas de 'placemaking' e 'placemarketing' têm criado lugares em regiões carentes de centralidade, "centros excêntricos", como define Castello (2013), diluindo os limites entre público e privado.

O artigo apresenta o contexto disciplinar da discussão dos Espaços de Públicos de Propriedade Privada e discorre sobre experiências tipológicas. Os conflitos que ensejam na ordem urbana e o potencial de apropriação pública deste tipo de espaço são abordados na sequência. Conclui-se pela necessidade de um entendimento plural do que seja um sistema de espaços públicos, em atendimento à demanda crescente por lugares urbanos, já que a realidade das cidades conduz a que sejam aproveitadas todas as oportunidades para criação de espaços públicos qualificados. Talvez diante disso, autores como Ascher (2010), Carmona (2014) e Chung et al. (2001) definam novos parâmetros para a abordagem deste importante elemento urbano.

**Palavras-chave:** Espaço público. Espaço privado. Espaço Público de Propriedade Privada.

### Abstract

*This article discusses a specific type of public space: The Privately Owned Public Space, or POPS, which originated from the 1961 revision of the New York Zoning Resolution, offering legal incentives of increased floor area to buildings providing street-level spaces for public use. POPS with similar regulations can currently be found in cities such as San Francisco, Boston, Detroit, Santiago, Hong Kong and Tokyo. In Brazil, from 2013, the city of São Paulo began to adopt the term "Public Use" for privately owned public spaces in its Strategic Planning Legislation.*

*Changes to cities in recent decades through the spread of large-scale urban projects make this discussion of POPS timely. 'Place-making' and 'placemarketing' techniques have created places in regions lacking in centrality, which Castello (2013) terms "eccentric centres", diluting the boundaries between public and private.*

*This article presents the disciplinary context of the discussion of Privately Owned Public Spaces and considers some typological experiences. It then addresses the conflicts they cause in the urban setting and the potential for public appropriation of this type of space. It concludes with the need for a plural understanding of what kind of system of urban spaces might meet the growing demand for urban places, given that conditions in cities are leading exploration of every opportunity for the creation of appropriate public spaces. Perhaps it is in the light of this that authors such as Ascher (2010), Carmona (2014) and Chung et al. (2001) have defined new parameters for dealing with this important element of the urban environment.*

**Keywords:** Public space. Private Space. Privately Owned Public Space

### Resumen

*Este artículo describe un tipo específico de espacio público: el "Espacio Público de Propiedad Privada" (traducción de "Privately Owned Public Space" o POPS), originado la revisión de 1961 de la ley urbana de Nueva York, que otorga beneficios legales de área construida a los edificios que garanticen espacios de tierra para uso público. Actualmente, se puede encontrar POPS, con reglas similares, en ciudades como San Francisco, Boston, Detroit, Santiago, Hong Kong y Tokio. En Brasil, a partir de 2013, la ciudad de Sao Paulo comenzó a adoptar en su Plan Maestro Estratégico el término "Fruición Pública" para espacios privados de uso público.*

*La discusión de los POPS se justifica por los cambios que las ciudades han experimentado en las últimas décadas, debido a la reproducción de grandes proyectos urbanos. Técnicas 'placemaking' y 'placemarketing' han creado lugares en regiones necesitadas de centralidad, "centros excéntricos", como define Castello (2013), diluyendo las fronteras entre lo público y lo privado.*

*El artículo presenta el contexto disciplinar de la discusión de los Espacios Públicos la Propiedad Privada y se analizan las experiencias tipológicas. Los conflictos que causan en el orden urbano y el potencial de apropiación pública de este tipo de espacio se abordan en secuencia. Los resultados confirmaron la necesidad de una comprensión plural de lo que es un sistema de espacios públicos, en respuesta a la creciente demanda de lugares urbanos, ya que la realidad de las ciudades conduce a que sea aprovechadas todas las oportunidades para la creación de espacios públicos calificados. Tal vez en esto, autores como Ascher (2010), Carmona (2014) y Chung et al. (2001) definen nuevos parámetros para hacer frente a este elemento urbano importante.*

**Palabras-clave:** Espacio público. Espacio privado. Espacio Público de Propiedad Privada.

## Introdução: um contexto para os 'POPS'

**D**e forma genérica, podem ser considerados "espaços públicos de propriedade privada" os espaços privados que permitem a ocorrência de atividades associadas ao domínio público, típicas da vivência social urbana<sup>1</sup>. A partir do século XIX, estes espaços se desenvolvem nas galerias comerciais surgidas em Paris, mas desde então evoluíram com grande varie-

<sup>1</sup> Alguns autores utilizam nomenclaturas semelhantes para descrever o mesmo fenômeno: Queiroga, et.al. (2015) se referem a "Espaços Livres de Fruição Pública"; Oldenburg (1999) fala em "terceiros lugares"; Vargas (2002) se refere a "espaços públicos interiores" e "espaços semi públicos".

dade tipológica — bares e cafés, shopping centers, parques temáticos, campi universitários, museus ou praças corporativas —, assumiram importância nas cidades contemporâneas e passaram a rivalizar com os espaços públicos tradicionais.

Este trabalho concentra seus esforços em estudar um tipo específico de espaço público de propriedade privada, que pode ser definido com um espaço público criado e mantido por entidade privada de acordo com legislação e padrões específicos, que garantem sua condição pública de acesso e uso, e que, para tanto, recompensam seus promotores com incentivos, normalmente a possibilidade de adensamento construído da edificação. Este tipo específico de espaço público de propriedade privada foi primeiramente introduzido na legislação urbana de Nova Iorque sob o nome de "*Privately Owned Public Space*" ou "POPS"<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Aqui o acrônimo "POPS", do termo norte americano "Privately Owned Public Space", será utilizado como designação do objeto de estudo, em diferenciação aos demais espaços públicos de propriedade privada a que o texto se refere anteriormente.

POPS, espaço público por força da lei, é um mecanismo legal até certo ponto recente no contexto da arquitetura e do urbanismo, mas, como se verá, bastante difundido ao redor do mundo. Facilmente capturável pelos produtores imobiliários, POPS ainda são vistos como frágeis provedores de apropriação pública. O que nos possibilita estudá-lo como espaço público é a manifestação de teóricos contemporâneos, que rediscutem os já borrados limites entre público e privado.

A condição privada de sua propriedade é o aspecto central nesta discussão. Carmona et al. (2012, p. 137) colocam que a condição relativa do espaço público pode ser considerada em termos de: (1) propriedade — se o espaço é de propriedade pública ou privada e se constitui território "neutro"; (2) acesso — se o público tem acesso ao espaço, — o que coloca a questão em relação extensão do acesso (nem todos os espaços públicos são "abertos" e acessíveis a todos); e (3) uso — se o espaço é ativamente utilizado e compartilhado por diferentes grupos e indivíduos.

Cientista político, Maniscalco, avalia a essencialidade da manifestação democrática nos espaços públicos e sugere uma abordagem menos baseada em aspectos físicos e de propriedade, no qual a apropriação pública poderia ser mais bem indicada pela avaliação dos seguintes aspectos: abertura e acessibilidade aos usuários; suporte para atividades comunitárias; visibilidade e transparência; diversidade, tolerância e acomodação; e autenticidade e surpresa (MANISCALCO, 2015, Kindle Locations 152-153).

Cientista político, Maniscalco, avalia a essencialidade da manifestação democrática nos espaços públicos e sugere uma abordagem menos baseada em aspectos físicos e de propriedade, no qual a apropriação pública poderia ser mais bem indicada pela avaliação dos seguintes aspectos: abertura e acessibilidade aos usuários; suporte para atividades comunitárias; visibilidade e transparência; diversidade, tolerância e acomodação; e autenticidade e surpresa (MANISCALCO, 2015, Kindle Locations 152-153).

### **Espaço privado legalmente público: os “POPS”**

Os POPS tornaram-se conhecidos a partir da revisão na legislação urbana de Nova Iorque realizada em 1961, que passou a oferecer benefícios de área construída para os edifícios que garantissem espaços para uso público. Atualmente, o princípio dos POPS é usado pela legislação urbana de diversas cidades para incentivar a produção de espaços públicos em áreas já densamente ocupadas, nas quais a aquisição de terrenos pela municipalidade seria inviável ou muito dispendiosa. Em troca da produção e manutenção dos POPS, os empreendedores privados recebem alguma bonificação no regramento edificado (maiores alturas ou áreas construídas) ou isenções fiscais.

Para Kayden et. al. (2000, P. 22), a lógica que suporta a criação de POPS se baseia na crença de que a cidade seria um ambiente físico melhor se repleta de espaços públicos e edifícios de grande porte, do que com poucos espaços públicos e edifícios menores. Além da clara desoneração da municipalidade na produção e manutenção de espaços públicos, em áreas já normalmente adensadas e de alto custo de terra, a estratégia se baseia no adensamento construtivo e sua mitigação através dos espaços públicos. Da parte do empreendedor, a matemática é ainda mais simples: o custo de implantação e manutenção do POPS deve ser menor ou igual à renda da bonificação obtida.

### **O pioneirismo e a experiência de Nova Iorque**

Jerold S. Kayden, em publicação conjunta com o Departamento de Planejamento Urbano de Nova Iorque e com a Sociedade Municipal de Arte de Nova Iorque, chamada “Privately Owned Public Spaces – The New York City Experience” (2000), relata o histórico, define, analisa e inventaria os POPS construídos na cidade de Nova Iorque até o ano de 2000. Kayden et. al. (2000) demonstram que foi a firma de arquitetura Voorhees Walker Smith & Smith, contratada em 1956 como consultora para a revisão das regras de zonea-

mento de 1916, que propôs a criação dos POPS: “a fim de trazer mais luz e ventilação em ruas ladeadas por edifícios altos, assim como para criar espaço aberto mais utilizável, um dispositivo de bônus foi criado para incentivar o recuo dos edifícios a partir do alinhamento” (VOORHEES apud KAYDEN et al, 2000, p. 11). O autor explica que o estudo inicial da firma Voorhees Walker Smith & Smith era francamente inspirado em dois ícones modernos construídos em Nova Iorque naquele período: Lever House (1952) e Seagram Building (1958) (Figuras 01 e 02). Explorações modernas do tipo edifício em altura, ambos edifícios abrigam sedes institucionais sem as demandas imobiliárias de um empreendimento comercial convencional: se baseiam em soluções arquitetônicas menos densas do que a legislação de 1916 permitia, gerando espaços livres no térreo abertos para usos do público.



Figura 1  
Lever House. Skidmore, Owings & Merrill, concluído em 1952.  
Fonte: Autor.



Figura 2  
Seagram Building, Mies van der Rohe, concluído em 1958.  
Fonte: Autor.

A redação final da lei de zoneamento de Nova Iorque de 1961 seguiu, aproximadamente, a definição de Voorhees. O texto final previa POPS do tipo “praça” e “arcada” com incentivos podendo chegar a 20% do total da área construída permitida, o que os tornou “praticamente irresistíveis” para construtores e contribuiu para que fossem adotados por virtualmente todos os projetos aptos ao benefício (KAYDEN et. al., 2000).

A legislação definia padrões mínimos de projeto, que evoluíram desde sua primeira versão. Os padrões atuais têm, conforme The New York City Department of City Planning (2015), definições quantitativas e qualitativas para calçadas, mobiliário, acessos, vegetação, segurança e identificação (Figura 03). Sendo espaço privado, o proprietário é responsável pela manutenção e segurança e pode determinar regras de uso e conduta, que devem estar fixadas em local visível a todos (Figura 04).



Figura 3  
Identificação oficial de POPS e descrição dos equipamentos obrigatórios a serem disponibilizados.  
Fonte: Autor.



Figura 4  
Regras de conduta definidas pelo proprietário para POPS.  
Fonte: Autor.

A importância do programa de concessão de POPS em Nova Iorque pode ser avaliada pela extensão de seus resultados: conforme Kayden et. al. (2000), existiam, em 2000, 503 POPS em 320 edifícios comerciais e residenciais, totalizando 33,3 hectares de área. A avaliação qualitativa do próprio Departamento de Planejamento municipal, no entanto, demonstra que muitos destes espaços são inacessíveis ou destituídos de características que poderiam atrair usos públicos. Somente 16% são ativamente utilizados como destino regional ou espaço de reunião de vizinhança, 21% são utilizados como breves locais de descanso, 18% são espaços relacionados à circulação, 4% estão em renovação ou

<sup>3</sup> “Espaços que não contam com níveis satisfatórios de projeto, amenidades ou apelo estético, e dissuadem o público a qualquer uso. Tais espaços usualmente contam com uma ou mais destas características: paisagem estéril, nível de piso acima ou abaixo do passeio público, microclima inóspito (vento ou sombra), ausência de equipamento, grades pontiagudas, paisagismo em abandono, ausência de manutenção, locais de carga e descarga, e nenhum uso público mensurável” (KAYDEN, 2000, p. 51).

reforma e 41% são de “utilidade marginal”<sup>3</sup> (The New York City Department of City Planning, 2015).

Ao longo dos anos, os incentivos e os padrões de projeto para os POPS sofreram mudanças importantes. Conforme Dimmer (2013b) e Kayden (2015) estas melhorias foram motivadas inicialmente pelas pesquisas do sociólogo William H. Whyte que resultaram no livro e no filme “The Social Life of Small Urban Spaces”, nos quais são apontadas a baixa qualidade geral dos POPS construídos até aquela data e as qualidades desejadas para os pequenos espaços públicos urbanos.

As figuras 5 a 8 apresentam quatro tipos diferentes de POPS em Nova Iorque.



Figura 5  
Espaço coberto de pedestres e acesso ao metrô, no número 560 da Avenida Lexington.  
Fonte: Autor.



Figura 6  
Praça através da quadra localizada na Sexta Avenida, entre as ruas 45 e 46.  
Fonte: Autor



Figura 7  
Galeria através de quadra, no número 1325 da Sexta Avenida.  
Fonte: Autor.



Figura 8  
Praça Zuccotti Park, na Broadway, originalmente denominado Liberty Plaza.  
Fonte: Autor.

## A experiência internacional

Com objetivos e resultados diferentes, instrumentos legais que possibilitam a produção de POPS podem ser encontrados em cidades tão distintas quanto São Francisco, Boston, Detroit e Seattle (EUA), Aachen (Alemanha), Santiago (Chile), Hong Kong, Bangkok (Tailândia), Taipei (Taiwan), Melbourne (Austrália), Toronto (Canadá), São Paulo (Brasil) e Tóquio, Yokohama e Osaka (Japão). As experiências de algumas destas cidades são relatadas resumidamente a seguir.

O Japão, conforme aponta Dimmer (2013c), a partir da metade da década de 1960, constituiu uma legislação nacional que instrumentou as grandes cidades, já então densamente ocupadas e carentes de espaços públicos, a conceder incentivos para produção de POPS. No entanto, antes mesmo da legislação nacional, foi na cidade de Osaka, em 1930, que surgiu um mecanismo legal para produção de espaços públicos nos moldes dos POPS: o alargamento em 2 metros de ruas densamente ocupadas foi trocado por maiores alturas de construção (KUROSE, 2013). Em Osaka, atualmente, outros POPS se agregaram, utilizando padrões de troca de área livre por área de construção, projetos especiais ou edifícios de interesse histórico cultural.

Conforme Dimmer (2013d), em Tóquio, foram produzidos, até 2011, POPS em mais de 697 empreendimentos comerciais, residenciais ou comunitários, totalizando pelo menos 1,9 milhões de metros quadrados de espaços públicos: o triplo do produzido em Nova Iorque até o mesmo ano. O autor cita como referência o POPS recentemente implantado Tokyo Midtown, que se integra ao Parque Hinokicho, público e pré-existente.

Na & Siu (2013) registram que a legislação de Hong Kong que regulamenta os POPS foi criada na década de 1980, seguindo os princípios de bonificação de área construída. Os autores relatam que um dos principais tipos de POPS ocorrente na cidade ocupa a área interna de shopping centers, como a base comercial do edifício K11, que possui seu corredor principal aberto e público.

Em São Francisco, os POPS são chamados de "privately-owned public open spaces"<sup>4</sup> ou "POPOS". A legislação local exige POPOS como contrapartida de área construída desde 1968, com o objetivo de "oferecer, no centro da cidade, espaços abertos de qualidade, em quantidade e variedade suficiente para atender as necessidades locais de trabalhadores, residentes e visitantes" (SPUR, 2009). A autoridade de planejamento

<sup>4</sup> Uma tradução possível para o termo seria "espaços de propriedade privada abertos ao público".

municipal de São Francisco reporta a existência de 68 POPOS no centro da cidade, classificados em parques, praças, terraços e fragmentos de quadra.

A cidade de Santiago do Chile foi a primeira sul americana a contar com legislação para criação de POPS. Fuhrmann (2013) relata estudo de 62 POPS presentes na região do bairro Providência, onde a legislação oferece bonificação para espaços públicos em edifícios.

No Brasil a pesquisa para este trabalho não encontrou legislação urbanística nos moldes da que regulamenta os POPS. No entanto, na cidade de São Paulo (SP), um mecanismo do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei Municipal 16.050/2014) - com o nome de "Fruição Pública" prevê "uso público de área localizada no pavimento térreo que não pode ser fechada com edificações, instalações ou equipamentos" (PREFEITURA DE SÃO PAULO, [s.d.]). A utilização de áreas privadas como espaço público tem "o objetivo de estimular e melhorar a oferta de áreas qualificadas para o uso público que privilegiem o pedestre e promovam o desenvolvimento de atividades com valor social, cultural e econômico" (PREFEITURA DE SÃO PAULO, [s.d.]). Não foram encontrados exemplos da aplicação desta norma.

## **A apropriação pública dos POPS**

A experiência de diversas cidades demonstra que os POPS podem ser considerados instrumento útil para prover espaços públicos em áreas centrais ou densamente ocupadas, nas quais investimentos públicos com o mesmo efeito seriam desproporcionalmente altos. No entanto, como a experiência de Nova Iorque demonstra, o simples oferecimento do espaço físico não garante que o espaço público será apropriado pela população. A apropriação pública dos POPS depende de diversos fatores, de múltiplas origens, tais como: características de uso e densidade do entorno, características físicas do espaço (dimensão, insolação...), definições de projeto, qualidade da manutenção, envolvimento da comunidade de usuários, regramento legal, disposição do proprietário em manter o caráter público do espaço e regras de uso estipuladas pelo proprietário. O manejo privado destes fatores, quando não corretamente fiscalizado, tende a uniformizar os espaços, estimular sua apropriação por grupos específicos ou seu abandono pelo público.

A experiência ocidental estimula a construção de POPS em áreas centrais de negócios, o que, em geral, determina seu uso cotidiano relacionado a atividades de curta duração: espera, descanso e pequenas refeições

entre períodos de trabalho. As pesquisas conduzidas para este trabalho, in loco e em bibliografia, demonstraram que, durante os dias úteis é comum encontrar trabalhadores em horário de almoço ou descanso, pessoas que aguardam compromissos ou agendam encontros rápidos. Nos finais de semana, os mesmos POPS se prestam a pontos de encontro para grupos maiores, dependendo das condições de cada espaço e das regras de uso que sobre eles incidem. Já os exemplos orientais relatados na bibliografia demonstram um panorama mais heterogêneo, no qual o envolvimento de comunidades de moradores e usuários locais pode sugerir interessantes níveis de apropriação pública<sup>5</sup>.

As figuras a seguir mostram usuários de dois POPS de Nova Iorque: o Zuccotti Park ocupado pela comunidade de indianos residentes que estão em encontro de almoço dominical (Figura 09) e a praça através da quadra na Sexta Avenida, ocupada por trabalhadores que almoçam, conversam ou simplesmente passam o tempo (Figura 10).

<sup>5</sup> Para um panorama dos POPS no contexto internacional, ver Center of Sustainable Urban Regeneration (2013).



Figura 9  
Zuccotti Park ocupada em uma tarde de domingo.  
Fonte: Elisabeth Reis Schreiner.



Figura 10  
Praça através da quadra numa tarde de dia útil.  
Fonte: Autor.

## Potencial e conflitos de apropriação

Apesar dos esforços dos legisladores, em propor regras claras, e das municipalidades, em fiscalizar a correta aplicação dos padrões estabelecidos, os POPS apresentam sérias restrições à ampla apropriação pública. Muito embora as condições físicas e de manutenção possam satisfazer demandas de uso, são problemas recorrentes: mobiliário, elementos físicos restritivos, segurança ostensiva ou sistemas de monitoramento e até mesmo o controle do acesso.

Para Németh & Schmidt (2011), a existência dos POPS levanta três questões principais relacionadas à apropriação pública: (i) a provisão privada de espaços de acesso público tende a ceder o controle do espaço público a entes privados que podem não ter em conta os interesses públicos; (ii) espaços que são de propriedade e operação privadas tendem a servir como extensões da imagem pública de seus financiadores; e (iii) a segurança, como meta muito citada e socialmente aceitável, se priorizada em relação à inclusão ou à apropriação pública, é potencialmente problemática, já que, frequentemente, tentativas de atrair uma população mais “apropriada” dependem da exclusão dos considerados indesejáveis.

Relatos de alguns casos nos revelam o potencial de apropriação pública e os conflitos gerados pela atuação de proprietários e de comunidades e grupos organizados, ao interagir nos POPS. Da parte dos proprietários há uma tendência a maximizar o uso e minimizar o risco, enquanto usuários, por vezes de forma não convencional, buscam resgatar os direitos de uso, desafiando regras estabelecidas.

Jornalista e usuário dos POPS de Nova Iorque, Chaban (2015) relata que restrições de acesso a estes espaços tomaram força após os ataques terroristas de 2001. O autor cita o átrio do Edifício Trump Tower, POPS coberto, construído com a bonificação de 20 pavimentos ao edifício, que deveria servir a qualquer cidadão, como conexão entre duas ruas através da quadra e espaço de descanso, mas que durante um período recente foi apropriado por uma loja de suvenires de seu proprietário.

Por um lado, é curioso, num primeiro momento, que o Movimento Occupy Wall Street, iniciado em 2011, tenha ocorrido justamente num POPS: Zuccotti Park. Na prática, conforme profere Kayden (2011), devido às restrições severas que a Prefeitura da Cidade de Nova Iorque impõe ao uso de suas praças e parques,

se tornou mais fácil, para o Occupy Wall Street, utilizar um POPS. Kayden compara as regras de conduta do Zuccotti Park à época do início da ocupação com as do City Hall Park, praça pública situada nas proximidades: para não ser removida pela polícia, qualquer manifestação pública neste último necessitaria de uma autorização oficial prévia e não poderia ter o caráter permanente intencionado pelo movimento.

A cerca deste ponto, Woodward (2012) discute as regras de conduta dos POPS e ressalta que a legislação de Nova Iorque não é clara quanto a sua definição, possibilitando aos proprietários alcançar níveis de controle que dão margem somente a usos passivos destes espaços. O mesmo autor demonstra como, durante a ocupação pelo Occupy Wall Street, as regras de conduta do Zuccotti Park foram alteradas para facilitar sua desocupação forçada e repelir outros eventos semelhantes, o que foi seguido por proprietários de outros POPS.

Outro evento que lança luz na discussão da apropriação pública de POPS ocorreu em 15 de outubro de 2011: o "Arcade Parade", organizado por associações civis, entre elas a "Friends of Privately Owned Public Spaces", percorreu uma sequência de POPS entre as ruas 51 e 57 e Sexta e Sétima Avenidas de Nova Iorque. Através da caminhada de usuários e moradores, pontuada apresentações artísticas, o evento objetivou levar animação aos espaços e aumentar a sua visibilidade e acesso. A organização, que dedicou evento ao urbanista William H. Whyte, obteve sucesso de público e alguma repercussão local, apesar da resistência da segurança e dos proprietários de alguns POPS.

Dimmer (2013b) apresenta POPS já consolidados em cidades japonesas que demonstram possibilidades de projetos realizados em estreita cooperação com comunidades locais. O autor relata o caso do POPS do edifício Wacoal Corporation, em Kyoto, que foi compartilhado com os moradores da comunidade, renomeado como 'You you Park' pelos estudantes da escola local e tornado também espaço para atividades escolares. Outro exemplo citado por Dimmer (2013c) aponta o envolvimento de uma comunidade de Saitama, região metropolitana de Tokyo, no desenvolvimento do empreendimento residencial Garden Hills Forest, no qual um acordo de adoção foi realizado para que a população assumisse a responsabilidade pela manutenção do POPS e o pudesse utilizá-lo para eventos públicos.

Conforme Na & Siu (2013), em 2008, a cafeteria locatária do espaço aberto da Times Square Hong Kong,

um dos POPS locais mais frequentados da cidade, em acordo com a legislação da cidade, passou a proibir o acesso para o público não cliente e operar com seguranças para remover os demais usuários. A atitude por parte dos gestores gerou reação da população, que protestou no local, ocupando sistematicamente a praça até que o caráter inicial do espaço foi recuperado.

## **Apropriação pública dos POPS em comparação aos espaços públicos tradicionais**

A multiplicação de POPS pode ser entendida como uma tendência contemporânea e as evidências colocadas nos sugerem a necessidade de entender o grau de apropriação pública desejável para POPS em comparação com espaços públicos tradicional. O interesse da crítica em arquitetura e urbanismo acerca do tema, que não é recente, se fortaleceu pela ocorrência do movimento Occupy Wall Street, em Nova Iorque.

Para Dimmer (2013b, p. 11), o monitoramento da qualidade de concepção e gestão de uma grande quantidade de espaços públicos de propriedade privada é quase impossível para as autoridades municipais. A chave para a aplicação eficaz do princípio dos POPS seria uma sociedade civil ativa, interessada, experiente e estridente que, literalmente, se preocupasse com esses espaços. Neste sentido é que têm atuado diversas iniciativas (algumas delas acima apresentadas), para resgatar ou potencializar a apropriação pública dos POPS.

A apropriação pública dos POPS tende a ser definida não só pela disponibilidade dos seus proprietários em efetivar o que está legalmente estabelecido, mas também pela participação efetiva das comunidades de usuários e moradores vizinhos. A apropriação pública também deve ser reforçada, fiscalizada e incentivada pelos governos municipais que elegeram esta forma de produção de espaço, que nada mais é do que um investimento público indireto. A iniciativa de mapear e disponibilizar as informações aos residentes, seguida da revisão da legislação, da fiscalização do seu cumprimento e da sinalização dos espaços, tem sido o caminho adotado por cidades como Nova Iorque e São Francisco (BADGER, 2012; KAYDEN, 2015).

Em geral, a apropriação dos POPS pela população é ameaçada por um conjunto de ações adotadas, em todo ou em parte, pelos proprietários, com vistas a aumentar o controle e reduzir o risco de operação:

controle de uso; desvio do uso original; regras de conduta restritivas; filtros de acesso de usos e usuários; segurança ostensiva e eletrônica; ações policiais; medidas cautelares judiciais; e até mesmo instituição de toque de recolher. Conforme visto, no entanto, bons resultados provêm da participação efetiva dos usuários com a mediação da municipalidade e a anuência dos proprietários. A figura 11 apresenta um POPS fechado para uso público, em desconformidade com a legislação.



Figura 11  
POPS na Avenida Lexington, 425.  
Fonte: autor.

Vale ressaltar que, se invertermos o ponto de vista, as medidas tomadas pelos proprietários dos POPS são também aplicadas aos espaços públicos tradicionais em situações de conflito - ou não - (neste caso pelos governos que detêm sua propriedade e gestão). De fato, todo espaço público possui regras de utilização, explícitas ou implícitas, e a simples existência ou a

condição de serem propriedade pública não garantem uso amplo pela população ou condição democrática. Mais além: muitos espaços públicos tradicionais são apropriados por usuários específicos ou condicionados e policiados pelo Estado de tal forma que a apropriação pública acaba restrita.

O certo é que POPS podem ser considerados espaços complementares, componentes do sistema de espaços abertos de uma cidade, e não deveriam assumir protagonismo dentro do espectro dos espaços públicos urbanos e sim constituir uma parte desta nova gama de espaços públicos.

## **O lugar dos POPS na cidade contemporânea**

A tendência de privatização dos espaços públicos, muito relacionada aos POPS, é um dos pontos mais atacados pela crítica em arquitetura e urbanismo. Contudo, uma visão contemporânea pode ser mais tolerante neste aspecto. Para Carmona (2010, p. 172), as tendências contemporâneas, no que se refere ao projeto e gestão, estão resultando em uma gama cada vez mais complexa de tipos de espaços públicos. Técnicas de 'placemaking' e 'placemarketing' têm criado lugares em regiões carentes de centralidade, "centros excêntricos", como define Castello (2013), diluindo os limites entre público e privado.

Visualizar os POPS como componentes viáveis das cidades contemporâneas passa por interpretá-los a partir de textos recentes, que buscam abarcar as novas manifestações da forma urbana, nas quais os espaços privados podem adquirir caráter público, oferecendo oportunidades de vivências sociais. Castello (2007) já demonstrou que lugares criados podem clonar as características tradicionais e prover espaço para vivências sociais plenas de urbanidade.

Neste sentido é importante lembrar que François Ascher apresenta como um novo princípio para o urbanismo "conceber espaços múltiplos de n dimensões sociais e funcionais, hiperespaços que articulem o real e o virtual, propícios tanto à intimidade quanto às mais variadas sociabilidades" (ASCHER, 2010, p. 90), pois os "estatutos jurídicos e práticos dos espaços são cada vez menos homogêneos e não abarcam mais a distinção entre acessos públicos e privados, acessos livres e reservados, interior e exterior, infraestrutura e superestrutura, serviços e equipamentos" (ASCHER, 2010, p. 89). Como desenvolve Cas-

tello (2013), Ascher se refere a uma nova maneira de perceber o que é público e o que é privado, conferida pelas “práticas sociais”, isto é: o caráter público de um lugar resulta de ali se ter conformado um determinado ambiente comportamental.

Para Carmona et al. (2012) não há um espaço público ideal, mas perspectivas variáveis que competem entre si e, assim sendo, precisamos sempre nos perguntar “para quem” um espaço pode ser mais, ou menos, público. Os autores acrescentam que, de um ponto de vista estrito, se as pessoas (usuários) pensam que um espaço é público, então ele é um espaço público.

No mesmo sentido, quando Koolhaas, em “Harvard Design Guide to Shopping”, vaticina a morte do espaço público, podemos interpretar como uma referência às formas tradicionais, que não mais comportam a variedade das vivências sociais urbanas contemporâneas. Estas passam a ser mediadas, em grande parte, pelo consumo: “a atividade de comprar é sem dúvida a última forma remanescente da atividade pública”; (...) “A voracidade com que a atividade de comprar persegue o público tem, na verdade, feito dela um ou o principal - se não o único - modo pelo qual nós experimentamos a cidade (CHUNG et al., 2001, contracapa).

Em busca de reconceituar a natureza do espaço público, frente ao contexto contemporâneo, Carmona (2014), em seu “Re-theorising the contemporary public space: a new narrative and a new normative”, propõe um conjunto de princípios normativos “mais pragmático e positivo, menos dogmático e polêmico”. As qualidades elencadas pelo autor para os bons espaços públicos não são baseadas no clássico tripé propriedade-acesso-uso e possibilitam enquadrar os POPS em uma visão mais ampla. Assim, os bons espaços públicos devem ser: evolutivos (por vezes negligenciados); balanceados (positivamente invadidos); diversificados (não intencionalmente exclusivos); delimitados (não segregados); sociais (por vezes insulares); livres (públicos ou privados); atraentes (envolvendo consumo); significativos (frequentemente inventados); confortáveis (confrontando os espaços do medo); e robustos (resistentes à homogeneização).

Visto desta forma, talvez o lugar dos POPS na cidade reestruturada pela dispersão, e ao mesmo tempo, recentralizada em concentrações de usos mediados pelo consumo, onde as práticas sociais podem reconfigurar as interfaces entre público e privado, seja tal que possa oferecer guarida a experiências existenciais e suporte a atividades cotidianas, como parte de um

sistema de espaços públicos heterogêneo compatível com as atuais demandas urbanas.

## Referências

- ASCHER, F. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BADGER, E. How to Make Privately Owned Public Spaces Truly Open to the Public. Disponível em: <<http://www.citylab.com/politics/2012/12/howmakeprivatelyownedpublic-spacestrulyopenpublic/>>. Acesso em: 7 out. 2015.
- CARMONA, M. Contemporary Public Space: Part Two, Classification. *Journal of Urban Design*, v. 15, n. 2, p. 157–173, 2010.
- CARMONA, M. et al. *Public Places - Urban Spaces*. [s.l.] Taylor & Francis, 2012.
- CARMONA, M. Re-theorising contemporary public space: a new narrative and a new normative. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, n. May, p. 1–33, 2014.
- CASTELLO, L. A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2007.
- CASTELLO, L. A cidade dos centros excêntricos. *Ciudades: Universidad de Valladolid*, v. 16, n. 1, p. 21–45, 2013.
- CENTER OF SUSTAINABLE URBAN REGENERATION. Privately Owned Public Space - The International Perspective. *Sustainable Urban Regeneration*, p. 90, 2013.
- CHABAN, M. A. V. Unwelcome Mat Is Out at Some of New York 's Privately Owned Public Spaces. *The New York Times*, p. A23, 8 set. 2015.
- CHUNG, C. J. et al. *Harvard Design School Guide to Shopping*. [s.l.] Harvard design School, 2001.
- DIMMER, C. Changing Understanding of New York City's Privately Owned Public Spaces. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces-The International Experience, p. 8–11, 2013a.
- DIMMER, C. Standardised Diversity: Privately Produced Public Space in Japan. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces-The International Experience, p. 36–41, 2013b.
- DIMMER, C. Tokyo's Uncontested Corporate Commons. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces-The International Experience, p. 42–47, 2013c.
- FUHRMANN, E. S. Possibilities of Planning Publicly Usable Space through Incentive Zoning - The Example of Santiago de Chile. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces-The International Experience, p. 12–15, 2013.
- KAYDEN, J. S. Occupy Wall Street and Privately Owned Spaces. Disponível em: <<https://youtu.be/9oyhn6audN8>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- KAYDEN, J. S. Boston POPS - The city should compile a directory of public spaces. *Architecture Boston*, p. 44–47, 2015.

KAYDEN, J. S.; THE NEW YORK CITY DEPARTMENT OF CITY PLANNING; THE MUNICIPAL ART SOCIETY OF NEWYORK. *Privately Owned Public Space: The New York City Experience*. New York: Wiley, 2000.

KUROSE, T. Creation of POPS and Cooperative Planning Culture in Osaka. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces: The International Experience, p. 52–55, 2013.

MANISCALCO, A. *Public Spaces, Marketplaces, and the Constitution: Shopping Malls and the First Amendment*. Kindle Edi ed. New York: State University of New York Press, 2015. NA, X.; SIU, K. W. M. Vanishing Everyday Space: Outdoor POPS in Hong Kong. *Sustainable Urban Regeneration*, v. 25, n. Privately Owned Public Spaces-The International Experience, p. 22–25, 2013.

NÉMETH, J.; SCHMIDT, S. The privatization of public space: Modeling and measuring publicness. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 38, n. 1, p. 5–23, 2011.

OLDENBURG, R. *The great good place: Cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. Segunda Ed ed. Cambridge: Da Capo Press, 1999.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Fruição Pública*. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-fruicao-publica/>>. Acesso em: 14 maio. 2016.

QUEIROGA, E. F.; MEYER, J. F. P.; MACEDO, S. S. *Espaços livres de fruição pública: novos instrumentos municipais*. XVI ENANPUR - Espaço, planejamento & insurgências. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, 2015 Disponível em: <[http://xvianapur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=302](http://xvianapur.com.br/anais/?wpfb_dl=302)>

SPUR - SAN FRANCISCO PLANNING + URBAN RESEARCH ASSOCIATION. *Secrets of San Francisco. Where to find our city's POPOS — privately owned public open spaces*. Disponível em: <<http://www.spur.org/publications/spur-report/2009-01-01/secrets-san-francisco>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

THE NEW YORK CITY DEPARTMENT OF CITY PLANNING. *Privately Owned Public Space - New York City Department of City Planning*. Disponível em: <<http://www.nyc.gov/html/dcp/html/priv/mndist1.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

VARGAS, H. C. *Comércio, espaço público e cidadania*. I Encontro da Associação Nacional de pós graduação e pesquisa em Ambiente e Sociedade. Anais...Indaiatuba: ANPAS, 2002

WOODWARD, D. *Rules of conduct*. Disponível em: <<http://urbanomnibus.net/2012/05/rules-of-conduct/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

## "Rio Cidade Olímpica" e a construção de uma (nova) imagem para a Zona Portuária do Rio de Janeiro

Ana Beatriz da Rocha, Paulo Reis

**Ana Beatriz da Rocha** é PhD in Architectural Design, Theory and Criticism; professora da ESDI/ UERJ e pesquisadora do PROURB/ FAU/ UFRJ; tiz.darocha@gmail.com

**Paulo Reis** é DSc em Engenharia Civil; professor do MPGEC/ ES-PM-Rio e pesquisador da Agência UFRJ de Inovação; pauloreis@espm.br / paulo@inovacao.ufrj.br

### Resumo

Como parte das políticas neoliberais vigentes desde 1990, onde "cultura" tem sido um importante elemento nos processos de regeneração urbana, políticos e investidores vêm adotando amplamente o discurso de como a transformação (física e simbólica) de áreas (centrais, litorâneas e/ou portuárias) degradadas e a criação de novas identidades para as cidades impulsionam um novo ciclo de investimentos/especulação – que, eventualmente, levaria à prosperidade econômica. Aliadas à inserção de arquiteturas espetaculares, estas políticas de transformação urbana promovem uma completa ressignificação dos espaços públicos, que passam a ser identificados como "bens de consumo" (cultural), avidamente consumidos por um público cada vez maior e mais diversificado.

Seguindo esta lógica, grandes projetos de regeneração urbana vêm sendo comissionados, desenvolvidos e implementados com o intuito de não só "consertar" políticas urbanas ineficientes mas, principalmente, de reverter o processo de declínio socioeconômico visto em cidades pós-industriais – sobretudo as litorâneas. Um dos principais aspectos deste fenômeno é a (re)invenção das cidades através do (re)desenho de suas áreas vazias, onde novas arquiteturas (espetaculares) e a ressignificação dos espaços públicos degradados visam alterar a imagem do lugar. Estes "novos" espaços reconfigurados passam a atrair um novo público e, conseqüentemente, inicia-se um novo ciclo de circulação de capital. De forma a impulsionar o consumo destes "novos" lugares, surge uma série de rótulos como "capital cultural", "cidade criativa", "cidade inteligente", etc... que passam a ser bastante disputados, gerando uma grande competitividade entre as cidades.

Mas estes processos de reinvenção não são impunes – particularmente se considerarmos como padrões culturais existentes são manipulados de forma a promover uma "nova" identidade para as cidades. E é isso que torna interessante o processo de transformação que vem acontecendo na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** cultura, cidade, identidade

### Abstract

*As part of the neoliberal politics seen since the 1900s, where "culture" has been an important element in urban regeneration processes, politicians and investors alike are largely adopting the discourse of how the (physical and symbolic) transformation of (central, coastal and/or port) derelict areas and the creation of new identities for cities trigger a new cycle of investments/ speculation – which, eventually, would lead to economic prosperity. Alongside the insertion of spectacular architectures, these urban policies promote a complete re-signification of public spaces, then*

*identified as "(cultural) commodities" and avidly consumed by an increasingly large and diversified public.*

*According to this logic, large urban regeneration schemes have been commissioned, developed and implemented not only to "amend" inefficient urban policies but, foremost to revert the process of socio-economic decline seen in post-industrial cities – particularly the coastal ones. One of the main aspects of this phenomenon is the (re)invention of cities through the (re)design of their wastelands, where new (spectacular) architectures and the reconfiguration of derelict public spaces aim to alter the image of the place. These "new" reconfigured spaces would then attract a new public and, consequentially, a new influx of capital. In order to promote the consumption of these "new" places, a series of labels such as "creative city", "cultural capital", "smart city" etc. emerges, leading to a fierce competition amongst cities.*

*But these processes of reinvention do not happen without serious consequences – particularly considering how existing cultural patterns are either subdued or enhanced to promote cities' new identities. And this is precisely what makes the process of transformation of Rio de Janeiro's port area quite interesting*

**Keywords:** culture, city, identity

### **Resumen**

*Como parte de las políticas neoliberales en vigor desde 1990, en que la "cultura" ha sido un elemento importante en los procesos de regeneración urbana, los políticos y los inversores han de adoptar ampliamente el discurso de como la transformación (física y simbólica) de las áreas (central, costera y/o portuarias) degradadas y la creación de nuevas identidades para las ciudades llevan un nuevo ciclo de inversión/ especulación – que, finalmente, conducirá a la prosperidad económica. Junto con la inserción de una arquitectura espectacular, las políticas de transformación urbana promueven una redefinición completa de los espacios públicos, que han pasado a ser identificados como "bienes de consumo" (culturales), consumidos por in público cada vez más amplio y diverso.*

*Siguiendo esta lógica, los grandes proyectos de regeneración urbana se has encargado, desarrollado e implementado con el fin de no sólo arreglar las políticas urbanas ineficaces pero sobre todo para revertir el proceso de deterioro socioeconómico visto en las ciudades postindustriales – en su mayoría costera. Un aspecto clave de este fenómeno es la (re)invención de las ciudades a través de lo (re)diseño de las zonas vacías, donde las nuevas arquitecturas (espectaculares) y la reformulación de los espacios públicos degradados tienen como objetivo cambiar la imagen del lugar. Estos "nuevos" espacios reconfigurados están atrayendo a un público nuevo y por lo tanto se inicia un nuevo ciclo de circulación de capital. Con el fin de aumentar el consumo de estos "nuevos" lugares, una serie de etiquetas aparece como "capital cultural", "ciudad creativa", "ciudad inteligente", etc. que se convierten en bastante jugado, lo que genera una gran competencia entre las ciudades.*

*Sin embargo, estos procesos no están reinventando la impunidad – especialmente teniendo en cuenta cómo los patrones culturales existentes son manipulados con el fin de promover una "nueva" identidad de las ciudades. Y eso es lo que lo hace interesante el proceso de transformación que ha estado sucediendo en la zona portuaria de Rio de Janeiro.*

**Palabras-clave:** cultura, ciudad, identidad



## Introdução

**O**s anos 1990 foram ricos em termos de propostas e processos de regeneração urbana que focavam no uso da "cultura" como principal agente transformador de áreas degradadas. Aliados a fenômenos como a implementação de políticas culturais mais sólidas, o crescimento do turismo (cultural) de massa e a presença de um ambiente socioeconômico favorável, projetos de grande escala contribuíram para uma completa renovação e/ou "revitalização" de áreas que passaram por processos de reestruturação urbana ineficientes e/ou sofreram as consequências (físicas, econômicas e sociais) do esvaziamento de antigas zonas centrais, históricas, industriais e/ou portuárias. Cidades pós-industriais como Londres e Manchester, no Reino Unido; Barcelona e Bilbao, na Espanha; além de Gênova, Rotterdam e Paris, dentre muitas outras, são exemplos deste processo de transformação de áreas urbanas degradadas e de "reinvenção" de suas identidades como "capitais culturais". Segundo Harvey (1989), um dos aspectos mais evidentes destes processos "regeneradores" é justamente a (re)invenção de novas identidades e a criação de novas imagens para estas áreas degradadas, onde arquiteturas espetaculares, a reconfiguração espacial e novos usos do conjunto edificado atuam como fatores preponderantes para atrair as "pessoas certas", criando um novo circuito de capital – algo que certamente contribui para uma acirrada competição entre as cidades.

Evidentemente que este processo de transformações (físicas e simbólicas) leva a um outro, mais fortemente calcado nas possibilidades econômicas/especulativas do que necessariamente nas potencialidades históricas e/ou culturais do lugar. Neste sentido, a maioria dos projetos de regeneração urbana propostos (e impostos) tende a seguir uma "fórmula", que aposta na espetacularidade das arquiteturas, na diversidade/quantidade dos eventos/produtos (culturais) e na atratividade (visual) dos espaços revitalizados, contribuindo para o incremento do turismo. Similarmente, a adoção de usos, formas e funções contemporâneas contribuem para promover áreas antes degradadas como "novos" polos de cultura e de entretenimento. Portanto, investir em empreendimentos (culturais) bilionários, em infraestrutura e em reestruturação urbana se tornaria uma prática comum – que, aliada ao processo de gentrificação, impulsiona um ciclo de investimento/especulação nestes espaços urbanos "revitalizados" (Zukin, 1990).

Com a crise mundial em 2008, esta "fórmula" sofreria mudanças significativas, pois subsídios (sobretudo financeiros) para sustentar esta constante oferta/consumo de produtos culturais tornaram-se mais escassos. Ou seja: depender apenas de cultura e da constante produção/consumo de produtos culturais, ou criar (novos) equipamentos culturais espetaculares cuja principal função é incluir cidades no panorama (cultural) internacional não garante a sobrevivência destas políticas regeneradoras. Mesmo considerando o processo de gentrificação, de especulação imobiliária e o aumento na atividade turística, tais políticas tiveram que se ajustar à nova realidade. Assim, um novo "modelo" de regeneração urbana surge, fortemente calcado na promoção e realização de mega-eventos: a disputa é para sediar estes eventos e com isso "reinventar" as cidades de acordo com exigências específicas – como foi o caso da experiência em Barcelona, com as Olimpíadas em 1992.

E é isto que torna interessante o caso da transformação do Rio de Janeiro em "Cidade Olímpica" e de sua zona portuária em "Porto Maravilha".

## Rio de Janeiro e suas múltiplas identidades

### Rio "Cidade Maravilhosa" – as praias, as modas, as tribos<sup>1</sup>

Falar do Rio de Janeiro e não citar as suas praias é quase uma heresia – afinal, a cidade é mundialmente famosa pelas referências às celebrações e competições esportivas nas areias de Copacabana, pela "Garota de Ipanema", pelos "meninos do Rio" e a "geração saúde" da praia do Pepê, e pela menção aos surfistas da geração "Brazilian/Favela storm". A cultura peculiar, o modo de vida e as belezas naturais consolidaram o status da cidade como um roteiro exótico, festivo e ensolarado – além de, claro, contribuir para o turismo. Com cerca de 80km, a orla da cidade é formada por várias praias que têm uma relação "simbiótica" com seu público, composto por pessoas de perfis e faixas etárias diversas, que criam "códigos" específicos e diferenciam uma praia da outra. Estes "códigos", por sua vez, representam a cultura da cidade, criando uma imagem característica do modo de vida dos cariocas. Neste sentido, as praias da Zona Sul – particularmente a faixa que compreende Copacabana, Ipanema e Leblon – são as que, talvez, melhor representem estes microcosmos diferenciados, essas diversas faces da cultura da cidade.

<sup>1</sup> Este tema foi discutido anteriormente em DA ROCHA, A. B.; REIS, P. The gentrified version of the Bossa-Nova dream – the process of change of the beach environment in Rio de Janeiro in: *Resorting to the Coast: Tourism, Heritage and Cultures of the Seaside. Proceedings*. Leeds Metropolitan University, Centre for Tourism and Cultural Change, UK, 2009

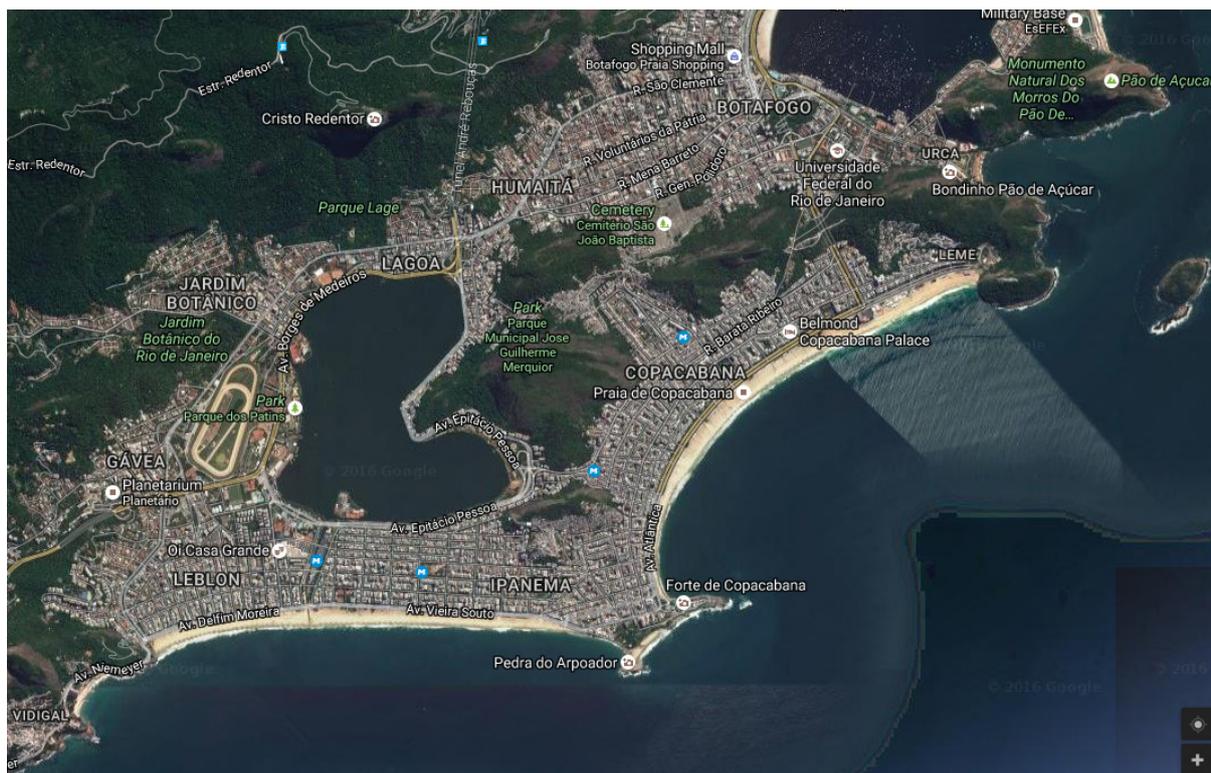


Figura 01

Faixa de areia que compreende microcosmos distintos.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Rio+de+Janeiro,+State+of+Rio+de+Janeiro/@-22.971929,-43.2168469,7258m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9bde559108a05b:0x50dc426c672fd24e!8m2!3d-22.9068467!4d-43.1728965>

Embora "tribos" e microcosmos distintos existam em outros lugares, talvez o que diferencie as praias cariocas das outras seja o atual envolvimento da população na conformação de uma identidade local particular. Ainda que a lógica do lucro e da indústria do turismo venha alterando gradualmente as identidades originais, no Rio de Janeiro estas transformações acontecem, majoritariamente, pela agência de atores e fatores locais. Entretanto, devido a realização de uma série de mega-eventos, a cidade e o modo de vida dos cariocas passaram a ter uma projeção internacional muito mais ampla e, de certa forma, idealizada. Ou seja: se por um lado existe uma preocupação, por parte dos cariocas, em preservar, consolidar e divulgar suas crenças, tradições e ritos diversos, por outro existe uma crescente afirmação, por parte dos políticos e da mídia, de que é preciso projetar e/ou materializar a imagem da cidade como "cosmopolita", "criativa", "olímpica". Evidentemente, este projeto de cidade, esta materialização de expectativas perpassam as questões de transformação (física e simbólica) do espaço urbano – e a orla da Zona Sul da cidade não poderia ficar impune à esta mudança de identidade.

Um dos primeiros momentos de transformação foi ainda na década de 1970, quando o alargamento dos cal-

çadões (projeto de Burle Marx) e redesenho da Avenida Atlântica, em Copacabana, assim como a provisão de trailers (que gradualmente substituíram as barracas e carrinhos ambulantes) criaram uma nova (e mais estática) identidade visual para a orla carioca. Porém, seria nos anos 1990 que este microcosmo teria suas características modificadas substancialmente: a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu implementar os primeiros quiosques nas praias da Zona Sul e da Zona Oeste, de Copacabana ao Recreio dos Bandeirantes, o que afetaria o jeito informal que caracterizava o comércio local.



Figuras 02-03  
Modificações no microcosmo: novos quiosques (anos 2000)  
Fonte: os autores



Figuras 04 a 06  
 Permanências no microcosmo: vendedores ambulantes (anos 2000)  
 Fonte: os autores

Nos anos 2000, estes quiosques sofreriam uma completa renovação de caráter, sendo suplantados por uma versão bem mais “gentrificada”, “enobrecida”. Projetados pelo escritório carioca de design Índio da Costa, os novos quiosques se propuseram a melhorar não somente a organização espacial dos calçadões mas, sobretudo, a criar uma nova identidade visual para a orla. Estes melhoramentos (reestruturação do ambiente, melhores serviços e equipamentos, como sanitários públicos e a maior capacidade de estoque) foram planejados tendo em mente o potencial turístico de tais intervenções – e, claro, direcionado a uma clientela mais cosmopolita.



Figura 07  
 Novas modificações no microcosmo: novos quiosques “gentrificados” (2005)  
 Fonte: os autores



Figura 08

Novas modificações no microcosmo: novos quiosques "gentrificados" (2005)

Fonte: os autores

A previsão era implementar os quiosques em toda a orla das Zonas Sul e Oeste. Entretanto, como parte de uma estratégia de "mudança de imagem" da cidade, a Prefeitura do Rio de Janeiro, via Departamento de Planejamento Urbano, decidiu que a intervenção na identidade da orla carioca deveria começar pela praia de Copacabana<sup>2</sup>. A inauguração dos novos quiosques, em 2005, foi parte de uma política de regeneração urbana extensiva, implementada desde os anos 1990<sup>3</sup>, e que pretendia preparar a cidade para receber eventos de grande projeção como os Jogos Pan-Americanos, em 2007, a Copa do Mundo FIFA, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016 – e que caracterizaria a inclusão do Rio de Janeiro no grupo exclusivo de cidades que sofreram transformações urbanas massivas em nome da "modernização" de seus perfis. O processo de implementação dos quiosques ainda está em andamento e novos equipamentos foram instalados nas praias de Ipanema e Leblon dias antes do início das Olimpíadas no Rio, em agosto de 2016.

## Rio "Cidade Olímpica" e as transformações urbanas na Zona Portuária – o projeto "Porto Maravilha"<sup>4</sup>

Inicialmente, a Zona Portuária não fazia parte dos planos olímpicos para 2016. Entretanto, a oportunidade de atrair investimentos para uma área largamente negligenciada pelas políticas públicas levou a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a anunciar a construção do Centro de Mídia e Árbitros na região. Ainda que a

<sup>2</sup> Desde os anos 1920, com a inauguração do hotel Copacabana Palace, de frente para o mar, Copacabana vem sendo associada a uma certa mistura irresistível de exotismo, cosmopolitismo, glamour e decadência. Atualmente, concertos de música erudita, shows pop, festivais de filme ao ar livre e competições esportivas (notoriamente o vôlei de praia e o futebol de areia) fazem parte do "calendário" de Copacabana. Certamente, o evento mais famoso é o Réveillon na praia de Copacabana que, junto com o Carnaval, são os maiores eventos turísticos da cidade, atraindo milhões de visitantes todos os anos.

<sup>3</sup> Estas políticas de regeneração urbana foram propostas, desenvolvidas e implementadas, em sua maioria, durante as gestões dos Prefeitos Cesar Maia (entre 1993-1997, 2001-2004 e 2005-2008) e Luiz Paulo Conde (entre 1997-2001). Projetos como Rio Cidade, Favela-Bairro, Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, dentre outros, visavam a reconfiguração de espaços urbanos – e não necessariamente a "turistificação" destas áreas. Entretanto, algumas destas intervenções aconteceram em locais turísticos, como o Rio Cidade Copacabana, Ipanema e Leblon, por exemplo. Já outras áreas se tornaram pontos turísticos após o projeto Favela-Bairro, como os Morros da Providência (Gamboa), Vidigal (São Conrado), Pavão-Pavãozinho (Copacabana) e Cantagalo (Ipanema), e após melhorias urbanas em morros como o Dona Marta (Botafogo) e Rocinha (São Conrado), e em lugares históricos como a Lapa e a Praça XV. Tais políticas urbanas foram desenvolvidas de acordo com o que estava acontecendo na época em cidades como Barcelona e Porto, seguindo a ideia de se focar em projetos de grande prestígio (na mídia) que poderiam atrair investimentos.

Sobre Favela Bairro ver *Programa Favela-Bairro*. Secretaria Municipal de Habitação/ IplanRio. Rio de Janeiro: PCRJ, maio 1996.

Sobre Rio Cidade ver *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Sempre Rio*. Rio de Janeiro: PCRJ/ACRJ/ FIRJAN, 1996.

Sobre intervenções em áreas históricas ver Porto do Rio: *Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2001.

<sup>4</sup> Este tema foi discutido anteriormente em DA ROCHA A. B.; REIS, P. Culture as a mega-event – how do heritage and local identity fit in the cosmopolitan image of the city? in: COOPER, F.; GREENE, M.; MACHADO, D. P.; SCHEERLINCK, K.; SCHOOLJANS, Y. *ADU2020 Creative Adjacencies*. Ghent: Faculty of Architecture KU Leuven; Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, PUC-Chile, 2014, pp. 285-295

<sup>5</sup> Na verdade, estas instalações foram transferidas para próximo do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade. Com esta mudança "operacional", todo o discurso de promover uma grande transformação física e simbólica da Zona Portuária, tendo como base a diversidade de usos, uma melhor distribuição dos equipamentos pela cidade e, sobretudo, a possibilidade de se atrair novos moradores para a área central da cidade pós-Olimpíadas acabou perdendo força.

<sup>6</sup> A criação das APA-SAGAS resultou de uma reivindicação dos moradores locais para proteger o patrimônio histórico da região contra o processo de transformação da Zona Portuária em apenas um polo de comércio e serviços ([http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro\\_dec\\_7351\\_88\\_sagas.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_dec_7351_88_sagas.pdf)).

O Corredor Cultural é uma Lei Municipal que criou diretrizes para a preservação, reconstituição, renovação e revitalização de espaços construídos no centro histórico da cidade, incluindo Lapa, Cinelândia e o Passeio Público ([http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro\\_lei506\\_84\\_corredor\\_cultural.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_lei506_84_corredor_cultural.pdf)).

O Plano de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro incluiu projetos de revitalização e renovação da região da SAGAS (IPLANRIO. *Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Planave S.A, 1989).

As APACs foram definidas no Plano Diretor da Cidade (1992), sendo uma consequência da implementação do Corredor Cultural. Inspiradas no modelo dos Secteurs Sauvageards de Paris, elas criaram uma grande área de proteção da morfologia e do valor cultural das edificações, inicialmente na região central da cidade (Praça Cruz Vermelha, Santa Teresa, Estácio, Rua do Lavradio/ Mem de Sá e adjacências), mas se estendendo à Copacabana, Urca, São Cristóvão, Laranjeiras etc.. (<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>).

O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (op cit., 2001) previa a reinserção (econômica, social, cultural e espacial) da zona portuária no tecido urbano da cidade.

viabilização destas instalações olímpicas no local tenha sido descartada por "questões operacionais" em meados de 2015<sup>5</sup>, a Zona Portuária tem sido considerada uma "área de interesse" para projetos de revitalização urbana desde os anos 1980. Vários estudos, propostas, projetos e ações foram apresentados ao longo dos anos com o intuito de se "regenerar", "requalificar" e "reconfigurar" uma vasta área que, de certa forma, vem passando por um processo de esvaziamento típico das economias pós-industriais. A criação de propostas como as Áreas de Proteção Ambiental nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA-SAGAS, 1988) – uma decorrência da implementação do projeto Corredor Cultural (1984) –; o Plano de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro (1989); o Plano de Estruturação Urbana da Zona Portuária (1992); as Áreas de Proteção do Ambiente Construído (APACs, 1992) e o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (2001)<sup>6</sup> foram não só gradualmente consolidando a ideia de se recuperar (em um sentido amplo da palavra) as potencialidades econômicas, sociais, culturais e históricas da área central do Rio de Janeiro, como também orientaram o caráter das propostas/investimentos na e para esta região.

Evidentemente que estas iniciativas foram importantes, pois estabeleceram parâmetros de intervenção no centro histórico da cidade, geralmente levando em consideração o rico patrimônio cultural edificado e seu entorno. Entretanto, seria no início dos anos 2000, com a proposta controversa de se erguer uma unidade do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro, que a região ganharia maior destaque na mídia internacional. Tendo como referência o sucesso de público da unidade do museu Guggenheim em Bilbao, projeto de Frank Gehry, inaugurado em 1997, a proposta carioca, assinada por Jean Nouvel, previa a implementação de um "novo" modelo de regeneração urbana para a área: equipamentos culturais (sobretudo museus de arte) seriam propostos como elementos-âncora no processo de revitalização, servindo como catalizadores para transformação urbana e gentrificação.

Este "modelo" – cuja principal característica era a implementação de arquiteturas espetaculares, projetadas por arquitetos igualmente espetaculares, em lugares não tão espetaculares assim – deu a Bilbao uma projeção internacional comparável a cidades europeias como Paris, Londres, Barcelona, dentre outras. Portanto, apostar na "fórmula" cultura + regeneração urbana para se promover mundialmente como "cidade cultural" parecia ser uma excelente oportunidade para alavancar o tão sonhado "desenvolvimento" da região

portuária no Rio de Janeiro. Só não contavam com a forte oposição da sociedade.

Para muitos, o projeto simbolizava um grande desperdício de verbas públicas, ao invés de se investir o montante em melhorias na infraestrutura e reestruturação urbana de toda a Zona Portuária (Egler, 2005, pp: 12-17). Por outro lado, o argumento do apelo turístico do museu – e, conseqüentemente, de todo o processo de transformação física e simbólica da área – não parecia se sustentar pois, diferentemente de Bilbao, o Rio de Janeiro tinha, em condições precárias, diversos museus que estavam à espera de investimentos e que, juntos, poderiam contribuir efetivamente para o processo de revitalização do Centro.

No final do ano de 2002, a mídia carioca relatava que o Museu Guggenheim custaria 200 milhões de dólares, dos quais 10% apenas para poder usar a marca. Depois de uma intensa mobilização de artistas, políticos, jornalistas e da opinião pública em geral denunciando a inconsistência do projeto Guggenheim no Rio, em julho de 2003 noticiava-se que aquela fundação estava procurando outro lugar para seu museu, possivelmente Taiwan. (SANT'ANNA, 2003, p 144)

Há, ainda, a crítica à estas grandes instituições que, aliadas a um projeto de ressignificação e reconstrução das identidades das cidades, incentiva apenas o consumo da arte e do espaço público "regenerado" *per se*:

reconheçamos que seria sedutor ter aqui algo que se apresenta como parte do sistema artístico e cultural da [Fundação] Guggenheim. É atenuante pensar que no complexo a ser construído se pretendem criar lojas e formas de autofinanciamento. Mas sobre o montante de gastos, e mais, sobre o conteúdo do que se pretende colocar lá dentro, acharia melhor que a sociedade e não apenas um pequeno grupo de interessados fossem ouvidos, antes de se cometer um equivoco estético, econômico, social e histórico. (SANT'ANNA, 2003, p 144)

O que faltava, portanto, era algum evento de grande porte, de proporções enormes e de grande alcance na mídia para viabilizar o projeto de revitalização da Zona Portuária. Neste sentido, o projeto Porto Maravilha, anunciado em 2009 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tinha a intenção de "reinventar" este trecho da cidade como uma área de turismo e de entretenimento com propostas como: a provisão de novos equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio (Bernardes + Jacobsen Arquitetura, 2013) e o Museu do Amanhã (Santiago Calatrava, 2016), na Praça Mauá; as conversões de edifícios antigos, como os "novos" Aquário Municipal e o Armazém da Uto-

<sup>7</sup> A emissão e venda destes certificados criam possibilidades de se investir e financiar operações urbanas que visam recuperar áreas degradadas – onde 3% do valor seria destinado à valorização do patrimônio material e imaterial da região. Na prática, contudo, os CEPACs são instrumentos de especulação imobiliária, alterando a legislação local vigente, criando novas normas específicas do uso do solo e parâmetros urbanísticos e ambientais, aumentando o gabarito (altura) das edificações, sobretudo as de uso corporativo, além de modificar substancialmente as características do entorno construído existente. (<http://portomaravilha.com.br/web/cepac/index.html>; <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/curso/sergio.pdf>)

pia, na Gamboa; a construção de novos edifícios de uso corporativo (se valendo dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção)<sup>7</sup>; a provisão de melhorias na infraestrutura (com a abertura da via Binário do Porto, a implementação de VLTs e a demolição do Viaduto da Perimetral); e a completa reestruturação de usos, formas e funções de estruturas industriais e também do espaço urbano circundante.



Figuras 09 e 10  
A “nova” Praça Mauá: Museu do Amanhã (acima)  
Museu de Arte do Rio - MAR (ao lado)  
Fonte: os autores

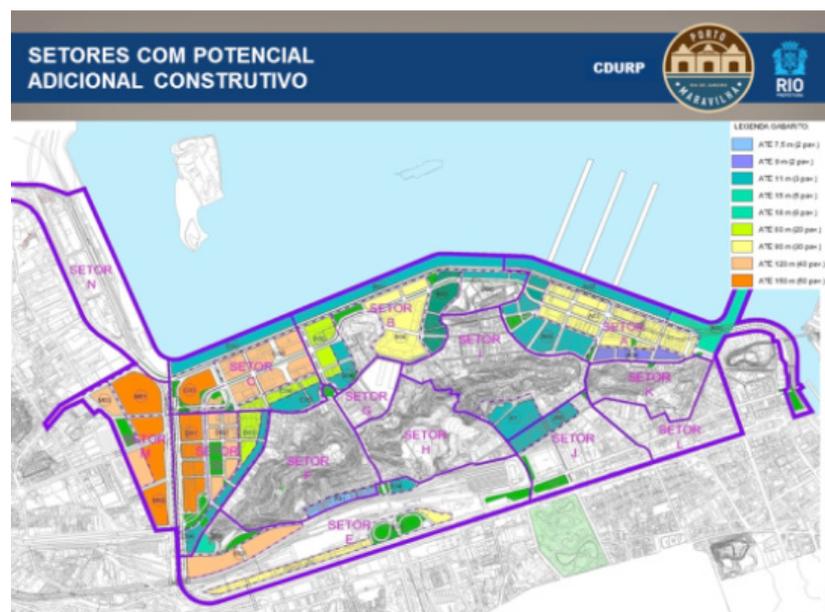


Figura 11  
A “nova” Zona Portuária – área de intervenção do Porto Maravilha/ CEPACs  
Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspeciais.aspx>



Livramento, Providência e Santo Antônio – uma área que hoje compreende os bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro. E com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, a zona portuária ao redor do Cais do Valongo se consolidaria como grande entreposto comercial (de escravos, inclusive).



Figura 13  
O processo de expansão do centro do Rio de Janeiro e a consolidação de seus bairros portuários  
Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-22.9058285,-43.1928547,15z>

Conhecida como Pequena África, a área ao redor dos Morros da Providência, Livramento e Conceição ainda retém muito das suas características físicas e simbólicas originais e guarda uma parte significativa da história do Rio de Janeiro – construções centenárias, ruas de calçamento de pedra, igrejas e monumentos, peças arqueológicas e diversas comunidades Afro-descendentes conferem a este local seu *genius loci*, mantendo as tradições, culturas, ritos e celebrações vivas. Dentre as manifestações existentes na Pequena África, os blocos de carnaval Escravos da Mauá e Fala meu Louro; os desfiles do grupo Afoxés Filho de Gandhi; as reuniões musicais de choro e samba na Pedra do Sal e no Largo de São Francisco da Prainha; e a participação de ativistas sociais e empreendedores culturais simbolizam a efervescência cultural característica da área<sup>9</sup>. Estas manifestações, por sua vez, coexistem com formas mais “oficiais” de ocupação do espaço urbano como a Cidade do Samba, o Galpão Centro Cultural Ação da Cidadania, o Píer Mauá, o coletivo de artistas na Fábrica Bhering e estúdios de de-

<sup>9</sup> Estas celebrações vêm sendo cada vez mais utilizadas como símbolos do processo de revitalização da Zona Portuária, fazendo parte, inclusive, do marketing “oficial” do projeto Porto Maravilha, produzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – ver <http://www.portomaravilha.com.br/materias/e-o-premio/proj2.aspx> (Escravos da Mauá); [http://portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/46/pagina/3](http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/46/pagina/3) (Filhos de Gandhi); [http://www.portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/46](http://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/46) (imagens em geral)

sign como o Goma e o Coletivo do Porto que, atraídos pelo discurso da "economia criativa" e reconfiguração da área, (re)descobriram a Zona Portuária mais recentemente.

## **A construção de uma "nova" imagem para uma velha parte da cidade – a "redescoberta" da herança Africana na Zona Portuária**

A "turistificação" de lugares de interesse histórico e a "culturalização" das políticas públicas são dois fatores bastante relevantes no processo de transformação de sítios urbanos localizados em áreas (centrais) degradadas. Este processo conta ainda com intervenções físicas significativas como melhorias na infraestrutura e no transporte público; criação de áreas de comércio com lojas e serviços; reordenação do espaço urbano e, claro, a transformação física de edifícios históricos<sup>10</sup>. Entretanto, a ressignificação dos espaços não se dá apenas por processos de transformação física; há de se promover uma completa reestruturação da identidade do lugar – algo que não se consegue sem grandes investimentos, grandes projetos/eventos, campanhas de marketing incisivas, a apropriação de elementos característicos do lugar e, eventualmente, a ação de atores sociais (locais ou não) e o movimento de inserção da chamada "classe criativa" (outro nome dados aos "trendsetters" e/ou "gentrificadores").

<sup>10</sup> Ver BIANCHINI, F.; PARKINSON, M (eds). *Cultural policy and urban regeneration*. Manchester: Manchester University Press, 1993 e Vaz, L. F. A 'Culturalização' do Planejamento e da Cidade in: *Cadernos PPG-AU/FAUBA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 31-42

Se por um lado ritos, tradições e culturas locais resistem e se fazem visíveis por meio de manifestações espontâneas que, de certa forma, prezam pela sua história e pelas suas origens, por outro existe um grande interesse – por parte dos empreendedores sociais, do poder público, dos investidores – em transformar estas manifestações espontâneas em algo muito maior, para ser "consumido" como parte do processo de transformação (i.e. gentrificação) de áreas degradadas. Assim, há uma gradual apropriação e incorporação dos ritos, tradições, culturas e histórias locais como parte do discurso de "revitalização" do lugar – algo que se tornaria bastante emblemático nos anos 1980, com a crescente atuação de movimentos pró-preservação do patrimônio cultural e edificado. O discurso preservacionista da época era favorável a reconversão de edifícios históricos – geralmente localizados em áreas centrais – que, por sua vez, contribuíram para a criação de um novo capital (cultural) para as cidades. A transformação de sítios históricos em locais turísticos evidencia o consumo destes lugares como *commodities* culturais.

No caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro, este movimento de transformação física e de ressignificação do lugar vem acontecendo, mais substancialmente, desde 2001, com o lançamento do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro. Os bairros que compõem a APA-SAGAS (Saúde, Gamboa, Santo Cristo) gradualmente começaram a sofrer intervenções mais significativas na preservação do seu patrimônio material e imaterial – edifícios históricos foram tombados, "reconvertidos" e modificados; espaços urbanos foram "revitalizados"; celebrações e ritos históricos foram "reconfigurados". Mas seria após a inauguração dos equipamentos culturais e urbanos, e da transformação da Praça Mauá e arredores em um polo de atração turística que aconteceria uma profunda ressignificação simbólica da Zona Portuária.

Segundo Guimarães (2014), a construção do imaginário coletivo pelas mídias reforçam o caráter cosmopolita e gentrificado da região pois, ao invés de retratarem a pobreza, a miséria, a violência, os morros e as favelas, as narrativas predominantes se utilizam dos ritos, das tradições, das histórias e culturas locais como atributos positivos e particulares (i.e. "exóticos") do lugar – o que, segundo as políticas patrimoniais e preservacionistas, poderiam ser transformados em commodities culturais. Assim, o entorno dos Morros da Conceição, do Livramento e da Providência passou a ter um constante fluxo de visitantes e turistas (cariocas ou não) atraídos pela "singularidade", pela "cultura", pela "efervescência" e pelo "mix" de gentes, de gostos, de credos, de usos e de atividades existentes ali.



Figuras 14 e 15

A "nova" Praça Mauá – vista do terraço do Museu de Arte do Rio, com o Museu do Amanhã ao fundo (esquerda) e vista da Praça, em direção ao Museu de Arte do Rio (direita)

Fonte: os autores



Figuras 16 e 17

O processo de revitalização urbana da Zona Portuária – o Boulevard Olímpico, próximo aos Armazéns do Pier Mauá (esquerda) e o Cais do Valongo e da Imperatriz, próximo ao Morro do Livramento (direita)

Fonte: os autores

Seguindo a lógica que mescla cultura e mega-eventos, estes ritos, tradições, culturas e histórias foram sendo incorporados aos discurso do projeto Porto Maravilha: são parte do grande patrimônio material e imaterial a ser preservado e explorado (i.e. consumido), sobretudo por turistas – mesmo que seja algo completamente independente e distante da proposta inicial de transformação física da região. Ainda como parte deste mesmo discurso (oficial, promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e por alguns órgãos governamentais), eventos de caráter "popular" e "erudito" acontecem paralelamente.

O ArtRua ("o maior evento de arte urbana da cidade")<sup>11</sup> e a ArtRio (Feira Internacional de Arte e Cultura, que acontece nos galpões do Pier Mauá); o Circuito Favela Criativa (programação de shows, oficinas, apresentações, etc.. que reflete a diversidade da cultura produzida nas favelas cariocas) e o Distrito Criativo do Porto (iniciativa de empresas privadas da indústria criativa)<sup>12</sup>; os eventos na Pedra do Sal, no Largo São Francisco da Prainha, na Praça da Harmonia e no Galpão Centro Cultural Ação da Cidadania, dentre outros, ilustram a política de "boa-vizinhança", onde elementos característicos do local são gradualmente apropriados pelos discursos oficiais e transformados em políticas públicas culturais e urbanas.

Na Fábrica Bhering, ateliers, estúdios, oficinas e "eventos criativos" são promovidos pelos "artistas-residentes"; já o Projeto Mauá no Morro da Conceição é um evento que abre as portas dos ateliers de artistas locais aos moradores e visitantes. Mesmo o Museu de Arte do Rio (MAR), um dos projetos-âncora para a revitalização da Zona Portuária, tem uma programação voltada para alunos da rede pública e moradores da região, além dos eventos realizados pela sua Escola do Olhar, que "(...) constituem um corpo de ação que mobiliza diferentes pesquisas, interesses e públicos".<sup>13</sup>

<sup>11</sup><http://www.artrio.art.br/pt-br/noticias/art-rua-leva-arte-urbana-para-gamboa-0>

<sup>12</sup>[http://www.cidadeolimpica.com.br/um-porto-de-cultura-paratodos/;](http://www.cidadeolimpica.com.br/um-porto-de-cultura-paratodos/) [http://www.artrio.art.br/;](http://www.artrio.art.br/) [http://www.favelacriativa.rj.gov.br/;](http://www.favelacriativa.rj.gov.br/) <http://www.districtocriativo.com.br/>

<sup>13</sup>[http://www.cidadeolimpica.com.br/um-porto-de-cultura-paratodos/;](http://www.cidadeolimpica.com.br/um-porto-de-cultura-paratodos/) [http://www.artrio.art.br/;](http://www.artrio.art.br/) [http://www.favelacriativa.rj.gov.br/;](http://www.favelacriativa.rj.gov.br/) <http://www.districtocriativo.com.br/>



Figuras 18 e 19  
Galpão Centro Cultural Ação da Cidadania – ArtRua 2015 (exterior e interior)  
Fonte: os autores



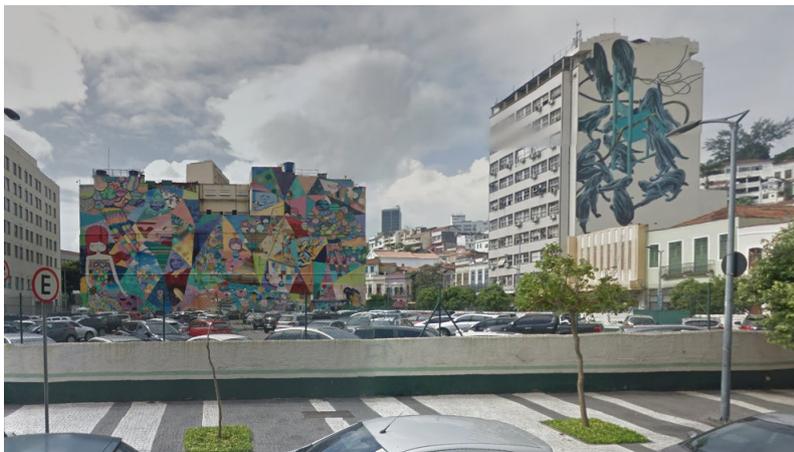
Figuras 20 e 21  
Fábrica Bhering (exterior e interior – escultura Marcelo Jácome)  
Fonte: os autores

Ainda que consideradas manifestações artísticas "marginais", o grafite, a arte panfletária e instalações fotográficas, vídeo-arte, o teatro de rua, eventos de hip-hop, rap e funk, etc.. vêm sendo gradualmente incorporados ao discurso "regenerador" e turístico da cidade – sobretudo sob os rótulos "cidade criativa" (que explora atividades ligadas à moda, ao design, ao empreendedorismo, à arquitetura e às artes plásticas e visuais) e, evidentemente, "cidade olímpica". A inauguração, em setembro de 2015, da instalação #CIDADEOLÍMPICA e de eventos como o Festival Visualismo Arte, Tecnologia e Cidade, na Praça Mauá, além da inauguração da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde (grande entusiasta do processo de revitalização da região)<sup>14</sup> marcaram o início da nova fase da Zona Portuária como um espaço público "revitalizado", "inclusivo" e certamente mais midiático.

<sup>14</sup> Os trechos da orla, entre o 10º Distrito Naval e a Praça Mauá, foram inaugurados em abril de 2016, e entre os Armazéns 1-6, em maio de 2016. O trecho que vai do Pier do Armazém 8 ao Museu Histórico Nacional, na Praça XV, foi inaugurado em agosto 2016 para as Olimpíadas Rio-2016. (<http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4522>; [http://www.portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/15](http://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/15))



Figura 22  
Escultura #CIDADEOLÍMPICA na Praça Mauá (Museu do Amanhã ao fundo)  
Fonte: os autores



Figuras 23, 24 e 25  
Grafites – mural "Etnias", autoria Kobra, no Boulevard Olímpico (acima à esquerda); painel, autoria JR, na escadaria do Morro da Providência (acima à direita); murais, autoria Toz (abaixo, à esquerda) e Pantónio (abaixo, à direita) em empenas cegas vistas da Rua Argemiro Bulcão, esquina com Rua Sacadura Cabral, na Gamboa  
Fonte: os autores

Formas de participação da coletividade na adoção e posterior organização de espaços inusitados podem ser instrumentos efetivos e fundamentais para produção de ambientes públicos qualificados; rituais são instrumentos de afirmação e consolidação da memória coletiva. Neste processo de busca de concretude, espaços e elementos físicos costumam ser incorporados aos rituais, criando a possibilidade de sofisticação e impregnação de novas simbologias. Segundo Nora (1993, p 9), "(...) a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga à continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo". Como marcos referenciais da história de um determinado grupo, os "lugares de memória" são fragmentos, com forte importância simbólica, que servem como suporte à manutenção de uma identidade. Este sentimento ajuda a reunir indivíduos com passagens históricas comuns, criando e fortalecendo uma aliança indenitária suportada por símbolos potentes. Mas como lidar com a memória de um lugar, de uma sociedade, tendo em vista o constante processo de ressignificação dos espaços e recriação de identidades que levam a um gradual esquecimento do que/de quem realmente somos?

## Conclusão

Processos de reinvenção de identidades têm sido adotados não somente para revitalizar áreas urbanas, com novas arquiteturas e novos usos, mas também como parte de estratégias para atrair maiores investimentos e novas "tribos" urbanas, de forma a mudar o perfil socioeconômico de áreas degradadas. O foco destas políticas de regeneração urbana é variável, oscilando entre a adoção de práticas essencialmente comerciais e outras de cunho cultural/educacional – ainda que ambas possam ser direcionadas pela lógica do lucro e do consumo. Assim, pode-se dizer que as intervenções planejadas para o Rio de Janeiro desde a década de 1980 tiveram um caráter ambivalente, ora privilegiando o comércio per se (rendendo-se às forças do capital), ora privilegiando a cultura (rendendo-se, por vezes, ao consumo de produtos culturais).

Neste sentido, a transformação física e simbólica do espaço urbano, além da apropriação das tradições e do patrimônio material e imaterial da região, fazem parte do grande discurso de regeneração da Zona Portuária – obviamente tendo em vista mega-eventos como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo FIFA de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. Entretanto, ainda que algumas ações planejadas aqui

apresentadas incluem a (re)valorização e a (re)descoberta da cultural local, elas se limitam a uma exploração destes elementos como bens de consumo – pouco contribuindo, por ora, no entendimento das dinâmicas, das relações sociais e dos processos históricos e simbólicos ali existentes<sup>15</sup>. E se tratando de políticas públicas de grande alcance – sobretudo considerando o projeto de revalorização fundiária da região –, era de se esperar que os projetos de intervenção urbana propostos, particularmente para a Zona Portuária do Rio de Janeiro, fossem além da espetacularidade das arquiteturas e da temporalidade dos mega-eventos.

<sup>15</sup> Salvo, talvez, por iniciativas como a do Instituto dos Pretos Novos, na Gamboa, que oferece cursos sobre a diáspora e herança Africana e seus desdobramentos na formação da identidade carioca (ver <http://www.cidadeolimpica.rio/noticia/cursos-gratuitos-sobre-a-cultura-africana-na-zona-portuaria/>)

A ideia de ressignificação é um dos efeitos do mundo líquido de Bauman (2001), onde a fluidez permanente das coisas e de suas histórias, de sentidos e significados tendem a exigir novos espaços de importância – que, de forma geral, levam à criação de novas possibilidades de exploração cultural e econômica. Por analogia, esta constante ressignificação de lugares, de cidades, de culturas é semelhante à ideia de destruição criadora de Schumpeter (1961), onde novas lógicas (industriais e paradigmáticas) surgem de tempos em tempos e passam a dominar as anteriores. Porém, o que está em jogo aqui é a possibilidade de extinção ou alteração drástica de estruturas simbólicas, históricas e culturais pré-existentes.

Portanto, a inserção de atividades e espaços "revitalizados" num plano maior e mais complexo, como o das Olimpíadas Rio-2016, reforça o sentido de explorar a "imagem" da cidade como parte da festa – se esquecendo, talvez, que a cidade e a rotina das pessoas têm sobrevida maior que a duração destes eventos. A dúvida que fica é: será que o patrimônio histórico material e imaterial sofrerá uma reformulação de suas características mais significativas, transformando-se em pastiche, em bem de consumo, de forma a atender apenas aos anseios consumistas e imediatistas, ao invés de promover uma real "regeneração" do tecido urbano-social e celebrar a diversidade cultural da área?

Como Jacobs ([1961] 2014, p 5) pondera, "(...) as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias". Talvez seja melhor se deter mais no entendimento de quais seriam as particularidades, as dinâmicas, as potências e carências do lugar, ao invés de se pautar apenas nas imagens (fabricadas) das cidades "cosmopolitas", "inteligentes", "criativas", "perfeitas".

## Referências

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- BERENSTEIN, P. J. Espetacularização Urbana Contemporânea in: *Cadernos PPG-AU/ FAU-BA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 23-29
- BIANCHINI, F.; PARKINSON, M. (eds). *Cultural Policy and Urban Regeneration*. Manchester: Manchester University Press, 1993
- CARDOSO, E. D.; VAZ, L. F.; ALBERNAZ, M. P.; PECHMAN, R. M. *História dos Bairros. Saúde, Gamboa, Santo Cristo – zona portuária*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Editora Index, 1987
- DA ROCHA, A. B.; REIS, P. The gentrified version of the Bossa-Nova dream – the process of change of the beach environment in Rio de Janeiro in: *Resorting to the Coast: Tourism, Heritage and Cultures of the Seaside Proceedings*. Leeds Metropolitan University, Centre for Tourism and Cultural Change, UK (digital media – ISBN: 978-1907240027)
- DA ROCHA, A. B.; REIS, P. Culture as a mega-event – how do heritage and local identity fit in the cosmopolitan image of the city? in COOPER, F.; GREENE, M.; MACHADO, D. P.; SCHEERLINCK, K.; SCHOOLJANS, Y. *ADU2020 Creative Adjacencies*. Ghent: Faculty of Architecture KU Leven; Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, PUC-Chile, 2014, pp 285-295
- EGLER, T. T. C. Políticas globais e resistência social na Zona portuária in: *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR*, Salvador, 2005 (<http://www.xienanpur.ufba.br/664.pdf>)
- GIANNELLA, L. C. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha in: *Espaço e Economia*, 3, 19 dezembro 2013 (<http://espaocioeconomia.revues.org/445>)
- GUIMARÃES, R. S. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ FGV editora, 2014
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. London: Blackwell, 1989
- IPLANRIO. *Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Planave S. A., 1989
- JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: WMF. Martins Fontes, 2014
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos [1974], 2000
- LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris: Ed. du Seuil, 1968
- LOFTMAN, P.; NEVIN, B. Prestige Projects, City Centre Restructuring and Social Exclusion: taking the long-term view in MILES, M.; HALL, T. *Urban Futures: critical commentaries on shaping cities*. London: Routledge, 2001, pp 76-91
- MOREIRA, C. C. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Unesp, 2004
- MARSHALL, R. (ed). *Waterfronts in Post-industrial Cities*. London: Spoon Press, 2001
- NORA, P. *Les lieux de mémoire*, v 1, Paris: Gallimard, 1984
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2001

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor Decenal de 1992: subsídios para sua revisão in: *Coleção Estudos Cariocas*. Rio de Janeiro: IPP e SMU, nº 2005/203, dez 2005 (www.armazemdedados.rio.rj.gov.br)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de Revisão do Plano Decenal da Cidade*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano, dez 2008

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro: PCRJ/ ACRJ/ FIRJAN, 1996

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Programa Favela-Bairro*. Secretaria Municipal de Habitação/ IplanRio/ Rio de Janeiro: PCRJ, maio 1996

RIOARTE/ IPLANRIO. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985

SANT'ANNA. A. R. *Desconstruir Duchamp: arte na hora da revisão*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

VAZ, L. F. A 'Culturalização' do Planejamento e da Cidade in: *Cadernos PPG-AU/ FAUBA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 31-42

ZUKIN, S. Socio-Spatial Prototypes of a New Organization of Consumption: the role of Real Cultural Capital in: *Sociology*, vol 23, nº 1, February 1990, pp 37-56

# Construções Normativas e Morfologia Urbana nas paisagens público-privadas: o Cais Mauá em Porto Alegre e o Porto Maravilha no Rio de Janeiro.

Marlise S. de Aguiar, Jacqueline Custódio

**Marlise S. de Aguiar** é Doutora em Urbanismo; professora do DPUR/FAU/UFRJ; marlise.aguiar@uol.com.br

**Jacqueline Custódio** é Bacharel em Direito, Artes Plásticas e Medicina; membro do Conselho Estadual de Cultura/CEC-RS; jacquecustodio@gmail.com

## Resumo

A análise morfológica de intervenções urbanas que estão ocorrendo em algumas metrópoles brasileiras reforça os sinais da crise urbana agravada principalmente pela maneira como se deu o Planejamento Urbano no Brasil durante as últimas décadas. Desde o caso Barcelona, as experiências de operações urbanas motivadas pela realização de megaeventos nas áreas centrais de grandes cidades têm se traduzido em padrões morfológicos, se considerarmos a transformação desses espaços e suas novas ocupações. Tais padrões devem-se não somente por contemplar os mesmos usos, mas também, em grande parte, pela forma como os instrumentos jurídicos são apropriados e a consequente alteração dos índices urbanísticos, que têm o papel de atrair olhares para essas áreas. Como resultado, prenunciamos a profunda transformação da paisagem dessas frentes d'água. A principal questão versa sobre como estão se configurando as paisagens propostas por essas operações no que se refere ao plano inicial elaborado pelos atores envolvidos, incluindo investidores financeiros, administração pública e população. Os casos referência tratam-se de espaços emblemáticos no contexto histórico brasileiro que estão sendo alvos de intervenções motivadas pela recepção de megaeventos e são o Projeto Porto Maravilha (Rio de Janeiro) e o Complexo Cais Mauá (Porto Alegre). O primeiro está em fase de implementação desde o ano de 2009, e o segundo busca realizar desde 2010 um Plano de Negócios para a sua zona portuária, que tem como objetivo reutilizar e rentabilizar essas áreas. Dentre os instrumentos jurídicos utilizados, nos deteremos na Operação Urbana Consorciada, utilizada pelo município carioca, e nos programas municipais de Parcerias Público-privadas (Lei nº 9.875/05, em Porto Alegre, e a Lei Complementar nº 105/09, do Rio de Janeiro). Essa discussão mostra-se importante ferramenta, na medida em que traça paralelos entre os casos referência, propiciando uma reflexão sobre os elementos que efetivamente são considerados na transformação de espaços urbanos emblemáticos.

**Palavras-chave:** intervenções urbanas, instrumentos jurídicos, paisagens público-privadas.

## Abstract

*The morphological analysis of urban interventions that are occurring in some Brazilian cities reinforces the signs of the existing urban crisis, mainly aggravated by the way how the Urban Planning in Brazil has been taking place in the last decades. Since the Barcelona case, the experiences of urban operations motivated by the realization of mega-events in the central areas of major cities have been translated into morphological patterns, if we consider the transformation of these spaces and their new occupations.*

Such standards involve not only contemplating the same uses, but also and largely contemplating the way the legal instruments are appropriate and the corresponding amendment to urban rates, which have the role to draw attention to these areas. As a result, we foreshadow the profound transformation of the landscape of these waterfronts. The main question is the current setting of the landscapes offered by these operations in relation to the initial plan developed by the actors involved, including financial investors, public administration and population. These reference cases are emblematic spaces in the Brazilian historical context, being targeted interventions motivated by the receipt of mega events and they are the Porto Maravilha Project (Rio de Janeiro) and the Mauá Pier Complex (Porto Alegre). The first one has been under implementation since 2009, and the second one has been lacking a Business Plan for its port area since 2010. Such a Plan aims at re-using and monetizing these areas. Among the legal instruments, we will concentrate in Urban Consortium Operations used by the Rio municipality and municipal programs Public-Private Partnerships (Law No. 9,875 / 05, in Porto Alegre, and Complementary Law No. 105/09, of Rio de Janeiro). This discussion shows an important tool, in that it draws parallels between the cases reference, providing a reflection on the elements that are actually considered in the transformation of emblematic urban spaces.

**Keywords:** urban interventions, legal instruments, public-private landscapes.

### Resumen

El análisis morfológico de las intervenciones urbanas que se están produciendo en algunas ciudades del Brasil refuerza las señales de crisis urbana agravadas principalmente por la manera cómo fue la planificación urbana en Brasil durante las últimas décadas. Desde el caso de Barcelona, las experiencias de operaciones urbanas motivadas por la realización de mega-eventos en las áreas centrales de las principales ciudades se han traducido a patrones morfológicos, si tenemos en cuenta la transformación de estos espacios y sus nuevas ocupaciones. Estos patrones deben ser no sólo para contemplar los mismos usos, sino también en gran medida por la forma en que los instrumentos jurídicos son apropiados y la correspondiente modificación de los índices urbanísticos, que tienen la función de atraer las miradas de estas áreas. Como resultado, hemos preñunciamos la profunda transformación del paisaje de estos frentes de agua. La principal cuestión versa sobre cómo se están estableciendo los paisajes que ofrecen estas operaciones en relación con el plan inicial desarrollado por los actores involucrados, incluidos los inversores financieros, la administración pública y la población. Los casos de referencia se tratan de espacios emblemáticos en el contexto histórico de Brasil que van dirigidas las intervenciones motivadas por la recepción de grandes eventos y son el Proyecto Puerto Maravilla (Río de Janeiro) y el Muelle Mauá Complejo (Porto Alegre). El primero está en ejecución desde 2009, y el segundo tiene por objeto llevar a cabo desde 2010 un Plan de Negocio para su zona portuaria, que tiene como objetivo la reutilización y obtener beneficios económicos de estas áreas. Entre los instrumentos legales, nos concentraremos en la Operación Urbana Consorciada utilizada por el municipio de Río y en los programas municipales Asociaciones Público-Privadas (Ley N ° 9.875 / 05, en Porto Alegre, y la Ley Complementaria N° 105/09, de Río de Janeiro). Esta discusión muestra una herramienta importante, ya que traza paralelos entre los casos de referencia, proporcionando una reflexión sobre los elementos que realmente se consideran en la transformación de los espacios urbanos emblemáticos.

**Palabras-clave:** intervenciones urbanas, instrumentos legales, paisajes públicas y privadas.



## Introdução

**A** dificuldade de modelar os processos acarretados pelo crescimento intensivo e descontrolado da população resultou na ocupação dispersa e fragmentada de espaços periféricos, que trouxe consigo diversos conflitos socioeconômicos e ambientais. Dentre os impactos, a ocupação de áreas de risco pela população vulnerável, a escassez de serviços de infraestrutura, questões de (i)mobilidade urbana e dificuldades de acesso aos postos de trabalho subsidiam a atual crise urbana.

A crise fiscal do Estado, o colapso do modelo de substituição de importações e do estilo desenvolvimentista pautado no state-centred matrix, sob a égide ideológica do neoliberalismo, concorreram [...] no Brasil da década de 90, para enfraquecer o sistema de planejamento e a própria legitimidade do exercício de planejar. (SOUZA, 2001, pp:45 e 46)

Em resposta a essas e outras questões, propõe-se, a partir da década de 1980, um movimento de retomada de áreas centrais que adquirem papel primordial dentro dos novos temas e programas espaciais de projetos urbanos, pois oferecem infraestrutura e espaços desocupados. Esse processo se consolida a partir dos anos 90 com um novo modelo de planejamento urbano cujo paradigma é o sucesso de Barcelona (VAINER, 2009, p.75). Encontrou ainda campo fértil nas mudanças na conjuntura nacional, decorrentes do crescimento econômico do início dos anos 2000, resultando um novo modelo de gestão urbana.

Disseminou-se um padrão de Planejamento Estratégico<sup>1</sup> calcado em conceitos e técnicas provenientes do Planejamento Empresarial que considera as cidades submetidas “[...] às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2009, p.76). A globalização e a complexidade econômica, dentro dessa perspectiva, fundamentaram a necessidade de competitividade urbana, reduzindo a cidade ao status de mercadoria. Para dar conta dessa demanda, desponta a governança urbana empreendedorista (RIBEIRO e SANTOS Jr, 2015, p.42) que busca lançar as cidades brasileiras no circuito mundial de investimentos internacionais, predominantemente através dos megaeventos esportivos, mas sem deixar de atender ao capital mercantil local.

Tal contexto evidencia a desigualdade dos interesses envolvidos que abrangem desde o avassalador poder econômico até a frágil imposição legal da participação popular, comprometendo a regulação das formas de apropriação do espaço urbano. Os planos de negócio impõem-se como norteadores no desenvolvimento

<sup>1</sup> A Prefeitura de Porto Alegre montou seu atual modelo de Gestão em 2005 quando estabeleceu diretrizes para o Mapa Estratégico que foi integrado à programação orçamentária com a criação da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento em 2013. [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smp/peo/default.php?p\\_secao=88](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smp/peo/default.php?p_secao=88) (Mai, 29, 2016)

O Rio de Janeiro publicou seu primeiro plano estratégico em 1996, intitulado Plano Estratégico I da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, publicado em 1996. Logo depois publicou o Plano Estratégico II da Cidade do Rio de Janeiro – As Cidades da Cidade, ambos na gestão César Maia. O Plano Estratégico III Pós-2016 (2013-2016) – O Rio mais integrado e competitivo e o mais recente Plano Estratégico 2017-2020 Visão Rio 500, foram ambos lançados pelo Prefeito Eduardo Paes.

das cidades, carreando a compreensão de que a intervenção urbana é um processo de produção de locais de sucesso (ARANTES, 2009, p:24).

A partir do caso Barcelona, portanto, verificam-se pontos de aproximação nas experiências de operações urbanas motivadas pela realização de megaeventos nas áreas centrais de grandes cidades. Os programas espaciais contemplam usos similares e são implementados através de instrumentos jurídicos que possibilitam alterar os índices urbanísticos a fim de atrair olhares e investimentos para essas áreas. Esse modelo produz padrões morfológicos, se considerarmos a profunda transformação desses espaços e suas novas ocupações.

Entretanto, a análise das construções normativas e morfológicas das intervenções urbanas que estão sendo implementadas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre faz emergir os sinais dessa crise urbana e coloca em xeque os resultados espaciais inicialmente preconizados pelo poder público que previam amplo adensamento e verticalização dessas frentes d'água. As soluções apresentadas, distanciadas cada vez mais de propostas democráticas e igualitárias, agravam o desequilíbrio nas relações entre público e privado e permanecem ao sabor dos interesses privados frente às imposições do mercado.

## **O Cais Mauá em Porto Alegre e o Porto Maravilha no Rio de Janeiro**

Na esteira dos megaeventos, Porto Alegre lançou em 2010 um Plano de Negócios para sua zona portuária: o Projeto Cais Mauá que tem como objetivo reutilizar e rentabilizar esse espaço. O Cais Mauá tem 3.240m de extensão, com área total de 181.295m<sup>2</sup>, incluindo 16 armazéns e docas. Já o Projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, está em fase de implementação desde o ano de 2009 em área delimitada pelos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde abrangendo aproximadamente 5.000.000m<sup>2</sup>.

### **Complexo Cais Mauá**

As propostas de recuperação da região portuária de Porto Alegre datam da década de 1990, embora somente a partir de 2007, com a convocação da iniciativa privada começou-se a configurar o edital de Revitalização do Cais Mauá. Em 2010, licitação publicada na modalidade concorrência n.º 001/2010<sup>2</sup> visava a

<sup>2</sup> Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Aviso de convocação Concorrência Nº 001/2010.

construção, implantação, manutenção, conservação, melhoria, gestão, exploração e operação, por meio de operadores especializados, de um complexo empresarial, de cultura, lazer, entretenimento e turismo, doravante denominado "Complexo Cais Mauá"

O contrato de arrendamento foi assinado no final do ano, válido por 25 anos e renováveis por igual período, e previa o pagamento de R\$ 2,5 milhões para cada ano de contrato, bem como um compromisso de investimento mínimo de R\$ 350 milhões. Os recursos para a recuperação do cais seriam provenientes, em sua totalidade, da iniciativa privada. Em contrapartida, a área seria explorada pelos investidores, concretizando, assim, um plano de negócios para a área mais significativa da cidade.

Esse contrato administrativo previa cláusulas de garantias e a recuperação de 11 armazéns tombados, sendo demolido um inventariado para a edificação de um centro comercial de aproximadamente 35.000m<sup>2</sup>, três torres de edifícios entre 10 e 23 andares.

O consórcio vencedor, inicialmente denominado Porto Cais Mauá do Brasil S/A – PCMB era composto pelas seguintes empresas: *Contern Construção e Comércio Ltda.*, *GestioServeis Trade Center*, *IberosportAsesores de Inversiones SL.*, *Solo Real State e Strategy Planning Implementation Managment*. Atualmente, após quatro alterações acionárias e com a saída dos investidores espanhóis, o consórcio trocou de razão social, passando a chamar-se Cais Mauá do Brasil S/A.

Desde 2012, quando foi imitada posse do local, não houve sequer a restauração dos armazéns tombados. Apenas em 2014, ocorreu uma tentativa de oferecer atividades durante a Copa do Mundo. Atualmente, está fechado, sendo proibida a entrada da população em geral e, até mesmo, o registro fotográfico do local.

## Projeto Porto Maravilha

No documento de apresentação do projeto consta como objetivo geral a "revitalização completa da região, a ser financiada na fase 1 com recursos públicos e, na fase 2, com recursos privados oriundos de uma Operação Urbana Consorciada" (PCRJ, 2009, p:16).<sup>3</sup> A primeira fase das intervenções foi adjudicada ao Consórcio Saúde-Gamboa, formado pelas empresas Construtora OAS Ltda., Empresa Industrial Técnica S.A. e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A. (PCRJ, 2012, p: 26) e ocorreu no período de maio de 2010 a junho de 2012. Ao todo foram gastos R\$ 139 milhões e não R\$ 120 milhões como previstos

<sup>3</sup> PCRJ. "Apresentação Projeto Porto Maravilha". Rio de Janeiro, 2009. <http://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-876.pdf> (Maio, 06, 2016)

pelo prospecto de registro da operação (idem). A segunda fase, cuja previsão era de custar algo em torno de R\$ 8 bilhões, foi adjudicada à Concessionária Porto Novo S.A. Embora com outro nome, a concessionária continuou formada pelas mesmas empresas, com exceção da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

O contrato de parceria público-privada (PPP) é na modalidade de Concessão Administrativa, para a prestação de serviços de Revitalização e Operação da AEIU da Região Portuária do Rio de Janeiro. O consórcio tem a finalidade de prestar serviços públicos municipais e executar as obras estruturais e de urbanismo previstas no Edital de Licitação para Concorrência Pública nº 001/2010. A Porto Novo terá permissão de explorar a prestação de serviços públicos durante 15 anos.

Resumidamente, traçamos paralelos entre as duas experiências, cujos projetos foram construídos e implementados a partir da PPP, baseando-se em editais de licitação para concorrência pública que geraram contratos administrativos na modalidade de concessão firmados com empresas privadas a partir do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (caso gaúcho) e o Município do Rio de Janeiro, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro/CDURP (caso carioca). Esses contratos permitem a exploração pelas concessionárias da prestação de serviços públicos por um período expressivo, o que indica um desequilíbrio na relação público-privada estabelecida por essas parcerias.

Relatados os casos e evidenciadas suas diferenças e semelhanças, passamos à análise dos instrumentos urbanísticos e jurídicos adotados em cada situação, considerando-se as legislações nacional e regional, bem como sua aplicação em cada cenário.

## **Construções normativas e instrumentos jurídicos e urbanísticos**

Muitos dispositivos foram criados para possibilitar a integração entre os setores públicos e a iniciativa privada buscando atender as necessidades da população, dentre eles as concessões e permissões de serviços públicos, em conformidade com a Constituição Federal, em seu Art. 175, e as parcerias público-privadas, também uma forma de concessão, mas com requisitos determinados.

Já o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, com fundamento na função social da propriedade, buscou, através de instrumentos como as operações urbanas

<sup>4</sup> Art. 32, §1º: Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

<sup>5</sup> Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Aviso de convocação Concorrência Nº 001/2010.

<sup>6</sup> L.C. 434/99, atualizada e compilada até a L.C. 667/11, incluindo a L.C. 646/10.

<sup>7</sup> Movimento internacional pela reforma do Estado iniciado nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense. Enfatiza a eficiência administrativa e se fundamenta no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Ana Paula Paes de Paula. "Administração Pública Brasileira: Entre o Gerencialismo e a Gestão Social". RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, jan-mar, 2005. <http://rae.fgv.br/en/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social> (Maio, 19, 2016)

consorciadas, qualificar essa relação entre o público e o privado, incluindo a sociedade civil, com "[...] o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental".<sup>4</sup>

Com o propósito de se desonerar de obrigações e de arrecadar recursos, as administrações públicas também podem lançar mão de outros institutos como convênios, contratos e parcerias.

No caso do Cais Mauá, a proposta teve origem em junho de 2007 quando a administração pública convocou empresas privadas para apresentarem planos de negócio denominados "Manifestação de interesse". A proposta selecionada (agosto de 2008) foi referencial do edital de licitação e embasou o contrato de arrendamento do que foi denominado Complexo Cais Mauá.<sup>5</sup>

Como se trata de Área de Interesse Cultural, não há regime urbanístico determinado pelo Plano Diretor, devendo ser estabelecido por lei específica. O art. 63, §1º, inciso I, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre<sup>6</sup> (PDDUA) classifica como Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau, aqueles projetos que tratam de renovação ou revitalização urbana, como no caso em análise, e são entendidos como Operação Urbana Consorciada (OUC). Além disso, o referido artigo conceitua esse instrumento da seguinte forma:

proposta para setor da Cidade que, no seu processo de produção e pelas suas peculiaridades, envolve múltiplos agentes, com possibilidade de representar novas formas de ocupação do solo e de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

Assim, através da Lei Complementar Municipal nº 638/2010, foi estabelecido um novo regime urbanístico e determinadas algumas atividades para o espaço, como museu, embarque e desembarque de passageiros, Feira do Livro, entre outros equipamentos públicos.

O plano de negócio é um instrumento utilizado na gestão corporativa para o estabelecimento de novos negócios e que os administradores públicos vêm adotando nas práticas de gestão, consoante com o modelo de administração pública gerencial.<sup>7</sup> Por consequência, as decisões estratégicas não se orientam pelos procedimentos democráticos, alijando a população de interferir nas prioridades e na harmonia entre valores sociais relevantes.

Em Porto Alegre, na condição de negócio, o empreendimento ficou sujeito às oscilações do mercado, inclu-

sive o internacional, uma vez que um grupo espanhol compunha o consórcio vencedor. Houve um afastamento de possíveis investidores à medida que a composição acionária ia modificando-se e as obras não se iniciavam.

Esse hiato possibilitou uma organização da sociedade que questionou o projeto proposto, entendendo que o interesse público havia sido eclipsado pelos interesses das empresas. Tratava-se de uma proposta descolada da participação dos cidadãos e das condições urbanas já existentes na região, tendo como consequência a alteração profunda do perfil da cidade.

Paralelamente, muitas cláusulas do contrato foram descumpridas, afrontando a supremacia do interesse público sobre o particular prevista na Lei 8.666/93 e o próprio edital, o que possibilitaria a rescisão do acordo. No caso carioca, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro tem previsão legal na Lei Complementar nº 101/2009<sup>8</sup>, que veio alterar o Plano Diretor de 1992.<sup>9</sup> Grande parte das obras está sendo financiada pelo aumento do potencial construtivo na região, onde se permite a construção além dos limites atuais, com exceção das áreas de preservação, de patrimônio cultural e arquitetônico, e dos prédios destinados ao serviço público. Os interessados em explorar este novo potencial construtivo, especialmente construtoras, incorporadoras imobiliárias, proprietários de terrenos e investidores, deverão comprar os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs).<sup>10</sup>

Ressalta-se que o público alvo da operação (declarado conforme prospecto de registro), setor privado e institucional, é duplamente beneficiado uma vez que o § 1º do Art. 36 da LC 101/2009 determina que todo o valor arrecadado com a negociação dos CEPACs deverá ser investido na melhoria da infraestrutura urbana e em serviços na região. Assim, os CEPACs permitem a valorização da área e estimulam a especulação imobiliária no local em que esses atores estão investindo. Cabe sublinhar ainda que os recursos provenientes da venda do potencial construtivo adicional não resultaram de investimentos privados, ao contrário do que previu e anunciou a prefeitura, mas de investimentos públicos oriundos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) da Caixa Econômica Federal (CEF).

Tanto no Complexo Cais Mauá como no Projeto Porto Maravilha, o Poder Público não cumpriu as determinações previstas pela Lei 10.257/2001 quanto ao uso da OUC especialmente em dois pontos. O primeiro diz

<sup>8</sup> <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25eda7e64db53b-032564fe005262ef/b39b005f9fdb3d8032577220075c7d5?OpenDocument> (Maio, 25, 2016)

<sup>9</sup> O Plano Diretor de 1992 foi substituído pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 111/2011. <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a-9cfec383032568620071f5d2/cd-d6a33fa14df524832578300076d-f48?OpenDocument> (Junho, 04, 2016)

<sup>10</sup> Cf. website Porto Maravilha. em: <[http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl\\_29\\_06\\_1.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl_29_06_1.pdf)> (Julho, 13, 2013)

<sup>11</sup> Cf. prospecto de registro.

respeito à forma de controle da OUC, que deveria ser compartilhada com a sociedade civil.<sup>11</sup> O que tem se observado é a mobilização social para que o processo seja mais transparente e participativo. O segundo diz respeito às contrapartidas do investimento privado e à possibilidade de emissão de CEPAC pelo Poder Municipal. No Porto Maravilha, os estoques de CEPACs foram distribuídos de acordo com o setor onde serão aplicados o que permite a delimitação da área adicional específica para cada caso, porém, a sua aplicação deveria estar vinculada preferencialmente ao uso habitacional. Ao deixar em aberto, o investidor pode designá-los aos usos que permitem maior lucro, como os comerciais e serviços.

Em Porto Alegre, por exemplo, algumas contrapartidas que eram fundamentais para a cidade, foram dispensadas, por serem muito onerosas ao investidor. Entre elas, “o rebaixamento da Avenida Mauá nas proximidades do Gasômetro, transformando a Praça Brigadeiro Sampaio, do outro lado da via, em um prolongamento da orla. Seria uma esplanada verde para pedestres – e, por baixo dela, os carros passariam em um túnel”.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Paulo Germano. “O que prevê o projeto de revitalização do Cais Mauá e quem está contra”. *Jornal ZH*, 27/09/2015. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/09/o-que-preve-o-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua-e-quem-esta-contra-4856991.html> (Junho, 02, 2016)

Em suma, as problemáticas aqui levantadas versam sobre uma questão principal, que será discutida a seguir: como estão se configurando as paisagens propostas por essas operações no que se refere ao plano inicial elaborado pelos atores envolvidos, incluindo investidores financeiros, administração pública e população?

## Morfologia Urbana nas Paisagens Público-privadas

A análise e discussão dessa tendência observada mostra-se importante ferramenta na medida em que traça paralelos entre os casos referência, propiciando uma reflexão sobre os elementos que efetivamente são considerados na transformação de espaços urbanos emblemáticos.

Para a análise da morfologia urbana consideramos o aporte teórico de Panerai (2006) sobre o qual traçamos estudos iniciais dos casos referência a respeito das redes de vias, traçados e espaços públicos, novas edificações, preservação histórica, dimensões verticais (gabaritos e volumetrias), e parcelamentos fundiários.

No que diz respeito ao caso de Porto Alegre, poderemos falar apenas sobre aquilo que foi proposto, uma vez que as obras não se iniciaram, tampouco temos

certeza de que iniciarão. O contrato de arrendamento previa que as obras nas áreas públicas no entorno do empreendimento necessárias à acessibilidade e à urbanização fossem de responsabilidade do arrendante. E o primeiro obstáculo é a dificuldade de acesso ao espaço, decorrente de via de intenso fluxo de automóveis e do muro de proteção às cheias que separam a cidade do cais.

A solução apresentada propunha um rebaixamento de trecho da Avenida Presidente João Goulart, junto à Usina do Gasômetro, de forma que a Praça Brigadeiro Sampaio fosse prolongada, passando por cima da via e unindo-se à orla, como forma de interligar o projeto ao Centro. No entanto, essa proposta foi alterada e, em seu lugar, foi apresentada a de uma passarela de pedestres, interligando a citada praça à área portuária.

Já na região na qual está planejada a construção das torres, mantém-se o projeto de acesso subterrâneo, contrariando o pretexto do alto custo usado pelo consórcio para se desonerar do rebaixamento junto à praça. Com isso, haverá um fluxo direcionado para a região interna do cais que contará com quatro mil vagas de estacionamento no local.

Considerando-se a forma peninsular do centro e a principal via de ligação sul com a cidade que passa ao longo da frente d'água, nota-se que o já acentuado fluxo de veículos tende a intensificar-se, refletindo-se, da mesma forma, nas vias internas do bairro.

A partir das alterações projetuais mencionadas (como a substituição do prolongamento da Praça Brigadeiro Sampaio), é notória a conseqüente diminuição de espaços públicos no projeto. Outro aspecto que aponta para a privatização é a construção de prédios comerciais em área pública, ainda que essa deva ser devolvida ao Estado quando findar o contrato de arrendamento, com todas as benfeitorias. Mas é evidente que enquanto perdurar o contrato, o acesso à região das docas sofrerá restrições.

Mesmo o setor dos armazéns, cujas atividades devem ser voltadas para áreas de cultura, lazer e gastronomia, tende a acentuar o processo de gentrificação do local, já que sua utilização estará calcada no consumo e poder aquisitivo de seus frequentadores.

Já no caso do Porto Maravilha, as obras da primeira fase<sup>13</sup> (período de 2010 a 2012) se dedicaram à urbanização de vias no Morro da Conceição e em ruas próximas à Praça Mauá, totalizando cerca de cinco mil

<sup>13</sup> Cf. website Porto Maravilha. em: <[http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl\\_29\\_06\\_1.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl_29_06_1.pdf)> (Julho, 13, 2013)

metros de extensão e uma área de aproximadamente dezesseis hectares (PCRJ, 2012, p:26). Consistiram em reformas nas redes infraestrutura que foram posicionadas sob as calçadas a fim de não interromper o trânsito de automóveis nas ocasiões de reparo, demonstrando a valorização do uso do espaço urbano por veículos.

A garagem subterrânea na Praça Mauá prevista inicialmente não foi realizada e o projeto de construção da Pinacoteca do Estado foi substituído pelo Museu de Arte do Rio/MAR (inaugurado em 01/03/2013). Dentre as obras da região central que já foram entregues estão também o Museu do Amanhã (inaugurado em 2015), a estação do Metrô Cidade Nova (2010) e a UPP do Morro da Providência (2010).

Na segunda fase, previa-se conclusões da reurbanização de aproximadamente 70 km de vias (pavimentação, drenagem, sinalização, iluminação, arborização de calçadas e canteiros), e da implantação de novas vias e trechos de ciclovias. As intervenções mais expressivas foram a derrubada de parte do Viaduto da Perimetral (em novembro de 2013); a construção de um túnel entre a Praça Mauá e a Av. Rodrigues Alves, com aproximadamente 2km de extensão; ampliação do atual túnel ferroviário sob o Morro da Providência para receber tráfego de automóveis; construção de duas rampas ligando o viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo; implantação de sistema de VLT e teleférico.

Em ambos os casos, um dos aspectos mais polêmicos dos projetos é sem dúvida a interferência que as novas edificações causarão no perfil característico da cidade. Apesar de já estar consolidada a verticalização dos bairros centrais, a alteração de gabaritos permite a construção de edifícios ainda mais altos e dentro da circunscrição de orla.

Como visto, a LC n.º 638/2010 se efetivada, vai impactar consideravelmente a região, podendo significar, mais tarde, um precedente tanto para ampliar o gabarito de futuras edificações, como para possibilitar a construção em área de orla.

A exemplo de um grande número de cidades, o centro concentra parte considerável do patrimônio histórico edificado, e O Cais Mauá [Figura 1 e Figura 2] faz parte do perímetro tombado pelo IPHAN em Porto Alegre, no ano de 1999.

No Rio de Janeiro, apesar do Estudo de Impacto de Vizinhança/EIV mencionar a importância de manter

as visuais dos bens tombados<sup>14</sup> [Figura 3 e Figura 4] e citar ainda a utilização de instrumentos modernos tais como o estabelecimento das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) que objetivam manter “ambientes urbanos marcados e identificadores de culturas locais”, também se pode afirmar a desvalorização desses bens a partir do considerável aumento de gabarito permitido e incentivado.

<sup>14</sup> Além de bens tombados de forma isolada, cita-se o projeto SAGAS (1984) que colaborou para a proteção e valorização do uso residencial e do patrimônio cultural dos bairros portuários. O Decreto Municipal nº 7.351/1988, instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) e promoveu o tombamento de 50 imóveis e preservação de mais de 1.500 unidades.



Figura 1  
Patrimônio Cultural. Pórtico central e armazéns-Cais Mauá, Porto Alegre/RS.  
Fonte: Marlise Sanchotene de Aguiar, 2016 (publicação autorizada pela autora).



Figura 2  
Frente d'água de Porto Alegre/RS.  
Fonte: Marlise Sanchotene de Aguiar, 2016 (publicação autorizada pela autora).



Figura 3  
Frente d'água do Rio de Janeiro/RJ. À direita, surgindo os primeiros prédios com gabarito permitido pelo Porto Maravilha.  
Fonte: Marlise Sanchotene de Aguiar, 2016 (publicação autorizada pela autora).



Figura 4  
Patrimônio Cultural. Pedra do Sal e entorno-Morro Conceição, Rio de Janeiro/RJ.  
Fonte: Marlise Sanchotene de Aguiar, 2016 (publicação autorizada pela autora).

Sob essa perspectiva, a simples preservação dos bens edificados não nos parece suficiente para salvaguardar um local de tal força histórica e simbólica, já que a proposta trazida pelos empreendedores é justamente a alteração deste perfil. Em Porto Alegre, com a construção de edifícios projetados pelo conceituado escritório de arquitetura de Fermín Vázquez<sup>15</sup>:

<sup>15</sup> Frente portuário de Porto Alegre, Brasil. < [www.b720.com/es/proyecto/b720\\_porto\\_alegre\\_brasil\\_es](http://www.b720.com/es/proyecto/b720_porto_alegre_brasil_es)> (Maio, 29, 2016)

La transformación del antiguo frente portuario de Porto Alegre (Brasil) persigue tres objetivos principales: restablecer la relación directa y humana entre el río Guaíba y la ciudad,

rehabilitar el patrimonio y la memoria colectiva, y crear un nuevo icono urbano.

E no Rio de Janeiro, com a construção do Museu do Amanhã obra-monumento do *Archstar* Santiago Calatrava.<sup>16</sup>

Autor de projetos em que as estruturas metálicas transformam-se em elementos esculturais de grande apelo estético, o arquiteto espanhol Santiago Calatrava deixa sua assinatura no píer da histórica Praça Mauá, no Rio de Janeiro, com o Projeto do Museu do Amanhã, uma das âncoras da Operação Urbana Porto Maravilha.

<sup>16</sup> Revista Arcoweb. Santiago Calatrava: Museu do Amanhã, Rio de Janeiro. <https://arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/santiago-calatrava-museu-amanha-rio-janeiro-2014>. (Maio, 29, 2016)

Percebe-se, assim, que estão ameaçadas as próprias identidades dessas cidades, que têm em seu perfil, constituído do conjunto de armazéns, pórtico central e Usina do Gasômetro no caso gaúcho; e morros e favelas no caso carioca, um forte elemento de individualização e de reconhecimento.

No caso de Porto Alegre, some-se a isso, o fato de que é fundamental a ligação entre o Centro Histórico e o cais, obrigação constante na lei específica, e que foi grosseiramente adaptada, como já se viu. Saliente-se que a alteração de regime urbanístico, aparentemente sem base num estudo prévio robusto, subestimou o impacto do empreendimento a ser construído em uma via urbana de trânsito saturado e sem alternativas viárias, considerando a grande concentração de monumentos e bens tombados na região.

Prosseguindo, o próprio parcelamento fundiário foi questionado, quando da apresentação do EIA-RIMA, tendo em vista que a área das docas é considerada alagadiça e sujeita a inundações. Pelo PDDUA e pelo Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, Lei n.º 11.520/2000, não são permitidas edificações nessas áreas.

No caso do Rio de Janeiro, a construção normativa acarretou alterações nos instrumentos urbanísticos aplicados na área da OUC. O mapa exibido em 2009 com as quadras que permitiram a aplicação dos CEPACs aponta especialmente terrenos localizados nas áreas aterradas ao longo da costa, o que vem confirmar a provável verticalização da sua frente marítima. A análise dos mapas de Aplicação dos CEPACs, de Índices de Aproveitamento de Terreno (IATs) e de Modificação de Gabaritos comprova a euforia na pretensa verticalização da frente marítima. No miolo dos bairros portuários constata-se igualmente a significativa variação na altura desses prédios (que podem chegar à 120m de gabarito) e um provável adensamento bastante expressivo (IAT máximo igual a 8).

A partir desse cenário, em 2011, o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), gerido pela CEF, adquiriu por R\$ 3,5 bilhões todos os CEPACs emitidos pela prefeitura e ficou responsável pelos R\$ 8 bilhões de investimentos no projeto. Os R\$ 4,5 bilhões restantes serão obtidos pelo banco com a valorização dos certificados. Na época da aquisição do estoque, o valor pago pela Caixa foi o equivalente a R\$ 545 por certificado. Em 2013, a comercialização de cada título pelo fundo da Caixa alcançou o valor de R\$ 1.280, uma expressiva alta de 135% no período de 28 meses.

Se inicialmente o processo deu certo, entretanto, o mercado de prédios comerciais no Rio de Janeiro tem desacelerado recentemente, após anos de forte crescimento. No primeiro trimestre de 2013, o índice de ocupação nesse mercado teve o seu maior declínio em quase uma década de acordo com a CBRE Group Inc. Existiam 15.793 m<sup>2</sup> em "absorção negativa", ou seja, a diferença entre o total do espaço que passou a ser ocupado e desocupado no período<sup>17</sup>.

<sup>17</sup><http://www.trumptowersrio.com/pt-br/desaceleracao-e-desafio-para-projeto-da-marca-trump-no-rio/> (Jun, 06, 2016)

Soma-se a isso a dada delimitação de novos usos. Todos os setores dentro da Área de Especial de Interesse Urbanístico (AEIU) foram definidos como Zona de Uso Misto (ZUM), o que é agravado pelo fato da aplicação dos CEPACs ser preferencialmente vinculada ao uso comercial.

Da mesma forma, a capacidade financeira do Consórcio que está à frente do empreendimento do Cais Mauá tem mostrado sinais de enfraquecimento. Além de jamais ter apresentado uma carta de estruturação financeira, exigida no edital e em contrato, recentemente teve arrestado 51% de suas ações, por conta de um processo judicial, e possui dívidas que chegam a R\$ 800 mil.

Assim, apesar dessas áreas constituírem-se em locais nobres, com possibilidade de uma grande valorização com a requalificação do espaço, os investidores não têm buscado essa fatia do mercado. No caso gaúcho, bem diferente seria a situação, caso o projeto tivesse começado a ser executado. A valorização do bairro traria como consequência um acréscimo nos preços dos aluguéis, com possível êxodo populacional, o que já se verificou no Projeto Porto Maravilha.

## Considerações Finais

Aproveitando o clamor popular pelo uso de espaços emblemáticos das cidades, abandonados ou em decadência, o Poder Público buscou parceria com o setor

privado para a recuperação dessas áreas, concretizada através de plano de negócios e OUC. A utilização desses contratos como instrumento para as recuperações, no entanto, não se mostrou o mais adequado, apesar de desonerar o Estado da obrigação, como forma de contrapartida. Essencialmente porque objetivou, antes de tudo, vantagens comerciais e possibilidade de lucro, contrariando o princípio do interesse público.

Com isso, o planejamento urbano para essas regiões ficou relegado a uma posição secundária, abrindo espaço para modificações importantes e de grande impacto negativo nessas cidades. Tais modificações, se efetivamente se concretizarem, tendem a seguir o modelo ditado pela experiência de Barcelona e pelo planejamento empresarial, relevando as necessidades sociais e focando na competitividade urbana.

Mais uma vez, diretrizes estabelecidas pelo plano diretor foram alteradas, de acordo com os objetivos do mercado. Tal fato tem sido recorrente nessas cidades como um todo, mas sobremaneira nas áreas da orla, consideradas de grande valor imobiliário. Apesar de legalmente serem áreas públicas, na prática, pertencem a empreendimentos como condomínio de luxo, clubes, inclusive de futebol, ou mesmo residências unifamiliares como no caso da orla do Guaíba em Porto Alegre, ou a prédios de alto padrão, empreendimentos como torres comerciais e grandes centros financeiros, como é o caso da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Entretanto, a forma como se tem lançado mão dessas construções normativas que privilegia o setor privado em detrimento de interesses públicos e os resultados alcançados na experiência carioca nos alerta para outra importante questão: diante da crise econômica, avistamos a possibilidade da não concretização de muitas dessas obras e a parcial implementação desses planos. No caso do Cais Mauá, apontamos um possível cenário de demolição do Armazém A7, sem a certeza da construção do prédio projetado para o local. Entretanto, o mais impactante resultado decorrente da não concretização do planejado é a condenação da população a permanecer afastada de seu cartão postal.

## Referências

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BICCA, B. (ORG.) *Programa Monumenta Porto Alegre*. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/home/>. (Maio, 26, 2016)

PAULA, A. P. P. *Administração Pública Brasileira: Entre o Gerencialismo e a Gestão Social*. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, jan-mar, 2005. Disponível em: <http://rae.fgv.br/en/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social> (Maio, 19, 2016)

PORTO ALEGRE. *Lei 434 de 1º de dezembro de 1999 atual até a Lei Complementar n.º 667 de 03 de janeiro de 2011*. Disponível em: [iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/planodiretortexto.pdf](http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf). (Maio, 29, 2016)

PORTO ALEGRE. *Lei n.º 9.875 de 08 de dezembro de 2005*. Disponível em: [http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu\\_doc/lei\\_municipal\\_9\\_875-05\\_lei\\_das\\_ppps\\_porto\\_alegre.pdf](http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/lei_municipal_9_875-05_lei_das_ppps_porto_alegre.pdf) (Maio, 05, 2016)

PORTO ALEGRE. *Lei 638 de 04 de março de 2010*. Disponível em: [www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030964.DOCN.&l+20&u=?netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030964.DOCN.&l+20&u=?netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT) (Maio, 05, 2016)

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n.º 11.520 de 03 de agosto de 2000 atual até Lei n.º 13.914, de 12 de janeiro de 2012*. Disponível em: [www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf](http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf). (Maio, 29, 2016)

RIO DE JANEIRO. *Lei Complementar n.º 105, 22 de dezembro de 2009*. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc-30052cb1c/cea7da7eb7bff227032577220075c7de?OpenDocument> (Maio, 05, 2016)

RIO DE JANEIRO. *Lei Complementar n.º 111, 1º de fevereiro de 2011*. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec-383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48?OpenDocument> (Maio, 05, 2016)

SANTOS JR., O. A., GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016*. 1.ed. Rio e Janeiro: E-papers, 2015.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

# Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico

Monique F. Borin

---

BORIN, Monique F. Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 102-117, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 15/10/2016  
data de aceite: 22/11/2016

**Monique F. Borin** é Doutoranda em História; IFCH-UNICAMP; Bolsista FAPESP; moniquebfelix@gmail.com

## Resumo

Os estudos sobre a urbanização das cidades brasileiras no século XIX e início do século XX foram uma tendência que auxiliou no fortalecimento do campo da história das cidades, em geral se apoiando na análise de legislações e planos urbanísticos que regulavam a estrutura e infraestrutura física urbana. Nos últimos anos vivemos um movimento de pluralização dessas fontes, expandindo as investigações para outros tipos de documentos urbanísticos, como requerimentos, relatórios, registro de imóveis, levantamentos topográficos, mapas e fotografias técnicas. Manteve-se, no entanto, uma centralidade em fontes que poderíamos definir como de origem urbanística, ou seja, que já foram produzidas diretamente para tratar das questões do urbano. Nesta comunicação propomos o cruzamento de fontes urbanísticas com fontes de natureza distinta como metodologia para o estudo da urbanização das cidades brasileiras no período, particularmente a urbanização de bairros centrais de São Paulo. Tal estudo de caso servirá para avaliar as potencialidades e as problemáticas do cruzamento de fontes proposto, particularmente a série Obras Particulares, do Arquivo Histórico de São Paulo com os Autos Crime do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo. O enfoque dessa proposta metodológica se alinha com investigações que tratam do papel da população e da iniciativa privada como agentes importantes na urbanização das cidades brasileiras, deslocando um foco excessivo no estudo de grandes obras públicas, que dominaram muitos dos estudos iniciais sobre essa temática e que têm uma relação clara com a preponderância do uso da legislação como fonte exclusiva. Essa perspectiva de análise traz implicações teóricas, que serão discutidas a partir do diálogo com Walter Benjamin e Beatriz Sarlo sobre o papel do cotidiano na formação das cidades, que perseguimos a partir do conceito de experiência da urbanização. Palavras-chave: fontes, urbanização, auto crime, obras particulares.

**Palavras-chave:** fontes, urbanização, auto crime, obras particulares.



**Abstract**

Studies on the urbanization of Brazilian cities in the nineteenth and early twentieth century were a trend that helped in strengthening the field of history of cities, generally relying on the analysis of laws and urban plans that regulated the urban structure and physical infrastructure. In recent years we have experienced a pluralization of these sources, expanding the research to other types of urban planning documents, such as requirements, reports, property registration, surveys, maps and technical photographs. However, a centrality in sources that could be defined as having urban origin, or which have been produced directly to address urban issues remained. In this paper, we propose the discussion of the intersection of urban sources with sources of different nature and methodology for the study of urbanization of Brazilian cities, in the late nineteenth century to the twentieth century. We discuss a case study on the potentialities, as well as the disadvantages of crossing urban sources, particularly the "Obras Particulares" (Private Works) series, of the Historical Archives of São Paulo, with judicial sources, Autos Crime of the São Paulo Court Archives, when doing research about the urbanization of central districts of São Paulo. The focus of this methodological proposal aligns with studies that address the role of the population and the private sector as key agents in the urbanization of Brazilian cities, displacing an excessive focus on the study of large public works, which dominated many of the early studies on this topic and have a clear relationship with the preponderance of using legislation as sole source. This analytical perspective brings theoretical implications, which will be discussed from the dialogue with Walter Benjamin and Beatriz Sarlo on the everyday role in the formation of cities that we pursue from the concept of experience of urbanization.

**Keywords:** sources, urbanization, criminal records, private construction.

**Resumen**

La asimilación del esqueleto estructural de hormigón armado o de Los estudios sobre la urbanización de las ciudades brasileñas en el siglo XIX e inicio del siglo XX fueron una tendencia que auxilió el fortalecimiento del campo de la historia de las ciudades, en general, apoyándose en el análisis de legislaciones y planos urbanísticos que regulaban la estructura e infraestructura física urbana. En los últimos años, vivimos un movimiento de pluralización de esas fuentes, con la expansión de las investigaciones para otros tipos de documentos urbanísticos, como requerimientos, informes, registro de bienes, levantamientos topográficos, mapas y fotografías técnicas. Fue mantenida, sin embargo, una centralidad de fuentes que podríamos definir como de origen urbanístico, o sea, fuentes que ya fueron producidas directamente para tratar de las cuestiones de lo urbano. En esta comunicación proponemos el cruce de fuentes urbanísticas con fuentes de naturaleza distinta como metodología para el estudio de la urbanización de las ciudades brasileñas en el período, particularmente la urbanización de barrios centrales de San Pablo. Este estudio de caso servirá para evaluar las potencialidades y las problemáticas del cruce de fuentes propuesto, particularmente entre la serie Obras Particulares, del Archivo Histórico de San Pablo y los Autos Crimen del Archivo del Tribunal de Justicia de San Pablo. El enfoque de esa propuesta metodológica se alinea con investigaciones que se tratan del papel de la población y de la iniciativa privada como agentes importantes en la urbanización de las ciudades brasileñas, desplazando un foco excesivo en el estudio de grandes obras públicas que dominaron muchos de los estudios iniciales sobre esa temática y que tienen una relación clara con la preponderancia del uso de la legislación como fuente exclusiva. Esa perspectiva de análisis trae implicaciones teóricas que serán discutidas a partir del diálogo con Walter Benjamin y Beatriz Sarlo sobre el papel de lo cotidiano en la formación de las ciudades que perseguimos a partir del concepto de experiencia de la urbanización. Este documento orienta como preparar os artigos a serem submetidos para avaliação e eventual publicação na revista da Anparq.

**Palabras-clave:** fuentes, urbanización, auto crimen, obras particulares.

## Introdução

Baudelaire não descreve a população, nem a cidade. É justamente esta renúncia que lhe permite evocar uma na imagem da outra. Isto o torna muito superior a Barbier que – usando o procedimento descritivo – faz com que a massa e a cidade estejam uma fora da outra. (Benjamin, 1975, p:48)

**A** urbanização das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX foi objeto recorrente de estudos, possibilitando a consolidação do campo da história urbana no país.<sup>1</sup> Essa grande produção não significou, no entanto, o esgotamento desse campo, mas sim possibilitou reflexões que abriram novas problemáticas sobre os modos de se investigar o fenômeno urbano. Se por muito tempo as pesquisas se centraram em planos urbanos e legislações, marca dos estudos tradicionais,<sup>2</sup> um dos principais desdobramentos dos questionamentos a essa produção foi um movimento de pluralização das fontes históricas utilizadas nesse tipo de investigação. Buscando ampliar perspectivas sobre as intervenções do poder público no processo de urbanização, pesquisadores passaram a diversificar as fontes de origem urbanística consultadas. Documentos como requerimentos, relatórios, registro de imóveis, levantamentos topográficos, mapas, fotografias técnicas, tomaram o protagonismo em diferentes estudos, gerando uma contribuição que não se limitou a novos documentos de pesquisa, mas sim trouxe implicações teóricas sobre o objeto de pesquisa desse campo.

A diversificação de fontes não constitui uma solução simples para a história urbana, mas faz com que, a cada introdução de uma documentação diferente, as discussões acerca da natureza do nosso objeto de estudo se tornem mais complexas. Nesse sentido, introduzir uma nova fonte de estudo não é somente permitir uma visão por outro ângulo, mas sim questionar sobre a natureza dele. No caso dos estudos sobre a urbanização no campo da história urbana, o movimento de diversificação de fontes nos leva a questionar o que entendemos como o processo de urbanização. Se os estudos iniciais, que abarcavam prioritariamente as intervenções do poder público sobre o território e a infraestrutura, criavam a imagem de que a urbanização se tratava disso, da estruturação macro da cidade, a introdução de novas fontes evidenciou outros atores desse processo, questionando o que, de fato, seria a urbanização.<sup>3</sup> De certa forma, o tema da diversificação de fontes e o questionamento sobre a natureza do objeto de estudo da história urbana ecoam as preocupações de uma perspectiva teórica que “rom-

<sup>1</sup> Seriam inúmeros trabalhos para referenciar, citaremos alguns que tiveram considerável projeção: Marx, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980; Benchimol, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Pesavento, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994; Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Rolnik, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/NOBEL. 1997.

<sup>2</sup> Um exemplo bem panorâmico dessa produção está presente no livro coordenado por Maria Cristina da Silva Leme, “O Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965”, publicado em 1999 condensando pesquisas das décadas anteriores. O livro dispõe de mais de 600 páginas, entre artigos, guia de fontes (planos e projetos urbanísticos) e estudos de trajetórias de profissionais ligados ao urbano. Leme, Maria Cristina da Silva. *O Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM; 1999.

<sup>3</sup> Não ignoramos aqui alguns estudos clássicos que trataram a cidade a partir de uma perspectiva cultural, mas os desconsideramos nessa análise pois estavam voltados a uma perspectiva psicologizante do impacto das modificações da cidade moderna na psique e sociabilidade das pessoas, e não na interação da vida dessas pessoas com a conformação urbana, um estudo base desse movimento é: Georg Simmel, *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903), *Mana* [online], 2005, vol.11, n.2.



<sup>4</sup> Entendemos fontes urbanísticas como fontes que foram produzidas para tratar diretamente do urbano e da cidade, em que sua preocupação primária é dar conta desse universo; Entre as fontes de outras naturezas podemos citar fontes judiciais e policiais, que constituem as fontes criminais, imprensa, memorialísticas, orais, iconográficas, etc.

<sup>5</sup> Tais como: Pires, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003; Oliveira, Maria Luiza de. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005; Gennari, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005; Brito, Mônica Silveira Brito. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Doutorado: USP, 2006; Castro, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008;

<sup>6</sup> A série Obras Particulares é parte do sub-fundo da Diretoria de Obras e Viação, que compõe o fundo Prefeitura Municipal de São Paulo (Bueno, 2011), estão compreendidos todos os pedidos formais para alinhamento, reforma, adequação, ou construção de edifícios no período de 1870 a 1922. Em geral, os ofícios de pedido são acompanhados por croquis ou plantas, que, no entanto, não têm nenhuma padronização, podendo ser desde plantas elaboradas, feitas por engenheiros, até simples rascunhos tracejados a lápis por um mestre de obras, quando não pelo próprio proprietário.

<sup>7</sup> Os Autos Crime é uma documentação de caráter judicial, que tem amplo trânsito entre a polícia e o judiciário, e abre a documentação desde o relato de um crime até o seu julgamento, podendo ser interrompida em qualquer parte desse processo. Essa documentação não está organizada, e é ainda mantida pelo Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar de já ser de caráter permanente.

pe com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades” (BRESCIANI, 1993, p:11). Buscar novas fontes e questionar a natureza do nosso objeto de pesquisa parte também, então, de problematizar as noções de “crescimento evolutivo ou de desenvolvimento” (BRESCIANI, 1993, p:11) presente nos estudos das cidades, buscando evidenciar as escolhas das chaves conceituais utilizadas nas nossas pesquisas e as suas implicações.

Seguindo essas reflexões, nos propomos a discutir a metodologia do cruzamento de fontes urbanísticas com fontes de outras naturezas,<sup>4</sup> explorando a dupla relação de gerar e ser gerada pelas implicações teóricas do alargamento do conceito de urbanização no campo da história urbana. Estudos recentes abordaram diversos tipos de fontes não urbanísticas para tratar do fenômeno urbano, como a literatura, os jornais, inventários, cartas de crédito, relato de viajantes, que trouxeram consigo muitas potencialidades para esse campo de estudos.<sup>5</sup> A proposta que trazemos, de discutir o caso específico do cruzamento de uma fonte urbanística, as Obras Particulares,<sup>6</sup> com uma fonte judiciária, os Autos Crime,<sup>7</sup> na investigação sobre a urbanização de São Paulo em fins do século XIX, faz parte desse movimento, e carrega, também, suas problemáticas. Se há uma implicação teórica delicada nesse movimento, há uma questão precedente, sobre os desafios metodológicos da utilização do cruzamento de fontes em um trabalho historiográfico.

Cada fonte exige de quem a analisa um olhar apurado a partir de uma série de discussões teórico-metodológicas. Analisar um corpo documental é, então, deparar-se a todo momento com impasses na sua leitura, propiciados pelos descompassos que são característicos do trabalho historiográfico no intuito de buscar uma leitura sobre as interações das diferentes camadas que compõem um documento e suas reverberações, internas e externas. Quando se utiliza o cruzamento de fontes como o principal instrumento metodológico em uma pesquisa as dificuldades se multiplicam, já que o pesquisador deve dar conta de discutir as questões específicas à análise de cada tipo de documento que será utilizado, mas também das características específicas do cruzamento daqueles tipos de fontes. A complexidade dessa proposta metodológica, tendo em vista as dificuldades de trabalho trazidas por ela, se explica pelo desafio que a cidade apresenta à história como objeto de estudo. Apresentamos, então, uma discussão sobre a necessidade de um esforço teórico-metodológico para analisar a cidade sob o ponto de vista de sua própria dinâmica, sempre evidenciando a

partir de qual perspectiva conceitual a cidade será observada, permitindo assim um entendimento das intencionalidades do pesquisador naquela investigação e seus questionamentos. Para isso, discutiremos as características envolvidas em um trabalho que realiza cruzamento de fontes em nossa área, e as implicações dessa opção metodológica no diálogo com os desafios trazidos pela cidade e pela urbanização como objetos de estudo e, por fim, faremos alguns apontamentos teóricos sobre caminhos possíveis a partir de desdobramentos dessa proposta.

## **A cidade e a fragmentação: um olhar sobre o urbano**

Em um final de tarde do mês de novembro de 1909, por volta das 16h, começou um tumulto na venda de Thereza. O comércio dessa italiana, que consistia apenas em uma porta com balcão voltado para rua, era muito frequentado pelos trabalhadores das estações de trem da Barra Funda, em especial os carroceiros, nos intervalos do trabalho ou ao final de sua jornada. O tumulto ocorreu no momento que João Cláudio,<sup>8</sup> um carroceiro de 28 anos, casado, negro, natural de Campinas e que não sabia ler ou escrever, chegou ao bar de Thereza, junto de seu companheiro Henrique Cruz. Lá encontraram José Marcelino, outro carroceiro da estação Barra Funda, com quem Henrique tinha um desentendimento. O bate-boca entre os três se transformou em luta física, e João Cláudio sacou uma faca na intenção de agredir José Marcelino. Enquanto José se evadiu pelos fundos do estabelecimento, João e Henrique foram impedidos de entrar na venda por um sobrinho de Thereza que dizia que não “consentia questões na venda”. A contenda de João Cláudio não terminaria por ali, seguiria por muitas ruas do bairro da Barra Funda e se arrastaria até a noite, quando o desdobramento da sua briga com José se transformaria em um enfrentamento com guardas civis, razão principal para abertura de processo contra ele. No Inquérito Policial contra João Cláudio só três testemunhas além dos guardas civis dão depoimento: são três carroceiros, homens, com idades entre 20 e 35 anos, todos moradores declarados do mesmo endereço, Rua do Bosque, 182.<sup>9</sup> João Cláudio respondeu em liberdade o processo pela agressão aos guardas civis porque dois senhores o afiançaram:

Requerimento

Aos quatro de novembro de mil novecentos e nove, no Posto policial de Santa Ephigenia, presente o doutor Ascanio de Cerqueira, Terceiro Delegado de Polícia, commigo escrivão

<sup>8</sup> A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 - 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

<sup>9</sup> O que podemos apreender dos relatos dos depoentes, assim como da documentação levantada sobre o período, é provável que esse endereço representasse uma moradia coletiva de trabalhadores da ferrovia. Vemos referências diretas a esse tipo de habitação em pelo menos outros dois processos: no ano de 1896, num processo relativo a atropelamento, Antonio Maia, um português de 29 anos, “trabalhador da linha inglesa”, declarou que era “morador no rancho dos trabalhadores na barra funda”, sem especificar o endereço; também em um processo sobre atropelamento, datado de 1911, tanto o maquinista, José Lopes, um espanhol casado de 27 anos, quanto o fogueira, Cyrillo Amorim, de 21 anos e também casado, declararam que residiam na Estação da Barra Funda.



ao final nomeado compareceu o acusado João Claudio e por elle foi dito que achando-se preso por crime affiançavel e desejando livrar-se solto, requeria lhe fosse permittido prestar fiança provisória para o que apresentava para fiadores os senhores Ciro Falsoni e João Namur. Pela auctoridade foi deferido o presente requerimento arbitrando a fiança em dusetos mil réis.

A liberdade de João foi conquistada no mesmo dia, a partir do termo de fiança que diz que às 10h da manhã compareceram ao posto policial os senhores responsáveis pela fiança: Ciro Falsoni, proprietário na rua Lopes Chaves nº33, e João Namur, negociante a rua da Barra Funda nº120, sendo eles “pessoas reconhecidas pela auctoridade como abonadas”, e que declaravam estar responsáveis pelo comparecimento de João Claudio durante o processo no tempo da fiança “sob a responsabilidade do valor já arbitrado”. Uma das propriedades que garantiu a liberdade provisória do carroceiro negro João Cláudio aparece em um pedido de autorização à Secretaria de Obras para realização de modificações: o pedido era de Ciro Falsoni,<sup>10</sup> que pretendia construir uma cocheira na casa localizada na rua Lopes Chaves.<sup>11</sup> O pedido foi remetido a Prefeitura em 28 de março de 1905, com planta anexa (figura 01), que discriminava com detalhes não só a futura cocheira, mas a propriedade como um todo. Nesse endereço, havia entrada para dois imóveis diferentes e bem separados: a esquerda, havia uma casa constituída por cinco cômodos, iniciando por um grande espaço que abrigava um armazém, e por ali se podia ter acesso aos outros cômodos; a direita, na mesma disposição de “corredor”, a segunda casa possuía seis cômodos. Falsoni pretendia construir a cocheira contra o muro de fundo, no lado do quintal da casa que possuía o armazém.

As histórias do carroceiro João Cláudio e do proprietário Ciro Falsoni se encontram de maneira direta nessas fontes, possibilitando uma análise exemplar das potencialidades e do tipo de preocupações trazidas por essa metodologia do cruzamento de fontes. Temos aqui dois tipos de documentos produzidos em função de uma relação com o poder público, mas as suas diferenças já se iniciam aí: enquanto um auto crime é produzido diretamente pela estrutura estatal, em trânsito constante entre a polícia e o judiciário, os papéis que compõe as Obras Particulares foram produzidos por pessoas fora da esfera estatal, tal qual construtores, práticos licenciados, engenheiros, arquitetos, e até os próprios proprietários, e endereçados ao poder público, em cumprimento a normativas cidadinas, que analisava e produzia material complementar a essa documentação. Também não passa

<sup>10</sup> Ofício com pedido de Ciro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

<sup>11</sup> A numeração que aparece no pedido é n35. Nos quatro anos que separam o pedido de reforma de Falsoni e o processo de João Claudio no qual este foi fiador, a propriedade pode ter sido desmembrada na numeração, já que já se tratavam realmente de duas casas distintas e com entradas independentes. No mesmo sub-fundo Diretoria de Obras e Viação Particulares do AH-MSP, há a série Emplacamentos, onde é possível ver a sistemática mudança nas numerações dos edifícios naquele período.

despercebido quem é o protagonista de cada tipo de documentação: enquanto no registro criminal um carroceiro negro é o principal personagem e o proprietário é apenas um personagem periférico, nos pedidos de obras a figura dos proprietários e/ou agentes da construção civil reina sozinha. Essas breves leituras do cruzamento dessas fontes específicas nos permitem abordar duas questões sobre as suas referidas potencialidades e problemáticas: como, para quem e para quê elas foram produzidas, assim como quem as produziu; e qual universo de relações sociais pode ser expresso em cada tipo de fonte.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> A discussão sobre essas questões é vasta e não poderemos dar conta de toda ela aqui, indicamos um livro de referência para a reflexão sobre as fontes judiciárias, em que a autora esmiúça questões teóricas e práticas do trabalho desse tipo de documentação: Farge, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. Indicamos esse livro por ser integralmente dedicado ao debate sobre as especificidades das fontes criminais, mas há uma produção difusa, tanto em pesquisas que utilizam fontes criminais quanto em reflexões teóricas sobre as fontes de maneiras gerais. No que concerne as fontes aqui nomeadas de "urbanísticas", há uma carência de produção específica e sistemática sobre o tema.

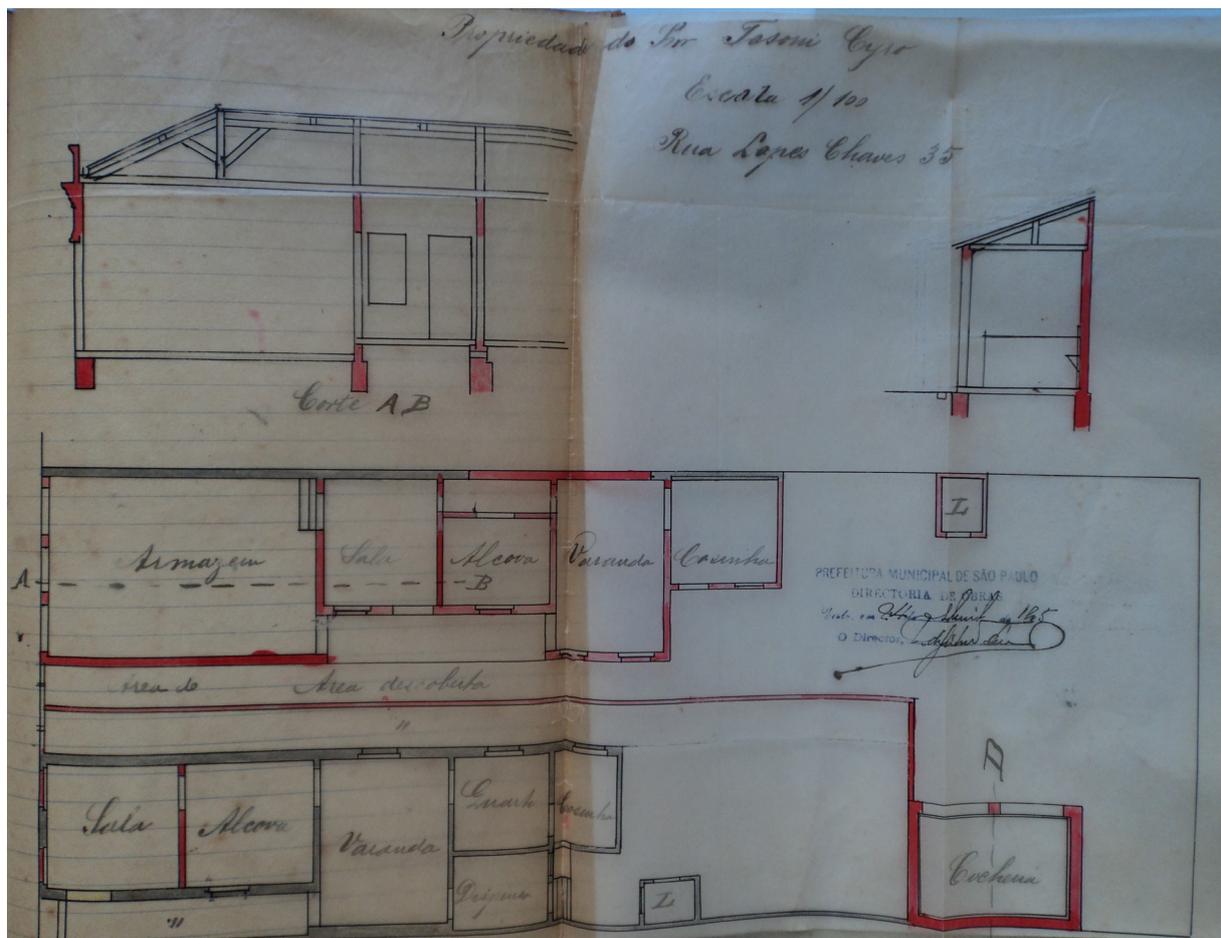


Figura 01

Croqui anexado ao ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415.

Fonte: Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo. (Publicação autorizada para fins acadêmicos)

Fontes de origem criminal são um instrumento bastante estudado na história, especialmente depois da crítica ao positivismo e ao historicismo promovido pela Escola dos Annales, no último século.<sup>13</sup> Elas fazem parte de uma renovação de fontes historiográficas, na busca de personagens e relações sociais "esquecidos" pela história oficial.<sup>14</sup> Essa potencialidade da fonte criminal foi sintetizada por Maria Cristina Wissenbach,

<sup>13</sup> Para uma introdução ao tema: Bloch, MARC. *Apologia da História*, ou, *O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>14</sup> O trabalho pioneiro no Brasil que abordou fontes criminais é o "Homens Livres na ordem escravocrata", de Maria Sílvia de Carvalho Franco, tese de doutorado defendida na USP em 1964. Nesse estudo

clássico Franco aborda de maneira heterodoxa e desafiadora as teses dos teóricos do subdesenvolvimento sobre o convívio entre o “atraso” e a “modernidade” no Brasil. Apesar da sua preocupação não ser a cidade, mas sim as reverberações sociais da figura do homem livre pobre no Brasil escravagista, seu trabalho com fontes de origem criminal partiu de reflexão próximas a de nossa proposta, já que a autora classifica os processos-crime como “talvez a única fonte para a reconstrução histórica das relações comunitárias” (p.17). O caminho aberto por Franco foi seguido por outros pesquisadores, que contribuíram com a consolidação da importância das fontes de origem criminal no país, tal qual Mariza Correa, em *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; Boris Fausto, em *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984; e Sidney Chalhoub, que utilizou processos crimes no seu *mestrado Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de 1984. Apesar das diferentes perspectivas de como se encarar a documentação criminal, esses livros seguem como referência na área de fontes jurídico-policiais.

15 Segundo Farge: “O arquivo não tem absolutamente esse caráter: a testemunha, o vizinho, o ladrão, o traidor e o rebelde não queriam o registro; outras necessidades fizeram com que suas palavras, seus atos e seus pensamentos fossem consignados. Isso muda tudo, não apenas o conteúdo do que é escrito, mas também a relação com ele, sobretudo a relação com o efeito de real, mais persistente e tenaz, para não dizer mais invasivo. (2009, 16).

16 As pesquisas sobre história da cidade e do urbanismo se consolidaram tarde no campo da história, tendo a produção inicial dessa área sendo realizada por arquitetos e urbanistas. Pela própria formação desses profissionais, não houve então uma preocupação mais aprofundada na discussão teórico-metodológica sobre as características específicas das fontes utilizadas em seus estudos, não gerando, assim, publicações específicas sobre o tema. Quando os historiadores se introduziram nessa área já estava consolidado na historiografia fazer uma tendência a integrar as discussões teóricas à análise dos documentos, o que não também não favoreceu a sistematização das questões do trabalho com fontes urbanísticas. Essas podem ser motivações para essa ausência de produção historiográfica que se debruce sobre as fontes urbanísticas.

que aponta que ela é “capaz de reestabelecer o contato com a concretude de vivências sociais, bem como de deslindar espaços pouco documentados, movimentos sutis e não hegemônicos, papéis sociais informais subjacentes” (WISSENBACH, 1997, p:15). Ou seja, pela própria lógica do processo criminal, essa fonte não consegue sufocar as expressões das tensões sociais que ligam as normas as pessoas que às infringem — o cotidiano expresso num processo criminal é sempre imbuído de um forte dinamismo social. Além disso, a finalidade de um processo criminal está muito mais ligada aos usos que será feito dele na sociedade em que ele foi produzido, e não como um registro para sociedades futuras.<sup>15</sup> Assim, por mais que não seja um espaço livre de projeções, mesmo as projeções têm mais relação com o próprio jogo de interesses inerentes as disputas e acordos entre aqueles sujeitos que com a necessidade de construção de uma imagem para o exterior e para o futuro. As possibilidades de se deparar com o que não devia permanecer na memória sobre o passado da cidade são inerentes ao arquivo de caráter criminal:

O arquivo, de algum modo, capta a cidade em flagrante delito: a driblar a ordem, por exemplo, rejeitando a utopia dos policiais ou decidindo, conforme os eventos, aclamar ou hostilizar seus reis, e se sublevando no caso de se sentir ameaçada. Ao ler os registros policiais, constata-se a que ponto a rebelião, o desafio ou mesmo a revolta são fatos sociais corriqueiros que a cidade sabe como administrar, como provocar, assim como reconhecer facilmente seus primeiros sinais. (FARGE, 2009, p:31)

A documentação que compõe a série *Obras Particulares* também é entendida, em seu campo, como uma forma de diversificação do olhar sobre a história, mesmo que a produção historiográfica sobre as questões teórico-metodológicas trazidas pelas fontes urbanísticas não seja tão profícua.<sup>16</sup> Em confronto com as pesquisas tradicionais que ancoraram interpretações baseadas nas grandes obras arquitetônicas, os projetos que abundam nessa documentação são casas pequenas e médias, em sua maioria esmagadora dirigidas para moradia. A multiplicidade de autoria dos pedidos evidencia um cotidiano dinâmico da cidade, com uma prevalência de pedidos assinados por construtores não diplomados e práticos-licenciados em relação aos engenheiros-arquitetos. No entanto, as *Obras Particulares* nascem como implicação de normativas legais que exigem que proprietários submetam a aprovação da municipalidade construções em seus terrenos ou modificações em suas edificações. Assim sendo, há uma restrição de tipo de edificação representada nessa documentação, já que, apesar de não constar apenas palacetes mas sim um largo espectro de tipos de

construções, não consegue dar conhecimento sobre as formas consideradas ilegais de morar, como os cortiços, outras moradias de caráter coletivo e casas fora dos padrões construtivos de tão diminutas.

Ambas as fontes, então, não constroem intencionalmente um discurso público, apesar de, nas suas entrelinhas, ser possível inferir embates sobre modelos de cidade e de práticas urbanas. Não é possível fazer essa análise olhando esses documentos isoladamente, mas sim ler à luz de similaridades e descontinuidades com grandes corpos documentais, como se configuram as Obras Particulares e os Autos Crime. Enquanto o primeiro conjunto é composto por cerca de 66 mil documentos,<sup>17</sup> a dimensão do arquivo histórico do Tribunal de Justiça de São Paulo é ainda incalculável, passando há anos por um processo de informatização de informações básicas que permitirá que dimensionemos nossas pesquisas em relação ao todo da documentação ainda preservada.<sup>18</sup> A relação entre os fragmentos trazidos pelo pedido de construção de uma cocheira de Cyro Falsoni, o auto crime aberto contra João Cláudio e o universo de seus conjuntos documentais nos permite confrontar a historiografia sobre temas importantes dentro do campo dos estudos da urbanização. Especialmente para São Paulo, e a sua historiografia urbana focada em discutir o processo de “modernização” da cidade, as discussões em torno da homogeneização, especialização e disciplinamento espacial podem ser pensadas a partir dessa documentação, tensionando as teses tradicionais sobre tal processo. Tanto as casas de Falsoni, modestas, alinhadas no lote, com função mista, comercial e residencial, quanto a habitação coletiva de João Cláudio e outros trabalhadores da estação de trem, conformam um padrão encontrado constantemente nas fontes. A recorrência de relações inter-classes, como os já mencionados afiançamentos, também dividem espaço com outros tipos de evidências de trânsito social. Pequenas casas, habitações coletivas, casas que são a continuação de um comércio no primeiro cômodo que dá à rua, convivem com palacetes e sobrados, nos mesmo bairros, por vezes nas mesmas quadras e até nas mesmas ruas.<sup>19</sup> Nessas leituras a dicotomia entre bairros operários e bairros de elite parece se dissolver, e as ruas se preenchem de mistura de classes, de funções, de práticas. Desafios ao disciplinamento do espaço vêm de onde menos se poderia esperar: em 1894, o Conselheiro Antonio Prado, que se tornaria o primeiro prefeito da capital, e já era um homem público de projeção no Império, pede autorização para construir uma cocheira para vacas, na rua Conselheiro Nébias, no meio do bairro do Campos Elísios, tido como o primeiro bairro de elite especializado da cidade.<sup>20</sup>

17 Levantamento realizado por projeto da FAU/USP com financiamento da FAPESP, com objetivo de fazer mapeamento do acervo e digitalização de parte da documentação. O trabalho é descrito em detalhes no artigo: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa “arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura” In: 9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília . Junho de 2011. Disponível em: <[http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164\\_M02\\_RM-NovasTecnologiasVelhosDesenhos-ART\\_beatriz\\_bueno.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164_M02_RM-NovasTecnologiasVelhosDesenhos-ART_beatriz_bueno.pdf)>. Acessado em: 12/05/2016.

18 Iniciamos nossa pesquisa com os autos crimes de São Paulo quando da participação no grupo de trabalho “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias, e que também contou com a orientação da professora Lucília Siqueira, entre os anos de 2007 e 2011. O principal objetivo do grupo era realizar um levantamento de processos-crime do Tribunal Judiciário de São Paulo, já que, de acordo com pesquisas realizadas anteriormente pelas professoras coordenadoras do grupo, ainda havia nos depósitos desse arquivo muito material que não tinha sido trabalhado por outros pesquisadores. O recorte temporal da pesquisa era de 1870 a 1930, com a perspectiva inicial de privilegiar os que contassem com mulheres e a população pobre como agentes prioritários nas situações tratadas. Seguimos com visitas regulares ao ATJSP, realizando o levantamento dos processos, fotografando-os e incluindo seus dados básicos em uma planilha unificada entre todas as pesquisadoras do grupo. Durante esse período, foram digitalizados e catalogados 629 autos crime. Após o encerramento das atividades do grupo, prossegui com visitas regulares ao ATJSP no decorrer do meu mestrado, o que aumentou a base para 937 autos crimes. No caso dos autos crime, o ATJSP não tem dados do total de documentação que compõe esse fundo, já que a massa documental ainda se encontra em processo de digitalização das bases – mesmo ao fim de trabalho, iniciado há 10 anos, não saberemos qual era o real tamanho desse acervo, que já passou por incêndios e enchentes que destruíram parte dele. Em projeto para transferência desse acervo para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (que não se realizou), se previa construção de um prédio anexo, tal o gigantismo do volume dessa documentação.

<sup>19</sup> O estudo de caso selecionado para ser apresentado nesse artigo não foi escolhido de forma fortuita, pelo contrário: ele é representativo de várias práticas urbanas recorrentes tanto no conjunto de nossa documentação (em que foram consultados 937 autos crimes e mais de 200 encadernados das Obras Particulares), quanto em outros estudos que abordam a cidade de São Paulo a partir de uma perspectiva próxima a esse trabalho. Os apontamentos que propõe novas leituras para se problematizar as leituras tradicionais da homogeneização, especialização e disciplinamento espacial em São Paulo trazidas por esse cruzamento de fontes específico não são generalizações a partir de um caso isolado, mas sim realizados a partir de um análise relacional tanto com o conjunto de fontes, quanto com a acumulo de produção correlata, da qual podemos citar: Gennari, Luciana Alem. As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005; LANNA, Ana Lucia Duarte. O bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana; PEIXOTO, Fernanda; LIRA, José; SAMPAIO, M Ruth. (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011; MARINS, Paula César. Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Eliseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011, v.1, p. 209-244.

<sup>20</sup> O Encadernado 60. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo. Para uma leitura crítica sobre Campos Eliseos: MARINS, Paula César. Garcez. Op. Cit,

<sup>21</sup> Alargando o olhar da produção historiográfica sobre a urbanização no Brasil para além do período específico de interesse desse artigo, localizamos em Nestor Goulart Reis Filho os estudos pioneiros desse campo no país, iniciando pelo Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo: Pioneira, 1968. Reis Filho ecoa discussões que aparecem nas obras da geração intitulada como "intérpretes do Brasil", que apesar de tratar a questão urbana de forma secundária e subordinada, não se isentaram de tratar dela, especialmente Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Celso Furtado.

Os olhares sobre a cidade propiciados pelo cruzamento desses tipos de fontes partem, então, de uma fragmentação para estabelecer nexos entre esses pequenos recortes e a estruturação da cidade de maneira mais ampla, deslindando certos consensos justamente porque não partem da busca por uma totalidade. Os dois corpos documentais de que tratamos aqui esmiuçam a cidade em inúmeros fragmentos, que inviabilizam a ansiedade do pesquisador de encaixá-los de maneira lógica. Por vezes, na leitura dessas fontes, se tem a sensação de que não vai ser possível utilizá-las para análise, já que as informações trazidas não parecem ser suficientes para realizar uma ordenação total dos elementos necessários que caracterizariam o processo da urbanização (SIQUEIRA, 1999, p:20). A falta de nitidez dessa documentação só causa desconforto, no entanto, pela incrustada sanha racionalista que almeja tudo ordenar, perdendo, com essa intenção, justamente a riqueza da nossa documentação, que nos faz confrontar com o fragmentário próprio da cidade – e da urbanização. A falta de ordenação é uma expressão da própria vida social, e da construção da cidade a partir das múltiplas relações – e conflitos – com seus agentes.

## Cidade experimentada: relações sociais e a conformação do urbano

Fontes que apresentam a urbanização a partir da fragmentação geram, como já dito, um duplo movimento para propiciar uma modificação da visão sobre o que seria esse processo, ao mesmo tempo em que passaram a ser consultadas por conta desse questionamento. Tradicionalmente, no Brasil, a tendência dos estudos da urbanização deriva de análises econômicas, e desse campo advém muitos dos conceitos base utilizados em nossas investigações.<sup>21</sup> Um exemplo deles é a "relação "causa-efeito" entre industrialização, crescimento demográfico e questão urbana" (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p:73), que foi predominante para "explicar" a urbanização das cidades no século XIX até tempos recentes. Uma derivação dessa linha é uma interpretação sobre a especificidade da urbanização de São Paulo, que perpetua um imaginário construído de metrópole industrial, apontando que a prevalência da indústria no caso paulista foi o que favoreceu sua urbanização acentuada em relação as demais capitais brasileiras. No entanto, a capital paulista não deveu seu processo de urbanização aos lucros (materiais e simbólicos) da industrialização (LEFEBVRE, 1999), não se destacando, então, por essa especificidade dos demais processos de urbanização durante o século XIX.<sup>22</sup> Uma outra linha, que pode ser encontrada tan-

to de forma complementar quanto paralela à anterior, se ancora em Max Weber para defender que a urbanização acontece com o surgimento de uma economia urbana, ou seja, com a efetivação de um mercado urbano (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p:66). Assim, o que determina o processo de urbanização seria um resultado lógico da divisão social do trabalho, que faz com que uma parcela da população passe a depender da outra para sua alimentação, já que se desvinculou da produção desses gêneros. Nessas duas perspectivas a urbanização se afigura como um processo completamente alheio a cidade e aos seus habitantes, que se opera por fora e por cima, como modelo determinado por elementos estranhos a própria dinâmica urbana.

Parece haver reverberações entre a adoção dessas perspectivas e a constituição do urbanismo enquanto campo disciplinar no início do século XX. Como apontou Françoise Choay (1965) a relação entre posições político-filosóficas e a leitura das cidades foi preterida pelo urbanismo para apoiar-se na técnica e no saber especializado, como estratégia para legitimar sua autoridade nas disputas com outros campos do conhecimento sobre seus objetos. Esse olhar técnico sobre a cidade foi bastante reproduzido na historiografia urbana brasileira, principalmente porque um dos motes iniciais dessa produção era percorrer a história da cidade procurando uma origem para os seus problemas urbanos contemporâneos.<sup>23</sup> Ou seja, a história urbana foi vista como “diagnóstico”, base para possíveis soluções para o planejamento urbano. A implicação dessa perspectiva é a abordagem da cidade enquadrada e limitada, que a desconsidera como um objeto aberto e multifacetado. Por outro lado, os questionamentos a essas leituras por vezes caem em uma história urbana cultural extrema, ao retirar ou ignorar simplesmente o papel da materialidade na cidade, e na sua urbanização, para atribuir uma primazia total à projeção do imaginário como constitutivo do urbano, classificando a cidade como “fruto do pensamento”.<sup>24</sup> Superando essas dicotomias, é possível discutir a cidade tanto como um fenômeno cultural quanto como materialidade de uma produção social:

É impensável separar-se a materialidade e de outras dimensões do urbano ao se estudar as maneiras como se operam as ações de melhoramentos urbanos – para se usar uma terminologia da época – em suas imbricadas relações com os projetos políticos e as concepções estéticas que definem o espaço da cidade. Cada elemento definidor do tecido urbano – legislação, orientação dos arruamentos, implantação de lotes, regulamentação das edificações, padrões e materiais construtivos, estilos arquitetônicos, etc. – ultrapassa e contém sua dimensão tangível. (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p:99-100)

<sup>22</sup> Na dissertação de mestrado, fiz uma síntese sobre essa questão historiográfica, discutindo o papel do capital cafeeiro investindo na própria reprodução da cidade como um fator mais importante para a urbanização paulistana: Borin, Monique Félix. *A Barra Funda e o fazer da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. Mestrado, USP: 2014.

<sup>23</sup> Um balanço sobre as primeiras décadas da produção historiográfica sobre cidades foi realizada por Maria Stella Bresciani, no texto *Permanência e ruptura no estudo das cidades*, apresentado do primeiro Seminário de História da Cidade e do Urbanismo em 1990, e posteriormente publicado no livro: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). *CIDADES & HISTÓRIA. MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS NOS SÉCULOS XIX E XX*. 1ªed. SALVADOR: UFBA, 1992, p. 11-26; Um balanço mais recente foi realizado por Marisa Carpintero e Joasianne Cerasoli, em: *A cidade como história. História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

<sup>24</sup> Há uma linha dentro da história cultural que segue essa perspectiva, que pode ser conhecida no artigo: Sandra Jatahy Pesavento. *Abertura – Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginadas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

A urbanização é um fenômeno que só podemos apreender na sua característica de fragmentação, o que não faz com que ela seja somente um fenômeno cultural, mas sim que só seja possível acessá-la a partir dos nexos entre as suas diversas dimensões. Seguindo essa reflexão, nos parece um caminho para a história da cidade se apoiar nas variadas e contrastantes experiências da urbanização, pois por meio delas é possível discutir o urbano a partir dessa fragmentação, analisando essas experiências não isoladamente, como projeções/construções dos/de imaginários, mas sim focando como elas interagem e são constitutivas da cidade e da sua urbanização (BRESCIANI, 2015). Se trata, então, de trabalhar a sociabilidade da população e a conformação do espaço urbano, buscando encontrar os nexos constitutivos entre a prática social, a memória e a constituição do espaço urbano. Tudo isso se relaciona com o fato de que o urbano não é um terreno vazio de significados, e suas populações tem que lidar continuamente com a ressignificação ou destruição de formas antigas. Isso porque, aponta Lepetit, “a cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (2001, p:141).

Entendemos que a experiência da urbanização é um conceito amplo e multifacetado para perscrutar as dinâmicas das populações na sua relação com a cidade, sobretudo, como as vivências influem na conformação do espaço urbano, sem excluir a dimensão de como esse espaço também influencia várias dimensões de suas vivências. Significa dizer que a forma pela qual as pessoas vivem suas práticas cotidianas, suas redes de vizinhança, para dar um exemplo concreto, enfim, que seu jeito de existir na cidade, faz também parte do processo de urbanização, se relacionando com os rumos da cidade tal qual as intervenções públicas e privadas – que não estão isentas da dimensão da experiência urbana. Por essa leitura, o conceito da experiência urbana já permitiria um alargamento das visões sobre a urbanização. Não obstante, essa contribuição se enriquece ainda mais por ser entendida aqui como um elemento essencialmente relacional na sociabilidade dos agentes históricos. Ou seja, é, ao mesmo tempo tanto o que efetivamente ocorreu, quanto as perspectivas que foram derrotadas ao longo do caminho, o que poderia ter sido e não foi. No desenrolar de um processo histórico, constroem-se diversos caminhos possíveis a serem trilhados, e a escolha é sempre um palco de conflitos, já que a experiência urbana é “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos”

(THOMPSON, 1981, p:194). Estudar as experiências da urbanização nos permite, então, uma visão ampla, ainda que a partir dos fragmentos, das contradições envolvidas nesse processo, apontando as fraturas do que se concretizou, indicando todos os outros caminhos que estavam em aberto e não foram trilhados.

Para Walter Benjamin, a experiência é “um fato de tradição, tanto na vida privada quanto na vida coletiva [...] não consiste precisamente como acontecimento fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados, frequentemente de forma inconsciente [...]” (BENJAMIN, 1975, p:38). Por isso, o desejo pertence à ordem da experiência, que o articula e completa (BENJAMIN, 1975, p:58). Ou seja, há uma inter-relação entre como uma pessoa vivencia, como entende o que vivenciou e suas projeções desse processo. Portanto a fissura é própria da experiência, que acumula em si todas essas dimensões, que, no caso da experiência urbana, se materializa no fazer da cidade. Não por acaso, estamos tratando da experiência no momento em que Walter Benjamin identifica sua atrofia, quando a primazia da conscientização do cotidiano diminui as funções do inconsciente – onde os projetos de vida que foram soterrados se encontram (BENJAMIN, 1975). Para Benjamin, a experiência e a sua narração são processos ligados, uma experiência deveria produzir um testemunho, ou seja, ser capaz de se relacionar com sua realidade, tornar compreensível o vivenciado (Sarlo, 2007, p:26). Haveria uma atrofia progressiva da experiência, na virada do século XIX para o século XX, porque estaria ocorrendo uma “substituição do antigo relato pela informação e da informação pela “sensação”” (BENJAMIN, 1975, p:40). Se cada pessoa passa a ter pouco que contar por si para os outros, porque essa função vai sendo substituída por novos equipamentos, como os jornais em larga escala, se passa a uma maior interiorização da experiência, que desenvolve uma tendência a ser muito mais subjetiva que socialmente relacional.

Nesse contexto, com as funções relacionais da experiência enfraquecidas, a experiência se torna problemática, e segundo Sarlo, perde a possibilidade de se significar, tendendo para a auto-referência e para a meta-narração (2007, p:27). A despeito do questionamento a respeito de questões específicas da modernidade discutidas por Benjamin sejam ou não válidas para a urbanização de nossas cidades,<sup>25</sup> essa reflexão sobre a inflexão da experiência nos é interessante para a problematização do conceito da “experiência da urbanização”, por dialogar com as opções teóricas possíveis propostas por esse conceito. Quando di-

<sup>25</sup> Essa reflexão é importante, mas não é o foco da nossa análise nessa comunicação. Pretendemos discuti-la, com a relevante produção que já temos nessa área, em nosso doutorado. Para uma leitura crítica dos descaminhos da leitura de Walter Benjamin pelos estudos culturais do urbano na América Latina, ver Beatriz Sarlo, “Olvidar a Benjamin”, In: *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.

zemos que as experiências da urbanização são uma ferramenta para a história urbana porque, de alguma forma, esse conceito freia os impulsos de uma busca pela totalidade, isso não é dizer que os nexos que podemos formular a partir da sua análise só nos informem sobre visões parciais e pessoais. As experiências da urbanização não dizem só sobre si, sobre a experiência de cada um, mas sim só podem ser classificadas como experiência quando se estabelece um laço com seu meio, formando umnexo que lhes permitem ter um significado naquela produção social. Essa posição se afasta, portanto, da busca por uma experiência que se basta a si mesma, que produz uma verdade auto referenciada que termina em si sua função:

Seja como for, as contradições teóricas que admitem ao mesmo tempo a indizibilidade de uma verdade e a verdade identitária dos discursos de experiência criam problemas não só para a filosofia, mas para a história. [...] a intensa subjetividade do “temperamento” pós-moderno também marca esse campo de estudos. Quando ninguém está disposto a aceitar a verdade de uma história (o que Benjamin denominou os “fatos” reificados), todos parecem mais dispostos à crença nas verdades de histórias no plural (o plural: essa inflexão de paradigma que alcançou a mais alta categoria, o que é bom, mas também se propõe como solução verbalista a qualquer questão conflituosa). (SARLO, 2007, p:40)

O que perseguimos aqui foi outra forma de trabalhar a experiência, não excluindo o plural, mas o elevando a partir da quebra do isolamento individualizante – que, da perspectiva dessa pesquisa, é enganoso. O foco não é buscar uma reconstituição de narrativas como se por si só isso construísse o conhecimento histórico. Não se tem, portanto, a valoração do personagem isolado de seus laços sociais, de suas relações, mas sim dos nexos que ligam a experiência deste a experiência coletiva (SARLO, 2007, p:70). Estamos, assim, criando um instrumento para deslindar a crença de que o vivido pode se tornar simplesmente visível por um valor auto referencial da narração, apostando, então, na análise histórica profícua, que não pode permitir a individualização total do sujeito social. Mas fazemos isso ao mesmo tempo que questionamos os trabalhos históricos que operam a história por fora das pessoas – e das suas práticas.

## Considerações finais

As diferentes propostas metodológicas, e suas implicações teóricas, trazidas pelos historiadores ao campo da história da cidade e do urbanismo tem como contribuição quebrar uma abordagem puramente formal do fenômeno urbano, problematizando o uso da

historiografia como uma espécie de “pano de fundo” em estudos que a cidade parece se construir a parte das relações sociais que a engendram. Se trata de lembrar, portanto, que a forma tem um sentido, tem um significado, e que estes foram pensados por pessoas, portanto é nessa dimensão que o trabalho historiográfico deve agir, perscrutando esses nexos. Questionamos aqui “a natureza racional/econômica dos assentamentos urbanos” (RYKWERT, 2004, p:5), para mostrar como elementos subjetivos se aliam as questões materiais e dão corpo a tessitura da cidade, a configuram assim como “um artefato almejado, um constructo humano em que muitos fatores conscientes e inconscientes desempenham seu papel” (RYKWERT, 2004, p:5). Buscamos então reabilitar o papel da vivência como um preenchedor de vazios na complexa relação do humano com o urbano.

Neste caminho, a proposta do cruzamento de autos crimes com fontes criminais como recurso metodológico para a história da cidade parte de uma posição historiográfica que rejeita a visão da história como lugar de “explicação”. Só é possível ter uma visão de conjunto da história quando você lida com ela a partir da sua própria natureza, que não permite a reconstituição total, e, portanto, não é passível de ofertar uma “lição, conclusão ou explicação”.<sup>26</sup> A história, sobretudo a história da cidade, só se realiza a partir do estabelecimento dos nexos relacionais com as suas múltiplas dimensões, dos seus embates políticos, que não se encaixam em modelos e formalismos, e que não seguem um modelo evolutivo de linearidade (BRESCIANI, 2002, p:18-19). Essa proposta metodológica propõe evidenciar o constante esforço de relacionar memória e história, para, assim, romper a busca de uma linearidade histórica que instrumentaliza a inevitável relação passado-presente operado pela historiografia.

## Referências

- BENJAMIN, W. Sobre alguns temas de Baudelaire. BENJAMIN, W. In: *Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.
- BRESCIANI, M. S. M. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: *Anais do II Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Salvador: UFBA, 1993.
- BRESCIANI, M. S. M. Cidade e História. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BRESCIANI, M. S. M. Interdisciplinaridade? Transdisciplinaridade nos estudos urbanos. In: *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. v. 7, n. 1, p. 10-62, 2015.

- BUENO, B. P. S. Mercado Imobiliário em perspectiva histórica (1809-1950). In: REIS FILHO, N. G. *Sobre a Dispersão Urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.
- BUENO, B. P. S. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa "arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura" In: *9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília. Junho de 2011. Disponível em: < [http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164\\_M02\\_RM-Novas TecnologiasVelhosDesenhos-ART\\_beatriz\\_bueno.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164_M02_RM-Novas_TecnologiasVelhosDesenhos-ART_beatriz_bueno.pdf)>. Acessado em: 12/05/2016.
- CAMPOS, C. M. Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.
- CARPINTÉRO, M. V. T; CERASOLI, J. F. A cidade como história. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.
- CERASOLI, J. F. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004
- CHOAY, F. *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1965.
- FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009
- GENNARI, L. A. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.
- LEFBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARINS, P. C. G. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: org. LANNA, A.; PEIXOTO, F.; LIRA, J.; SAMPAIO, M. *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. 209-244. São Paulo: Alameda, 2011.
- REIS FILHO, N. G. Sobre a história da urbanização: história urbana. In: *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 34, p. 15-18, 1981.
- ROLNIK, R. *A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.
- RYKWERT, J. *A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SIQUEIRA, L. *Bens e costumes na Mantiqueira. Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895.)* São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1999.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WAISMAN, M. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- WISSEMBACH, M. C. C. *Ritos de magia e sobrevivência - Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1997.

# Planejamento urbano para a adaptação de cidades frente à mudança climática – Uma análise sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo<sup>1</sup>

Camila Apollaro, Angélica Benatti Alvim

**Camila Apollaro** é Arquiteta e Urbanista; Mestranda na Universidade Presbiteriana Mackenzie; camilaapollaro.arq@gmail.com

**Angélica Benatti Alvim** é Arquiteta e Urbanista; Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Bolsista Produtividade CNPq nível 2; Docente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Presidente da ANPARQ gestão 2015-2016. angelica.alvim@mackenzie.br.

## Resumo

As cidades e sua população estão diante de impactos cada vez mais intensos decorrentes da mudança climática. Estes impactos acabam por impor custos à sociedade, degradação dos recursos naturais, intensificação dos problemas relacionados à saúde e moradia, além do aumento da vulnerabilidade social aos seus efeitos. Entende-se que existe uma relação intrínseca entre os processos de urbanização e a mudança climática, e que a maneira como o território é ocupado pode influenciar na vulnerabilidade dos espaços urbanos e naturais aos impactos provocados por tal mudança, assim como agravar a intensidade da mesma. Considerando o importante papel que as políticas urbanas possuem neste contexto, este trabalho busca analisar o nível de comprometimento do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei 16.050/14 – com a adaptação e ampliação da resiliência urbana frente à mudança climática.

**Palavras-chave:** mudança climática, adaptação, planejamento urbano, Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

## Abstract

*Cities and their population are facing impacts, that each time grows more intense, due to climate change. These impacts end up imposing cost to the society, degradation of natural resources, intensification of health and housing issues, besides increasing social vulnerability toward its effects. It is understood that there is an inherent relation between the urbanization process and climate change, and the way the territory is occupied may influence in the vulnerability of natural and urban spaces to the impacts caused by these changes, as well aggravate their intensity. Considering the central role that urban policies have in this context, this work seeks to evaluate the level of commitment of the Strategic Masterplan of the Municipality of São Paulo – 16.050/14 – with the adaptation and enhancement of urban resilience to cope with climate change.*

**Keywords:** climate change, adaptation, urban planning, Strategic Masterplan of São Paulo.

## Resumen

*Las ciudades y suyas poblaciones están enfrentando impactos cada vez más intensos debido a las mudanzas climáticas. Estos impactos imponen costes a sociedad, degradación de los recursos naturales, intensificación de los problemas relacionados a salud y habitación, además aumentan la vulnerabilidad social a suyos efectos. Es entendido que existe una relación intrínseca entre los*

---

APOLLARO, Camila; ALVIM, Angélica Benatti. Planejamento urbano para a adaptação de cidades frente à mudança climática – Uma análise sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 118-137, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 15/10/2016

data de aceite: 22/11/2016

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da pesquisa da dissertação de mestrado em andamento intitulada "Mudança climática e recursos hídricos: impasses e perspectivas para os planos diretores dos municípios da Bacia Hidrográfica Billings" de Camila Apollaro sob orientação da Prof. Dra. Angélica T. Benatti Alvim no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tal pesquisa conta com o auxílio da bolsa CAPES/PROSUP.



*procesos de urbanización e las mudanzas climáticas, y que la manera cómo lo territorio es ocupado puede influir en la vulnerabilidad de los espacios urbanos y naturales a los impactos provocados por esas mudanzas, así como agravar la intensidad de las mismas. Teniendo en cuenta el importante papel que las políticas urbanas tienen en este contexto, el presente estudio tiene como objetivo evaluar el nivel de compromiso del Plan Director Estratégico del Municipio de Sao Paulo – Ley 16.050 / 14 – con la adaptación y ampliación de la resiliência urbana frente la mudanza climática.*

**Palabras-clave:** *mudanza climática, adaptación, planeamiento urbano, Plan Director Estratégico de São Paulo.*

## Introdução

A mudança climática representa uma grande ameaça para o desenvolvimento urbano sustentável, impondo riscos para as cidades e sociedades. Atualmente, estima-se que o número de desastres naturais que atingem as áreas urbanas, durante os últimos trinta anos tenha quadruplicado, representando enormes perdas sociais, econômicas e humanas (UNISDR, 2014). Independentemente das incertezas<sup>2</sup> que circundam a intensidade e a frequência dos eventos climáticos e seus impactos específicos, é indiscutível que a mudança do clima aumenta a suscetibilidade das populações urbanas aos seus efeitos, sobretudo caso nenhuma medida efetiva seja tomada ao seu respeito. Wamsler at. Al (2013) destaca que as mudanças ambientais que afetam a humanidade na atualidade estão entrelaçadas com complexos processos de urbanização, tomando proporções de grande magnitude e em um ritmo acelerado.

Suscintamente, pode-se dizer que a mudança climática está associada à alguns aspectos principais: (a) evidências científicas indicam que o clima no planeta está mudando gradativamente; (b) os impactos previstos por tais alterações afetam intensamente todo o mundo, sobretudo – mas não exclusivamente – as populações em uma situação de maior pobreza e vulnerabilidade; (c) o fenômeno é considerado decorrente ou ampliado pelas atividades antropogênicas; (d) ações voltadas para diminuir ou impedir que as atividades humanas afetem os sistemas climático, humano e ambiental são imprescindíveis (IPCC, 2014b).

O termo “mudança climática”<sup>3</sup> refere-se, de maneira geral, a um conjunto de alterações nos padrões climáticos – precipitação, ventos, tempestades, entre outros – ocorridos em uma região ou em todo o mundo, ao longo do tempo. De acordo com o seu quinto relatório (AR5), para o IPCC

<sup>2</sup> As previsões climáticas para o futuro possuem alto grau de incerteza, pois dependem dos cenários das forçantes naturais e antrópicas futuras (OLIVEIRA, 2014). Portanto, os cenários climáticos são baseados em diferentes modelos de emissões – baixas, médias e altas – na tentativa de expor uma maior abrangência dos possíveis impactos em cada região do mundo de acordo com cada cenário.

<sup>3</sup> A literatura sobre o tema apresenta diferentes denominações para o fenômeno – mudanças climáticas, mudança climática, mudança do clima, entre outros – mas optou-se, neste trabalho, o emprego do termo “mudança climática”.

[...] mudança climática refere-se a uma alteração na condição do clima que pode ser identificada (utilizando testes estatísticos, por exemplo) por mudanças no significado e/ou variabilidade de suas propriedades, persistindo por um longo período, habitualmente por décadas ou mais. Mudanças climáticas podem ser causadas por processos naturais internos ou por forças externas, como modulações do ciclo solar, erupções vulcânicas e por contínuas ações antrópicas que causam mudanças na composição da atmosfera ou no uso do território. (IPCC, 2014c, p. 1.760, tradução nossa). De acordo com a *United Nations Framework on Climate Change* em seu artigo 10, mudança climática “significa uma mudança no clima a qual é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana e que altera a composição da atmosfera global, sendo um aumento à variação climática natural observada sobre comparações de diferentes períodos de tempo.” (UNFCCC, 1992, p. 7, tradução nossa).

De acordo com a *United Nations Framework on Climate Change* em seu artigo 1º, mudança climática “significa uma mudança no clima a qual é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana e que altera a composição da atmosfera global, sendo um aumento à variação climática natural observada sobre comparações de diferentes períodos de tempo.” (UNFCCC, 1992, p. 7, tradução nossa).

As observações científicas do fenômeno da mudança climática evidenciam, de uma maneira geral, o aumento da temperatura na atmosfera e no oceano, a diminuição da extensão das áreas ocupadas por neve, o derretimento das geleiras, o aumento dos níveis do mar e da concentração atmosférica de GEE no mundo. O fenômeno também pode contribuir para uma maior ocorrência ou intensificação de eventos extremos, tais como tempestades, períodos de seca, ondas de calor, entre outros. A própria classificação do que seria considerado como extremo varia de acordo com o contexto no qual o evento se desenvolveu, assim como das características dos fatores que contribuíram para sua ocorrência. Ressalta-se, porém, que os impactos da mudança climática não são sentidos de maneira homogênea pelo mundo devido à variabilidade das condições do meio natural na qual se encontram. Os impactos da alteração do clima interferem não somente no cotidiano da população, mas também na dinâmica dos ciclos de todos os seres vivos e do meio ambiente (IPCC, 2013).

Conforme o *Fifth Assessment Report (AR5)* publicado pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC, 2015) em 2014, a influência humana no clima é inequívoca e as taxas de emissões de gases de efeito estufa (GEE) averiguadas são as mais altas e alarmantes da história. Segundo esta instituição, o aumento de tais taxas se deve, principalmente, ao crescimento

da economia e da população mundial, dos padrões de consumo e produção vigentes, dos parâmetros de uso da terra e da energia, das tecnologias e políticas do clima implementadas.

Como as cidades são grandes polos de atração econômica e de consumo, com alta densidade populacional, a maior parte das emissões de GEE localiza-se no espaço urbano afetando diretamente as atividades humanas (IPCC, 2015). Pode-se dizer que a intensa urbanização e o crescimento da população — sobretudo nas camadas mais pobres nos países em desenvolvimento —, impõe grandes obstáculos ao enfrentamento da mudança climática. Na medida em que se aumenta a taxa de concentração populacional, de serviços e atividades, há um consumo maior de energia e a adoção de padrões altos de emissões. De acordo com o World Bank (2011), as emissões de uma cidade são influenciadas por diversos fatores, entre eles se encontram as formas de ocupação urbana, do uso e ocupação do solo, o padrão de circulação e transporte da população, as características construtivas e materiais utilizados e a renda das pessoas que ali habitam. Consequentemente, as possibilidades de estratégias de adaptação e mitigação para lidar com os efeitos deste fenômeno são diversas e exigem abordagens multisetoriais, levando em consideração as características relevantes locais de cada cidade.

Lemos aponta para o papel central do Plano Diretor “na definição do desenvolvimento físico-territorial dos municípios, nos caminhos adotados nas políticas públicas de ordenação territorial, assim como na regulação da atuação da iniciativa privada sobre o território” (LEMONS, 2010, p 26). Neste contexto, o instrumento deve prever mecanismos e indicadores para contribuir potencialmente com a minimização dos impactos da mudança climática sobre a cidade, sua população e seus sistemas naturais.

Em São Paulo, principal e mais populoso município do Brasil – com 11.244.369 habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010 – o intenso crescimento urbano e sem controle provocou diversos efeitos sobre o território e a sociedade. Aos efeitos intensos do processo de urbanização se impõem vários desafios à sustentabilidade e à gestão ambiental do território, sobretudo quando alguns recursos naturais começam a ser degradados, como, por exemplo, no caso dos recursos hídricos (GRISOTTO e PHILIPPI JR., 2004).

Desde o Estatuto da Cidade, em 2001, o município de São Paulo vem instituindo um processo de plane-

jamento e gestão que tem entre seus principais resultados a aprovação de dois planos diretores: o Plano Diretor Estratégico do Município (PDE) instituído pela Lei Municipal nº 13.430/2002 e a revisão do PDE, instituído pela Lei Municipal 16.050/2014 (ALVIM e BOGUS, 2016). O PDE de 2014 constitui-se em um importante avanço principalmente quanto à definição da política de desenvolvimento urbano e ambiental do município de São Paulo, reforçando a função social da propriedade urbana, as políticas públicas e a gestão democrática da cidade.

Este trabalho busca discutir o nível de contribuição do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei 16.050/14 – em relação aos efeitos da mudança climática. Parte de uma reflexão geral sobre a relação entre a mudança climática e as áreas urbanas, e em seguida, com base em metodologia<sup>4</sup> definida por Lemos (2010) verifica-se em que medida o PDE de SP define em suas diretrizes e ações medidas que visam a adaptação e ampliação da resiliência urbana frente aos efeitos deste fenômeno.

## Mudança Climática e as cidades

É importante ter em mente que existe uma grande variação na escala e abrangência dos riscos associados a mudança climática — e, portanto, dificilmente podem ser generalizados — pois variam significativamente de região para região e dependem de diversos aspectos físicos e sociais. Portanto, a capacidade de um grupo de pessoas enfrentar e adaptar-se à uma nova realidade para evitar riscos futuros depende, principalmente, de sua estrutura socioeconômica, cultural e política. Além dos riscos serem interdependentes, eles também são influenciados e variam de acordo como o local em questão e sua provisão de infraestrutura básica (MARTINS; FERREIRA, 2011). A ausência de uma iniciativa efetiva diante dos riscos impostos às cidades pela mudança climática aumenta a possibilidade da população e o território sofrerem com os seus impactos.

Especialistas apontam que o fenômeno da mudança climática impacta as cidades, e se associa diretamente com as condições de vulnerabilidade em que se encontram muitas áreas urbanas. O quadro a seguir indica, sucintamente, os principais impactos da mudança do clima nas áreas urbanas.

<sup>4</sup> A metodologia desenvolvida por Maria Fernanda Campos Rodrigues Lemos é resultado de sua tese de Doutorado, defendida no ano de 2010. A pesquisa recebeu menção honrosa na premiação de teses da ANPARQ de 2012. Para uma melhor compreensão e aprofundamento sobre a metodologia, sugere-se a leitura do trabalho completo, considerando que neste artigo a ferramenta metodológica é apresentada muito brevemente.

## QUADRO 1

## Impactos da mudança climática em áreas urbanas

Fonte: MARTINS; FERREIRA, 2011, p. 625, adaptado pela autora.

MUDANÇA CLIMÁTICA	IMPACTOS EM ÁREAS URBANAS
<i>Mudança nas médias</i>	
Temperatura	Demanda energética crescente (aquecedor / ar-condicionado); deterioração da qualidade do ar; ilhas de calor urbano.
Precipitação	Risco crescente de enchentes; risco crescente de deslizamentos de encosta; migrações das zonas rurais; interrupção das redes de abastecimento de produtos alimentares.
Elevação do nível do mar	Inundações costeiras; redução de renda oriunda de agricultura e turismo; salinização das fontes de água.
<i>Mudanças nos extremos</i>	
Chuvas extremas / ciclones tropicais	Inundações mais frequentes; maior risco de deslizamentos de encostas; danos em casas, fábricas e infraestruturas urbanas.
Secas	Escassez de água; maior preço dos alimentos; perturbações no sistema hidroelétrico; migrações das zonas rurais.
Ondas de frio / calor	Maior demanda energética no curto prazo (aquecedor / ar-condicionado).
Mudança abrupta do clima (ainda pouco provável, mas crescentemente considerada)	Possíveis impactos de uma elevação extrema do nível do mar; possíveis impactos de um aumento rápido e extremo das temperaturas.
<i>Mudanças na exposição</i>	
Movimentos populacionais	Migrações de habitats rurais afetados.
Mudanças biológicas	Aumento de vetores de doenças.

Fonte: MARTINS; FERREIRA, 2011, p. 625, adaptado pela autora.

Apesar do tema da mudança do clima ser uma pauta urgente atualmente, muitos governos e administrações locais não possuem clareza de seu papel neste contexto, muito menos como incorporar as questões climáticas na agenda política e nas estratégias de desenvolvimento das cidades. De maneira geral, identificam-se quatro aspectos principais que justificam o interesse das cidades nas ações voltadas para este tema: (1) os custos resultantes – sociais, econômicos, humanos e materiais – da ausência de ação são muito altos e, levando em conta o intenso crescimento dos centros urbanos, medidas urgentes serão necessárias para lidar com problemas de diversos aspectos, tais como aqueles relativos à construção, infraestrutura urbana e densidade. Logo, iniciativas tardias podem

tornar ações adaptativas e mitigadoras mais caras e inacessíveis; (2) A existência de benefícios mútuos e múltiplos decorrentes das ações voltadas para a conservação do meio ambiente que cobrem os custos dos investimentos iniciais à medida em que proporcionam melhoria na qualidade de vida, na saúde, atraem diferentes atividades e investimentos privados; (3) As cidades que se direcionarem à questões com tamanha relevância global, tendem a assumir a liderança e aumentar seu acesso à informação e tecnologias; e por fim, (4) O compartilhamento de determinados bens e práticas no cenário global auxilia cidade menores e mais carentes à terem acesso com conhecimento e experiências disponíveis pelo mundo (WORLD BANK, 2010).

Apesar do tema da mudança do clima ser uma pauta urgente atualmente, muitos governos e administrações locais não possuem clareza de seu papel neste contexto, muito menos como incorporar as questões climáticas na agenda política e nas estratégias de desenvolvimento das cidades. De maneira geral, identificam-se quatro aspectos principais que justificam o interesse das cidades nas ações voltadas para este tema: (1) os custos resultantes – sociais, econômicos, humanos e materiais – da ausência de ação são muito altos e, levando em conta o intenso crescimento dos centros urbanos, medidas urgentes serão necessárias para lidar com problemas de diversos aspectos, tais como aqueles relativos à construção, infraestrutura urbana e densidade. Logo, iniciativas tardias podem tornar ações adaptativas e mitigadoras mais caras e inacessíveis; (2) A existência de benefícios mútuos e múltiplos decorrentes das ações voltadas para a conservação do meio ambiente que cobrem os custos dos investimentos iniciais à medida em que proporcionam melhoria na qualidade de vida, na saúde, atraem diferentes atividades e investimentos privados; (3) As cidades que se direcionarem à questões com tamanha relevância global, tendem a assumir a liderança e aumentar seu acesso à informação e tecnologias; e por fim, (4) O compartilhamento de determinados bens e práticas no cenário global auxilia cidade menores e mais carentes à terem acesso com conhecimento e experiências disponíveis pelo mundo (WORLD BANK, 2010).

É importante ter em mente que existe uma grande variação na escala e abrangência dos riscos associados ao fenômeno – e, portanto, dificilmente podem ser generalizados – pois variam significativamente de região para região e dependem de diversos aspectos físicos e sociais. Portanto, a capacidade de um grupo de pessoas enfrentar e adaptar-se à uma nova realidade para evitar riscos futuros depende, principalmente,

de sua estrutura socioeconômica, cultural e política. Além dos riscos serem interdependentes, eles também são influenciados e variam de acordo como o local em questão e sua provisão de infraestrutura básica (MARTINS; FERREIRA, 2011). A ausência de uma iniciativa efetiva diante dos riscos impostos às cidades pela mudança climática aumenta a possibilidade da população e o território sofrerem com os seus impactos.

Apesar da mudança do clima impor relativamente os mesmos desafios tanto às nações mais ricas quanto às mais pobres, o World Bank (2010) destaca que a fraqueza institucional, a ausência de conscientização e participação da população sobre o tema e seus problemas decorrentes são fatores que contribuem para a ineficácia dos governos em lidar com os obstáculos do fenômeno. Portanto, evidencia-se a necessidade de uma união maior entre a sociedade civil com agentes públicos e privados, além do estabelecimento de coalizões internacionais, para a montagem de ações locais e globais efetivas em relação à mudança climática.

Neste sentido, Giddens (2010) considera que a escala fornece informações necessárias para o enfrentamento dos impactos relacionados à mudança do clima e possibilita o melhor campo para elaboração e implementação das estratégias necessárias, além de contribuir para o maior envolvimento da população neste processo.

Tendo em vista o papel das cidades neste contexto, evidencia-se a importância do planejamento urbano como meio de induzir transformações nos âmbitos econômico, social e ambiental em áreas urbanas. Tal instrumento pode contribuir para implementar novos padrões de uso e ocupação do solo urbano e, por consequência, promover alterações significativas no estilo de vida da população que auxiliem no enfrentamento dos impactos advindos da mudança climática.

No âmbito desta discussão, Lemos considera que a cidade deve “ser adaptada para reduzir a vulnerabilidade às ameaças climáticas existentes e durar como estrutura que mantém a vida em sociedade sem causar danos ao ambiente ou ampliar o processo de aquecimento global.” (2010, p. 121). Portanto, é fundamental entender os princípios relacionados ao conceito de adaptação, tendo em vista uma melhor compreensão das abordagens necessárias para o planejamento urbano no enfrentamento dos impactos decorrentes da mudança do clima sobre o território e a sociedade.

## **Adaptação para a mudança climática: princípios e conceitos**

Dentro do contexto da dimensão humana de mudança global, a adaptação comumente refere-se à “um processo, ação ou resultado em um sistema (doméstico, comunidade, grupo, setor, região, país) a fim de melhor enfrentar, administrar ou ajustar-se à alguma mudança em sua condição, pressão, ameaça, risco ou oportunidade” (SMIT; WANDEL, 2006, p. 282, tradução nossa). Ou ainda, à um “ajuste no comportamento e características de um sistema que melhora sua habilidade de superar uma pressão externa” (BROOKS apud SMIT; WANDEL, 2006, p. 282, tradução nossa). No contexto da mudança climática, o termo adaptação está também relacionado aos “ajustes nos sistemas ecológicos, sociais e econômicos em resposta a estímulos climáticos atuais ou esperados, seus efeitos ou impactos.” (SMIT; PILIFOSOVA, 2003, p. 9, tradução nossa). Pelo contrário, a mitigação consiste em “uma intervenção humana para reduzir as fontes ou acentuar as baixas de emissões de gases do efeito estufa” (IPCC, 2014c, p. 1266, tradução nossa) e ainda, pelo último relatório (AR5) divulgado pelo IPCC, inclui ações antrópicas para reduzir a fonte de outros tipos de substâncias que podem também influenciar nas alterações do clima.

Portanto, entende-se, sucintamente, que as medidas de adaptação atuam sobre os efeitos e as vulnerabilidades de um sistema decorrentes da mudança climática, com resultados a curto e médio prazo. Já as medidas de mitigação atuam sobre as causas – neste contexto, aspectos antrópicos que contribuem para intensificar as mudanças no clima –, reduzindo seus possíveis impactos a longo prazo e diminuem a necessidade de medidas adaptativas futuras.

Entende-se que uma cidade eficiente no enfrentamento da mudança climática deve, imprescindivelmente, ser adaptada para reduzir o grau de vulnerabilidade de sua população e território às ameaças climáticas. Logo, o conceito de vulnerabilidade neste caso pode ser entendido como uma “tendência ou predisposição a ser afetado desfavoravelmente. (...) abrange uma variedade de conceitos e elementos incluindo a sensibilidade ou suscetibilidade ao dano e a incapacidade de superar e adaptar.” (IPCC, 2014a, p. 1775). Ainda, para Smit et al. (2006), “a vulnerabilidade de qualquer sistema (em qualquer escala) é reflexo da (ou uma função da) exposição e sensibilidade de tal sistema a condições de riscos e a habilidade, capacidade ou re-

siliência do sistema em superar, adaptar ou recuperar dos efeitos destas condições.” (SMIT, WANDEL, 2006, p. 286, tradução nossa). Portanto, a vulnerabilidade está relacionada à suscetibilidade de um sistema aos impactos adversos das alterações climáticas, assim como a sua (in)capacidade de lidar com ele.

As noções de “riscos” e “ameaças” são inerentes ao conceito de vulnerabilidade. Para Castro et al. (2005), o risco refere-se à probabilidade de um evento ocorrer no tempo e espaço, à sua incerteza e à forma como este pode afetar – direta ou indiretamente – a vida da população. Ressalta-se que uma incerteza não configura um risco sem a existência da probabilidade, e ainda, não necessariamente a noção de risco está associada ao perigo. Porém, considerando o contexto ambiental e do planejamento sustentável, é comum a utilização do termo atrelado à noção de perigo. Segundo Lemos (2010), na diferenciação dos termos pode-se compreender o risco como um componente da ameaça, onde o primeiro refere-se à uma incerteza ligada à um dano em geral e o segundo, refere-se aos fenômenos naturais e os danos causados pelos mesmos.

O próprio contexto da mudança climática é um exemplo de uma condição de incerteza, considerando que as previsões dos cenários futuros pelos especialistas são muito diversas e ainda há pouca concordância sobre as possibilidades subjacentes aos principais efeitos do fenômeno. Entretanto, tal imprecisão científica não justifica a ausência de responsabilidade dos setores públicos, privados e da sociedade civil diante das potenciais ameaças da mudança no sistema climático e no meio ambiente. Logo, julga-se fundamental a identificação de ameaças e o monitoramento das vulnerabilidades de um sistema – determinada população e/ou território – no qual o risco pode incidir para que o planejamento das cidades tenha capacidade de incorporar este elemento “incerteza”.

A noção de vulnerabilidade está também associada a outros elementos que a definem e condicionam: a exposição, a sensibilidade e a capacidade adaptativa. O primeiro refere-se à presença de pessoas e ecossistemas – além de infraestruturas, funções, serviços e recursos ambientais, bens econômicos, sociais e culturais, entre outros – em áreas que podem ser afetadas adversamente (IPCC, 2014b). A segunda, sensibilidade, além de servir como ponto de conexão entre os conceitos de exposição e capacidade adaptativa, evidencia a suscetibilidade de um sistema aos efeitos de eventos climáticas, sendo maior ou menor conforme a variação das características de seus com-

ponentes. Sendo assim, é inadequada uma avaliação da vulnerabilidade ao se considerar separadamente os eventos climáticos das condições do sistema em questão (SMIT; PILIFOSOVA, 2003). Ainda, as diferenças na vulnerabilidade e na exposição entre diferentes regiões “emergem de fatores não climáticos e de discrepâncias multidimensionais comumente produzidas por processos de desenvolvimento desigual” (IPCC, 2014b, p. 6, tradução nossa).

O último elemento condicionante para a determinação da vulnerabilidade, a capacidade adaptativa, oferece o maior desafio para o planejamento urbano e para as cidades, devido ao seu caráter subjetivo e interdisciplinar. Este termo está associado à “habilidade de sistemas, instituições, seres humanos e outros organismos de ajustar-se aos danos potenciais, de tomar vantagem sobre as oportunidades ou de responder aos efeitos” das mudanças climáticas (IPCC, 2014a, p. 1758, tradução nossa). Portanto, entende-se que a capacidade adaptativa representa os recursos humanos, materiais e ambientais à disposição do sistema para enfrentamento dos eventos advindo das alterações climáticas, assim como a utilização de tais recursos para planejar e implementar medidas de adaptação. Além disso, também visa evitar e recuperar os sistemas de possíveis impactos da exposição às diversas ameaças.

Alguns aspectos restritivos da capacidade adaptativa são identificados, sendo a condição econômica das sociedades a principal característica determinando de sua efetividade, tendo em mente que os recursos financeiros são responsáveis por viabilizar a implementação de ações preventivas e de recuperação, exercendo influência também sobre outros aspectos da sociedade que podem elevar ou reduzir sua capacidade adaptativa (SMIT; PILIFOSOVA, 2003). Embora a maioria dos aspectos determinantes atuem em nível local, a capacidade adaptativa também é influenciada por outras questões presentes numa escala maior. Smit e Wandel (2006) identificam outros fatores que também influenciam na eficácia da adaptação de cidades e populações, como: a disseminação de conhecimento e tecnologias, distribuição equitativa de riquezas, instituições efetivas e estáveis, infraestrutura e sistemas sociais sólidos. Entende-se que a promoção da capacidade adaptativa exige uma ação cuidadosa em diversos setores da sociedade, sobretudo naquelas comumente consideradas fora da abrangência da mudança do clima. Handmer (2003) ressalta ainda que a compreensão concisa dos fatores que afetam a vulnerabilidade de um sistema aos impactos do fe-

nômeno é essencial para que não seja encontrada a solução para o problema errado.

Evidencia-se também que a vulnerabilidade, seus elementos – exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa – e seus aspectos determinantes estão dentro de um processo dinâmico contínuo, apresentando variações conforme o tempo, as pressões climáticas exercidas e de acordo com as características do sistema e seu território. Handmer (ibid.) elenca alguns fatores principais que influencia na ampliação da vulnerabilidade socioambiental da população mundial, entre eles: aumento dos eventos climáticos extremos; aumento da população mundial; aumento da população nas áreas mais pobres do planeta; desapropriação por guerras ou conflitos civis; fatores econômicos e sociais, além das rápidas mudanças; o crescimento da urbanização; e a globalização econômica e degradação gradual do meio ambiente. Conseqüentemente, o entendimento dos aspectos envolvidos na vulnerabilidade de um sistema é fundamental para a implementação efetiva de estratégias, sejam elas voltadas para o aumento da capacidade adaptativa, seja para a redução da exposição e/ou sensibilidade de um sistema a determinados eventos.

O conceito de capacidade adaptativa ainda se assemelha a outros termos frequentemente utilizados, como adaptabilidade, flexibilidade e, sobretudo, resiliência. Este último, segundo Folke (2006), possui abordagens mais contemporâneas de seu conceito e partem do pressuposto que os sistemas – construídos e naturais –, antes assumidos como estáveis, estão em constantes processos transitórios e exigem ações para conduzir a capacidade socioambiental dos mesmos para poder superar e adaptar-se às mudanças. Logo, a resiliência pode ser entendida como “a capacidade de um sistema de absorver distúrbios e reorganizar-se enquanto sujeito às mudanças, para manter essencialmente as mesmas funções, estruturas, identidade e feedbacks.” (FOLKE, ibid., p. 259, tradução nossa). Porém, Folke destaca que a resiliência não só diz respeito a suportar pressões, mas também está associado às oportunidades que surgem a partir destes distúrbios em termos de inovação, renovação e novas trajetórias. Neste sentido, a resiliência é capaz de proporcionar capacidade adaptativa, a qual permite um desenvolvimento contínuo, como “uma interação dinâmica e adaptativa entre sustentar e desenvolver com mudanças” (FOLKE, ibid.). Considerando um sistema socioambiental resiliente, qualquer pressão exercida sobre o sistema tem potencial para criar oportunidades para a inovação e novas ações.

Portanto, no contexto da mudança climática, a resiliência pode ser entendida como uma forma de abordagem que integra a perspectiva de organizar e direcionar ações, levando em conta o dinamismo e a não linearidade das mudanças ocorridas em um determinado sistema socioecológico, somando-se ainda as incertezas envolvidas nos futuros cenários climáticos.

Considerando as cidades como organismos essencialmente dinâmicos que abriga um conjunto de relações complexas, a associação dos conceitos discutidos acima ao planejamento urbano contribui para a elaboração e implementação de estratégias de adaptação mais eficientes no enfrentamento da mudança climática pelas cidades. A compreensão concisa destas noções também é determinante para ampliar a capacidade de adaptação e redução das vulnerabilidades existentes nas cidades. A disseminação do conhecimento também se mostra relevante para que todos os agentes envolvidos nos processos decisórios sejam capazes de auxiliar na promoção de ações e estratégias – locais e globais – efetivas dentro de um contexto repleto de incertezas.

Como já colocado, o Plano Diretor é um instrumento que pode contribuir para a adaptação das cidades no enfrentamento da mudança climática. No Brasil, apesar do Plano Diretor ser o principal instrumento urbanístico, obrigatório para a maioria das cidades brasileiras, não há ainda uma consciência institucional de sua importância frente ao tema. A análise do Plano Diretor do município de São Paulo, instituído recentemente corrobora para apresentar o problema, apontando alguns limites e desafios para a política urbana no contexto da mudança climática.

## **Adaptação de cidades: o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei 16.050/14 – resultante de um amplo e democrático processo de discussão da sociedade, busca orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade até o ano de 2030. Este instrumento visa, sobretudo, atuar no sentido de promover o equilíbrio social, ambiental e econômico, contribuindo para aumentar a qualidade de vida da população. São definidas diretrizes para o uso do solo e os sistemas de circulação na totalidade do território, condicionando-as ao meio físico e ao interesse social, ambiental e cultural.

Nesta parte do artigo, busca-se verificar em que medida as diretrizes e os instrumentos delineados no

texto legal do PDE contribuem para a adaptação e ampliação da resiliência à mudança climática. Para tanto, será utilizada a metodologia desenvolvida por Lemos (2010), aplicada inicialmente no Plano Diretor do Município de Rio de Janeiro. No âmbito deste estudo de caso, Lemos (2010) buscou consolidar uma ferramenta que pudesse ser aplicada na análise qualitativa de planos diretores de diferentes municípios, além de outros instrumentos de planejamento urbano.

Suscintamente, o processo de análise do plano diretor a partir desta metodologia é composto por três etapas: (1) Análise de orientação, onde verifica-se se existe alguma informação específica sobre o risco e vulnerabilidade, se tal informação está inclusa no diagnóstico apresentado pelo plano diretor, ou ainda, se há qualquer menção explícita sobre adaptação, redução das vulnerabilidades sócio-climáticas ou ampliação da resiliência constantes nos objetivos, diretrizes ou em outros artigos; (2) Análise de contribuição, onde, através de uma matriz, é realizada a identificação e classificação dos itens constantes no plano dentro de 7 categorias de sustentabilidade — subdivididas em 24 subcategorias — e de acordo com os padrões de relação destas com a resiliência. Ainda é possível classificar os itens fora das categorias, como “oportunidade”, “efetivador” e “multiplicador”, sendo este último um fator negativo para a adaptação. Tanto a matriz quanto as categorias e seus padrões são fornecidos prontos por Lemos (ibid.). Ressalta-se que nesta etapa apenas são classificadas as sentenças que apresentem orientações, restrições e prioridades expostas com clarezas, não sendo classificados itens meramente descritivos ou com a estipulação de prazos; (3) Comprometimento do plano com o desafio da mudança climática, onde nesta última fase permite-se a classificação do plano, a partir dos resultados gerais das etapas anteriores, segundo seu grau de comprometimento com a adaptação.

Isto posto, na primeira fase de análise — de orientação — verificou-se que o Plano Diretor Estratégico de São Paulo conta com informações e diagnósticos paralelos disponíveis, encomendados tanto por órgãos públicos como por outras instituições de pesquisa. Porém, tais dados não são apropriados diretamente pelo instrumento. Em contrapartida, o plano expressa explicitamente a intenção de monitoramento e redução das emissões de GEE, bem como o controle e redução das vulnerabilidades urbanas no território, ações potenciais para contribuir diretamente na adaptação e mitigação da mudança climática.

Apesar dos princípios e diretrizes não apresentarem nenhuma menção explícita à adaptação ou à ampliação da resiliência, o plano cita que a garantia da equidade social e territorial – um de seus princípios – deve ser alcançada através da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais. Ainda, estipula-se como um de seus objetivos — Artigo 7, inciso XI — a “mitigação dos fatores antropogênicos que contribuem para a mudança climática.” (SÃO PAULO, 2014). Em dois momentos o plano apresenta orientação direta para a priorização de medidas de adaptação e para a adoção de medidas de adaptação – Artigos 194, inciso VI e 195, inciso XII, respectivamente – identificados como itens “efetivadores”. Por fim, considera-se que o plano diretor em questão apresenta uma abordagem sobre a redução das vulnerabilidades sócio-climáticas e contribuição para a adaptação urbana e ampliação da resiliência, tanto de maneira direta como indireta. Muitas das orientações constantes no instrumento não explicitam a questão climática, porém contribuem positivamente para adaptar e minimizar os efeitos do fenômeno sobre a cidade, sua população e o meio ambiente.

Na segunda etapa da análise — de contribuição — foram classificados e analisados 398 itens, sendo 382 deles com relação consistente às 24 categorias de sustentabilidade, identificadas a seguir em ordem decrescente de recorrência: diversidade de vida – 53 itens; abordagem integrada entre cidade e natureza – 42 itens; distribuição justa de estrutura urbana – 40 itens; acessibilidade e mobilidade sustentável – 39 itens; promoção da integração social – 33 itens; acesso à habitação – 28 itens; segurança física – 23 itens; redução e gestão de resíduos – 21; abordagem integrada entre cidade e região – 17 itens; diversidade econômica – 16 itens; saúde pessoal e do ambiente – 12 itens; reconhecimento de limites do desenvolvimento econômico – 11 itens; reconhecimento de limites do território – 7 itens; reconhecimento de limites de densidade – 6 itens; adequação do consumo de recursos – 6 itens; redução de emissões – 5 itens; eliminação da segregação física – 4 itens; redução do consumo e estratégias de geração de energia limpa no local – 4 itens; redução da obsolescência e ociosidade – 4 itens; combate à pobreza – 3 itens; diversidade social – 3 itens; redução de poluição – 2 itens; aumento da durabilidade – 2 itens; e, segurança psicológica – 1 item.

Considerando esta proporção de reincidência das subcategorias nos itens classificados, é possível determinar a composição do plano diretor a partir dos componentes de vulnerabilidade e mitigação. A sensibilidade é a mais abordada, aparecendo em 85,9% dos itens.

<sup>5</sup> Os componentes de vulnerabilidade e mitigação na matriz original de padrões das 24 subcategorias apresentam-se na seguinte proporção: 79% em sensibilidade, 29% em capacidade adaptativa, 12% em exposição e 25% em mitigação.

Já a capacidade adaptativa, é recorrente em 24,9% dos itens, enquanto a exposição, apenas 6,8%. A mitigação demonstrou uma abordagem muito maior do que a esperada em relação à matriz original de padrões<sup>5</sup>, apresentando-se em 41,6% dos itens classificados. Tal fato é considerado positivo pois, embora as estratégias da adaptação urbana devam atuar sobre os componentes da vulnerabilidade — exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa —, ações que também agem sobre a mitigação são imprescindíveis, considerando tais medidas mitigatórias como a primeira forma de adaptação. Entende-se que esta maior variação do componente “mitigação” no plano pode estar relacionada ao fato de que as duas categorias com maior reincidência no plano — “diversidade de vida” e “abordagem integrada entre cidade e natureza” — contribuam simultaneamente para a redução da sensibilidade e ampliação das ações de mitigação.

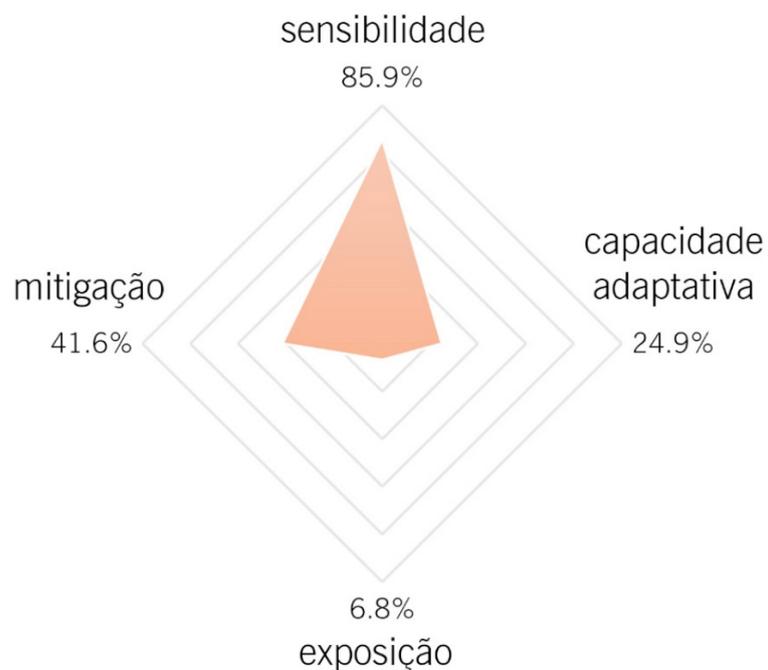


Figura 01  
Composição do Plano Diretor Estratégico de São Paulo a partir dos componentes de vulnerabilidade e mitigação.  
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dos itens classificados dentro das subcategorias de sustentabilidade, 40 foram analisados como possuidores de potência para gerar resultante robustas. A maioria deles relaciona-se com os temas a seguir: a disseminação de informações e conhecimento; mobilização da população para a participação do processo de planejamento; incentivo a planos de ações voltados para a eliminação da degradação hídrica, melhoria na gestão e conservação deste recurso; proteção

e conservação das áreas de preservação; monitoramento de desastres e áreas de risco; priorização dos transportes de alta capacidades e não motorizados; compatibilização dos processos de urbanização com as características físicas e naturais do território, entre outros. Alguns itens, sobretudo àqueles que demonstraram incentivo à ocupação, construção e ao adensamento, foram considerados como fatores “multiplicadores” (negativos) no plano, aparecendo uma vez no incentivo à construção, 3 no incentivo à ocupação e uma vez na resultante sobre ameaça previsível.

Além dos 382 itens classificados de acordo com as 24 subcategorias de sustentabilidade, outros 16 itens enquadraram-se dentre de “oportunidade” ou “efetivador”. Neste último, como já mencionado anteriormente, os dois itens identificados como efetivadores referem-se à priorização e adoção de medidas de adaptação à mudança climática. Dos 14 demais itens dentro de “oportunidade”, destacam-se aqueles voltados para: contribuir para a redução dos fatores antropogênicos que contribuem para a mudança climática; incentivo às construções sustentáveis e criação de leis para tal; integração dos sistemas das esferas pública e privada; incentivo à adoção de tecnologias sustentáveis; promoção de intervenções em áreas de risco e de alta vulnerabilidade urbana, entre outros.

Com base nas análises de orientação e contribuição, foi possível concluir que o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo classifica-se como “*não orientado, com contribuições indiretas robustas*” para a minimização dos efeitos e adaptação à mudança climática. Verificou-se no decorrer da análise que, apesar de não haver menção explícita à adaptação ou à ampliação da resiliência aos efeitos da mudança climática nos princípios e diretrizes, muitos são os itens — artigos, incisos e itens — do plano diretor que possuem orientações consistentes para contribuir para a adaptação urbana à mudança climática e minimização dos seus possíveis impactos sobre a sociedade e seu território.

## Considerações finais

A reflexão deste artigo, ainda que de forma sucinta e limitada, indica que a compreensão dos conceitos apresentados inicialmente é essencial para construir uma estrutura conceitual acerca da discussão sobre as questões envolvidas na elaboração e implementação das medidas de adaptação aos efeitos adversos da mudança climática nas cidades. Simultaneamente, observa-se a grande interdependência e multidisciplinariedade das estratégias de adaptação, evidencian-

do, por um lado, a importância do planejamento urbano e, por outro, a necessidade de se repensar suas práticas tradicionais diante das demandas impostas à sociedade e ao território pelas ameaças incertas da mudança climática. Entende-se que ações adaptativas abrangentes tendem a ser insuficientes, considerando que o conhecimento das vulnerabilidades específicas de cada sistema urbano é crucial para a efetividade das medidas implementadas. Ainda, a articulação entre os agentes locais e globais é necessário para que medidas locais tenham seu alcance ampliado.

O êxito das ações de adaptação de cidades depara-se com muitos desafios. Dentre eles destacam-se dois fatores: o primeiro, relaciona-se à ausência de monitoramento e informações sobre as condições climáticas em muitas regiões do mundo, o que não só aumenta as incertezas já inerentes ao fenômeno, como também dificulta a montagem de cenários e planos de ação futuros; o segundo está relacionado às dificuldades associadas às desigualdades sociais e os riscos ligados às restrições financeiras para a implementação de ações adaptativas.

Dentro deste contexto, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo lida não só com o desafio de superar as vulnerabilidades e desigualdades socioambientais já existentes no território, mas como também com a possível intensificação futura destes problemas devido aos efeitos da mudança climática. Apesar da maioria das orientações não explicitarem a questão climática, há uma contribuição consistente e positiva para a adaptação urbana frente ao fenômeno. Por outro lado, considera-se que, de maneira geral, os instrumentos de planejamento urbano devam incorporar de maneira mais contundente tanto as informações e diagnósticos disponíveis em relação à mudança climática, quanto abordagens mais robustas voltadas para a adaptação.

Por fim, acredita-se que o planejamento urbano dentro deste contexto é uma peça chave para a promoção de ocupações urbanas resilientes à mudança climática, já que aspectos da forma urbana – densidade populacional e construída, relação entre espaços livres e construídos, distribuição de usos e atividades pelo território, orientação solar da malha urbana, existência de vegetação, áreas ocupadas, entre outros – interferem diretamente nos deslocamentos de pessoas e bens pela cidade, bem como nos padrões de consumo de recursos naturais. Reconhece-se a necessidade de se estabelecer uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, com cidades adaptadas para reduzir as

vulnerabilidades às ameaças climáticas e manter uma estrutura de sociedade sem causar danos ao meio ambiente e ampliar o processo da mudança climática.

## Referências

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de; ZIONI, Silvana Maria. Avaliação de políticas urbanas. In: ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de (org). **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas**. São Paulo: UPM/MackPesquisa/Romano Guerra Editora, 2010.

CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; NATALINI, Gilberto (Org.). **Mudanças Climáticas: do global ao local**. Barueri: Manole, 2014.

FOLKE, Carl. **Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses**. Journal of Global Environmental Change, v. 16, p. 253-267, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A política da Mudança Climática**. [Apresentação à edição brasileira: Sérgio Besserman Vianna] Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GRISOTTO, L. E. G.; PHILIPPI JR., A. A questão dos recursos hídricos. In: ROMÉRO, M. A.; PHILIPPI JR., A.; BRUNA, G. C. **Panorama ambiental da metrópole de São Paulo**. São Paulo: Signus, 2004.

HANDMER, John. Adaptive Capacity: What does it mean in the context of natural hazards?. In: SMITH, Joel B.; KLEIN, Richard J. T.; HUQ, Saleemul. **Climate Change, Adaptive Capacity and Development**. Londres: Imperial College Press, 2003, p. 51-70.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2013: The Physical Science Basis Summary For Policymakers**. Working Group I Contribution to AR5. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg1/WG1AR5\\_SPM\\_FINAL.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg1/WG1AR5_SPM_FINAL.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGES (IPCC). **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Working Group II Contribution to AR5. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGES (IPCC). **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability Summary For Policymakers**. Working Group II Contribution to AR5. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/ar5\\_wgII\\_spm\\_en.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/ar5_wgII_spm_en.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGES (IPCC). **Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Working Group III Contribution to AR5. Cambridge: Cambridge University Press, 2014c. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc\\_wg3\\_ar5\\_full.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_full.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGES (IPCC). **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Geneva: WMO, 2015. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR\\_AR5\\_FINAL\\_full\\_wcover.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

LEMOS, Maria Fernanda Rodrigues Campos. **Adaptação de Cidades para a Mudança Climática. Uma metodologia de análise para os planos diretores municipais**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINS, Rafael D’Almeida; FERREIRA, Leila da Costa. Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 611-641, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/04.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

NOBRE, Carlos. **Mudanças Climáticas e o Brasil: Contextualização**. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 27, 2008. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/326/320](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/326/320)>. Acesso em: 05 mai. 2016.

OLIVEIRA, Sonia Maria Barros de. Aquecimento Global: a fundamentação científica básica. In: VEIGA, José Eli da (Org.). **O Imbróglio do Clima. Ciência, Política e Economia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

ROMEIRO, Viviane; PARENTE, Virginia. Regulação das mudanças climáticas no Brasil e o papel dos governos subnacionais. In: SERROA DA MOTTA, R. et al (org.). **Mudança do Clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília: IPEA, 2011. P. 43-56.

RUSSEL, James S. *The Agile City. Building Well-being and Wealth in an Era of Climate Change*. Washington: Island Press, 2012.

SÃO PAULO (Município). Lei 14.933, de 5 de junho de 2009. **Institui a Política de Mudança do Clima do Município de São Paulo**. Secretaria do Governo Municipal, São Paulo, 05 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/comite\\_do\\_clima/legislacao/leis/index.php?p=15094](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/comite_do_clima/legislacao/leis/index.php?p=15094)>. Acesso em 05 jun. 2016.

SÃO PAULO (Município). Lei 16.050, de 31 de julho de 2014. **Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Secretaria do Governo Municipal, São Paulo, 31 jul. 2014. Disponível em: <[http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE\\_SUPLEMENTO-DOC.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2016.

SMIT, Barry; PILIFOSOVA, Olga. From adaptation to adaptive capacity and vulnerability reduction. In: SMITH, Joel B.; KLEIN, Richard J. T.; HUQ, Saleemul. **Climate Change, Adaptive Capacity and Development**. Londres: Imperial College Press, 2003, p. 9-28.

SMIT, Barry; WANDEL, Johanna. **Adaptation, adaptive capacity and vulnerability**. *Journal of Global Environmental Change*, v. 16, p. 282-292, 2006.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **UNISDR Annual Report 2014**. Geneva, 2014, 66 p.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **United Nations Framework Convention on Climate Change**. New York, 1992. Disponível em: <[https://unfccc.int/files/essential\\_background/background\\_publications\\_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf](https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf)>. Acesso em 29 de nov. 2015.

VEIGA, José Eli da (Org.). **O Imbróglio do Clima. Ciência, Política e Economia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

WAMSLER, Christine; BRINK, Ebba; RIVERA, Claudia. **Planning for climate change in urban areas: from theory to practice**. *Journal of Cleaner Production*, v. 50, p. 68-81. Lund: Elsevier, 2013.

WORLD BANK. **Cities and Climate Change: an urgent agenda**. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2010. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTUWM/Resources/340232-1205330656272/CitiesandClimateChange.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

WORLD BANK. **Guide to Climate Change Adaptation in cities**. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1318995974398/Guide-ClimChangeAdaptCities.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

# A revisão da lei de parcelamento do solo urbano e seu diálogo com a questão ambiental

Ramon Gomes, Gabriel Rego, Alice Lima, Nahara Cavalcante

GOMES, Ramon; REGO, Gabriel; LIMA, Alice; CAVALCANTE, Nahara. A revisão da lei de parcelamento do solo urbano e seu diálogo com a questão ambiental. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 138-159, nov./dez. 2017

data de submissão: 26/05/2016  
data de aceite: 15/12/2016

**Ramon Gomes** é Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação FAU; Universidade de Brasília; ramon.fortunato.gomes@hotmail.com

**Gabriel Rego** é Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação FAU; Universidade de Brasília; gabrielsalle@gmail.com

**Alice Lima** é Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação FAU; Universidade de Brasília; alice\_c.lima@hotmail.com

**Nahara Cavalcante** é Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação FAU; Universidade de Brasília; nahara.cavalcante@hotmail.com

## Resumo

O presente estudo aborda a revisão da Lei 6.766/79, nomeada como Projeto de Lei 3.057/00, ainda não instituída, que trata do parcelamento do solo urbano e avança em questões como a função social da cidade, a sustentabilidade e a regularização fundiária. O trabalho, cujo foco principal é a discussão sobre sustentabilidade urbana, tem como escopo a estrutura da Lei 6.766/79 e do Projeto de Lei 3.057/00, seu histórico de formação, sua contextualização junto aos ideais de parcelamento e uso do solo urbano e sua dinâmica no tempo. Assim, reflete-se sobre a revisão da lei e sua articulação com diferentes elementos e estruturas urbanas: a biodiversidade e os serviços ambientais; as áreas de risco; os cursos d'água; e os conjuntos urbanos tombados no litoral. Ao final, são tecidas recomendações a respeito do assunto problematizado.

**Palavras-chave:** parcelamento do solo, legislação urbanística, crescimento urbano, legislação ambiental, sustentabilidade urbana.

## Abstract

*This study deals with the revision of Law 6,766/79, named Bill 3.057/00, not yet established, which deals with the urban land division and advances on issues such as the social function of the city, sustainability and land tenure. The study, whose main focus is the discussion of urban sustainability, has scoped the structure of Law 6,766/79 and Bill 3.057/00, its formation history, its context with the ideals of parceling and urban land use and their dynamics in time. So, it is reflected on the review of the law and its relationship with different elements and urban structures: biodiversity and ecosystem services; risk areas; waterways; and urban complexes fallen on the coast. At the end, they are woven recommendations regarding questioned it.*

**Keywords:** land subdivisions, urban legislation, urban growth, environmental law, urban sustainability.

## Resumen

*Este estudio trata de la revisión de la Ley 6.766/79, llamado Proyecto de Ley 3.057/00, no instituido, que trata de la división de la tierra urbana y avanza en cuestiones como la función social de la tenencia de la ciudad, la sostenibilidad y la tierra. La obra, cuyo principal objetivo es la discusión de la sostenibilidad urbana, ha de ámbito de la estructura de la Ley 6.766/79 y Proyecto de Ley 3.057/00, su historia de formación, su contexto con los ideales de parcelación y uso de la tierra urbana y su dinámica en el tiempo. Por lo tanto, se refleja en la revisión de la ley y su relación con diferentes elementos y estructuras urbanas: servicios de la biodiversidad y de los ecosistemas; zonas de riesgo; cursos de agua; y*



*complejos urbanos caídos en la costa. Al final, se tejen recomendaciones con respecto a lo cuestionaron.*

**Palabras-clave:** *subdivisiones de tierras, legislación urbana, el crecimiento urbano, derecho ambiental, sostenibilidad urbana.*

## Introdução

**A**tualmente, a dinâmica urbana é acelerada, produtora, consumidora e criadora de vicissitudes. Essa dinâmica se contrapõe às necessidades ambientais da sociedade e impõe uma crise ambiental cujas evidências, em escala local e global, já foram sinalizadas por Leef (2003): assoreamento de cursos d'água, elevação do nível do mar, aquecimento global, diminuição da camada de ozônio.<sup>1</sup> Ainda assim, persistem legislações urbanísticas formuladas em descompasso com as demandas urbanas, sociais e ambientais contemporâneas.

<sup>1</sup> A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Essa crise se apresenta como um limite no real que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social (Leff, 2003).

Nas cidades brasileiras, a Lei 6.766/79 de parcelamento do solo urbano conjuga esses aspectos, pois, para além de ser o marco coordenador e disciplinador do processo de urbanização, apresenta-se negligente para responder às demandas e aos problemas ambientais decorrentes do uso e da ocupação do solo urbano. Mesmo com alterações pontuais, a lacuna entre a lei e a nova forma de pensar e fazer a cidade persiste. Tal hiato resultou na formalização de um processo de revisão da lei atual, que tramita desde 2000 no Congresso Nacional na forma de projeto de lei, o PL 3.057, referente ao uso e parcelamento do solo. Mesmo diante da emergência e da necessidade nas questões urbanas atuais, o projeto de Lei ainda não foi instituído. Pode ser justificado pelas dificuldades de entendimento entre as disciplinas envolvidas, pelos diferentes atores e interesses envolvidos na construção da cidade e pela dimensão que a proposta alcança.

O presente artigo analisa o tratamento dado ao meio ambiente na questão do uso e parcelamento do solo, e o modo como as questões ambientais são abordadas no novo projeto de lei. Além disso, avalia se essa abordagem foi feita de forma que a apropriação dessas áreas possa vir a resultar em um ambiente urbano sustentável. A análise passa pela caracterização da Lei 6.766/79 como um importante marco regulatório na constituição das cidades brasileiras; dos motivos que fizeram esse mesmo marco ficar desatualizado e que levaram à proposta de sua revisão; e de como a questão ambiental se inseriu no debate da revisão dessa lei.

Em síntese, fez-se uma investigação pormenorizada de como a revisão da Lei 6.766/79, mais especificamente em seus temas relativos ao meio ambiente, se articula com quatro recortes de análise: biodiversidade urbana e serviços ambientais, áreas de risco, conjuntos urbanos tombados em áreas litorâneas e corpos d'água.

## **Referências teóricas e legais - Lei Lehman (6.766/79), marco regulatório urbanístico fundamental**

Leis urbanísticas que discorriam sobre loteamento e parcelamento do solo no Brasil datavam do final da década de 30 no século XX.<sup>2</sup> Leonelli (2010) afirma que os decretos eram considerados ultrapassados, pois tratavam sobre aspectos de venda de terrenos e não sobre exigências urbanísticas. Tais exigências, a partir da década de 60, se intensificaram puxadas pelos processos de industrialização, de migração campo-cidade e de urbanização, por vezes ocorrendo sem formulação e aplicação de políticas habitacionais de alcance nacional. Essa foi uma época de aprofundamento da crise urbana e habitacional (Bonduki & Koury, 2007).

Fez-se grande a necessidade de promover alterações nas leis de uso e ocupação do solo que permitissem a verticalização, liberassem áreas para projetos de remodelação urbana e possibilitassem ao poder público melhor regulamentar e fiscalizar os loteamentos e a ação dos parcelamentos do solo. Surgiu então a ideia de construir um marco regulatório realista e exequível para a ação do parcelamento do solo no Brasil, objetivando a qualidade urbanística sem significar um desestímulo para novos empreendimentos. Essa era o pensamento por trás da regulamentação federal que acabou por instituir, em 1979, a Lei 6.766 (Leonelli, 2010).<sup>3</sup>

A lei de parcelamento e uso do solo, de autoria do senador federal de São Paulo pelo Partido da Frente Liberal e Partido Democrático Social Otto Lehman, foi vista como revolucionária e de substancial importância, pois coordenava o crescimento das cidades brasileiras, tratava de conter e criminalizar os loteamentos clandestinos, e deliberava sobre a garantia de áreas públicas, a expansão urbana, os serviços públicos e a infraestrutura. Além disso, estabelecia exigências jurídicas e técnicas para os parcelamentos e loteamentos e a participação municipal no processo de aprovação de loteamentos. A lei definia as tipologias de parcelamento permitido, as regras, os critérios e as exigências para aprovar o parcelamento do solo (Ceneviva, 1994; Gouvea & Ribeiro, 2005; Leonelli, 2010; Mukai, 2000).

<sup>2</sup> O uso do solo até então era regido pelo Decreto-Lei 58/1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei 3.079/1938

<sup>3</sup> Entre a promulgação do primeiro Decreto-Lei federal de 1937 e a aprovação da Lei Lehman, em 1979, houve quatro décadas de intensos debates e de propostas de projetos de lei para normatizar os loteamentos no país.

Foi a partir dessas regras que as cidades no Brasil se expandiram legal e regularmente; porém, Mukai (2000), Maricato (2001), Ancona (2002), Gouvêa e Ribeiro (2005), Leonelli (2010) e Pasternak (2010) consideram que, embora avançada e importante, a Lei Lehman foi tardia, pois veio depois de o processo de urbanização ter se apropriado de periferias e áreas de proteção permanente (APPs).

Ao não definir os atributos para que determinada área fosse considerada zona urbana ou de expansão, a lei não assegurou a continuidade do tecido urbano; favoreceu a especulação imobiliária; criou impossibilidades de regularização de assentamentos informais; e tornou mais difícil, ao realçar a cidade do direito, o acesso à moradia pelos segmentos de baixa renda, acabando por proporcionar e regulamentar a segregação socioespacial. Para Reis (2006), o avanço do crescimento urbano em áreas rurais, em áreas de expansão urbana, proporcionou o surgimento de uma cidade informal, conectada por redes e estruturas provisórias, que se constituem como estruturas consolidadas mediante a extensão do tempo. Formaram uma rede de núcleos urbanos providos de escassa infraestrutura, informais diante da legislação vigente, e consolidaram-se de forma segregada no território, como espaços urbanos autônomos de políticas públicas municipais. Em suma, muitos dos problemas que deveriam ser equacionados com a Lei 6.766 foram, na realidade, aprofundados<sup>4</sup>, como mostra a Figura 01.

<sup>4</sup> Maricato (2001) explica que, com a introdução da Lei 6.766, agravaram-se as condições estruturais que impediam o acesso da população mais pobre à moradia produzida pelo mercado formal, tanto pelo setor público quanto pelo privado. Além disso, o controle mais rigoroso veio somar-se à pauperização crescente e à elevação do preço da terra, como indutores do grande aumento da população favelada.



Figura 01  
Retrato de um dos problemas urbanos aprofundados com a Lei 6.766/79: assentamentos informais em região sensível ambientalmente. Na foto, o assentamento da Prainha de Mambucaba, Paraty RJ (2012).

Fonte: Arquivos Ramon F.G. (Autoria da foto aérea: Ana Paula do Nascimento)

Diante disso, a lei de parcelamento do solo, mesmo com modificações pontuais realizadas pela Lei 9.785/99, acaba por não ter suficiência para regular e disciplinar o processo de divisão e subdivisão do solo urbano.<sup>5</sup> Leonelli (2010), ao tratar da premência de atualização da Lei 6.766, defende que é necessário submeter a legislação urbanística não mais à vontade do loteador, mas à vontade prioritária da sociedade civil. Argumenta ainda que, se os instrumentos de atuação existentes não estão sendo vertidos para essa nova frente, há necessidade de sua revisão e aperfeiçoamento.<sup>6</sup>

## **A revisão a partir do projeto de lei 3.057/00**

Ante os desafios urbanísticos e ambientais surgidos no decorrer da vigência do atual marco regulatório urbanístico, somados aos debates ocorridos durante a elaboração da Lei 9.785/99 e à necessidade de compatibilização da Lei 6.766/79 com o Estatuto da Cidade, foi possível materializar uma revisão mais ampla da legislação de parcelamento do solo urbano. Destarte, foi apresentado o Projeto de Lei 3.057, em 2000, que serviu como base para a revisão da lei de parcelamento do solo.

O cenário político, econômico e social do país condicionava a revisão na lei de parcelamento do solo. Em termos de política urbana, foi criado o Ministério das Cidades, no início de 2003, que aglutinou em um mesmo endereço institucional as políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte urbano. O arcabouço técnico, institucional e legal também ganhou mais destaque nesse período, com a aprovação da lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/05); o novo marco legal para o saneamento (Lei 11.445/07); a discussão do projeto de lei de mobilidade urbana; a campanha pelo plano diretor participativo; e a elaboração do Plano Nacional de Habitação (Maricato, 2011; Mascarenhas, 2012).

O Projeto de Lei 3.057/00 inovou, com relação à Lei 6.766/79 e à Lei 9.785/99, ao propor: a exigência de infraestrutura básica; contrapartidas a serem exigidas pelo Poder Público Municipal aos empreendedores; requisitos ambientais; loteamento com controle de acesso; custo do registro; regularização de interesse social; e os itens mais resolutos gestão plena, licença urbanística e ambiental integrada e regularização fundiária sustentável (Mascarenhas, 2012), conforme apresentados na Quadro 1.

<sup>5</sup> A lei altera o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, sobre desapropriação por utilidade pública, e as leis 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sobre registros públicos, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sobre parcelamento do solo urbano.

<sup>6</sup> No âmbito urbano e ambiental, a Lei Federal 6.766/1979 conta com uma defasagem de praticamente dez anos em relação à promulgação da Constituição Federal, de 1988. A diferença é superior a vinte anos em relação à edição do Estatuto da Cidade, de 2001. E a lei é ainda mais desatualizada quando comparada com a nova edição do Código Florestal e a nova lei de saneamento.

Nesses três últimos aspectos, mais originais, é que se articula a relação entre o urbano e a questão ambiental, principalmente no caso da gestão plena, pois é partir dele que se parte para a concretização dos demais. Esse conceito de gestão plena, segundo o qual os municípios podem trabalhar com órgãos colegiados de controle social, bem como órgãos executivos específicos, nas áreas de política urbana e ambiental, é o ponto-chave entre os temas inovadores dessa revisão. Isso porque, uma vez dotado de gestão plena, o município pode emitir a licença urbanística e ambiental integrada, e só com essa licença pode-se implantar a regularização fundiária sustentável. A gestão plena é o alicerce para as demais ações, e seu alcance efetivo demandará ações de capacitação. Essa capacitação poderia vir a romper com a setorialidade urbana e ambiental na forma de planejamento e gestão das cidades (Gouvêa & Ribeiro, 2005; Mascarenhas, 2012).

Quadro 1  
Aspectos inovadores do PL 3.057/00

	<b>Gestão plena</b>	<b>Licenciamento urbanístico e ambiental integrado</b>	<b>Regularização fundiária sustentável</b>
<b>Conceito</b>	Condição do município que reúna os requisitos: Plano Diretor, não importando o número de habitantes, aprovado e atualizado nos termos da Lei 10.257; órgãos colegiados de controle social nas áreas de política urbana e ambiental; e órgãos executivos específicos nas áreas de política urbana e ambiental.	Ato administrativo vinculado, no qual a autoridade licenciadora estabelece as exigências de natureza urbanística e ambiental para o empreendedor implantar, alterar, ampliar ou manter o parcelamento do solo para fins urbanos e para proceder à regularização fundiária.	Conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para a adequação legal dos assentamentos informais, de forma a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
<b>Análise</b>	A proposta é fortalecer a autonomia dos municípios que tenham a condição de exercê-la com base em três fatores: ter visão de planejamento, ordenamento e desenvolvimento territorial; estimular mecanismos de participação popular e controle social; possuir, ao mesmo tempo, estrutura de licenciamento nas áreas de urbanismo e ambiental.	A proposta transforma o poder público em autoridade licenciadora, embora só os municípios com gestão plena poderão conferir essa licença. Assim, poder-se-á romper com a cisão entre urbano e meio ambiente.	Da forma que foi proposta, a regularização pode contribuir para a inserção plena do cidadão na cidade e para a transformação da economia informal em economia legal, permitindo o acesso dos moradores ao crédito para melhoria de suas habitações. Poderá, ainda, viabilizar a sustentabilidade da cidade se partir de uma visão integrada de fato.

Fonte: Elaborada pelos Autores (2016)

Mesmo com avanços e soluções novas, permanece, como um dos principais desafios para o Projeto de Lei, a justa distribuição entre benefícios e ônus do processo de urbanização. Isso envolve a garantia de duas dimensões fundamentais a serem compatibilizadas nas cidades: a função social e a função ambiental da propriedade. Assim, o projeto de lei deve tratar das cidades em sua totalidade, e não como um território exclusivo urbano (Mascarenhas, 2012).

#### Quadro 2

Principal finalidade da Lei 6.766/79 e do PL 3.057/00

Lei 6.766/79	Projeto de Lei 3.057/00
Definiu o parcelamento do solo para fins urbanos, estabeleceu regras para a inserção do parcelamento na cidade e requisitos mínimos para serem atendidos em seu projeto, previu infrações penais para o descumprimento das disposições e tentou integrar o desenho do parcelamento e uso do solo urbano à malha urbana.	Buscou compatibilizar o parcelamento do solo urbano e a regularização fundiária sustentável, em uma lógica constante da cidade sustentável, conforme previsto no Estatuto da Cidade.

Fonte: Elaborada pelos Autores (2016)

## A questão ambiental no projeto de lei 3.057/00

Um dos desafios apontados para a revisão da lei de parcelamento urbano, por meio do PL 3.057, foi a necessidade de reduzir a degradação ambiental e os prejuízos sociais decorrentes das dificuldades institucionais e legais de recuperação ambiental e urbana. Araújo e Lorenzetti (2008) destacam que foi progressivamente se ampliando o número de atores sociais envolvidos nas discussões relativas, em especial, ao meio ambiente na revisão da Lei 6.766. Uma vez que o texto trazia alterações na área, considerava-se que o projeto necessitava de melhor e maior apreciação, pois o texto poderia representar um retrocesso em relação às normas ambientais.

A questão ambiental gerou resistências, criando um clima de guerra em torno do PL 3.057/00 (Bonduki, 2007). O Conselho das Cidades (ConCidades), vinculado ao Ministério das Cidades, e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, lançaram recomendações e moções em relação a ele.<sup>7</sup> Nelas, destacaram a Licença Urbanística e Ambiental Integrada e a Gestão Plena, expressando temor quanto à capacidade dos municípios; à flexibilização para o licenciamento ambien-

<sup>7</sup> A moção, assinada pela então ministra do Meio Ambiente Marina Silva, baseia-se no entendimento de que a integração das licenças de cunho urbanístico e ambiental para o parcelamento do solo se tornará uma "ferramenta prejudicial à proteção ambiental". Além disso, considera que "a junção destas licenças em um único documento a ser expedido por órgão municipal contrariará diversas disposições constitucionais e infraconstitucionais, permitindo, por exemplo, que o licenciamento ambiental ocorra fora do órgão ambiental, contrariando a política nacional do meio ambiente" (Brasil, 2008).

tal nas atividades e nos empreendimentos potencialmente poluidores; e ao parcelamento do solo, dada a dimensão e efervescência do diálogo entre os temas urbano e ambiental no projeto de lei.

Dos interesses conflitantes, de fato, no tratamento das questões urbanas, parece haver uma força que privilegia a visão antagônica de cidade e natureza (Santos Junior & Montandon, 2011). Entretanto, o PL 3.057/00 pode, por ainda ser um projeto de lei, desconstruir essa dicotomia, por meio dos conceitos inovadores que traz — pode condensar as questões ambientais e urbanas, abrangendo o caráter social e econômico e criando um círculo virtuoso em torno da apropriação e construção da cidade.

Quadro 3

Síntese comparativa entre a Lei 6.766/79 e PL 3.057/00, tendo como análise a questão ambiental.

	<b>Lei 6.766/79</b>	<b>Projeto de Lei 3.057/00</b>
<b>Antecedentes: bases jurídicas e leis ou projetos que modificaram o texto original da lei ou do PL</b>	É antecedida pelo Decreto-Lei 58/37. Teve base no antigo Código Civil de 1916. Foi modificada pelas leis 9.785/99, 10.932/04, 11.445/07, 12.424/11 e 2.608/12, possibilitando a aprovação de novos parcelamentos. Nenhuma das bases e modificações teve viés ambiental.	Tem como base a Lei 6.766/79. Nasce apoiado no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01. Ao longo de sua discussão, foram apensos sete projetos de lei e elaborados cinco projetos substitutivos. A discussão ambiental foi introduzida na sua revisão por meio de um dos projetos substitutos.
<b>Princípios norteadores</b>	Proporcionar a legalidade de novos loteamentos urbanos diante da demanda do crescimento urbano nas cidades brasileiras a partir da década de 70. Não apresenta preocupação com uma política ambiental.	Aponta um novo olhar para a realidade urbana. Propõe desafios ao crescimento urbano-ambiental, à segregação espacial, ao crescimento desordenado e à proliferação de assentamentos informais. Tem como foco a sustentabilidade urbana e a função social da cidade.
<b>Licenciamentos, análise e projetos</b>	Os projetos de licenciamento urbano são desvinculados das licenças ambientais. Apresentam sobreposições e divergências nas etapas de análise, e incongruências entre as competências licenciadoras. A lei não faz uma análise ambiental. Hoje, apenas há cobrança da licença para implantação do parcelamento.	Vislumbra o licenciamento ambiental integrado ao licenciamento urbano. Propõe a desburocratização do processo de licenciamento e integração entre autoridades, por meio de uma nova modalidade de análise de projetos, "Licenciamento urbano-ambiental integrado". Traz a possibilidade da análise de casos específicos, particulares e isolados, na implantação de novos loteamentos.
<b>Zoneamento, parâmetros e requisitos urbanísticos</b>	Tem parâmetros rígidos, priorizando a formalidade. Quanto a áreas verdes, trata das doações de áreas públicas, como vias de circulação, áreas institucionais e áreas verdes de lazer, como requisitos urbanísticos para a aprovação do parcelamento. Não considera os planos diretores e o zoneamento municipal.	Tem parâmetros flexíveis, diferenciados, considerando realidades distintas. Contém uma discussão mais elaborada sobre a sustentabilidade e o espaço público. Integra-se os Planos Diretores Municipais, permitindo novos arranjos. Possibilita a criação de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), formas de doação de áreas públicas diferenciadas, como a contrapartida, norteadas pelo zoneamento municipal e pelo Plano Diretor.

<b>Concessão de uso do solo e regularização fundiária</b>	Não trata desse assunto.	Discute a implantação do usucapião, já garantido pelo Estatuto da Cidade, e embute a “Concessão de Uso Especial” para moradores em terras da União. Propõe a regularização fundiária seguindo princípios que vão ao encontro da sustentabilidade e da função social da cidade.
<b>Modalidades de aprovação, requisitos do loteamento e desmembramento</b>	Trata de loteamento e desmembramento, respectivamente pela criação de vias e doações públicas e pela utilização do traçado urbano com isenção das doações públicas. Independente da questão ambiental	Possibilita diferentes modalidades em arranjos diversos para aprovação, como parcelamento tradicional, desmembramento, condomínio urbanístico, regularização fundiária, usucapião coletivo e regularização quadra a quadra, além de regularização de ocupações em APPs.
<b>Gestão municipal</b>	Não tem autonomia para gerir realidades de composição urbana que estejam aliadas à questão ambiental.	Propõe a “Gestão Plena” aos Municípios que tenham Plano Diretor, colegiados nas áreas de política urbana e meio ambiente, e órgão executivo nas áreas de políticas urbanas e meio ambiente.

Fonte: Elaborada pelos Autores (2016)

## O impacto da Lei 6.766/79 e efeitos do PL 3.057/00, nas diferentes estruturas de análise

Esta seção analisa o impacto da Lei 6.766/79, em vigência, contrapondo-o aos efeitos que o PL 3.057/00 poderia trazer para a construção da cidade e seus elementos estruturantes. Para a discussão da revisão da lei, tomaram-se como base sistemas urbanos que são impactados diretamente pela legislação vigente e, por consequência, pelo processo de revisão que tramita em discussão. Foram selecionados três sistemas de complexidade urbana: i) biodiversidade e serviços ambientais; ii) corpos hídricos; iii) áreas de risco; e iv) conjuntos urbanos no litoral.

### Biodiversidade e serviços ambientais

O conceito de diversidade biológica foi usado pela primeira vez em 1968, pelo conservacionista Raymon F. Dalesman, e tomou força a partir de 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, em Estocolmo. Durante os anos 1980, o termo “biodiversidade” foi adotado pela ciência e pelas políticas ambientais à luz do Fórum Americano sobre Diversidade Biológica. Desde então, o termo transcendeu seu significado original e hoje é definido como o total de genes, espécies e ecossistemas de uma região (Cardoso, 2011; Unep, 2005; Wilson & Peter, 1988).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> A biodiversidade pode ainda ser dividida em três categorias: (i) diversidade genética, que se refere à variação dos genes dentro das espécies; (ii) diversidade de espécies, que se refere à variedade de espécies de uma região; e (iii) diversidade de ecossistemas, ambientes e paisagens, resultado de fatores como os tipos de solo, a profundidade do lençol freático e o clima (Cardoso, 2011; Wilson & Peter, 1988; Barber et. al. 1992).

<sup>9</sup> A CDB foi o primeiro acordo mundial sobre a conservação e o uso sustentável de todos os componentes da biodiversidade, incluindo recursos genéticos, espécies e ecossistemas. Foi também o primeiro acordo a definir biodiversidade no contexto de questões sociais e econômicas, além de outras questões ambientais (Brasil, 2005).

<sup>10</sup> *Biodiversity hotspots* são lugares na Terra biologicamente ricos e profundamente ameaçados. No mundo, há 35 *hotspots*, que, embora representem 2,3% da superfície terrestre do planeta, abrigam mais da metade das suas espécies de plantas endêmicas — as espécies encontradas não existem em nenhum outro lugar — e mais de 40% das aves, dos mamíferos, dos répteis e dos anfíbios endêmicos (<http://www.conservation.org/How/Pages/Hotspots.aspx>).

Por sua vez, a biodiversidade urbana, para a Convenção da Diversidade Biológica<sup>9</sup> (CBD), relaciona-se diretamente aos habitats e organismos vivos que formam o sistema cidade. Uma parte considerável da diversidade biológica convive nos núcleos urbanos. As cidades, que ao se estabelecerem acabam por constituir novos ecossistemas, estão inseridas na natureza — a maioria delas está localizada em áreas ricas em biodiversidade, tais como áreas de várzea, estuários e áreas costeiras, os chamados *biodiversity hotspots*.<sup>10</sup> Isso, em última análise, é o que condiciona a existência da cidade (Andrade, 2001; Spirn, 1995; Szlavecz, Paige, & Steward, 2011).

A diversidade biológica em ambiente urbano é capaz de prover serviços ambientais relacionados à existência e qualidade da estrutura ecológica da cidade. Tais serviços ilustram as interações entre espécies, o meio ambiente e os benefícios que os seres humanos obtêm dessas interações. Eles podem ser divididos em serviços de produção, de regulação, culturais e de suporte (CBD, 1992; Millenium Ecosystem Assessment, 2005).

## Margens e corpos d'água

Desde o início das civilizações e o processo de urbanização, o homem vem ocupando as proximidades dos corpos d'água, pois estes desempenham funções ambientais e urbanas essenciais. Sendo assim, a proximidade da água orienta a estruturação da cidade ao longo da história. Swyngedoum (2001) aponta, inclusive, que é possível reconstruir o processo de urbanização e teorizar sobre ele como um processo político-ecológico cujo princípio norteador é a água.

Geralmente, quando o homem utiliza desse recurso, há modificações nas características naturais das margens de corpos d'água. Ocorre substituição da cobertura vegetal, lançamento de esgoto e resíduos sólidos, desmatamento da vegetação nativa, e ocupação irregular e desordenada. Assim, a partir da década de 60, houve uma série de projetos e iniciativas, no âmbito internacional, de valorização desses espaços. Inúmeras intervenções e revitalizações em frontais hídricos foram implementadas, incentivando o resgate da relação, da função social e do sentimento de pertencimento entre as cidades e seus corpos d'água.

As encostas susceptíveis de revitalização urbana se evidenciam em função da instalação de grandes equipamentos que são subutilizados ou que, de alguma forma, degradaram a região, tornando-se espaços

abandonados. Por exemplo, instalações portuárias ociosas, instalações industriais fechadas, instalações ferroviárias, ou até mesmo encostas que foram abandonadas devido à mudança causada nos meios fluviais (usinas, alterações de cursos de rios, criação de lagos, existência ou não de praia).

## Áreas de risco

O processo de urbanização brasileiro gerou desigualdade e exclusão social, com ocupação desordenada do solo em áreas de fragilidade ambiental. Essa situação, somada à ausência de infraestrutura urbana, intensifica cenários de degradação ambiental e insalubridade. Risco é o perigo de ocorrer um evento, um fenômeno ou uma atividade humana potencialmente danosa, aliado à vulnerabilidade, à suscetibilidade do elemento exposto ao perigo (Tominaga, 2009). As localidades mais sensíveis a catástrofes naturais são as áreas de risco dentro de um determinado assentamento urbano. O risco, nessa situação, está ligado às próprias decisões humanas, no sentido de criar um ambiente propício à catástrofe.

Por sua vez, desastres naturais são fenômenos que causam danos em áreas habitadas pelo homem. Eles resultam em danos e perdas de caráter social, econômico e ambiental, e podem ser intensificados graças às mudanças climáticas globais (Tominaga, 2009). No Brasil, a maioria dos desastres tem causa previsível — decorre de períodos de chuva intensa e se caracteriza por deslizamentos, escorregamentos, inundações etc. Por isso, faz-se necessário refletir sobre a estreita relação entre tais desastres e a estrutura das cidades brasileiras.

## Conjuntos urbanos tombados no litoral

O sistema dos conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro é analisado como composto de áreas restritivas às edificações e à expansão urbana, tendo uma relação de combate com a questão edilícia.<sup>11</sup>

São cidades que apresentam grande rigor e rigidez na legislação edilícia, com ferramentas de controle do solo urbano amparadas por leis ambientais e patrimoniais. Nessa linha, é possível verificar, devido às restrições edilícias de cunho cultural e ambiental, uma explosão periférica, na forma de ocupações irregulares ou ocorrências urbanas, nos conjuntos urbanos tombados do litoral.

Esses elementos possuem um processo de ocupação e crescimento do espaço urbano que contrastam

<sup>11</sup> No litoral brasileiro, foram catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) 27 conjuntos tombados (tratados neste artigo como elementos urbanos) — cinco deles são patrimônios culturais da humanidade, reconhecidos pela Unesco.

entre territórios formais e informais, preservados ou não. Tais elementos ocorrem de forma dinâmica principalmente nas cidades de territórios mais extensos e de malha urbana mais compacta, como é o caso de Paraty (RJ) e Aracati (CE). Esses são territórios explorados por sua potencialidade cultural e ambiental, e estão em um processo de efervescência urbana, desenvolvendo-se como centralidades e como polos atrativos de fluxos populacionais, como trabalho, lazer, habitação, importância histórica e cultural, natureza e moradias de temporada.

Essa dinâmica pode levar os elementos urbanos a índices de qualidade de vida elevados ou a um processo de degradação ambiental, quando não trabalhada de forma orientada nas políticas de planejamento territorial urbano.

## **A análise da revisão da lei 6.766/79 partindo dos sistemas de complexidade urbana, nas diferentes estruturas de análise**

Diante da realidade de ocupação e uso do solo, bem como da vigente legislação de preservação permanente, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, como a revisão do PL 3.057 se posiciona diante do uso das áreas de risco e da proteção dessas áreas contra catástrofes naturais? Como atua nos corpos d'água e nas áreas litorâneas? E como o conceito de biodiversidade urbana e os serviços ambientais a ela associados se articulam nessa revisão da lei de parcelamento e uso do solo?

### **Biodiversidade urbana e serviços ambientais**

Mesmo o mote da biodiversidade e dos serviços ambientais não tendo sido mencionado na redação do projeto de lei, entende-se que esses conceitos se articulam nele, nomeadamente na questão dos requisitos ambientais para o parcelamento do solo, da definição de diretrizes e do conteúdo para o projeto de parcelamento, da licença urbanística e ambiental integrada e da regularização fundiária sustentável.

Na revisão, o tema da biodiversidade urbana, de sua manutenção e dos serviços ambientais se articula em itens como: não admissão de parcelamento do solo para fins urbanos em área que integre unidades de conservação da natureza; exigência de as áreas destinadas a uso público contemplarem plano de arborização; e possibilidade de as APPs serem usadas como espaços livres de uso público (artigos 5, 7 e 12).

Além disso, devem ser observadas regras específicas, nomeadamente a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, em relação às Áreas de Proteção Ambiental (APAs): o empreendedor deve solicitar à autoridade licenciadora diretrizes específicas para a localização das áreas legalmente protegidas; o empreendedor tem que apresentar a localização das APPs, das áreas com vegetação arbórea e dos corpos d'água; o projeto tem que ser elaborado considerando a valorização do patrimônio natural e cultural e a reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada, preferencialmente nativa; e, mesmo nos parcelamentos de pequeno porte, os projetos devem conter áreas com vegetação a ser preservada ou recomposta e APPs (artigos 25, 26, 31 e 32).

Na licença urbanística e ambiental integrada e na regularização fundiária sustentável, a associação se dá, para além de o município ostentar a já mencionada gestão plena, na obrigatoriedade de apresentação e avaliação do impacto ambiental do projeto; e exige-se, também, licença ambiental estadual no parcelamento para fins urbanos em áreas com vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do bioma Mata Atlântica (artigo 35). A associação ocorre, ainda, na ampliação do acesso à terra urbanizada pela população, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; e na exigência de elaboração, pelo responsável, de um plano que defina as medidas necessárias para a garantia da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as compensações previstas (artigos 81 e 85).

## **Margens d'água**

Com relação aos corpos d'água, o PL 3.057/00 reformula e atualiza diversos pontos da Lei 6.766/79. Entre essas inovações, observa-se a viabilidade de o plano de bacia hidrográfica propor faixas de APPs ao longo dos corpos d'água de dimensões menores que as apresentadas em normais ambientais, em se tratando de áreas urbanas.

O capítulo 1 da revisão trata dos requisitos urbanísticos e ambientais do parcelamento do solo para fins urbanos. O artigo 5º cita as áreas onde não será admitido tal parcelamento — entre essas áreas, observa-se a restrição quanto às encostas, restringindo o parcelamento “em área que integre unidades de conservação da natureza, criadas na forma da Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000, incompatíveis com esse tipo de empreendimento”, e “onde houver proibição para esse

tipo de empreendimento em virtude das normas ambientais ou de proteção do patrimônio cultural". A Lei 9.985/00 entende por unidade de conservação o "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

De acordo com a revisão da lei, o parcelamento do solo para fins urbanos deve articular-se com as vias públicas, manter conformidade com a topografia local e garantir o acesso aos corpos d'água, às praias e às demais áreas de uso comum. É permitido que as APPs sejam tomadas como espaços livres de uso público, desde que a vegetação seja preservada ou recomposta, mas admite-se a intervenção ou omissão da vegetação de APPs nos casos previstos pelas normas ambientais.

No que diz respeito ao licenciamento, a revisão da lei diz que as autoridades podem estabelecer exigências específicas em relação às APPs situadas ao longo dos corpos d'água, incluindo faixas baixas maiores ou menores com base no plano de bacias hidrográficas previsto na Lei 9.433/97.

Das responsabilidades na implantação e manutenção do parcelamento, o projeto de lei é vago e superficial com relação às áreas que margeiam os corpos d'água. Menciona apenas que cabem ao empreendedor as medidas necessárias à recuperação das APPs e ao poder público as orientações específicas da licença ambiental integrada e estadual.

No que se refere ao projeto de parcelamento, o projeto de lei, nos artigos 25, 26, 28 e 32, exige que o empreendedor solicite às autoridades licenciadoras, por meio de requerimento específico e planta do imóvel de acordo com legislação municipal, que definam as áreas protegidas e faixas não edificáveis. Caso não haja legislação, é necessário localizar os corpos d'água, as APPs e as construções existentes.

Com relação às questões ambientais que margeiam dos corpos d'água, o artigo 128 expõe: "exclusivamente sobre os limites mínimos das APPs ao longo dos corpos d'água, ficam convalidadas as licenças municipais ou estaduais outorgadas a parcelamento do solo para fins urbanos, até a data de entrada em vigor desta Lei, com base na faixa de 15 (quinze) metros prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, desde que efetivadas as medi-

das mitigadoras e compensatórias eventualmente exigidas pelo órgão ambiental competente”.

## **Áreas de risco**

Quanto às áreas de risco, há casos de parcelamento do solo que inviabilizam fins urbanos: áreas com risco de inundação e desmoronamento, como beiras de rio e encostas de morros. Essas áreas alagadiças ou sujeitas a inundação podem ser ocupadas desde que sejam tomadas providências para assegurar o escoamento ou a contenção das águas — assim como nas áreas sujeitas a deslizamento de encosta, processo de erosão linear ou outra situação de risco, desde que sejam tomadas providências para garantir sua estabilidade.

No entanto, a maior parte dos assentamentos de baixa renda situados nessas áreas foram criados de forma desordenada e sem as devidas providências. Assim, nas áreas onde for técnica ou economicamente inviável a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos de transporte coletivo ou equipamentos comunitários, ou onde houver proibição por normas ambientais, a única opção será a remoção dessa população.

O projeto de lei apresenta iniciativas para “implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio ambiente”. Com os programas 1128 e 1136, visa “melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos urbanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano das cidades”. Uma de suas diretrizes, inclusive, foca na questão da “Prevenção de acidentes ambientais e da ocupação de áreas urbanas de risco” (diretriz 14).

Em relação à regularização fundiária sustentável, o projeto de lei aborda a necessidade de tratamento das áreas de risco, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental. Além disso, facultam-se condições para a garantia de segurança da população em situações de risco. Porém, no item da regularização fundiária de interesse social, o projeto veda a regularização de ocupações que se insiram em situações de risco. Subentende-se que a própria revisão da lei entra em contradição.

## **Conjuntos urbanísticos tombados em áreas litorâneas**

O projeto de lei, por meio de seu diálogo com a questão ambiental, articula-se com os conjuntos urbanos

tombados nos itens proteção à saúde pública, educação coletiva, conservação da cultura e direito à natureza, nomeadamente na não admissão de parcelamento do solo em áreas de conservação; na preservação e no livre acesso às praias para uso sustentável e público (especificamente na diretriz que cita a zona costeira como área de livre acesso); nos benefícios para a cidade; e na potencialização dos seus equipamentos de recreação e lazer, em especial no item referente à possibilidade de as APPs serem usadas como espaços livres de recreação e lazer e de uso público (artigos 5, 12, 20 e 21).

No contexto da revisão da legislação de uso e ocupação solo, o PL 3.057/00 poderia contribuir na reestruturação de áreas degradadas ambientalmente comprometidas pela demanda de fluxos urbanos. Assim garantiria, de forma preventiva, a conservação de estruturas com conjuntos urbanos tombados. Esse item poderia ter sido mais bem abordado nas diretrizes de regularização fundiária sustentável e de interesse social (artigos 81, 82 e 85).

Em linhas gerais, pode-se verificar a articulação entre a revisão e os quatro temas que foram postos em discussão aqui e que estão em consonância com demandas sociais atuais. Da análise feita, essa revisão poderá colaborar com o cumprimento da função social da cidade, assim como, com seus pontos inovadores, sintetizados no conceito de gestão plena, proporcionar um arranjo colaborativo legal e ágil entre as competências, ao vincular assuntos urbanos atrelados aos assuntos ambientais. Sendo assim, tornando-se lei e concretizando-se, o projeto pode auxiliar na preservação da biodiversidade, na mitigação de ocupações de margens de rios e de áreas de risco e na manutenção da história e da memória das cidades brasileiras.

Como descreve Luz (2006), os códigos constitucionais devem garantir a saúde pública, a educação coletiva, a conservação da cultura e o direito ao lazer, alinhados ao ordenamento urbano territorial, para satisfazer as necessidades humanas e assegurar um meio ambiente construído e equilibrado.

O quadro a seguir apresenta a interação dos sistemas urbanos de complexidade — biodiversidade, corpos d'água, áreas de risco e conjuntos urbanos tombados no litoral — com os artigos do PL 3.057/00.

## Quadro 4

Relação entre os sistemas urbanos de complexidade e os artigos do PL 3.057/00

Artigos	PL 3.057/00	Elementos	Análise
<b>Cap. I Art. 5º e 20 (Parcelamento do solo)</b>	Não admissão de parcelamento do solo para fins urbanos em área que integre unidades de conservação; e restrições em Áreas de Preservação Permanente e Zonas de Amortecimento de unidades de conservação.	<b>Biodiversidade urbana</b>	Proteção de variabilidade de espécies nessas áreas.
		<b>Corpos d'água</b>	Proteção dos corpos d'água.
		<b>Áreas de risco</b>	Proteção à vida. Impede a criação de novos parcelamentos nas áreas alagadiças ou sujeitas a inundação, deslizamento de encosta, processo de erosão linear ou outra situação de risco.
		<b>Conjuntos urbanos tombados no litoral</b>	Proteção à saúde pública, à educação coletiva, à conservação da cultura e ao direito à natureza.
<b>Art. 21 (Zonas costeiras)</b>	A zona costeira deve permitir acesso livre e respeitar normas.	<b>Corpos d'água</b>	Ao permitir acesso, há ocupação da APP e pode-se inviabilizar a proteção desses corpos d'água.
		<b>Conjuntos urbanos tombados no litoral</b>	Preservação e livre acesso às praias para uso sustentável e público.
<b>Art. 25, 26, 28 e 32 (Parcelamento em APP)</b>	Definições e exigências em projetos para aprovação e licenciamento de usos e parcelamento em APPs de corpos d'água. O empreendedor deve apresentar a localização das APPs, das áreas com vegetação arbórea e dos corpos d'água.	<b>Biodiversidade urbana</b>	Proteção à variabilidade de paisagens.
		<b>Corpos d'água</b>	Essas definições e exceções com relação à ocupação de margens d'água não foram apresentadas no PL. Talvez haja necessidade de abordar quais seriam essas restrições e como proceder.
<b>Art. 7 (Plano de Arborização)</b>	As áreas destinadas a uso público, no parcelamento, devem contemplar plano de arborização. Deve articular-se com o sistema viário e a topografia, e permitir acesso público.	<b>Serviços ambientais urbanos</b>	Benefícios do ecossistema obtidos pela população — ar puro, regulação climática.
		<b>Corpos d'água</b>	Utilização conjunta e compatibilizada das margens; porém, contradiz o uso da APP.

<b>Art. 14 (Faixa de APP)</b>	Faixa de APPs em corpos d'água fixadas pelo Plano Diretor, por leis ambientais e pelo plano de bacias hidrográficas.	<b>Serviços ambientais urbanos</b>	Benefícios do ecossistema obtidos pela população — regulação da água.
		<b>Corpos d'água</b>	As exigências em relação às APPs incluindo faixas maiores do que as previstas nas normas ambientais.
<b>Art. 12 (Recreação e lazer)</b>	APPs usadas como espaços livres de recreação e lazer, e de uso público, desde que a vegetação seja preservada e/ou que sejam seguidas as normas de preservação ambiental	<b>Serviços ambientais urbanos</b>	Benefícios do ecossistema obtidos pela população — recreação e lazer.
		<b>Corpos d'água</b>	Inserção de sentimento de pertencimento da população em relação aos corpos d'água; porém, há restrições dos usos das APPs pelas normas ambientais.
		<b>Conjuntos urbanos tombados no litoral</b>	Benefícios para a cidade, potencialização dos seus equipamentos de recreação e lazer.
<b>Cap. II Art. 81 e 85 (Regulação fundiária sustentável)</b>	Acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para a sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; condições para a garantia de segurança da população em situações de risco.	<b>Áreas de risco</b>	Regularização fundiária para os assentamentos irregulares, incluindo as áreas de risco. Também é garantida a segurança desses assentamentos, em relação ao risco de vida.
		<b>Conjuntos urbanos tombados no litoral</b>	Idem (áreas de risco).
<b>Cap. III Art. 82 (Regularização fundiária de interesse social)</b>	Veda a regularização de ocupações, no plano de regularização fundiária de interesse social, que se insiram em situações de risco.	<b>Áreas de risco</b>	Contradição. Impede que seja feita a regularização fundiária nas áreas de risco.
		<b>Conjuntos urbanos tombados no litoral</b>	Idem (áreas de risco).

Fonte: Elaborada pelos Autores (2016)

## Recomendações

Conforme foi analisado, de fato, o tema meio ambiente ganhou bastante relevância na elaboração e redação, e em todo o processo de tramitação, que ainda continua, do PL 3.057/00. No entanto, persistem lacunas a respeito da questão ambiental que estabelecem desafios fundamentais:

- fazer considerações mais específicas de normas e leis mais claras sobre cidades, condomínios e residências que surgiram em margens de corpos d'água (rios, lagos naturais ou artificiais), pois, de modo geral, eles não seguem faixa de APP;
- agregar à revisão diretrizes voltadas para a salvaguarda da biodiversidade urbana, com a manutenção de corredores verdes e a mitigação da fragmentação da paisagem e contenção do espraiamento da cidade; e valorizar iniciativas que preservem os serviços ambientais urbanos, como limites para a impermeabilização e o uso de pavimento permeável, limites de supressão de vegetação e incentivo ao ajardinamento para além da função estética;
- acrescentar, na questão de manter a população de baixa renda nas áreas de risco, o tratamento dessas áreas com novas tecnologias de implantação de infraestrutura;
- sobre o tombamento, integrar de forma mais objetiva as regularizações fundiárias em áreas de patrimônio cultural aliadas ao tema da sustentabilidade;
- em termos gerais, agregar à obrigatoriedade de definição nos planos diretores das áreas possíveis de parcelamento a definição de coeficientes de áreas públicas e áreas de preservação e lazer. Além disso, incluir os assentamentos e as áreas de interesse social e considerar a integração entre as legislações ambientais e urbanísticas no que diz respeito à produção de novos parcelamentos e à regularização de parcelamentos existentes.

## **Considerações finais**

No PL 3.057/00, a questão ambiental é considerada de maneira mais objetiva, direta e clara do que no marco regulatório que o precede, a Lei 6.766/79. O PL 3.057/00 versa sobre a questão de risco de catástrofe natural nas áreas de sensibilidade ambiental, mesmo que preventivamente. Aborda ainda a proibição de novos assentamentos em determinadas áreas, sendo elas de risco à população ou ao meio ambiente, assim como garante a segurança destes nos assentamentos existentes; porém, impede o tratamento e a regularização das áreas de risco. Em linhas gerais,

o PL consegue articular-se, em alguns aspectos, com a proteção da biodiversidade urbana e a manutenção dos serviços ambientais associados. Além disso, no que alude às margens d'água, este reformula e atualiza pontos da antiga lei.

Já na estrutura dos conjuntos urbanos tombados, a lógica da atual lei ainda gera situações de passivo, longe dos olhos de gestores públicos, que tendem a anular seus potenciais cultural e natural. E ainda se carece de uma melhor articulação com os órgãos do patrimônio histórico e cultural, podendo culminar em polaridades caso se aprove a revisão da lei.

Não obstante, observou-se certa recorrência do projeto de lei em apresentar questões complementares e/ou conflitantes com outras leis — entre elas, as regras sobre as APPs inseridas no perímetro urbano. É necessária a compatibilização entre as normas ambientais e urbanísticas para que não haja dúvidas e lacunas em sua aplicação e fiscalização.

Um longo percurso separa a Lei 6.766/79 de seu Projeto de Revisão 3.057/00, e nesse percurso quatro momentos podem ser destacados: primeiro, a constatação de que o marco regulatório urbanístico tinha cumprido seu papel, primordial, pertinente e determinante, na estruturação das cidades brasileiras; segundo, a aceitação de que a lei necessitava ser revista, atualizada e adequada às demandas que a sociedade contemporânea criou e continua a criar; terceiro, o processo de revisão, de fato, e os dilemas envolvidos, suas idas e vindas em comissões, as revisões, as redações e os substitutivos, as moções de repúdio e as resoluções, e sobretudo seus aspectos inovadores, que podem vir a ser introduzidos caso o PL vire lei: licença urbanística e ambiental integrada, regularização fundiária sustentável e, principalmente, gestão plena.

O quarto momento de destaque refere-se ao conceito inovador de gestão plena, que se torna fundamental no diálogo dessa revisão com a questão ambiental. A gestão plena forçaria os municípios a terem órgãos colegiados e executivos ambientais, para além de plano diretor participativo e órgãos de política urbana. Daí se pode gerar o turning point, ou seja, o fator de relevância fulcral na composição e construção de um planejamento, ordenamento, parcelamento e uso do solo que se faça com ênfase na manutenção da natureza e que estabeleça um diálogo mais sinérgico entre o urbano e o natural.

Assim, conclui-se que se poderá transcender o marco regulatório urbanístico atual, embora se entenda

ser difícil, ao conseguir isso, não transgredir os diversos interesses que rondam o tema e que tanto lucro têm gerado para parte da sociedade brasileira. Mas a transcendência poderá ocorrer à medida que os interesses convergirem para o entendimento de que o bem maior é o lugar e seus habitantes.

### Agradecimentos

Agradecemos ao Prof. Dr. Benny Schvarsberg, da disciplina de Planejamento Urbano e Regional Brasileiro no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, FAU, UnB, Brasília – BR.

### Referências

- ANCONA, A. L. (2002). *Direito ambiental, direito de quem? Políticas públicas do meio ambiente na metrópole paulista*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANDRADE, R. V. (2001). *O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ARAÚJO, S. M. V., & LORENZETTI, M. S. B. (2008). O parcelamento do solo e a responsabilidade territorial urbana. *Cadernos Aslegis*, (34), 13-38.
- BARBER, C. Miller, K. Reid, W. (1992). *Estrategia Global Para la Biodiversidad - Guia para Quienes Toman Decisiones*. WRI/UICN/PNUMA, Washington, DC.
- BONDUKI, N. (2007). O papel do legislativo na formulação da política urbana: conflitos e interesses na tramitação da lei de responsabilidade territorial na Câmara dos Deputados. In: S. Feldman, A. Fernandes (Orgs.), *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios* (pp. 331-348). Salvador: EDUFBA.
- BONDUKI, N., & KOURY, A. P. (2007). Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Anais do XII ENANPPUR*, Belém, PA, 12.
- BRASIL. (2005). *A convenção sobre diversidade biológica: entendendo e influenciando o processo. Um guia para entender e participar efetivamente da oitava reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8)*. Produção: Tony Gross. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- BRASIL. (2008). *Moção n. 087, de 14 de janeiro de 2008*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado em 26, novembro, 2015 de <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=549>.
- CARDOSO, M. (2011). *Biodiversidade urbana: seleção e caracterização de indicadores para Lisboa*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CBD. Convention on Biological Diversity. (1992). *The Convention*. United Nations. Recuperado em 29, novembro, 2015 de <http://www.cbd.int/convention/text/default.shtml>.
- CENEVIVA, L. L. V. (1994). *Loteamentos urbanos e propriedade da terra: evidências coletadas a partir da regularização de loteamentos no município de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOUVÊA, D. C., & RIBEIRO, S. B. (2005). Reflexão sobre o processo de revisão da Lei Federal 6766/79. *Boletim do IRIB em Revista*, 323, 175-185.

- LEFF, E. (2003). Pensar a complexidade ambiental. In: E. Leff (Org.). *A complexidade ambiental* (pp. 15-64). São Paulo: Cortez.
- LEONELLI, G. C. V. (2010). *A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do sec. XX a 1979*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LUZ, E. M. T. (2006). A competência municipal em matéria de proteção ao meio ambiente artificial: o confronto entre o mundo do ser e do dever ser. *Jus Navigandi*, 10(984). Recuperado em 10, agosto, 2015 de <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/ane-xos/15143-15144-1-PB.htm>.
- MARICATO, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.
- MARICATO, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MASCARENHAS, M. P. (2012). *Projeto de lei de responsabilidade territorial urbana: a construção de um referencial normativo comum em torno do parcelamento do solo urbano e da regularização fundiária sustentável*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MILLENNIUM Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and human well-being: synthesis*. Washington, DC: Island Press.
- MUKAI, T. (2000). *Direito urbano-ambiental brasileiro*. São Paulo: Dialética.
- PASTERNAK, S. (2010). Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. *Planejamento e Políticas Públicas*, (34), 131-170.
- REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- SANTOS Junior, O. A. dos, & MONTANDON, D. T. (Orgs.). (2011). *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Cidades/IPPUR/UFRJ.
- SPIRN, A. W. (1995). *O jardim de granito*. São Paulo: Edusp.
- SZLAVECZ, K., Paige, W., & STEWARD, P. (2011). Biodiversity on the urban landscape. In: R. P. Cincotta, & L. J. Gorenflo. *Human population: its influences on biological diversity* (pp. 75-101). Berlin: Springer.
- TOMINAGA, L. K., Santoro, J., & AMARAL, R. do (Orgs.). (2009). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico. Recuperado em 25 março, 2011, de <http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>.
- UNEP. United Nations Environment Programme. (2005). *Urban biodiversity*. Recuperado em 27, novembro, 2015 de [http://www.unep.org/urban\\_environment/issues/biodiversity.asp](http://www.unep.org/urban_environment/issues/biodiversity.asp).
- WILSON, E. O., & PETER, F. M. (Eds.). (1988). *In BioDiversity*. Washington: National Academy Press.

# Teresina, Piauí: Da paisagem verde aos dias de hoje

*Maísa Veloso Rio Lima, Gilda Collet Bruna*

RIO LIMA, Maísa Veloso; BRUNA, Gilda Collet. Teresina, Piauí: Da paisagem verde aos dias de hoje. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 160-181, nov./dez. 2017

data de submissão: 24/10/2016  
data de aceite: 07/02/2016

**Maísa Veloso Rio Lima** é Mestranda em Arquiteta e Urbanista; Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; maisariolima@gmail.com

**Gilda Collet Bruna** é Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie gildacbruna@gmail.com

## Resumo

Desde os primórdios a ocupação do território pelo homem esteve ligada à natureza e os seus recursos naturais. Teresina, capital do estado do Piauí, foi idealizada e implantada em um local onde a presença de seus dois rios favorecia o crescimento econômico da nova capital. A expansão de Teresina manteve-se lenta e respeitando a natureza ali presente até o ano de 1950, quando a política de desenvolvimento do país proporcionou um rápido crescimento e uma ocupação desordenada do solo urbano, sem considerar o meio ambiente ali presente. O presente artigo tem como objetivo relacionar sua fundação e sua expansão até os dias de hoje com a presença dos rios, seu relevo e sua vegetação partindo do pressuposto que os mesmos foram fatores determinantes para a sua configuração urbana atual e para as ações políticas existentes até o presente. A demanda por espaço, habitação e urbanização foi modificando o ecossistema natural de Teresina. O estado tornou-se o maior modelador do espaço urbano, com suas políticas habitacionais e planos urbanísticos.

**Palavras-chave:** recursos naturais; urbanização; expansão urbana.

## Abstract

*Since the beginning, the occupation of territory by man was linked to nature and the natural resources. Teresina, capital of Piauí State, Brazil, was designed and implemented in a location where the presence of two important rivers favored the economic growth of the new capital. The expansion of Teresina remained slow and it had been respecting the environment by the year 1950, when the Brazil's development policy provided a rapid growth and a disorderly occupation of land, without considering this environment. This article aims to relate the foundation of Teresina and its expansion with the presence of the rivers, their relief and vegetation starting from the assumption that they were determining factors for the urban configuration and for the municipal political actions. The demand for space, housing and urbanization modified the natural ecosystem of Teresina. The state became the largest shaper of urban space with their housing policies and urban plans.*

**Keywords:** natural resources, urbanization, urban expansion.

## Resumen

*Desde los primordios la ocupación del territorio por el hombre estuvo ligada a la naturaleza y sus recursos naturales. Teresina, capital del estado de Piauí, fue idealizada e implantada en un lugar donde la presencia de sus dos ríos favoreció el crecimiento económico de la nueva capital. La expansión de Teresina se mantuvo lenta y respetando la naturaleza allí presente hasta 1950, cuando la política de desarrollo del país proporcionó un rápido crecimiento y una ocupación desordenada del suelo urbano, sin considerar el medio ambiente allí presente. El presente artículo tiene como objetivo relacionar su fundación y su expansión hasta los días de hoy con la presencia de los ríos, su relieve y su vegetación partiendo del supuesto que los mismos fueron factores determinantes para su configuración urbana actual y para las acciones políticas existentes hasta el presente. La demanda por espacio, vivienda y urbanización fue modificando el ecosistema natural de Teresina. El*



*estado se ha convertido en el mayor modelador del espacio urbano, con sus políticas habitacionales y planes urbanísticos.*

**Palabras clave:** recursos naturales; urbanización; expansión urbana;

## Introdução

**D**esde os primórdios a ocupação do território pelo homem esteve ligada à natureza e os seus recursos por sua capacidade de proporcionar ao ser humano a retirada de suprimentos para sua vida, tais como água, alimentação, lazer, entre outros. Ao se utilizar destes recursos, o homem torna-se um agente transformador do meio-ambiente, uma vez que, segundo Adler e Tanner (2013, p.12) criam uma série de mudanças simultâneas, tais como: represamento de rios, construções, deslocamento de recursos, alteração do clima, dentre outras. Mesmo com tais transformações, a paisagem natural, seja ela existente ou transformada, moldou a forma como os núcleos urbanos se desenvolveram, tanto em termos de expansão territorial quanto em relação as ações públicas envolvendo os ecossistemas urbanos.

Teresina, capital do estado do Piauí, uma cidade planejada durante o período imperial no Brasil, foi construída estrategicamente para o crescimento econômico do estado. Fundada em 16 de agosto de 1852 no planalto existente à margem esquerda do rio Parnaíba, essa região, escolhida por Conselheiro Saraiva, Presidente da Província do Piauí, tratava-se de um ponto estratégico para escoamento dos produtos comercializados através da navegação e um local seguro, garantindo fuga às constantes enchentes que ocorriam na região da vila de pescadores instalada nas proximidades, a Vila do Poti. Além disso, a vegetação rasteira presente no local facilitava a construção, uma vez que não era necessário o desmatamento.

A expansão de Teresina manteve-se lenta e respeitando a natureza ali presente até o 1950, ano no qual, Segundo Melo e Bruna (2009, p.3595) o Brasil sofre por um processo acelerado de urbanização e Teresina apresenta um significativo aumento demográfico. O crescimento da cidade pode ser possível após os planos de infraestrutura do governo, tais como a construção da Ponte dos Noivos, implantação de novos loteamentos e conjuntos habitacionais. Estes não mais consideravam a natureza presente, acarretando posteriormente em diversos impactos ambientais causados por esta acelerada urbanização.

Partindo dessas informações, o presente artigo procura relacionar a fundação de Teresina e sua expansão até os dias de hoje com a presença dos rios, seu relevo e sua vegetação partindo do pressuposto que os mesmos foram fatores determinantes para a sua configuração urbana atual e para as ações políticas existentes até o presente. Faz-se importante entender como se deu sua urbanização e como seu meio ambiente natural alterou-se ao longo dos anos, moldando a configuração espacial de Teresina, bem como os planos urbanísticos atuais. A pesquisa terá como base os estudos publicados à respeito de sua urbanização, a composição do meio ambiente teresinense, seus impactos e as ações da administração pública ao longo do período que inicia-se com sua fundação até os dias atuais.

## Teresina até 1950

A ocupação do território brasileiro, bem como de seu interior, deu-se através da exploração de seus recursos. O estado do Piauí, localizado na região nordeste do país teve seu desbravamento relacionado à conquistadores de terra em busca de novas áreas para a expansão da agropecuária, que partiam em expedições financiadas pela Casa Torre<sup>1</sup> com o objetivo de escravizar índios e desbravar os sertões. A criação de gado, considerada, até então, o mais importante suporte da economia piauiense, foi responsável pelo surgimento de muitas fazendas, freguesias e vilas por todo território.

A ocupação do território piauiense resultou da expansão da pecuária, que ali encontrou várias condições favoráveis no seu desenvolvimento, melhores do que havia nos sertões da Bahia. Destacam-se nas terras piauienses, dentre outras: a) a disponibilidade de terras, que foram repartidas em grandes propriedades, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais permanentes; b) chuvas mais abundantes e com melhor distribuição; c) as facilidades de instalações das fazendas para as quais dependiam poucos esforços, não somente de equipamentos, mas também de recursos humanos, na medida em que com um número reduzido de pessoas era possível colocar em funcionamento uma fazenda de criação de gado. (ALVES, 2003, p.67)

Conforme afirma Alves (2003, p. 58) a ocupação das terras do Piauí ocorreu na segunda metade do século XVII e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canidé, Paraim e Gurguéia. A primeira capital do estado, Oeiras, que foi fundada na Vila do Mocha em 1758, também se localizava às margens do Rio Piauí. Tais fatores apontam que a água foi um direcionador da ocupação dos sertões, conduzindo os rebanhos de gado até meados do século XVIII, época na qual a atividade pecuarista aponta os primeiros sinais de declínio.

<sup>1</sup> Instituição fundada e administrada pela família Ávila, na Bahia, conquistadora de terras para criação de gado na região dos sertões.

A crise profunda e progressiva da pecuária no Piauí, ocorrida no século XIX, tornou-se um modificador da ocupação territorial do espaço. Tal decadência deve-se principalmente pelo caráter rudimentar de seu modelo, baseado em uma atividade de exploração extensiva em grandes latifúndios. Os núcleos urbanos eram escassos, dificultando também as relações comerciais. Segundo Alves (2003, p.73) o gado era vendido por um preço mais elevado em razão dos custos e dos transportes e chegava nas feiras longínquas cansado e magro. A posição geográfica da capital Oeiras dificultava as relações com as outras regiões e o escoamento da produção. Diante da impossibilidade de Oeiras continuar sendo a capital do Piauí, devido ao declínio da economia pecuária, chegou-se a conclusão que era necessário o planejamento da mudança da capital. (MACHADO et al. 2015, p. 04)

O objetivo era construir um centro urbano no Piauí que, além de trazer o almejado progresso, tirasse hegemonia comercial da cidade de Caxias, localizada no estado vizinho do Maranhão, em relação às cidades piauienses, conforme afirma Braz e Silva (2012, p. 229).

Na viagem que fez ao Norte da província, de estudo de observação, conheceu o Sr. Saraiva, muito bem que só o município do Poti era capaz de oferecer maior garantia à mudança, garantia de presente e ainda mais de futuro, que tão prudente e sabiamente estudou e calculou. Assim pois o município do Poti foi escolhido, pela sua bela situação topográfica, e por grande número de outras razões, para receber a capital da província. (ALENCASTRE, 1981, p.128)

Assim, Teresina teve seu local escolhido no ano de 1852 pelo Conselheiro Saraiva, Presidente da Província do Piauí, na vila de pescadores denominada Vila do Poti, próximo à confluência dos rios Parnaíba e Poti.

Devido ao problema enfrentado pelos habitantes da Vila do Poti com as constantes inundações, o local para a construção da nova cidade foi escolhido para situar-se situado à margem direita do Rio Parnaíba, à exemplo das Figura 01 e 02.

A localidade denominada Chapada do Corisco é caracterizada por sua cota acima do nível do rio, mais elevada que a região do encontro dos rios, onde localizava-se a antiga vila de pescadores. Teresina nasceu de um exuberante pedaço de natureza que lhe deu uma beleza singular: emoldurada por dois grandes rios que se abraçam (LIMA, 2002, p. 186).

Entre as vantagens do local escolhido, cita-se: as facilidades de se utilizar o Rio Parnaíba como meio de navegação para concretizar as relações políticas e comerciais<sup>1</sup> ; a to-

pografia do local, favorável à implantação da cidade, pois dispensava grandes custos – era uma chapada coberta de vegetação rasteira, solo em capim e faveiras (MONTEIRO, 1987b); a morfologia regular estendia-se por quatro léguas quadradas (FREITAS, 1988), adequando a região ao propósito em quatro léguas quadradas (FREITAS, 1988), adequando a região ao propósito em termos de dimensões; a única irregularidade existente – o declive para o rio – e a distância entre o local escolhido e a Barra do Poti (FREITAS, 1988) protegeriam a região contra inundações; o terreno, em parte pedregoso e em parte argiloso, forneceria matéria-prima apropriada à construção das edificações; e, por fim, não havia embaraços quanto à questão da propriedade do terreno, pois a área em questão pertencia a um único proprietário, o coronel Francisco da Cunha Castello Branco, abastado fazendeiro da cidade de Campo Maior (CHAVES, 1998). A existência de apenas um proprietário era ponto favorável em um processo de desapropriação. (BRAZ E SILVA, 2012, p. 219)



Figura 01

Mapa do estado do Piauí, localizando a antiga capital Oeiras e a nova capital Teresina.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Google Earth.

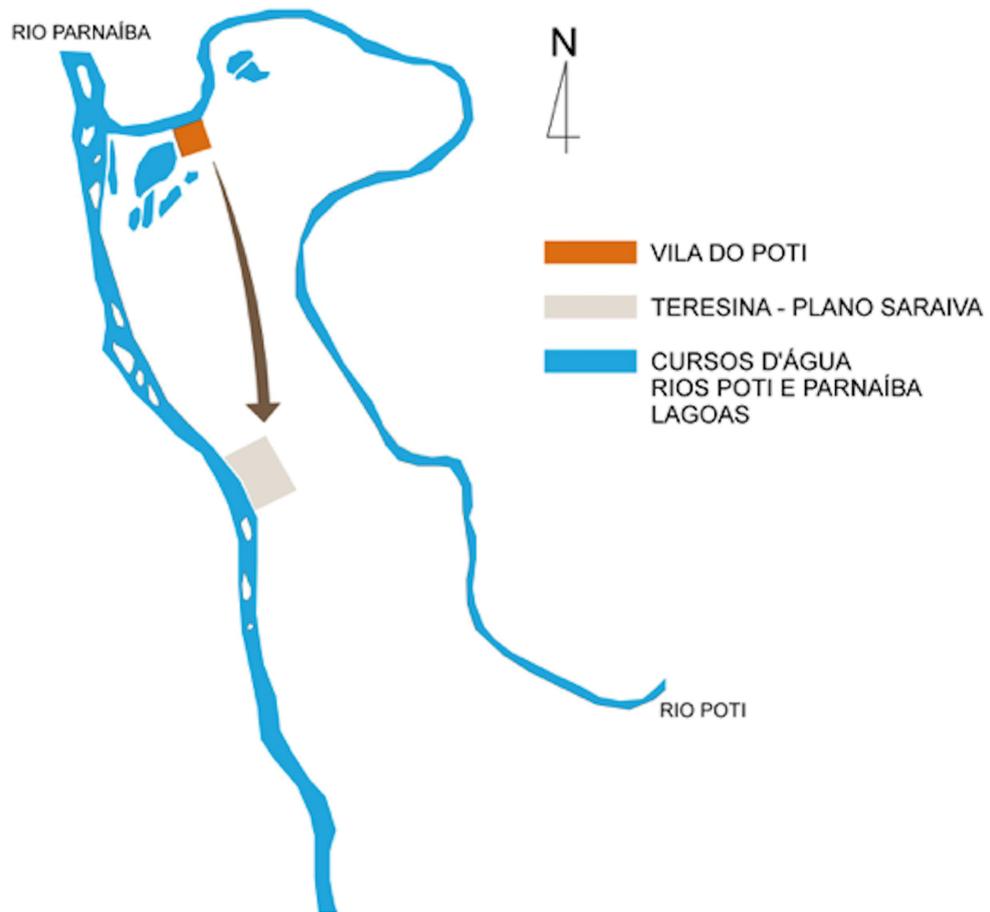


Figura 02  
Local escolhido para implantação de Teresina  
Fonte: elaborado pela autora à partir de Braz e Silva, 2012, p: 219.

Segundo Braz e Silva (2012, p. 218), Teresina foi uma capital planejada e constituída sob o regime imperial. Em sua concepção inicial a malha urbana formava um sistema ortogonal. Embora instituída no período imperial, o seu traçado, denominado Plano Saraiva, seguia o padrão urbanístico aos moldes coloniais: primeiro demarcava-se a praça central (no plano de Teresina equivale à Praça Marechal Deodoro da Fonseca, popularmente conhecida como Praça da Bandeira) e as demais edificações públicas ao seu redor e com forte presença da Igreja (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo – considerada o marco-zero da cidade). Os lotes eram padronizados, não excedendo 100 quarteirões, o que se associava ao cuidado com os aspectos técnicos, como densidade, superfície, fluxo e dimensões. (BRAZ E SILVA, 2012, p. 230)

Os lotes urbanos assemelhavam-se à pequenas chácaras, com amplos quintais para criação de animais e plantio de árvores. Contudo, a preocupação com as áreas verdes da cidade na época de sua criação denotava apenas razões estéticas.

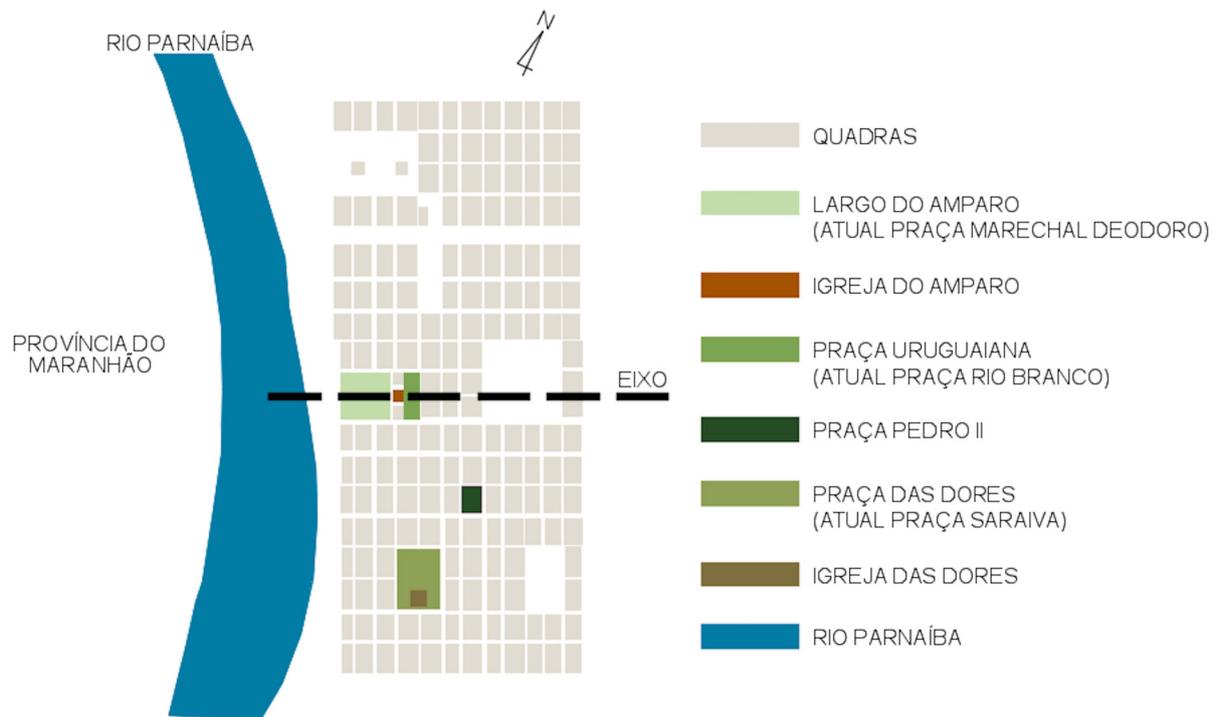


Figura 03

Croqui do Plano Saraiva

Fonte: Elaborado pela autora à partir de Monteiro, 2015, p: 58

No período de sua formação, Teresina cresceu rapidamente; pois dois anos depois de fundada, a cidade já contava com uma população de cerca de 8.000 habitantes. Esse crescimento foi estimulado pelo aforamento dos terrenos situados nas ruas planejadas, ficando muitas famílias com a área de uma quadra inteira para suas residências. A maioria das quadras, ou quarteirões, media 40 x 40 braças, passando a formar verdadeiros pomares urbanos. Nesses primeiros tempos, a verdade da cidade, formado pelos pomares particulares, praças e ruas arborizadas, de tão expressivo, chamava a atenção dos visitantes, por isso, recebido a denominação de "cidade verde" do poeta maranhense Coelho Neto, quando visitou a cidade em 1899. (LIMA, 2002, p:184)

As coordenadas geográficas da cidade de Teresina próximas à linha do Equador – latitude 05° 05' 21" Sul e longitude 42° 48' 07" Oeste – revelam que a cidade possui um clima quente. Conforme estudo elaborado por Castelo Branco (2001), as cidades de clima quente devem dispor suas ruas em direção aos ventos dominantes e possuir largura suficiente para promover a circulação do ar, sendo o vento dominante em Teresina oriundo da direção sudeste. Segundo Braz e Silva (2012, p:221), o Plano Saraiva dispõe suas ruas nas direções Sudeste/Noroeste e Sudoeste/Nordeste, concluindo que os eixos do traçado possivelmente não foram definidos considerando à orientação dos ventos.

Os princípios urbanísticos utilizados na concepção do plano de Teresina são: o caráter paisagístico e am-

biental; o propósito cenográfico de exploração da paisagem fluvial; a geografia do sítio como elemento definidor do traçado; a busca por uma disposição ordenada e equilibrada, distante dos arruamentos irregulares; o balizamento do núcleo gerador da malha pelo complexo praça/igreja, morfologia tipicamente seiscentista; implantação das edificações e do arrumamento ajustada segundo a orientação Oeste/Leste, e a proteção ambiental contra enchentes, percebida na implantação das edificações com distanciamento das margens do rio. (BRAZ E SILVA, 2012, p:233)

A presença das áreas verdes valorizadas pelas praças e pomares particulares, segundo Lima (2002, p:185) provavelmente favorecia maior conforto térmico, redução da poluição do ar e do consumo de energia, além de propiciar beleza paisagística e elevação da autoestima da população.

A primeira expansão da malha urbana de Teresina se deu em direção ao norte, após a desativação do cemitério primitivo e a construção de um novo cemitério, chamado São José, em 1862, apenas 10 anos após sua fundação. Esta foi a primeira quebra da planura do relevo: houve a transposição de um vale existente, chamado "Baixa da Égua", nome dado pelos moradores locais por se tratar de uma região onde havia uma pousada – construída pelo Governador Landri Sales – que servia de parada de descanso para os homens e para os animais de carga que transportavam produtos para o centro da cidade. Segundo Lima (2002, p:187), os sítios e as fazendas foram se incorporando à cidade, fazendo nascer bairros com traçado de ruas e avenidas que não mais obedeciam à forma tabuleiro de xadrez. A forma urbana tonou-se de caráter espontâneo, comprometendo o plano inicial regular.

Deste modo começaram a surgir outros problemas ambientais na cidade, provocados, principalmente, pela ocupação urbana e pela utilização da drenagem, pois com a expansão dos serviços de calçamento, as lagoas e os vales dos riachos (chamados de "grotas" ou "grotões") foram sendo pavimentados, formando as primeiras "baixas" do relevo do sítio urbano, ainda sem ter um sistema adequado de galerias. (LIMA, 2002, p:187)

A instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, localizada entre a Baixa da Égua e o Rio Parnaíba, contribuiu para o povoamento ao seu redor pelos operários, e conforme Moura (2006, p:100) afirma, as casas dos operários eram caracterizadas por sua estrutura precária, podendo ser comparadas hoje aos barracos de uma favela.

Até a segunda metade do século XIX a base econômica do estado ainda se baseava na produção pecuária

ria, sendo este um fator também determinante para o início da expansão da capital. No ano de 1929, a construção do Matadouro na planície de inundação do Rio Parnaíba, incentivou a construção da “estrada do gado”, interligando a zona norte à zona sul, e assim, possibilitando a urbanização em suas margens, passando a contornar o centro da cidade. Contudo, a urbanização ainda era lenta.

O processo de urbanização no Piauí não teve grande expressão, como se esperava, com a transferência da capital para Teresina. Além disso, não aconteceu uma articulação regional que viabilizasse a sustentação econômica da capital, e conseqüentemente, da própria organização econômica e social do estado. (FAÇANHA, 1998, p:25)

Após o ano de 1900, iniciou-se uma nova dinâmica espacial no estado do Piauí. Após o declínio da pecuária, o extrativismo aparece como nova fonte para a economia do estado. Façanha (1998, p:26) explica que tal período trouxe modificações importantes para a organização espacial do Piauí: a exportação da maniçoba<sup>2</sup>, da cera de carnaúba<sup>3</sup> e do babaçu<sup>4</sup> consolidou a área centro-norte. O rio Parnaíba torna-se o grande meio de comunicação entre as cidades propulsoras de desenvolvimento: Parnaíba, União, Teresina, Amarante e Floriano. O período econômico favorável possibilitou que as famílias da elite local se transferissem do centro antigo para a Avenida Frei Serafim, caracterizada por sua arquitetura eclética e sua extensa arborização. Iniciou-se expansão do centro comercial de Teresina e a instalação mais significativa dos primeiros serviços urbanos, como calçamentos, galerias pluviais, água encanada e iluminação pública a querosene. (LIMA, 2002, p:191)

Teresina teve, até metade do século XX, um crescimento para as regiões norte e sul, uma vez que a sua característica geográfica em forma de península impossibilitava o crescimento para as demais áreas. A presença dos rios, neste momento, limitava a expansão urbana.

## **Pós 1950: política de desenvolvimento e expansão urbana**

Após o ano de 1950, o estado do Piauí e a capital apresentam uma nova dinâmica. Segundo Façanha (1998, p:29), a nova conjuntura nacional e regional que estava se implantando naquele momento iria contribuir para que ocorresse o desenvolvimento do estado, consolidando a cidade de Teresina como a principal do estado. O autor considera a década de 50 como um “divisor de águas” no processo de evolução da capital.

<sup>2</sup> Arbusto nativo da caatinga encontrado no semiárido nordestino e centro oeste do Brasil.

<sup>3</sup> Cera retirada das folhas da palmeira carnaúba, presente nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Comumente utilizada para cobertura de pisos, automóveis, tintas, vernizes, entre outros.

<sup>4</sup> Palmeira presente em abundância na região dos estados de Mato Grosso, Goiás Tocantins, Maranhão e Piauí. Seu fruto pode ser utilizado em diversas formas, tais como para fabricação de farinha e óleo.

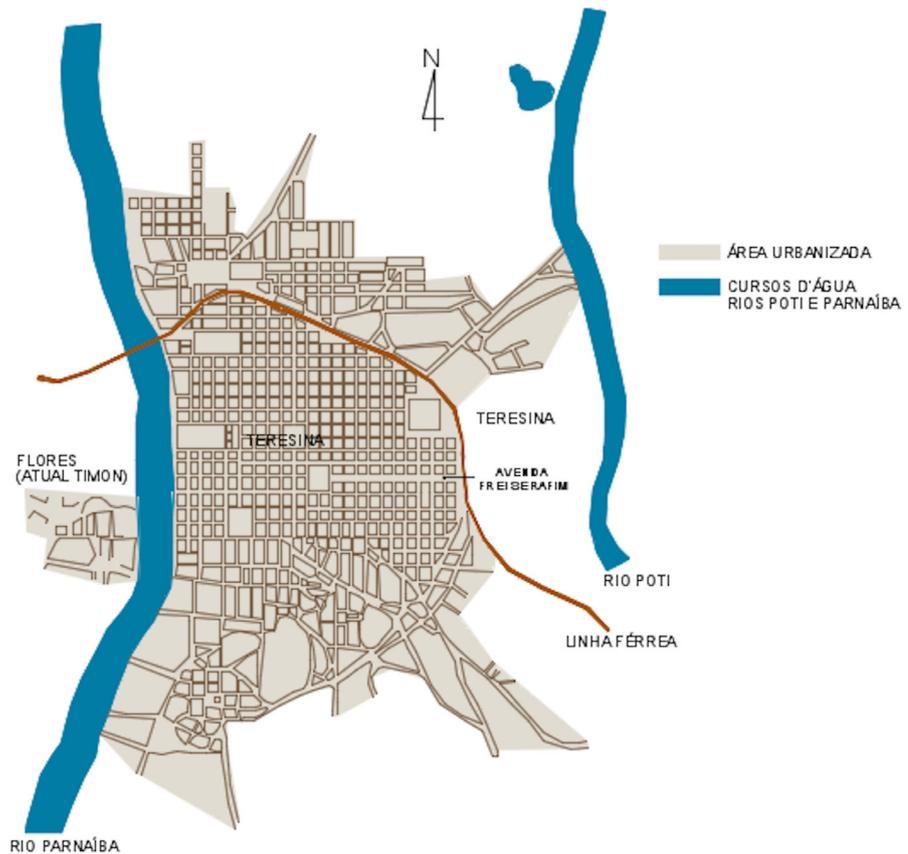


Figura 04  
Planta de Teresina em 1940  
Fonte: Elaborado pela autora à partir de Monteiro, 2015, p: 59

Neste período, todo o Brasil sofre um acelerado processo de urbanização. O Plano de Metas, criado pelo presidente Juscelino Kubitschek, consistia em acelerar o desenvolvimento do país através da modernização, da implantação de infraestruturas (tais como as rodovias, hidrelétricas e aeroportos) e da industrialização. Tal plano consolidou o governo estadual como um agente modelador do espaço urbano. Melo e Bruna (2009, p:3595) afirmam que não só em Teresina, mas a economia Piauiense sempre dependeu do estado para sua expansão.

Paralelamente à construção dessas rodovias, os reflexos da implantação de outros equipamentos e serviços públicos, decorrentes da política de planejamento nacional e regional de desenvolvimento, trouxeram muitos benefícios ao Piauí, embora em menor expressão aos demais estados nordestinos, no bojo da qual foram citadas a SUDENE e o Banco do Nordeste, através da organização a nível local de algumas empresas de economia mista e da construção da barragem da Boa Esperança, no rio Parnaíba, que integrou o sistema CHESF – Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco. (LIMA, 2002, p:193)

Também após os anos de 1950, foi-se observado uma taxa de crescimento populacional superior à 5% ao

ano, resultante de um contingente migratório do interior do estado para a capital. Esta migração foi favorecida pela construção das rodovias que interligavam a capital ao interior do estado. Dentro de sua zona urbana, a capital também recebe investimentos: o obstáculo causado pela existência dos dois rios para a expansão da cidade, após a política desenvolvimentista, pode ser ultrapassado através da construção da ponte dos Noivos, sobre o rio Poti, criando novos bairros. A instalação de vários conjuntos habitacionais, resultante da política habitacional delineada pelo Estado, proporcionou o desenvolvimento da indústria da construção civil e estimulou ainda mais o avanço territorial para a zona sul e norte da cidade, especialmente para as áreas de relevo mais baixo, suscetível à inundações. Segundo Lima (2002, p:193) tal política contribuiu tanto para o preenchimento de muitos espaços vazios, bem como para gerar outros.

Destaca-se que o crescimento de Teresina ocorreu em grande parte devido à construção destes vários conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, financiados pelo BNH. Estes conjuntos habitacionais surgiram como novos bairros para os quais se levava a infraestrutura básica necessária, inclusive as vias de acesso. São construções que hoje integram enormes bairros já incorporados ao tecido urbano, mas que na ocasião de sua construção estavam totalmente desconectadas da área urbana. Situavam-se em locais ermos e desérticos, formando verdadeiras cidades-dormitórios que foram implantadas à partir de terraplanagens excessivas, com graves danos ambientais. (MELO E BRUNA, 2009, p:3600)

A promulgação do I PET – Plano Estrutural de Teresina – no ano de 1977, definindo uma área mínima dos lotes urbanos da zona leste com área superior aos demais bairros e a obrigatoriedade do recuo para as edificações inseridas nos mesmo, bem como a instalação da Universidade Federal do Piauí, segundo Lima (2002, p. 194), aumentaram a atração da população de classes alta e média-alta para esta nova área urbana. Neste momento, a especulação imobiliária estimulava à ocupação desta zona através do slogan “área nobre de clima frio” devido à forte presença de arborização, utilizando o fator natureza como atrativo para a ocupação. Mais uma vez, o estado aparece como um modelador do espaço urbano, trazendo consigo também a segregação sócio-espacial. Os planos urbanos direcionaram a expansão da malha urbana, originando duas segregações, conforme o estudo de Leal Júnior (2014, p:132). A primeira segregação deu-se de forma não desejada: a camada de menor renda familiar ocupava as zonas de relevo mais baixo na cidade, próximas as áreas de vales e lagoas, suscetíveis à inundações provocadas anualmente pelas

cheias dos rios. A segunda deu-se de forma desejada: a população de renda alta ocupava a área plana, de relevo elevado, isolado de inundações, criando a base da configuração atual da cidade.

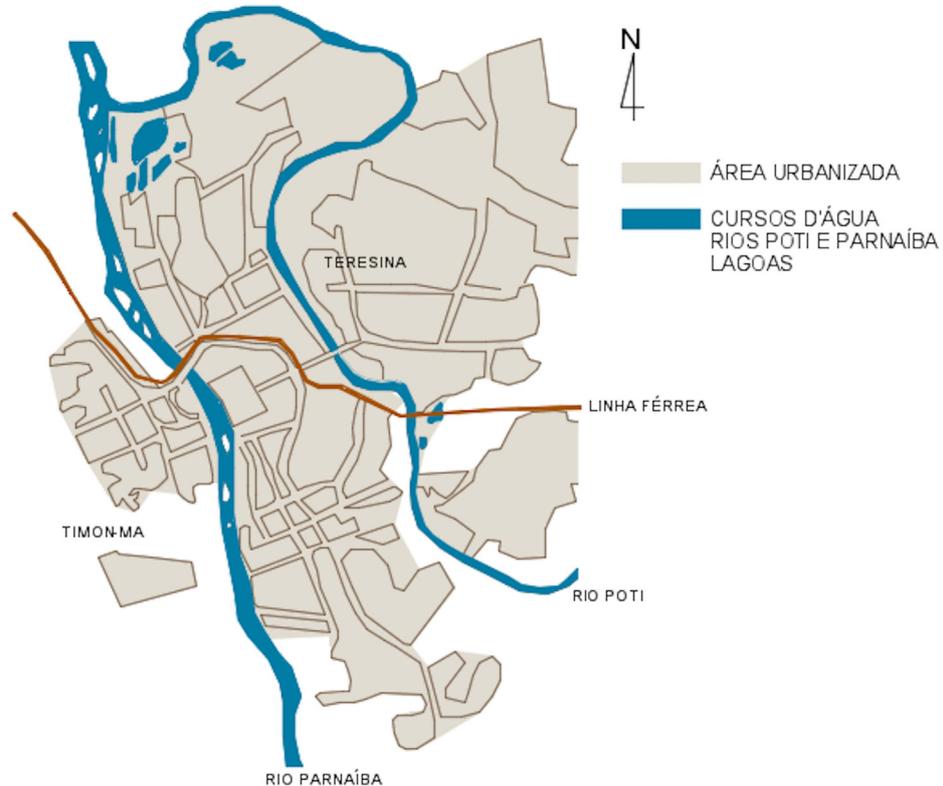


Figura 05  
Área urbanizada de Teresina em 1990  
Fonte: Elaborado pela autora à partir de Monteiro, 2015, p: 60

Nota-se a forte presença da água, do relevo, do clima e da vegetação como fator relevante para a constituição do espaço urbano da cidade de Teresina. De acordo com Mello Sales (2004, p:03), as políticas governamentais, embora ajudassem na preservação do verde local com o intuito de embelezamento, captando o gás carbônico produzido no local, também trouxeram alguns prejuízos importantes para sua preservação. Até o final do século XX já poderiam ser identificados vários dos problemas ambientais causados pela urbanização de Teresina, tais como a ocupação irregular de área de várzeas, que somada à falta de saneamento básico acarretou na poluição dos rios Poti e Parnaíba.

De acordo com os dados da IBGE(2010), a população total da cidade no ano de 1970 era de 220.487 habitantes, passando para o total estimado de 844.245 habitantes no ano de 2015. Somente na década de 70, a população de Teresina cresceu aproximadamente 160 mil habitantes, concentrando um contingente

populacional superior ao que absorvia a zona urbana de todo o estado do Piauí, conforme Moura (2006, p:88). A dinâmica populacional e seu crescimento geométrico trás consigo uma maior demanda de espaços, habitações e urbanização.

Assim, a política habitacional, além do espraiamento da cidade, provocou um desmatamento das áreas de vegetação nativa e uma alta taxa de impermeabilização o solo. Tal fator pode também ser associado à diminuição do tamanho dos lotes ao longo dos anos, conforme estudo de Mello Sales (2004, p:04). Este autor afirma que os custos gerados pela necessidade de infraestrutura básica, tais como drenagem, fornecimento de água e energia elétrica nos conjuntos habitacionais levam à uma tendência de redução no tamanho dos lotes, uma vez que ao se dividir o custo total da infraestrutura por um número maior de unidades, o resultado é um valor menor quando se comparado ao custo da operação. Ainda segundo Mello Sales (2004, p. 04), a diminuição das áreas verdes dos quintais se agravam com as reformas e ampliações pós-ocupação desses imóveis, reduzindo o verde da cidade. A Tabela 1 demonstra a dimensão dos lotes urbanos desde a sua fundação até os anos 2000.

Tabela 1  
Dimensão dos lotes urbanos em Teresina

Ano	Dimensão	Áreas
1854	80 x 80 m	6.400 m <sup>2</sup>
1960	10 x 30 m	300 m <sup>2</sup>
1980	10 x 22 m	220 m <sup>2</sup>
2000	8 x 16 m	144 m <sup>2</sup>

A expansão para a região norte foi evitada no Plano Saraiva por se tratar de uma área de risco de enchentes, e posteriormente a ocupação dessa área voltou a ser incentivada pelo governo. Conforme Moura (2006, p:104), esta expansão caracterizou-se pela ocupação das margens das lagoas existentes na medida em que os habitantes das classes empobrecidas, devido a valorização dos terrenos da zona sul e leste passaram a ocupar as áreas marginais existentes, sendo estas áreas de baixo valor econômico. A falta de planejamento e fiscalização na região resultou na ocupação irregular das margens das lagoas, contribuindo para o processo de degradação e contaminação de suas águas. As habitações ali presentes, muitas vezes construídas de maneira precária, despejavam seus esgotos sanitários direto nas lagoas. Por outro lado, a forte presença da indústria da construção civil provo-

cou danos em diversas regiões da cidade ao praticar a atividade de extração de material para suas obras.

Destaque-se que, especialmente na zona Sul, constituem ainda sérios problemas a exploração desordenada de materiais para construção (seixos, areias, "massará" e argilas), seja diretamente no rio Poti, através das dragas, seja nos morros (barreiros), principalmente no entorno do Conjunto Bela Vista, aumentando a erosão dos terraços do rio e aumentando a carga de sedimentos que faz crescer as coroas e até mudar o eixo desse rio, em alguns trechos. (LIMA, 2002, p:18).

À medida que a cidade se expandia, a necessidade de novos solos para assentamento populacional, lazer e infraestrutura iam surgindo. Os vales naturais e lagoas localizados preferencialmente nas zonas sul e leste foram aterrados e deram espaço ao ambiente construído atualmente.

A zona sul abrange em sua área duas importantes microbacias, tais como a PE31, uma das maiores presentes no município, que drenam suas águas diretamente para os dois rios, Parnaíba e Poti. A construção dos conjuntos habitacionais ocasionou o aterro desses vales e a retirada da cobertura permeável. Desse modo, ficou prejudicando o sistema de drenagem natural da região. As lagoas existentes na zona leste deram espaço às áreas lazer tais como o Teresina Shopping e o Parque Potycabana, construídos após aterro da Lagoa dos Noivos.

Observando as consequências da urbanização e o avanço para as áreas que antes serviam de drenagem natural, na década de 90, o poder municipal propôs a preservação das zonas ribeirinhas, com o intuito de proteger a cidade contra as inundações e atender às novas leis ambientais estabelecidas após a Conferência Rio 92. Esse projeto de preservação, Segundo Matos (2014, p:04), pretendia manter quase intocável a área, independentemente de qualquer situação, tamanho ou localização. Apesar da existência do projeto, as áreas continuaram a sofrer ocupações devido à falta de controle e fiscalização por parte do poder público.

## **Anos 2000: Expansão e desenvolvimento sustentável**

Após elaboração do Estatuto da Cidade (2001), no qual atribui ao município a responsabilidade sobre a elaboração e aplicação de políticas de desenvolvimento, e a Agenda 21 como um instrumento de planejamento local sustentável, Teresina incorpora através do

Agenda 2015, no ano de 2002, o meio ambiente como aspecto relevante para o desenvolvimento da cidade.

O que é importante para o desenvolvimento de Teresina?

O Plano Diretor Municipal deve considerar as condições do ecossistema local e a capacidade do suporte de infraestrutura, além da delimitação de áreas: de restrição ambiental, de preservação permanente, de recuperação, de utilização e conservação de recursos naturais, de risco, e da zona de transição entre as áreas a serem preservadas, conservadas e ocupadas. Não obstante, o efeito da ausência de controle da área urbana pode gerar o efeito perverso da vulnerabilidade ambiental. (AVELAR; PASCHOAL; SARQUES; 2012, p:01)

Através do método de Análise Swot<sup>5</sup>, procurou-se identificar os principais problemas e potencialidades do meio urbano teresinense, tendo como categorias os elementos da natureza, a legislação e a gestão da cidade (TERESINA, 2002, p:07). O cenário existente e o cenário desejado, que deveria ser alcançado até o ano de 2015, caracterizava a real situação da cidade as consequências da urbanização como modificadora do meio ambiente. Segundo Melo e Bruna (2009, p: 3609), com o Estatuto da Cidade pode-se aplicar uma melhor política habitacional, embora tenha-se observado a inexistência de um sistema de fiscalização e controle de invasões de áreas públicas, áreas de risco e áreas de proteção ambiental. Programas habitacionais, à exemplo do PAR (Programa de Arrendamento Residencial), continuaram à provocar o espraiamento, bem como a supressão de áreas verdes.

<sup>5</sup> Ferramenta de análise empresarial voltada para o planejamento estratégico com base no estudo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

A relação entre os elementos naturais e a cidade puderam ser observados através de ações como como a Lei Complementar nº 3.563, no ano de 2006, criando oficialmente as Zonas de Preservação ambientais de Teresina. Tais zonas englobam as encostas com declividade maior que 30%, as áreas marginais até 100 metros de largura do rio Poti, as áreas marginais até 200 metros de largura do rio Parnaíba, 30 metros de largura das margens de lagoas, praças e parques do município além de bens de valores culturais.

Para assegurar o cumprimento de todas as normas relativas à proteção e conservação do meio ambiente de Teresina, em 2007 foi criada a SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, um órgão integrante do poder público de Teresina, através da Lei Complementar nº 3.616.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMAM tem por objetivos gerais promover a educação ambiental, a preservação e proteção do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a elaboração de di-

retrizes e o controle do crescimento urbano para o racional desenvolvimento do município de Teresina, além do planejamento e a articulação intersetorial com as demais Secretarias Municipais. (TERESINA, 2007, p:01)

Mesmo com as leis de preservação, as orientações da Agenda 2015 e a criação da SEMAM, Teresina continua a apresentar dados negativos em relação à preservação ambiental a exemplo da contínua ocupação das áreas de várzeas e a supressão de áreas verdes. Feitosa (2010, p: 56) analisou os dados elaborados por Monteiro (2010) através de geoprocessamento e concluiu que entre os anos de 1989 e 2009 Teresina perdeu 29,7% de sua área verde. A vegetação no ano de 1989 ocupava uma área de 162,7km<sup>2</sup> e possuía uma área urbanizada de 71,0km<sup>2</sup>, passando a ocupar, em 2009, 114,4km<sup>2</sup> dentro de uma área urbanizada de 113,9km<sup>2</sup>, aponta Feitosa (2010, p:56). Este fator levou à intensificação dos alagamentos urbanos e alteração do microclima. Uma ação relevante para a minimização dos impactos causados pela urbanização no meio ambiente foi a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana de Teresina, no ano de 2012. Suas finalidades principais incluem:

1) A definição de diretrizes institucionais visando estabelecer condições de sustentabilidade para as políticas de drenagem urbana; 2) a caracterização das condições de funcionamento hidráulico das tubulações, galerias, canais a céu aberto, canais naturais, dispositivos de captação e conexão entre redes; 3) as proposições, em nível de anteprojeto, de obras de curto, médio e longo prazo necessárias ao equacionamento dos problemas encontrados na drenagem urbana de Teresina. (TERESINA, 2012, p:16)

A agenda 2015, por sua base, deveria ser um plano diretor participativo norteador dos planos para o município, contudo, houve baixa participação pública através dos fóruns propostos. Campos (2011, p: 66), em sua análise do plano, identificou que a Agenda não consolidou os mecanismos de implantação das propostas, e que a participação da população em sua elaboração deu-se de maneira precipitada, deixando os planos distantes de sua execução.

Após a finalização do período que a Agenda 2015 exerceu sua influência, o poder público municipal continuou as suas ações em busca da conservação, recuperação e utilização racional dos recursos naturais. A Agenda 2030, lançada no ano de 2015 pela SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, une os objetivos de manter as propostas da Agenda 2015 e tomou como base a construção de uma cidade para as pessoas: ambientalmente sustentável, socialmente inclusiva e economicamente justa. (TERESINA, 2015,

p:09). As diretrizes e ações da Agenda 2030 voltadas para o meio ambiente incluem a adoção dos princípios da sustentabilidade ambiental em todos os instrumentos da gestão do município, através da criação de programas de educação ambiental, monitoramento das áreas de preservação, adoção de tecnologias limpas no processo de produção do espaço construído, adoção de mecanismos de compensação ambiental, valorização e implantação de mais espaços verdes, dentre outros. Áreas ocupadas de maneira irregular, como as margens das lagoas da zona norte – área inundável pelas cheias naturais dos rios Parnaíba e Poti – ganharam programas de reestruturação e recuperação, a exemplo do Programa Lagoas do Norte. A criação da lei complementar nº 4.724, no ano de 2015, foi de importante avanço para estas áreas alagáveis, uma vez que define diretrizes para regulação e controle da drenagem urbana e das ocupações ribeirinhas causada pelos novos empreendimentos. Porém, apesar da criação desta lei, observa-se uma dificuldade por parte da própria administração em analisar e liberar tais empreendimentos, já que há uma insuficiência de servidores públicos habilitados para tal.



Figura 06

Perímetro Urbano de Teresina em 2015

Fonte: Elaborado pela autora à partir de SEMPLAN (2015)

## Discussões

O surgimento das cidades depende da natureza e do meio ambiente. Segundo Melo e Bruna (2009, p. 3592), os rios desempenham importante papel na estruturação da paisagem urbana. Em Teresina, a presença dos rios Parnaíba e Poti foi determinante para a sua fundação. A localização geográfica tinha grande importância estratégica, pois o rio era naqueles tempos a mais eficiente via de transporte, e Teresina, por localizar-se naquele lugar, poderia rivalizar, com vantagem, com a cidade maranhense de Caxias (TERESINA, 2015, p:15).

Ao analisar o processo de expansão da cidade, percebe-se que a presença dos rios e lagoas em Teresina, apesar de ter sido uma característica importante para sua fundação, tornou a cidade um local suscetível à uma ocupação desordenada.

A construção da cidade ocupando áreas de interflúvio e vales de rios, em volta de grandes lagoas, na planície de inundação fluvial e nos morros da Chapa do Corisco, pela própria natureza da organização urbana – com rebaixamentos, aterros, e intensa pavimentação, além da exploração mineral de areias, seixos e massará – tona a maior parte do seu espaço vulnerável à ocupação/uso inadequados, convivendo com desmatamentos, inundações, poluição das águas, desabamentos de margens de rios e encostas, entre outros riscos. (LIMA, 1996, p:04)

A forte presença natureza e seus recursos foi desconsiderada por anos durante o forte processo de expansão da cidade. Com base na afirmação de Rogers (2013), é uma ironia que as cidades, o habitat da humanidade, caracterizem-se como o maior agente destruidor do ecossistema. Em Teresina, sua rápida urbanização após os anos de 1950 e seu crescimento, que ocorreram especialmente por conta das políticas públicas habitacionais, foi provocando a supressão de áreas verdes, impermeabilização do solo e alteração do ecossistema natural, fato estes que moldaram a atual configuração da cidade e as atuais ações do poder público referentes ao desenvolvimento urbano. Segundo Lima (1996, p:02), o rápido crescimento da população foi tornando desordenada a ocupação do espaço urbano, principalmente nas direções sul e leste em relação ao centro, dificultando ao poder público o exercício de fiscalização e controle. A “cidade verde” ao longo dos anos foi perdendo essa característica, e a forma como a cidade foi administrada pode ser considerada como indutora de tal à partir do momento que foi permitida a expansão para as áreas de risco, o desmatamento para implementação dos novos loteamentos e conjuntos habitacionais e o aterro de lagoas

e canais para a construção de praças e shoppings. Este problema além de ser considerado institucional é também um problema de educação ambiental da população, dos técnicos e dos proprietários de terras, uma vez que, conforme Mello Sales (2002, p: 16) a população não conhece os benefícios dessas lagoas e os técnicos e proprietários colocam os lucros acima da questão ambiental.

Rogers (2013, p:03) afirma que a sobrevivência da sociedade sempre dependeu da manutenção do equilíbrio entre as variáveis de população, recursos naturais e meio ambiente.

Com as Grandes Conferências, a cidade passa a ser vista como um ecossistema onde as paisagens e o urbanismo não compreendem apenas os jardins e edificações em si, mas como o local que deve servir para garantir a vida à espécie humana e aos animais, através do restabelecimento do equilíbrio que foi rompido com a natureza ou a manutenção desse equilíbrio em lugares ainda não danificados. (MELLO SALES, 2004, p.24)

Em nenhum outro lugar do mundo a implementação da palavra sustentabilidade é tão poderosa e benéfica quanto na própria cidade, afirma Rogers (2013, p:05). Teresina após as ações públicas existentes para preservação e controle do meio ambiente, tais como a Agenda 2030, as leis de zonas de preservação ambiental e drenagem urbana, busca por um planejamento urbano sustentável. Apesar do caráter participativo, a falta de conhecimento quanto à importância dos elementos naturais e sustentabilidade da população para o desenvolver da cidade proporcionou uma comunicação ineficiente entre os mesmos e o poder público nos fóruns de elaboração das Agendas 2015 e 2030.

## **Considerações Finais**

Teresina foi uma cidade planejada e sua fundação esteve comprovadamente ligada à presença de seus recursos naturais: os rios proporcionavam o escoamento rápido dos produtos ali produzidos e a comunicação com as demais cidades da região, enquanto o relevo plano do local escolhido para sua implantação a protegia das constantes enchentes. Verifica-se que na época de sua fundação, no que se refere à urbanização, o tamanho dos lotes permitia que famílias nobres cultivassem seus jardins e pomares privativos, tornando a arborização uma característica marcante na cidade, que a fez ser conhecida como "cidade verde".

Os elementos naturais como os rios, áreas verdes e relevo moldaram a configuração urbana até os anos

de 1950. Após este ano, com a política de desenvolvimento implementada por Juscelino Kubitschek, o processo de urbanização tornou-se acelerado. O advento da energia elétrica com a construção da Barragem de Boa Esperança, proporcionou a industrialização e com isso um maior crescimento da população. Políticas habitacionais permitiram a implantação de novos loteamentos e conjuntos. Nesse período a população de baixa renda começou a se expandir e ocupar as baixadas e zonas sujeitas a inundações, enquanto que a população de renda mais alta e nobre se consolidou na zona leste, em relevo mais alto, com forte presença de arborização e clima um pouco mais ameno. Neste período, houve desconsideração dos elementos naturais, visto que os planos entre os anos de 1950 à 2000 incentivaram a ocupação de áreas nas quais deveriam ser preservadas. Pode-se observar que a há uma segregação social e que a mesma nasceu relacionada ao meio ambiente existente.

A demanda por espaço, habitação e urbanização foi modificando assim, a forma dos elementos naturais de Teresina. O estado tornou-se o maior modelador do espaço urbano, com suas políticas habitacionais e planos urbanísticos.

Após o ano de 2002, a administração local tomou medidas políticas para preservar e recuperar seus recursos naturais e hídricos, através de seus planos diretores e suas leis complementares. Os elementos naturais voltaram à moldar a configuração do espaço urbano, com ações políticas que objetivam o desenvolvimento urbano sustentável. Ao mesmo tempo, há ainda uma dificuldade de comunicação e interlocução entre o poder público e a população, que mantém baixa participação nas tomadas de decisão.

Conclui-se que os aspectos naturais existentes na região determinaram a configuração urbana atual e as ações da administração local de modo distinto durante os anos. No primeiro momento, os rios, a vegetação e o relevo determinaram as áreas de expansão do município, porém não exerciam influência nos planos urbanísticos, fato este ocorrido até os anos de 1950. Em um período transitório, com o intenso desenvolvimento econômico e populacional, os elementos naturais passaram a não se tornar mais uma barreira para a configuração do espaço, com a ocupação de áreas de baixo relevo, várzeas e aterramento de lagos e grötões existentes, muitas vezes incentivada pelos planos existentes, que desconsideravam a presença destes elementos. Em um terceiro momento, até os dias atuais, devido ao Estatuto das Cidades e aos impactos

gerados pela ocupação desordenada, os elementos naturais ganham um novo destaque como modeladores da área urbana por questões políticas sustentáveis, a exemplo das Agendas 2015 e 2030. Fica o questionamento: Sem a obrigatoriedade de um plano diretor sustentável que considere os aspectos e a paisagem natural das cidades, teríamos ainda assim uma política voltada à preservação e manutenção desta?

## Referências

ADLER, F. R.; TANNER, C. J. *Ecossistemas urbanos: princípios ecológicos para o ambiente construído*. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 384 p.

ALENCASTRE, J. M. P. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1981.

ALVES, V. E. L. *As bases históricas da formação territorial piauiense*. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jan. 2003. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577/12450>>. Acesso em: 10 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/13577>.

AVELAR, B. C.M.; PASCHOAL, S. R. R. I.; DIAS SARQUES, W. Política Ambiental Municipal: importância do Plano Diretor em normatizar a ocupação e expansão urbana no que tange ao desenvolvimento sustentável e recuperação ambiental. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, junho 2012.

BRAZ E SILVA, A. M. N. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. In *Cadernos do PROARQ*, Rio de Janeiro. UFRJ, FAU, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, n. 18, p. 216-236, jul., 2012.

CAMPOS, L. F. G. M. *Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 local: Teresina Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

FAÇANHA, A. *A Evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade*. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FEITOSA, S.M.R.; GOMES J.M.A.; MOITA NETO J.M.; ANDRADE C.S.P. de. Consequências da urbanização na vegetação e na temperatura da superfície de Teresina- Piauí. *Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, Piracicaba, v.6, n.2, p.58-75, 2011.

FEITOSA, S. M. R. *Alterações climáticas em Teresina-PI decorrentes da urbanização e supressão de áreas verdes*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí. 112p. Teresina, 2010.

LEAL JUNIOR, J. H. *Expansão urbana, planos urbanístico e segregação urbana: o caso de Teresina - PI*. f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIMA, I. M de M. F. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. In: *Scientia et Spes*, Revista do Instituto Camilo Filho, Teresina: v.1, n.2, (2002), Cap. 09, p.181-206, 2002. ISSN 1676-3815.

LIMA, I. M. de M. F. Parques Ambientais de Teresina: revalorizando o verde urbano. In: *Cadernos de Teresina*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. Ano X, nº 24, dez. 1996.

LOPES, W. G. R.; MATOS, K. C.; LEITE, N. B. F.; MOURA, A. V. de S.; SILVA, D. N. de B.; MONTEIRO, F. F.; TAVARES, J. M. C. SANTOS, N. R. B. A paisagem urbana e o sistema de espaços livres da cidade de Teresina, Piauí. In: VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL, 2011, São Paulo. *Anais do VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL*. São Paulo: Laboratório Quapá – FAUUSP, 2011, v.1. p. 1-15.

MELO, C. C. C. J.; BRUNA, G. Desenvolvimento urbano e regional de Teresina, Piauí, Brasil e sua importância no atual quadro de influência na rede urbana regional no Brasil. In: *CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, CONGRESSO LUSÓFONO DE CIÊNCIA REGIONAL, 2009*, Cidade da Praia, Cabo Verde.

MELLO SALES, M S. T. *Consciência ambiental do teresinense: determinantes históricos-sociais*. Teresina, PI: Universidade Estadual do Piauí, 2004.

MELLO SALES, M. S. T; ALBUQUERQUE, L. B. Teresina e sua Condição Urbana. IN: II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2002, Teresina. *Formação de Professores, Direitos Humanos e Diversidades Culturais*. Teresina: EDUFPI, 2002. V. 1. p. 1-13.

MELLO SALES. M S. T. Educação Ambiental: *A preservação do verde na zona urbana de Teresina*. Dissertação de Mestrado. UFPI. Jan/2004.

MATOS, K. C.; MACHADO, N.; ALENCAR, V.; LUIS, W.; LOPES, W. G. R. Alterando o microclima de Teresina-PI com o sistema de espaços livres das praças do Plano Saraiva. In: X Colóquio QUAPA-SEL, 2015, Brasília. *Anais do X Colóquio QUAPA-SEL*. Brasília: FAU, UnB, 2015. v. 1. p. 1-26.

MATOS, K. C. ; LOPES, W. G. R.; MATOS, I. C. ; AFONSO, S. Parques Ambientais de Teresina como eixos lineares do Sistema de Espaço Público. *Paisagem e Ambiente*, v. n. 33, p. 165-180, 2014.

MONTEIRO, F. F. *Geoprocessamento de imagens de satélite Landsat 5 e classificação de elementos encontrados no sítio urbano de Teresina*. Teresina, 2010.

MOURA, M.G.B. *Degradação ambiental urbana: uma análise de bairros da zona norte de Teresina*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

ROGERS, R; GMUCHDJIAN, F. *Cidades para um pequeno planeta*. 1ª Edição. G. Gill, 2013. 180p.

TERESINA. Lei nº 3.616, de 25 de julho de 2007. Transforma a Secretaria Municipal Extraordinária de Projetos Estruturantes - SEMPE em Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Teresina, PI, nº 1.148.

TERESINA. Lei nº 4.724, de 03 de junho de 2015. Define as diretrizes para regulação relativa a controle dos impactos da drenagem urbana de novos empreendimentos e inundações ribeirinhas, na drenagem pluvial pública, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Teresina, PI, nº 1.801.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Teresina: Agenda 2015 – *Plano de Desenvolvimento Sustentável*. Teresina, 2002.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Teresina: Agenda 2030 – *Plano de Desenvolvimento Sustentável*. Teresina. 2015.

# Tropical Hotel de Manaus (1963) de Sérgio Bernardes: Turismo, modernidade e invenção

Ricardo Alexandre Paiva, Paula Vale de Paula

PAIVA, Ricardo Alexandre; DE PAULA, Paula Vale. Tropical Hotel de Manaus (1963) de Sérgio Bernardes: Turismo, modernidade e invenção. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 182-202, nov./dez. 2017

data de submissão: 25/10/2016  
data de aceite: 11/07/2017

**Ricardo Alexandre Paiva** (DAU-PPGAU+D-UFC)

**Paula Vale de Paula** (DAU-UFC)

## Resumo

O artigo tem como objetivo investigar a relação entre a inserção da atividade turística como estratégia de modernização e integração Amazônica e os princípios modernos adotados na primeira proposta para o Tropical Hotel de Manaus (1963), analisando como o caráter inventivo do projeto concebido por Sérgio Bernardes se alinhava à dimensão econômica, política e simbólica dos agentes envolvidos no processo. Para tanto, o artigo se organiza em duas partes, a saber: análise da dimensão econômica, política e simbólica do projeto, identificando o papel do Estado, da Companhia Tropical de Hotéis e do arquiteto no processo de concepção do empreendimento; e análise do projeto utilizando como parâmetros: a contextualização e implantação do objeto arquitetônico; espaço arquitetônico e interações funcionais; linguagem arquitetônica e aspectos formais; sistema estrutural e construtivo e aspectos ambientais. Por fim, a pertinência deste estudo, inserida em uma pesquisa mais ampla sobre a relação entre o turismo e a arquitetura moderna, justifica-se em função das transformações e dinâmicas socio-espaciais contemporâneas, que têm provocado e ameaçado gradativamente e aceleradamente a manutenção e conservação deste importante legado do modernismo arquitetônico, sendo a documentação dos hotéis modernistas no Brasil uma premissa para a preservação do acervo remanescente.

**Palavras-chave:** Arquitetura Moderna. Turismo. Hotel. Sérgio Bernardes. Tropical Hotel Manaus.

## Abstract

*This article intends to investigate the relation between the inclusion of tourism as a modernization strategy and the Amazon region integration. It also investigates the modern principles adopted in the first proposal for the Hotel Tropical de Manaus (Manaus Tropical Hotel, 1963) by analyzing how the inventive character of the project designed by Sérgio Bernardes was aligned to the economic, political and symbolic dimensions of the agents involved in the process. Therefore, this article is organized in two parts: analysis of the economic, political and symbolic dimensions of the project, identifying the role of the State, the Tropical Hotels Company, and the architect in the project design process; as well as the project analysis using the following parameters: the context and implementation of the architectural object; architectural space and functional interactions; architectural language and formal aspects; structural building system and environmental aspects. Finally, the relevance of this study, which is set in a broader research on the relationship between tourism and modern architecture, is justified in terms of transformation and contemporary socio-spatial dynamics. This has gradually and rapidly provoked and threatened the maintenance and conservation of this important legacy of architectural modernism, considering that the documentation of modernist hotels in Brazil is a precondition for the preservation of the remaining ideas and assets.*

**Keywords:** Modern Architecture. Tourism. Hotel. Sérgio Bernardes. Tropical Hotel Manaus.



**Resumen**

*El artículo tiene como objetivo investigar la relación entre la inserción del turismo como una estrategia de modernización e "Integración Amazónica" y los principios modernos adoptados en la primera propuesta para el Hotel Tropical en Manaus (1963), el análisis de cómo el carácter inventivo del proyecto concebido por Sérgio Bernardes está alineado con la dimensión económica, política y simbólica de los agentes implicados en el proceso. Por lo tanto, el artículo está organizado en dos partes, a saber: análisis de la dimensión económica, política y simbólica del proyecto, la identificación de la función del Estado, de la Compañía Tropical de Hoteles y del arquitecto; Análisis de proyectos usando como parámetros: el contexto y la implantación del objeto arquitectónico; espacio arquitectónico y las interacciones funcionales; lenguaje arquitectónico y aspectos formales; sistema estructural, la construcción y los aspectos medioambientales. Por último, la relevancia de este estudio, situado en una investigación más amplia sobre la relación entre el turismo y la arquitectura moderna, se justifica en función de la transformación y de la dinámica socio-espaciales contemporáneos, que han provocado y amenazado de forma gradual y rápidamente el mantenimiento y la conservación de este importante legado de la arquitectura moderna, y la documentación de los hoteles modernistas en Brasil una condición previa para la preservación de los activos restantes.*

**Palabras-clave:** Arquitectura Moderna. Turismo. Hotel. Sérgio Bernardes. Tropical Hotel Manaus.

**Introdução**

**A** Companhia Tropical de Hotéis, subsidiária da VARIG, passou a contratar projetos e construir hotéis em diversas cidades do Brasil, consoante os interesses privados da empresa, e os públicos, do Governo Militar, com quem mantinha vínculos, sendo o arquiteto carioca Sérgio Bernardes (1919-2002) responsável por vários projetos, como o Tropical Hotel de Recife (1968-não construído), o Tropical Hotel Tambaú (1962) e o Tropical Hotel de Manaus (1963-primeira proposta, 1970-segunda proposta). A iniciativa da VARIG, que recebia incentivos fiscais e financeiros do governo, alinhava-se ao projeto de poder da ditadura militar, que preconizava a ideologia de um Brasil grande, moderno e integrado.

A ousadia e originalidade das duas propostas de Bernardes para o Tropical Hotel de Manaus simbolizavam os anseios dos seus agentes, mas também o caráter inventivo e experimental da sua interpretação sobre a modernidade, traço marcante de sua trajetória profissional. A primeira proposta, composta por uma grande geodésica transparente de 300m de diâmetro que abrigaria as edificações e áreas livres do hotel, visava criar uma segunda natureza, um ambiente controlado que minimizasse os efeitos do clima quente e úmido sobre os turistas. Alinhado às pesquisas estruturais de Buckminster Fuller (1895-1983) nos Estados Unidos, o projeto de Bernardes buscava conciliar o uso da alta tecnologia, através de um projeto estrutural do mais

alto nível, com uma arquitetura adaptada ao ambiente e preocupada com a otimização dos recursos hídricos, tema pouco abordado à época, antecipando muitas das discussões atuais sobre a sustentabilidade.

Este Hotel revela os vínculos entre o desenvolvimento do turismo e as expressões da arquitetura moderna, sendo o projeto e a construção de hotéis modernos no Brasil um testemunho das intenções de modernização de vários rincões do país. Neste sentido, a relevância do artigo se sustenta na escassez de estudos sobre a relação entre a atividade turística e o modernismo arquitetônico e, especificamente, na importância de resgatar, documentar e analisar o legado de projetos e obras de arquitetos modernos brasileiros. Ademais, a concepção, os desenhos, os croquis, as ideias e soluções arquitetônicas (LEONE, 1969) constituem importante objeto e fonte de pesquisa, contribuindo para a documentação deste acervo e conseqüentemente para a compreensão do valor do patrimônio moderno.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo investigar a relação entre a inserção da atividade turística como estratégia de modernização e integração Amazônica e os princípios modernos adotados na primeira proposta para o Tropical Hotel de Manaus (1963), analisando como o caráter inventivo e experimental do projeto concebido por Sérgio Bernardes se alinhava à dimensão econômica, política e simbólica dos agentes envolvidos no processo.

Para tanto, o artigo se organiza em duas partes, a saber: análise da dimensão econômica, política e simbólica do projeto, identificando o papel do Estado, da Companhia Tropical de Hotéis e do arquiteto no processo de concepção do projeto no contexto de incremento da atividade turística como estratégia de modernização e integração Amazônica; análise do projeto (uma vez que no lugar das propostas de Bernardes foi construído um projeto tradicional) utilizando como parâmetros: a contextualização e implantação do objeto arquitetônico; espaço arquitetônico e interações funcionais; linguagem arquitetônica e aspectos formais; sistema estrutural e construtivo e aspectos ambientais.

## **Dimensão econômica, política e simbólica**

O projeto do Tropical Hotel de Manaus preconizava um conceito de empreendimento turístico bastante visionário para a época, uma vez que não se restringia às soluções vigentes. Esta projeção para o futuro tinha como objetivo incrementar a atividade turística na

Amazônia como propulsora do desenvolvimento econômico em escala e alcance internacionais. A proposta de Bernardes materializa estas pretensões, ao propor um complexo turístico-hoteleiro que oferece “instalações e serviços capazes de atrair e movimentar correntes turísticas de modo dinâmico, e não apenas abrigar temporariamente hóspedes em uma visita a uma cidade ou região” (LEONE, 1969, pp. 34-35).

A dimensão econômica do Tropical Hotel de Manaus se refere em grande medida ao papel exercido pelo Estado nas suas mais variadas esferas e pelo mercado, representado pela Companhia Tropical de Hotéis.

A diminuição das disparidades regionais no Brasil compunha a política de desenvolvimento empreendida pelo Estado desde a década de 1950 e no caso específico da Região Norte, representava uma estratégia geopolítica de integração nacional. No contexto de intervenção do Governo Militar na Região, por meio, sobretudo, das agências de desenvolvimento como a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), implementou-se planos de modernização das infraestruturas (portos, aeroportos e vias), a instalação da Zona Franca de Manaus (1967) e a concessão de incentivos fiscais e financeiros, em que a atividade turística, embora de forma secundária, insinuava-se como uma vertente de desenvolvimento da Amazônia.

A atração de complexos hoteleiros ratificava o papel do Estado como agente no incremento do turismo, promovendo incentivos para instalação de empreendimentos em lugares estratégicos da Amazônia, apostando nas potencialidades e singularidades dos recursos naturais, como os rios, a fauna e a flora. Esta premissa justificou a implantação dos complexos turísticos em áreas peri-urbanas, que buscava reunir simultaneamente facilidade de acesso e um maior contato com os atributos naturais da floresta, como foi o caso do Tropical Hotel de Manaus (1963).

Os complexos turísticos visavam concentrar os investimentos públicos em um lugar e atender uma população flutuante, composta por turistas brasileiros e estrangeiros através das instalações de equipamentos e serviços. A ideia básica seria agrupar a infra-estrutura turística, tais como hotéis, agências, pousadas, campings, restaurantes dentre outros e uma dinâmica de atividades ligadas ao lazer. Estas seriam animadas por eventos esportivos, parques de diversões, cinemas, boates entre outras. Na expectativa de criar a dinamização de funções para o lugar, foi proposta a instalação de equipamentos e serviços nos complexos turísticos, que são típicos dos centros urbanos. Deste modo, foi sugerida a presença de bancos, comércios, correio, delegacia, dentre

outros, evitando assim um contato entre turistas e populações residentes. Sua construção deveria ficar a cargo da iniciativa privada. (ANDRADE; TAVARES, 2011, pp. 9-10)

Beneficiando-se dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado, a atuação da Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia se estruturou no tripé composto pelas empresas Companhia Tropical Hotéis, responsável pelos meios de hospedagem; a VARIG, que viabilizaria o transporte aéreo e; a Realtur Agenciamentos, comprometida com a promoção turística que, associadas, garantiriam o êxito do empreendimento.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Companhia Tropical de Hotéis<sup>1</sup>, subsidiária da VARIG, cumpriu um papel importante na consolidação da empresa aérea, considerada à época como a mais importante do Brasil. A Companhia favorecia sobremaneira a viabilização da rede aeroviária brasileira, uma vez que construía meios de hospedagens para abrigar a tripulação da empresa em serviço, em lugares estratégicos e longínquos, criando hotéis que eram também em si, um atrativo. A iniciativa privada da VARIG se alinhava ao projeto de poder da ditadura militar, que preconizava a ideologia de um Brasil grande, moderno e integrado (PAIVA, 2014).

A ascensão da VARIG se deve às intervenções do Regime Militar nos rumos da empresa aérea Panair do Brasil<sup>2</sup>, hegemônica no setor desde a década de 1930, até a cassação das concessões de vôo da empresa aérea por meio de um decreto de 10 de fevereiro de 1965 de ordem do Presidente Castello Branco. Esta medida arbitrária beneficiou a emergente VARIG S.A, que passou a ocupar o vazio deixado pela Panair.

Com o fechamento da Panair do Brasil e a aquisição de suas linhas, a VARIG selou seu destino de "empresa de bandeira do país". Cresceram sua frota, rotas e faturamento. Os Relatórios da Administração do período entre 1964 e o final da década de 1970 demonstram ser este o de maior prosperidade para a empresa. (SALADINO, 2005, p. 2)

A construção de hotéis pela VARIG<sup>3</sup> seguia uma tendência mundial em associar meios de hospedagem a transporte aéreo, a exemplo das grandes empresas internacionais de aviação, como fez a Air France com a rede de hotéis Méditerranée, só para citar um exemplo.

Embora o projeto do Tropical Hotel de Manaus date de 1963, um ano antes do início do Regime Militar no Brasil, é evidente o alinhamento entre as políticas do Estado e os interesses privados da Companhia Tropical de Hotéis.

A dimensão política do Tropical Hotel de Manaus se justifica pela parceria entre o Estado e a iniciativa pri-

<sup>1</sup> A Companhia Tropical de Hotéis foi constituída a 20 de agosto de 1959, com a denominação de Realtur S.A. Hotelaria, sob a forma de sociedade anônima, conforme ata de constituição publicada no Diário Oficial de 07.11.1959, arquivada na Junta comercial do Estado de São Paulo sob o nº 153.980, em 23.10.1959" (LEONE, 1969, p. 8)

<sup>2</sup> A Panair do Brasil nasceu em 17 de outubro de 1930 da compra pela poderosa empresa de aviação Pan American Airways Inc. da NYRBA do Brasil, sigla de Nova York, Rio, Buenos Aires que começou suas atividades no Brasil em 1927. (SALADINO, 2005)

<sup>3</sup> A princípio, a Companhia passou a arrendar hotéis já construídos, como foi o caso do Hotel da Bahia, em Salvador e o Hotel Internacional dos Reis Magos em Natal, ambos com feições notadamente modernistas e projetados por arquitetos de formação moderna.

vada. Após a criação da SUDAM em 1966, e ações prioritárias relacionadas à implementação da Zona Franca de Manaus no ano seguinte, sucederam a articulação de políticas industriais e ações voltadas para o turismo, tendo em comum as vantagens fiscais nas diferentes instâncias (federal, estadual e municipal), que seduziu não exclusivamente empresas, mas consumidores advindos do sudeste e sul do Brasil, atraídos pelo livre comércio de mercadorias estrangeiras e pela procura de produtos industrializados com menores impostos (ANDRADE; TAVARES, 2011). Como consequência, houve um incremento no fluxo de pessoas e mercadorias, repercutindo na ampliação de viagens de ócio e negócio, na construção dos meios de hospedagem e no turismo em geral.

A atuação do Estado se insinua então, por meio de políticas de desenvolvimento e implementação de infraestruturas, assim como na legitimação da sua ideologia. Poderíamos considerar que o início da veiculação da vocação turística da Amazônia como lugar exuberante é decorrente destes artifícios ideológicos do Estado.

A dimensão simbólica do Tropical Hotel de Manaus se expressava na modernidade pretendida pelas motivações econômicas e políticas dos agentes públicos e privados, que foram incorporadas por Sérgio Bernardes e traduzidas em um projeto experimental e inovador.

A ocupação e o domínio da Amazônia pelo Estado brasileiro sempre foi um desafio dada a magnitude da sua condição natural relacionada à bacia hidrográfica do Rio Amazonas e seus afluentes e a floresta. Desde o Estado Novo e de forma mais intensa no governo dos militares, o imenso bioma amazônico, da condição de paraíso perdido a inferno verde, representava uma questão geopolítica de ordem interna, relacionada à integração nacional, e externa, frente à conservação da soberania nacional e à manutenção das fronteiras nos limites norte e oeste do território brasileiro.

O caráter selvagem da Amazônia sempre permeou o imaginário do lugar. Esta condição de natureza intocada constituiu desde sempre o potencial e a fragilidade da imagem da região, ora ressaltando suas riquezas naturais como importante recurso para desenvolvimento, ora atribuindo-lhes a condição de empecilho para a modernização.

Neste sentido, o desenho do arquiteto para o complexo era também desígnio, projeto social, formulado como uma nova invenção, concebido entre o real e o

imaginário, indicando uma interpretação e intervenção modificadora sobre a realidade objetiva da Amazônia. Esta postura excêntrica e experimental do arquiteto, presente em vários dos seus projetos e obras, é potencializada pelas motivações econômicas, políticas e simbólicas supracitadas. Bernardes formulou abordagens que repercutiram no conceito e na origem da solução do partido arquitetônico, a saber: a relação entre cultura e natureza, meio construído e natural, urbano e rural, civilização e barbárie, modernidade e tradição. A imagem da Amazônia a ser veiculada por intermédio do Tropical Hotel de Manaus buscava transmitir uma inserção no turismo de massa em escala internacional, valendo-se dos atributos naturais do lugar.

O projeto Tropical Hotel de Manaus corporifica a mais moderna conceituação de indústria do turismo e implica na exploração racional do potencial de atratividade do local escolhido que, por meio dele, será transformado em novo ponto internacional de contato e conforto entre o moderno e o primitivo, entre a sofisticação cultural e a natureza, a exemplo do que ocorre com êxito em outros locais do mundo: parques nacionais, grandes quedas d'água, zonas de esporte de inverno, etc. (LEONE, 1969, p. 32)

Outro aspecto simbólico de relevância presente no memorial do projeto escrito pelo arquiteto se refere à idealização da figura do turista como "homem internacional", ratificando a essência universal da arquitetura moderna.

O turista não é um aventureiro ou um explorador, capaz de aceitar as agruras da ausência do conforto civilizado, simplesmente pelo gosto de uma nova aventura ou de uma descoberta geográfica. Ele é geralmente o curioso, o aventureiro e explorador de fôlego curto, amante sim de emoções e novidades... desde que devidamente previstas em suas consequências, controladas em seu desenrolar-se e facilmente canceláveis tão logo cesse o seu interesse (BERNARDES *apud* LEONE, 1969, p. 39).

É possível inferir, a partir deste discurso de Bernardes, a sua compreensão do turismo de massa como um sintoma da modernidade. O viés experimental e extravagante do seu projeto e a sua fissura em proporcionar uma prática turística controlada, demonstra a sua postura moderna, racionalista diante da realidade.

## **Tropical Hotel de Manaus: Análise crítica do projeto**

O projeto do Tropical Hotel de Manaus de 1963 foi encomendado ao arquiteto Sérgio Bernardes pela Companhia Tropical Hotéis da Amazônia, uma ramificação da Companhia Tropical de Hotéis, subsidiária da VARIG

e Comercial e Administradora SANDERMAN S.A. Devido à pretensão do empreendimento, foi necessária a criação de uma equipe multidisciplinar presidida pelo arquiteto, que contou com a colaboração do escritório de Engenharia Estrutural de Paulo R. Fragoso, o Escritório Tora de Arquitetura de Interiores e a consultoria de José Carlos Leone Associados.

A originalidade da solução global afinal adotada, dependeu de estudos e pesquisas especializados, que resultaram em formulações também originais no campo da engenharia de estruturas, da programação visual, da arquitetura de interiores e de outras técnicas envolvidas no projeto (LEONE, 1969, p. i).

Embora a análise crítica proposta preconize a totalidade do objeto, relacionando-o à dimensão econômica, política e simbólica, serão utilizados para efeito metodológico parâmetros de interpretação específicos.

## **Contextualização e implantação no lugar**

A cidade de Manaus apresentava condições favoráveis para a implantação do complexo, uma vez que depois da implementação da Zona Franca, passou a atrair contingentes turísticos em função das facilidades comerciais e fiscais. Some-se a isto, a localização geográfica na Linha do Equador, próxima aos principais centros emissores de turistas, sobretudo em relação aos Estados Unidos.

O complexo turístico-hoteleiro do Tropical Hotel de Manaus foi implantado na praia fluvial de Ponta Negra, distante à época 10 km do centro de Manaus, embora atualmente o sítio já esteja articulado à malha urbana pela orla urbanizada de Ponta Negra. A inserção no ambiente natural da Floresta Amazônica e a proximidade com Manaus, localizado no encontro das águas azuis do Rio Negro e barrenta do Amazonas, consistem os principais fatores de localização do empreendimento, ou seja, o hotel se vale simultaneamente dos atributos naturais da floresta e das facilidades urbanas.

A teoria da localização do TROPICAL HOTEL MANAUS está integralmente incorporada ao projeto, determinando-lhe a estrutura de instalações e serviços e, em consequência, sua arquitetura. [...] Essa teoria de localização envolve o princípio básico de que o TROPICAL HOTEL MANAUS é um hotel amazônico, ou seja, destinado a propiciar a seus usuários um contato direto com os aspectos ecológicos e culturais daquela enorme região do continente sul-americano (LEONE, 1969, p. 31).

O sítio escolhido, localizado em um lote de terra chamado Itapuranga com área de 445.817 metros quadra-

dos, apresentava grande potencial paisagístico e rarefeita intervenção antrópica, o que garantiria a presença de grandes áreas arborizadas com espécies nativas. O projeto de Bernardes buscou preservar a vegetação existente, propondo uma taxa de ocupação de 70.000 m<sup>2</sup> dos quase 450.000m<sup>2</sup>, ou seja, 15 por cento.

A estrada da cerâmica Tarumã era a via existente que daria acesso ao complexo, atualmente denominada Coronel Teixeira. Bernardes criou um acesso com rampas e retornos sofisticados, incorporando diretrizes genuínas do urbanismo moderno.

## **Espaço arquitetônico e interações funcionais**

A organização espacial do Tropical Hotel de Manaus se estrutura em uma base circular definida pelo grande domo hemisférico de vidro de 300m de diâmetro. Este elemento preside toda a concepção espacial, funcional, estrutural, formal e ambiental do complexo. A premissa básica do domo se sustentava no estabelecimento de um micro-clima controlado, conduzindo as diretrizes do projeto no campo da experimentação e da idealização do espaço racionalizado, do domínio das vicissitudes da natureza pela técnica. Para Bernardes:

O Hotel Manaus tem uma calota hemisférica de 300 metros de diâmetro, para funcionar como proteção da natureza. (...) O aumento da velocidade do transporte produz um grande choque físico, ecológico e cultural, pela diferença de condições climáticas e pela falta de tempo à adaptação, o que força à criação de um micro-clima para dar a quem chegue condições idênticas às de origem (BERNARDES, 1970, p.30).

A planta circular é o elemento comum presente na organização espacial geral e setorial do complexo, que é composto por cinco conjuntos, a saber: 1. o Hotel- Restaurante- Estacionamento- Lojas; 2. Hall de Convenções- Salão de Banquetes; 3. Exposição Permanente- Salão de Jogos; 4. Cinema Espacial; 5. Bar- piscina- fisioterapia. Na área externa ao domo se localizam a Boate-Piscina-Aquário e o Restaurante Popular- Balneário.

O acesso ao hotel é realizado por duas rampas circulares, bifurcantes da entrada principal. A penetração ao domo é feita por baixo de sua base e conduz diretamente ao estacionamento do hotel, que por sua vez acessa a uma grande esplanada. Da esplanada, distribuem-se os cinco conjuntos localizados dentro da cúpula; além dos dois túneis que levam diretamente aos conjuntos externos ao domo.

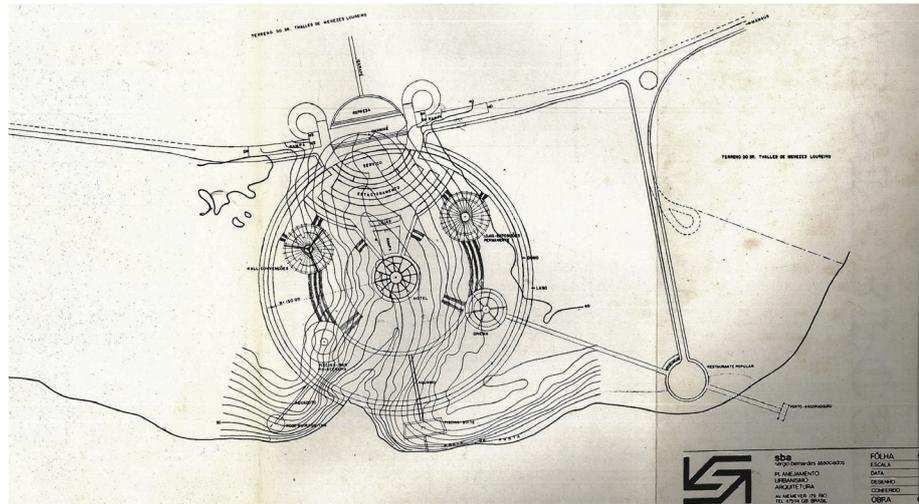


Figura 01  
 Masterplan do Tropical Hotel de Manaus  
 Fonte: LEONE, 1969

A geometrização do espaço definido pelo domo é uma constante na ordenação do complexo, estabelecendo eixos, ângulos e alinhamentos que diferenciam as áreas construídas, dos espaços livres. Para sublinhar a centralidade do domo, Bernardes concebe o bloco de hospedagens como um elemento que se eleva em torno de uma torre de circulação vertical que sustenta os 12 pavimentos do hotel, totalizando 416 apartamentos, criando na cobertura um terraço para oferecer uma vista privilegiada da paisagem circundante, colocando o observador acima do topo das árvores. Esta sucessão de círculos concêntricos define a partir do centro a circulação vertical (elevadores e escadas), as áreas de serviço (rouparia e copa), vazios para integração, ventilação e iluminação, e os apartamentos, dispostos de forma radial na periferia do círculo (Figura 02).

O partido do bloco elevado do hotel em conjunto com o domo constitui uma das atitudes mais inovadoras no projeto do Tropical Hotel de Manaus, pois ao mesmo tempo em que o arquiteto busca ser sensível às especificidades do lugar e usá-lo como pretexto para o projeto, estes elementos se contrapõem à natureza (Figura 02).

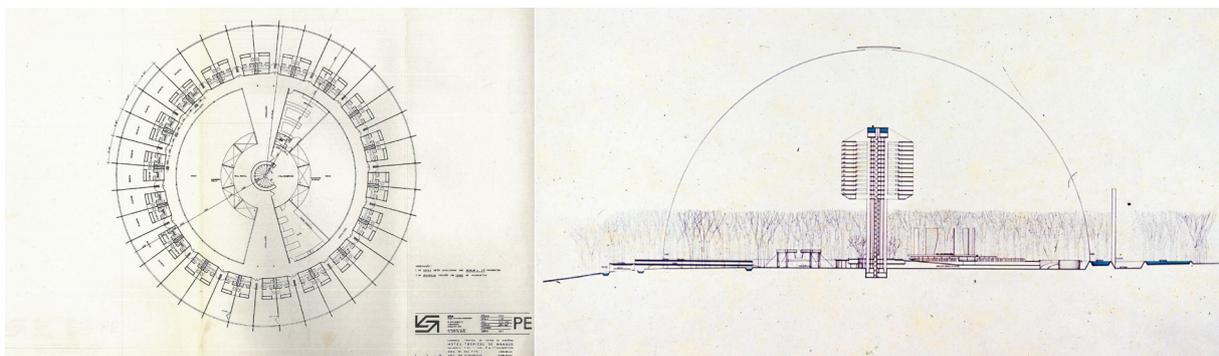


Figura 02  
 Planta do pavimento tipo e Corte Geral do Tropical Hotel de Manaus  
 Fonte: LEONE, 1969

O Centro de Convenções (Figura 03) se desenvolve em três pavimentos aproveitando a topografia do terreno para distribuir as funções do edifício, a saber: sala de conferências, dividida em três partes iguais com o palco no centro, flexibilizando seu uso dependendo da demanda do evento; no nível inferior encontram-se salão de banquetes, copa-cozinha, depósito, salões de beleza, bar e sanitários gerais e; no superior, as salas das comissões, sanitários e cabines de projeção voltadas para o palco. Na extremidade do círculo encontram-se três escadas equidistantes em relação ao centro intercaladas por lagos.

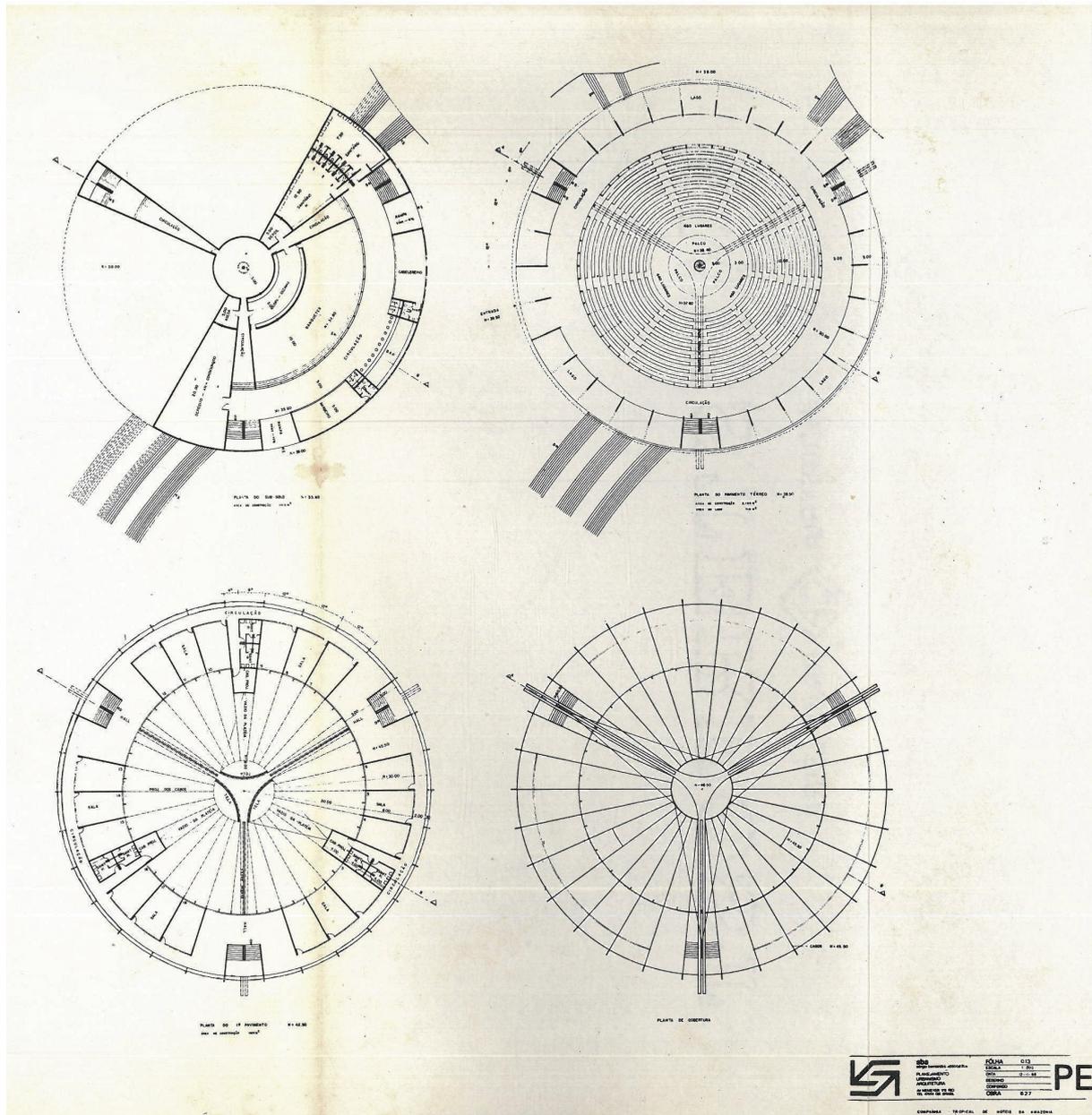


Figura 03  
Plantas do Centro de Convenções do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

O Salão de Exposições (Figura 04), assim como o "hall" de convenções, desenvolve-se em também três pavimentos, com acesso pelo pavimento intermediário, que abriga a grande praça de exposições margeada por um anel de circulação com três escadas equidistantes e um segundo anel composto por um lago.

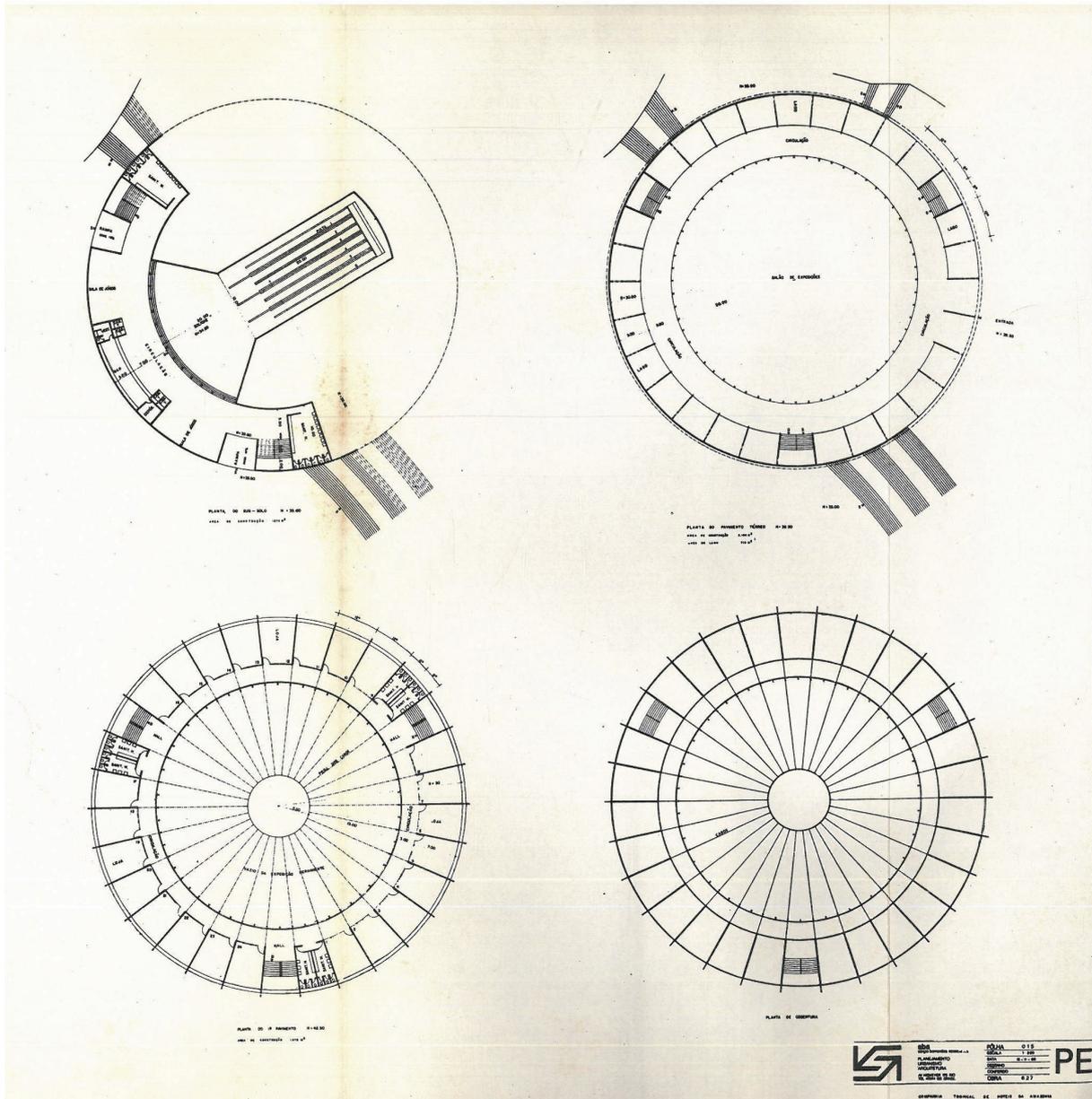


Figura 04  
Plantas do Salão de Exposições do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

O Cinema Espacial (Figura 05), projetado em dois níveis, tem acesso pelo nível inferior, através de um grande foyer, que abriga ainda sanitários, bilheteria, camarins e depósitos. Duas escadas integram o foyer ao nível superior e garante o acesso à plateia com 860 lugares.

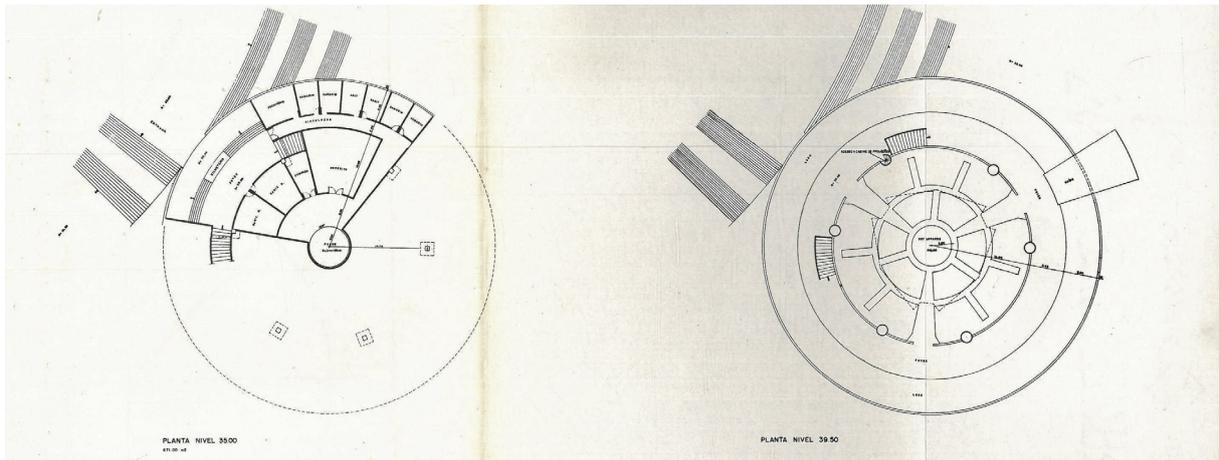


Figura 05  
Plantas do Cinema Espaço do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

O conjunto bar-piscina-fisioterapia (Figura 06) se configura através de um anel com 10 metros de largura formado pela piscina, abrigando em seu núcleo um deck com bar e uma escada que permite acesso ao pavimento inferior, onde se localiza a fisioterapia e seus espaços, a saber: áreas de dispersão, vestiários, rouparias, sauna, ginástica, massagem, piscina, salas de descanso, bar e consultório médico.

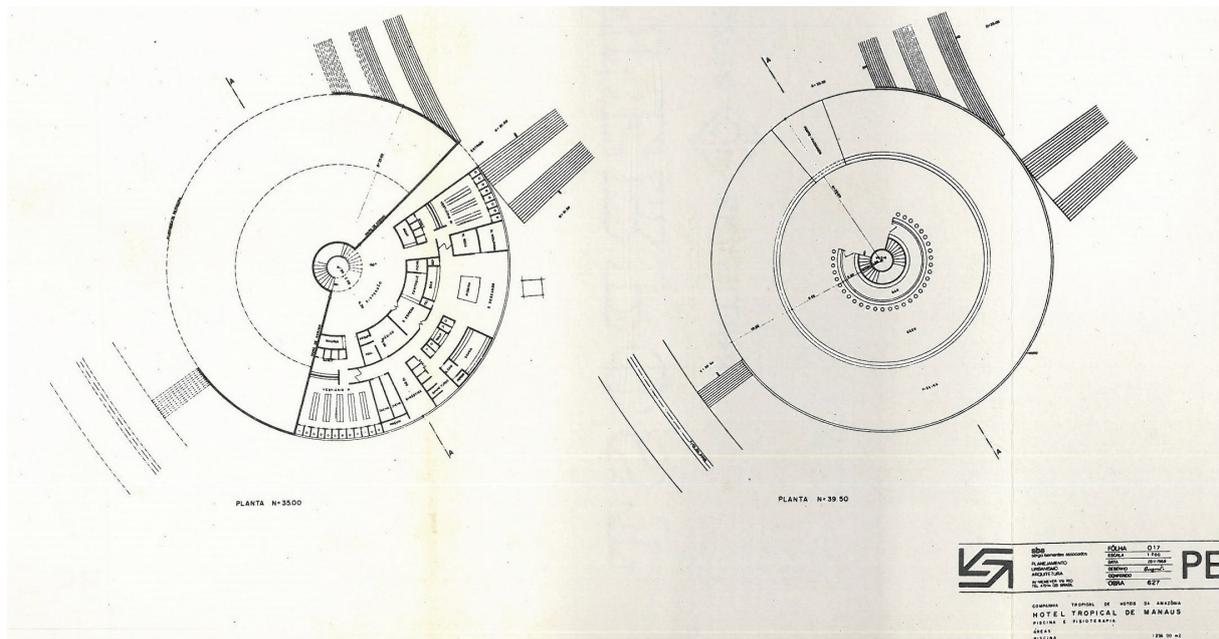


Figura 06  
Plantas do Conjunto Bar-piscina-fisioterapia do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

O Conjunto Boate-piscina-aquário (Figura 07), localizado na área externa do domo, tem acesso por um túnel de 83m de extensão. No percurso do túnel, encontra-se o aquário, localizado no espaço entre dois octógonos que compõem a estrutura. Ao final do aquário, chega-se ao deck e à piscina popular, além

de uma escada helicoidal que leva até o nível inferior, onde está localizada a boate e seus espaços: bar, copa, cozinha e sanitários.

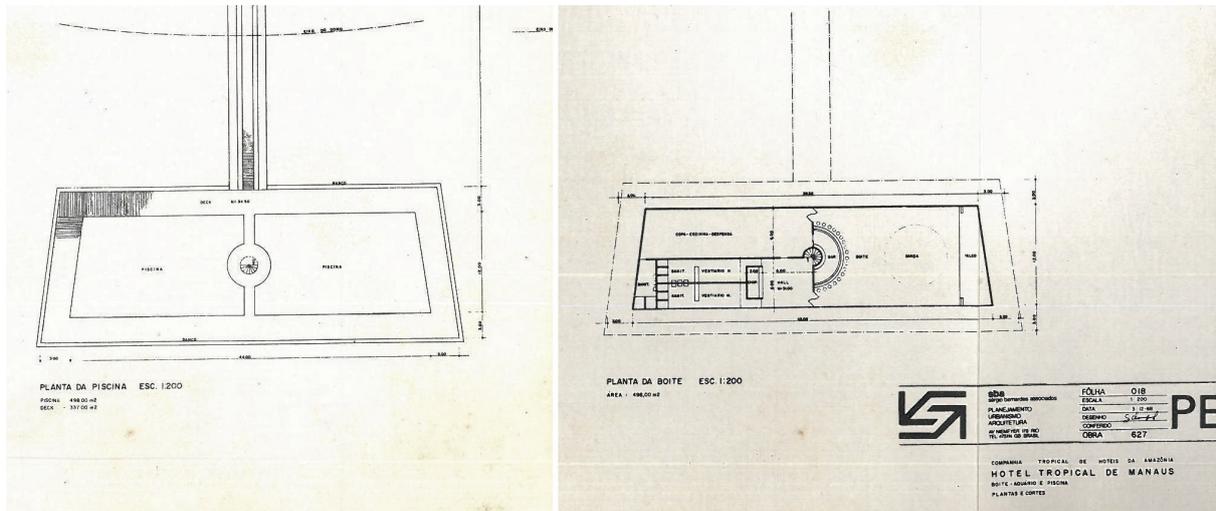


Figura 07  
Plantas do Conjunto Boate-piscina-aquário do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

Através de um segundo túnel, chega-se ao Restaurante popular-balneário (Figura 08) que pode ser acessado ainda por uma ligação direta com a estrada de rodagem, mantendo, com isso, um funcionamento independente do hotel. O conjunto desenvolve-se em dois níveis, sendo o nível superior uma praça, estacionamento com deck e acesso a um ancoradouro. No nível inferior, localizam-se o restaurante, cozinha, vestiário e sanitários. A inclusão deste elemento no programa, “idealizado com o sentido de oferecer aos habitantes de Manaus e mesmo ao turista que não for hóspede do Hotel ambiente para recreação e prática de esportes” (BERNARDES, 1970, p. 47), revela-se como uma compensação em relação à ostentação do Complexo.

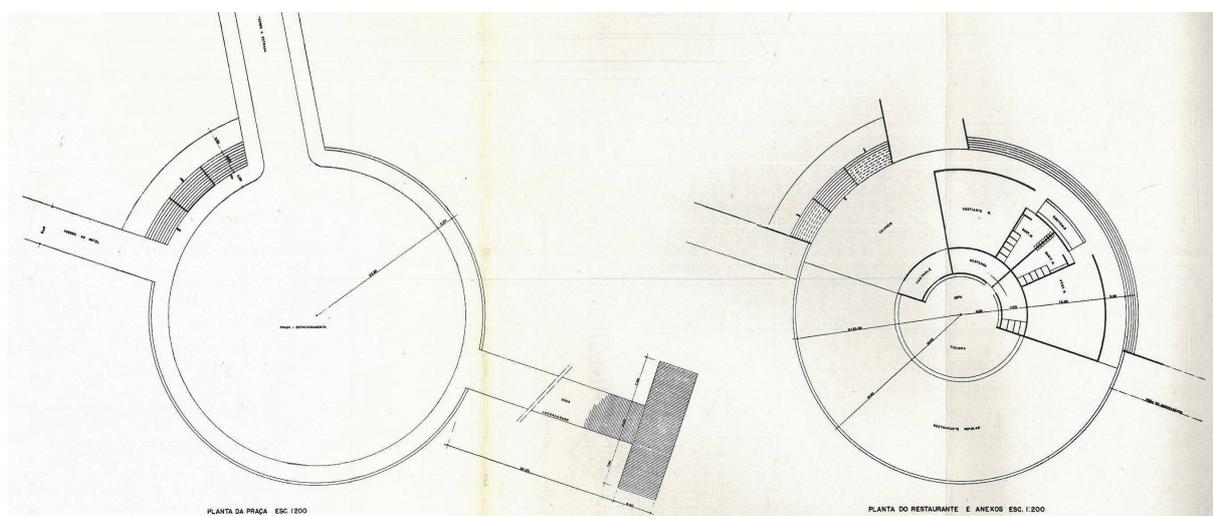


Figura 08  
Plantas do Conjunto Boate-piscina-aquário do Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

A espacialidade do conjunto se define desde uma solução circular, que está presente no geral e no particular, exigindo do arquiteto perícia para ajustar usos e funções a uma forma estrita. Por outro lado, esta racionalidade formal dilui a complexidade do programa e das interações funcionais, facilitando a percepção e orientação por meio do zoneamento e dos eixos radiais de ligação entre os blocos. Vale ressaltar ainda que o projeto antecipa características típicas dos "resorts", como o caráter híbrido do programa e sua autosuficiência como meio de hospedagem e lazer.

Em síntese, os aspectos espaciais e funcionais condicionam e são produto do conceito do empreendimento, sintentizando uma forma racional, moderna e inventiva e ratificando a personalidade arquitetônica do arquiteto.

## **Linguagem arquitetônica e aspectos formais**

A modernidade arquitetônica de Bernardes é menos estilística e mais construtiva. O arquiteto enfrentou a questão da linguagem e da forma modernas como consequência de uma solução total, baseada em um partido fortemente arraigado na solução estrutural e construtiva, no rigor e na inovação tecnológica, que não só condicionava a expressão formal do edifício, mas lhe conferia primazia.

No caso do Tropical Hotel de Manaus, a linguagem e a forma possuem características notadamente modernas, que são elementos intrínsecos da solução espacial, funcional, estrutural, construtiva e ambiental da proposta, que, embora se expressem na sua imagem, não são meramente artifícios estilísticos e superficiais. A forma total, sintetizada na cúpula do domo, cumpre um papel de signo importante na transmissão da modernidade e invenção pretendida pela dimensão simbólica do projeto, que por seu turno, sintetiza as dimensões econômicas e políticas (Figura 09).

Bernardes se valeu do contraste entre a verticalidade do bloco de hospedagens e a horizontalidade dos anexos, que se ajustam ao perfil circular do domo (Figura 09). Destaca-se a volumetria do bloco de hospedagens, que se desenvolve em dois cilindros e remete a uma árvore, com o tronco correspondendo à base tubular do edifício e a copa com o cilindro maior dos apartamentos do hotel.

A forma circular e o desenvolvimento da simetria em torno de eixos são elementos presentes em outros

projetos de Bernardes para a rede, como no Tropical Hotel Tambaú (1966-1970) em João Pessoa-PB e o projeto do Tropical Hotel de Recife (1968) em Boa Viagem, Recife-PE (não executado). Prevalece nestes projetos um apelo icônico em relação à implantação, funcionando como marcos inquestionáveis na paisagem, quase “acidentes geográficos”.



Figura 09

Foto Maquete Tropical Hotel de Manaus

Fonte: <http://www.bernardesarq.com.br/pt-br/projeto/tropical-de-manau-domus>

## Sistema estrutural e construtivo

A ousadia estrutural é uma característica constante na obra de Sérgio Bernardes. No projeto do Tropical Hotel de Manaus o arquiteto recorreu aos sistemas estruturais de concreto e aço, separados ou associados, que foram empregados com o propósito de ratificar as premissas conceituais do projeto. O arquiteto fez uso de uma estrutura de concreto e de tirantes metálicos em alguns edifícios do complexo para viabilizar os grandes balanços, que foram criados com a prerrogativa de diminuir o contato dos apoios com o solo, permitindo a preservação maior possível da mata nativa.

A solução estrutural do bloco de hospedagens consiste de um feixe de 12 pilares de aço dispostos radialmente, entre os quais se situam os elevadores, em conformidade com a distribuição circular dos apartamentos. Desde a cobertura, presos às colunas centrais, existem “braços” triangulares que sustentam os 12 pavimentos do hotel.

Não resta dúvida que o grande arrojo estrutural e construtivo se direcionou ao domo geodésico, que consiste em duas malhas de treliça metálica de aço COR-TEN, distantes entre si 1,0 metro, com uma superfície multifacetada formada por triângulos. A malha é revestida externa e internamente por vidro e apoiada em uma base anelar de concreto.

O projeto estrutural foi minucioso em relação à geometria da cúpula, concebida desde a inscrição de um icosaedro (poliedro de 20 lados) em uma esfera e “suas arestas projetadas radialmente sobre a mesma, tendo sido adotada a frequência 64 para obtenção de barras com comprimento de 3 (três) metros” (LEONE, 1969, p. 42) e às solicitações de cargas permanentes, como o peso próprio da estrutura metálica e os vidros, assim como aos esforços decorrentes do vento e da variação de temperatura (Figura 10).

O Hotel Manaus tem uma calota hemisférica de 300 metros de diâmetro, para funcionar como proteção da natureza. (...) O aumento da velocidade do transporte produz um grande choque físico, ecológico e cultural, pela diferença de condições climáticas e pela falta de tempo à adaptação, o que força à criação de um micro-clima para dar a quem chegue condições idênticas às de origem (BERNARDES, 1970, p.30).

Devido à complexidade da proposta, o domo demandou um cálculo estrutural sofisticado, sendo necessário o auxílio do computador IBM-7044 da Pontifícia Universidade Católica, que auxiliou no cálculo das coordenadas cartesianas, do comprimento e dos ângulos entre as barras metálicas.

O interesse de Bernardes por sistemas construtivos originais, inéditos e complexos remonta a outras experiências projetuais, pois sempre buscou se conectar com as inovações tecnológicas emergentes da produção industrial. O caráter experimental e a consciência construtiva do arquiteto se expressaram tanto em edifícios de menor porte, como a residência de Lota Macedo Soares (1951), onde ele empregou uma cobertura metálica treliçada com vergalhões de aço, como em obras de grande envergadura e visibilidade internacional, como o Pavilhão do Brasil em Bruxelas (1958), quando se valeu de uma estrutura mista de concreto e aço. Bernardes foi o primeiro arquiteto brasileiro a introduzir no país o uso de treliças espaciais em 1977 no projeto do complexo industrial da Schering, modelo de estrutura patenteada por Buckminster Fuller<sup>4</sup> nos EUA em 1961.

O domo do Tropical Hotel de Manaus se inspirou claramente na estrutura geodésica criada por Buckminster

<sup>4</sup> Inventor e arquiteto nascido em Massachusetts, EUA, em 1895. Por mais de cinco décadas se dedicou ao desenvolvimento de soluções pioneiras para problemas globais tendo popularizado o uso do domo geodésico na arquitetura. Morreu em 1983. Fonte Instituto Buckminster Fuller. <https://bfi.org/>

Fuller e construída para abrigar o Pavilhão dos EUA na Exposição Internacional de Montreal em 1967. Segundo Vieira (2006, p. 55), “comparando-se o pavilhão supracitado com o Hotel Micro-Clima de Manaus, fica evidente a fonte de inspiração que motivou Bernardes durante seu projeto, ainda que haja diferenças estruturais e materiais entre ambas”.

É importante ressaltar que o caráter experimental do projeto do Tropical Hotel de Manaus foi legitimado em grande medida por esta concepção estrutural e construtiva igualmente utópica, revelando que a postura moderna do arquiteto preconizava que o uso da tecnologia de ponta deveria estar a serviço do conceito de ambiente climático controlado.

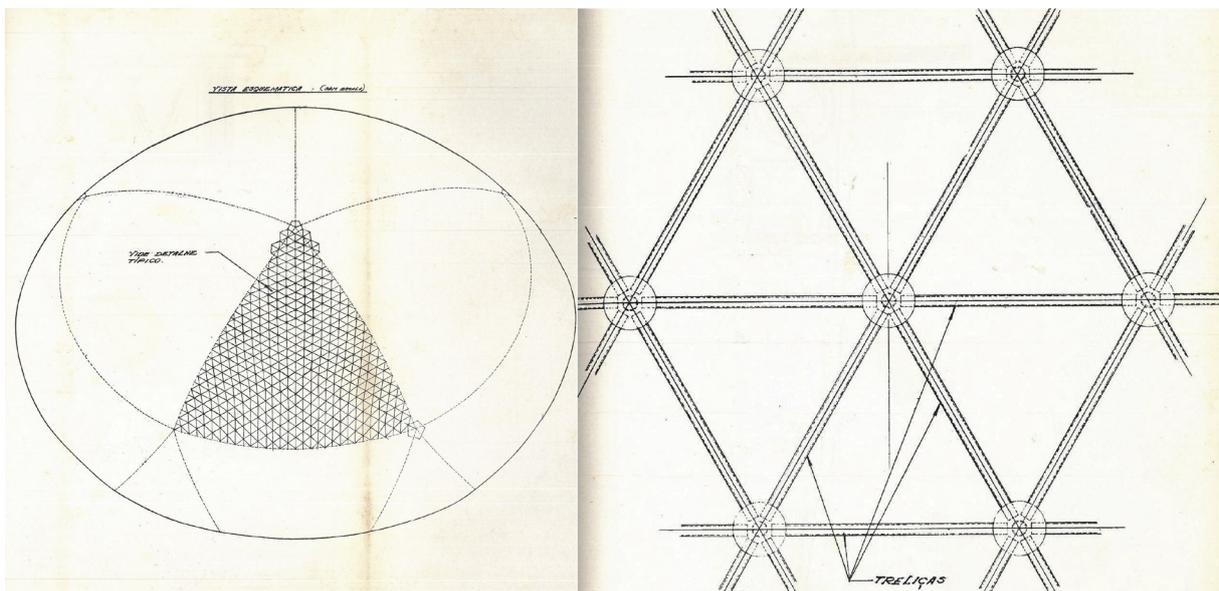


Figura 10  
Desenhos Estrutura Domo Tropical Hotel de Manaus  
Fonte: LEONE, 1969

## Aspectos ambientais

O bioma da Amazônia, devido a sua proximidade com a linha do Equador, caracteriza-se por um clima quente e úmido com chuvas abundantes e pouca variação de temperatura, aspectos que em conjunto com o rio, a fauna e flora, condicionaram sobremaneira a proposta ambiental do Tropical Hotel de Manaus.

O partido do domo geodésico como o elemento de controle climático e regulador do ambiente do complexo, embora excessivamente ambicioso, antecipou preocupações atuais em torno da sustentabilidade na arquitetura, sobretudo a utilização de tecnologias passivas de condicionamento ambiental, a auto-suficiência energética e o reaproveitamento dos recursos hídri-

cos. O domo foi concebido como alternativa de climatização, valendo-se de uma refrigeração mecânica, para manter no interior do complexo as condições ideais de temperatura, umidade e ventilação. Para tanto:

A parede do domo será constituída de uma camada dupla de vidro: o vidro exterior é térmico ("Katakolor") e reflete 85% do calor recebido. O vidro interior é temperado. Os 15% de calor que penetram através do vidro térmico aquecem o ar existente entre as duas camadas de vidro, provocando a sua circulação em correntes ascensionais que, saindo pelo orifício do topo do domo, causam a sucção de ar novo através dos degraus em que se apóia toda a circunferência da base da grande redoma. Esses degraus funcionam como uma gigantesca veneziana, que mantém as condições de vista para o exterior. (LEONE, 1969, p. 42)

Este sistema proposto por Bernardes dispensaria, em tese, a necessidade de intervenção humana constante ou de um maquinário. Além disso, o projeto previa o uso dos recursos naturais para complementar o condicionamento climático ao propor o desvio do fluxo das águas do Igarapé Tarumã, fazendo-as escorrer pelos degraus da base do domo e, conseqüentemente, resfriando o ar que é aspirado pela dinâmica de exaustão de ar quente criada pela dupla camada de vidro (Figura 11).

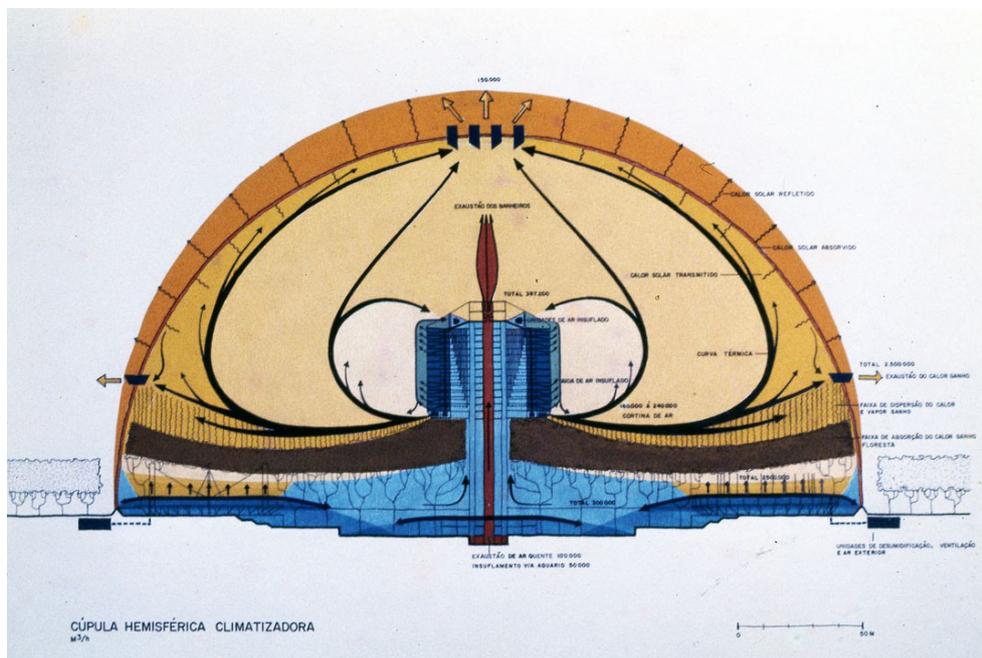


Figura 11

Esquema de Climatização do Tropical Hotel de Manaus

Fonte: <http://www.bernardesarq.com.br/pt-br/projeto/tropical-de-manaus-domus>

Bernardes e sua equipe perceberam que a proximidade com o Rio Negro favoreceria a ventilação acima das copas das árvores. A cúpula, então precisaria ser alta o suficiente para funcionar como uma espécie de barreira ao vento. Esse, em sua passagem pela abertura no topo – pelo “lanternin”, criaria um efeito conhecido como venturi, que seria poten-

cializado pelas correntes de ar ascendentes vindas da parte central do Hotel de Manaus. Um efeito batizado por Bernardes de "turbo-venturi". Dessa forma, o ar quente do interior da cúpula, naturalmente ascendente, seria "sugado" pelo vento e, também, pelas correntes de convecção geradas dentro da dupla camada de vidro da cobertura (VIEIRA, 2006, p. 111-112).

É preciso admitir que a proposta de Bernardes possuía um traço excessivamente racionalizante, onde se verificava a afirmação da condição natural do lugar e, contraditoriamente, a sua negação, ao propor uma "segunda natureza".

## Considerações finais

Embora tenha sido amplamente planejado, detalhado e justificado, a grande experiência do primeiro projeto para o Tropical Hotel de Bernardes não prosperou. A modernidade e inventividade presentes no conceito e na proposta arquitetônica e construtiva do empreendimento constituíam a sua fortaleza e a sua ruína. Obstáculos técnicos e financeiros inviabilizaram a sua realização. Ainda assim, uma segunda proposta (1970), que não é objeto de estudo deste artigo, foi encomendada pelos investidores a Bernardes.

O resultado foi a elevação do edifício central, que passou a ter o primeiro pavimento a 60 metros do solo, e a substituição do domo por uma saia de vidro sustentada por cabos e treliças de aço, descendo a partir do primeiro pavimento. O micro-clima, então, ficaria restrito às áreas comuns do hotel, enquanto os quartos funcionariam como um mirante, possibilitando a observação da intensa vida existente na copa das árvores. (VIEIRA, 2016, p. 118)

A materialização do Tropical Hotel de Manaus teve um destino muito distinto do que foi idealizado, pois a Companhia Tropical Hotel construiu no lugar um complexo de edifícios tradicionais, com referências neocoloniais. Ainda assim, a dimensão econômica e política se concretizaram, ao se firmar de fato a parceria entre o Estado e o mercado para impulsionar a atividade turística na Amazônia por intermédio da construção do complexo. Entretanto, houve um desvio na dimensão simbólica, posto que se abandonou a modernidade e a atitude de vanguarda do projeto de Sérgio Bernardes.

O projeto para o Tropical Hotel de Manaus pode ser considerado uma das experiências projetuais de Bernardes que anteciparam a criação do LIC (Laboratório de Investigações Conceituais), onde radicalizou suas propostas de intervenção no ambiente construído em escala geográfica.

Enfim, este trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla, comprometida com o estudo da articulação entre o turismo e a arquitetura moderna, identificando projetos e obras de hotéis modernos e o seu papel como testemunhos da gênese do desenvolvimento da atividade turística e a modernização na Região Norte e Nordeste do Brasil. A relevância desta pesquisa se sustenta, sobretudo, na necessidade de análise e documentação dos hotéis modernistas, constituindo uma premissa para a valorização e preservação do acervo remanescente.

## Agradecimentos

Ao CNPq e a UFC, que custeiam alunos com bolsa do PIBIC. Ao arquiteto Sérgio Bernardes que inspirou os autores com a dedicatória da publicação do Tropical Hotel de Manaus: "à Faculdade de Artes e Arquitetura (UFC) ofereço este trabalho, que representa a conscientização da intuição, um trabalho de equipe em que cada um de nós representa o todo", em 18 de abril de 1969.

## Referências

ANDRADE, T. K. ; TAVARES, M. G. C. *O projeto de integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares*. Confins (Paris), v. 14, p. 1-1, 2012.

BERNARDES, S. *Vanguarda: prospectiva e busca*. Revista Cultura, nº 1. Editora Vozes, jan.-fev. 1970.

LEONE, J. C. *Tropical Hotel de Manaus*. Rio de Janeiro: José Carlos Leone e Associados Consultores Industriais, 1969.

MONTANER, J. Maria; MUXÍ MARTINEZ, Z. *Arquitetura e política. Ensaio para mundos alternativos*. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

PAIVA, R. A. *Tropical Hotel Santarém, de Arnaldo Furquim Paoliello. Uma "pérola" moderna na Amazônia*. Arqtextos, São Paulo, ano 15, n. 175.03, Vitruvius, dez. 2014 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.175/5378>>.

VIEIRA, M. P. *Sergio Bernardes: Arquitetura como Experimentação*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SALADINO, A. O fechamento da Panair do Brasil e a ascensão da VARIG. *Cantareira (UFF)*, v. 3, 2005, p. 1-20.

---

VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo.  
Observações sobre as relações da Garagem de Barcos de Vilanova Artigas com o lugar. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 203-220, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 16/10/2016  
data de aceite: 25/04/2017

## Observações sobre as relações da Garagem de Barcos de Vilanova Artigas com o lugar

Fernando Guillermo Vázquez Ramos

**Fernando Guillermo Vázquez Ramos** é Doutor Arquiteto; professor do PGAUR-USJT; prof.vazquez@usjt.br

### Resumo

A Garagem de Barcos, projeto de João B. Vilanova Artigas de 1961, às margens da represa de Guarapiranga para o Santapaula Iateclub, é obra representativa do trabalho do arquiteto no início dessa década, momento de consolidação de uma linguagem pessoal muito rica e inovadora que usava o concreto armado como elemento expressivo. Neste artigo, analisamos sua relação com o lugar onde foi construída, apontando elementos que indicam um diálogo com esse lugar e suas peculiaridades, não só no aspecto funcional, de programa, mas também em função das demandas originais.

**Palavras-chave:** Análise formal. Implantação. Análise urbana. Crítica de arquitetura.

### Abstract

*The building "The Boathouse" was designed by the architect João B. Vilanova Artigas and is found on the shores of the Guarapiranga Dam, at the Santapaula Yatch Club, in the city of São Paulo. This construction represents the architect's oeuvre in the early 1960's, when a very rich and innovative personal language using reinforced concrete as an expressive element was being consolidated. In this article, we analyze its relationship with the place where the building is located. In addition, we point out relations between the place and its peculiarities both from a program's functional point of view and in accordance with the physical demands of the place.*

**Keywords:** Paulista modern architecture, brutalism, place, preservation.

### Resumen

*El edificio conocido como "el garaje para barcos", proyecto que João B. Vilanova Artigas realizó en 1961, en las orillas de la represa de Guarapiranga, para el Club de Yates Santapaula es obra representativa del trabajo del arquitecto a principios de esa década, cuando con la consolidación de un lenguaje personal muy rico e innovador usaba el hormigón armado como elemento expresivo. En este artículo se analiza su correlación con el sitio donde se encuentra, señalando las relaciones que indican una conversación con el lugar y sus peculiaridades, no sólo desde un punto de vista funcional, de programa, sino también en la obediencia a las exigencias físicas que la propia ubicación le requiere.*

**Palabras-clave:** Arquitectura moderna paulista, brutalismo, lugar, preservación.

## Introdução

**E**m 1961 e em sociedade com Carlos Cascaldi, Vilanova Artigas projetou três importantes edifícios de formato longitudinal: o vestiário do São Paulo Futebol Clube, o Anhembi Tênis Clube e um anexo, um varadouro de uso social, para o Santapaula Iateclub: a Garagem de Barcos. Com soluções estruturais arrojadas e resultados plásticos inovadores e poderosos, foram considerados, nas palavras do próprio arquiteto e de seu colega Jon Maitrejean<sup>1</sup> (FERRAZ, 1997, p.92), uma verdadeira “virada estética” para a arquitetura paulistana dessa década. No mesmo ano, Artigas fez o projeto para o novo prédio da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Todos eles têm semelhanças (e diferenças) importantes, prova da preocupação com questões construtivas, estruturais e formais do arquiteto num dos momentos mais criativos e produtivos de sua vida profissional.

São obras que certamente devem ser estudadas em conjunto, como se faz desde Yves Bruand (1981, p.300-305), mas a Garagem de Barcos (Figura 01) requer uma abordagem diferente. Exige a compreensão das relações que estabelece com elementos próximos, como a represa e a sede do Santapaula e ainda a trama urbana do bairro-jardim de Interlagos.<sup>2</sup> Essas relações, sugeridas pelas preexistências – que João M. Kamita (2000, p.40) chama de “aspectos paisagísticos envolvidos” –, a distinguem de suas congêneres de 1961, dando-lhe uma particularidade que deve ser sublinhada: as afinidades e relações com o lugar. Relações que o referido grupo de obras paradigmáticas não estabelece nem requer.

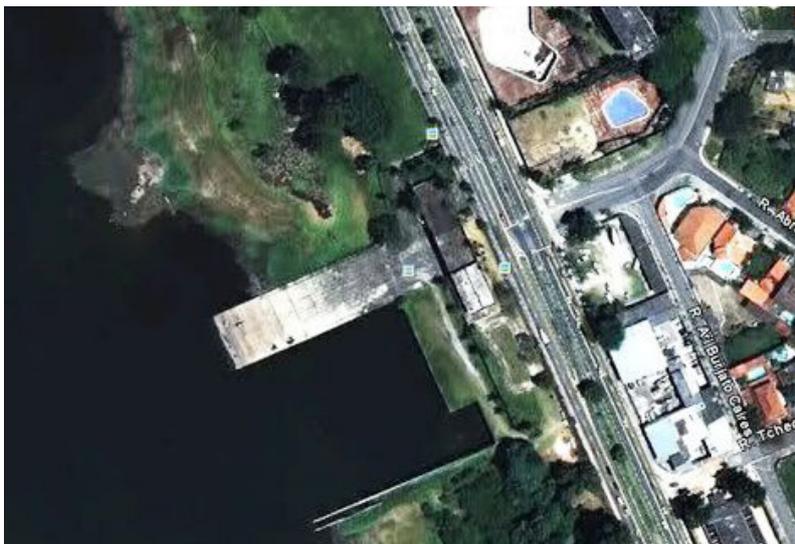


Figura 1

Foto da área ocupada pela Garagem de Barcos, frente ao Santapaula Iateclub e na margem da represa de<sup>3</sup> Guarapiranga.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1197341>>. Acesso em: 3 mar. 2014

<sup>1</sup> Maitrejean foi aluno de Artigas e, mais tarde, já como professor da FAUUSP, seu colega de ensino. Nessa condição, em 1969, foram ambos, junto com Paulo Mendes da Rocha, afastados pelo regime militar. Maitrejean compartilhava com Artigas uma visão de mundo e também uma forma de fazer arquitetura.

<sup>2</sup> Apelidado pelos investidores, na época de seu lançamento, “Cidade Satélite Balneária de Interlagos”.

<sup>3</sup> As permanências da trama urbana e a imobilidade pétrea do edifício da Garagem mantêm até hoje a mesma relação. Assim, o fato de a imagem não ser da época não prejudica esta discussão.

Na documentação original do projeto das outras obras, nada leva a supor que o arquiteto tenha pensado, como parte das premissas de projeto, no entorno de onde se construiria seu novo edifício. Exceto pelo grande porte, nenhum dos edifícios de 1961 pode ser considerado urbano, talvez porque realmente não estejam na cidade (tanto a FAU como os vestiários do São Paulo ficam dentro de áreas restritas, respectivamente, a Cidade Universitária e o Clube) ou porque tenham sido projetados para áreas de urbanização incipiente<sup>4</sup> (o Anhembi Tênis Clube no Alto de Pinheiros e a Garagem em Interlagos).

<sup>4</sup> Ver a situação de (des)ocupação no mapa de São Paulo de 1958, GEOPORTAL. Disponível em: <<http://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

Contudo, para compreender a Garagem de Barcos, um estudo deve contemplar sua localização e suas relações com a cidade (ou ao menos com o traçado urbano preexistente), com a margem da represa de Guarapiranga (como específica porção de terra com uma topografia peculiar), com a água (elemento primordial sempre presente, mas em constante movimento) e com o edifício-sede do clube (estrutura abandonada de um hotel que foi reformulado por Artigas e Cascaldi) a partir de 1960 para transformá-la num empreendimento de lazer), do qual a Garagem faz parte, como um dos anexos do chamado “setor náutico”.

Neste artigo, consideramos a obra em função de suas relações com a terra e a água principalmente, como relações primárias que o arquiteto estabelece com o lugar,<sup>5</sup> com o ar, como analogia da liberdade formal na composição das massas e da transparência que elas admitem. Finalmente, discutimos a relação da obra com a porção de cidade – o fragmento, diria Aldo Rossi (1982, p.114) – com a qual se relaciona diretamente e com a sede social do Iate Clube, que fica do outro lado da Av. Atlântica (atual Robert Kennedy). Pensamos que, assim, conseguimos integrar à análise do projeto todas as preexistências que lhe dão amparo e razão de ser. Assumimos essa temática como complementação ao que já escreveram outros autores, entre os quais destacamos João Masao Kamita (2000), Julio Katinsky (2003), Ruth Verde Zein e Lêda Brandão de Oliveira (2003) e, mais recentemente, Andréa de Oliveira Tourinho (2015).

<sup>5</sup> Tomamos o conceito de *lugar* nos dois sentidos que lhe dá Aldo Rossi (1982, p.185-186): aquele que segue Palladio e Milizia, isto é, como valor topográfico e funcional (o sítio, a situação), mas também aquele que intui um significado mais profundo, encarnado pelo *genius loci*, onde há uma predestinação, ou pelo menos uma inclinação que induz a arquitetura a acompanhar alguma “singularidade” do *locus* (a relação entre o local e as construções que nele se levantam) capaz de determinar o objeto arquitetônico (como projeto) e sua posterior compreensão (como história e crítica).

## Garagem de Barcos

O programa é bastante simples: área de atracamento de barcos, ao centro em nível mais baixo; depósito de motores e vestiários, de um lado, restaurante e cozinha, do outro. O partido é igualmente básico: um terrapleno e uma estrutura de cobertura (KAMITA, 2000, p.86).

Com essa singela descrição, Kamita dá por encerrada a apresentação da Garagem de Barcos, a que se seguem fotos, plantas e cortes do edifício e do projeto. Segundo o autor, trata-se do “elemento básico e originário de construção do abrigo primitivo: um teto e seus apoios” (KAMITA, 2000, p.25). A cobertura é uma longa e estreita faixa de concreto paralela à margem da represa de Guarapiranga, à qual se conecta por um imenso plano inclinado que permite o fluxo dos barcos entre a água e a Garagem.

Na mesma época, Artigas testou esse tipo de cobertura, estreita e longa, com diferentes soluções construtivas. No entanto, no edifício da Garagem de Barcos, ela se apresenta de uma forma aparentemente mais simples, como se tivesse sido apenas assentada sobre seus apoios. Assim, uma longa cobertura tripartida de concreto armado de 15 x 70 m apoia-se em vigas longitudinais que, por sua vez, repousam em oito apoios laterais. Nos lados compridos, as vigas empenas recebem o peso da cobertura tripla desviando-o até os apoios, assentados de tal forma que o arquiteto deixa flutuando as pontas da laje da cobertura, forçando um balanço de mais de 10 m em cada lado<sup>6</sup> (Figura 02).

<sup>6</sup> Há belas descrições do edifício nos textos citados, mas recomendamos especialmente a de Andréa Tourinho (2015, p.176).



Figura 2  
Vista da laje em balanço, lado norte.  
Fonte: acervo do autor.

Um generoso espaço interno livre destina-se ao abrigo dos barcos do clube e à sociabilidade dos usuários num bar e no vestiário. Além da conotação utilitária, o modesto programa mostra que o edifício foi pensado como um pavilhão, isto é, um edifício do qual se

pode contemplar (a paisagem, por exemplo), ou uma construção para ser contemplada (a partir da paisagem). Como um templo grego, o edifício-pavilhão tem uma mínima atividade interior e uma máxima relação com o entorno, que se deleita com a água. Também como um templo, usa do pódio, que, em pedra, eleva a construção às alturas. Ainda como um templo, abre seus braços para receber os fiéis e seus barcos que chegam da represa.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Não cabe aqui entrar na discussão do templo como imagem associada às obras de Artigas desse período (especialmente o edifício da FAUUSP), porque outros autores já o fizeram. Ver, por exemplo, o já mencionado livro de Kamita (2000) e o artigo "O templo-escola", de Ana Paula Pontes (2015).

Há um jogo permanente entre os elementos arquitetônicos desse pavilhão: os terraplenos e seus muros de contenção, que se transformam em pódios de pedra bruta; a conexão do plano inclinado, que une o edifício à água da represa e se apresenta como um enorme contraponto formal perpendicular ao edifício; a cobertura tripartite, que flutua sobre apoios triangulares; as longas vigas laterais e seus jogos formais, que alteram as proporções de comprimento e altura; e o enorme espaço interno, que se organiza, digamos, de forma topológica, isto é, ao mesmo tempo se unindo e separando da terra, com espaços que se conectam e se compactam, se abrem e se libertam.

Apesar da planta praticamente livre, não há aí um espaço fluido, porque o piso e a cobertura se fraturam para criar inflexões que desconectam os fluxos funcionais (a circulação das pessoas), mas estabelecem conexões visuais e sensações espaciais de compartilhamento de um volume único. Ainda assim, esse volume único (reforçado pela cobertura) se dissipa na falta de vedações e de limites visuais entre interior e exterior. O pavilhão não é propriamente um edifício, mas um portal de acesso ao lago. É um arco de triunfo que emoldura (e delimita) a água (Figura 03).



Figura 3  
Vista do tramo central do vão maior, fachada da Av. Atlântica.  
Fonte: acervo do autor

Como afirmou Kamita (2000, p.40), “é uma espécie de monumento cosmológico, porque anseia estabelecer um diálogo direto com os elementos fundamentais da natureza: sol, água, ar e terra”.

## Terra

Entre os arquitetos brasileiros, um trabalho que reconhecidamente tem relação com a terra<sup>8</sup> e com a tectônica<sup>9</sup> que demanda essa relação é o de Artigas. Como afirmou o Prof. Julio Katinsky (2003, p.71), Artigas “afeiçoa o espaço circundante de maneira tão coerente que se tende a acreditar que a topografia foi sempre aquela resultante dos cortes e aterros feitos [...] a verdade do terreno primordial passa a ser a verdade do terreno construído agora”. É essa adaptação do espaço ao primordial que o transforma numa experiência habitual para o habitante. A terra e a relação que o edifício estabelece com ela, a partir dela ou para ela (ainda que a modifique, como sempre acontece quando a arquitetura se posta nela) — é esse nexos de continuidade que o homem tem aprendido a cultivar desde tempos imemoriais: o habitar. Artigas (2004, p.119-121) retomava as palavras de Martin Heidegger<sup>10</sup> quando considerava a “casa como criação” e apontava a “soleira”<sup>11</sup> — justamente um elemento que se vincula à terra — como a ponte que conectava a vida interior com a vida exterior da cidade, isto é, com a vida em sociedade.<sup>12</sup>

O caráter telúrico da Garagem de Barcos é evidente também. O edifício indica imediatamente sua relação com a terra, à qual parece prender-se por sua horizontalidade e pouca altura, que enfatiza a linha do horizonte, remetendo à horizontalidade da margem e, ao mesmo tempo, à da avenida que o separa da sede do clube (Figura 04).

<sup>8</sup> Aqui, dizemos *terra* em sentido amplo: povo, cultura, sociedade e pátria.

<sup>9</sup> O termo *tectônica* tem sido usado algumas vezes para tratar da obra de Artigas (FRAMPTON, 2010; ARTIGAS, R. C., 2003, por exemplo), mas aqui tem o sentido que lhe dá Helio Piñón (2006, p.128): “aspecto da construção que transcende o seu papel básico de produção material para aludir à dimensão construtiva sobre a qual se baseia a identidade dos artefatos [arquitetônicos]”.

<sup>10</sup> Da palestra “Construir, habitar, pensar”, de 1951.

<sup>11</sup> Arquitetos como Aldo van Eyck, Herman Hertzberger ou Giancarlo De Carlo, tradicionalmente ligados ao estruturalismo e à fenomenologia, também se remetiam à soleira para definir ou explicar sua arquitetura.

<sup>12</sup> Como neste artigo a relação com o pensamento heideggeriano não é central, mas o próprio Artigas o cita como referência, remetemos o leitor a nosso artigo “As cidades como as casas” (VAZQUEZ RAMOS, 2015, p.67-68), em que abordamos mais pormenorizadamente a forma pela qual Artigas se relaciona com o pensamento de Heidegger. Recomendamos ainda a leitura do texto de Kamita (2015, p.78-79) “A importância de João Vilanova Artigas”, que dialoga com o anterior.



Figura 4  
Fachada na Av. Atlântica.  
Fonte: acervo do autor

Os muros de pedra do pódio, que contêm o terreno, expressam sua força e seu modo de ser: uma energia que vem das profundezas. Um pódio que até certo ponto lembra os trabalhos de Mies van der Rohe, que também gostava de elevar suas construções sobre pequenas plataformas. Mas, ainda que possa estar inspirado na arquitetura do arquiteto alemão (MAHFUZ, 2005), esse pódio de Artigas não é nem tão perfeito, nem tão etéreo.<sup>13</sup> Trata-se mais de um “gesto ao mesmo tempo tectônico e topográfico” (FRAMPTON, 2010, p.7), pelo qual o espaço parece comprimir o solo para se aproximar da água.

<sup>13</sup> Nas obras de Mies van der Rohe, um pódio “perfeito” seria o do Pavilhão Alemão (Barcelona, 1929), e um pódio “etéreo”, o da casa Farnsworth (Plano, 1946-51).

O pódio de pedra bruta se eleva da terra em formato piramidal (Figura 05) para receber a contra-forma, também piramidal mas invertida, do apoio da cobertura, que abandona a configuração tradicional da coluna, um prisma retilíneo, para assumir o caráter misto de uma parede, ou uma viga, que sutilmente se alonga para alcançar o piso. Artigas brinca com o desenho da coluna que estava pensando para o edifício da FAU, com esse jogo de triângulos contrapostos, invertidos, que conversam pelos vértices onde confidenciam as cargas que recebem e distribuem. No caso da FAU, usando o mesmo material, mas alterando a geometria do plano frontal; no caso da Garagem, alterando a materialidade e reforçando o ponto de contato, o lugar da conversa, do canto.

Trata-se da “verdade do terreno primordial” que, no entanto, deve ser construída pelo arquiteto, que a reconhece e aceita, mas também a projeta e realiza de um modo “que pressupõe esforços heroicos” (KAMITA, 2000, p.39). Artigas retrabalha o terreno natural, que desce em declive da avenida para a água, criando duas áreas em patamares, ao norte a ao sul, e deixando livre o centro, onde levanta o pé direito duplo que dá para a represa e para a rampa. Essa forma de contornar a declividade não a anula, mas a interrompe dando-lhe novas significações. Especialmente do lado norte, onde uma escadaria em escorço (Figura 06) dá acesso ao andar superior a partir do nível do terreno. Esse lado é o lado contíguo ao túnel que une a Garagem à sede do clube.

Nesse jogo de planos inclinados que sobem e formas diagonais de concreto que descem, a terra toma conta do que não lhe pertence – a cobertura. Assim, a terra chama a cobertura, que é tectônica, no sentido já mencionado, e precisa da terra para sobreviver; sem a terra, a cobertura não teria sentido, cairia e seria chão também.



Figura 5  
Detalhe de pilar e junta de dilatação sobre o pódio de pedra. Estado atual.  
Fonte: acervo do autor

Tal como na casa Farnsworth, de Mies van der Rohe, a cobertura se ancora na terra por seus “pilares reduzidos”, sutilmente transformados na Garagem em juntas (roletes) metálicas (outra materialidade que se soma à pedra e ao concreto) que articulam o peso e gentilmente o entregam à terra. O ponto de junção, de conversa entre a cobertura e a terra está na transposição de materiais que se estabelece entre os planos do teto e do piso. A mediação da viga, transformada em pilar, do fuste transvestido de rolete e a base que em sua materialidade pétreia retoma o sentido de firmeza do chão (Figura 07), pois são “uma continuidade da fundação” (CASCALDI apud TOURINHO, 2015, p.187), compõem um dos mais belos conjuntos arquitetônicos já criados por Artigas e Cascaldi.

A grande massa e o grande peso das coberturas se descarregam em oito pontos de apoio mínimo (os roletes metálicos), que resultam da alteração formal da coluna reduzida a um capitel e algo mais: “[o] que

me encanta é usar formas pesadas e chegar perto da terra, dialeticamente, negá-las” (ARTIGAS, 2004, p.227). A junta de dilatação e os roletes metálicos são o ponto mínimo de transição que pretende realizar essa façanha, reduzir a um mínimo tectônico a necessidade de um apoio que acaba sendo visualmente enorme quando se contempla a cobertura.



Figura 6  
 Detalhe da escadaria do lado da represa. Esquerda, imagem dos anos 1960. Fonte: Kamita (2000, p.87).  
 Direita, foto do estado da obra em 2014.  
 Fonte: acervo do autor



Figura 7  
 Detalhe de pilar e apoio na junta de dilatação (rolete metálico).  
 Fonte: acervo do autor

Finalmente, o pavilhão tem um “cordão umbilical”, pouco comentado,<sup>14</sup> que, no lado norte do edifício, estende um túnel (Figura 08) que serve denexo funcional entre a Garagem e a sede do clube, do outro lado da Av. Atlântica. Esse vínculo operacional não era uma necessidade do momento, pois, como afirma Adelino Boralli (apud TOURINHO, 2015, p.183), a avenida não tinha quase movimento; era em realidade uma projeção otimista do futuro, quando o túnel seria imprescindível para manter o vínculo entre sede e anexo.

Contudo, o túnel deve ser entendido também como uma necessidade simbólica que enraíza o pavilhão à fonte de energia que lhe dá vida – o clube. Sem essa ligação vital, seria terra erma; isolado pela infraestrutura urbana, agonizaria – como de fato agoniza hoje –, abandonado na margem. Artigas usa a terra como elemento integrador de um projeto mais abrangente que o edifício, que deve ser entendido como parte de um complexo sem o qual perde o significado.

<sup>14</sup> Excelentes exceções são a comunicação de Ruth Verde Zein e Lêda Brandão de Oliveira (2003) e o artigo de Andréa de Oliveira Tourinho (2015), assim como a interpretação dos órgãos de preservação. Embora não esteja concluído até hoje o processo de tombamento do conjunto do Santapaula Iateclube, são louváveis e acertadas as intenções do Condephaat manifestas no Art. 1º, Parágrafo 3º do dossiê preliminar da resolução de tombamento, que prevê especificamente preservar “o túnel de ligação, destacando-se sua importância como conexão entre as construções criando a noção de conjunto”. Disponível em: <[http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657\\_manha.pdf](http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657_manha.pdf)> (p.26). Acesso em: 30 set. 2016. O Conpresp (Resolução n. 03/2007) tombou seguindo a mesma interpretação. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d878a\\_03\\_T\\_Conjunto\\_Santapaula\\_Iateclube.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d878a_03_T_Conjunto_Santapaula_Iateclube.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2016.



Figura 8

Acesso ao túnel sob a Av. Atlântica, do lado da margem (setor náutico).

Fonte: acervo do autor. Imagem aérea do clube nos anos 1960 com indicação da posição da passagem subterrânea. Disponível em: <[http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657\\_manha.pdf](http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657_manha.pdf)> (p.18). Acesso em: 30 set. 2016.

## Água

Depois de definir as relações da Garagem de Barcos com a terra, lugar onde naturalmente se assenta a arquitetura, é a água que deve ser estudada como elemento capaz de explicar as relações que se estabelecem na implantação na funcionalidade do edifício. A água também comparece no Anhembi Tênis Clube, justificando o tratamento escultural dos elaborados pilares, mas aí é antes uma expressão das inspirações plásticas do arquiteto do que um elemento de integração do projeto.

A água é um elemento vital do edifício: sem ela, essa “garagem” em um “setor náutico” não teria sentido —

15 Na figura 01 (foto aérea), vê-se a proporção do plano inclinado em relação ao edifício. Como 1961 foi um ano de seca, foi possível construir a enorme rampa (BORALLI apud TOURINHO, 2016, p.184).

barcos precisam de água. Mas, apesar de esse ser um fato circunstancial, Artigas se mostra particularmente sensível a ele. E, a despeito de o edifício não ser monumental (WISNIK, 2010, p.20) – uma vez que não se impõe à paisagem, mas dialoga com ela –, tem um monumental plano inclinado (Figura 09)<sup>15</sup> que une o pavilhão à água. Não só pelo tamanho (cerca de 30 x 45 m) (BORALLI apud TOURINHO, 2015, p.184), mas também por sua presença na parte mais baixa do terreno, que acentua o caimento em direção à represa.



Figura 9  
Vista lateral da rampa da Garagem de Barcos.  
Fonte: acervo do autor

Uma verdadeira rampa processional, acesso privilegiado ao templo náutico, liga a superfície da água ao interior do edifício. Sem essa rampa, haveria apenas um edifício na margem. Com ela, há um complexo mecanismo que põe em relação as forças da terra e as da água e, com sua massa cinzenta e dura, ao mesmo tempo em que imerge no elemento líquido, se eleva naturalmente até o interior aéreo do pavilhão, penetrando-o. Outro cordão umbilical, como o túnel – não fosse seu tamanho colossal.

16 Usamos o termo no sentido daquilo que excede, simbolicamente, os limites ordinários do elemento. Nesse caso, a finalidade funcional da rampa.

O plano inclinado é o elemento topográfico transcendente<sup>16</sup> que, saindo da água e entrando pela parte inferior do edifício, imprime o sentido do percurso natural, habitual do homem. Uma *promenade architecturale* que se prolonga nos espaços interiores do pavilhão, onde rampas e escadas multiplicam as possibilidades de circulação. Poderia ter sido um pír, como mostram alguns desenhos em perspectiva do próprio Artigas, mas finalmente se decidiu por uma rampa que penetrasse a água, chegasse às profundezas da represa, desdenhasse as secas que limitam a força da água.

Essa rampa – pois o plano inclinado não é outra coisa senão uma grande rampa – é o dispositivo arquitetônico que dá sentido à existência do pavilhão no setor náutico. Como em muitos outros trabalhos de Artigas, é a rampa que dá sentido à relação espacial entre as partes do projeto, o que permite afirmar que a represa e a água foram pensadas como partes também. Não só do ponto de vista paisagístico, mas funcional e formal. Frente ao discreto desempenho da fachada que dá para a Av. Atlântica, onde prima a dimensão horizontal que esconde o edifício da cidade, comprimindo a cobertura contra o piso, a fachada que se oferece à represa se abre ostensivamente em dois níveis que conjugam um pé direito duplo na boca de entrada do grande plano inclinado (Figura 10).



Figura 10

Acesso, com pé direito duplo, ao edifício da Garagem de Barcos a partir da rampa.

Fonte: acervo do autor

No lado da água, o pavilhão aceita seu destino de templo e se monumentaliza, integrando, no entanto, o entorno da margem (a água) e o interior (o espaço coberto), através do acesso dos barcos: o plano inclinado (a rampa).

## Ar

O ar é o componente menos óbvio, mas, ainda assim, está presente no complexo pavilhão e no singelo programa funcional. O ar é tudo: o grande espaço interior que interage com o exterior e se projeta pelas fendas entre as enormes vigas laterais. Ele sai e entra pela boca da fachada poente, a da represa, e desliza pelo plano inclinado até alcançar a água.

Um espaço, uma ágora interior, pelo qual flui a mirada do homem e por onde o próprio homem se desloca livremente. Mas o ar também comparece como leveza, em seu sentido transcendental (KAMITA, 2000, p.39). A audaciosa redução dos apoios ao mínimo possível e ainda a do próprio pilar a um enorme capitel (Figura 11), que usa uma junta articulada (rolete metálico) de fuste e repousa num pedestal liliputiano, solta a cobertura, que abre suas *assas* — os balanços norte e sul — como se fosse um pássaro disposto a descer a rampa e levantar voo sobre a água. A contraposição da ancoragem permite pensar assim.



Figura 11  
 Detalhe de pilar: capitel, fuste e base. Estado em 2014.  
 Fonte: acervo do autor

A própria tripartição da cobertura é uma oferenda ao ar, que escapa facilmente pelo grande plano horizontal de concreto da cobertura. A caixa não se fecha nem nas paredes laterais, praticamente inexistentes, nem na cobertura, que não é contínua, mas deixa ver o céu e permite entrar a luz do dia (Figura 12). O ar impregna o conjunto transformado em brisa (ou vento) que percorre o lugar em todas as direções, de norte a sul, de leste a oeste, e de cima abaixo, em direção à represa e à cidade.



Figura 12  
Transparências a partir do exterior.  
Fonte: acervo do autor

A cobertura, que se identifica com o ar, tende a se elevar – de fato, flutua sobre o pódio. Sem as âncoras das juntas, ela levitaria, mas a gravidade a contém. Essa ideia de leveza que o ar empresta à obra se evidencia ainda mais no grande vão que se abre sobre o pé direito duplo da fachada que dá para a represa, onde todos os elementos se combinam.

Cobertura, espaço interno, pódio de pedra e plano inclinado formam a unidade dos elementos cosmogônicos<sup>17</sup> que Artigas usou para conceber esse templo funcional relacionado com a terra, a água e o ar.

## Cidade

Finalmente, comparece a cidade. Não como pano de fundo ou mero fato circunstancial. A estrutura da cidade determina a localização do edifício, que se relaciona com o sistema das ruas preexistentes. O complexo do setor náutico projetado por Artigas tinha mais de um edifício: pelo menos dois, a Escola de Vela e a Garagem de Barcos. Mas o acesso ao conjunto seria pela Garagem, porque era o edifício que estava mais perto tanto da saída do túnel como da avenida. Também porque seria o primeiro a ser construído. Sua localização não é aleatória; ele não está em qualquer lugar na

<sup>17</sup> Usamos o termo *cosmogônico*, que emprestamos de Kamita (2000, p.40), em seu sentido mais amplo, figurativo, que se refere aos elementos básicos da criação do mundo e da vida: terra, água e ar. Entendemos que, como nós, o autor não pretende tecer reflexões fenomenológicas, mas fazer uma análise e crítica de arquitetura por meio da obra. Outros autores têm chamado atenção para a relação com esses elementos; por exemplo, Sawaya (2000, p.29-30).

margem. Tampouco está em frente ao edifício da sede, pois, apesar de baixo, prejudicaria a vista da água a partir das piscinas do clube.

Analisando a localização do vão duplo central do edifício da Garagem, percebemos imediatamente que está alinhado com a Av. Berta Waitman, do lado da cidade, e com a rampa, do lado da represa (Figura 13). A localização do grande vão central no cruzamento das avenidas justifica a localização geral do edifício nesse ponto específico.

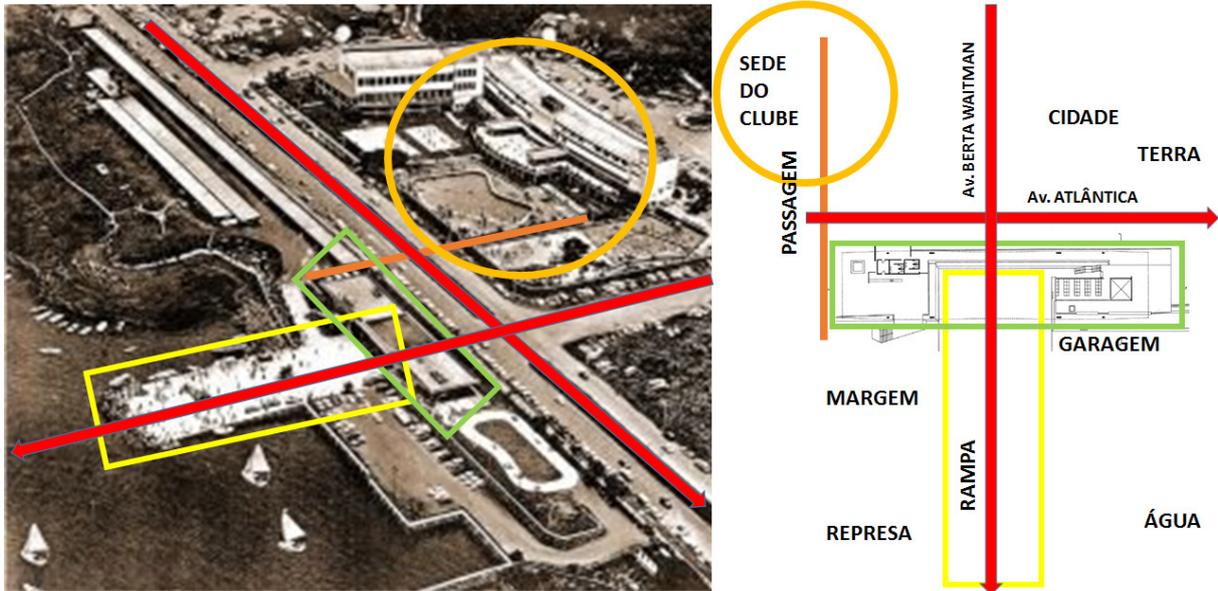


Figura 13  
Imagem aérea do clube nos anos 1960, com indicação da sede, da Garagem, da rampa e das vias de comunicação e da passagem subterrânea.  
Base da imagem disponível em: <[http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657\\_manha.pdf](http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Pauta%201657_manha.pdf)> (p.18). Acesso em: 30 set. 2016. Esquema geral de implantação. Fonte: acervo do autor.

O vão maior, que é central (Figura 14), permite uma melhor transparência e visibilidade da represa, possibilitando a relação entre a água e a terra, entre a área recreativa e a cidade. O edifício da Garagem de Barcos não é uma barreira que oculta a beleza paisagística do lago da vida urbana da cidade. Quem trafega pelas avenidas do bairro jardim sempre pode contemplar o horizonte que se abre entre o chão e a cobertura do edifício.

Caminhando pela avenida perto do edifício, é fácil ver a rampa, que fica do outro lado da grande cobertura, o que permite entender continuação da trama urbana, transformada em via que submerge no lago (Figura 15). Essa continuidade é importante antes do ponto de vista conceitual que prático, mas a evidência da continuidade dessa calçada no eixo da avenida é reforçada pelos patamares que flanqueiam o vão. Tudo no edifício

se transforma num jogo de planos (perpendiculares, inclinados e paralelos) que, sem impedir a vista (da paisagem urbana e da natural), acompanham o transeunte ao longo dos setenta metros da construção.



Figura 14  
Transparência do vão central da fachada sobre a Av. Atlântica.  
Fonte: acervo do autor



Figura 15  
Vista da rampa através do vão central da fachada sobre a Av. Atlântica.  
Fonte: acervo do autor

## Conclusão

A Garagem de Barcos é um edifício singular na obra de Artigas, não só por suas qualidades formais, funcionais e técnicas (construtivas), mas sobretudo pela integração perfeita ao lugar onde o edifício foi implantado. A consistência da conexão entre a obra e a represa, a sede do clube e a cidade é evidente na precisa localização da construção centralizada sobre o prolongamento do cruzamento das principais avenidas a que se vincula. Assim, a edificação fica ligeiramente deslocada das vistas principais da sede e ainda próxima à saída da passagem subterrânea que permitia a circulação dos sócios entre o prédio central e seu anexo. A Garagem não é uma construção à margem da represa, mas um complexo mecanismo que atua com a represa e para a represa. A rampa que, saindo de seu coração, entra nas profundezas do lago serve de lembrança da acaba sensibilidade de Artigas para reconhecer aspectos fundamentais do lugar, que deveriam sempre importar à arquitetura.

Lamentavelmente, hoje, o edifício se encontra não só em péssimo estado de conservação, como atestam as fotografias que ilustram este artigo, mas também sem finalidade, abandonado na margem da represa e sem sua ligação com a sede do clube, que não mais existe. Apesar da declaração de tombamento (Conpresp), a obra ainda está ameaçada não só em sua integridade física (pela degradação e pelo abandono), mas também pelos possíveis projetos de reforma que já foram sugeridos no passado e que ainda podem vir a se efetivar. Trata-se de projetos que desconhecem – ou desprezam – as relações paisagísticas e contextuais do edifício com seu entorno. Lembrar que se trata de uma obra “contextual” e exigir que se preserve esse laço com as preexistências que lhe deram origem e sentido é um dever da academia. Sirva este pequeno ensaio para tal finalidade.

## Referências

ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ARTIGAS, R. C. Encruzilhadas e caminhos: cinquenta anos de história. In: CASA DA CERCA. *Vilanova Artigas arquiteto*. A cidade é uma casa. A casa é uma cidade. Almada (Pt): Centro de Arte Contemporânea Casa da Cerca, 2001. p.70-83.

BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FERRAZ, M. (coord.). *Vilanova Artigas*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Instituto Vilanova Artigas, 1997.

FRAMPTON, K. Vilanova Artigas y la Escuela de São Paulo. 2G, Barcelona, n. 54, p.4-10, 2010.

INSTITUTO TOMIE OHTAKE. *Exposição Vilanova Artigas*. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2003.

KAMITA, J. M. A importância de João Vilanova Artigas. *Risco*, São Carlos, n. 21, p.75-81, 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/121399>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

KAMITA, J. M. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000.

KATINSKY, J. R. Vilanova Artigas. Invenção de uma arquitetura. In: INSTITUTO TOMIE OHTAKE. *Exposição Vilanova Artigas*. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2003, p.24-83.

MAHFUZ, E. C. Ordem, estrutura e perfeição no trópico: Mies van der Rohe e a arquitetura paulistana na segunda metade do século XX. *Arquitextos*, São Paulo, ano 5, n. 57-02, fev. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/498>. Acesso em: 15 set. 2016.

PIÑÓN, H. *Teoria do projeto*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

PONTES, A. P. O templo-escola. *Monolito*, São Paulo, n. 27, p.108-115, 2015.

ROSSI, A. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

SAWAYA, S. B. Artigas, amigo e mestre. In: CASA DA CERCA. *Vilanova Artigas arquiteto*. A cidade é uma casa. A casa é uma cidade. Almada (Pt): Centro de Arte Contemporânea Casa da Cerca, 2001. p.16-51.

TOURINHO, A. O. O tombamento do antigo Santapaula Iateclub em Interlagos: memórias de uma modernidade paulistana. *Arq.urb*, São Paulo, n. 14, p.171-195, 2015. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-14/9-andrea-tourinho.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

VÁZQUEZ RAMOS, F. G. As cidades como as casas. *Risco*, São Carlos, n. 21, p.60-74, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/121397>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

WISNIK, G. Vilanova Artigas y la dialéctica de los esfuerzos. 2G, Barcelona, n. 54, p.21-24, 2010.

ZEIN, R. V.; OLIVEIRA, L. B. Um caso exemplar: a Garagem de Barcos do Clube Santapaula. Premissas para a recuperação de seu valor arquitetônico e ambiental. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. 5, 2003, São Carlos. Anais eletrônicos. São Carlos: DOCOMOMO BRASIL, 2003. *Apresentação de Trabalhos*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/144R.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

---

COSTA, Ana Elísia da; COTRIM, Marcio; GONSALES, Célia Castro. Transformações no esquema base/pilotis/mirante: narrativas sobre casas contemporâneas brasileiras. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 221-245, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 16/10/2016  
data de aceite: 25/04/2017

## **Transformações no esquema base/pilotis/mirante: narrativas sobre casas contemporâneas brasileiras**

*Ana Elísia da Costa, Marcio Cotrim, Célia Castro Gonsales*

**Ana Elísia da Costa** é Doutora em Arquitetura; professora da UFRGS; ana\_elisia\_costa@hotmail.com

**Marcio Cotrim** é Doutor em Arquitetura; professor da UFPB; marciocotrim@gmail.com

**Célia Castro Gonsales** é Doutora em Arquitetura; professora da UFPel; celia.gonsales@gmail.com

### **Resumo**

A noção de tipo sofreu transformações profundas na arquitetura moderna. A associação de um tipo específico ao projeto, como ação inicial, é seguida de uma série de operações que o preservam ou transformam, por meio de deformações e/ou sobreposições de fragmentos de outros tipos. A análise de procedimentos similares na arquitetura contemporânea é o principal objetivo deste artigo. Para tal, são analisadas comparativamente duas casas contemporâneas construídas em São Paulo e que possuem em comum um arranjo tripartido - base/pilotis/prisma-mirante - a Casa Carapicuíba (2003-2008), dos arquitetos Ângelo Bucci e Alvaro Puntoni, e a Casa São Bento do Sapucaí (2011), do Una Arquitetos. Nas duas casas, observa-se que os prismas-mirante que coroam o conjunto são partes fundamentais e reconhecíveis do tipo original. Estreitos, alongados e apoiados em pilotis, os prismas contrastam as grandes aberturas transversais às empenas laterais, revestidas em chapa metálica e com poucas aberturas. As bases, contudo, sofrem deformações a partir de uma matriz tipológica. Na Carapicuíba, a integridade tipológica é tensionada com a disposição perpendicular de dois volumes em níveis diferentes, resultantes do giro em torno de um dos pilares, o que define um arranjo formal complexo, de referências tipológicas pouco explícitas. Na Sapucaí, em um terreno mais generoso, a base é composta por quatro alas com geometrias irregulares organizadas ao redor de pátio. O estudo do uso do esquema tripartido na arquitetura do século XX, bem como nas obras anteriores dos próprios arquitetos, revela o emprego de um esquema tipológico "clássico", onde as bases sofrem deformações (Carapicuíba) ou sobreposições de tipos diferentes (Sapucaí) e os prismas-mirante podem representar "fragmentos de tipo" que, previamente testados, são replicados nestes projetos. Assim, a matriz tipológica original não é adotada como pré-figuração do projeto. O esquema adotado originalmente é entendido como um "ponto de partida" que, na sequência, sofre bifurcações que permitem resultados diversos.

**Palavras-chave:** casas; arquitetura contemporânea; tipo; base/pilotis/mirante.

### **Abstract**

*The notion of type underwent profound changes in modern architecture. The association of a particular type to the project, as the initial action, is followed by a series of operations that preserve or transform, through deformations and/or overlapping fragments of other types that change the initial typological configuration. The analysis of similar procedures in contemporary architecture is the main purpose of this paper. For that, two contemporary houses*

built in São Paulo with a common a tripartite arrangement - base / pilotis / prism-belvedere - Carapicuíba House (2003-2008), of SPBR e Grupo SP offices, and the São Bento do Sapucaí (House 2011), of Una Arquitetos, are analyzed comparatively. In both, it is observed that the prisms-belvedere crowning the set are fundamental and recognizable parts of the original type. Narrow, elongated and supported by pilotis, the prisms contrast the large transverse openings to the side gables, coated sheet metal and with few openings. The bases, however, suffer deformations from a typological matrix. In Carapicuíba house, typological integrity is tensioned with the perpendicular disposal of two volumes at different levels, resulting from turning around one of the pillars, which defines a complex formal arrangement with little explicit typological references. In Sapucaí house, in a more generous glebe, the base consists of four wings with irregular geometries organized around courtyard. The study of the use of the tripartite scheme in the architecture of the twentieth century, as well as in previous works of the architects themselves, reveals the use of a "classical" typological scheme where the bases suffer deformations (Carapicuíba) or overlapping of different types (Sapucaí) and the prisms-belvedere may represent "type fragments" that previously tested, are replicated in these projects. Thus, the original typological matrix is not adopted as a prefiguration of project. The scheme adopted originally is understood as a "starting point" that, after this, suffers bifurcations that allow different results.

**Keywords:** houses; contemporary architecture; type; base/pilotis/belvedere.

### Resumen

La noción de tipo sufrió transformaciones profundas en la arquitectura moderna. La asociación de un tipo específico al proyecto, como acción inicial, es seguida de una serie de operaciones que lo preservan o lo transforman, por medio de deformaciones y/o superposiciones de fragmentos de otros tipos. El análisis de procedimientos similares en la arquitectura contemporánea es el principal objetivo de este artículo. Para tal, son analizadas comparativamente dos casas contemporáneas construidas en Sao Paulo y que poseen en común una organización tripartida – base/pilotes/ prisma-mirante – la Casa Carapicuíba (2003-2008), de los escritorios SPBR y Grupo SP, y la Casa São Bento do Sapucaí (2011), de Una Arquitetos. En las dos casas, se observa que los prismas-mirante que coronan el conjunto son partes fundamentales y reconocibles del tipo original. Estrechos, alargados y apoyados en pilotes, los prismas contrastan los grandes huecos transversales a las costaneras laterales, revestidas en chapa metálica y con pocos huecos. Las bases, sin embargo, sufren deformaciones a partir de una matriz tipológica. En la Carapicuíba, la integridad tipológica es tensionada con la disposición perpendicular de dos volúmenes en niveles diferente, resultantes del giro en torno de uno de los pilares, lo que define una organización formal compleja, de referencias tipológicas poco explícitas. En la Sapucaí, en un solar más generoso, la base es composta por cuatro alas con geometrías irregulares organizadas alrededor del pátio. El estudio del uso del esquema tripartido en la arquitectura del siglo XX, bien como en las obras anteriores de los propios arquitectos, revela el empleo de un esquema tipológico "clásico", donde las bases sufren deformaciones (Carapicuíba) o superposiciones de tipos deferentes (Sapucaí) y los prismas-mirante pueden representar "fragmentos de tipo" que, previamente testados, son replicados en estos proyectos. Así, la matriz tipológica original no es adoptada como pre-figuración del proyecto. El esquema adoptado originalmente es entendido como un "punto de partida" que, a continuación, sufre bifurcaciones que permiten resultados diversos.

**Palabras-clave:** casas; arquitectura contemporánea; tipo; base/pilotes/mirante.

## Introdução

**N**a atualidade, a ideia de tipo em arquitetura se reveste de uma variedade de significados e usos, recaindo muitas vezes, de modo vulgar, à relação edifício/programa ou edifício/uso. Para além da discussão da vigência do conceito de tipo ou do seu suposto papel no ato de projetar, o tipo, como será tratado neste artigo, é um instrumento eficaz quando se tem por objetivo agrupar recorrências formais de diferentes ordens, mantendo-as em um âmbito genérico e abstrato, e, portanto, capaz de serem acionadas e devidamente transformadas. O essencial do pensamento tipológico em arquitetura é a ideia de se poder reunir projetos ou obras de arquitetura com aspectos em comum, com uma forma-base comum, como dirá Giulio Carlo Argan (1965), ou com uma *estrutura formal* em comum, como definirá Carlos Martí Arís (1993).

Detectar a presença desses grupos de objetos diversos, mas onde se manifesta uma invariante formal, tem implicações precisas: assumir que o projeto sempre é construído desde um conhecimento - arquitetônico - precedido por uma série de obras.

Quatremère de Quincy, teórico consagrado pela primeira formulação consistente da ideia de tipo em arquitetura, já definia esse termo nos dois caminhos tomados na atualidade: como instrumento classificatório e como instrumento de projeto – neste último caso, segundo Quatremère, através do exercício da mímese. No entanto, o modo como o tipo foi tratado na academia do século XIX, flexibilizado em *partis* compostas por um ou mais tipos para atender à variedade de programas emergentes, vai dar começo a um processo de transformações profundas que incidirá de modo direto na arquitetura moderna.

O salto epistemológico que acompanha a eclosão da cultura moderna incorpora novas dimensões à noção de tipo que não permitem já entendê-lo como um princípio estático a que obedecem univocamente todos os componentes do edifício, senão como uma matriz ou uma estrutura aberta na qual se inscrevem coordenadamente as diversas estratégias que configuram a obra. (MARTÍ ARÍS 1993, p:199)

Rafael Moneo (1978) também indica essas agudas mudanças no seio do Movimento Moderno, ao indicar que alguns arquitetos reconheciam o valor do tipo como estrutura subjacente existente em todos os elementos arquitetônicos, mas um tipo com a flexibilidade suficiente para desconectá-lo de um elo inescapável com o passado.

A partir de então, a associação de um tipo específico ao projeto, como ação inicial - consciente ou inconsciente -, será seguida de uma série de operações/intervenções que o preservam ou o transformam, por meio de deformações e/ou sobreposições de fragmentos de outros tipos.

Diante dessa noção de tipo como matriz projetual flexível adotada na cultura arquitetônica moderna, seu estudo torna-se mais desafiador e, talvez por isso, mais necessário, levando às questões que delimitam este trabalho: Estratégias de projetos que partem de estruturas formais presentes em obras precedentes são evidentes no panorama arquitetônico atual? O reconhecimento de "grupos" a partir da abstração dos aspectos particulares de obras, identificando suas estratégias gerais, pode nos mostrar caminhos de procedimentos projetuais contemporâneos?

Neste trabalho são analisadas comparativamente duas casas contemporâneas construídas na cidade de São Paulo que possuem em comum, além da topografia em declive, um arranjo tripartido - base/pilotis/prisma-mirante - ou, como afirma o Una, uma unidade bipartida: a Casa Carapicuíba, dos arquitetos Ângelo Buci e Alvaro Puntoni, e a Casa São Bento do Sapucaí (2011), do Una Arquitetos.



Figura 01  
Casa Carapicuíba (2003-2008). Carapicuíba-SP. Ângelo Buci e Alvaro Puntoni  
Fonte <http://www.spbr.arq.br/>



Figura 02  
Casa São Bento do Sapucaí (2011). São Bento do Sapucaí-MG. Una Arquitetos.  
Fonte <http://www.unaarquitetos.com.br/>

Nas duas casas, observa-se que os prismas-mirante - estreitos, alongados e apoiados em pilotis - são explorados de modo poético como lugares desde onde se domina a paisagem. São territórios que exprimem o “inexcedível prazer de ver de cima, o inexcedível poder de ver de cima.” (FARIAS, 2015)

Contudo, um olhar mais atento sobre as duas casas revela, além da motivação poética, semelhanças nas estratégias projetuais que regem estes edifícios como um todo. Tais semelhanças podem indicar a possibilidade de construção de um conhecimento apreendido de projetos desenvolvidos em sucessão e que recorrem a uma mesma *forma-base*. Uma *forma-base* que, a partir de táticas de deformações, deslocamentos e transgressões, se modifica, mas mantém sua identidade.

## O tipo na perspectiva moderna e (talvez contemporânea)

A ideia de tipo em arquitetura pode ser atualmente considerada em, ao menos, dois sentidos: como ferramenta classificatória e como procedimento projetual. As duas acepções envolvem questões que se tornaram polêmicas a partir da arquitetura moderna, principalmente no que diz respeito a estratégias projetuais.

Uma das polêmicas — a fundamental para este trabalho — é a questão da *repetição*: “cada vez que se aborda o mesmo problema, se responde com uma

solução previamente experimentada. Sem repetição dificilmente se pode falar de tipos”, aponta Martí Arís (1993, p. 91). No entanto, a repetição inerente ao tipo está ligada ao conceito de *imitação* e não ao de *réplica*, que deriva do conceito de *protótipo*. O tipo, como procedimento projetual, faz referência à antiga noção de *mimese*, já sustentada por Quatremère de Quincy, em que a criação de algo novo, a partir da ideia inicial de tipo, admite um processo de transformação. (MENINATO, 2015).

No marco do pensamento moderno, como destaca Martí Arís (1993), o tipo como matriz alcança um nível de abstração impensado anteriormente. A partir dele, percebe-se que, mais do que as partes, importa as relações estabelecidas entre elas, permitindo assim múltiplas combinações, infinitas possibilidades de variantes, que podem levar até mesmo à modificação do tipo.

Nesta perspectiva, Rafael Moneo (1978) afirma que o arquiteto moderno atua sobre o tipo, modificando-o, decompondo-o, podendo reunir partes de diferentes tipos. Desde este ponto de vista, tipo se aproxima de partido, o *parti* acadêmico que consistia na escolha de um tipo e na atuação sobre ele ou na apreensão de partes de diferentes tipos. Essas partes, na verdade, seriam tipos em sua definição mais estrita, *estruturas arquitetônicas elementares*, formas que possuem uma clara identidade e que podem interagir com outras, formando estruturas mais complexas (MARTI ARIS, 1993).

Assim, o uso do tipo na arquitetura moderna não vai ocorrer como uma pura repetição formal, mas como uma referência, um “referente tipológico” – para ser continuado ou contraposto – em um projeto novo. Como afirma Corona Martinez (1991, p. 136), “um tipo tem um referente que é outro tipo, mas está separado dele por um número variável de transformações”, ocorridas ao longo do processo de tomadas de decisões sobre o projeto.

A partir desses referentes, vão sendo construídas “séries tipológicas” que, segundo Martí Arís (1993), são conjuntos de exemplos ou modelos<sup>1</sup> que se referem a uma mesma estrutura formal e que se constroem mediante operações de transformação dos exemplos precedentes.

O construção de um esquema<sup>2</sup> como o destacado neste trabalho — *base/pilotis/mirante* — é, de algum modo, fruto desses processos de transformação de um tipo, ou de tipos, no âmago da arquitetura moderna. Numa linha cronológica, as obras aqui apresentadas,

<sup>1</sup> O conceito de modelo se relaciona ao conceito de tipo. Contudo, como algo abstrato, o tipo não pode ser confundido com o modelo, passível de ser materializado e repetido. O tipo é assim um princípio que serve de regra para um grupo de modelos ao longo do tempo (MONEO, 1999).

<sup>2</sup> Para Corona Martinez (1991), o tipo pode atingir tal grau de abstração que se constitua como um esquema. Já para Martí Arís (1993), tipo e esquema nunca são coincidentes, sendo o primeiro um conceito e o segundo uma representação gráfica de um conceito, uma imagem.

juntamente com outras obras desenvolvidas pelos escritórios, podem ensaiar uma complexa “série tipológica”, cujo entendimento pode ser muito valioso para a crítica, a prática e o ensino de arquitetura.

## A base, o pilotis e o mirante

### Do belvedere ao terraço-jardim ao belvedere

O mirante ou belvedere está presente na história da arquitetura e das cidades de forma muito diversa, porém, de um modo ou de outro, sempre em ocasiões onde associam-se decisões projetuais e vistas (em geral em topografias elevadas), permitindo contemplar paisagens desde cima. É assim nos pórticos da Villa Rotunda de Palladio, em especial os com vistas para nordeste e sudeste; ou no Belveder Vyhlídka sobre as montanhas de Elba; e, já no século XX, na casa Malaparte em Capri (Aldalberto Libera, 1937-1938).

Carlos Martí Aris, ao explicar a casa moderna, associa-a ao mirante: “a casa que melhor representa as aspirações da arquitetura moderna é a casa mirante, a casa belvedere, concebida como refúgio desde o qual se domina a natureza”. (ARÍS, 2005, p.119).

De fato, no século XX, apoiado por aspectos técnicos (cálculo estrutural, elevador e impermeabilização), o mirante foi incorporado ao edifício moderno como terraço-jardim, a partir do qual o homem debruçado sobre a natureza podia controlá-la. Esse fascínio por contemplar e controlar a paisagem pode ser demonstrado nas casas projetadas por Le Corbusier ao longo do anos 1920<sup>3</sup>, nas quais a proporção vertical e o terraço-jardim são recorrentes, ou mesmo na mesma na Vila Savoye que funde os pátios tradicionais às *villas palladianas*, surgindo um terraço criado que conecta as salas diretamente ao céu e que, ao mesmo tempo, liga visualmente a casa à paisagem do seu entorno. (CAPITEL, 2005)

No início dos anos 1930, Le Corbusier transforma (ou deforma) o prisma sobre pilotis, ao enfrentar a localização do projeto do edifício para alugar em Argel (1933). O declive parece sugerir a criação de uma base sob os pilotis, percebida somente desde a lateral ou da cota mais baixa da topografia. Neste caso, os pilotis, no lugar de permitirem que a cidade flua ininterruptamente sob os prismas elevados, criam um belvedere a partir do qual o homem, tal como nos seus terraços-jardim, domina a paisagem. Os desenhos de Le Corbusier indicam claramente a função de mirante, ao desenhar as linhas de visuais a partir de um hipotético observador.

<sup>3</sup> Maison Citrohan (1920); Maison Citrohan (1922); Maison Ozenfant (1922); Maison Dite Vrinat (1924); Maison “Minimum” (1926); Maison Cook (1926); Maison Guiette (1926).

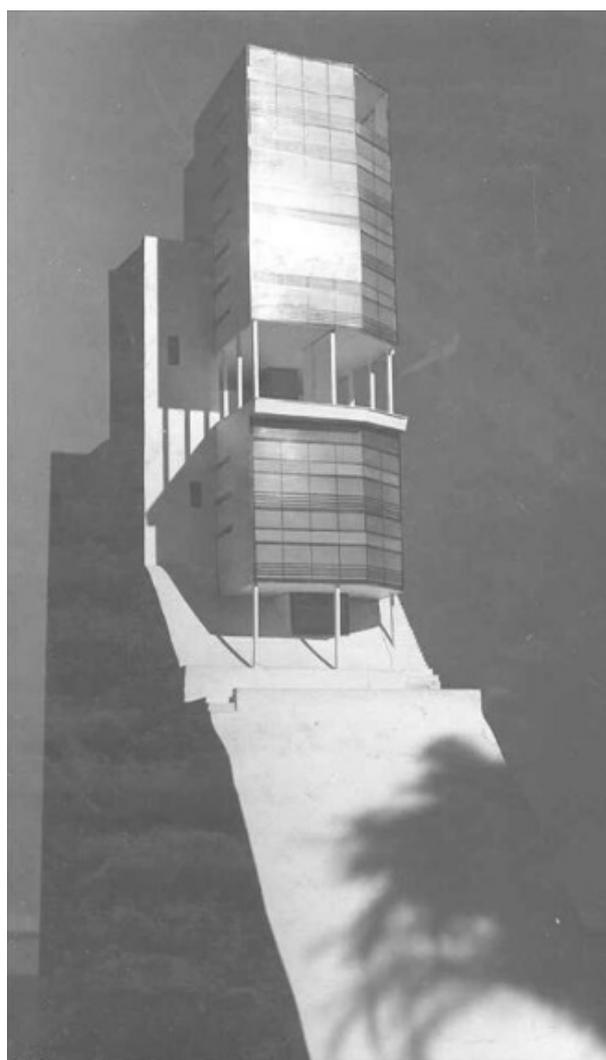
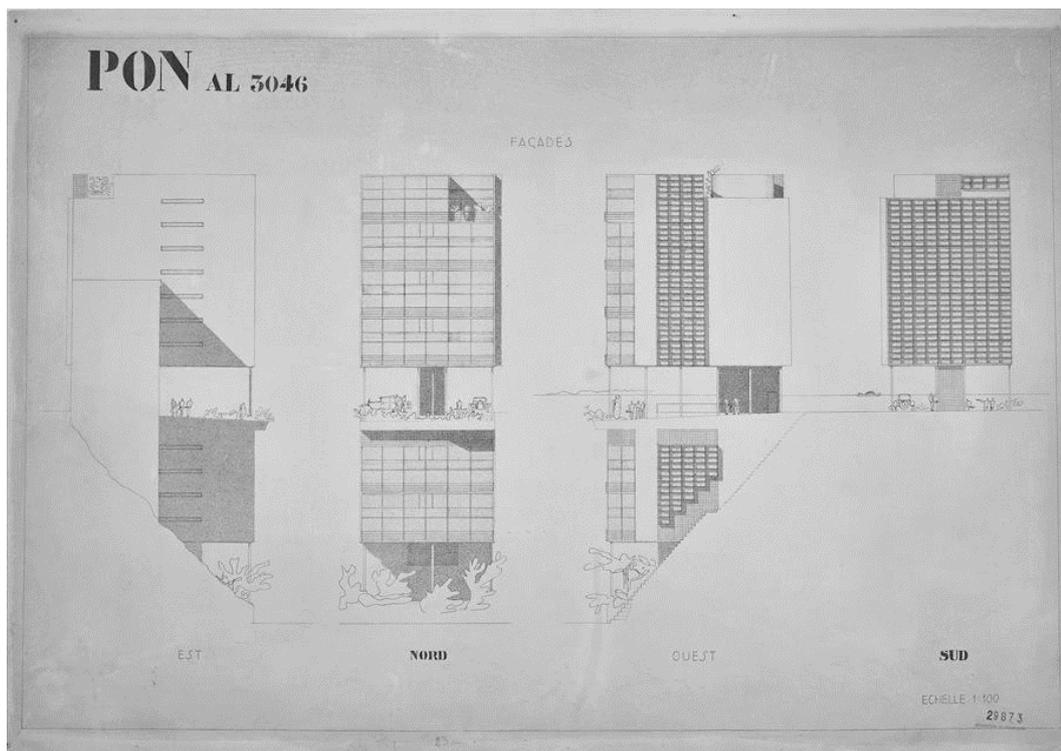
Ao se seguir esta argumentação, pilotis e terraço-jardim, dois dos cinco pontos fundamentais da arquitetura corbusieriana, fundem-se em um único: terraço-jardim da base e *pilotis* do prisma.

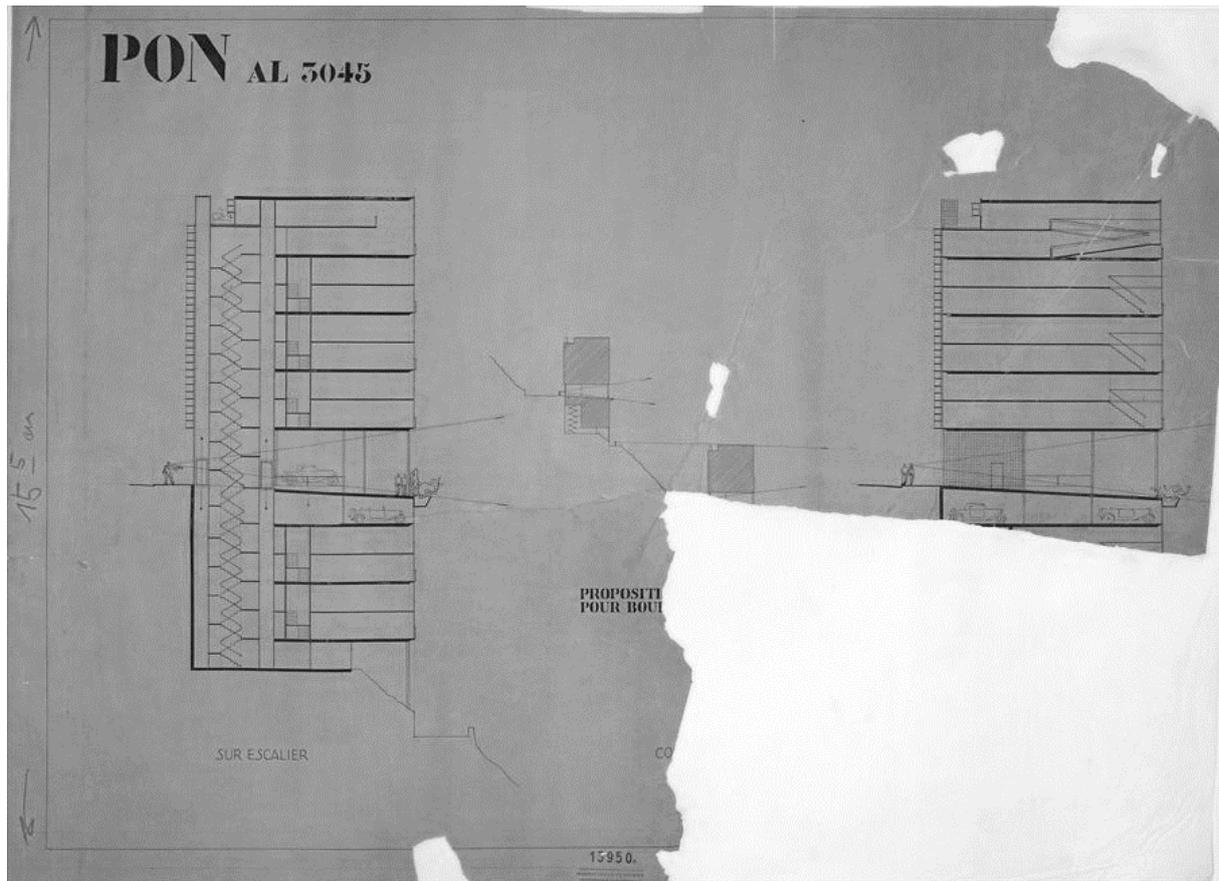


Figura 03  
Mirante da Casa Malaparte (1937-1938). Capri. Adalberto Libera  
Fonte: Creative Commons



Figura 04  
Terraço-jardim da Villa Stein-de-Monzie (1926). França.  
Le Corbusier  
Fonte: Fundação Le Corbusier





Figuras 05, 06 e 07

Maquete e cortes do edifício para alugar em Argel (1933). Le Corbusier

Fonte: Fundação Le Corbusier

No contexto brasileiro, observa-se estratégias semelhantes em edifícios com escalas e programas variados. No MASP (1968), por exemplo, Lina Bo Bardi dividiu o programa em duas partes (base e corpo sobre pilotis), mantendo deste modo as vistas do antigo belvedere para o centro de São Paulo; ou na casa Cunha Lima (1957) de Joaquim Guedes, cujo corte longitudinal, salvo as diferenças de escala, sugere o mesmo esquema de separação entre os corpos. Outro exemplo é o edifício Otacílio Gualberto (1955-1953) de Diógenes Rebouças, em que a diferença topográfica a partir da Praça da Sé permitiu uma solução muito próxima a de Le Corbusier em Argel.

No entanto, é no Conjunto Pedregulho (1952) no Rio de Janeiro, de Affonso Reidy e Carmem Portinho, que o esquema proposto por Le Corbusier para o edifício em Argel encontra maior ressonância. Assim como Corbusier na África, os projetistas definiram o acesso pela cota mais alta da topografia através dos *pilotis*, sob os quais há dois outros pavimentos.

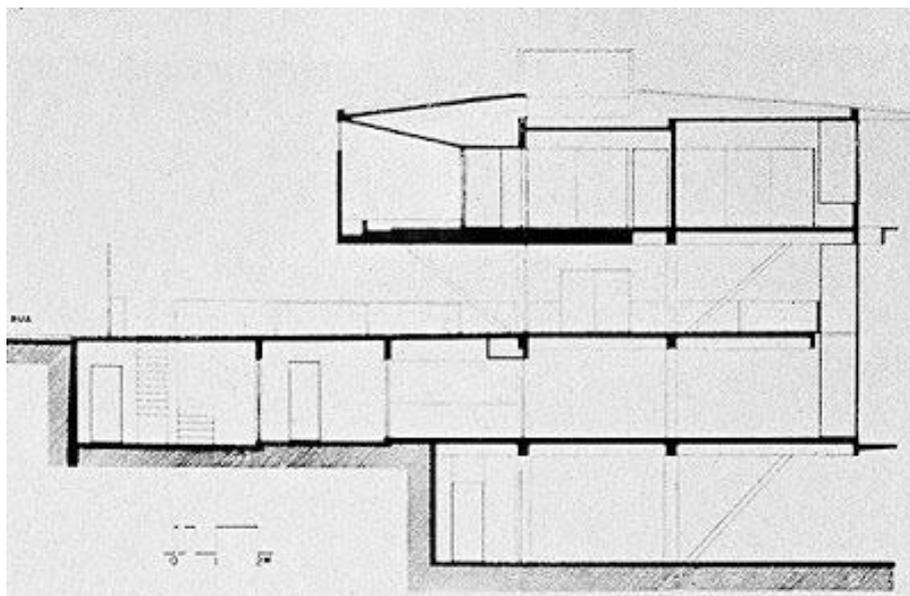


Figura 08  
 Corte Casa Cunha Lima (1957). São Paulo-SP. Joaquim Guedes  
 Fonte: acervo Joaquim Guedes



Figura 09  
 Edifício Otacílio Gualberto (1952-1953). Salvador-BA. Diógenes Rebouças  
 Fonte: Flickr/Lucas Jodano Barbosa



Figura 10  
 Maquete em corte do Conjunto Pedregulho (1952). Rio de Janeiro. Affonso Reidy e Carmem Portinho.  
 Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória – UFPB (www.lppm.com.br)

A presença de soluções semelhantes em edifícios construídos e projetados ao longo da segunda metade do século 20 no Brasil legitima, em certo modo, o que se propõe aqui: averiguar em duas casas contemporâneas a manutenção e transformação do esquema tipológico exposto anteriormente.

## Carapicuíba e São Bento do Sapucaí

A casa **Carapicuíba** foi projetada em 2003 e executada entre 2004 e 2008, sendo assinada por Angelo Bucci (USP-1987) e Alvaro Puntoni (USP – 1987). Hoje, Bucci coordena o SPBR, fundado em 2003, contando com a colaboração de jovens arquitetos. Puntoni, por sua vez, coordena o escritório Grupo SP, fundado em 2004, junto com João Sodré (USP – 2005) e André Nunes (USP – 2010). A casa **São Bento do Sapucaí** (Sapucaí), foi projetada em 2011 e não executada, sendo assinada pelo escritório Una Arquitetos. O escritório, com sede em São Paulo, foi fundado em 1996, e é uma associação de quatro arquitetos formados pela FAU-USP: Fernando Viégas (1994), Cristiane Muniz (1993), Fernanda Bárbara (1993) e Fábio Valentim (1995).

Seis anos, aproximadamente, separam as duas gerações de arquitetos que possuem em comum a formação na USP, o que pode justificar parcialmente a similaridade na linguagem empregada em suas casas, ao remeterem a uma das correntes da arquitetura moderna no Brasil, cuja gênese foi São Paulo e, em particular, a FAU-USP. Nessa linguagem paulista, é possível observar o emprego de volumes claramente definidos, com empenas longitudinais cegas contrapostas a grandes aberturas transversais, assim como a exploração do uso do concreto aparente e a exaltação da estrutura como elemento inerente à expressão formal do edifício.

Neste artigo, contudo, mais do que a similaridade da linguagem arquitetônica empregada, chama a atenção a semelhança da estrutura formal das casas Carapicuíba e Sapucaí, cuja análise será melhor detalhada.

A casa em **Carapicuíba** está implantada em um lote com seis metros de desnível e com características mais urbanas, porém, com limite posterior fronteiro a um bosque. A **Sapucaí** ocupa um amplo terreno e com menor inclinação, na Serra da Mantiqueira, próximo a um ribeirão caudaloso. Nos dois casos, as topografias condicionam o arranjo de seus volumes-base parcialmente encravados no terreno – mais verticalizado e com pátio lateral, na **Carapicuíba**; e mais

horizontalizado e com pátio central, na Sapucaí. Em ambas, o conjunto é arrematado por terraços-pilotis que revelam a paisagem e as conectam com a rua (Carapicuíba) ou com o terreno (Sapucaí). A clareza volumétrica do prisma-mirante que coroa o conjunto se impõe na paisagem e é ratificada nos dois casos como parte fundamental, e reconhecível, do esquema tipológico original.

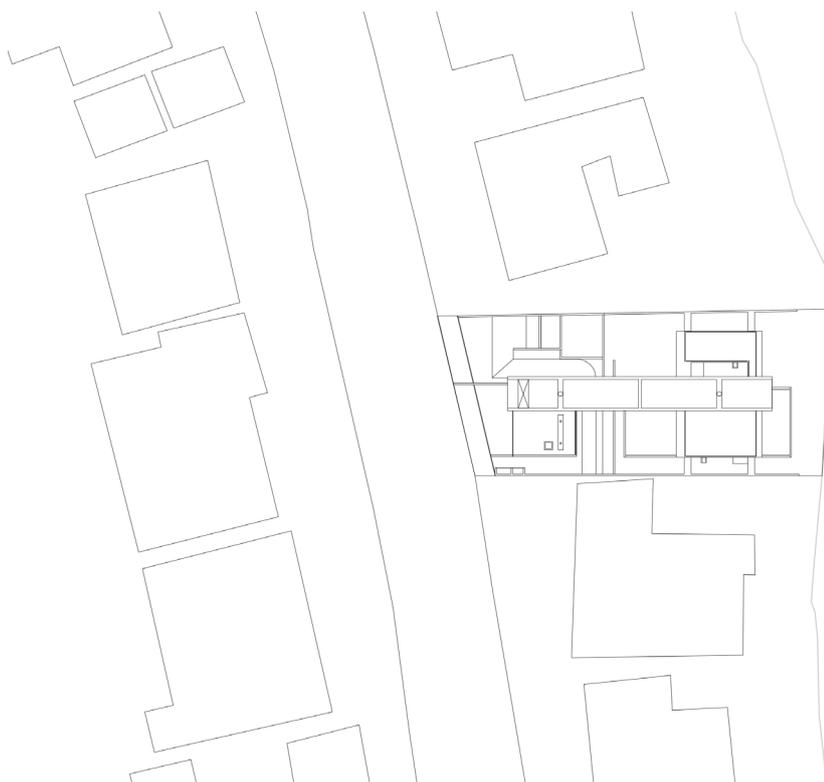


Figura 11  
Casa Carapicuíba (2003-2008). Ângelo Bucci e Alvaro Puntoni  
Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

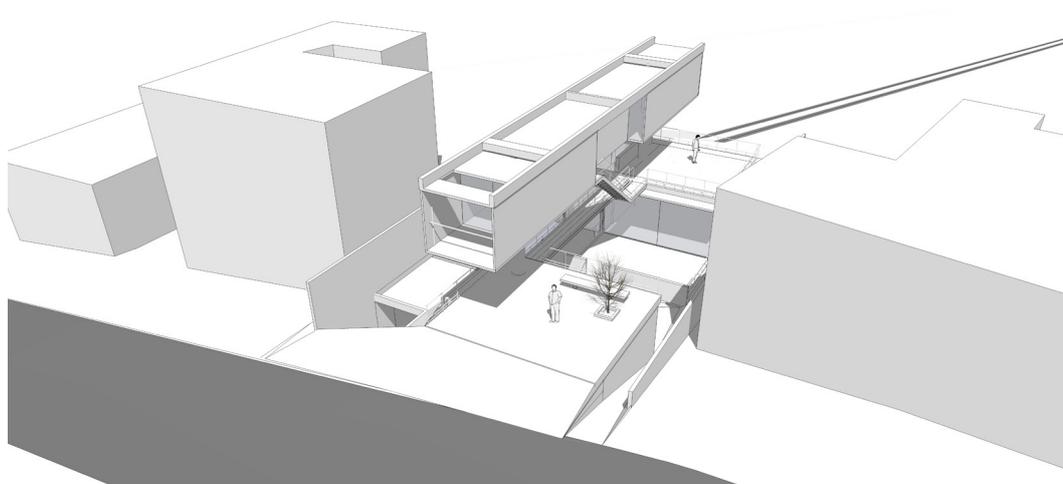


Figura 12  
Casa Carapicuíba (2003-2008). Ângelo Bucci e Alvaro Puntoni  
Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

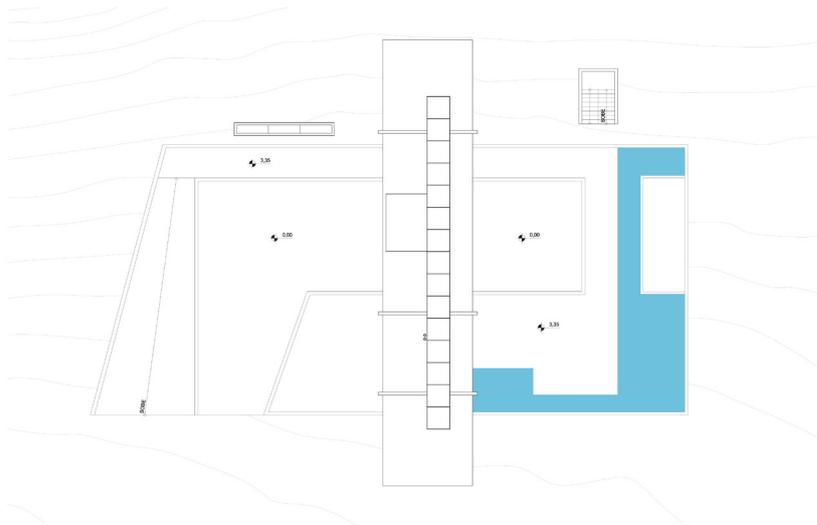


Figura 13  
Casa São Bento do Sapucaí (2011). Una Arquitetos.  
Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

Com diferentes usos, casa-escritório (**Carapicuíba**) e casa de fim de semana (**Sapucaí**), o arranjo funcional das casas adota um zoneamento em níveis. Na primeira, o volume superior abriga o escritório, conferindo independência em relação ao corpo da casa, e os setores social-serviços e íntimo, respectivamente, ocupam os dois pavimentos inferiores. Na segunda, o setor social-serviços, junto com os quartos de hóspedes, ocupa o pavimento inferior, e o setor íntimo é organizado no volume apoiado sobre o pilotis, o que confere privacidade e isolamento aos moradores em relação à zona ruidosa da casa.

Nos dois casos, a escada ocupa uma posição centralizada na extensão longitudinal dos volumes, conectando os pavimentos entre si. Na Carapicuíba, esse sistema é complementado por uma passarela que conecta a rua ao terraço sob o volume do setor social e por uma escada que leva ao volume do escritório no pavimento superior.

Estruturalmente, dois apoios garantem a sustentação do prisma-mirante - colunas na **Carapicuíba** e pequenos volumes na **Sapucaí** -, sendo que um deles transpassa o volume-base. Esses dois apoios sustentam uma trama de vigas longitudinais e transversais - em concreto na **Carapicuíba** e metálica na **Sapucaí** -, que "dependuram" os prismas-mirante, configurando generosos balanços. Na **Carapicuíba**, as vigas longitudinais da sua cobertura são robustas, já que estas, através de tirantes, alçam a laje de piso. Na **Sapucaí**, as vigas transversais são as mais robustas, para alçar uma espécie de "gaiola metálica suspensa". Nos dois

casos, as vigas mestres possuem grande expressão formal, explicitando a relação entre os elementos que “suportam” e os que são “suportados”.

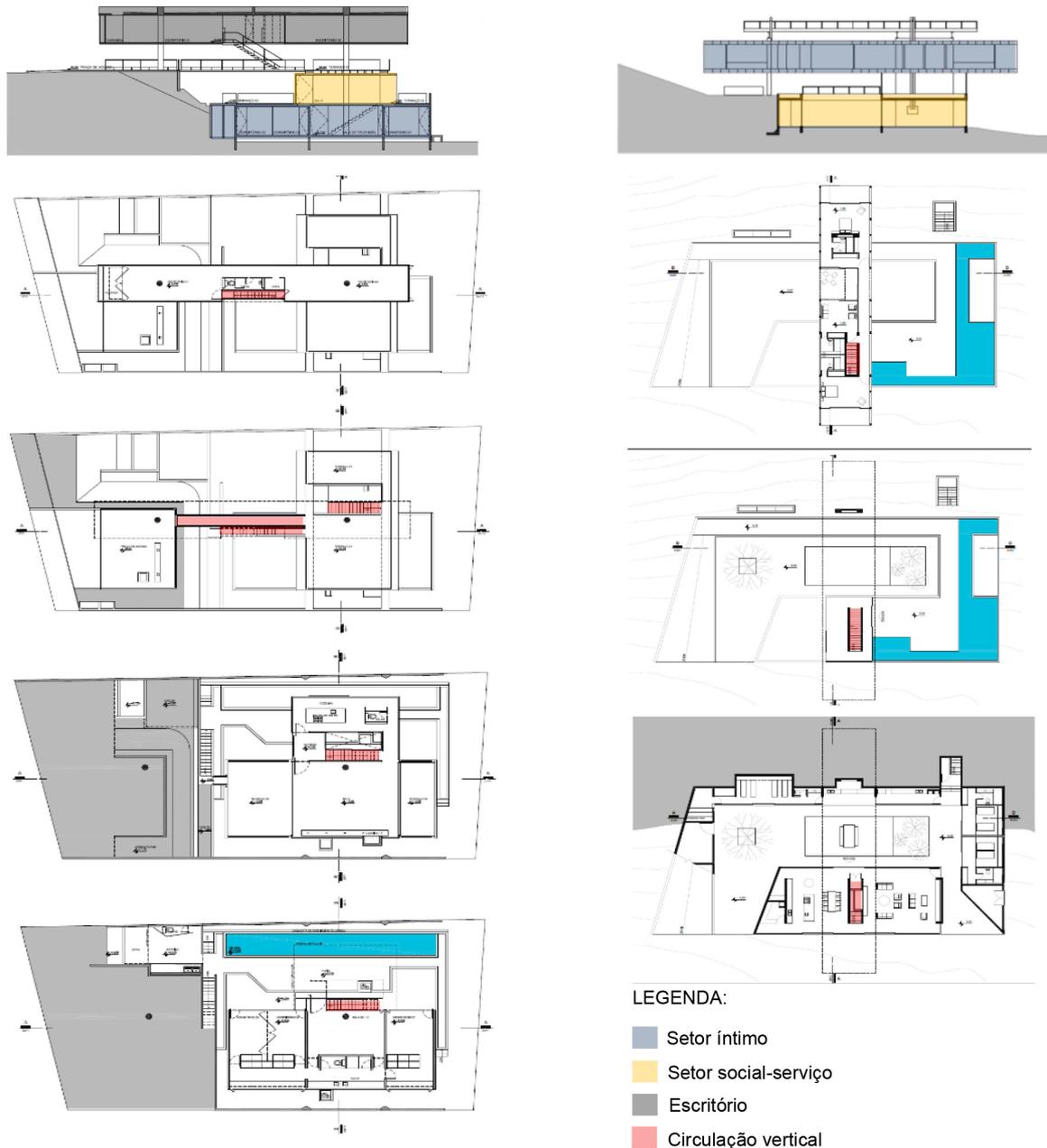


Figura 14  
Cortes com o zoneamento e plantas baixas: (esquerda) Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/ SPBR;  
(direita) São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos.  
Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

Os volumes-base das casas apoiam-se nos muros de arrimo e paredes de concreto, merecendo destaque a trama complementar que apoia o volume social-serviço da Carapicuíba. Este volume se apoia no pilar central e em dois pórticos transversais ao lote, cujos pilares se erguem junto aos muros de divisa. Esses

pórticos se mostram visíveis nos dois recuos laterais e alçam, através de tirantes, o balanço da cozinha sobre o pátio lateral, solução esta que remete à solução estrutural do MASP.

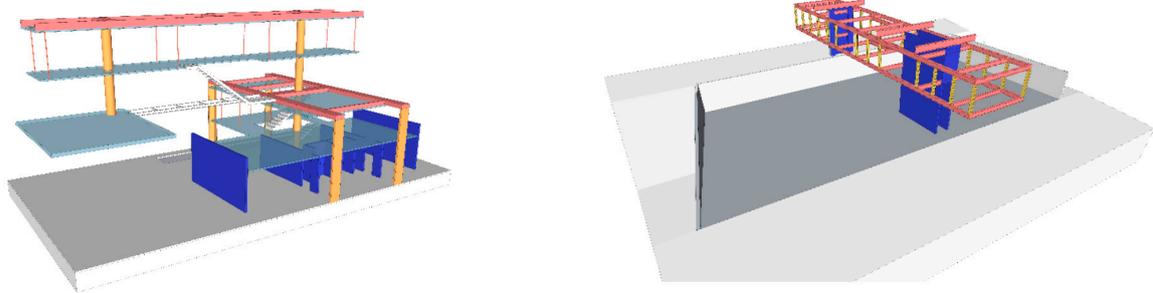


Figura 15

Esquemas estruturais: (esquerda) Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/ SPBR; (direita) São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos.

Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

Nos dois casos, o tratamento das superfícies dos volumes base e mirantes buscam claramente se contrapor. A base, em concreto aparente, remete à linguagem do brutalismo paulista, recorrentemente usada pelos escritórios. O volume superior metálico foge do repertório até então usual entre os programas residenciais desenvolvidos pelos escritórios. Sobre a contraposição entre base e mirante, vale citar análises sobre a Carapicuíba e a Sapucaí, respectivamente:

clara contraposição entre o volume suspenso - o protagonista de estrutura bem definida e delimitação simples - e o restante da moradia, aparentemente um labirinto complexo, de posição coadjuvante e emparedado por empenas. (SERAPIÃO, 2011)

Essa aproximação de opostos cria situações de contrapon-tos interessantes (...) a transparência dupla da sala em oposição ao volume mais opaco do vagão (...) o concreto aparente que define o volume inferior (...) como uma massa densa, em oposição à leveza inerente do vagão em aço e madeira que flutua sobre o primeiro. (UNA, n.d).

O *volume-mirante*, nos dois casos, assume o aspecto de uma espécie de vagão suspenso com aberturas generosas transversais que contrastam com o fechamento longitudinal em chapas de aço e poucas aberturas. Neles, destacam-se pequenas subtrações volumétricas centrais que configuram o acesso (Carapicuíbe) e uma varanda (Sapucaí).

Os *volumes-base*, no processo de tomadas de decisões, sofrem deformações a partir de uma possível matriz tipológica construída no movimento moderno,

em que as bases destes esquemas tripartidos são recorrentemente configuradas por prismas bem definidos e compactos. Na Carapicuíba, a integridade (tipológica) é tensionada com a disposição perpendicular de dois volumes em níveis diferentes, resultantes do giro em torno de um dos pilares. Este giro sugere explorar a espacialidade do pátio lateral, definindo um arranjo formal complexo, de referências tipológicas pouco explícitas. Na Sapucaí, em um terreno mais generoso, a base é composta por quatro alas com geometrias irregulares organizadas ao redor de pátio.

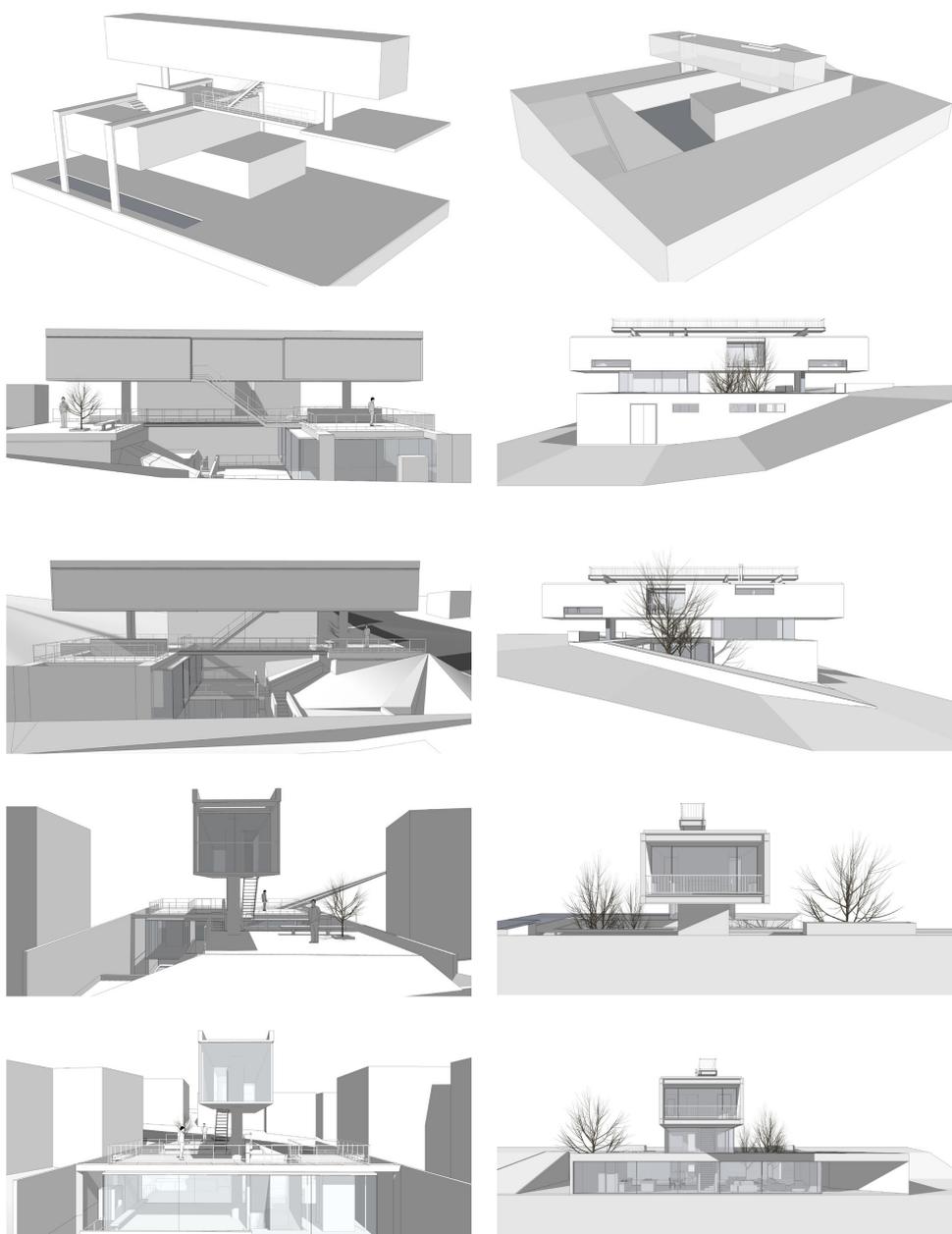


Figura 16  
Esquemas volumétricos básicos e fachadas: (esquerda) Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/SPBR; (direita) São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos.  
Fonte: <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

Assim, nos dois casos, o esquema base/pilotis/mirante assimila, nas suas bases, deformações (**Carapicuíba**) e sobreposições de dois esquemas tipológicos diferentes – pátio e volume-base/pilotis/prisma-mirante (**Sapucaí**). Estas transgressões projetuais parecem ser guiadas pelo desejo de espacialização de pátios com perímetros tridimensionais irregulares e imprecisos. Na **Carapicuíba**, o pátio lateral e residual imposto no fragmento urbano tem sua “cubagem” tensionada acima pela rotação dos volumes. Na **Sapucaí**, o pátio central adotado, mesmo em meio à natureza, tem sua geometria regular tensionada pela sobreposição do prisma-mirante, pelo rampeamento de uma de suas alas, bem como pelo não fechamento total de seu perímetro. Na interface com estes pátios irregulares, as faces dos volumes são tratadas com planos envidraçados, o que sugere o desejo de explorar enquadramentos visuais dinâmicos, como será melhor discutido.

### Percursos interpenetrantes...

A espacialidade das duas casas deve ser entendida a partir dos territórios de “observação” — praças-terraços e prismas-mirantes — que possuem arranjos tipológicos e espaciais muito semelhantes. Por outro lado, na introspecção dos volumes-base, recorre-se a arranjos tipológicos distintos, estando subjacentes a eles pátios com limites tridimensionais imprecisos que promovem espacialidades muito dinâmicas, como já apontado.

Nas *praças-terraços*, o entorno penetra no edifício, seja ele urbano (**Carapicuíba**), seja ele natural (**Sapucaí**), criando um espaço de transição que prepara o fruidor para a experiência que a casa irá promover. Neste percurso, a percepção do vagão, que parece afrontar a gravidade, tensiona e comprime suavemente a experiência espacial. Nos *prismas-mirantes* das duas casas, como “lunetas” para espiar o entorno, são sugeridas maiores visuais em seus extremos transversais, com pequenos espaços de espias — acesso (**Carapicuíba**) e varanda (**Sapucaí**).

Nos *volumes-base*, resultantes das manipulações volumétricas e das grandes superfícies envidraçadas, as espacialidades são dinâmicas, com difícil apreensão em uma visada só. As relações entre dentro-fora, entre acima-abaixo, entre o que seja o começo e o fim de seus percursos sugerem “uma dialética interpenetração espacial” (CAMARGOS, 2009; SAYEGH, 2009), uma tensão multidirecional, com diversos pontos focais e sensações.

Especificamente na **Carapicuíba**, os volumes rotacionados, detentores de uma “falta de ordenação confortável dos espaços” (SAYEGH, 2009), promove diversos pontos focais nos pavimentos. No *setor social-serviços*, a partir da cozinha envidraçada, revela-se o pátio lateral; e, a partir do estar, a frente e os fundos dos lotes, dilatados pelos terraços resultantes da rotação do volume inferior. Desenha-se uma tensão multidirecional que explora o horizonte e, ao mesmo tempo, a verticalidade dos espaços abertos em diferentes níveis - terraços e pátio. No *setor íntimo*, o pátio lateral é o ponto focal, com parte aberta para o céu e parte sombreada pelo pavimento superior em balanço, onde a cozinha envidraçada parece flutuar. Novamente, aqui, observa-se tensões visuais horizontais e verticais e a configuração de uma dinâmica espacialidade.

Esta dinamicidade foi descrita pelo próprio Bucci, ao falar sobre a casa: “às vezes é muito comum que a pessoa tenha um desejo meio esparramado em diversas cenas [...] mas aquilo não junta. Isso que é interessante, como você transforma aquilo num todo.” (BUCCI, n.d.)

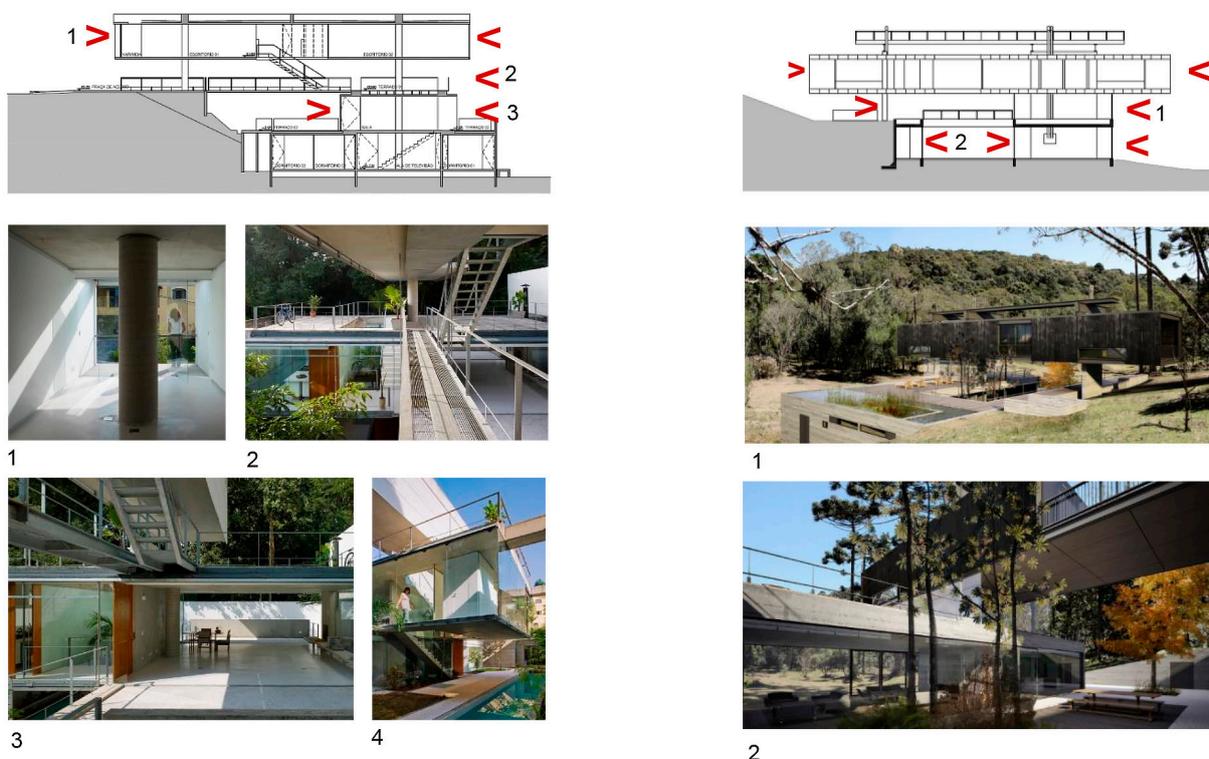


Figura 17  
(esquerda) Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/ SPBR; (direita) São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos.  
Fonte <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>; <http://www.spbr.arq.br/>; <http://www.unaarquitetos.com.br/>

Na **Sapucaí**, a interseção dos dois volumes no pátio gera, como afirmam os arquitetos, uma “varanda em dupla altura” que impulsiona os olhos para cima. Esse impulso é contraposto pela horizontalidade sugerida pelas duas superfícies envidraçadas que delimitam a sala e que explicitam um espaço “além”. Assim, a paisagem contraída do pátio é tensionada, quer pelos impulsos visuais horizontais e verticais, quer pela ala rampeada e pela lacuna que não completa seu perímetro.

### Enlaces além das obras...

Partindo da premissa de que a colagem de “fragmentos de tipos”<sup>4</sup> também rege a operação sobre o tipo a partir dos procedimentos da arquitetura moderna, vale a pena visitar outras obras dos escritórios em estudo.

Com o mesmo arranjo tripartido – volume-base/pilotis/volume-superior, destacam-se duas casas anteriores à Carapicuíba e à Sapucaí- Vila Romana (2006) e Alto de Pinheiros (2007-2009). A primeira foi projetada quando Bucci atuava no escritório MMBB. Trata-se de uma “casa-apartamento” (ZEIN, 2005), com todos os setores principais organizados no prisma compacto superior e uma base também compacta que assume a geometria curva do terreno, ambos em concreto aparente. Na segunda, projetada por Una Arquitetos, os setores são organizados verticalmente. Quatro pavimentos assumem tratamentos distintos, sugerindo uma estratificação volumétrica: no andar inferior, o bloco em concreto do setor social-serviço, ligado diretamente ao terreno; no térreo e no nível da rua, o volume envidraçado com hall, escritório e a escada que conecta os pavimentos; no pavimento superior, a caixa de madeira que abriga o setor íntimo; e na cobertura, um volume preto com um quarto e acesso ao terraço.

Com a mesma estrutura formal e estrutural (quatro pilares que apoiam lajes em balanços), observa-se duas diferentes estratégias que o arranjo permite: quanto ao zoneamento - “casa-apartamento” e zoneamento em níveis; quanto ao tratamento das superfícies dos volumes - unidade formal e contraste pelo uso de diferentes materiais.

No entanto, as duas casas ainda esboçam uma proporcionalidade volumétrica de suas partes (base e volume suspenso) que não se observa nas casas estudadas, onde o volume superior assume a forma de uma barra longilínea que busca se diferenciar da sua base, seja por suas proporções, seja por sua materialidade. Esta característica sugere a colagem de “fragmentos

<sup>4</sup> Como já indicado, fragmentos de tipo são entendidos aqui como estruturas arquitetônicas elementares (tipos elementares), formas que possuem uma clara identidade e que podem interagir com outras formando estruturas mais complexas. (MARTI ARIS, 1993)

de tipos”, onde o conjunto é subordinado à tripartição, mas suas partes remetem a outros arranjos tipológicos, muitas vezes, empregados em usos distintos, como mesmo afirma Bucci em entrevista, ao falar sobre a Carapicuíba:

Por exemplo, aquele escritório lá em cima, eu tinha feito uma obra que me dava muita segurança pra fazer isso, que é a clínica de psicologia em Orlandia. Ali tem 3x25m, lá tinha 2x30m, muito mais radical que esse, **então eu sabia o que era, já tinha feito, que tipo de espaço dava.** (BUCCI, n.d – grifo nosso).

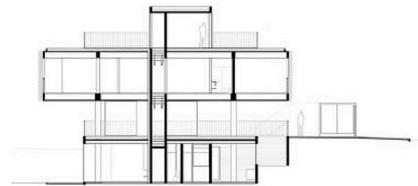
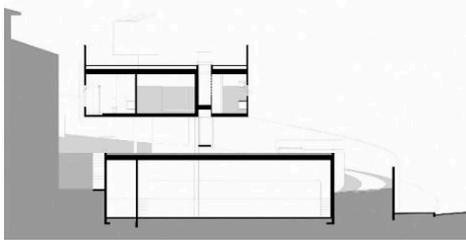


Figura 18

Casas com arranjo tripartido – volume-base/pilotis/volume-superior: (esquerda) Vila Romana (2006), MMBB; (direita) Alto de Pinheiros (2007-2009), Una Arquitetos.

Fonte: (esquerda) <http://www.mmbb.com.br/projects/view/14>; (direita) [http://www.unaarquitetos.com.br/site/projetos/fo-tos/28/casa\\_em\\_pinheiros](http://www.unaarquitetos.com.br/site/projetos/fo-tos/28/casa_em_pinheiros)

No que se refere ao volume superior da Carapicuíba, Sayegh (2009) e Serapião (2011) sugerem que este pode estar referendado em outros dois projetos anteriores de Bucci e Puntoni, destacando-se aqui a Clínica de Psicologia de Orlandia (1995) de Bucci junto ao MMBB, e o Projeto Residencial para o Concurso Elemental (2003), de Bucci e Puntoni. No primeiro, observa-se um estreito e alongado prisma, com 3 m de largura, apoiado sobre pilotis conformado por pilares centralizados no volume. No segundo, as unidades habitacionais, com 2,5 x 12m, também configuram um pequeno pilotis que aqui se apoia em duas colunas transversais ao volume.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Sayegh (2009) cita, além da Clínica em Orlandia, a Casa em Aldeia na Serra (2001-2002) pelo fato do acesso principal ocorrer pela cobertura por meio de uma passarela. No entanto, acredita-se que a solução se distancia da tipologia em estudo. Serapião (2011) cita também outros dois projetos, cujas escalas diferem em muito deste estudo — a Casa Santa Teresa (2004) e a proposta para a Biblioteca da PUC no Rio de Janeiro (2006), concurso vencido por Bucci.

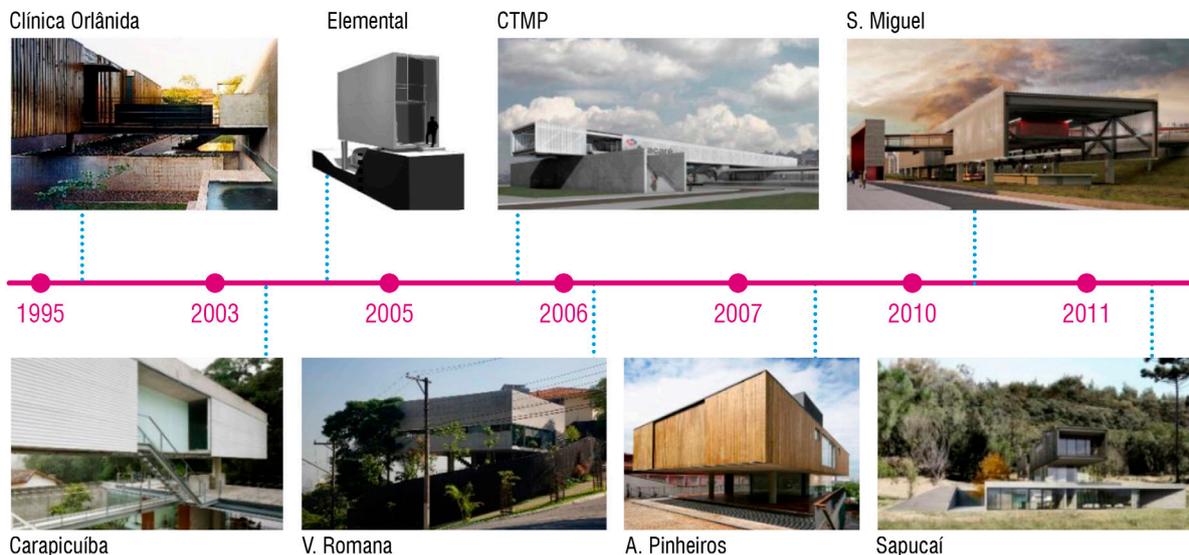
No universo de produção do Una, merece menção os inúmeros projetos lineares, configurando prismas que pousam sobre o terreno. Destacam-se os projetos para

o Campus Universitário em Nazaré Paulista (2005), o ICFC de Campos do Jordão (2006) e o Alojamentos e Salas de Ensaio em Campos do Jordão (2009), este último organizado num arranjo claramente tripartido. Contudo, as referências para a Sapucaí parecem estar assentadas na série de estações de trem que o Una desenvolve entre 2005 e 2010, destacando-se a CTMP — linha F (2005) e a São Miguel (2010). Nelas, além da geometria alongada dos prismas que projetam generosos balanços, parecendo flutuar, chama atenção o emprego da estrutura metálica e o fechamento com elementos leves. Difere-se, contudo, o tipo de apoio que na maioria das estações se dá através de porticados e na Sapucaí, através dos dois apoios pontuais, o que pode remeter à solução da Carapicuíba.

## Enfim

Desenha-se assim um emaranhado de soluções entre obras contemporâneas brasileiras, nem sempre casas, que merece atenção, por sugerir a existência de uma série tipológica, onde se pode perceber a colagem de fragmentos tipológicos e ainda, onde um modelo pode ter interferido na construção do outro, mesmo que de modo não linear.

### Arranjo pavilhonar



### Arranjo tripartido

Figura19

Linha cronológica com arranjos pavilhonares e tripartidos dos escritórios MMBB, SPBR e Una.

Fonte: dos autores (imagens: <http://www.spbr.arq.br/>; <http://www.mmbb.com.br/>; <http://www.unaarquitetos.com.br/>)

A partir do estudo do uso do esquema tripartido no século XX, bem como de obras anteriores dos próprios arquitetos, revela-se o emprego de um arranjo tipológico “clássico”, onde a base sofre deformações

(**Carapicuíba**) e sobreposições de tipos diferentes (**Sapucai**) e o prisma-mirante pode representar um “fragmento de tipo” que, previamente testado, é replicado nestes projetos.

A matriz tipológica original não é adotada como pré-figuração dos projetos, nem poderíamos classificá-los a partir desta suposta identificação, como tradicionalmente o uso do tipo foi entendido. Neste trabalho, o esquema adotado originalmente é entendido como um ponto de partida, consciente ou não, em um sentido quase etimológico, a partir do qual uma seqüência de bifurcações permitem resultados diversos.

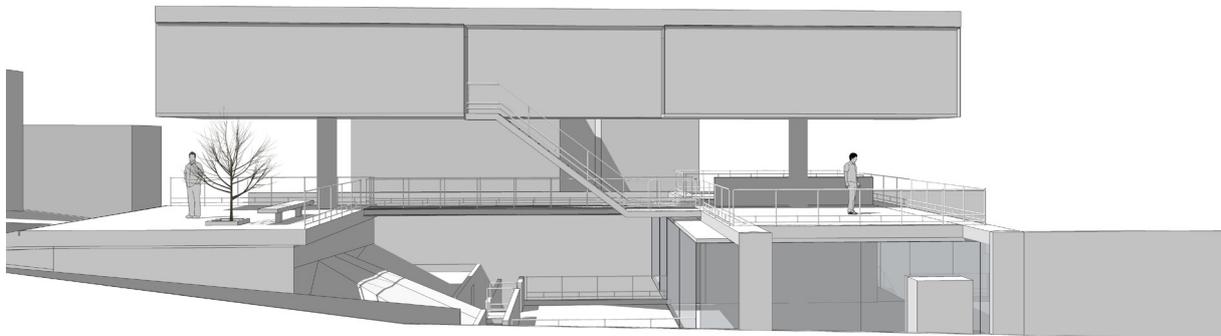


Figura 20  
Casa Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/ SPBR  
Fonte <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

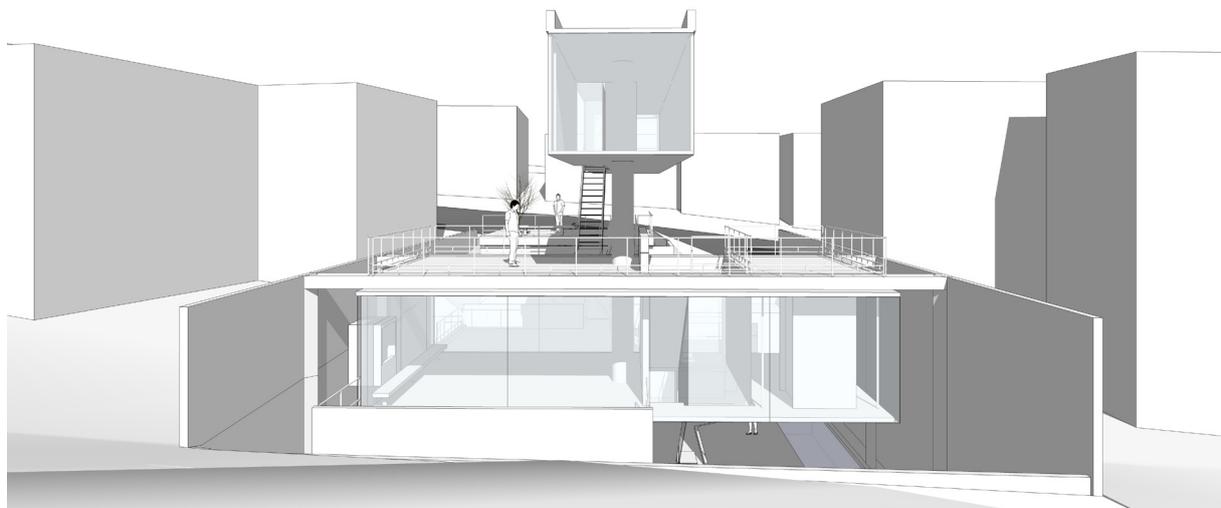


Figura 21  
Casa Carapicuíba (2003-2008), Grupo SP/ SPBR  
Fonte <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

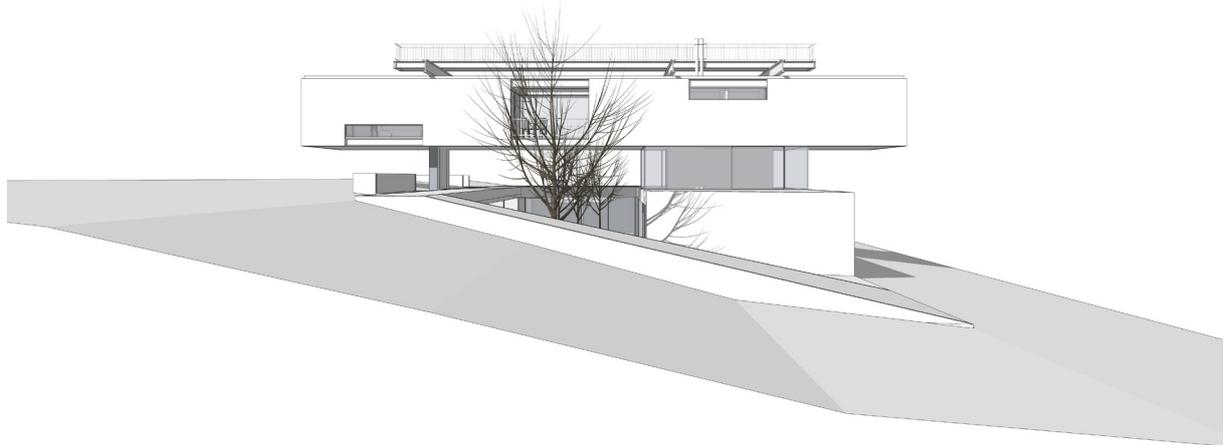


Figura 22  
Casa São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos  
Fonte <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

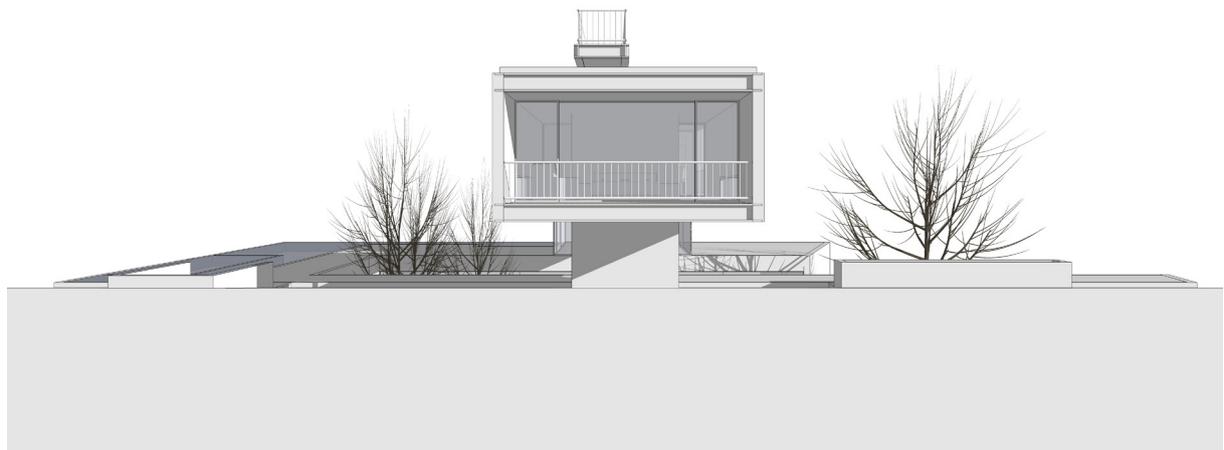


Figura 23  
Casa São Bento do Sapucaí (2011), Una Arquitetos  
Fonte <https://www.ufrgs.br/casacontemporanea/>

## Referências

ARGAN, Giulio Carlo. Sul concetto di tipologia architettonica. In: ARGAN, Carlo Giulio. *Progetto e destino*. Milano: Il Saggiatore, 1965.

CAMARGOS, Mônica Junqueira de. Casa de Carapicuíba: O Necessário Passo à Frente. In: *Projeto Design*. Edição 178, 2009. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122933-1.aspx>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

CAPITEL, Antón. *La arquitectura del patio*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005

CORONA MARTINEZ, Alfonso. *Ensayo sobre el proyecto*. Buenos Aires: CP67, 1991.

FARIAS, Agnaldo. *O Olhar Vertical*. (Texto curatorial da exposição fotográfica de Tuca Reines), 2015. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/document/wps/030815-santander-cultural-inaugura-tuca-reines.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

MARTÍ ARÍS, Carlos. *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en la arquitectura*. Barcelona: Colegio de Arquitectos de Cataluña, 1993.

MENINATO, Pablo. *Sobre el tipo como procedimiento proyectual*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MMBB. Disponível em: <<http://www.mmbb.com.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

MONEO, Rafael. *La solitudine degli edifici e altri scritti*. Questioni intorno all'architettura. Torino: Umberto Allemandi & C., 1999.

MONEO, Rafael. "On Typology". In: *Opositions 13*, Cambridge, Mass, MIT Press, 1978. PESQUISA CASA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cascontemporanea/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

SAYEGH, Simone. "Sobre o vazio que preenche". In: *Projeto Design*. Edição 178, 2009. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/178/sobre-o-vazio-que-preenche-casa-em-condominio-fechado-122929-1.aspx>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

SERAPIÃO, Fernando. "Residência, Carapicuíba, SP". In: *Projeto Design*. Edição 342, 2011. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/alvaro-puntoni-e-angelo-bucci-residencia-carapicuib-16-09-2008>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

SPBR. Disponível em: <<http://www.spbr.arq.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

UNA. Disponível em: <<http://www.unaarquitetos.com.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

ZEIN, Ruth Verde. *A Arquitetura da Escola Paulista: 1953-1973*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

# Entornos Híbridos: Espaços Urbanos e Virtuais

Marina Lima Medeiros

MEDEIROS, Marina Lima. Entornos Híbridos: Espaços Urbanos e Virtuais. Tesis, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 246-258, nov./dez. 2017

data de submissão: 15/10/2016

data de aceite: 22/11/2016

**Marina Lima Medeiros** é Mestre em Urbanismo; professora na Universidade Ibirapuera; marinamlm@gmail.com

## Resumo

Este artigo detalha aspectos da cidade mediada pela comunicação digital distribuída a partir da análise de diversos autores que trataram da temática da comunicação em espaços urbanos ao longo do tempo. O objetivo é analisar e questionar quais as relações que surgem entre o espaço urbano e o ciberespaço e como se define este novo usuário, que carrega consigo o dispositivo-interface de acesso à internet.

Nas cidades contemporâneas há o acréscimo de uma camada de informações em rede que pode ser acessada através de dispositivos móveis portáteis. Na internet, além de informações sobre diversos assuntos, existem também informações sobre as próprias cidades, desde portais de instituições públicas a comentários e fotos em mapas digitais colaborativos. Com as tecnologias de comunicação móveis, as informações sobre a cidade podem ser acrescidas, alteradas e compartilhadas pelos usuários nos lugares em que se encontram, o que pode vir a ampliar ou modificar a compreensão do lugar visitado.

O ciberespaço é, então, sobreposto à espacialidade física como os espaços narrativos da literatura, cinema e teatro, mas, como esses espaços, depende também de uma rede de infraestruturas que funcionam de acordo com as leis da física. Esta rede de infraestruturas com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação móveis e sem fio trouxe mobilidade para o usuário acessar, criar e trocar informação. A percepção da cidade e do ciberespaço se dá ao mesmo tempo quando o acesso é feito em algum lugar público. Adriana de Sousa e Silva (2006) defende que o acesso ao ciberespaço por interfaces móveis cria um espaço híbrido, que também é um espaço social dado próprio caráter de construção social da comunicação na internet

**Palavras-chave:** mídias móveis, aplicativos, ciberespaço.

## Abstract

*The article details aspects of the city mediated by digital distributed communication through the analysis of several authors who wrote about the theme of communication in urban space over time. The goal is to analyze and question what relations arise between urban space and cyberspace and how to define this new user who carries the device-interface access to the Internet.*

*In contemporary cities there is the addition of a layer of networked information that can be accessed via portable mobile devices. On the Internet, as well as information on various subjects, there are also information about the cities themselves, portals of public institutions, comments and photos on collaborative digital maps. With mobile communication technologies, information about the city can be added, changed and shared by users in places where they are, which may come to expand or modify the understanding of the place visited.*

*Cyberspace is then added on the physical spatiality as the narrative space of literature, film and theater, but, as these spaces, it also depends on a network infrastructure operating in accordance with the laws of physics. This network infrastructure with the development of mobile communication technologies and wireless brought mobility to the user to access, create and exchange information. The perception of the city and cyberspace now occurs at*

*the same time when access is done in a public place. Adriana de Souza e Silva (2006) argues that access to cyberspace by mobile interfaces creates a hybrid space, which is also a social space given own social construction of nature of communication on the Internet.*

**Keywords:** mobile media, app, cyberspace.

### **Resumen**

*Este artículo detalla aspectos de la ciudad mediados por la comunicación digital distribuida a través del análisis de varios autores que se ocuparon del tema de la comunicación en las zonas urbanas a lo largo del tiempo. El objetivo es analizar y cuestionar cuales relaciones surgen entre el espacio urbano y el ciberespacio y cómo definir este nuevo usuario, que lleva el dispositivo de interfaz de acceso a Internet.*

*En las ciudades contemporáneas hay la adición de una capa de red de información que se puede acceder a través de dispositivos móviles portátiles. En Internet, así como información sobre diversos temas, también hay información sobre las propias ciudades, desde portales de las instituciones públicas a comentarios y fotos en mapas digitales colaborativos. Con las tecnologías de comunicación móvil, informaciones sobre la ciudad se pueden añadir, cambiar y compartir por los usuarios en los lugares donde están, lo que puede venir de ampliar o modificar la comprensión del lugar visitado.*

*El ciberespacio es luego superpuesto a la espacialidad física como los espacios narrativos de la literatura, el cine y el teatro, pero, como estos espacios, también depende de una red de infraestructuras que funcionan de acuerdo con las leyes de la física. Esta infraestructura de red con el desarrollo de las tecnologías de comunicación móvil e inalámbrica trajo la movilidad al usuario para acceder, crear y intercambiar información. La percepción de la ciudad y el ciberespacio se da al mismo tiempo cuando el acceso se realiza en un lugar público. Adriana Silva de Souza (2006) sostiene que el acceso al ciberespacio mediante interfaces móviles crea un espacio híbrido, que es también un espacio social por su propia naturaleza de construcción social de la comunicación en Internet.*

**Palabras-clave:** medios móviles, aplicaciones, ciberespacio.

## **Introdução**

Ciberespaço. Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não-espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como as luzes da cidade, se afastando... (GIBSON, 1984: 69)

O termo ciberespaço (cyberspace) foi cunhado em 1984 pelo autor William Gibson no romance *Neuromancer* (GIBSON, 1984). No livro o ciberespaço é um espaço de dados, um espaço virtual no qual hackers conectam suas mentes e vão em busca de informações valiosas. O termo, posteriormente, passou a ser utilizado para definir o conjunto de dados da internet, a rede mundial de computadores. Mas já na definição original de Gibson é possível perceber uma analogia do conceito de ciberespaço com o ambiente urbano.

Existem diversas relações que conectam a cidade real às informações em rede distribuídas na internet - sites com informações sobre o clima e tempo, portais institucionais, fotografias marcadas em mapas colaborativos, dentre muitos outros exemplos. Graças às tecnologias de comunicação móveis, todas estas informações podem, hoje, ser não apenas ordenadas pela região do espaço de que tratam, mas acessadas de acordo com a proximidade do usuário de cada uma dessas regiões.

O uso de aparelhos de comunicação portáteis e redes de internet sem fio possibilitam uma comunicação ubíqua. O usuário pode percorrer a cidade e acessar a internet ao mesmo tempo. Portanto, é possível se questionar quais as relações que surgem entre o espaço urbano e o ciberespaço. Quais as relações que surgem entre o usuário e estes dois espaços e como se define este novo usuário, que carrega consigo o dispositivo-interface de acesso à internet. São estas questões que serão tratadas neste artigo que compila partes da pesquisa de mestrado "A cidade como interface: experimentações em realidade aumentada no espaço urbano" desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ), sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Cury Paraizo e fomento da CAPES.

## **Informação a partir da cidade**

A vivência de um espaço, seja ele natural, construído ou um espaço navegável em meio digital, sempre nos comunica algo a partir das experiências que temos com nossos sentidos. Ao longo da história, existem exemplos de comunicação de mensagens a partir da construção de obras arquitetônicas. Por exemplo, arcos e obeliscos foram erigidos para marcar vitórias em guerras na Antiguidade Clássica. Segundo Agrest e Gandelsonas (2008), o estudo do fenômeno da comunicação em arquitetura está relacionado à maneira como os signos são transmitidos e recebidos; já o estudo da significação busca compreender do que consistem e quais as leis que formam os signos.

Em outras palavras, a noção de comunicação se liga à função e ao uso de um sistema, enquanto a noção de significação remete às relações dentro de um sistema. A comunicação tem a ver com o uso e os efeitos dos signos, enquanto a significação remete à natureza dos signos e às regras que os governam. (AGREST e GANDELSONAS, 2008:134)

Desta forma, é possível compreender porque edifícios podem possuir as mesmas características em diferentes lugares, mas o significado da arquitetura, mesmo

em se tratando de edifícios iguais, sempre será diferente, pois o sentido do signo está relacionado à cultura em que ele está inserido. A semiologia aplicada à arquitetura e outros campos disciplinares tratam do significado na arquitetura e no urbanismo; entretanto, no presente trabalho, trataremos da comunicação, da passagem de uma informação a partir da arquitetura e de elementos do espaço urbano.

Segundo Argan (2005), a cidade contemporânea tem a comunicação como uma de suas funções. O autor considera que, desde a instauração da perspectiva renascentista no ambiente urbano, a cidade “deixa de ser lugar de abrigo, proteção, refúgio e torna-se aparato de comunicação; comunicação no sentido de deslocamento e de relação, mas também no sentido de transmissão de determinados conteúdos urbanos” (2005:235).

Mitchell (2005:03) sublinha que toda comunicação está intrinsecamente relacionada a seu contexto. Por exemplo a palavra “Fogo” quando gritada pode significar o início de um incêndio ou uma ordem para um exército atirar; se for dita em forma de interrogação, em um bar, pode significar apenas alguém procurando um isqueiro para ascender um cigarro. A cidade seria, portanto, o lugar que mais provém contexto para a comunicação na sociedade contemporânea urbanizada e informatizada. Segundo o autor, esta seria, para além da função de produzir abrigo ao ser humano, a função cognitiva da arquitetura e, conseqüentemente, da cidade.

O desenvolvimento recente de tecnologias de comunicação móveis transforma a maneira de usar o espaço urbano e de se comunicar através da cidade. No contexto para a comunicação provido pelas cidades contemporâneas há o acréscimo de uma camada de informações em rede que pode ser acessada através de dispositivos móveis portáteis. Estas informações em rede são compostas por mensagens de textos trocadas por usuários de aparelhos celulares, por sinais de GPS que esquadriham o ambiente urbano, pelo sinal de TV digital e todas as formas de comunicação entre meios eletrônicos.

## **O Ciberespaço**

Na internet, além de informações sobre diversos assuntos, existem também informações sobre as próprias cidades, desde portais de instituições públicas a comentários e fotos em mapas digitais colaborativos. Com as tecnologias de comunicação móveis, as infor-

mações sobre a cidade podem ser acrescidas, alteradas e compartilhadas pelos usuários nos lugares em que se encontram, o que pode vir a ampliar ou modificar a compreensão do lugar visitado. Vilém Flusser destaca as percepções alternativas de mundo que surgem com o ciberespaço:

Somos capazes de criar percepções, sentimentos, desejos e pensamentos distintos, alternativos. Além do mundo computado pelo SNC<sup>1</sup>, podemos também viver em outros mundos. Podemos estar-aí (dasein) de várias maneiras distintas. E a palavra "aí" (da) inclusive pode significar várias coisas. O que acabamos de dizer é certamente terrível, inclusive monstruoso, mas existem termos mais familiares para isso: cyberspaço ou espaço virtual, que são denominações paliativas. (FLUSSER, 2007:78)

<sup>1</sup> Sistema Nervoso Central.

Enquanto Flusser ressalta o caráter de "mundo alternativo" do ciberespaço, Margaret Wertheim defende que, com o surgimento do ciberespaço, a sociedade ocidental voltou a ter uma percepção de uma realidade dual, de modo análogo ao que ocorria na Idade Média (2001: 168).

Segundo a autora, o "espaço da alma", da Divina Comédia de Dante Alighieri, dividido em Inferno, Purgatório e Paraíso, era para o homem medieval tão real – e potencialmente tangível – quanto o espaço físico em que ele vivia:

Nisso residia, portanto, a diferença mais flagrante entre as imagens de mundo medieval e moderna. Enquanto nosso panorama científico abrange apenas o corpo, e por isso apenas o espaço dos vivos, o panorama do mundo da Idade Média cristã incluía ao mesmo tempo o espaço dos vivos e dos mortos. (Wertheim, 2001: 33-34)

Essa visão dualista, segundo Wertheim, foi superada aos poucos a partir do avanço das técnicas de representação artísticas e do desenvolvimento das ciências. A visão do espaço passou então por uma progressão, da dualidade medieval entre "espaço do corpo" e "espaço da alma" para o "espaço físico" geometrizado pelos artistas renascentistas que aperfeiçoaram as técnicas da perspectiva, restando a Deus o "espaço celeste" (2001: 57-90). A física moderna fez ruir o caráter absoluto do espaço e do tempo com a Teoria Geral da Relatividade e com a Teoria da Origem do Universo – o Big-Bang (2001: 91-114). A Teoria Geral da Relatividade foi aperfeiçoada e, atualmente, a hipótese mais comumente aceita relata a existência de 11 dimensões do espaço, as quatro do espaço-tempo que são percebidas pelos seres humanos e outras sete que formariam a matéria, criando assim o chamado hiperespaço (2001: 115-162).

O espaço atualmente é entendido como uma organização geométrica de diversas dimensões. Segundo a autora, esta visão monista e fisicalista do espaço que dominou o pensamento humano nos últimos séculos encontrou uma revolução no final do século XX. O surgimento da internet e sua rápida expansão trouxeram à tona um novo tipo de espaço, o espaço virtual, que coexiste com o espaço físico real.

Num sentido muito profundo, esse novo espaço digital está "além" do espaço que a física descreve, pois o ciberdomínio não é feito de forças e partículas físicas, mas de bits e bytes. Esses pacotes de dados são o fundamento ontológico do ciberespaço, as sementes das quais o fenômeno global "emerge". A afirmação de que o ciberespaço não é feito de partículas e forças físicas pode ser óbvia, mas é também revolucionária. Por não estar ontologicamente enraizado nesses fenômenos, o ciberespaço não está sujeito às leis da física e portanto não está preso pelas limitações dessas leis. (Wertheim, 2001: 167)

O ciberespaço é sobreposto à espacialidade física como os espaços narrativos da literatura, cinema e teatro, mas como esses espaços depende também de uma rede de infraestruturas que funcionam de acordo com as leis da física.

Ironicamente, o ciberespaço é um subproduto tecnológico da física. Os chips de silício, as fibras ópticas, as telas de cristal líquido, os satélites de comunicação, até a eletricidade que provê a Internet de energia são todos subprodutos dessa ciência sumamente matemática. No entanto, se não poderia existir sem a física, o ciberespaço não está confinado à concepção puramente fisicalista do real. (Wertheim, 2001: 167)

Ao criar uma conta de e-mail ou um perfil em uma rede social é possível se inserir neste espaço. Este ambiente não é um espaço da alma como na Idade Média, mas está presente e acessível a partir de um aparelho conectado a uma rede de infraestruturas. Esta rede de infraestruturas com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação móveis e sem fio trouxe mobilidade para o usuário acessar, criar e trocar informação. A percepção da cidade e do ciberespaço se dá ao mesmo tempo quando o acesso é feito em algum lugar público.

## **Interfaces na cidade**

Interface é uma 'zona' de comunicação entre dois sistemas, espécie de fronteira que estabelece/possibilita o contato entre meios heterogêneos. Um computador realiza operações lógicas e aritméticas a partir do sistema de numeração binário, composto apenas de zeros e uns. As interfaces de sistemas computacionais são, portanto, maneiras de passar instruções e rece-

ber resultados do computador sem utilizar diretamente o sistema binário.

As interfaces são em seu cerne metaformas, informação sobre informação. (JOHNSON, 2001: 04)

Paul Virilio comenta que a ciência atual aproxima o conceito de interface ao de superfície (1993:12). No caso das cidades, os aglomerados urbanos sempre foram superfície para a comunicação escrita, talhada, riscada ou pintada com algum significado embutido na sua morfologia e as superfícies urbanas ganharam significados diferentes ao longo dos séculos.

De fato, desde o cercado original, a noção de limite sofreu mutações que dizem respeito tanto à fachada quanto ao aspecto de confrontação. Da paliçada à tela, passando pelas muralhas da fortaleza, a superfície-limite não parou de sofrer transformações, perceptíveis ou não, das quais a última é provavelmente a da interface. (VIRILIO, 1993: 09)

Na Idade Média as artes figurativas e a arquitetura se uniam para criar um espaço místico nas catedrais góticas. Os conteúdos bíblicos eram ensinados aos fiéis a partir de vitrais e das histórias esculpidas e pintadas nas igrejas.

Antes de Gutenberg, as catedrais eram as grandes máquinas significantes da vida pública. Mais que meras construções, implicavam um modo de olhar para o mundo, uma ordem sagrada, um senso de proporção. Num tempo em que a alfabetização em massa era inimaginável, as catedrais serviam como uma espécie de texto popular feito de vitrais e gárgulas. (JOHNSON, 2001: 36)

O desenvolvimento da técnica do desenho em perspectiva no Renascimento trouxe a ilusão da terceira dimensão, de uma realidade própria da pintura. Esta realidade própria se descolou dos murais e afrescos em paredes com a utilização das telas e molduras para pinturas. A pintura da Renascença deu importância à tela como suporte para a representação gráfica, e desde então passamos interagir de forma diferenciada com o que ela contém e com o que está ao seu redor. Manovich (2001: 95) chama esta tela inicial de "tela clássica": ela é plana, retangular e feita para ser vista frontalmente. A tela clássica persiste da pintura renascentista aos dias de hoje, inclusive suas proporções foram pouco alteradas, pois, como lembra o autor, não é à toa que chamamos de "retrato" ou "paisagem" o sentido da área de trabalho em programas de edição de texto ou de criação de imagens e gráficos.

Manovich chama de "tela dinâmica" (2001: 96) a tela que surgiu com o cinema, que acontece também na tela de televisão e equipamentos de projeção de ví-

deos. Esta tela possui as mesmas propriedades da tela clássica, com a diferença que mostra quadros de imagens em movimento. Este movimento do conteúdo da tela muda a relação com o espectador. Vídeos exigem de nós concentração e envolvimento diferentes, precisamos assisti-los, entrar em um “viewing regime”, segundo o autor (2001: 96).

Já a tela do computador rompeu com o ato de assistir ao conteúdo (MANOVICH, 2001: 97). A tela do computador e suas interfaces gráficas introduzem/ampliam a possibilidade de se ter várias janelas de conteúdo abertas ao mesmo tempo. Esta fluidez com que se muda de um programa para outro e a possibilidade de alternar as janelas é diferente da necessidade de concentração e imersão no ambiente do vídeo da televisão ou do cinema. No computador o usuário tem liberdade de escolha do conteúdo com o qual vai interagir.

Todos estes tipos de telas descritos por Manovich estão presentes atualmente no espaço urbano, do cartaz colado em uma parede, passando pelas televisões em vitrines de lojas ao placar luminoso que avisa sobre obras em uma via. Alguns edifícios possuem fachadas que são grandes telas digitais para a passagem de informações. Apesar de, na maioria das vezes, esta tela-fachada não passar de um grande meio de marketing e propaganda – o que não deixa de constituir um instrumento de comunicação e retórica –, existem alguns casos em que a arquitetura do edifício se confunde com a tela e não há como separá-los. É o caso do Kunsthaus Graz, na Áustria, edifício pelos arquitetos Peter Cook e Colin Fournier que possui a instalação com grandes pixels luminosos BIX do escritório realities:united<sup>2</sup> na sua fachada.

<sup>2</sup><http://www.realities-united.de/#PROJECT,69,1>

No entanto, as superfícies de contato com o ciberespaço mais presentes em espaços públicos, atualmente, são as telas de equipamentos de comunicação portáteis: computadores notebooks, sensores de GPS, aparelhos celulares, smartphones e tablets, para citar os mais usados. Esses equipamentos têm a particularidade de permitirem o acesso móvel à internet com o uso de redes sem fio e de poderem estar sempre junto ao usuário. Além disso, uma grande parte das informações atuais sobre as cidades é produzida nestes aparelhos e compartilhada na internet no próprio local em que foram criadas.

Os aparelhos portáteis além de extensões do corpo humano, encontram-se agora junto ao corpo e são constantemente carregados pelo usuário. Segundo Vi-

lém Flusser, em termos filosóficos, os “instrumentos são prolongações de órgãos do corpo: dentes, dedos, braços, mãos prolongados” (1985: 13). As máquinas são instrumentos técnicos criados a partir da Revolução Industrial (1985: 14). Já os aparelhos não servem ao trabalho, como as máquinas e os instrumentos, mas para a manipulação, para o jogo com o programa do aparelho (1985: 15).

Trata-se de função nova, na qual o homem não é constante nem variável, mas está indelevelmente amalgamado ao aparelho. Em toda função aparelhística, funcionário e aparelho se confundem. (FLUSSER, 1985: 15)

Os aparelhos, assim como instrumentos e máquinas, prolongam órgãos do corpo humanos, mas vão além e são capazes de simular o pensamento.

Em suma: aparelhos são caixas pretas que simulam o pensamento humano, graças a teorias científicas, as quais, como o pensamento humano, permutam símbolos contidos em sua “memória”, em seu programa. Caixas pretas que brincam de pensar. (FLUSSER, 1985: 17)

Flusser tece sua teoria a partir da análise de aparelhos fotográficos, mas é possível fazer um paralelo com os aparelhos de comunicação portáteis da atualidade. Eles também são caixas pretas que simulam pensamentos – e vários modelos, curiosamente, possuem máquinas fotográficas acopladas. A diferença, no caso de smartphones e tablets, é que esses trazem as interfaces de acesso à internet para junto do corpo do usuário. Este prolongamento específico do corpo traz consigo o acesso ao ciberespaço.

Este fenômeno tende a se intensificar com a criação de dispositivos de comunicação vestíveis. A Google se arriscou a entrar no mercado com o Google Glass, um smartphone em formato de óculos com um pequeno visor no canto de um dos olhos do usuário, mas acabou por descontinuar o projeto<sup>3</sup>. O sucesso do lançamento recente do Oculus Rift da Samsung e o anúncio do HoloLens da Microsoft parecem apontar para um futuro com interfaces tipo HMD<sup>4</sup>, onde todo o campo de visão do usuário é envolvido por uma tela, eliminando o ato de segurar o dispositivo de comunicação.

William Mitchell (2003) comenta que aparelhos de comunicação portáteis estendem espacialmente o pensamento humano. O amálgama homem-aparelho, sugerido por Flusser, constitui para Mitchell um ser único: um ciborgue.

Logo eu não sou Homem Vitruviano, fechado dentro de um único círculo perfeito, olhando para o mundo das coordena-

<sup>3</sup><http://techcrunch.com/2015/01/19/today-is-the-last-day-to-buy-google-glass/>

<sup>4</sup> HMD – head mounted display, dispositivos com telas em visores e fones de ouvido, utilizados na cabeça como um capacete.

<sup>5</sup> No original: *So I am not Vitruvian man, enclosed within a single perfect circle, looking out at the world from my personal perspective coordinates and, simultaneously, providing the measure of all things. Nor am I, as architectural phenomenologists would have it, an autonomous, self-sufficient, biologically embodied subject encountering, objectifying, and responding to my immediate environment. I construct, and I am constructed, in a mutually recursive process that continually engages my fluid, permeable boundaries and my endlessly ramifying networks. I am a spatially extended cyborg.* Tradução nossa.

das da minha perspectiva pessoal e, ao mesmo tempo, proporcionando a medida de todas as coisas. Nem sou, como arquitetos fenomenologistas considerariam, um ser autônomo, auto-suficiente, sujeito biologicamente encarnado, objetivando e respondendo ao meu ambiente imediato. Eu construo, e sou construído, em um processo mutuamente recursivo que envolve continuamente meus fluidos, fronteiras permeáveis e minhas redes infinitamente ramificadas. Eu sou um ciborgue espacialmente estendido<sup>5</sup>. (MITCHELL, 2003: 39)

Este ciborgue espacialmente estendido, homem-aparelho via interface, percorre a cidade e acessa o ciberespaço, modificando-o e modificando a cidade.

## O Espaço Híbrido

Adriana de Sousa e Silva (2006) defende que o acesso ao ciberespaço por interfaces móveis cria um espaço híbrido. Os espaços híbridos seriam formados por três tendências distintas que se sobrepõem: espaços conectados, espaços móveis e espaços sociais (2006: 261). Os espaços híbridos são espaços conectados por permitirem a conexão à internet a qualquer momento.

A emergência das tecnologias de comunicação portáteis tem contribuído para a possibilidade de ser estar sempre conectado a espaços digitais, literalmente “carregando” a Internet onde quer que se vá. (...) os usuários não percebem espaços físicos e digitais como entidades separadas e não têm a sensação de “entrar” na Internet, ou de estar imerso em espaços digitais, como era geralmente o caso quando se precisava sentar na frente da tela de um computador e discar uma conexão<sup>6</sup>. (DE SOUZA E SILVA, 2006: 263)

<sup>6</sup> No original: *The emergence of portable communication technologies has contributed to the possibility of being always connected to digital spaces, literally “carrying” the Internet wherever we go. (...) users do not perceive physical and digital spaces as separate entities and do not have the feeling of “entering” the Internet, or being immersed in digital spaces, as was generally the case when one needed to sit down in front of a computer screen and dial a connection.* Tradução nossa.

Já os espaços móveis são possibilitados pela portabilidade das interfaces que compõem os nós de conexão com a internet. Adriana de Sousa e Silva defende que a mobilidade dos nós transforma a configuração da própria rede, tendo em vista que com os nós móveis as conexões também tornam-se móveis, modificando a estrutura espacial da rede (2006: 267). Ainda segundo a autora, os espaços híbridos formados por esta rede de comunicação móvel são espaços sociais pelo próprio caráter de construção social da comunicação na internet, como o espaço de fluxos definido por Castells:

O espaço de fluxos resultante é uma nova forma de espaço, característico da Era da Informação, mas não é desprovida de lugar: conecta lugares por redes de computadores telecomunicadas e sistemas de transporte computadorizados. Redefine distâncias, mas não cancela a geografia. Novas configurações territoriais emergem de processos simultâneos de concentração, descentralização e conexão espaciais, incessantemente elaborados pela geometria variável dos fluxos de informação global. (CASTELLS, 2003: 170)

Mas, segundo De Sousa e Silva, o que falta à definição de espaços de fluxos é a conexão entre espaço de fluxos e o espaço de lugares, a compreensão de que ao se conectar à internet o usuário também é influenciado pelas relações sociais do espaço urbano (2006: 271). Cabe, entretanto, ressaltar que o texto original de Castells é de 2001, de um período em que as tecnologias de móveis de acesso à internet não eram muito difundidas e o acesso à internet se dava principalmente em espaços privados. Castells tratava espacialmente do ciberespaço, enquanto De Sousa e Silva sugere que as tecnologias de comunicação móveis estão causando uma passagem do ciberespaço para um espaço híbrido. As consequências dessa passagem, segundo a autora seriam:

(a) a indefinição das fronteiras entre os espaços físicos e digitais, (b) a redefinição do conceito de digital, (c) a redefinição do conceito de espaço físico para incluir ambientes híbridos e (d) mudanças nos padrões de sociabilidade e comunicação. Finalmente, a mudança, impulsionada pelas tecnologias nômades, de ciber para híbrido chama nossa atenção para o fato de que o digital na verdade nunca foi separado do físico e pode ser um elemento essencial para a promoção da sociabilidade e comunicação em espaços urbanos.<sup>7</sup> (DE SOUZA E SILVA, 2006: 263)

Essa compreensão de um espaço híbrido também vai ao encontro da visão de realidade dual de Margaret Wertheim. Cada vez mais, as experiências do espaço digital e o espaço físico se encontram em uma experiência única, onde o cruzamento de dois resulta em um - como a própria definição da palavra híbrido<sup>8</sup> sugere.

## Conclusões

Em grande parte das cidades contemporâneas, graças ao desenvolvimento da tecnologia de comunicação móvel, é possível ter contato com o ciberespaço em qualquer lugar e momento. O ciberespaço pode ser acessado e visualizado por telas em espaços urbanos. A interface usuário-ciberespaço se dar por telas espalhadas pela cidade, telas que compõem a arquitetura de edifícios e, especialmente, por telas que são carregadas pelo usuário. Estas telas próximas ao corpo, que permitem o acesso remoto e ubíquo à internet, transformaram a relação usuário-aparelho. O aparelho além de extensão do corpo, agora está junto dele, criando um usuário ciborgue (MITCHELL, 2003:39) que se conecta e transforma o ciberespaço enquanto percorre a cidade.

As tecnologias de comunicação móveis sobrepõem o ciberespaço à espacialidade física da cidade. Os espaços das cidades contemporâneas percorrido por

<sup>7</sup> No original: (a) the blurring of borders between physical and digital spaces, (b) the redefinition of the concept of the digital, (c) the redefinition of the concept of physical space to include hybrid environments, and (d) changes in sociability and communication patterns. Finally, the shift, driven by nomadic technologies, from cyber to hybrid calls our attention to the fact that the digital has never actually been separated from the physical and can be an essential element for promoting sociability and communication in urban spaces. Tradução nossa.

<sup>8</sup> Híbrido: Diz-se do indivíduo que resulta do cruzamento de dois genitores de espécies, raças ou variedades diferentes. (EDITORA MELHORAMENTOS, 2012)

usuários que carregam consigo interfaces móveis são híbridos - espaços conectados, móveis e sociais (DE SOUZA E SILVA, 2006: 261). Cabe agora buscar entender o funcionamento desse híbrido físico-digital. Dissecando-o, analisar quais as funções desempenhadas por cada parte e entender em que se distinguem e em que se complementam.

Os usuários de tecnologias de comunicação móveis com suas mentes e corpos espacialmente estendidos pelos aparelhos percorrem um espaço híbrido, onde não percebem diferença entre o que é acessado no ciberespaço e o espaço físico que o circundam, segundo Mitchell (2003):

Agora, as metáforas do corpo/cidade se transformaram em concretas e literais. Incorporado dentro de uma vasta estrutura de limites aninhados e redes ramificadas, os meus sistemas musculares e esqueléticos, fisiológicos e nervosos foram artificialmente aumentados e expandidos. Meu alcance se estende por tempo indeterminado e interage com os alcances da mesma forma prolongados de outros para produzir um sistema global de transferência, atuação, detecção e controle. Meu corpo biológico enreda-se com a cidade; a cidade em si tornou-se não apenas o domínio do meu sistema cognitivo em rede, mas também, e fundamentalmente, a encarnação espacial e material desse sistema<sup>9</sup>. (MITCHELL, 2003: 19)

<sup>9</sup> No original: *Now the body/city metaphors have turned concrete and literal. Embedded within a vast structure of nested boundaries and ramifying networks, my muscular and skeletal, physiological, and nervous systems have been artificially augmented and expanded. My reach extends indefinitely and interacts with the similarly extended reaches of others to produce a global system of transfer, actuation, sensing, and control. My biological body meshes with the city; the city itself has become not only the domain of my networked cognitive system, but also—and crucially—the spatial and material embodiment of that system.* Tradução nossa.

Quanto ao usuário, cabe buscar compreender quais são as relações do seu corpo/cidade com o espaço híbrido que ele agora habita, percorre e faz parte.

## Agradecimentos

A autora gostaria de agradecer aos colegas, pesquisadores e alunos de graduação que fazem parte do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ, em especial aos professores Rodrigo Cury Paraizo, seu orientador, Naylor Vilas Boas, atual coordenador, Maria Cristina Cabral e José Barki; assim como à CAPES, pelo auxílio no desenvolvimento deste trabalho como parte da dissertação de mestrado em Urbanismo desenvolvida no PROURB. Também gostaria de dedicar este trabalho à memória do fundador do LAURD, professor Roberto Segre.

## Referências

- AGREST, Diana; Mario Gandelsonas. "Semiótica E Arquitetura - Consumo Ideológico Ou Trabalho Teórico." In: *Uma Nova Agenda Para a Arquitetura: Antologia Teórica (1965-1995)*, by Kate Nesbitt, 130–41, 2nd ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História Da Arte Como História Da Cidade*. 5th ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Da Internet - Reflexões Sobre a Internet, Os Negócios E a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DE SOUZA E SILVA, Adriana. "From Cyber to Hybrid: Mobile Technologies as Interfaces of Hybrid Spaces." *Space and Culture - SAGE Publications* 261 (2006): 19. doi:10.1177/1206331206289022.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia Da Caixa Preta - Ensaio Para Uma Futura Filosofia Da Fotografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.
- FLUSSER, Vilém. "Sobre Formas e Fórmulas." In: *O Mundo Codificado*, 75–79. São Paulo, 2007.
- GIBSON, Willian. *Neuromancer*. 3rd ed. São Paulo: Editora Aleph, 2003.
- JOHNSON, Steven. *Cultura Da Interface: Como O Computador Transforma Nossa Maneira de Criar e Comunicar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge: The MIT Press, 2002.
- MITCHELL, William J. *Me++: The Cyborg Self and the Networked City*. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- MITCHELL, William J. *Placing Words: Symbols, Space, and the City*. The MIT Press, 2005.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. 1st ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WERTHEIM, Margaret. *Uma História do Espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.



# O corpo e a cidade: aproximações e subjetividades

Débora S. Allemand, Eduardo Rocha

---

ALLEMAND, Débora S.; ROCHA, Eduardo.  
O corpo e a cidade: aproximações e subjetividades. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 259-276, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 14/10/2016  
data de aceite: 07/02/2017

**Débora S. Allemand** é Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Professora na Universidade Federal de Pelotas; deborallemand@hotmail.com

**Eduardo Rocha** é Doutor em Arquitetura; Professor na Universidade Federal de Pelotas; amigodudu@yahoo.com.br

## Resumo

O ensaio propõe uma revisão de literatura que aproxima os conceitos de espaço, cidade, corpo, capitalismo, experiência e sujeito. Tem como principais referências: Bondía (2002), Deleuze (1992), Deleuze e Guattari (1997), Foucault (1988), Guattari (2003), Harvey (2014), Jacques (2008), Miranda (2008) e Santos (2014). A partir de teorias da filosofia pós-estruturalista, entende-se corpo e cidade como instituições ligadas e em constante troca, visibilizando cultura, cidade e capital como estruturas que cotidianamente reterritorializam os cidadãos. As aproximações concluem que as cidades são importantes espaços de subjetivação e que deveriam ser lugares de construção do conhecimento através da experiência do corpo no espaço público.

**Palavras-chave:** cidade, corpo-espaço, capitalismo, subjetividade.

## Abstract

*The essay proposes a literature review that approaches the concepts of space, city, body, capitalism, experience and subject. Its main references are: Bondía (2002), Deleuze (1992), Deleuze and Guattari (1997), Foucault (1988), Guattari (2003), Harvey (2014), Jacques (2008), Miranda (2008) and Santos (2014). From theories of post-structuralist philosophy, body and city are understood as structures that daily reterritorialize citizens. Approaches conclude that cities are important spaces of subjectivity and that they must be places where knowledge is built, through the experience of the body in public spaces.*

**Keywords:** city, body-space, capitalism, subjectivity.

## Resumen

*El ensayo propone un repaso de la literatura que se acerca a los conceptos de espacio, ciudad, cuerpo, capitalismo, experiencia y sujeto. Las principales referencias son: Bondía (2002), Deleuze (1992), Deleuze and Guattari (1997), Foucault (1988), Guattari (2003), Harvey (2014), Jacques (2008), Miranda (2008) and Santos (2014). El archivo fue escrito a partir de las teorías de la filosofía posestructuralista, en que se puede comprender cuerpo y ciudad como instituciones relacionadas y en constante cambio, dando un vistazo a la cultura, ciudad y el capital como estructuras que cotidianamente reterritorializan los ciudadanos. La investigación concluye que las ciudades son espacios importantes de subjetividad y deberían ser sitios de construcción del conocimiento a través de la experiencia del cuerpo en el espacio público.*

**Palabras-clave:** ciudad, cuerpo-espaço, capitalismo, subjetividad.

**E**ste ensaio se propõe a fazer uma breve revisão teórica, principalmente a partir dos estudos pós-estruturalistas, a respeito de sociedade, espaço, tempo, cidade e corpo, buscando compreender como são os sujeitos que agem no mundo atual e que produzem as cidades na contemporaneidade, sendo produzidos por elas também.

O texto percorre uma trajetória de conceitos, iniciando a discussão sobre espaço, tempo e território. Na próxima parte, as questões de corpo, sujeito e as experiências deste corpo na cidade são o foco, até chegar à ideia de corpo-espaço, compreendendo que a cidade é um elemento importante de subjetivação para os corpos.

Os cidadãos da cidade estão em constante troca e reconstituição, a partir do contexto em que residem. A maioria dos habitantes das cidades não tem experiência urbana, apesar de passar grande parte do dia no trânsito indo de casa para o trabalho e vice-versa (BONDÍA, 2002). Entender o mundo contemporâneo necessita, então, pensar sobre corpo sem separá-lo do contexto em que está imerso, pois esses dois estão em constante troca.

## **Espaço-tempo Contemporâneo**

O espaço é um conceito produzido de acordo com os sintomas de uma época e este conceito também produz e modifica a visão da sociedade (ARAÚJO, 2011). Neste sentido, o conceito de espaço aqui tratado não é aquele somente sob o ponto de vista físico e geométrico, mas sim o espaço em relação com o tempo e com o conteúdo que o define, bem como com os corpos-sujeitos que com ele interagem.

Para Milton Santos (2014, p. 24 e 25), o espaço pode ser entendido como forma-conteúdo, isto é, “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou”. Então, o tipo de sociedade que vive em cada lugar só é de certa maneira e tem certos costumes porque habitou certo espaço e, assim, o produziu e o produz continuamente. Isso faz com que, a cada movimento da sociedade, os lugares se criem e recriem.

Em outras palavras, o espaço é definido “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2014, p. 21). Ou seja, os objetos não existem isolados das ações que agem sobre ele e vice-versa. Esses objetos e essas ações, ainda que sejam de naturezas distintas, só podem ser vistos de certa maneira se pensados em conjunto e em relação. Essas ações são realizadas pela sociedade que interage com o

espaço e que deve ser entendida, também, a partir desse sistema de objetos.

O tempo relaciona-se com o espaço à medida que este último é formado pelas relações sociais, além da materialidade. O tempo age sobre a matéria, assim como dá ritmo para as relações sociais, principalmente na cidade.

O império do tempo é muito grande sobre nós, mas é, sobre nós, diferentemente estabelecido. Nós, homens, não temos o mesmo comando do tempo na cidade; as firmas não o têm, assim como as instituições também não o têm. Isso quer dizer que, paralelamente a um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo, um tempo contido no tempo, um tempo que é comandado, aí sim, pelo espaço (SANTOS, 2012).

Assim, os territórios na cidade são formados tanto pelo espaço quanto pelo tempo, bem como pelas experiências dos corpos-sujeitos. Estes, para Deleuze e Guattari (1997), encontram-se em um processo de *ritornelo*, que se constitui em três etapas: habita-se um território (territorialização), lança-se para fora deste mesmo território em busca de outro lugar, outros territórios (desterritorialização) e cria-se um novo território (reterritorialização).

Território, no presente estudo, é entendido a partir dos estudos pós-estruturalistas de Deleuze e Guattari, e pode ser definido tanto como um espaço vivido quanto um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa". É do campo do familiar e sinônimo de apropriação e subjetivação; marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. Ou seja, não é entendido aqui como algo fixo nem material, é individual e está em relação com o que é familiar para cada sujeito num determinado espaço-tempo. Diferencia-se de "espaço" por ser da ordem do subjetivo, enquanto o conceito deste está ligado mais às relações funcionais de toda espécie (ZOURABICHVILI, 2004; HAESBAERT, 2013).

Os indivíduos buscam seus territórios. Mesmo em grandes cidades existem diversos guetos de acordo com os grupos que se identificam e procuram estabelecer-se em união num determinado território. Este território pode ser físico ou não. Para buscar o equilíbrio, "cada grupo social estaria profundamente enraizado a um 'lugar' ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria" (HAESBAERT, 2013, p. 118). O geógrafo Yu Fu Tuan (1983) define "espaço" como sendo algo em movimento, enquanto o "lugar" seria a pausa. De tal forma que podemos de-

finir território (ou lugar) como uma parada no caos do espaço, algo que é dotado de valor por alguém em determinado tempo.

No entanto, “o ser humano contemporâneo está fundamentalmente desterritorializado” (GUATTARI, 2003, p.1), não conhece seu corpo e, consequentemente, quem é. Somos bombardeados com informações que nos atravessam, empurrados pelo capitalismo para produzir e consumir cada vez mais e, assim, nos tornamos sujeitos descontentes, em busca de algo que jamais encontraremos e, por isso, dificilmente territorializados.

A fim de compreender algo sobre esse tempo contemporâneo é necessário senti-lo, para que a apreensão venha da própria experiência. Esta necessita ser corporal, visceral, “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (BONDÍA, 2002, p. 21), ou seja, é o que somos capazes de perceber quando e porque estamos dispostos, é o que nos gruda, nos faz sentir e pensar sobre o que estamos sentindo.

## **Corpo-sujeito e a Experiência**

Existem diversas formas de compreender o sujeito, dependendo do contexto em que o pensamos. Cada país, cada tempo e cada área do conhecimento o entendem de uma maneira diferente, dependendo da visão de mundo que cada um tem. Trataremos aqui das perspectivas sobre o sujeito do pós-modernismo e das relações estabelecidas entre corpo e ambiente, entendendo o corpo como corpo-espaço.

A partir da pós-modernidade, passa-se a compreender o sujeito como um território que está sempre em relação, em transformação, a partir das outras pessoas e do espaço-tempo. Entende-se o sujeito como uma entidade que se forma e se transforma a partir da relação com mundo à sua volta, na troca com a sociedade. Também no início do século XX algumas ideias em relação ao sujeito, principalmente no ocidente, começaram a ser repensadas. Ele, que muitas vezes era visto de forma dualista, com um corpo “objetificado” separado da mente, uma entidade que comandava o sujeito, vai sendo entendido de forma holística, como sujeito uno.

O raciocínio, como caminho de construção do conhecimento humano, articula-se, então, a partir da experiência prática sensível e não mais (como queria Descartes) mediante representações mentais exclusivamente pertinentes ao mundo inteligível (JESUS, 2013, p. 32).



Por mais que o raciocínio ocorra no cérebro, só é possível que ele aconteça dentro do corpo, sendo um corpo, a partir de suas experiências sensoriais, que são nosso contato direto com o mundo. Desta forma, quanto mais os espaços por onde passamos possibilitarem experiências sensoriais diferentes, mais a experiência poderá construir raciocínios e conhecimentos novos.

Ainda assim, segundo autores como Sennett (2003), o Modernismo na Arquitetura causou um empobrecimento da experiência corporal, estética e sensorial dos indivíduos na cidade, principalmente pela ênfase dada à racionalidade. As sensações corporais foram sendo deixadas de lado gradativamente, e caminhar na cidade, por exemplo, virou hábito mecânico, uma rotina desatenta e sem experiência.

Entretanto, não é só a Arquitetura e as cidades que menosprezam o corpo e a faculdade de sentir. A cultura ocidental, em geral, entende que a "linguagem e o pensamento são fenômenos psicológicos incorpóreos e não associados ao corpo". Isso fortalece a dissociação entre corpo e mente e afasta os indivíduos de experiências sensoriais na cidade. "A arquitetura e a arte funcionam dentro dessa distância entre uma sabedoria pré-refletiva e corporificada, o conhecimento existencial e a compreensão cerebral" (PALLASMAA, 2013, p. 26 e 107).

O corpo é um dos potentes dispositivos nas relações de poder, um objeto de saber, por ser lugar de prazer e território da experiência. Por isso, ele é uma instância a qual os governos pensam dever controlar (FOUCAULT, 1988). Foucault descobre, então, esses micro-poderes que visavam a administração dos corpos e estuda os dispositivos utilizados para isso desde o século XVII. Tais dispositivos, chamados de panóplias corretoras, serviam para disciplinar os corpos "rebeldes" ou anormais nas sociedades de disciplina. São exemplos de panópticos<sup>1</sup> as fábricas e as escolas, ou seja, espaços onde tudo está nos devidos lugares e o corpo se movimenta de uma só maneira ou o menos possível. Mas esse tipo de sociedade, segundo Foucault, está sendo substituída pelas sociedades de controle, que funcionam por comando contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 1992).

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola para a fábrica, da fábrica para a caserna), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 1992, p. 221 e 222).

<sup>1</sup> Panóptico é um tipo de construção circular onde um observador central pode ver todos os pontos desse local. A princípio criado para prisões, observou-se que este tipo de espaço poderia ser utilizado em escolas e no trabalho, como meio de tornar mais eficiente o funcionamento daqueles locais, como um dispositivo disciplinador (SANT'ANNA, 2005).

Nas sociedades de controle que hoje coexistem com as sociedades de disciplina, o panóptico não está só no espaço, já que as barreiras físicas estão dissolvidas e tudo está desintegrado. O panóptico contemporâneo está na "obrigação" de estarmos conectados a todo o momento, na corrida contra o tempo da cidade e nas câmeras que tudo veem. São dispositivos de dominação fluidos, invisíveis e móveis. A empresa, que substituiu a fábrica, coloca a rivalidade inexpiável como forma de aumentar a produção, mediante premiações para aqueles que produzem mais e, assim, também faz com que os próprios colegas monitorem uns aos outros (DELEUZE, 1992).

As sociedades de controle começaram a ser implantadas "de mansinho", com novos tipos de educação, de tratamentos, com atendimento médico a domicílio, etc. A formação educacional está cada vez mais misturada com a profissional e transforma-se em formação permanente, um controle contínuo sendo exercido sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Essa ideia de liberdade, de indivíduos que não precisam estar presentes fisicamente na empresa encanta, mas também aprisiona. Todos têm um celular e têm de estar conectados a todo instante, em um trabalho aparentemente de tempo integral, que se mistura ao lazer, onde tudo é urgente, tudo é instantâneo e fugaz.

A isso Foucault chamou de Biopoder, ou seja, o controle não apenas do indivíduo a partir de seu corpo biológico, mas de um gerenciamento da vida das populações, a própria gestão da vida do corpo social. A medicina agora é preventiva, "sem médico nem doente", todos devem vacinar-se, o governo decide o que você deve fazer, para o "seu próprio bem" e todos são tratados como iguais. Esses sutis processos de governamentalização dos indivíduos fazem com que ele mesmo, por sua livre e espontânea decisão, submetesse-se aos princípios da sociedade de controle e da sociedade do capital, tornando-se, assim, a presa voluntária desses processos de controle pelo mercado. "As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida" (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O mundo passa a ser digital, as cidades também, assim como o trabalho. A arte agora é também audiovisual - depende de um computador. Ela também vai para a rua, em busca do público que não tem mais tempo de ir ao teatro. Trabalho e lazer misturam-se. Cenas cotidianamente contemporâneas: enquanto se caminha se assiste a uma obra de dança, no metrô;



indo para casa, se ouve um músico de rua; quando se chega à estação, vemos obras audiovisuais. Todavia, a competição e a manutenção do individualismo, cada vez maior por parte dos cidadãos, causa a dificuldade da relação com o diverso. As pessoas, na sua rotina inalterada, cada vez menos olham para o lado, estão impregnadas do trabalho e

se mostram indignadas com o fazer artístico, por este não ter caráter produtivo. Revelam, assim, o incômodo com sua própria situação de sujeitado pelo sistema no momento em que verbalmente propõe a aguda agressividade com os artistas, que lhes parecem “vagabundos” (ILDEFONSO, 2012, p. 83).

De tal modo, nós mesmos reprimimos o outro no seu fazer improdutivo, pois não há alteridade, todos têm de ser iguais. *Se eu trabalho tantas horas por dia para ter uma vida “digna” — dignidade esta que o capitalismo nos impõe — como o outro está se divertindo na rua na minha frente? No horário em que todos deviam estar “trabalhando”?*

De qualquer forma, nossos corpos-sujeitos estão sempre em ritornelo, em reterritorialização a partir da cultura, da arte de rua, dos espaços e da sociedade com que trocamos. As cidades exercem um grande poder sobre nós e quando são, por exemplo, projetadas privilegiando os automóveis em detrimento dos pedestres, intervêm diretamente na saúde e nos hábitos de seus habitantes dificultando a possibilidade de diferentes experiências sensoriais entre o corpo e a cidade.

atualmente, as infinitas conexões, desorganizações e transgressões entre corpo interno-externo e mesmo entre corpo orgânico-artificial vieram desestabilizar ainda mais o conceito de corpo, que velozmente parece deixar de ser um corpo próprio para se tornar um corpo-espaço em eterno vir a ser (MIRANDA, 2008, p. 26).

No entanto, falar de corpo sem falar do meio em que ele se encontra não faz sentido, pois ambos são considerados codependentes (KATZ; GREINER, 2002). Somos nossos corpos, que são o ambiente em que vivemos, somos as relações que fazemos com tudo que está à nossa volta. Além do ambiente físico, os grupos sociais em que vivemos também nos transformam, como por exemplo, a escola, a igreja, entre outros. E as transformações também ocorrem no espaço, visto que os corpos modificam os espaços a partir da sua interação com eles: “O corpo se metamorfoseia nos espaços que ocupa e assim transforma o ambiente em um movimento de mão dupla” (GREINER, 2010, p. 127).

## Corpo-Espaço

Então, falaremos de corpo-espço pensando na Banda ou Faixa de Moebius como a materialização desse conceito contemporâneo de fluidez. "A faixa de Moebius é a mais elementar superfície não-orientável; e tem como característica ter apenas uma única e contínua margem" (SPERLING, 2003, p. 141), de maneira que a mesma superfície transforma-se a partir da relação que estabelecemos com ela de dentro e fora. "Pode-se ter a ilusão de que há diversas faces, porém consiste em uma só face. A comprovação é se tentarmos traçar uma linha a partir de qualquer ponto ao longo da fita, ela se encontrará com o seu início" (BARROS, 2011, p. 39).

A partir da figura 1, relacionamos corpo e espaço como duas entidades que estão em constante troca. Paola Jacques e Fabiana Britto criaram o conceito de "corpografia urbana", relacionando dança e urbanismo. Regina Miranda nos falou sobre Corpo-Espaço e Takahashi buscou compreender o espaço a partir da perspectiva dos sujeitos. Já Katz e Greiner explicam a cultura como um produto do meio, a ponte entre interior e exterior.

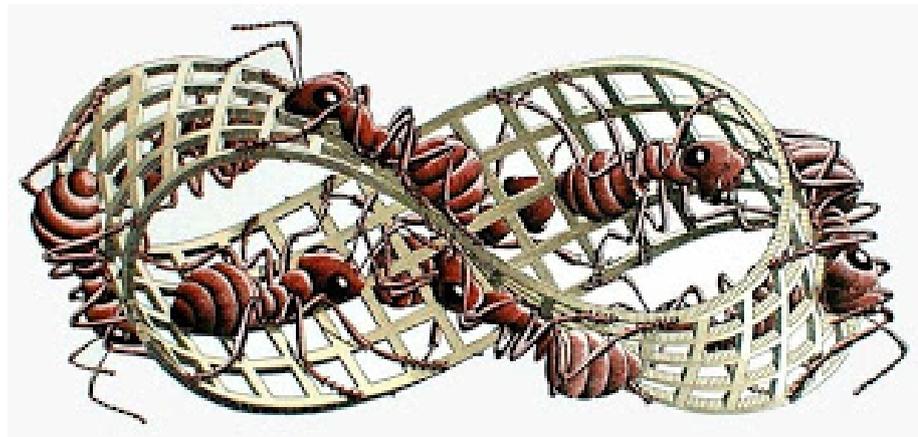


Figura 01

Banda de Moebius.

Fonte: MATEMÁTICA CURIOSA. Acesso em: 24/mar/2017

É possível compreender o espaço a partir da mesma relação da Faixa de Moebius, já que o conjunto de fixos e fluxos, que Milton Santos (2014) propõe, se confunde e redefine cada lugar.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que criam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam (SANTOS, 2014, p. 61 e 62).

Assim, os fixos, que seriam os objetos e os fluxos, que seriam os sujeitos na cidade, estão confundidos e misturados e a rua, o espaço, a arquitetura fazem parte do corpo dos habitantes que por ali passam. Essa relação pode ser entendida por “Corpografia Urbana”, um conceito que se afasta da ideia de cidade como um *lugar* em que o corpo se insere e a entende “como um *campo de processos* em que o corpo está *coimplicado*” (BRITTO, 2013, p. 37), ou seja, o espaço não é um vazio, está sempre em troca com o corpo que interage com ele.

A “corpografia urbana” é conceituada como uma cartografia corporal,

ou seja, parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente (JACQUES, 2008, s.p.).

Tal concepção está relacionada ao conceito de “Corpo-Espaço” de Miranda (2008, p. 24), que implica na fluidez das fronteiras corporais e do espaço. A autora compreende o movimento, o corpo e o espaço “permanentemente imersos em mútuas relações de transformação”, como Jacques (2008), que não entende o corpo separado da cidade. A “corpografia urbana” sugere, então, que o corpo e a cidade configuram-se mutuamente; assim, a cidade fica inscrita nos corpos que interagem com ela, passando a ser também aqueles sujeitos: “somos a cidade que experienciamos”.

Para Takahashi (2010), o espaço não existe por si só, mas pode ser compreendido a partir da perspectiva do sujeito que o observa. E nessa relação, o observador não é passivo, já que, de acordo com o princípio da incerteza de Heisenberg<sup>2</sup>, o simples ato de observação de um átomo já altera suas condições. Devido a isso, no momento da observação, o sujeito passa a ser interagente, transformador daquele espaço.

Ainda assim, “o corpo foi esquecido nos dogmas urbanísticos dos anos 90, saturado pelas coordenadas funcionais da cidade e sufocado pelos sistemas de tráfego e circulação” (TAKAHASHI, 2010, p. 145). Comunicamo-nos pelo corpo, tudo o que sentimos e pensamos é transmitido pelo corpo e essa relação se dá principalmente nos espaços públicos, na cidade. Contudo, vivemos no ciberespaço<sup>3</sup>, onde esquecemos que somos corpo e diminuímos nossas relações sinestésicas com outros sujeitos.

<sup>2</sup> O princípio da incerteza de Heisenberg consiste num enunciado da mecânica quântica, formulado inicialmente em 1927, por Werner Heisenberg, impondo restrições à precisão com que se podem efetuar medidas simultâneas de uma classe de pares de observáveis em nível subatômico.

<sup>3</sup> Ciberespaço é um espaço virtual, não-material, onde é possível relacionar-se e comunicar-se com outras pessoas sem a presença física de cada um. Se dá através da internet, de celulares e diversos outros aparelhos de comunicação.

As cidades contemporâneas estão sendo planejadas de forma espetacular, distanciando os sujeitos do espaço urbano, com projetos que “buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária” (JACQUES, 2010, p. 108). E a redução de seu uso afeta as dinâmicas sociais cotidianas, diminuindo a participação cidadã e a experiência corporal de apreensão da cidade. Dessa forma, a utilização da cidade de forma ativa pode influenciar significativamente na educação do sensível, possibilitando aos cidadãos a descoberta de seus corpos, sendo capazes de resistir ao corpo-mercadoria<sup>4</sup>.

se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo (PARK apud HARVEY, 2014, p. 28).

<sup>4</sup> Corpo-mercadoria é o corpo como objeto de consumo, para o qual se pensam produtos para a venda, ignorando o sujeito que é aquele corpo (JACQUES, 2008).

O tipo de cidade em que queremos viver está diretamente relacionado ao tipo de pessoas que queremos ser e aos tipos de relações que buscamos com o outro. “O direito à cidade é, portanto, [...] um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos.” (HARVEY, 2014, p. 28). A luta por uma cidade mais sensível, onde se tenha espaço para a arte de rua, para os encontros é, também, uma luta por um ser humano mais sensível, menos automatizado, menos ligado à produção de capital - uma revolução interna contra o sistema que nós próprios construímos e no qual ficamos enredados. Uma revolução contra as pessoas que nos tornamos e que não conhecemos mais, contra essas máquinas humanas atrás de smartphones, com muita informação e pouca experiência.

## Cidade-mercado e Rua

Quando falamos em “cidade” pensamos em ocupação compacta do solo, em populações culturalmente mistas e num acúmulo de culturas e funções diversas num único lugar que irradia um alto grau de centralidade atrativa (PRIGGE, 2002, p. 51).

Algumas características de cidade estão configuradas desde 2.500 a.C. A conformação de rua, quarteirão de casas, mercado, recinto religioso e administrativo ainda é a forma como imaginamos as cidades, apesar de sua transformação natural (ARAÚJO, 2010). Harvey (2014) observa que “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (p. 134). Por isso, a cidade também é lugar da

<sup>5</sup> Aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não) e dissensual, radical. Esse “outro urbano” se explicita através da figura do morador de rua, ambulante, camelô, catador, prostituta, artista, entre outros (JACQUES, 2012).

política, é lugar de luta de classes, onde os desejos dos diversos grupos de seus habitantes se mostram. Entretanto, o ser humano, que busca estar sempre territorializado, não quer o encontro com o diferente, com o que não lhe é familiar. O encontro com o “outro urbano”<sup>5</sup> é uma forma de desterritorialização dos cidadãos que passam na rua e, por isso, muitos não se sentem à vontade.

As cidades são fenômenos de classe, pois elas “surtem da concentração geográfica e social de um excedente de produção” (HARVEY, 2014, p. 30). Isso significa que quando existe excedente, existe alguém ou alguma instância que controla o uso do lucro desse acúmulo, que está nas mãos de poucos de acordo com uma política do capitalismo neoliberal. Assim, para pensar em reforma urbana, em formas alternativas de urbanização, é preciso pensar em alternativas anticapitalistas.

<sup>6</sup> Georges-Eugène Haussmann (Paris, 1809 – 1891) foi responsável pela reforma urbana de Paris que modificou expressivamente a cidade, abrindo grandes avenidas e bulevares.

As cidades poderiam vir a ser transformadas para o recebimento/escoamento dessa mercadoria excedente, através da construção de estradas, ferrovias, portos. Na cidade de Paris, em 1853, por exemplo, os projetos e construções de obras públicas encabeçadas por Haussmann<sup>6</sup>, foram instrumentos de estabilização social, pois essas transformações urbanas fizeram com que a cidade absorvesse imensas quantidades de mão de obra e capital. Depois disso, Paris transformou-se na “Cidade Luz”, o maior centro de consumo, turismo e prazeres, criando um novo estilo de vida urbano e, conseqüentemente, um novo tipo de “persona” urbana (HARVEY, 2014), já que, como vimos, corpo e espaço, sujeito e cidade se retroalimentam.

Mas a luta política pelo “direito à cidade” equivale a reivindicar por algo que não mais existe, já que a oposição urbano-rural está desaparecendo: “além do mais, o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado” (HARVEY, 2014, p. 19 e 20). A cidade pode ser entendida como um fenômeno cultural porque ela é o espaço que reúne diversidades, tendo em vista a ideia de centralidade, aproximação, reunião, enfim, local de relações. Assim como também é lugar de conflitos, pois há tensão entre os diferentes. Mas essa tensão, segundo Jacques (2010), é capaz de transformar e de possibilitar a criação, ou seja, proporcionar modificações tanto nas cidades quanto nas culturas, a partir de negociações entre os seres humanos e as cidades, entre as culturas e os espaços.

Cada época tem seu padrão de civilidade, que é transformado a partir do comportamento das pessoas e das

mudanças que ocorrem no espaço, bem como os conceitos de cidade que também se modificam no tempo. “De qualquer forma, esse ‘estar de acordo’ não está dado como um padrão social conhecido; pelo contrário, ele é construído o tempo todo em um processo permanente de negociação” (REYES, 2005, p. 22). Ou seja, é preciso padrões pré-estabelecidos para que se possa conviver na aglomeração chamada cidade.

Na contemporaneidade, “cidade” está menos ligada às questões físicas e geométricas, já que, estando conectado, qualquer ser humano pode participar da cidade mundial: “a cidade passa a ser definida a partir de diferentes parâmetros, tais como finanças, capacidade informacional e de conexão planetária, nós e redes, densidade demográfica, virtualização, experiência sensorial etc.” (ARAÚJO, 2011, p. 48). No entanto, os arquitetos, os urbanistas e os planejadores do espaço urbano ainda têm grande influência no tipo de cidade que é construída, visto que a concepção de arquitetura e urbanismo está estreitamente ligada à concepção de espaço.

É certeza que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais a cabo, a falta de comunicação, a falta de desejo, a apatia, a depressão, os suicídios, as neuroses, os ataques de pânico, a obesidade, a tensão muscular, a insegurança, a hipocondria, o estresse e o sedentarismo são culpa dos arquitetos e incorporadores (Medianeras, 2011).

Gustavo Taretto, diretor de *Medianeras*, logo no início do filme provoca o espectador com algumas características acerca da contemporaneidade na urbe: a preferência do certo ao não-saber; a linha reta às linhas curvas; as menores distâncias; o transporte mais veloz; a preferência a tudo o que nos der menos possibilidade de sentir, uma vez que a cidade contemporânea tem perdido sua finalidade humana, tendo progredido apenas materialmente. A crítica do filme é a de que a humanidade contemporânea simplesmente (sobre) vive na cidade, sem questionar-se. “Se as pessoas não sabem aonde vão, o capital lhes oferece metas às quais deverão dirigir-se” (NEGT, 2002, p. 18).

A principal mensagem de *Medianeras* é a necessidade de se viver o instante, descobrir as surpresas, enxergar o que está bem diante de nosso nariz: a existente falta de humanidade e a emergente possibilidade dela. Precisamos apostar na descoberta sensível sobre o que nos enfraquece e o que nos potencializa na experiência com a cidade contemporânea. Na figura 2 (cenas do filme *Medianeras*), as personagens Martín e Mariana resolvem abrir janelas nas fachadas cegas

de seus apartamentos. É neste momento que os dois olham-se e encontram-se. Estavam a todo o momento um ao lado do outro, mas é com uma micropolítica, com um movimento mínimo em meio ao turbilhão de movimentos de construção e reconstrução da cidade, que o casal se forma.



Figura 02  
Cena do filme "Medianeras".  
Fonte: REVIDE. Acesso em: 24/mar/2017

Todavia, sob a lógica da produção capitalista, a cidade hoje, lotada de shoppings e condomínios fechados, nega a ideia de centralidade e traz a noção de segregação. O espaço urbano possui sua dinâmica imposta pelo capital, por isso a luta pelo direito à cidade é uma luta anticapitalista, é uma luta pelo direito do uso comum por parte de todos, da classe mais alta à mais baixa, mas as grandes empreiteiras seguem fragmentando a cidade, acabando com o comum. "A urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável" (HARVEY, 2014, p. 156).

Essa falta de uso do espaço público despolitiza a cidade, pois é no dissenso, segundo Rancière (2005), que está o cerne da política. Para ele, um lugar onde falta política é um lugar em que sobra polícia, onde se visa excluir tudo o que é diferente e regular a ordem. A política é "a possibilidade de opor um mundo comum ao outro" (RANCIÈRE, 2005, s.p.). Assim, para existir política é preciso existir o encontro com o diferente, com aquele que pensa e age diferente de nós.

Hoje em dia, ordem significa justamente falta de contato. (...) A massa de corpos que antes se aglomerava nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em polos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. Presentemente, a multidão sente-se ameaçada pela presença de outros seres humanos que destoam de suas intenções (SENNETT, 2003, p. 19 e 20).

Essa despolitização do espaço público também causa e é causada pela mercantilização da cidade. "A quali-

dade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro” (HARVEY, 2014, p. 46). Os que têm capacidade financeira para comprar “um pedaço de cidade” o fazem e têm nas mãos uma mercadoria, fazendo de tudo para obter lucros com seu “bem imóvel”. Venda! Negócios! Mídia! E ainda são capazes de ser a propaganda da cidade: “Temos o prédio mais alto do mundo!”. Turismo, dinheiro, espetáculo, más-caras... e a cidade vira cidade-museu.

Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias estratégicas, manipuladas como imagens de marca, principalmente dentro do atual processo de globalização da economia (JACQUES, 2010, p. 164).

Então, cultura se produz, se reproduz e se vende. Assim como se vende a cidade. Enfim, “a mercantilização e comercialização de tudo constitui uma das marcas características de nossa época”. Essa cidade como “marca”, como produto cultural, comporta certos tipos de pessoas e coisas, ao passo que exclui aqueles que não se encaixam, não se adequam àquela marca criada (HARVEY, 2014, p. 202). As cidades, ao invés de serem lugares do encontro e da reunião dos diferentes, são lugares do turismo, do consumo, do espetáculo. A globalização hegemoniza as cidades e generaliza seus habitantes: “se perdeu o gosto pela diferença, pelo imprevisto, pelo acontecimento singular” (GUATTARI, 2003, p. 1).

O capitalismo leva ao individualismo e “os indivíduos sentem-se apenas usuários da cidade” (PRIGGE, 2002, p. 53), ou seja, não se comprometem com a manutenção da política urbana. Como mencionado anteriormente, um dos elementos que auxiliou no desenvolvimento do capitalismo foi o que Foucault (1988) denominou como biopoder, pois garantiu ao Estado o controle dos corpos no aparelho de produção. Shoppings e condomínios fechados funcionam como falsos espaços públicos e sua multiplicação faz com que a população diminua sua participação e interação com a cidade “realmente pública”. Por outro lado, existem os que vivem a cidade de outra forma, que fazem micropolítica, como as personagens Mariana e Martín. Estes transformam os lugares mesmo de dentro do sistema capitalista-espetacular.

As duas principais personagens do filme, que se passa em Buenos Aires, vivem trancadas em seus apartamentos, sedentários e depressivos, e só se jogam no caos do espaço urbano em situações extremamente necessárias. Apesar disso, Mariana procura constantemente o “Wally<sup>7</sup> na cidade” (figura 3) e Martín vive em salas de bate-papo virtuais. O que eles buscam? O encontro com o outro, o sentir, o humano.

<sup>7</sup> “Onde está Wally?” é uma série de livros de caráter infanto-juvenil criada pelo ilustrador britânico Martin Handford, baseada em ilustrações e pequenos textos. O livro tem ilustrações que ocupam duas páginas inteiras, nas quais em algum lugar está escondido Wally e o leitor tem de achá-lo.

É no encontro face a face que temos a apreensão do outro na sua quase total plenitude, pelo menos no que diz respeito a seus sinais exteriores. Todos os sentidos estão aí disponíveis à percepção do outro (REYES, 2005, p. 21).

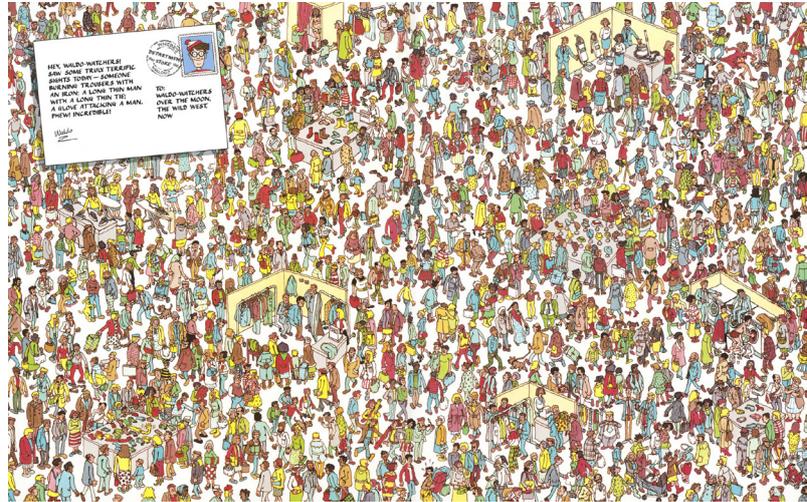


Figura 03  
Ilustração do livro "Procurando Wally".

Fonte: MARINA FRANCONETI. Acesso em: 24/mar/2017

A velocidade das transformações no modo de viver não acompanhou a (falta de) velocidade da sensibilidade humana. Martín e Mariana buscam o sentir, e é quando eles abrem janelas – literalmente – para a rua, que isso acontece. Estão fazendo micropolítica. Não é nos bate-papos na internet ou nas redes sociais que o encontro acontece, é na cidade. Um paradoxo: vivemos escondidos na multidão de habitantes das cidades, diluindo nossos corpos no meio de outros anônimos, somos "Wallys" no espaço urbano. Esses corpos tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes "diluem a identidade e a autonomia" (TAKAHASHI, 2010, p. 138), assim, nos misturamos com os outros, somos os outros, ao mesmo tempo em que as possibilidades de experiência com o outro não são possíveis. Tornamo-nos sujeitos anestesiados.

As novas tecnologias (telefone, computador, internet), os ambientes virtuais, os novos meios de transporte (público, privado, individual, coletivo, veloz ou mais veloz ainda), as novas formas de comer, trabalhar, habitar e amar influenciaram e continuam influenciando significativamente nas cidades e nos sujeitos que as produzem ao passo em que são produzidos por elas.

"A experiência é cada vez mais rara por excesso de trabalho" (BONDÍA, 2002, p. 23). Viramos mecânicos depois da Revolução Industrial, funcionamos como máquinas. A cultura de massas proporciona aos indi-

víduos uma multiplicidade de estímulos e sensações, mas estas sensações não se transformam em experiência porque o tempo é da velocidade e experimentar algo “requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar [...]” (BONDÍA, 2002, p. 24).

## **Abrindo Brechas nas *Medianeras***

Desta forma, para possibilitar viver experiências ativas, temos que desligar o automático e ligar o manual, o braçal, o corporal. Precisamos compreender que o ócio é necessário, precisamos nos dar tempo para sentir, para nos tornar humanos de novo e isso requer aprendermos a lentidão.

As cidades são importantes espaços de subjetivação e devem ser pensadas como tal – espaços de liberdade, de criação, de arte, comandadas pelas pessoas, ao invés de pelo mercado imobiliário. E, para produzir espaços de liberdade, é preciso que as cidades sejam pensadas por diversas áreas do conhecimento, de forma cada vez mais democrática, para que todos tenham o direito à cidade, cada qual à sua maneira, diversas cidades em uma.

Vê-se nos espaços públicos uma possibilidade de construção do conhecimento através da experiência do corpo na cidade, assim, esses espaços necessitam ser pensados a fim de proporcionar múltiplas sensações aos sujeitos que ali convivem. Nesse sentido, a diversidade de atividades no espaço público, que proporcionam diferentes experiências estéticas e corporais à rotina de caminhar pela cidade, pode ocorrer tanto através da arquitetura do próprio espaço, como também através das atividades que não estão programadas, como as intervenções urbanas, os vendedores ambulantes e as manifestações políticas que utilizam a cidade como espaço realmente público.

## Referências

- ARAÚJO, Rosane Azevedo de. *A cidade sou eu*. Rio de Janeiro: Novamente, 2011.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *As cidades e suas contradições*. In: ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). *Políticas Culturais para as Cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BARROS, Carolina M. F. de. *Dobrando a Arquitetura Contemporânea: um estudo sobre a obra de Peter Eisenman e o uso do conceito de dobra*. Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS: UFPel, 2011.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19, pp. 20-28.
- BRITTO, Fabiana Dultra. *A ideia de Corpografia Urbana como pista de análise*. Redobra, Salvador, EDUFBA, nº 12, ano 4, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. Peter Pál Perbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V.4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- GUATTARI, F. *Prácticas Ecosóficas y Restauración de la Ciudad Subjetiva*. In: Quaderns d'arquitectura i urbanisme, nº 238. Ed. Reunidas SA / GRUPO ZETA, Barcelona, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ILDEFONSO, Élder Sereni. *Estudos Cênicos Híbridos e o Corpo em [Des]Territorialização no Processo de Urbanização*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo: UNESP, 2012.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 23/05/14.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Notas sobre Cidade e Cultura*. In: ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). *Políticas Culturais para as Cidades*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- JESUS, Thiago Silva de Amorim. *Corpo, Ritual, Pelotas e o Carnaval: uma análise dos desfiles de rua entre 2008 e 2013*. Tese do Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, SC: UNISUL, 2013
- KATZ, Helena; GREINER, Christine. *A natureza cultural do corpo*. In: SOTER, Sílvia; PEREIRA, Roberto (Orgs.) *Lições de Dança 3*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2002.
- MATEMÁTICA CURIOSA*. Disponível em: <http://matcuriosa.blogspot.com.br/2009/05/faixa-de-moebius.html>. Acesso em: 24/mar/2017.
- MARINA FRANCONETI*. Disponível em: <https://marinafranconeti.wordpress.com/tag/medianeras/>. Acesso em: 24/mar/2017.

*MEDIANERAS: Buenos Aires na Era do Amor Virtual*. Direção: Gustavo Taretto. Buenos Aires: Rizoma, 2011. 95 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ja-vEbiY1c>. Acesso em: 17 set. 2014.

MIRANDA, Regina. *Corpo-espaço: aspectos de uma geofilosofia do movimento*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

NEGT, Oskar. *Espaço Público e Experiência*. In: PALLAMIN, Vera M. (Org.). Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PALLASMAA, Juhani. *A imagem corporificada: imaginação e imaginário na arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PRIGGE, Walter. *Metropolização*. In: PALLAMIN, Vera M. (Org.). Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org./ Editora 34, 2005.

*REVIDE*. Disponível em: <http://revide.blogspot.com.br/2014/05/revendo-medianeras.html>. Acesso em: 24/mar/2017.

REYES, Paulo. *Quando a rua vira Corpo* [ou a dimensão pública na ordem digital]. Editora Unisinos: São Leopoldo, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *O Tempo nas Cidades*. In: Revista Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 54, n. 2, 2012. [online] Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci_arttext). Acesso em: 09 Abr. 2015.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. 3 ed. Rio de Janeiro: Records, 2003.

SPERLING, David Moreno. *Arquiteturas Contínuas e Topologia: similaridades em processo*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia do Ambiente Construído. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003.

TAKAHASHI, Jo. *Dimensões do corpo contemporâneo*. In: GREINER, Christine; AMORIM, Cláudia (Orgs.). Leituras do corpo. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

TUAN, Yu Fu. *Espaço & lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.

ZOURABICHVILI, François. *O Vocabulário de Deleuze*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

# Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano no em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália

Betânia Brendle

---

BRENDLE, Betânia. Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano no em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 277-307, nov./dez. 2017

---

data de submissão: 16/10/2016

data de aceite: 25/06/2017

**Betânia Brendle** é PhD in Urban Design, Oxford Brookes University/Architectural Conservation (ICCROM); Planungsbuero architektur & anderes, Lübeck; betania\_brendle@baunetz.de

## Resumo

O contexto preexistente da cidade contemporânea tem sido frequentemente espoliado pela inserção da arquitetura autorreferente e de autor que cancela a presença do passado e transforma o ambiente construído em uma imagem antitética profundamente artificial e espetacularizada para atender exigências do mercado e do turismo. Há, entretanto, a prática responsável e ética da inserção da nova arquitetura na preexistência realizada com posicionamento crítico, fundamentado em conceituações teóricas válidas, com cautela e respeito pelo que lá e considerando a complexidade histórica da obra de arte que é a arquitetura e seu entorno. Este trabalho discute (1) intervenções projetuais contemporâneas de caráter integrativo-dialético entre o *novo* e o *antigo* na preexistência arquitetônica relacionando princípios formulados por Cesare Brandi em sua Teoria da Restauração e outros escritos, nos projetos realizados por David Chipperfield (*Neues Museum*, Berlin), BFM Architekten Berlin (*Meisterhäuser Bauhaus*, Dessau), Inger e Johannes Exner (Koldinghus, Kolding, Dinamarca) e Pier Luigi Cervellati (*Oratorio dei Filipini*, Bologna); bem como (2), o resultado da ausência de suas orientações referentes ao exercício crítico no preenchimento de lacunas e no restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, materializada na criação do grande vazio urbano resultado do congelamento das ruínas da Chiesa Madre, proposto pelo projeto de Álvaro Siza e Roberto Collovà na Piazza Alicia, em Salemi-Trapani, na Sicília.

**Palavras-chave:** Projeto contemporâneo. Ambiente construído. Cesare Brandi.

## Abstract

*The preexisting urban context of the contemporary city has been often spoliated by the insertion of self-referential architecture which cancels the presence of the past and changes the built environment into an antithetical image, profoundly artificial and spectacularized, to meet the market and media demands. There are, however, responsible and ethical practices of inserting new architecture into the preexisting environment carried out with critical attitude, supported by valid theoretical concepts with care and respect for what is still there and taking into account the historic complexity of the work of art which is the architecture and its surroundings. This work discusses (1) contemporary architectural interventions of dialectical-integrative approaches between the new and the old in the architectural preexisting built environment establishing a relationship with Cesare Brandi's Theory of Restoration and other works, in the projects carried out by David Chipperfield (Neues Museum, Berlin), BFM Architekten Berlin (Meisterhäuser Bauhaus, Dessau), Inger and Johannes Exner (Koldinghus, Kolding, Denmark) and Pier Luigi Cervellati (Oratorio dei Filipini, Bologna); as well as (2) the absence of his theoretical principles in the treatment of a lacuna and in the reestablishment of the potential unity of the work of art materialized in the great urban gap resulted from the freezing of the ruins of Chiesa Madre as proposed by Álvaro Siza and Roberto Collovà for Piazza Alicia, in Salemi-Trapani, Sicília.*

**Keywords:** city, body-space, capitalism, subjectivity.

### Resumen

El contexto preexistente de la ciudad contemporánea sigue siendo despojado a menudo mediante la inserción de la arquitectura autorreferente y de autor que extingue la presencia del pasado y transforma el ambiente construido en una imagen antitética profundamente artificial y hecha espectacular para satisfacer las exigencias del mercado y del turismo. Hay, sin embargo, la práctica responsable y ética de la inserción de la nueva arquitectura en la preexistencia, realizada con posicionamiento crítico, basado en conceptos teóricos válidos, con cautela y respeto por lo que allá esté y teniendo en cuenta la complejidad histórica de la obra de arte que es la arquitectura y su entorno. Este artículo discute (1) intervenciones proyectuales contemporáneas de carácter integrativo-dialéctico entre lo nuevo y lo antiguo en la preexistencia arquitectónica, relacionando principios formulados por Cesare Brandi en su *Teoría de la Restauración* y en otros escritos en los proyectos llevados a cabo por David Chipperfield (*Neues Museum, Berlín*), BFM Architekten Berlín (*Meisterhäuser Bauhaus Dessau*), Inger y Johannes Exner (*Koldinghus, Kolding, Dinamarca*) y Pier Luigi Cervellati (*Oratorio del Filipini, Bolonia*); y también (2) el resultado de la ausencia de sus orientaciones referentes al ejercicio crítico en llenar las lagunas y en el restablecimiento de la unidad potencial de la obra de arte, materializada en la creación del gran vacío urbano resultado de la congelación de las ruinas de la Chiesa Madre, propuesto por el proyecto de Álvaro Siza y Roberto Collovà en la Piazza Alicia en Salemi-Trapani, en Sicilia.

**Palabras-clave:** Proyecto contemporáneo. Ambiente construido. Cesare Brandi.

### A diáspora da nova arquitetura na preexistência

Tendenciosamente irreflexiva, determinantemente profanadora, [...] **grande parte da moderna produção arquitetônica se apresenta em oposição à problemática do restauro** através de uma profunda e declarada antinomia (PANE, 2007, p: 69)<sup>1</sup>. (Grifo da autora).

O contexto preexistente da cidade contemporânea tem sido frequentemente espoliado pela inserção da arquitetura autorreferente e de autor que cancela e mutila a presença do passado transformando o ambiente construído patrimonial em uma imagem antitética profundamente artificial e espetacularizada para atender exigências do mercado, da mídia e do turismo. O presente é o tempo eleito como cenário da contemporaneidade. O *projeto* tornou-se hegemônico em relação à história e à história da arquitetura, e, impregnado pela ausência de referenciais teóricos e princípios basilares do restauro como *atto de cultura* (BONELLI, 1959), o arquiteto do futuro, como observa Pane (2004, p: 64), “move-se livremente em uma conquistada e definitiva liberdade de referências” em relação ao lugar, à paisagem e ao legado arquitetônico de tempos pretéritos.

Já em 1962, Cesare Brandi, em sua conferência *Il centro storico e lo sviluppo urbanístico*<sup>2</sup> argumentava que o princípio fundamental para o “centro histórico”

<sup>1</sup> As traduções dos textos em alemão, inglês e italiano foram realizadas pela autora.

<sup>2</sup> Conferência de Cesare Brandi publicada em *Il vecchio e il nuovo nella città antica*, na comemoração do centenário de seu nascimento (1906-1988) pela *Accademia Senese degli Intronato*, a cura de Roberto Barzanti.

da cidade era “respeitar o tecido conectivo da cidade” e, que sua tutela não era uma ação de defesa passiva de conservação ou de “repulsa ao futuro”, mas de integração urbanística. Brandi constrói um posicionamento marcadamente cauteloso em relação à inserção de novos extratos na preexistência afirmando que: “Se nós equipararmos o centro histórico de uma cidade a uma obra de arte é claro que como obra de arte, ela será respeitada e preservada, mas não alterada” (BRANDI, 2007, p: 31). E se ele reconhece a Arquitetura Moderna como obra de arte, ao mesmo tempo, se posiciona firmemente contra a sua inserção no centro histórico (BRANDI, 1956) pela “incongruência espacial entre as velhas e novas construções” e pela sua incompatibilidade com a preexistência por razões perspécticas, de composição e implantação (BRANDI, 1956). Como argumenta De Vita (2015, p: 203), “Brandi fundamenta o restauro como um ato do presente, da contemporaneidade, e aceita com muita cautela a criatividade moderna, mas somente, para o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte”.

Hoje a preexistência é um dos palcos preferenciais do *star-system* cujas proposições edilícias colocam em risco a integridade material e simbólica do legado urbano e arquitetônico que constitui heranças culturais da sociedade. Talvez por isso, Pierluigi Cervelatti (2006) considera o centro antigo não como uma parte da cidade, mas como uma cidade que deve ser preservada e restaurada e onde deve ser “absolutamente proibido, drasticamente proibido” inserções posteriores. Muitas injúrias e afrontas são cometidas na preexistência arquitetônica urbana e paisagística à guisa da liberdade estereométrica e a relação *antigo & novo*, não constituindo disciplina própria, é absorvida e mal resolvida genérica e superficialmente nas questões do projeto, ignorada, segundo Pane (2004, p: 68), pela “surdez da grande parte do ambiente acadêmico e profissional”.

O arquiteto deve se persuadir a não contribuir somente com uma história de formas, mas com a história do homem no mais amplo significado do termo. A história e a crítica da arquitetura deve assumir um papel mais complexo [do que] a mera comparação tipológica e descritiva da realidade histórica. Uma interpretação diferente reduz a história da arquitetura à cronologia e a arquitetura a um jogo geométrico desmotivado (PANE, 2004, p: 68).

Em *Storia e metaprogetto* (2004), Giulio Pane identifica intervenções contemporâneas de confronto que não intenciam misturar-se com o existente, nem

poupá-lo de sua ação desagregadora através do diálogo e procura de uma linguagem que não seja exclusivamente formal, invasiva e fragmentadora do que lá está. Entre outros, (1) a intervenção de Santiago Calatrava (*Notrufzentrale* KNZ, 1999), na área da Abadia de St. Gallen, Suíça (Século VIII), uma construção subterrânea cuja "atração" é a cobertura móvel de forma elíptica em aço e vidro que irrompe do solo bem próximo aos edifícios da Abadia medieval, Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO (1983), com uma ruidosa e cintilante abordagem pretensiosamente escultural que compromete sua unidade estética, espacial e tipológica consolidada ao longo de vários séculos (Kanton St.Gallen Baudepartement - Hochbauamt, 2000); e,

(2) o *Auditorium* projetado por Oscar Niemeyer para Ravello, província de Salerno, Costa Amalfi motivada pela procura de um star de evidência midiática, que sem visitar a área e sem experiência de projeto na preexistência patrimonial, inseriu um volume de concreto de proporções gigantescas na paisagem amalfiana, ignorando e afrontando seu especial valor ambiental e a escala do lugar numa prática projetual estranha e indiferente ao contexto, suscitando inúteis protestos da *Italia Nostra* que não surtiram o menor efeito nas decisões de políticos e administradores locais. O projeto,

tem todas as características velhas e superadas de uma abordagem meramente gestual, por parte de quem ainda pensa a arquitetura como um *beau geste*, graciosamente ofertado pelo artista ao príncipe do momento, e não como um processo de meditada e justificada aproximação à solução formal. (PANE, 2004, p: 81).

Intervenções destrutivas no ambiente patrimonial se proliferam em todo mundo e o efeito *Bilbao* tornou-se o passaporte fácil e seguro (sic) para tentativas de resgate econômico através do turismo de massa que manipula inescrupulosamente arquiteturas pretéritas e paisagens culturais tornando-as reféns do jogo econômico que ignora regras urbanísticas e legislações estabelecidas. Há, segundo De Fusco (2006, p: 261, apud CARBONARA 2013, p: 18), "a vulgarização de uma produção arquitetônica que não conhece outro objetivo a não ser construir mais alto, mais retorcido, mais invasivo, mais colorido, talvez, mais barulhento", evidenciando a todo custo, ou ao custo da mutilação da preexistência, a hegemonia da expressão individual e a liberdade total de fantasias a cargo principalmente de arquitetos do star-system internacional, entre outros, Daniel Libeskind, *Militärhistorisches Museum der Bundeswehr*, Dresden (Figura 01), Herzog & de Meu-

ron, *Elbphilharmonie Hamburg* construído sobre o *Kaiserspeicher A*, porto de Hamburg, projeto de Werner Kallmorgen (1966) (Figura 02), Frank Gehry, *Ginger and Fred* (sic), Praga, Richard Meier, *Ara Pacis*, Roma, Jean Nouvel, *Opera de Lione* e o projeto de Arata Isozaki para o *Uffizi* em Firenze. Esses projetos possuem em comum o confronto com a imagem e substância histórica e esteticamente consolidada, e no caso de Bilbao, o preço de apostar na imagem como estratégia comercial da cidade foi a perda de sua identidade histórica e o risco de transformá-la em um parque temático (AQUILI e ALBERG 2006 apud CARBONARA 2013, p: 133).

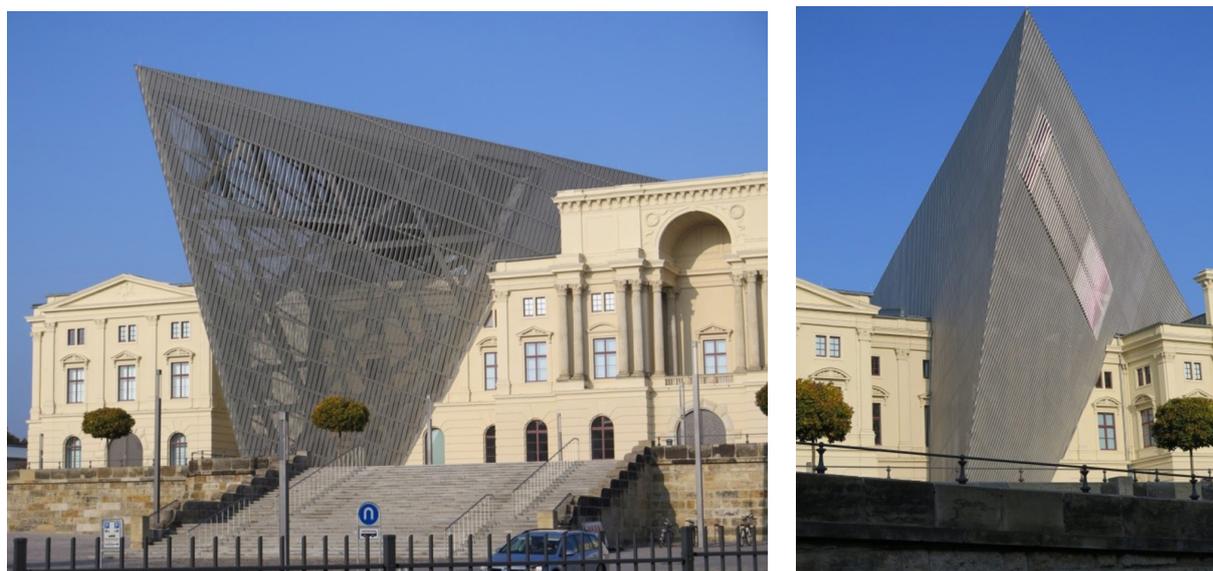


Figura 01  
Militärhistorisches Museum der Bundeswehr, Dresden, Daniel Libeskind.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015



Figura 02  
Elbphilharmonie, Hamburg, Herzog & de Meuron, construída sobre o Kaiserspeicher A, Hamburg, integrante da Hamburgisches Denkmalschutzgesetz (Monumentos de Hamburg protegidos por lei), do qual foi parcialmente preservado somente a caixa mural, aumentada em 2m de altura. Internamente o edifício foi totalmente destruído  
Fonte: Betânia Brendle, 2016

Há, como argumenta Carbonara (2006, pp: 16-17), a ênfase da “valorização criativa e a livre projeção, que reduz o antigo a estímulo poético do arquiteto da vez, exemplificando o projeto de Frank O. Gehry para Modena, a poucas dezenas de metros da Catedral”. Essas intervenções são agraciadas com indulgências permissivas de prefeitos e gestores urbanos para “brindar” o contexto preexistente com um projeto arquitetônico desviado para o sucesso mediático e o consumo à revelia de sua integridade e de seu caráter cultural, histórico e estético. A nova arquitetura que se pretende acomodar no contexto antigo deve dialogar com a preexistência, mas o que se vê na prática é um confronto expresso “**na forma de desprezo, de grito, de contraste e de profanação**”. (PANE, 2004, p: 70) (Grifo da autora).

### **Architettura e Restauro: a abordagem crítico-conservativa contra o lapso teórico do projeto contemporâneo**

O conflito aparentemente irreconciliável da inserção da nova arquitetura no ambiente construído patrimonial é, em grande parte, decorrente da ausência de referimento teórico e de uma abordagem histórico-crítica que conduza a definição de princípios, posturas e critérios na formulação do projeto do novo na preexistência. Esta tem sido reduzida a cenários ou panos de fundo para a nova arquitetura, e as evidências preteritas, (Figura 03),

pesadamente manipuladas somente para veicular o novo projeto no interior de um contexto antigo [...] desse modo, a dialética entre passado e presente se restringe a uma relação de mera coexistência que **reduz a preexistência a um papel literalmente de pre-texto**. (VARAGNOLI, 2007, p: 837) (Grifo da autora).

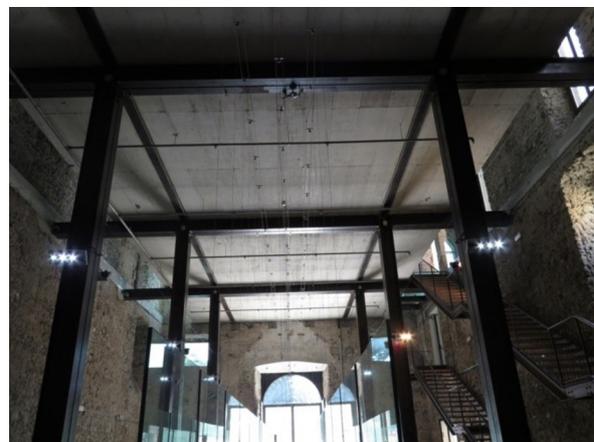
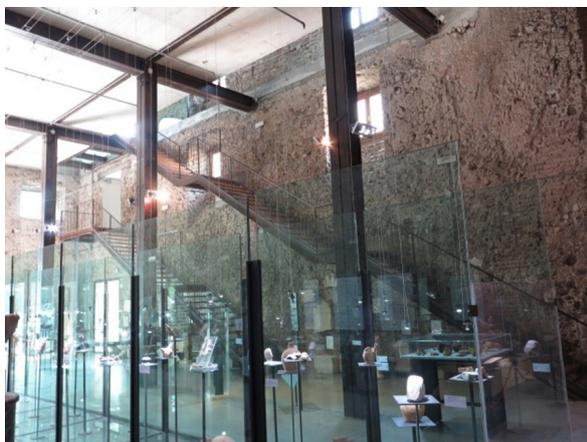


Figura 03  
Antiquarium Tuscolano na Scuderie Aldobrandini, Frascati, Massimiliano Fuksas.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Falta hoje, como argumenta Carbonara (2013, p: 13), “mais que no passado recente, a pesquisa de uma unidade de método entre restauro e projeto”. Há uma grave omissão da dimensão histórica da arquitetura e da cidade, e de clareza e unidade nas abordagens metodológicas e teóricas do projetar do novo no antigo. Uma unidade teórica, que segundo Carbonara (2012, p: 16), reconheça alguns conceitos-chaves ainda “*validissimi*” de raízes brandianas, entre outros, a mínima intervenção como regra fundamental, a reversibilidade, pelo menos potencial, a distinguibilidade, a compatibilidade físico-química, e a “atualidade” e sinceridade expressiva como ato de nosso tempo e manifestação da cultura histórica e figurativa atual.

Distinguibilidade e legibilidade são condições necessárias, mas não suficientes, para conceituar e “resolver” o projeto da nova arquitetura na preexistência. Em muitos casos, como no *Kunstmuseum Moritzburg Halle* em Halle, Alemanha, (Figura 04), projeto de *Nieto Sobejano Architectos* (2008), manipula-se a “carcaça” aruinada através de inserções extravagantes que não se propõem a recompor nem o texto nem a espacialidade perdida, mas a estabelecer tensões e provocações estruturais desnecessárias, mas de impacto midiático, considerados diálogos formais (sic) à revelia da unidade potencial da obra de arte (BRANDI, 2004), nesse caso, a arquitetura ainda remanescente, embora mutilada e reconhecível.



Figura 04

Kunstmuseum Moritzburg Halle: a inserção do novo como figura e a preexistência transformada em pano de fundo de alegorias compositivas.

Fonte: Roland Halbe, 2010, 2013 (publicação autorizada pelo autor).

A intervenção no *Moritzburg Halle* se enquadra no que Varagnoli (2010, p: 7) define como “a tendência dos arquitetos de conceber a intervenção como a última estratificação na história do edifício” (Figuras 05, 06), e é similar ao *Museo San Telmo* em Armilla, Espanha,

(2011), de autoria dos mesmos arquitetos, cuja intervenção também invasiva, tem alegadamente “respeito pela arquitetura existente e interação com a paisagem circundante” (sic).

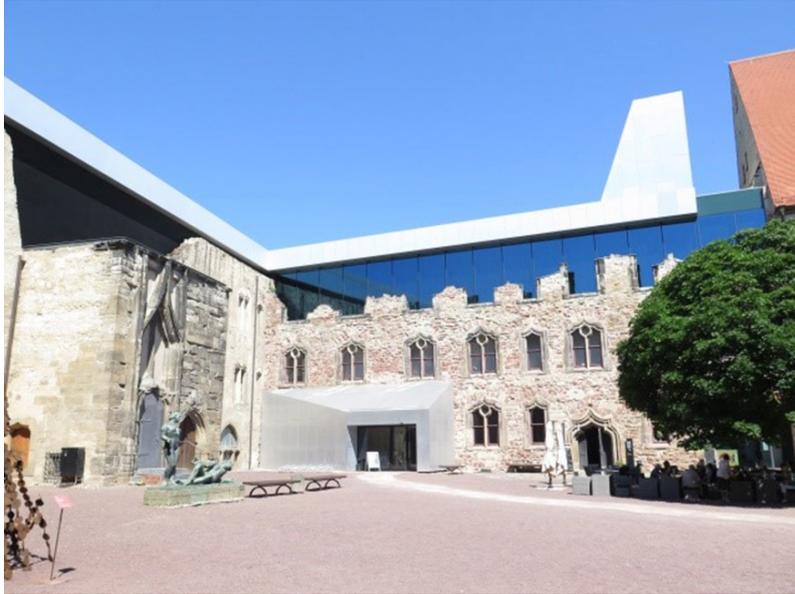


Figura 05  
Kunstmuseum Moritzburg Halle: a ruína como pano de fundo para o projeto autorreferente e ofensivo aos elementos originais ainda remanescentes.  
Fonte: Betânia Brendle, 2016



Figura 06  
Kunstmuseum Moritzburg Halle: a lacuna transformada em figura pelo não restabelecimento da unidade potencial ainda existente.  
Fonte: Betânia Brendle, 2016

O mais grave é que intervenções como essa reverberam rapidamente outras ações destrutivas pois a mídia as celebra inadvertidamente. De uma maneira geral, não há sequer, como afirma Carbonara (2007),

a pesquisa de um diálogo entre as razões livremente criativas do projeto de arquitetura e aquelas histórico-científicas da conservação arquitetônica, ou melhor, do projeto de restauro (pertinente ao território da arquitetura); [nem] a concepção de uma **terceira via** entre os dois extremos: da **imitação estilística e da oposição linguística explosiva, do ecletismo desprovido de método e da suposta liberdade absoluta**. (Grifos da autora).

Essa “liberdade absoluta” é consequência do silêncio teórico que produz restauros e intervenções sem preocupações com as razões culturais da preservação do patrimônio arquitetônico, como se bastassem adições formalistas e reluzentes que sequer reconstituem *mentalmente* o texto perdido e desvirtuam a tipologia remanescente com inserções de gosto pessoal e fantástico que afrontam o monumento (Figuras 07, 08, 09).



Figura 07  
Kunstmuseum Moritzburg Halle: composições arbitrárias e mal resolvidas projetualmente da nova arquitetura sem atenção à substância e códigos compositivos da preexistência.  
Fonte: Betânia Brendle, 2016

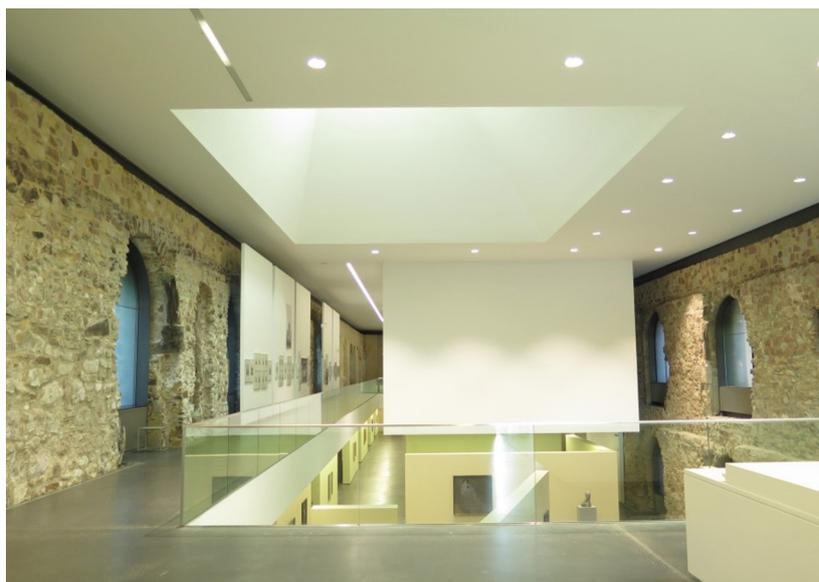


Figura 08 – Kunstmuseum Moritzburg Halle: o novo destrói a espacialidade potencial e camufla a ruína para forçar o edifício a acomodar um uso incompatível.  
Fonte: Betânia Brendle, 2016



Figura 09

Kunstmuseum Moritzburg Halle: a hegemonia do projeto do novo....a qualquer preço.

Fonte: Betânia Brendle, 2016

Uma vertente a ser considerada na concepção do projeto arquitetônico em áreas patrimoniais é a abordagem do restauro crítico-conservativo, que segundo Carbonara (2016), “nasce da vontade de evidenciar a persistente validade das formulações do ‘restauro crítico’<sup>3</sup> e brandiano” e refere-se concretamente a uma diretriz “crítico-conservativa”.

**Conservativa** porque parte do pressuposto que o monumento deve em primeiro lugar ser perpetuado e transmitido ao futuro nas melhores condições possíveis; além disso, a atual consciência histórica e sua maior sensibilidade aos bens da “cultura material” acarreta conservar muitas mais “coisas” que no passado. **Crítica** porque afirma que cada intervenção é um caso em si não enquadrável em categorias, não respondente a regras prefixadas, e reestuda profundamente caso a caso sem assumir posições dogmáticas ou de alinhamento nos confrontos dos problemas e soluções que o restauro suscita (CARBONARA, 2012, p: 40-41) (Grifos da autora).

Sem dúvida uma reflexão teórica que repercute conceituações de *Maestri* do restauro como um “*atto d’interpretazione critica*”, como entendido por Paul Philippot em “substancial concordância com Cesare Brandi”, radicalmente distinto do *ripristino*, um ato voltado à reconstituição de uma continuidade formal interrompida através da releitura clara e legível do extrato perdido (CARBONARA e ANDREOLI, 2005, p: 63). O restauro crítico-conservativo oferece uma abordagem conceitual e teórica do projeto essencialmente direcionada à

<sup>3</sup> O restauro crítico se alicerça em razões históricas e de juízo crítico, rejeita o reipristino estilístico e o embelezamento da obra a favor de sua transmissão ao futuro respeitando suas estratificações. Sem tons dogmáticos e regras fixas, reconhece que cada intervenção é um caso em si, e o restauro, como um momento dialético entre o ato criativo e o processo crítico. (BONELLI, 1959).

<sup>4</sup> “No caso de Santa Chiara [Nápoles] a obra de arte eram duas: uma, a Igreja de Santa Chiara, a outra, a Piza de Gesù Nuovo [...]” (BRANDI, 1969, p: 288). Brandi considera o entorno como um atributo inseparável da arquitetura (Brendle, 2015c).

prática responsável e ética da inserção da nova arquitetura na preexistência realizada com posicionamento crítico, com cautela e respeito pelo que lá está. Brandi reconhece na arquitetura e no entorno que a contém o valor da obra de arte<sup>4</sup> e sua Teoria, como confirma Carbonara (2006), demonstra uma grande atenção aos componentes ambientais e à relação entre “construção e sítio”.

**não se deve crer que um conjunto urbano ou uma paisagem possa ser separado do tecido na qual lentamente foi formado:** assim, nem mesmo um monumento, nem mesmo uma obra de arte pode ficar independente daquilo que a circunda. (BRANDI, 1966, p: 151) (Grifo da autora).

Fundamental, é a inclusão de todas as expressões de arte e dos documentos de história, como as ruínas, os centros antigos e os traços do homem sobre o ambiente construído, considerados iguais sem diferenciação ou classificação seletiva. (CARBONARA, 2016). O restauro crítico-conservativo defende a máxima conservação das fases formadoras do edifício evidenciando o inequívoco respeito pelas estratificações históricas, percursos e marcas do tempo, e, o princípio brandiano da dialética entre as instâncias histórica e estética, além da cautelosa distinguibilidade e legibilidade das novas adições (Figura 10).

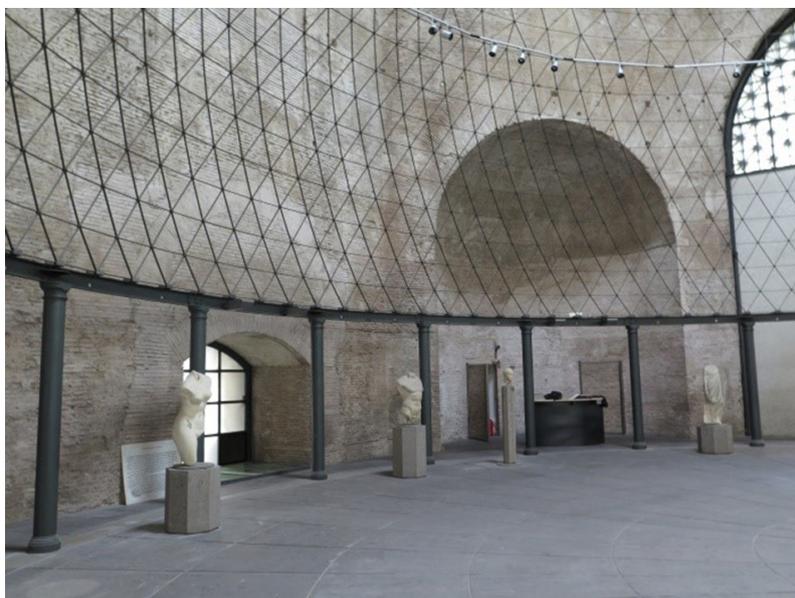


Figura 10  
Aula Ottagona, Terme di Diocleziano, Roma, Giovanni Bulian.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Nos *Mercati di Traiano*, Roma, de autoria dos arquitetos Luigi Franciosini e Riccardo D’Aquino (Figura 11), a inserção de passarelas sobre as áreas de escavações arqueológicas para visitação e acessibilidade às ruínas

reflete preocupações conceituais com a respeitosa convivência do antigo e do novo que é resolvida crítica e esteticamente com um projeto de arquitetura sensível à dimensão histórico-documental do “lugar” e que se propõe a inserir extratos contemporâneos que primam pela qualidade do design, pela excelência dos materiais e dos detalhes construtivos e pela postura minimalista e não estridente da intervenção que não causa tensões estéreis às milenárias estratificações romanas.



Figura 11  
Passarelas de visitação nas ruínas dos Mercati di Traiano, Roma. Luigi Franciosini e Riccardo D'Aquino.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

As intervenções na *Aula Ottagona* e nos *Mercati de Traiano* são materializações da abordagem crítico-conservativa que superam a banalidade figurativa autorreferente para, delicada, tectônica e artisticamente, reverenciar o passado exaltando-o através da distinguibilidade e legibilidade inequívoca que “indaga” de maneira dialética a preexistência com reflexões teóricas e com a qualidade do projeto contemporâneo.

A visão unitária de Carbonara de “*architettura e restauro*” reafirma a estreita relação entre o projeto de intervenção e de restauração com o projeto de arquite-

tura, onde conservação e inovação compõem posturas projetuais contemporâneas sustentadas teoricamente por princípios e métodos derivados da abordagem crítico-conservativa como expressas na obra de arquitetos como Giovanni Bullian, Andrea Bruno, Franciosini e D'Aquino, Studio Nemesis, entre outros.

## Brandi e o projeto de arquitetura hoje

A teoria proposta por Brandi teve uma grande importância no âmbito arquitetônico porque postula, junto ao princípio da conservação da matéria, a possibilidade de restituir a unidade ainda potencialmente existente no edifício a ser restaurado, **através de uma intervenção do presente e segundo uma linguagem não invasiva e sem dúvida contemporânea**. (VARAGNOLI, 2010, p: 25) (Grifo da autora).

Cesare Brandi traçou caminhos científicos para a restauração de obras de arte (pintura, escultura, arquitetura) em sua *Teoria del Restauro*<sup>5</sup> introduzindo novos procedimentos de restauração como "atto crítico" respondendo às exigências de conservar ou restabelecer a imagem figurada da obra de arte sem cometer heresias de falsificações. Com isso, a restauração se distanciou do diletantismo, gosto e preferências subjetivas e pessoais de restauradores-artistas (sic) que realizavam práticas empíricas e arbitrarias de refazimento e repristino de obras de arte, em muitos casos danificando-as irreversivelmente. A Teoria estabelece a apreciação dialética das instâncias história e estética da obra de arte, para a definição de posturas projetuais de intervenção, rejeitando qualquer tentativa de "driblar" o tempo através do cancelamento arbitrário de acréscimos ou do refazimento nostálgico de perdas provocadas pela ação do tempo e/ou do homem. Em nenhum de seus escritos, Brandi propõe uma postura diferenciada para a arquitetura e muito menos um "estatuto autônomo".

A arquitetura como arte (analogamente à pintura e escultura), ou, pela sua antiguidade como objeto de história, postula uma defesa sem exceção no campo do restauro. **Não é por acaso que Cesare Brandi em sua *Teoria del Restauro* (1963), nunca considera a arquitetura separadamente das outras expressões artísticas**, senão para recomendar diante do princípio de sua inamovibilidade, a atenção à tutela do seu espaço ambiente, que com ela forma uma unidade indivisível. [...] Mais precisamente se deve falar de unidade de método e de princípios [...] (CARBONARA, 2012, p: 86). (Grifo da autora).

A modernidade de Brandi está presente especialmente na sua visão unitária de contemporaneidade e restauro como um ato cultural do presente. Em sua conceituação para o projeto de Franco Minissi para a *Villa*

<sup>5</sup> A primeira edição da *Teoria del Restauro* foi publicada em 1963 pela *Edizioni di Storia e Letteratura*, Roma. No Brasil, foi publicada pela Ateliê Editorial em 2004 e traduzida por Beatriz Mugayar Kühl, com prefácio de Giovanni Carbonara.

*del Casale* em Piazza Armerina, Sicília (1957-1963), (Figura 12), Brandi (1957) critica a repriminção de Pompéia, Ostia e Herculano como “*um grave errore*” e propõe diretrizes para uma intervenção projetual crítica considerando a leitura e preservação do sítio e da paisagem, sua estrutura remanescente, materiais e elementos decorativos, total visibilidade de sua estrutura e dos elementos restaurados, enfatizando a rejeição de qualquer tentativa de reconstrução.



Figura 12  
Minissi e Brandi: *Villa del Casalle*, Piazza Armerina.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Sua fundamentação teórico-conceitual do projeto de arquitetura de Minissi constituirá a espinha dorsal para a proteção dos mosaicos da *Villa del Casalle* recentemente destruída para abrigar uma repriminção anacrônica e superada: “Nós não duvidamos que esta **solução integralmente moderna e integralmente modesta será exemplar**” (BRANDI, 1957, p: 98) (BRENDLE, 2015a, 2015b). (Grifo da autora).

Hoje, no projeto do novo na preexistência faltam referenciais teóricos e de método. O processo projetual é muitas vezes regido por um profundo desprezo por qualquer metodologia científica que transforma o projeto arquitetônico em uma operação impregnada de atitudes conceituais empíricas sem o domínio do campo disciplinar do restauro. Há, entretanto, a prática responsável e ética da inserção da nova arquitetura na preexistência realizada com posicionamento crítico, fundamentado em conceituações teóricas válidas, com cautela e respeito pelo que lá está, e deferência pela complexidade histórica da “obra de arte que é a arquitetura e seu entorno”. Sem confrontações estéreis, sem ignorar escalas, dimensões, proporções e o caráter do lugar e deixando, como propõe Brandi

(2004), “explícitas as reintegrações e o respeito pela pátina na sedimentação visível do tempo sobre a obra” (CARBONARA, 1997, p: 308).

## Princípios da Teoria de Brandi no projeto contemporâneo

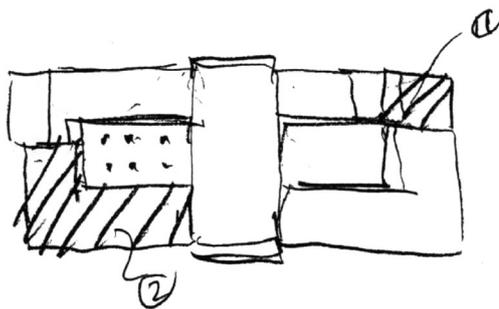
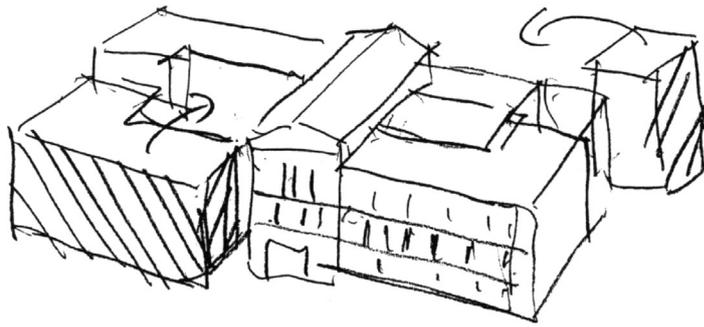
Existe hoje, segundo Carbonara (2006) e Brendle (2015a, 2015c), o restauro arquitetônico de claro cunho brandiano e intervenções projetuais contemporâneas de caráter integrativo-dialético entre o novo e o antigo na preexistência urbana e arquitetônica que relacionam princípios formulados em sua Teoria del Restauro e demonstram a atualidade de seu pensamento.

No *Neues Museum Berlin (David Chipperfield Architekten)* (Figura 13), a contemporaneidade da teoria brandiana é demonstrada em posturas projetuais reveladas nas operações de consolidação e/ou reintegração de lacunas, na ausência de complementos ou refazimentos estilísticos, na exposição crua e sem retoques da pátina e de outras marcas do tempo e do evento humano, na falta de interferência na materialidade da obra de arte, tanto de arquitetura como, entre outros, murais, pinturas, pisos, mosaicos e frisos, e tem o limite da intervenção restrito à ação sobre a sua matéria.

Sem desejar imitar nem invalidar o tecido arruinado restante [...] nossa preocupação foi motivada pelo desejo de proteger e reparar as partes remanescentes, criar uma configuração compreensível e **reconnectá-las de volta em um conjunto arquitetônico inteiro**. O projeto exigiu a construção de grandes seções destruídas e o reparo e consolidação de elementos restantes. **Nosso objetivo foi integrar essas duas atividades em uma abordagem projetual única, o novo e o antigo se fortalecendo não em um desejo de contraste, mas na procura de continuidade.** (CHIPPERFIELD, 2009, p: 56) (Grifos da autora).

A intervenção confirma o princípio brandiano da realidade unitária da obra de arte que não é composta de partes isoladas e sim de um inteiro, e que mesmo fragmentada, ainda existe potencialmente. (Figura 14). Ela ilustra na prática projetual, o que Brandi propõe como os “termos da restauração para regular uma práxis”, sustentando que,

se a “forma” de toda obra de arte singular é indivisível, e em casos em que, na sua matéria, a obra de arte estiver dividida, **será necessário buscar desenvolver a unidade potencial originária** que cada um dos fragmentos contém, proporcionalmente à permanência formal ainda remanescente neles. (BRANDI, 2004, p: 46) (Grifo da autora).



RE-ESTABELECIMENTO DE FORMA + FIGURA

Figura 13

"O restabelecimento da forma e da figura" ou ...da unidade potencial da obra de arte, no Neues Museum Berlin.

Fonte: Cortesia David Chipperfield Architekten Berlin (publicação autorizada pelo autor).



Figura 14

Neues Museum Berlin: reconstituição espacial e tipológica do edifício.

Fonte: Betânia Brendle, 2013

A restauração da matéria da obra de arte não deve interferir na representação mental concebida pelo artista que constitui seu estado conceitual. Qualquer ação interpretativa de recomposição da imagem perdida através da subjetividade, que na verdade é uma fantasia pessoal, constitui segundo Brandi (2004, p: 60), "a mais grave heresia". A intenção de continuidade não significou em nenhum momento para Chipperfield, "o refazer como era antes", pois isto resultaria numa reconstrução histórica e na supressão e destruição do material original na tentativa de torná-los *novos de novo* e isto também foi rejeitado por Brandi (BRENDELE, 2013) (Figuras 15, 16).



Figura 15

*Neues Museum Berlin*: reconstituição volumétrica da cúpula da ala sul.

Fonte: Betânia Brendle, 2013



Figura 16

*Neues Museum Berlin*: o não refazimento do estado conceitual.

Fonte: Betânia Brendle, 2013



A recomposição das partes faltantes do edifício, que Chipperfield (2009, p: 59) define como “continuidade e completamento através da construção de novos volumes simples e superfícies de tijolo e concreto”, é metodologicamente uma referência à formulação teórica brandiana da recondução de dados espaciais/ambientais de edifícios severamente danificados. (Figura 17).

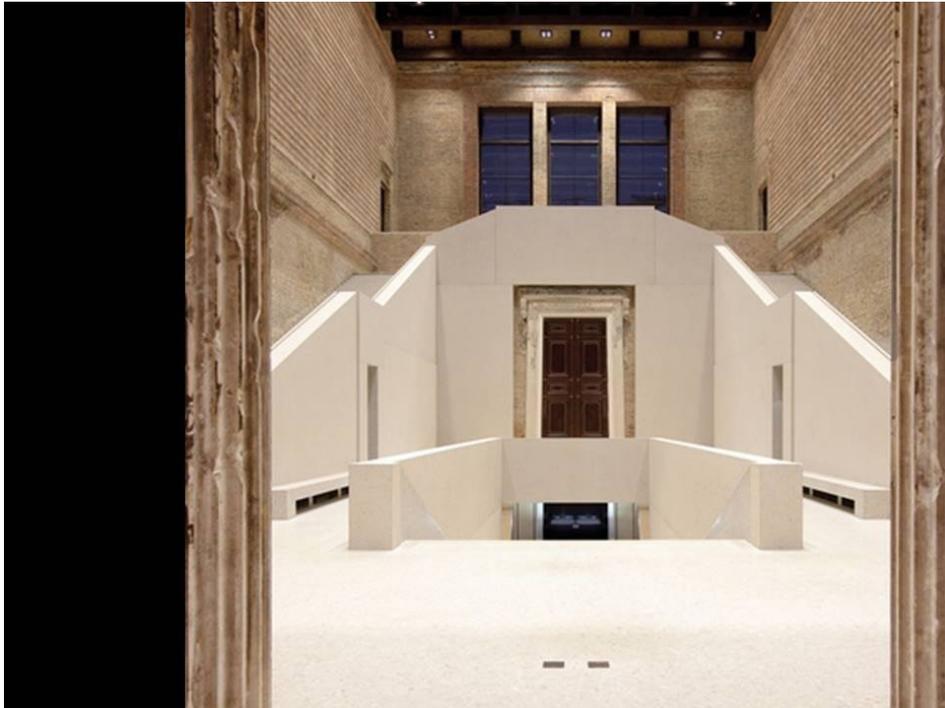


Figura 17  
*Neues Museum Berlin*: escadaria principal: restituição espacial-tipológica.  
Fonte: Betânia Brendle, 2013

Na reconstrução “evocativa” das *Meisterhäuser Bauhaus* em Dessau (Brendle, 2016) (Figura 18), a postura projetual e os pressupostos teóricos e conceituais que conduziram os projetos revelam na prática princípios teóricos brandianos. O conjunto foi bastante danificado na Segunda Guerra Mundial: da casa de Gropius somente o porão sobreviveu e a de Moholy-Nagy, conjugada com a de Feininger, desapareceu totalmente. As residências projetadas por Gropius foram arbitrariamente reformadas por seus ocupantes que a descaracterizam profundamente, e em 1956, uma anômala construção foi erigida sobre o porão da casa de Gropius inserindo um elemento bizarro que rompeu totalmente a unidade e integridade do conjunto comprometendo suas qualidades tipológicas, espaciais e paisagísticas.

O *BFM Architekten* (Pier Bruno, Donatella Fioretti e José Gutierrez Marquez) adotou como conceito essencial o *Prinzip der Unschärfe* (em português, turvo, desfocado, embaçado, vago) que compõe o cerne do projeto que reconstrói *brandianamente* os dados ambientais das residências de Gropius e Moholy-Nagy, suas volumetrias e escalas evocativas recuperando a unidade potencial da obra de arte, ou seja, o conjunto das *Meisterhäuser Bauhaus-Dessau*, Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1996. Como revela Fioretti e Marquez (2014),

A substituição dos elementos faltantes deveria proporcionar ao observador a percepção do conjunto o mais próximo possível de como ele foi originalmente concebido. [...] **deveria estabelecer uma clara diferença entre os elementos novos e os preexistentes.** A reconstrução [exata] não era uma alternativa não só porque aboliria a diferenciação da arquitetura original, mas principalmente porque, como toda cópia, colocaria em dúvida a legitimidade dos elementos originais. **Quando reconstruímos, a memória é colocada em coma artificial.** (Grifos da autora).

No conjunto, a legibilidade entre o velho e o novo é acentuada pelos materiais e texturas e por uma drástica redução de detalhes construtivos. Uma suave passagem do existente para as inserções contemporâneas com contraste discreto é a estratégia projetual para evocar e trazer para a contemporaneidade a arquitetura de Walter Gropius. (Figura 19).

A nova estrutura deve proporcionar ao visitante **a percepção do conjunto como foi originalmente concebido.** Ao mesmo tempo ele poderá **diferenciar** os vestígios históricos das novas inserções reparativas (Fioretti e Marquez, 2014, p: 28) (Grifos da autora).



Figura 18

Foto original da *Haus Gropius*, Dessau 1926 / Reconstrução evocativa da *Haus Gropius*.

Fonte: bpk / Kunstbibliothek, Staatliche Museen zu Berlin, Photothek Willy Römer / Walter Stiehr / Betânia Brendle, 2015 (publicação autorizada pelos autores).



Figura 19

Reconstrução evocativa da *Haus Moholy-Nagy*.

Fonte: Betânia Brendle, 2015

A restauração de Koldinghus (Figura 20), o castelo real de Kolding (1268), Dinamarca, teve um papel muito importante no debate sobre a restauração arquitetônica no país, até então impregnado por posturas que defendiam a “reconstrução de tempos passados”.



Figura 20  
Reconstrução evocativa da *Haus Moholy-Nagy*.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

O edifício passou por longo período de arruinamento desde um incêndio em 1845 (Figura 21) e o projeto original de Inger e Johannes Exner (1972) contrário ao refazimento, propondo a intocabilidade das ruínas e utilizando materiais modernos aparentes e legivelmente distinguíveis causou uma forte rejeição da população e autoridades locais. (Figura 22). Os Exner, temendo uma solução ainda pior (a reconstrução estilística desejada por seus opositores), realizaram a pedido, alternativas projetuais que resultaram em mudanças no projeto original, no tratamento da reconstituição volumétrica, na composição das aberturas da fachada sul e o uso de materiais tradicionais no preenchimento das lacunas com lâminas de madeira (em vez de aço corten) e o telhado em telha cerâmica (Figura 23). Johannes Exner era conhecedor de Sir Gilbert Scott, William Morris e John Ruskin e compartilhava os princípios do *anti-restoration movement*. Considerava o edifício “histórico” como um organismo vivo com um ciclo de vida contínuo e “aspectos eternos” que deviam ser respeitados.

Koldinghus [Figura 20] é como uma bonita velha senhora com adoráveis rugas e um sorriso. Ela era sábia e tinha vivido sua vida. Se eu restaurá-la para que ela tenha 17 anos novamente devendo manter sua sabedoria ela passaria a ser sinistra, abominável e horrenda. Então nós concluímos que, se nós fizéssemos isso, toda a sabedoria que Koldinghus representa hoje se perderia<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Depoimento de Johannes Exner extraído pela autora em 2015 de um documentário exibido no Koldinghus.

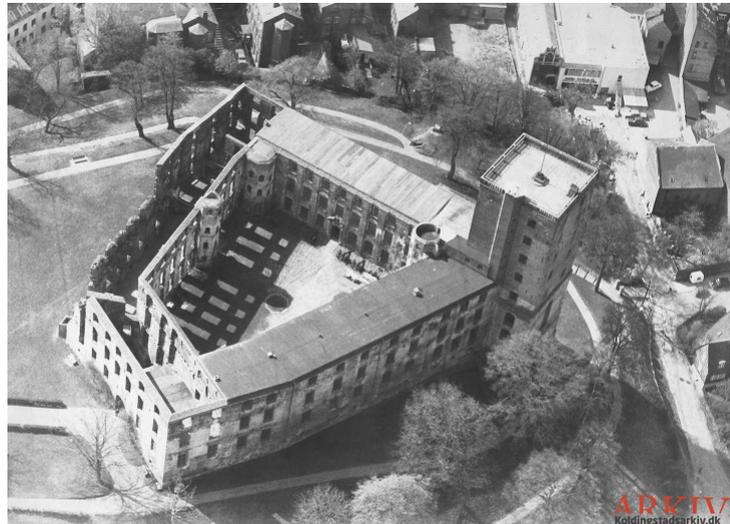
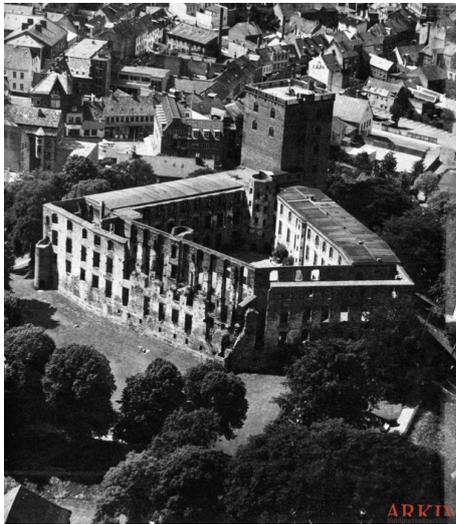


Figura 21  
Koldinghus antes da restauração.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

**Nós sugerimos deixar as ruínas intocáveis [...]** um espaço gigante seria criado entre os muros arruinados, sustentados por um guindaste ou por uma grade estrutural de ferro. **Uma grade gigante, simples e transparente que claramente separava o velho e o novo.** Uma grade de ferro coberta por um telhado de fibrocimento **que mais tarde poderia ser removida.** (Exner, 1994, p: 11) (Grifos da autora).



Figura 22  
Koldinghus antes da restauração.  
Fonte: Koldingstadsarkiv (publicação autorizada pelo autor).



Figura 23  
Koldinghus depois da restauração de Inger e Johannis.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Uma estrutura de colunas autoportantes de madeira sustenta o telhado, as passarelas de visitação e a grande estrutura da caixa mural da ala sul, pois as ruínas não podiam ser usadas como apoio. As colunas são encimadas por pirâmides com a forma de abóbada estelar invertida de linguagem expressiva e funcionam também como refletores de luz. Como revela Exner (1994, p: 12), "os problemas funcionais e técnicos foram resolvidos através de adições novas e necessárias, claramente separadas, visível e fisicamente, da antiga substância [arquitetônica]" (Figura 24) Reversibilidade e distinguibilidade são princípios brandianos presentes em toda a intervenção.



Figura 24  
Novo e velho se completam com uma funcionalidade respeitosa: colunas autoportantes, passarelas e ruínas dialogam com o design crítico de boa qualidade  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

A intervenção no Koldinghus (Figura 25) é o que Carbonara (2013, p: 122-123) define como uma relação dialética / reintegração da imagem de acompanhamento conservativo, constituindo uma "vera espressione d'un concetto critico-conservativo".



Figura 25  
Koldinghus: antes e depois da intervenção dos Exners.  
Fonte: *Koldingstadsarkiv* / Betânia Brendle, 2015 (publicação autorizada pelos autores).

Pierluigi Cervellati sempre se alinhou com a reprimatinação filológica dos monumentos sem acenar para um compromisso projetual contemporâneo como deixa claro na sua defesa da reconstrução do Teatro Galli em Rimini (2014): "Cada época deixou sua marca, a nossa também tem o direito e o dever de manifestar-se". (Cervellati, 2007, p:4). Porém, essa marca para ele é o refazimento daquilo que não existe mais. Sua intervenção no *Oratorio Filippo Neri*, Bologna (1999) significaria então um hiato em sua abordagem projetual repriminatória à favor da convivência do passado e do presente? O projeto considera todas as estratificações da história da igreja barroca (1733), os danos causados pelo bombardeio de 1944 e a primeira intenção restaurativa por Alfredo Barbacci (1948-1953). Está tudo lá como uma narrativa clara e inequívoca do ciclo de vida do edifício cujo projeto conserva o mais possível o existente sem recorrer à imitações ou falsificações. (Figura 26).

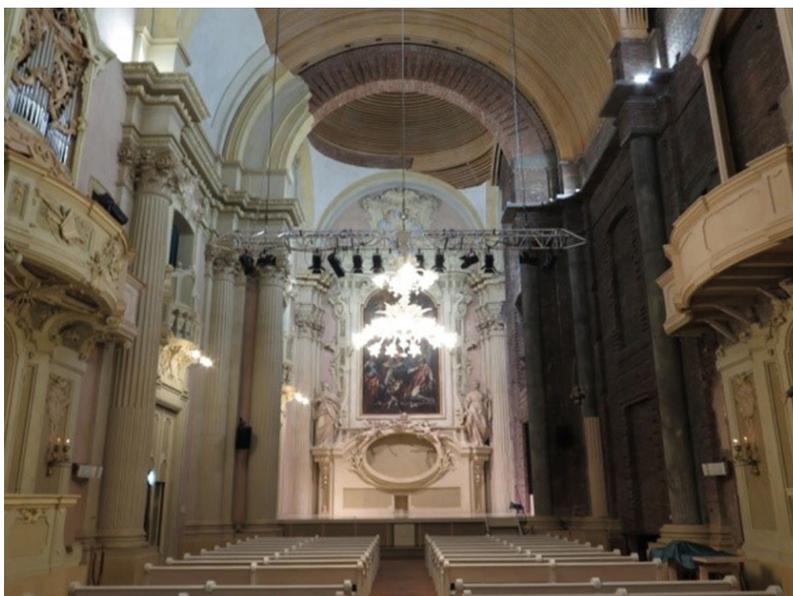


Figura 26  
- Intervenção de Cervellati no *Oratorio San Filippo Neri*, Bologna.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Ele utiliza claros conceitos brandianos no preenchimento das lacunas, como o recurso do *rigatino* desenvolvido por Brandi no ICR, na restituição da geometria das abóbadas e da cúpula, recuperando sua volumetria e tipologia através de estruturas de lâminas circulares de madeira que se acomodam com uma liguagem moderna nos extratos barrocos remanescentes e nas marcas de dilaceração da Guerra. Sem dissimulações, a intervenção de Cervellati é uma narrativa corajosa e verdadeira que conecta a contemporaneidade às "feridas bélicas" através da qualidade e sensibilidade projetual do presente (Figura 27).



Figura 27

Intervenção de Cervellati no *Oratorio San Filippo Neri*, Bologna. Detalhe das novas estruturas em madeira que restituem a unidade potencial da obra de arte sem cometer um falso histórico nem um falso artístico.

Fonte: Betânia Brendle, 2015

A ausência de reflexões sobre as formulações brandianas nas no preenchimento da lacuna gerada pela demolição da *Chiesa Madre*, na Piazza Alicia, em Salemi-Trapani, na Sicília (Figura 28), danificada pelo terremoto de 1968, resultou na criação artificial de um grande vazio urbano resultado do congelamento das ruínas da *Chiesa Madre*, proposto pelo projeto de Álvaro Siza e Roberto Collovà.

Salemi é uma cidade siciliana de origem árabe (século IX) que a exemplo de Gibellina e Poggioreale foi devastada pelo terremoto de 1968. Na década de 1980, uma lenta operação de recuperação do centro antigo teve início com o projeto dos arquitetos Álvaro Siza e Roberto Collovà. Embora danificada pelo terremoto a *Chiesa Madre* ainda apresentava certa estabilidade estrutural e poderia ter sido restaurada. O projeto transformou profundamente a Piazza Alicia, sua forma original, tipologia e escala urbana. Após a consolidação estrutural das ruínas restantes o que sobrou da *Chiesa Madre* foi usado como um pano de fundo para a criação da nova praça, onde fragmentos de colunas e elementos decorativos salvos da demolição lhe foram inseridos sem, entretanto, lhe devolver a visão unitária de sua relação com seu entorno.

Quando a lacuna interfere na unidade potencial da obra de arte, aqui ilustrada pela *Chiesa Madre* e a Piazza Alicia, Brandi estabelece procedimentos teóricos que transformados em posturas projetuais podem reduzir a presença dominante do vazio urbano através da minimização da relação figura-fundo. No caso em questão, a ruína tornou-se a figura e o vazio urbano gerado como praça, o fundo. (Figuras 29, 30) A Teoria admite a reintegração de um elemento arquitetônico que altera profundamente os dados espaciais em con-

seqüência de seu desaparecimento. O projeto poderia ter sido orientado para a reintegração urbana da *Chiesa Madre* na Piazza Alicia e esta postura é sustentada teoricamente por Cesare Brandi.



Figura 28  
Piazza Alicia, Salemi: a ruína espetacularizada e seu vazio, uma lacuna urbana em exposição.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015



Figura 29  
Piazza Alicia, Salemi - o não preenchimento da lacuna transforma o vazio urbano em figura e as ruínas da *Chiesa Madre* em fragmentos desconectados que não restituem a unidade potencial da obra de arte.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

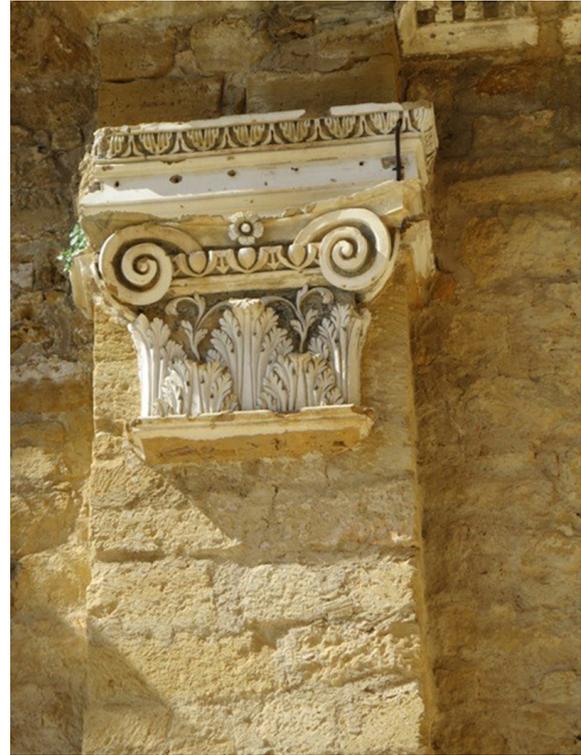


Figura 30  
Piazza Alicia, Salemi: a ruína reduzida a fragmentos desconectados apesar da excelência do design minimalista de Álvaro Siza.  
Fonte: Betânia Brendle, 2015

Se os elementos desaparecidos tiverem sido obras de arte, está totalmente fora de questão que se possam reconstituir como cópias. **O ambiente deverá ser reconstituído com base nos dados espaciais e não naqueles formais do monumento que desapareceu** (BRANDI, 2004, p: 136) (Grifo da autora).

## E assim falou Cesare Brandi...

A discussão sobre a superação da *Teoria* de Cesare Brandi é estéril e não vai além, como afirma Carbonara (2016) de "caminhos equivocados percorridos por aqueles que não param para pensar ou que querem emergir como inovadores sem muito trabalho e sem profundidade de pensamento". (CARBONARA, 2016). Inspiradora e construtiva é a materialização de seus escritos e a vigência de suas formulações teóricas em posturas e procedimentos projetuais contemporâneos

que visam se aproximar da preexistência patrimonial, de conviver respeitosamente com o passado, com a história e com a história da arquitetura, continuando -a através da *nova arquitetura* que rejeitando falsificações e imitações se insere não como a última, mas como uma estratificação contemporânea adicionando e agregando valores tectônicos, culturais, memoriais e simbólicos ao tecido antigo da cidade. Em todas as intervenções discutidas há um grande silêncio em relação à Cesare Brandi, mas em todas elas (à exceção de Salemi, onde se identificou o efeito da ausência de seus princípios), seus postulados e proposições estão presentes e conduzem a intervenção na preexistência na prática projetual contemporânea, que assim se afasta do empirismo, do projeto de autor e de gosto pessoal, para incorporar a investigação científica, o posicionamento crítico e criativo e a dimensão dialética histórica e artística da arquitetura e da cidade, como pressupostos teóricos e conceituais do projeto de arquitetura na preexistência. Essa é a atualidade da contribuição de Cesare Brandi para a conceituação do projeto arquitetônico na preexistência patrimonial. Assim, façam minhas as palavras do Prof. Giovanni Carbonara<sup>7</sup>,

<sup>7</sup> Brandi e a restauração arquitetônica hoje (2006).

é possível afirmar com razão que não existe nada de mais consumado e repetidamente experimentado do que a Teoria Brandiana.

### Agradecimentos Especiais

Sinceros agradecimentos a Giovanni Carbonara, Università degli Studi di Roma "La Sapienza"; Claudio Varagnoli, Università degli Studi G.D. Annunzio Chieti Pescara; Giulio Pane, Università degli Studi di Napoli Federico II; Martin Reichert, Director David Chipperfield Architekten Berlin; Giovanni Bullian, Roma; Klaus Brendle, University of Applied Sciences Lübeck; e a Natália Vieir, Universidade Federal de Pernambuco.

## Referências

- AQUILI, L., ALBERG, E. *Landmarks urbani*. In: *L'industria italiana delle costruzioni*. XL, 2006, 390, pp:50-55.
- BONELLI, R.. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959.
- BRANDI, C. *Una perla nel golfo della Spezia: Panigaglia*. In: *Il Patrimonio Insidiato. Scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte*, 1966, pp: 150-152. Roma: Editori Riuniti, 2001.
- BRANDI, C. *L'isolamento di Santa Chiara*. In: *Il Patrimonio Insidiato. Scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte*, 1957. pp: 288-291. Roma: Editori Riuniti, 2001.
- BRANDI, C. *Processo all'architettura moderna*. *L'Architettura*. Cronache e Storia. Nº 11, settembre, 1956, pp:356-360.
- BRANDI, C. *Archeologia Siciliana*. In: *Bollettino dell' ICR*, n.28, pp:93-10, 1957, Roma.
- BRANDI, C. *Il vecchio e il nuovo nella città antica*. Siena: Accademia Senese degli Intronati e Betti Editrice, 2007.
- BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRENDLE, B. *Uma incompleta e vaga lembrança: a reconstrução "evocativa" das residências dos Mestres da Bauhaus em Dessau*. In: *Anais do 11º SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL*. Recife: DOCOMOMO\_BR, 2016.
- BRENDLE, B. *A Teoria de Restauração de Cesare BRANDI aplicada na Arquitetura: o Neues Museum Berlin*. Pesquisa de Pós-Doutorado realizada na TU-Dresden com Bolsa Capes. Dresden: *Technische Universität Dresden / Institut für Baugeschichte, Architekturtheorie und Denkmalpflege*, 2015a.
- BRENDLE, B. *Cesare Brandi e Franco Minissi: a expressão moderna do restauro arquitetônico e arqueológico na Sicília*. In: *Anais do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação* Belo Horizonte, novembro, 2015b.
- BRENDLE, B. *Um olhar brandiano ano em Peter Zumthor: Arquitetura e Intervenção*. In: *Revista In Situ*, vol.1, n. 1, 2015c.  
Disponível em <http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/situs/article/view/276>
- BRENDLE, B. *Projeto de restauração e intervenção como projeto de arquitetura: Cesare BRANDI e o Neues Museum Berlin*. In: *Anais do VI Projetar*, Salvador, novembro, 2013.
- CARBONARA, G. *Depoimento por e-mail à autora*. Roma, 2016.
- CARBONARA, G. *Architettura d'oggi e restauro. Um confronto antico-nuovo*. Milano: UTET, Scienze Tecniche, 2013.
- CARBONARA, G. *Restauro architettonico: principi e método*. Roma: M. E. Architectural Book and Review, 2012.
- CARBONARA, G. *Antico e nuovo a confronto. L'innesto del nuovo sull'antico: un quadro di riferimento*. In: *Cesare Brandi e l'Architettura*. Convegno. Fondazione Bruno Zevi, 2007. Disponível em [http://www.fondazionebrunozevi.it/BRANDI/interventi/BRANDI\\_CARBONARA.htm](http://www.fondazionebrunozevi.it/BRANDI/interventi/BRANDI_CARBONARA.htm)
- CARBONARA, G. *Brandi e a restauração arquitetônica hoje*. *Desígnio*, 2006, n.6, p:35-47.
- CARBONARA, G.; ANDREOLI, G. *Paul Philippot (1925)*. In: Torsello, Paolo. *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto*. Venezia: Marsilio Editori, 2005, pp: 59-63.

CARBONARA, G. *Avvicinamento al Restauro. Teoria, Storia, Monumenti*. Napoli: Liguori Editore, 1997.

CARBONARA, G. *Restauro fra conservazione e ripristino: Note sui più attuali orientamenti di método*. In: Palladio, 1990, III, N. 6, pp:43-76.

CERVELLATI, P. *Il restauro del teatro progettato da Poletti e' il segno della nostra modernità*. In: *Il ripristino filologico Garzillo-Cervellati (2004)*. In: L'Arengo (Rimini), maggio 2007, pag.4). Disponível em: <http://www.riminicittadarte.it/il-brutto-che-avanza/item/103-il-ripristino-filologico-garzillo-cervellati-2004.html>

CERVELLATI, P. *Da periferia a città. Entrevista a Giovanni De Pascalis*. In: Italia Nostra, 2006, 416, pp: 1619.

CHIPPERFIELD, D. *The Neues Museum architectural concept*. In: Staatliche Museum zu Berlin et all. *The Neues Museum Berlin. Conserving, restoring, rebuilding within the World Heritage*. Leipzig: E. A. Seemann, 2009.

DE FUSCO, R. *Il futuro della critica*. In: *La città nuova italia-y-26 invito a VEMA (La Biennale di Venezia, 10)*. Bologna: Editrice Compositori, 2006.

DE VITA, M. *Architetture nel tempo Dialoghi della materia, nel restauro*. Firenze: Firenze University Press, 2015.

EXNER, J. *Koldinghus*. København: Arkitektens Forlag, 1994.

FIORETTI, D., MARQUEZ, J.-G. *Präzision der Unschärfe – Wie die Meisterhäuser Gropius und Moholy-Nagy neu entstehen sollen. Interview von Ingolf Kern mit Donatella Fioretti und José Gutierrez Marquez für die Stiftung Bauhaus Dessau*. 2014. Disponível em: <http://www.bauhaus-dessau.de/index.php?die-natur-des-erinnerns> Acessado em 28/03/2016.

KANTON ST.GALLEN BAUDEPARTEMENT - HOCHBAUAMT. *Kantonale Notrufzentrale KNZ St.Gallen Neubau*. St. Gallen: 2000, Hochbauamt.

PAGLIA, A. *Il restauro dell' Oratorio de San Filippo Neri*. In: La città del secondo Rinascimento, N.38, Apr. 2010. Disponível em <http://www.lacittaonline.com/index.php?q=node/1063>

PANE, G. *Storia e metaprogetto nell' incontro fra antico e nuovo*. In: *Antico e nuovo. Architetture e architettura*. Atti del Convegno, Venezia 2004. Padova: Il Poligrafo, 2007, pp:63-84.

PURINI, F. *La bellezza utile dell'architettura*. In: Malfona, Lina. *Per una definizione del progetto*. Roma: Kappa, 2010.

SOBEJANO, E. *You have to find a balance. Interview conducted by David Cohn*. In: SPEECH Tchoban & Kuznetsov, 11/2013, pp:198-225.

TORSELLO, P. *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto*. Venezia: Marsilio Editori, 2005.

VARAGNOLI, C. *Il culto dei monumenti*. In: XX1 secolo. Appendice dela Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti, IV vol. Gli spazi e le arti. Roma: Istituto dela Enciclopedia Italiana, 2010, pp:403-413

VARAGNOLI, C. *Antichi edifici, nuovi progetti. Realizzazioni e posizioni teoriche dagli anni Novanta ad oggi*. In: A. Ferlenga, E. Vassallo, F. Schellino (a cura di), *Antico e Nuovo. Architetture e architettura, atti del convegno internazionale (Venezia 31 marzo - 3 aprile 2004)*. Padova: Il Poligrafo, 2007.

VARAGNOLI, C. *Restauro. Una storia italiana*. In: Progetto & Pubblico, 13/2004, Aprile, pp:30-34.

# THESIS

## Arquivo

# Cidades Antigas Edilícia Nova<sup>NT1</sup>

Roberto Pane

Tradução: Nivaldo Andrade<sup>NT2</sup>



Figura 01  
Reconstrução da City de Londres, vendo-se a Catedral de Saint Paul ao fundo.  
Foto de Roberto Pane, década de 1960. Arquivo fotográfico Roberto Pane, Dipartimento di Architettura, Università degli Studi di Napoli Federico II, por cortesia de Andrea Pane.

*Este breve escrito foi apresentado por mim no congresso nacional de urbanismo, realizado em Turim em outubro de 1956. Meu objetivo era reunir, em uma rápida síntese, os assuntos mais recorrentes na atual problemática dos centros antigos para estabelecer alguma premissa útil aos debates que ainda estão se desenvolvendo.*

*A imagem do mundo que se reflete na edilícia é suficiente para conduzir os arquitetos e os escritores de cada país a participar das questões relativas à sobrevivência dos antigos centros e, em particular, daqueles italianos; não apenas porque o nosso é um precioso patrimônio comum, mas porque, nas formas da nova edilícia e na possibilidade de uma sua convivência com aquelas do passado, se configura, no seu porvir e de maneira exemplar, a marca do nosso próprio destino.<sup>NT3</sup>*

Quando pensamos em uma justaposição entre a edilícia moderna e a antiga, sentimos de imediato despertarem em nós muitos problemas e questionamentos; e isso especialmente na Itália, onde, mais do que em qualquer outro país do mundo, tal justaposição denuncia o contraste entre dois modos de vida: aquele que se manifesta na riquíssima estratificação do nosso passado e a imagem nova e brutal que àquela vai se agregando, sem determinar uma nova unidade, mas dando, em toda parte, o sentido de uma penosa e intolerável fratura. A cidade que se justapõe e se sobrepõe à antiga nos aparece como a expressão de um impulso econômico demasiadamente forte para que seja possível conseguir alterar e ordenar os seus movimentos. A caótica expansão obedece às demandas de um imediato e cego interesse privado, e quase nunca encontra acolhimento o apelo por uma predisposição urbanística ordenada, que faça jus aos interesses da comunidade. Ao contrário, a tal propósito, deve-se destacar o sistemático silêncio que acolhe a crítica mais viva no nosso país; tanto é verdade que os poucos combatentes são sempre exortados a desistir da luta, visto que, da outra parte, não há nunca resposta. Vale para todos, como exemplo, o massacre da paisagem italiana que se vai perpetrando por obra de uma instituição pública vinculada ao Ministério das Obras Públicas, ainda que um grande clamor de protestos continue a levantar-se na Itália e no exterior. Mas esta é uma vergonha de tal modo exemplar que merece um discurso à parte!

Ora, o aludido confronto nos induz a colocar o seguinte dilema: se é verdade que existe uma incompatibilidade insuperável entre a velha edilícia e a nova, como têm recentemente afirmado alguns escritores e estudiosos<sup>1</sup> que reclamam, conseqüentemente, por uma nítida separação entre a cidade de ontem e aquela de hoje; ou se se trata, ao contrário, apenas de uma negativa condição de espírito, uma espécie de resignação, de difusa ausência de entusiasmo moral por meio da qual nós renunciemos a nos fazermos donos dos instrumentos que nós mesmos criamos.

Que seja conveniente fazer surgir os novos organismos fora dos centros antigos, como novos agregados autossuficientes e dotados de um certo grau de elasticidade expansiva, é coisa óbvia para todo urbanista moderno. Mas aqui se quer considerar a existência do centro antigo como um fato por si próprio, isto é, não como uma proteção passiva que o Estado teria o dever de assumir em nome da arte e da história (e que em realidade não assume), mas como vital sobrevivência em relação a uma efetiva realidade prá-

<sup>1</sup> Aludo em particular aos escritos de Antonio Cederna, publicados na revista *Il Mondo*, e a um artigo de Cesare Brandi, do qual falarei mais adiante.

tica. Ora, parece-me que, neste sentido, a evocada intangibilidade representa um perfeito absurdo; aliás, exatamente como uma redução ao absurdo, ela fornece um perigoso argumento à tese oposta, que é o seguinte: a partir do momento em que não é possível conservar imutável o ambiente antigo por que o Estado não pode assegurar a conservação de todos os edifícios que possuem interesse artístico e histórico, seria válido demolir tudo aquilo que apresente apenas um caráter ambiental e reconstruir modernamente, sobre o mesmo solo, limitando a conservação aos edifícios de importância excepcional. Ora, este discurso não é apenas a resposta que estão prontos a dar todos os especuladores das áreas públicas e privadas, os chefes dos órgãos estatais e paraestatais e também (permitam-me incluir) a quase totalidade dos arquitetos e dos engenheiros. Isso reflete também a situação real, isto é, o que se está rapidamente realizando, apesar dos indignados protestos e com gravíssimo e irreparável dano a um bem precioso: o valor coletivo da estratificação histórica, o insubstituível fascínio das ruas e das praças dos nossos centros antigos. Como aquilo que se está destruindo é exatamente o patrimônio que a mais moderna experiência de história e de arte contribuiu a colocar em justa evidência, ou seja, o ritmo determinado pelos espaços externos através daquelas formas que transmitem coerentemente o nome de uma particular tradição cultural, e não aquele de um ou outro arquiteto de exceção. Neste sentido, o sentimento que nos inspiram as velhas paredes não é simplesmente uma veleidade romântica, o sonhar uma condição de vida que não pode mais ser reproduzida; pelo contrário, ele nasce do sentir a presença de uma coerência entre vida, arte e artesanato, que parece estar hoje irreparavelmente perdida. Assim, percebemos a sugestão deste mundo diferente como um atributo ambiental que está nos aspectos mais diversos e não apenas em algumas obras singulares; onde a justa consideração de que a maior beleza de uma cidade consista no seu valor de organismo, mais do que nos seus monumentos excepcionais, e que as obras insignes sejam inseparáveis do seu ambiente como da sua respiração. A importância de tal consideração está em reconhecer implicitamente, muito mais do que se fazia em um passado recente, a conexão entre a vida e a arte; a arte como uma condição da própria vida e não como uma realização solitária que se consegue apesar da feiura do mundo circundante. Infelizmente, o que conduz ao erro muitos de nós, arquitetos ou críticos ou historiadores da arte na Itália, está exatamente no nosso desumano e orgulhoso refugiar-se nos fatos estéticos, negligenciando a participação na elucidação e na discussão destes problemas

da cidade antiga e nova que estão, essencialmente, entre aqueles fundamentais do nosso destino de italianos, pois, por um lado, estão ocupados em esclarecer as nossas conexões com o passado e, por outro, em definir aquilo que ainda hoje parece muito vago e obscuro, ou seja, em que sentido e direção deve ser compreendida a nossa participação em uma civilização comum do mundo moderno.

O maior fascínio dos nossos velhos centros está no testemunho de um modo de vida sábio e ingênuo ao mesmo tempo; de uma economia produtiva que não excluía uma margem de manobra, de conversa e de intimidade<sup>2</sup>. Era uma pobre vida, dotada de pouco conforto, mas conservava um alto valor humano e não é injusto compará-la, com ressalvas, à obsessiva megalópole, que colocou tantos meios à nossa disposição, mas pela qual nos deixamos degradar enquanto homens e que ansiamos abandonar assim que a trégua do trabalho torne possível. Tudo isso (é quase inútil dizê-lo) não pretende significar a condenação da técnica moderna, que é por si só uma grande conquista; quer apenas dizer que ela não basta para nos satisfazer e que o nosso supremo propósito consiste em voltarmos a ser proprietários daqueles meios que a técnica coloca à nossa disposição, de maneira que eles satisfaçam e obedeçam às nossas exigências humanas, nos limites e nos lugares determinados por nós mesmos e não por forças ocultas que fogem ao nosso controle. A tal propósito, gostaria de recordar aqui o modesto e significativo testemunho de um grande pioneiro da arquitetura moderna, Walter Gropius, o qual, em um artigo publicado há três anos, escrevia: "Quando, por exemplo, acusamos a tecnologia e a ciência de terem subvertido os nossos conceitos de beleza e do *viver bem*, devemos recordar que não é a desconcertante profusão de maquinário técnico para a produção em série que determina o curso dos eventos, mas a vigilância ou a inércia do nosso cérebro que dá ou deixa de dar um caminho a esta evolução"<sup>3</sup>.

A tese da incompatibilidade entre edilícia nova e antiga se fundamenta, substancialmente, em uma fatalista aceitação do fato concluído, generalizando-o como um dado inevitável e definitivo para as experiências que deverão ser cumpridas no amanhã. Assim, as dimensões das modernas construções e o uso do cimento e do ferro, na atroz banalidade das suas formas correntes, seriam, e não poderiam deixar de sê-lo, a imagem da afirmada incompatibilidade. Aqui está o equívoco de esquecer numerosas experiências positivas de justaposição do novo ao antigo; experiências italianas<sup>4</sup> e estrangeiras realizadas sem qualquer

<sup>2</sup> ROSARIO ASSUNTO, no seu recente escrito *Job e Hobby* (*Civiltà delle macchine*, I, 1956) desenvolve interessantes considerações e testemunhos sobre a relação entre lazer e trabalho e sobre a auspiciosa possibilidade que o mundo moderno supere o caráter passivo e constrictivo que uma falsa tradição moralista atribuiu, até agora, ao conceito de trabalho.

<sup>3</sup> Walter Gropius, *Un nuovo capitolo della mia vita*, revista *Casabella*, dez.-jan. 1953-54.

<sup>4</sup> Uma ótima experiência italiana, aquela realizada por Giovanni Michelucci com a Bolsa de valores de Pistoia, foi muito frequentemente lembrada porque constitui um caso, infelizmente, tão raro quanto exemplar.

renúncia à modernidade dos materiais e sem recorrer àquele descuido estilístico que ainda impera amplamente entre nós e que a tese da incompatibilidade não faz mais do validar. Lembro os casos positivos de Amsterdam, Frankfurt, Varsóvia; mas aquilo que mais vale a pena considerar são as consequências extremas às quais se produzem se se deseja permanecer coerentemente inconciliáveis: se o novo e o antigo não podem subsistir juntos, significa dizer simplesmente que entre nós e o passado foi produzida uma intransponível fratura; ou seja, que história e tradição de cultura são palavras desprovidas de sentido e que o passado pode apenas nos fornecer motivos de curiosidade arqueológica a partir do momento que ele não serve mais para iluminar o nosso presente. Cabe então aos inconciliáveis responder a esta legítima objeção: se as velhas paredes e as novas paredes não podem coexistir, tampouco poderão coexistir aquelas coisas que nelas encontram uma imagem inevitavelmente coerente.



Figura 02  
Praça do Mercado de Varsóvia reconstruída após a Segunda Guerra Mundial.  
Foto de Roberto Pane, final da década de 1950. Arquivo fotográfico Roberto Pane,  
Dipartimento di Architettura, Università degli Studi di Napoli Federico II, por cortesia de Andrea Pane.

Como esclarecimento daquilo a que me refiro, pode ser útil lembrar da polêmica produzida a propósito do projeto de Wright para o Canal Grande [de Veneza]. Não vou recordar aqui todos os episódios, mas me limitarei aos dados extremos. A quase universal e generosa indignação suscitada pelo anúncio de que uma construção de caráter moderno seria erguida no Ca-

nal, nesta obra-prima urbanística do passado, nascia, ainda que na mais plena boa-fé, dos usuais lugares-comuns, da costumeira ausência de um sério posicionamento crítico sobre a questão. De fato, enquanto se gritava contra uma significativa expressão moderna, omitiam-se os horrores do falso gótico do qual o Canal é largamente dotado e, similarmente, do falso neobarroco veneziano de uma casa que estava para ser concluída no atracadouro de Sant'Angelo, justamente em pleno agravamento da polêmica. Já a partir desta consideração, parece evidente que a postura da defesa a todo custo, tão sedutora pelo seu sabor de romântica intransigência (mesmo se praticamente insustentável), termina por se tornar reacionária na medida em que fecha os olhos para falsos monstruosos e, portanto, reconhece implicitamente que estes "não incomodam"<sup>5</sup>. Mas só não incomodam àqueles para quem não há diferença entre o gótico autêntico e o gótico do século XX, enquanto, para os especialistas, a discrepância é tal que chega ao ultraje; até aquela sensação de desesperada amargura que surge de constatar a própria impotência frente a um mundo dominado pela oficialidade burocrática, distribuidora onipresente de falsificações e substitutivos estéticos e morais.

<sup>5</sup> Retomo aqui o conceito fundamental por mim desenvolvido na polêmica que teve lugar, a propósito do projeto de Wright, nas colunas da revista *Il Mondo*.

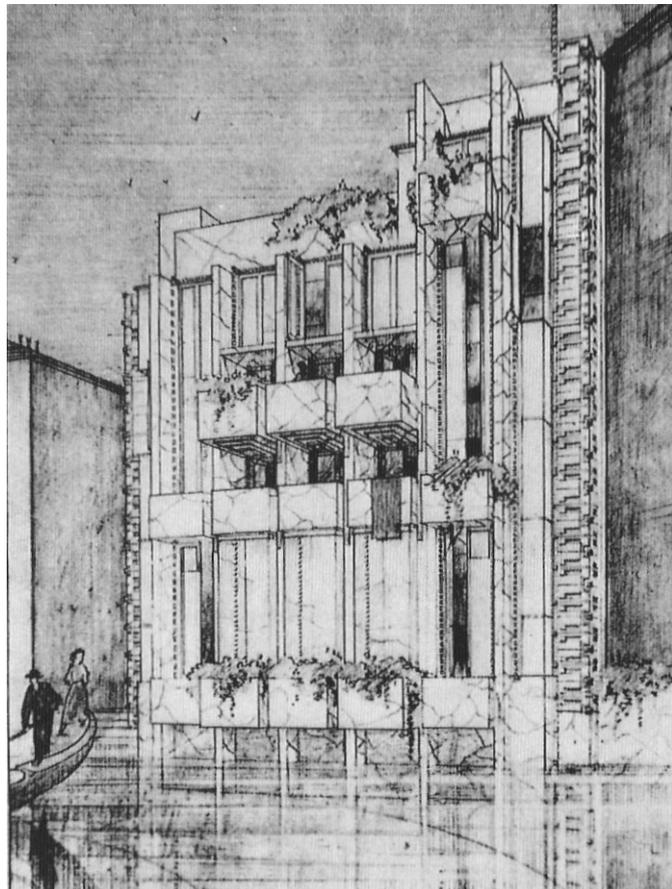


Figura 03  
Projeto elaborado entre 1951 e 1954 por Frank Lloyd Wright para o Memorial Masieri, no Canal Grande de Veneza, que suscitou grande polêmica na Itália dos anos 1950  
Fonte: ROGERS, Ernesto N.. Polemica per una polemica. In: *Esperienza dell'architettura*. Milão: Skira, 1997

Deve-se ainda acrescentar que o projeto de Wright estava limitado às modestas dimensões da casa à qual a nova construção deveria ter substituído. Com isto, o arquiteto reconhecia como um dado a ser respeitado<sup>6</sup> a relação dimensional do ambiente e, em particular, aquela entre a casa e o contíguo palácio Balbi; em outros termos, aquela relação volumétrica que representa a condição essencial e, ao mesmo tempo, a única possível para a conservação de um ambiente antigo. Dado que é evidente que, excetuando os países nos quais um clima particularmente favorável consente preservar mais ou menos íntegros os originais valores de luz-e-sombra e cromáticos, alhures ocorre que a substituição das pedras externas, em função do seu progressivo desgaste, é feita de modo que, da antiga obra, seja conservada apenas um simulacro mais ou menos fiel; vale para todos o exemplo da Abadia de Westminster, da qual nem uma única pedra externa remonta à primitiva obra gótica; e, de resto, tal é a sorte da arquitetura, a arte que não tem museu, ou melhor, cujo museu não pode deixar de ser o próprio ambiente para o qual ela foi criada<sup>7</sup>.

Mas o que, na tese da intransigência, parece francamente absurdo, é querer, como sinalizei, ignorar a evidente realidade histórica da estratificação que se realizou no passado, configurando, com os seus contrastes, o ambiente que desejamos salvar, e negar que, do mesmo modo, possa e deva ocorrer também no presente. A inserção de formas novas na cidade antiga não poderia deixar de ocorrer mesmo se as normas de proteção e o mais rigoroso respeito fossem observados. Mas para que isto aconteça da melhor maneira é necessário que o ambiente seja percebido como uma obra coletiva a ser preservada enquanto tal; e, portanto, não como integral conservação de uma soma de particularidades, como se entende na conservação de uma edificação única, mas como relação de massas e de espaços que permita a substituição de um edifício antigo por um novo, desde que este esteja subordinado à relação supracitada.

Por outro lado, a uniformidade de vida, como consequência da moderna civilização mecânica, responde a uma visão resignada e pessimista do nosso destino que não encontra justificativas nas extraordinárias realizações atuais do gênio humano, mas apenas em uma redução de aspecto moral; quase como se as conquistas materiais tivessem diminuído, na nossa consciência, o próprio valor da liberdade; e a tal propósito me vem à mente uma imagem que foi tantas vezes retratada: aquela das esgotadas teorias dos operários que se deslocam, todos iguais, em direção às oficinas;

<sup>6</sup> Aqui é curioso observar que, do lado oposto ao palácio Balbi, foi recentemente acrescentado, na surdina, um outro pavimento atrás do sótão, sem que se levantasse nenhum protesto.

<sup>7</sup> É verdade que insígnies fragmentos de arquitetura foram transportados para os museus europeus, principalmente durante o século passado. Pensemos, entre tantos, na estrada babilônica das procissões e na Porta de Mileto, ambas no museu de Berlim; ou então nas portas renascentistas de Cesena e nos inúmeros fragmentos medievais no museu londrino de *Victoria and Albert*; nos claustros espanhóis e franceses reconstruídos no museu de Fort Tryon em Nova Iorque; todas coisas bastante melancólicas, embora não haja o que dizer àquelas que, para justificar tais formas de genocídio artístico, dizem que quase todas estas relíquias estariam definitivamente desaparecidas, ou reduzidas a ruínas amorfas, se alguém não as tivesse providenciado a sua transferência.

é uma imagem de ontem, e, ainda assim, a técnica de hoje já a tornou grotesca e absurda, como, de resto, não poucas profecias do marxismo. Portanto, não há razão para crer que uma civilização mais desenvolvida não deva nos enriquecer, no melhor sentido, e, assim, permitir uma maior diferenciação de modos de vida e de costume, e, portanto, tornar, não apenas possível, mas desejável que a cidade nova não destrua aquela antiga, por meio de falsos compromissos e, ao contrário, a ela se justaponha, perpetuando o seu desfrute.

<sup>8</sup> Publicado na revista *L'Architettura*, setembro 1956, pp. 356-360

Porém, a esta altura, parece-me oportuno inserir, como exemplo de afirmada incompatibilidade, o testemunho de um recente artigo de Cesare Brandi, *Processo all'architettura moderna*<sup>8</sup>. O autor fala da espacialidade perspéctica renascentista, da invenção perspéctica barroca e do século XIX "exausto e fiel"; ele traça o caminho de um ideal e abstrato urbanismo, exemplificado com uma série de obras primas ambientais e singulares, e conclui afirmando que o espaço da arquitetura moderna "é o mesmo espaço vivido no nosso cotidiano, em geral sem horizonte que não seja barrado por construções, e sem céu que não seja aquele onde voam os aviões". Além disso, ainda que se possa afirmar, graças às obras de alguns notáveis artistas, que exista uma arquitetura moderna, essa "não pode ser inserida em um antigo complexo urbano sem destruí-lo e sem autodestruir-se". Parece-me que o erro desta interpretação está em restringir-se a uma visão estética (estava para dizer estetizante) muito próxima a um esquema, e não histórica, na medida em que fala de arquitetura enquanto arte, omitindo que a cidade, no seu tecido, é feita essencialmente de literatura construída e não de poesia arquitetônica; e, portanto, convido o leitor a outras considerações por mim desenvolvidas e à negligenciada realidade efetiva. Acrescento que, em resposta ao texto de Brandi, Bruno Zevi evidenciou justamente que aqui não se trata de linguagem arquitetônica, mas de programa construtivo: "O rompimento, o massacre é realizado na elaboração do programa edilício e não tem nada a ver com a natureza da linguagem arquitetônica". Mas, a este ponto, é justamente o renovado equívoco entre arquitetura e edilícia que me induz a recordar um texto meu<sup>9</sup> como algo que talvez possa ainda ajudar a esclarecer.

<sup>9</sup> *Architettura e Letteratura*, no volume *Architettura e arti figurative*, Veneza, 1948, pp. 63-71.

Recordarei, antes de mais nada, que o equívoco mais comum é produzido pelo uso da palavra arquitetura; palavra que para nós, pela autoridade exercida por uma antiga tradição, continua a significar arte, enquanto nos países anglo-saxônicos ela é sinônimo de edilícia; daí a proposta, já enunciada por alguns, de

substituir, na linguagem corrente, a segunda palavra à primeira. Além disso, paralelamente à distinção realizada por Croce na sua última estética, na qual na literatura é reconhecido um valor autônomo em relação à poesia, distinguindo a faculdade poética daquela literária ou prática<sup>10</sup>, eu propus uma distinção entre o conceito de arquitetura e aquele de edilícia. Similarmente, de fato, é de se salientar, na primeira, a faculdade poética no seu abandono ao universal, além de todo limite prático; na segunda, a faculdade literária no propósito que lhe é próprio de não perder nunca de vista a razão que é guia e sustentação à realização prática.

<sup>10</sup> Esses conceitos podem ser pesquisados, como teoria e exemplificação, no volume de CROCE *La poesia*.

A arquitetura é arte quando o é, ou seja, muito raramente. Ao imenso trabalho que se realiza no mundo, edificando e escrevendo, não é normalmente reconhecido um valor diferente daquele que é solicitado e ditado por razões práticas. Com isso, não é de se reconhecer, como frequentemente se fez, um insuperável obstáculo à fantasia na complexidade e urgência das necessidades práticas, mas um caráter distintivo daquelas mesmas necessidades é e quer ser definido; que não quer escondê-las, mas configurá-las em uma forma e esta forma não pode ser a pura e simples expressão da racionalidade.

A distinção entre poesia e literatura arquitetônica encontra a sua melhor confirmação na constatação, já lembrada acima, de que não são os poucos monumentos excepcionais que criam o ambiente das nossas antigas cidades, mas as inúmeras obras inclinadas a exprimir um particular valor coletivo e fornecer, então, a marca peculiar de uma civilização.

Este conceito de literatura arquitetônica foi por muitos acolhido favoravelmente; mas seria benéfico desenvolvê-lo com ulteriores esclarecimentos e exemplos. Aqui me limitarei, não podendo retomá-lo integralmente, a acrescentar apenas a conclusão do meu texto: "A interpretação da arquitetura, no âmbito da expressão literária, enquanto, de uma parte, ajudará a fazer entender historicamente o equívoco do velho formalismo de imitação, satisfará, da outra, a atual exigência difusa de um esclarecimento acerca do caráter estético da arquitetura: não mais rara exceção respeito à qual todo aquele resto é apenas vaga justaposição, mas expressão de civilização e de cultura na qual as práticas exigências assumem característica de uma dignidade humana, calorosa, de acolhedora simpatia. A exceção da poesia arquitetônica continuará a ser possível no seu transcender todo interesse prático. Aos espíritos incapazes de juízo estético, ela parecerá

absurda, assim como aos mesmos parece hoje absurda a arquitetura de Michelangelo ou de Palladio. Como no passado, ela não obedecerá a qualquer racionalidade ou unidade de medida e, por isso, não será possível predispor a sua criação, nem dizer como é mais conveniente que ela seja. Portanto, ela exprimirá, na coerência única e superior da sua forma, uma sua própria racionalidade e uma sua própria medida”.

11 Deve-se fazer referência, aqui, ao caso de um típico produtor de “ismos”, o historiador Pevsner, o qual, como nos informa Zevi, declarou a sua incapacidade em entender esta obra que lhe parece uma espécie de neo-art nouveau. Zevi admirou a coragem demonstrada pelo historiador ao reconhecer esta sua incapacidade; mas não é mais provável que se trate de um modo (espirituoso, segundo Pevsner) de afirmar que a Capela é realmente uma obra mal-sucedida?

Assim, querendo citar algum exemplo contemporâneo de poesia arquitetônica, pode-se recordar a casa da Cascata ou a Capela de Ronchamp; e será interessante, e ousado acrescentar também cômico, observar que a segunda provocou a desorientação de todos aqueles que, tendo permanecido fiéis aos esquemas<sup>11</sup>, não puderam acolhê-la como uma nova expressão de liberdade criativa, realizada, com feliz incoerência, justamente por aquele genial arquiteto que, mais que qualquer outro, contribuiu para a difusão dos esquemas racionalistas.



Figura 04  
Capela de Notre-Dame-du-Haut em Ronchamp, França, projeto de Le Corbusier (1950-55).  
Foto realizada por Nivaldo Andrade, abril 2017.

Retornando então, depois dessas divagações e premissas, ao problema da preservação dos centros antigos, parece-me oportuno avançar para uma proposta de caráter geral que poderia ser traduzida em uma norma a ser adotada em âmbito nacional, desde que, e apenas se, obviamente, seja antes elaborada a única lei que, na Itália, se faz extremamente necessária: uma lei que consiga impor o respeito pelas leis.

Resumo a proposta em algumas informações que, naturalmente, não pretendem ter sido formuladas de maneira definitiva, mas apenas exprimir uma precisa exigência:

- Definir os limites do centro histórico-artístico.
- Estabelecer, sem admitir qualquer exceção, que dentro dos limites supracitados não seja consentido, nem aos entes públicos, nem aos privados, construir edifícios cuja altura supere aquela média dos edifícios circundantes.
- É claro que a caótica especulação não teria tido motivo para considerar o centro antigo como uma mina de ouro se, no lugar de um velho edifício, não tivesse podido construir um outro com, pelo menos, o dobro de sua altura.
- Expropriar, a título de utilidade pública, as zonas verdes privadas incluídas no centro supracitado, impedindo que elas venham a ser exploradas como solo edificante.

Esta última norma é sugerida pela necessidade de evitar que continuem a surgir casas no interior das antigas ínsulas, uma vez que é lá onde a presença secular das hortas e jardins compensava a estreiteza das ruas, fornecendo, às aberturas internas, um precioso respiro<sup>12</sup>.

Procuremos considerar quais objeções poderiam ser feitas a essas propostas. Por exemplo, poder-se-ia dizer que as normas relativas ao dimensionamento das novas construções no centro antigo já estão presentes nos códigos de obra municipais. Então se deve responder que essas, se de fato existem, não são quase nunca voltadas a uma preservação verdadeira e adequada; isso é demonstrado pelo fato que elas permitem demasiadas "derrogações" e "exceções"; donde a necessidade de condicionar todos os centros histórico-artísticos a uma única norma que atenda ao interesse nacional, aliás, àquele de todo o mundo civil, visto que o interesse municipal demonstrou não saber oferecer uma garantia suficiente.

Além disso, uma fácil objeção pode ser levantada pelo arquiteto ao qual interessar mais a realização do seu pequeno arranha-céu que a conservação do ambiente. Ele pode dizer: nenhuma estética é capaz de demonstrar que o acréscimo de um volume dominante constitua inevitavelmente um dano e não uma contribuição a determinar uma nova e harmônica relação de

<sup>12</sup> O dano produzido pelo aproveitamento destes pequenos pulmões verdes é muito grande, apesar de não ser muito visível. Sorrento, apenas para recordar um caso típico, é uma pequena cidade que conserva quase intacto o traçado greco-romano; enquanto se está por completar o plano diretor urbano, a especulação imobiliária se apressa para aproveitar aquelas poucas zonas verdes que restam dentro do perímetro das estreitas vielas.

conjunto. Com isso, ele vem a negar implicitamente o próprio fundamento da evocada preservação; mas não bastará recordar-lhe que a conservação das primitivas relações é invocada pela melhor e mais qualificada cultura; dever-se-á, ao contrário, dizer-lhe que o seu arranha-céu não ficaria só, mas teria imediatamente numerosos e desordenados companheiros; de tal modo que, definitivamente, não lhe restará senão invocar para si próprio, com presunçosa inconsciência, o direito à exceção, e que seja reconhecida definitiva e inalterável a relação entre a sua obra pessoal e o ambiente. Dizia Cellini: um homem como Benvenuto, único na sua arte, não pode ser submetido à lei...

Esta última eventualidade me parece ser tudo, menos hipotética ou rara; e, de resto, é justamente no sentido aludido, isto é, pela ausência de uma responsabilidade, muito frequentemente ignorada, mesmo pelos arquitetos, que aqui se impõe o recurso à autoridade maior do poder executivo. E não me repitam que tal recurso não surte nenhum efeito e que um patrimônio de arte e de cultura se salva somente se todos, e especialmente construtores e projetistas, assumem-no e se empenham com paixão na sua defesa. Esta é uma objeção demasiadamente óbvia e teria sido melhor aceitar que cada ambiente seria vituperado e destruído, se fosse necessário esperar a formação de uma consciente responsabilidade pública.

Não se pode, portanto, deixar de recorrer às instituições superiores de proteção, isto é, ao ministério da Educação Pública e àquele das Obras Públicas. A tal propósito, o citado artigo de Brandi conclui com uma frase que é lícito definir como amena; ele declara que não faz sentido acusar os órgãos de proteção artística (ou seja, a direção geral das antiguidades e belas artes à qual eles pertencem), a partir do momento em que a responsabilidade do dano que nos aflige recai sobre todos nós. Nós, ao contrário, temos razão em deplorar que os órgãos supracitados não se demonstrem de fato dispostos a ansiar pela colaboração que o mundo da cultura poderia lhes oferecer e que eles se limitem a se reconhecer insuficientes nos seus afazeres, justificando-se com a ingerência da classe política e com a escassez dos meios disponíveis. Em realidade não é um incremento de meios e de autoridade que melhoraria substancialmente a situação, mas sim um distinto espírito informativo da proteção e, portanto, um distinto ordenamento. Para resumir, uma difícil questão de urbanismo ou de restauração não pode encontrar sua melhor solução na evasão de uma prática de escritório, mas na viva participação<sup>13</sup> daquelas capacidades que, na maioria das vezes, estão fora dos

<sup>13</sup> A instituição, por mim proposta (Cfr. *Bollettino del consiglio nazionale degli architetti*, junho 1956), de um colégio de arquitetos selecionados por concurso poderia fornecer, tanto à administração pública quanto aos privados, um instrumento de válida ajuda nas tantas questões que demandam especial cultura e atitude profissional e não apenas experiência administrativa.

escritórios. A ausência de tal participação faz com que as intervenções das superintendências tenham apenas um caráter negativo e processual e sirvam apenas para retardar (se realmente conseguem) a conclusão dos piores abusos e arbitrariedades. Todo mundo entende, por exemplo, que um edifício antigo pode ser objeto de uma demolição noturna e que a busca pelos responsáveis não trará nenhum resultado, por que os documentos demonstrarão que, apesar da destruição, de modo algum a proteção fracassou: o edifício desapareceu, mas a “prática” lhe conservará a memória.

Não é menos relevante, por outro lado, a responsabilidade dos órgãos do ministério de Obras Públicas, embora ela apareça menos diretamente comprometida. É notório que os escritórios dos *Genio Civile*<sup>NT4</sup> dispõem de meios bastante superiores àqueles das superintendências, e que não raramente eles intervêm em matéria de restauro e de urbanismo histórico sem se sentirem minimamente comprometidos com uma colaboração com os órgãos que atuam especificamente nesse campo. Pode-se, ao contrário, dizer que as relações existentes entre esses órgãos, ainda que todos igualmente comprometidos em servir à coisa pública, não sejam muito diferentes daquelas existentes entre os estados dotados de soberania nacional.

Entretanto, apesar das experiências negativas já previsíveis, a nossa atual ação prática não poderá não consistir na renovação de um preciso apelo aos poderes centrais. Por consequência, eu convido o Instituto Nacional de Urbanismo a examinar as supracitadas propostas acerca da defesa dos centros antigos e se, como espero, as considere lícitas, a solicitar aos ministérios interessados que elas sejam imediatamente postas em prática.

Chamo também a atenção do Instituto sobre a já mencionada e mortificante ofensa que se continua a realizar ao decoro público por meio da publicidade rodoviária. Aqui, finalmente, não se trata de um grande problema organizativo, mas apenas de um grande desconhecimento.

Recentemente, alguns semanários noticiaram a decisão tomada pela ANAS<sup>NT5</sup> de uniformizar a publicidade por meio de cartazes, todos com dimensões de dois metros por três e colocados “à guisa de pedra miliar”, a cem metros um do outro. Tal novidade será em breve implementada no Norte, com a justificativa de poupar os motoristas do cansaço produzido pelo excessivamente variado e repetido estímulo visual. Atente-se que, em toda essa questão, a ofensa à pai-

<sup>14</sup> Publicado, como número especial da revista, em junho de 1955, e posteriormente reimpresso em volume à parte. Neste sentido, gostaria de lembrar o episódio de um inglês, hospedado na Costa Amalfitana, o qual algum tempo atrás costumava sair à noite para incendiar os engenhos publicitários que prejudicavam a paisagem da esplêndida estrada costeira. Ele já tinha conseguido destruir um pequeno número de engenhos quando foi, infelizmente, identificado e condenado a pagar pelo prejuízo.

<sup>15</sup> Para isso teria sido necessário que tivéssemos levado em conta as trágicas experiências de nossa recente história, ao invés de nos submetermos a uma involução na qual, travestida de uma democracia municipal, sobrevive imperturbável a velha e deplorada retórica.

sagem, reforçada pelos prometidos cartazes de seis metros quadrados, não é nem ao menos levada em consideração; nem, que eu saiba, este órgão, cuja autonomia frente ao decoro do país pode ser dita como sendo verdadeiramente exemplar, sentiu até agora a necessidade de responder às acusações que lhe foram feitas em toda parte, na Itália e no exterior. Ora, como se pode esperar alcançar qualquer resultado nas ainda mais árduas e problemáticas questões de planejamento intermunicipal e regional, se não se consegue, não digo superá-la, mas nem ao menos ter uma resposta em uma tarefa que, além de tudo, nos desonra aos olhos do mundo? Se pensamos que, na Inglaterra, se desenvolveu, no ano passado, uma violenta campanha por iniciativa da *Architectural Review* por algo muito mais modesto e que, ainda, nenhum de nós, com os tempos que correm, ousaria julgar intolerável, ou seja, as sinalizações rodoviárias em pleno campo, os semáforos, o cartaz *keep left*, os postes, os fios de eletricidade etc. Resumindo, tudo aquilo que tende a uniformizar “toda a área rural inglesa a subúrbio”, como escreve Ian Nairn, o autor do ótimo volume<sup>14</sup> que tem como título *Outrage* (Ultraje). A iniciativa inglesa obteve o consenso e o encorajamento de toda a imprensa, do *Times* ao *Daily Mirror*. Mas, a bem da verdade, também entre nós a participação da imprensa foi unânime e nem por isso o ministro das Obras Públicas se sentiu na obrigação de intervir ordenando à ANAS a suspensão dos contratos de publicidade e a remoção das respectivas feiuras; ou, talvez, não o tenha feito porque o órgão é a tal ponto autônomo a ponto de poder se dizer dotado de poderes soberanos? O Instituto Nacional de Urbanismo não poderia intervir com sua autoridade para que fosse oferecida ao menos uma explicação?

Parece-me que o referido esclarecimento acerca do conceito de literatura arquitetônica poderia ser útil especialmente na Itália, onde, ao invés de perseguir o mais modesto caminho da probidade, obstina-se muito frequentemente a enveredar pela fantasia.

A fonte das maiores desventuras na nossa moderna edificação é, de fato, aquilo que se poderia definir de equívoco artístico. Equívoco do recente passado que sobrevive imutável no nosso presente por não ter sido completada aquela evolução cultural que, sozinha, teria podido evitar a subsistência da antiga academia, apesar da revolução dos meios materiais colocados à nossa disposição. Em outras palavras, não foi suficiente, nem poderia ter sido, a disponibilidade dos novos instrumentos para que as nossas disposições criativas se renovassem seja por dentro, seja por fora<sup>15</sup>.

A tendência geral à ênfase demonstrativa, a intenção de alcançar a maior visibilidade possível; em resumo, a ausência de discrição e de modéstia são as características mais difundidas e imediatamente reconhecíveis da nossa edilícia; e são, repito, apesar das aparências, características imutáveis. Eis, por exemplo, a maldição das geniais soluções plásticas e cromáticas com as quais, exatamente como outrora, fazemos todos os esforços para que se perceba a nossa presença como inventores de uma nova arquitetura (que talvez chamaremos nuclear); e, muito frequentemente, é suficiente apenas uma solução genial para arruinar toda uma via que, antes, possuía uma sua estratificação orgânica e uma sua beleza. Um indivíduo pintou de bleu ou de vermelho as saliências de todos os balcões de uma casa de muitos pavimentos; ele está certo de ter feito algo original, a partir do momento em que aquilo nunca havia sido visto antes. Na realidade, a sua casa produz em nós o mesmo efeito da rádio do nosso vizinho quando funciona a pleno volume, enquanto desejaríamos poder nos recolher ou dormir em paz.

Similarmente, um conjunto de casas modernas como aquele que se pode ver na periferia de qualquer uma das nossas cidades pode ser comparada a uma nossa discussão pública. De fato, nem nos ambientes mais qualificados se realiza, entre nós, aquela recíproca subordinação que deveria consentir a cada um manifestar o próprio ponto de vista. Existirão sempre alguns que tentarão se impor com a própria eloquência, com o maior volume da própria voz, e, por outro lado, alguns outros constrangidos ao silêncio por timidez, escrúpulo excessivo ou insuficiência de prestígio, mesmo tendo, talvez, muitas e mais coisas úteis a serem ditas.

Bastariam estas poucas considerações e confrontos para entender como as maiores dificuldades que se opõem na Itália a um urbanismo sério não são de natureza técnica; ou melhor, que antes de o serem, são de natureza moral e psicológica.

Hoje, o cimento e o aço permitem a fácil realização de massas edificadas tão fortemente concentradas a ponto de promover condições de convívio que nem mesmo o espírito mais otimista pode considerar favoráveis a um harmônico desenvolvimento das novas gerações. Os pretextos da extrema urgência e da mais rígida economia, em um país de alto crescimento demográfico (a nossa maior e mais tácita tragédia) determinaram, nesse pós-guerra, a frustração de qualquer saudável propósito urbanístico mediante o desfrute acidental e caótico das áreas edificáveis; e

nesta iniciativa as instituições estatais e paraestatais se demonstraram, não raramente, mais cegas e avarentas que os especuladores privados.

Mas tudo isso, dir-se-á, tem ainda sabor de vaga e genérica recriminação. Isso pode ser verdade, mas o discurso se fará mais preciso (e, ousarei acrescentar, insólito) se, como arquitetos, nos colocarmos frente à nossa bem definida responsabilidade. Estamos, por exemplo, absolutamente convencidos que as dimensões estabelecidas nas edificações que projetamos são aquelas justas? Não é talvez verdade que a atribuição que nos é imposta pela sociedade é aquela de ser *especialistas da densidade* e de conferir às aglomerações organizadas uma aparência *estética*? É preciso ter uma forte dose de presunção e de cinismo para acreditar que esta edificação de oito, dez ou doze pavimentos, por nós desenhada e posta a destruir um ambiente já orgânico, na sua relação entre construções e natureza, seja uma expressão positiva de literatura construída (se não verdadeiramente de poesia) e não mais algo ao qual nós acabamos de conferir uma marca irrealista, enquanto a sua realidade, naquele significado econômico e social que realmente importa, já estava preparada por outros? Quem pode seriamente acreditar que aquele desenho específico de balcão, aquele específico *detalhe* tenha uma importância tal, a ponto de transcender a fugacidade da moda, e não esteja, ao contrário, destinado a ser causa de íntima mortificação e cansaço para seu autor quando, passados apenas alguns anos, a moda terá sugerido, como a feiticeira Circe, novos comportamentos não menos extrínsecos e falsamente persuasivos?

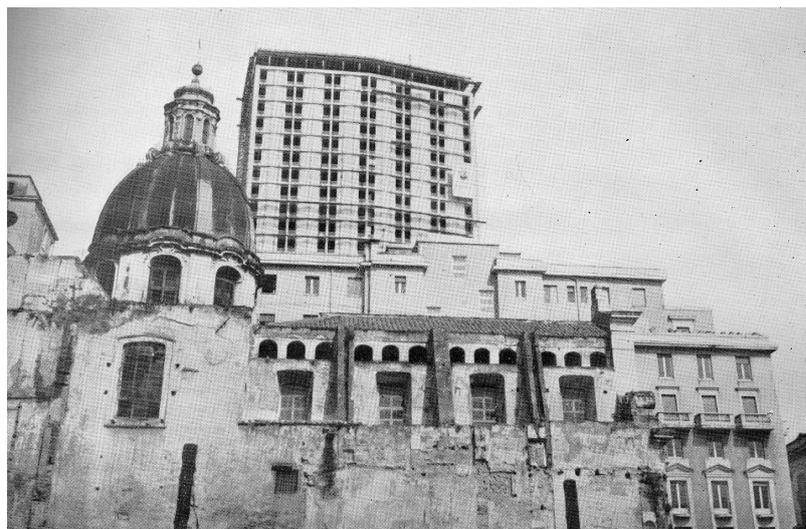


Figura 05  
Piazza del Mercato em Nápoles. Em primeiro plano veem-se as ruínas de uma antiga construção. Ao fundo, o gigantesco Palazzo Ottieri, construído em 1958. (Foto de Roberto Pane provavelmente realizada durante ou logo após a construção do Palazzo Ottieri. Fonte: *Documento su Napoli*. Nápoles-Milão: Edizioni di Comunità, 1958.)

Por outro lado, as exorbitantes dimensões que produzem uma tão grave densidade humana não constituem uma inevitável consequência do progresso técnico, mas tão somente um caso limite de investimento econômico; por que é evidente que os meios de comunicação já à nossa disposição e as grandes conquistas que vão delineando uma verdadeira e própria revolução na nossa vida em sociedade, como as novas fontes de energia e a automação, permitem uma descentralização que já faz parecer absurda e anacrônica a concentração da nossa megalópole. Frente à rapidez das transformações que a moderna técnica sugere, seriam mais necessários organismos de fácil adaptabilidade e transformação do que os gigantescos falanstérios em cimento e aço<sup>16</sup>.



Figura 06  
Piazza del Mercato em Nápoles. Em primeiro plano veem-se as ruínas de uma antiga construção. Ao fundo, o gigantesco Palazzo Ottieri, construído em 1958.

(Foto de Roberto Pane provavelmente realizada durante ou logo após a construção do Palazzo Ottieri.

Fonte: *Documento su Napoli*. Nápoles-Milão: Edizioni di Comunità, 1958.)

Mas este é, talvez, um tom já excessivamente elevado para comentar aquilo que está acontecendo na Itália, onde o aumento da densidade de habitação no centro antigo é muito mais um ato de verdadeira e efetiva criminalidade contra o interesse público do que uma questão de natureza técnica. Assim, em Nápoles, estão sendo construídos arranha-céus sem que seja realizado qualquer desbastamento prévio<sup>NT6</sup>, mas apenas au-

<sup>16</sup> Como máxima documentação crítica do drama urbanístico moderno, através de uma visão não estritamente tecnicista, mas histórica e humana, merece ser objeto de reflexão o livro de Lewis Mumford, *The culture of cities*, Londres, 1938, e especialmente, no sentido acima mencionado, o capítulo intitulado *La insensata città industriale*.

mentando, para maior riqueza de algum abjeto especulador, o já paroxístico tráfego e a infeliz convivência.

O arquiteto deve conquistar a possibilidade de determinar, sem obediências forçadas e constrangimentos desumanos, a relação entre o novo e o antigo e a criação, orgânica e não *adicional*, de um novo ambiente. "Os nossos bairros residenciais, escreve ainda Gropius, têm frequentemente apenas um certo número de casas e de ruas, reunidas com certo critério adicional e privadas daqueles elementos comunitários que poderiam transformar um aglomerado de habitações em um organismo vivo, racionalmente limitado e de justas proporções. Carecem totalmente daquele fermento traduzido pelos valores intangíveis de uma projeção criativa e de uma concepção orgânica, que dão à vida o seu sentido mais profundo e para os quais o passado nos deu tão esplêndidos exemplos de unidade". Mas isso também, se fará objeção, não é certamente novo. Não há apelo à funcionalidade, ao íntegro organismo, à viva sociabilidade que na Itália já não tenha sido lançado mil vezes. Isso não evita, porém, que a nossa verdade continue a estar sempre alhures, e que se reflita em uma edilícia falsamente estetizante e renunciante, imagem do nosso hábito social e político, testemunho de um "saber fazer" temperado por sorrisos céticos e por piadas, assim como ocorre na atividade de qualquer outro campo profissional. Bastará pensar no quadro que Roma hoje oferece ao mundo (para citar apenas o exemplo mais gritante) para que não seja necessário acrescentar mais nada.

Cada um de nós percebeu, na Itália, a admiração por alguns conjuntos recentemente construídos nos países escandinavos, na Holanda ou alhures, como coisas que não revelavam propriamente um desenho rico de fantasia, mas eram, no entanto, plenamente aceitáveis pela sua estudada e feliz execução e pela pesquisa de uma ambientação natural. Algo semelhante, aliás, mais significativo, se verificou nesses últimos tempos no confronto direto entre a nossa produção nas Trienais de Milão e aquela de alguns países do Norte. A nossa, apesar das esporádicas qualidades inventivas, improvisada e dispersiva; aquela estrangeira, por sua vez, refletida e contida. Na nossa, as experiências passadas parecem não ter ensinado nada porque sempre se começou do início, enquanto naquelas estrangeiras o discurso parece retomar um outro precedente, cujo ensinamento se procurou aproveitar.

Para oferecer, em síntese, a imagem da nossa edilícia, pode-se dar uma olhada nos seus aspectos ex-



tremos, ou seja, por um lado, ao ostentado luxo das edificações de dois ou três milhões por vão e, por outro, à vergonhosa insuficiência da edilícia que poderíamos chamar de proletária. No meio disso tudo, o espetáculo mais miserável é aquele oferecido pela perspectiva de casas populares, nas quais o projetista, no rastro do mencionado equívoco estético, procurou fazer da arquitetura inspirada em Mondrian (ou em alguém em seu lugar), justapondo impossíveis planos geométricos e forçando, em uma árida composição abstratizante, a elementar necessidade dos cheios e dos vazios. A irônica representação do quadro pode ser completada inserindo-se um observador: o obscuro habitante que se move, estranho e anônimo entre estas formas, percebendo apenas a precoce decadência e não a metáfora mecanicista; metáfora que, mais ou menos mal digerida, fornece hoje uma provisória e irônica afinidade entre os mais remotos países. Dado que, entre os requisitos surpreendentes do nosso presente, é de se registrar a extrema rapidez e facilidade com que uma nova ideia figurativa dá a volta ao mundo e produz, em qualquer lugar, imitadores e prosélitos. Já há muito anos, de fato, Le Corbusier amaldiçoava os muitos imitadores da nova arquitetura, que arriscavam arruinar um Renascimento na sua aurora, *une Renaissance à ses débuts*<sup>17</sup>.

Talvez não se tenha entendido suficientemente que uma verdadeira e real renovação da nossa edilícia não poderia consistir em um requisito de caráter técnico ou em um diferente caminho formal, entendido em si mesmo como possuidor de um destino autônomo. A nossa edilícia se renovará se nós, arquitetos, combatermos enquanto partícipes e responsáveis por um mundo comum, de onde contribuir para mudar aquelas condições de vida social, política e administrativa das quais depende unicamente a nossa atuação e que sabemos ser hoje desfavoráveis a um promissor desenvolvimento do nosso ambiente. Em outras palavras, é necessário comprometer-se, mesmo sob o risco de desagradar aos órgãos do poder executivo, às instituições do Estado onipotente, criticando-os onde couber (e Deus sabe se cabe) os equivocados ordenamentos e procedimentos e sugerindo novas possibilidades e novos caminhos. É necessário perceber que o maior perigo da sociedade moderna, esteja ela dominada pela direita ou pela esquerda, está na estatolatria, no poder cego e indiferente das pesadas organizações contra as quais muitos homens iluminados defendem hoje a atuação de limitadas comunidades autônomas, nas quais o

<sup>17</sup> Cf., sobre as teorias de Le Corbusier, o meu texto *Le Corbusier e le tendenze meccanicistiche dell'architettura moderna*, em *Architettura e arti figurative*, Veneza, 1948.

18 *Architettura d'oggi*, coleção do Viesseux, II, p. 13. Apesar das reservas e objeções de natureza crítica que foram feitas a Nervi, eu considero o seu volume *Costruire correttamente* como a mais viva contribuição dada nestes anos aos problemas relacionados à preparação cultural das faculdades de arquitetura na Itália.

poder esteja subdividido, ao invés de provir da distância e do alto. Como exatamente escreve Simone Weil, o perigo atual é que as antigas formas de ditadura sejam, pouco a pouco, substituídas pela colossal e anônima "opressão da função".<sup>18</sup>

Ora, aqueles que creem serem estes discursos estranhos ao urbanismo são, eles próprios, estranhos a uma concreta realidade e cultura; e, de resto, em nome de que, se não de uma real capacidade de síntese, e então de uma reponsabilidade mais vasta e aberta, o arquiteto moderno poderia aspirar a chamar-se urbanista se a sua intervenção, como consequência de outras complexas pesquisas e demandas, não se deverá limitar a um aparato estético que respeite o bom gosto, mas deverá, ao contrário, interpretar e resolver as exigências de uma melhor convivência? É necessário, portanto, que ele sinta, ainda mais que os outros, o dever de uma plena participação na vida social e política.

A quem afirma que a nossa função de arquitetos deve ser limitada à solução técnica dos problemas que nos são postos pelos outros, gostaria de dedicar, para que seja objeto de reflexão, a seguinte página de C. G. Jung: "Quanto maiores as organizações, tão mais inevitáveis lhe são a imoralidade e a cega estupidez. Se agora a sociedade, nos seus representantes individuais, afirma já automaticamente as qualidades coletivas, ela premia de tal modo cada mediocridade, todos aqueles que se dispõem a vegetar de maneira cômoda e irresponsável: é inevitável que o elemento individual seja colocado à parte. Este processo começa na escola, continua na universidade e domina onde quer que o Estado ponha a sua mão. Quanto menor é o corpo social, mais garantida é a individualidade dos seus membros, maior a sua relativa liberdade e, portanto, a possibilidade de uma responsabilidade consciente. Sem liberdade não pode existir moralidade. A nossa admiração pelas grandes organizações desaparece se percebemos o outro aspecto do milagre, isto é, o monstruoso acúmulo de todas as características primitivas do homem e o inevitável aniquilamento da sua individualidade em favor daquele monstro que é qualquer grande organização. Um homem de hoje, que corresponda mais ou menos ao ideal moral coletivo, fez do seu coração um covil de assassinos, como não é difícil demonstrar através da análise do seu inconsciente, mesmo que ele não seja efetivamente perturbado. Se está normalmente inserido no seu ambiente, não o perturbarão nem mesmo as piores atrocidades da sua sociedade, dado que a maioria dos seus concidadãos acredita na alta moralidade das suas organizações sociais".



Essas palavras de Jung poderiam ser invocadas pelo Movimento italiano de Comunidade como um enérgico testemunho a favor dos limitados organismos de vida associativa que por ele é eficazmente defendido. A tal propósito, convido o leitor a um texto de U. Serafini no qual se encontram felizes observações a serem consideradas naquela problemática do planejamento intermunicipal e regional que ainda espera ser devidamente enunciada. Recomendo, por exemplo, esta passagem: "Na sua tradução industrial, como observa Petit, o planejamento do território consiste em colocar as indústrias lá onde são úteis aos homens, ao invés de colocá-las onde produzem, para os seus proprietários, os maiores e imediatos lucros". E aqui vem a vontade de questionar: onde se colocariam as indústrias dos planos regionais italianos? É possível que elas estejam lá onde convém à utilização pelos homens, em um país como o nosso, no qual são ainda monopólio privado os armazéns gerais, a energia elétrica e as telefônicas?

Concluindo, parece-me que nós, arquitetos, devemos possuir uma consciência mais precisa da história contemporânea do nosso país, de maneira que ela se torne condição concreta, e não caprichosa e abstrata, da nossa atuação. Não existe outro caminho para nos libertarmos daquele provincialismo que continua a nos afligir, apesar da nossa vitalidade e das nossas qualidades brilhantes. Outras obras, aquelas amadurecidas sob um clima diferente e por uma sociedade diferente, não são coisas a serem imitadas, mas apenas a serem compreendidas como testemunhos da múltipla variedade na qual se configura a liberdade criativa.

O que falta em nós não é a possibilidade de indicar alguns exemplos felizes, mas uma produção média que seja aceitável e digna; uma vez que, repito, uma civilização bem-sucedida não poderá ser demonstrada por algumas obras de poesia, mas por uma difusa literatura arquitetônica que encontre lugar ao lado daquela do passado.

#### NOTAS DO TRADUTOR:

NT<sup>1</sup> Nota do Tradutor (NT): Este ensaio foi apresentado originalmente por Roberto Pane no VI Congresso Nacional de Urbanismo, realizado em Turim entre 18 e 21 de outubro de 1956, sendo publicado nos anais do congresso no ano seguinte. (PANE, Roberto. *Città antiche edilizia nuova*, Congresso nazionale dei urbanistica (Torino, 18-21 ottobre 1956), in pianificazione intercomunale. Atti del congresso, INU, Roma 1957, pp. 451-469). A presente tradução foi realizada a partir de uma outra edição, datada de janeiro de 1957 (PANE, Roberto. *Città antiche edilizia nuova*. Nápoles: Università degli Studi di Napoli / Facoltà di Architettura, 1957). Sua publicação no Brasil, poucos meses após se completarem 30 anos da morte de Roberto Pane, pretende contribuir para a difusão sobre o seu pensamento.

NT2 O tradutor agradece ao Prof. Giulio Pane, docente aposentado da Università degli Studi di Napoli Federico II e filho de Roberto Pane, pela concessão do direito à tradução deste texto, e ao Prof. Andrea Pane, da Università degli Studi di Napoli Federico II e neto de Roberto Pane, pela localização e autorização para utilização das imagens originais que ilustram esse texto. Deve-se destacar que o texto original de Roberto Pane não apresentava imagens de qualquer espécie e que a decisão de ilustrá-lo com fotografias realizadas pelo próprio Pane (e também pelo tradutor) é de responsabilidade exclusiva do tradutor. O tradutor agradece também a colaboração de Raquel Neimann, Maria Emília Regina e Marcella Sgura, que, na condição de alunas da disciplina ARQ512 – Centros Históricos, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) e do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos semestres 2014.1 e 2015.1, colaboraram de forma decisiva na tradução deste texto, bem como ao Prof. Federico Calabrese pela revisão final.

NT3 Estes dois parágrafos em itálico correspondem a um acréscimo ao texto original de 1956, que só é encontrado nas versões de 1957 e de 1959.

NT4 O *Genio Civile* é um órgão público que, na Itália, tem a função de controlar, monitorar e executar as obras públicas, a nível local.

NT5 A ANAS (*Azienda Nazionale Autonoma delle Strade*, em português Agência Nacional Autônoma de Rodovias) foi uma organização de direito privado criada em 1946 para gerenciar a rede de estradas e autoestradas italianas, sob a supervisão técnica e operacional do Ministério da Infraestrutura e dos Transportes.

NT6 No original, *diradamento*. Adotamos o termo “desbastamento” na tradução, seguindo a escolha de Cabral e Andrade (CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. “Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem. Entrevista com o arquiteto Andrea Pane”. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (on line), n.15, 2012, p. 107-108). Deve-se destacar que, assim como no título deste ensaio, ao adotar o conceito de “desbastamento construtivo”, Roberto Pane faz referência ao pensamento de Gustavo Giovannoni.

# THESIS

## **Recensão**

# Sobre a arte de construir livros e significados (ou do ponto de vista do português)

Diego Beja Inglez de Souza

<sup>1</sup> ANDRÉ TAVARES (Porto, 1976) é arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2000), e autor dos livros *Arquitectura antituberculose* (Faup-publicações, 2005), *Os Fantasmas de Serralves* (Dafne, 2007), *Novela Bufo do Ufanismo em Concreto* (Dafne, 2009) e *Dois obras de Januário Godinho em Ovar* (Dafne, 2012). Foi director do *Jornal Arquitectos* (2013-2015) e, com Diogo Seixas Lopes, curador geral da Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016.

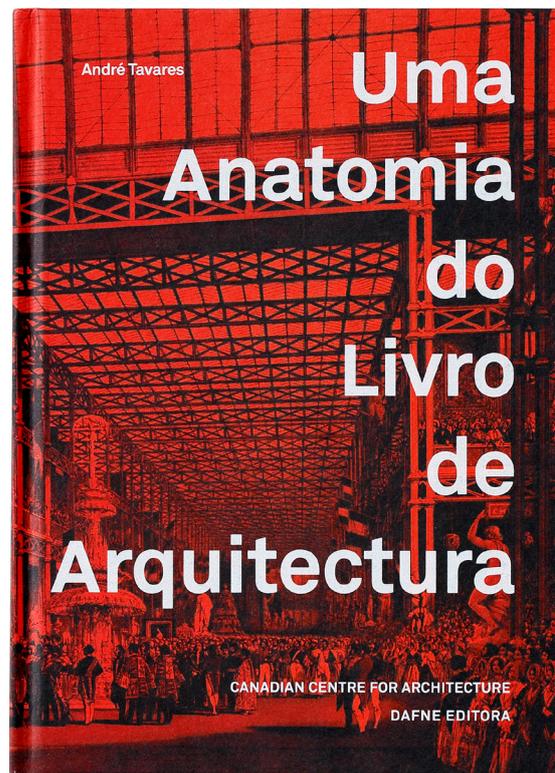
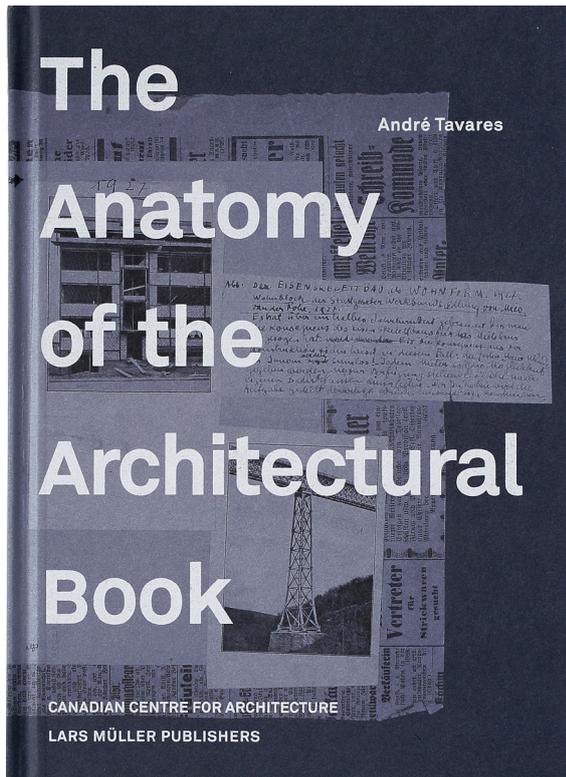
Resenha do livro de TAVARES, André<sup>1</sup>. *Uma anatomia do livro de arquitetura*. Porto/Zurich, Dafne/Canadian Center for Architecture, 2016 (simultaneamente publicado em inglês pela Lars Muller Publishers como *The anatomy of the architectural book*).

O raciocínio de um arquitecto é moldado pela prática de arquitectura e pela necessidade constante de encontrar compromissos perante vontades contraditórias e contingências técnicas. Quando um arquitecto decide fazer um livro, apesar da sua eventual ignorância sobre a indústria da edição, sabe como encontrar as soluções necessárias para os problemas que enfrenta, sem receio de quebrar protocolos editoriais. Com frequência, os resultados são surpreendentes. (Tavares, 2016, p.9)

**E**m *Uma anatomia do livro de arquitetura*, o arquitecto e editor português André Tavares 'disseca' através de um 'corte transversal' uma 'biblioteca infinita' de edições europeias conservadas no Canadian Center for Architecture - CCA, que apoiou a pesquisa, desenvolvida como pós-doutorado pela Universidade do Minho e financiada pela Fundação de Ciência e Tecnologia portuguesa - FCT. Livros e edifícios são entendidos como '*manifestações de um conhecimento específico, que utiliza os materiais disponíveis para construir significados nos contextos sociais que justificam as suas formas e usos.*'(p.21), habilmente apresentados a partir dos muitos pontos de encontro entre a teoria da arquitetura e a prática editorial.

1851 e 1925, anos '*vintage*', ou seja, de '*colheitas editoriais excepcionais*', numa metáfora emprestada do vocabulário da enologia que caracteriza especialmente as melhores safras dos vinhos da terra do autor - o Porto, seriam os pontos de partida para a cronologia deste livro e da empreitada investigativa. Mais do que coerência e certezas, encontramos nestes momentos ímpares impregnados de modernidade diversas pistas para outras possibilidades interpretativas dos marcos cronológicos da 'grande' história da arquitetura através de notícias e pesquisas relativamente recentes que vão alterando constantemente a maneira como percebemos, compreendemos e transmitimos os acontecimentos passados, como modelos, lições ou equívocos.





Figuras 01 e 02

Imagem ilustrativa do livro de André Tavares. Uma anatomia do livro de arquitetura. Porto/Zurich, Dafne/Canadian Center for Architecture, 2016

Especial atenção é dada ao século XIX em torno dos movimentos entrecruzados de industrialização e popularização tanto da produção editorial quanto da crítica arquitetônica, o que reafirma o 'papel' do Palácio de Cristal e de suas diversas 'edições'. A partir deste marco incontornável da história da arquitetura moderna, André Tavares extrai diversas informações a partir do olhar do editor atento aos meandros da produção das representações dos edifícios e das transformações nas técnicas de impressão que ajudam a construir as imagens que circulam acerca dos exemplos e modelos do presente e do passado.

A descoberta da policromia da arquitetura grega e sua divulgação massiva através da cromolitografia abala a imagem alva e pura da principal matriz clássica, atravessando numa 'encruzilhada colorida' a trajetória do Palácio de Cristal, cujas fotografias a preto e branco neutralizam e apaziguam os tons e a intensidade das cores da estrutura e dos cintilantes objetos expostos. Transformado em reconstrução didática com objetivos de informação e entretenimento, o Palácio de Cristal reconstruído em Sydenham reunia em uma narrativa as representações dos principais momentos da história da arquitetura, como num guia de viagem através de

uma experiência que poderia substituir a leitura de um livro, numa espécie de *grand tour* abreviado. O caso da reconstituição do Pátio dos Leões da Alhambra nos chamados Fine Arts Courts é revelador dos 'dilemas entre original e cópia' que levaram alguns visitantes ilustres à preferir a beleza ideal das reconstruções preservadas à autenticidade das peças reais, sujeitas aos rigores do tempo e da própria materialidade.

Como contraponto, delimitando um primeiro arco temporal que coincide com a consolidação de um 'movimento moderno' em arquitetura, internacional e relativamente coeso, André Tavares escrutina o 'desajeitado' *Befreites wohnen*, de Sigfried Giedion (1929). Trata-se de uma produção aparentemente contraditória, que versa sobre a produção industrial e moderna de uma 'habitação libertada' a partir de meios bastante artesanais de produção gráfica mas que se revelam eficientes na construção de um sentido, como campos experimentais para a 'interpenetração espacial' entre textos e imagens, desdobramento das leituras do historiador sobre a possibilidades da moderna arquitetura.

A quebra da bolsa de 1929, em data que coincide com a realização do 2º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em Frankfurt mas também com a publicação de *Befreites Wohnen* de Giedion se afirmam como marco para colocar limite numa primeira fase de desenvolvimento da arquitetura moderna e nas publicações que são objeto de análise, ainda que referências pontuais sejam feitas ao período pós-moderno através de *Learning from Las Vegas* de Venturi, Scott-Brown e Izenour. Na segunda parte do livro, o arco temporal se ampliará, regredindo aos textos fundadores da disciplina no mundo ocidental, passando pelos diversos tratados, releituras e anotações, a partir de Vitruvio.

As contribuições de Andrea Palladio, Leon Battista Alberti, Sebastiano Serlio, Giovanni Battista Piranesi, Philibert De L'Orme, Inigo Jones, Augustus Charles Pugin, Eugène Viollet-le-Duc, Gottfried Semper, Auguste Choisy, Humphry Repton, William Morris, László Moholy-Nagy, El Lissitzky, Eric Mendelssohn e Le Corbusier, entre outros e não necessariamente nesta ordem, são apresentadas como capítulos mais ou menos avulsos da história da arquitetura<sup>2</sup>, através de uma abordagem original, construída sobre os personagens e episódios fundamentais da cultura profissional europeia, veiculada e transmitida principalmente através de livros. André Tavares mobiliza também uma bibliografia igualmente infinita de pesquisas recentes e comentadores contemporâneos de cada um

<sup>2</sup> A estratégia narrativa já havia sido habilmente explorada em *Novela Bufo do Ufanismo em Concreto Episódios avulsos das crises conjugais da arquitectura moderna no Brasil (1914-1943)*, 'uma viagem aos argumentos da construção de uma identidade para a arquitectura moderna brasileira', é uma das publicações resultantes do doutorado de André Tavares, que analisa a implantação da tecnologia do 'betão' armado em diversos contextos e programas.

destes autores e obras, incorporando interpretações desmistificadoras e reveladoras das tessituras da profissão e das muitas condições de produção entre as idéias, os livros, os projetos e os canteiros. Os limites geográficos do 'corpus' vão um pouco além da Europa na segunda parte da *Anatomia*, onde são 'dissecadas' principalmente publicações européias, exceções (que confirmam a regra) feitas aos malsucedidos livros de Frank Lloyd Wright editados comercialmente na Alemanha e ao diário de bordo cinematográfico que registra a descoberta da *Amerika* por Eric Mendelsohn.

As categorias *Textura*, *Superfície*, *Ritmo*, *Estrutura* e *Escala* organizam os capítulos, apresentando uma miríade de referências especialmente selecionadas das produções de muitas safras que foram sedimentando o grosso do 'corpus' da cultura arquitetônica européia. Tratando-se de um livro construído por um arquiteto que é igualmente editor, nestas categorias podemos entrever as qualidades de um bom livro de arquitetura, evidência dos aprendizados da prática incorporados na produção teórica em uma dinâmica característica do conhecimento arquitetônico. Parafraseando o próprio André Tavares, acerca de seus achados e originais *insights* característicos do arquiteto que se propõe a construir uma obra editorial inovadora, "os resultados são surpreendentes". Através da noção de *Textura*, André Tavares nos apresenta o campo da 'marginalia', espaços em branco completados pelas anotações e desenhos dos aprendizes diretamente sobre as sucessivas edições dos tratados da arquitetura clássica. O que começa por ser uma limitação editorial nos primórdios da impressão através de tipos móveis se torna possibilidade prática de exercício de interpretação imaginativa e concentrada observação, consoante com os modelos pedagógicos ligados à cultura renascentista. A impressão dos livros pode ser vista como exemplo precoce da divisão do trabalho a partir da introdução dos tipos móveis, que combinados com xilogravuras e posteriormente litogravuras, ajudaram a multiplicar o número de cópias e páginas, separando os trabalhadores segundo suas especializações, formação e procedimentos, de maneira análoga à transformação que se operou nos canteiros de obra a partir do renascimento e da emergência da figura do arquiteto como detentor de um saber especializado e simbolicamente valorizado.

O vanguardismo futurista atualiza o tema da textura nos primórdios do moderno através da curiosa 'arquitetura tipográfica' do italiano Fortunato Depero, autor de projetos de edifícios compostos de palavras escaçadas nas fachadas, como no projeto do pavilhão para a feira de Monza de 1927, mesmo ano em que publica

*Depero futurista*, livro que apresenta seus trabalhos e projetos através de 'construções gráficas complexas' ainda que um tanto 'desconexas', reunidas em uma publicação com estrutura e materialidade singulares.

Em *Superfície*, o foco é a construção da matéria cinzenta (livre tradução para 'grisaille', no original), por vezes monótona e impenetrável dos textos que se complementam com ilustrações e imagens no processo de construção de um argumento ou descrição de um modelo em arquitetura. A possibilidade de transformação da realidade através da arquitetura, opondo graficamente um antes e um depois da intervenção arquitetônica através de procedimentos comparativos enseja m oposições, aproximações e contrastes na através de páginas duplas na obra editorial de Le Corbusier, Philibert De L'Orme e Humpty Repton como estratégia de convencimento de clientes ou discípulos. A densidade e o volume da reflexão acerca da profissão tomam o espaço das páginas, tornando-se espaços de debate e disputa em torno das concepções distintas da teoria e da transmissão das tradições compositivas e construtivas.

Após a revolução industrial destaca-se a contribuição de William Morris no campo teórico e editorial através da Kelmscott Press. Criada por 'puro divertimento', a editora acaba por publicar alguns dos textos essenciais de John Ruskin como *The nature of Gothic* (1892), além de diversos outros livros entendidos como objetos industriais carregados de prazer e felicidade no trabalho, ou seja, como obras de arte, de acordo com a concepção do próprio Morris.

*Ritmo* focaliza os processos de construção registrados em livro desde o renascimento, além dos diálogos entre as narrativas criadas pelo cinema e suas relações com a produção editorial vanguardista do início do século XX. O ritmo dos livros e seu espaço são transformados com o advento do cinema, que também vai revolucionar suas formas de montagem e sequências narrativas a partir das perspectivas renovadas apresentadas por livros de arquitetura. Percebe-se uma valorização renovada das qualidades editoriais e experimentais das publicações da Bauhaus, como *Internationale Architektur* (1925) de Walter Gropius e *Malerei, Photographie, Film* (1925) de Lászlò Moholy-Nagy, além da 'construção espacial' da compilação de poemas de Maiakóvski *Dlia Golosa* (1926). El Lissitzky, 'construtor do livro', aparece no mundo editorial com mais força e constância do que nas páginas dos manuais de história da arquitetura.



Figuras 03 e 04  
 Imagem ilustrativa do livro de André Tavares. Uma anatomia do livro de arquitetura.  
 Porto/Zurich, Dafne/Canadian Center for Architecture, 2016

Tanto os comentários de Serguei Eistentein acerca da descrição minuciosa da descoberta progressiva da Acrópole de Atenas por Auguste Choisy no texto 'Arquitetura e montagem' quanto as 'topografias tipográficas' de El Lissitzky evidenciam o contato e as 'contaminações' dos campos da produção de sentidos e narrativas de que são feitos filmes e livros, cujos ecos são percebidos claramente em filmes fundadores do cinema construtivista como *Encouraçado Potemkin*. Eric Mendelsohn parece incorporar e antecipar princípios de montagem cinematográfica que estavam sendo testadas por Eisenstein nos mesmo anos que publica *Amerika*, relato de sua viagem de navio a partir da chegada no porto de Nova York em 1924. Mendelsohn apresenta seu método para construir o livro,

que teve grande sucesso na União Soviética, nação com a qual manterá intenso contato: “*Escrevo através do olhar de um arquitecto, puramente visual. A partir dos edifícios, deduzo a história, transição, revolução e síntese. Síntese: Rússia e América - o futuro da Utopia!*” (p.257).

Voltando à Renascença, o caso de Domenico Fontana, autor da proeza técnica e editorial *Della trasportatione dell’obelisco vaticano* (1590) expõe claramente um dos aspectos que muitas vezes parecem fugir das páginas das histórias da arquitetura, qual seja, as etapas de conquista das encomendas dos projetos através dos procedimentos do desmonte, transporte e montagem do obelisco egípcio do Vaticano por 270 metros até a Praça de São Pedro, analisando as condições de produção, riscos inerentes envolvidos e transformação da solução técnica de um problema em realização simbólica da conquista de um desafio através da publicação da narrativa detalhada e ilustrada em livro.

O discurso e o ponto de vista dos acontecimentos e dos procedimentos a partir do olhar do arquiteto que os concebeu tende a ser tendenciosamente isento de contradições, como se pode supor da ressalva feita à esta narrativa ideal: “*Esta coincidência entre estratégia preconcebida, mise en oeuvre bem sucedida e livro sugerem um retrato ideal: de facto, há outros relatos do evento que contradizem ligeiramente, ou suavizam, o tom épico da descrição de Fontana*” (p.269) A atenção aos processos construtivos e ao trabalho parece ser uma preocupação constante no trabalho de André Tavares, que nos últimos anos dedicou-se também à curadoria geral da 4ª edição da Trienal de Arquitectura de Lisboa (inaugurada em outubro de 2016), sendo responsável também pelo módulo expositivo Obra, que propunha justamente um olhar para alguns episódios, projetos e personagens da história moderna e contemporânea a partir do canteiro de obras<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> De acordo com o texto de apresentação da exposição no catálogo da mostra, “*Da comunicação entre projecto e obra, da organização do tempo e do dinheiro, até à retórica política ou à excitação tecnológica, é na obra que tudo se joga*”.

A noção de Estrutura recebe e ordena as contribuições do racionalismo francês pós revolucionário através do papel da arquitetura no *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* conhecido como *Encyclopédie* (1751-1772) de Diderot e D’Alembert. Responsável pela elaboração do verbete arquitetura e outros correlatos, personagem fundamental no ensino da arquitetura como ‘arte criativa’, Jacques-François Blondel deu especial atenção à descrição dos sistemas construtivos e do papel do arquiteto nas estruturas produtivas da construção civil, assim como Viollet-le-Duc, principalmente através dos dez volumes do *Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XIe*

*au XVIIe siècle*, espécie de 'alfabeto' ou manual que acaba por ajudar a definir a noção de arquitetura como linguagem, como gramática que orienta uma composição racional fundada no conhecimento anatômico da estrutura e das funções dos elementos constitutivos dos edifícios do passado.

Através do prisma da estrutura descobrimos as representações editoriais das experiências características das grandes cidades: o *Tallis's London Street View*, publicado entre 1838 e 1840, inaugura um gênero de publicações das representações constantemente atualizadas das ruas e elevações das fachadas das ruas, como o *Grand Architectural Panorama of London* (1849) e o *Rae's Panoramic Advertiser*, da Filadélfia (1851), com objetivos de divulgação comercial que se desdobram em oportunidade virtual de flunar pelas grandes cidades, prefigurando ferramentas contemporâneas de exploração de cidades e metrópoles como as imagens do Google Street View.

Em *Escala*, são apresentados os principais elementos da consolidação dos manuais de composições arquitetônicas '*Les grands*' et '*les Petites*', como foram conhecidos na França do século XVIII e XIX as publicações de finalidade didática e instrumental de Jacques-François Blondel e Jean-Nicolas-Louis Durand, que ajudam hoje a compreender a transformação que se opera nestes anos nos procedimentos e elementos em jogo na concepção da obra arquitetônica. A lógica que orientava o ensino e concepção da arquitetura como gramática ou sistema compositivo ligado à tradições acadêmicas cristalizadas das publicações de Blondel e expressas nas noções de 'gênero', 'caráter' ou simplesmente o 'tipo' dos edifícios transforma-se em 'método', fundado por Durand na lógica interna do projeto, o que acabaria por abrir '*caminho a uma revolução na teoria da arquitetura*' (p.347).

## **Guia de uma viagem sem fim através de milhares de páginas**

Sem estragar as descobertas da leitura, altamente recomendável e certamente prazerosa, podemos antecipar que esta anatomia se encerra em uma incisão que abre uma instigante reflexão acerca da arquitetura como linguagem de significação e registro de memórias coletivas das sociedades, que '*parte do mesmo impulso da escrita*' (p.387). A profecia de um escritor célebre serve como pretexto para a resposta original de um arquiteto revolucionário, sob a forma de um edifício que manifesta de maneira literal as relações intrínsecas entre a construção de livros e das narrativas na arquitetura.



Figuras 05 e 06  
 Imagem ilustrativa do livro de André Tavares. Uma anatomia do livro de arquitetura.  
 Porto/Zurich, Dafne/Canadian Center for Architecture, 2016

É de se lamentar o fato da produção editorial portuguesa não estar mais integrada ao mercado brasileiro, em todos os campos mas especialmente na arquitetura. A competente e inovadora produção da Dafne editora, capitaneada por André e Domingos Tavares, seu pai e professor emérito da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, poderia ser republicada ou mesmo melhor distribuída no Brasil. A exceção, que confirma o argumento em favor do estreitamento das distâncias e enfrentamento dos procedimentos burocráticos que entravam os processos e encarecem os produtos é o ótimo *Ricardo Severo da Lusitânia ao Piratininga - Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*, de Joana Mello (2007), publicada pela Annablume e pela Dafne. Recentemente a Dafne, juntamente com a Lars Muller, lançou o livro de fotografias de Leonardo Finotti *Uma Coleção de Arquitetura Moderna na América Latina*,

lacuna no mercado editorial brasileiro pela perspectiva geográfica ampliada, parcialmente preenchida por *O visível e o invisível na arquitetura moderna brasileira*, do mesmo autor, com texto de José Tavares Correia de Lira, que analisa com profundidade alguns dos exemplares também incluídos na publicação portuguesa, convergência que demonstra a pertinência das empreitadas editoriais partilhadas entre Portugal e Brasil.

Para se restringir à produção dos Tavares, não restam dúvidas de que tanto as obras de André, como a *Novela bufa do ufanismo em concreto armado*, como o recente *Casas de brasileiro - Erudito e Popular na Arquitectura dos Torna-Viagem* de Domingos Tavares ou *António Francisco Lisboa - Classicismo no Novo Mundo*, acerca do Aleijadinho, seriam contribuições originais e qualificadas ao debate de temas correlatos no panorama nacional, a partir de outras perspectivas, que dividem historicamente muitos pontos de contato. Tratam-se de contribuições originais e competentes para a constituição de um ainda algo desequilibrado campo da história da arquitetura no mundo lusófono, assim como *Uma anatomia do livro de arquitectura*.

Os diversos prêmios e indicações que as duas versões do livro de André Tavares vem conquistando atestam a qualidade da obra e a validade da aposta na dupla edição simultânea realizada pela Dafne Editora em parceria com a Lars Muller Publishers suíça, que torna a produção portuguesa imediatamente disponível ao público anglófono e a distribui para um mercado ampliado, eliminando a etapa da tradução e de uma nova edição. Sua publicação no Brasil seria uma oportunidade de retomar estas conexões, aproximando o público brasileiro das referências historiográficas clássicas e modernas europeias a partir de uma perspectiva contemporânea e familiar, ao menos do ponto de vista do português como universo cultural comum, que historicamente carrega formas e linhas por meio das palavras e das obras através dos mares.

# THESIS

## Passagens

## Planos ou inventar imagens da cidade

*Eduardo Rocha*

**Eduardo Rocha** é Doutor em Arquitetura pelo Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPel; professor no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel; editor da "PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade" (<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo>).

**E**ste ensaio busca agenciar encontros realizados em textos, viagens e imagens, passando por diversas cidades a partir do conceito de planos na obra de Gilles Deleuze "A Imagem-tempo: cinema 2" (2005). Agenciamentos como atos de arranjo e dispor um conjunto de elementos e na terminologia introduzida por Gilles Deleuze e Felix Guattari pode se composto por qualquer combinação ou ligação que "dispare" – sem qualquer hierarquia ou organização centralizada – de elementos, fragmentos ou fluxos das mais variadas e diferentes naturezas: ideias, enunciados, coisas, pessoas, corpos; mas que podem compor um mapa-potente da imagem-pensamento (SILVA, 2000).

Deleuze em seus estudos sobre o cinema quando a montagem perde seu protagonismo e dá lugar ao plano-sequência, quando se pergunta "o que há para ver nessa imagem?" o invés de se questionar "o que há por trás da imagem?". Surge um tempo que reaparece dentro da imagem, não de mudança temporal, tornando-se uma pedagogia do olhar, um ensinar a ver. A ideia aqui é deslizar por dentro das imagens de algumas cidades experimentadas e fotografadas em 2 planos: primeiros planos e planos gerais, utilizando 7 imagens em primeiro plano e 7 imagens em plano geral, apoiadas por fragmentos de recortados de Gilles Deleuze em "A Imagem-movimento: cinema 1" (1983).

## O primeiro plano

O conjunto não se divide em partes sem mudar a cada vez de natureza: não se trata nem do divisível nem do indivisível, mas do "dividual". É verdade que já era esse o caso da concepção geométrica: era o encaixe dos quadros que indicava então as mudanças de natureza. A imagem cinematográfica é sempre dividual. A razão última disso é que a tela, enquanto quadro dos quadros, confere uma medida comum aquilo que não a tem, plano distante de paisagem e primeiro plano de rosto, sistema astronômico e gota de água, partes que não apresentam um mesmo denominador de distância, de relevo, de luz. Em todos esses sentidos, o quadro assegura uma desterritorialização da imagem (p.2).



Imagem 1  
Nova Iorque, EUA. Autor, Edu Rocha, 2017

A imagem-afecção é o primeiro plano, e o primeiro plano é o rosto... Eisenstein sugeria que o primeiro plano não era apenas um tipo de imagem entre as outras, mas oferecia uma leitura afetiva de todo o filme. É o que ocorre com a imagem-afecção — ao mesmo tempo um tipo de imagens e um componente de todas as imagens. Mas não é só isto. Em que sentido é o primeiro plano inteiramente idêntico a imagem-afecção? E por que seria o rosto idêntico ao primeiro plano, já que este parece operar apenas uma ampliação do rosto e também de muitas outras coisas? E como poderíamos destacar, do rosto ampliado, pólos capazes de nos guiar na análise da imagem-afecção? (p.103).

Partamos precisamente de um exemplo que não é o do rosto: um relógio que nos é apresentado várias vezes em primeiro plano. Uma imagem desta ordem tem efetivamente dois pólos. Por um lado ela tem ponteiros animados por micromovimentos, pelo menos virtuais, ainda que nos seja mostrada uma só vez, ou várias vezes entre longos intervalos: os ponteiros entram necessariamente numa série intensiva que marca uma ascensão para... ou tende para um instante crítico, prepara um paroxismo. Por outro lado ela tem um mostrador como superfície receptora imóvel, placa receptora de inscrição; suspense impassível — ela é unidade refletora e refletida (p.103).

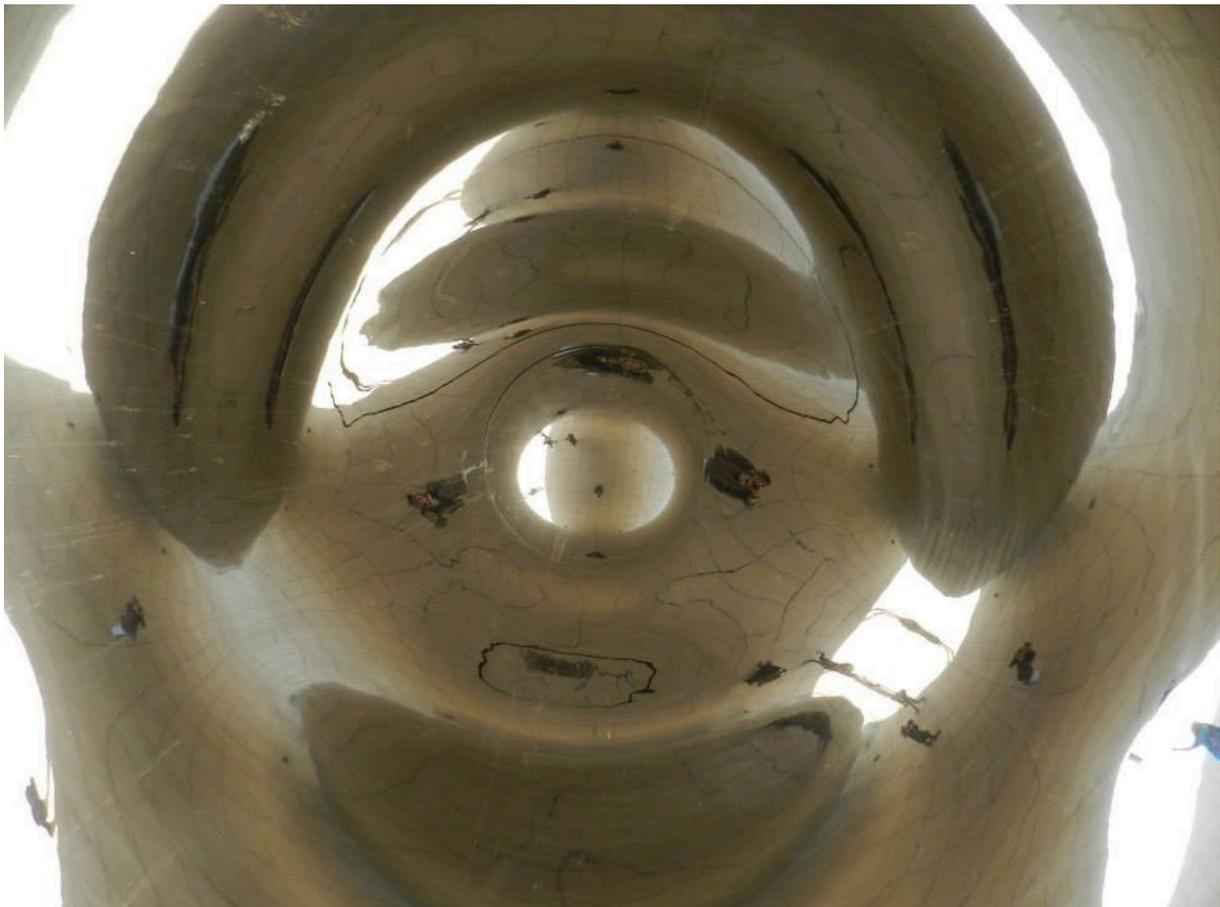


Imagem 2  
Chicago, EUA. Autor, Edu Rocha, 2014

Partamos precisamente de um exemplo que não é o do rosto: um relógio que nos é apresentado várias vezes em primeiro plano. Uma imagem desta ordem tem efetivamente dois pólos. Por um lado ela tem ponteiros animados por micromovimentos, pelo menos virtuais, ainda que nos seja mostrada uma só vez, ou várias vezes entre longos intervalos: os ponteiros entram necessariamente numa série intensiva que marca uma ascensão para... ou tende para um instante crítico, prepara um paroxismo. Por outro lado ela tem um mostrador como superfície receptora imóvel, placa receptora de inscrição; suspense impassível — ela é unidade refletora e refletida (p.103).

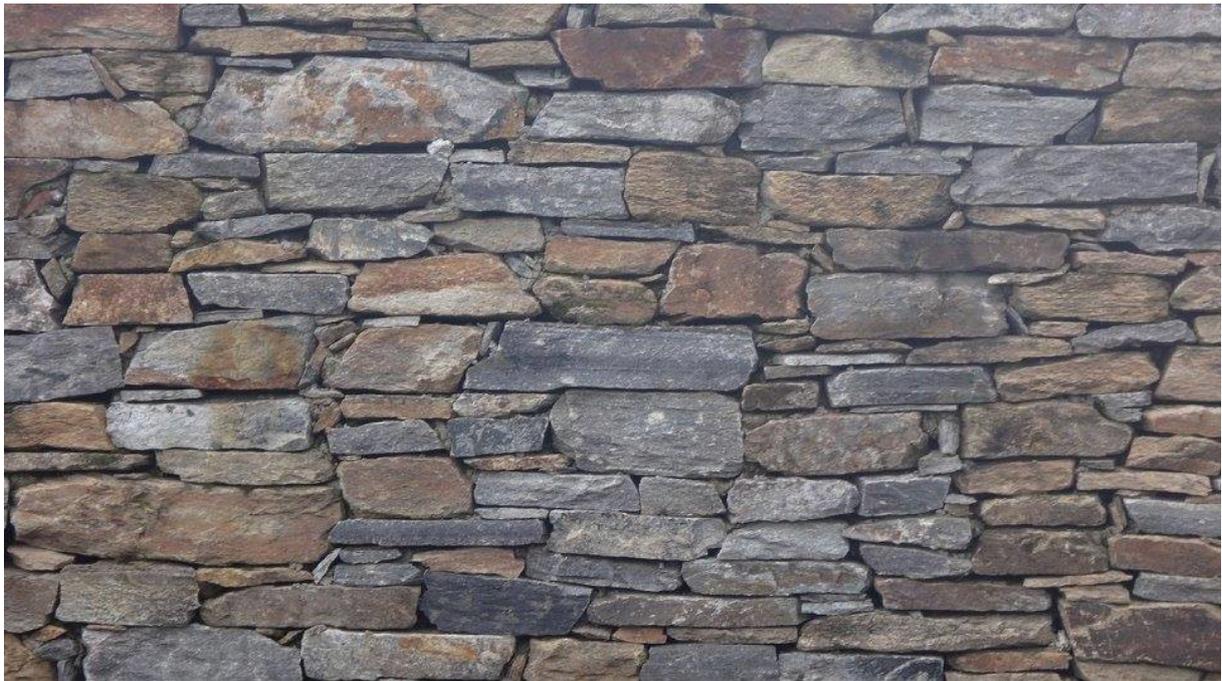


Imagem 3  
Santiago de Compostela, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2014

A definição bergsoniana do afeto retinha exatamente essas duas características: uma tendência motora sobre um nervo sensível. Em outras palavras, uma série de micromovimentos sobre uma placa nervosa imobilizada. A partir do momento em que uma parte do corpo teve de sacrificar o essencial da sua motricidade para tornar-se o suporte de órgãos de recepção, estes terão apenas principalmente tendências ao movimento, ou micromovimentos capazes, para um mesmo órgão ou de um órgão a outro, de entrar em séries intensivas. O móvel perdeu seu movimento de extensão, e o movimento tornou-se movimento de expressão (p.104).



Imagem 4  
Oporto, Portugal. Autor, Edu Rocha, 2017

É este conjunto de uma unidade refletora imóvel e de movimentos intensos expressivos que constitui o afeto. Mas não é a mesma coisa que um Rosto em pessoa? O rosto é esta placa nervosa porta-órgãos que sacrificou o essencial de sua mobilidade global, e que recolhe ou exprime ao ar livre todo tipo de pequenos movimentos locais, que o resto do corpo mantém comumente soterrados. E cada vez que descobrimos em algo esses dois pólos — superfície refletora e micromovimentos intensivos — podemos afirmar: esta coisa foi tratada como um rosto, ela foi “encarada”, ou melhor, “rostificada”, e por sua vez nos encara, nos olha... mesmo se ela não se parece com um rosto. Como o primeiro plano do relógio. Quanto ao rosto propriamente, não se afirmará que o primeiro plano o trate, faça-o sofrer um tratamento qualquer — não há primeiro plano de rosto, o rosto é em si mesmo primeiro plano, o primeiro plano é por si mesmo rosto, e ambos são o afeto, a imagem-afecção (p.104).



Imagem 5  
Berlim, Alemanha. Autor, Edu Rocha, 2014

Em pintura, as técnicas do retrato habituaram-nos a esses dois pólos do rosto. Ora o pintor apreende o rosto como um contorno, numa linha envolvente que traça o nariz, a boca, a borda das pálpebras e até a barba e a touca — é uma superfície de rostificação. Ora, ao contrário, ele opera por traços dispersos tomados na massa, linhas fragmentárias e quebradas que indicam aqui o estremecimento dos lábios, ali o brilho de um olhar, e que comportam uma matéria mais ou menos rebelde ao contorno — são traços de rosticidade.<sup>1</sup> E não é por acaso que o afeto aparece sob esses dois aspectos nas grandes concepções das Paixões que atravessam tanto a filosofia quanto a pintura — o que Descartes e Le Brun chamam de admiração,

e que indica um mínimo de movimento para um máximo de unidade refletora e refletida sobre o rosto; e o que chamamos desejo, inseparável de pequenas solicitações ou impulsões que compõem uma série intensiva expressa pelo rosto. Pouco importa que uns considerem a admiração como a origem das paixões, precisamente porque ela é o grau zero do movimento, enquanto outros põem em primeiro lugar o desejo, ou a inquietude, porque a própria imobilidade supõe a neutralização recíproca de micromovimentos correspondentes. Em vez de uma origem exclusiva, trata-se de dois pólos, ora prevalecendo um sobre o outro e surgindo quase puro, ora misturando-se os dois num sentido ou no outro (p.104).



Imagem 6  
Bilbao, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2017

De acordo com as circunstâncias, pode-se fazer dois tipos de perguntas a um rosto: em que você pensa? Ou então: o que há com você, o que você tem, o que você sente ou ressentido? Ora o rosto pensa em algo, se fixa em um objeto, e este é o sentido da admiração ou do espanto, que o wonder inglês conservou. Na medida que pensa em algo, o rosto vale sobretudo por seu contorno envolvente, sua unidade refletora que eleva a si todas as partes. Ora, ao contrário, ele prova ou ressentido algo, e então vale pela série intensiva que suas partes atravessam sucessivamente até um paroxismo, cada parte assumindo uma espécie de independência momentânea. Já podemos reconhecer aí dois tipos de primeiros planos, dos quais um seria assinado sobretudo por Griffith, e o outro, por Eisenstein. São célebres os primeiros planos de Griffith onde tudo é organizado para o contorno puro e doce de um rosto feminino (principalmente o procedimento da íris): uma jovem pensa em seu marido, em Enoch Arden. Porém, em A Linha Geral, de Eisenstein, o belo rosto do papa se desfaz em proveito de um olhar velhaco que se encadeia com o ocpício estreito e o lóbulo gordo da orelha — como se os traços de rosticidade escapassem ao contorno e testemunhassem o ressentimento do padre (104-105).



Imagem 7  
Barcelona, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2014

## O Plano Geral



Imagem 8  
Nova Iorque, EUA. Autor, Edu Rocha, 2013



Imagem 9  
Chicago, EUA. Autor, Edu Rocha, 2014



Imagem 10  
Santiago de Compostela, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2014



Imagem 11  
Oporto, Portugal. Autor, Edu Rocha, 2017



Imagem 12  
Berlim, Alemanha. Autor, Edu Rocha, 2014



Imagem 13  
Bilbao, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2017

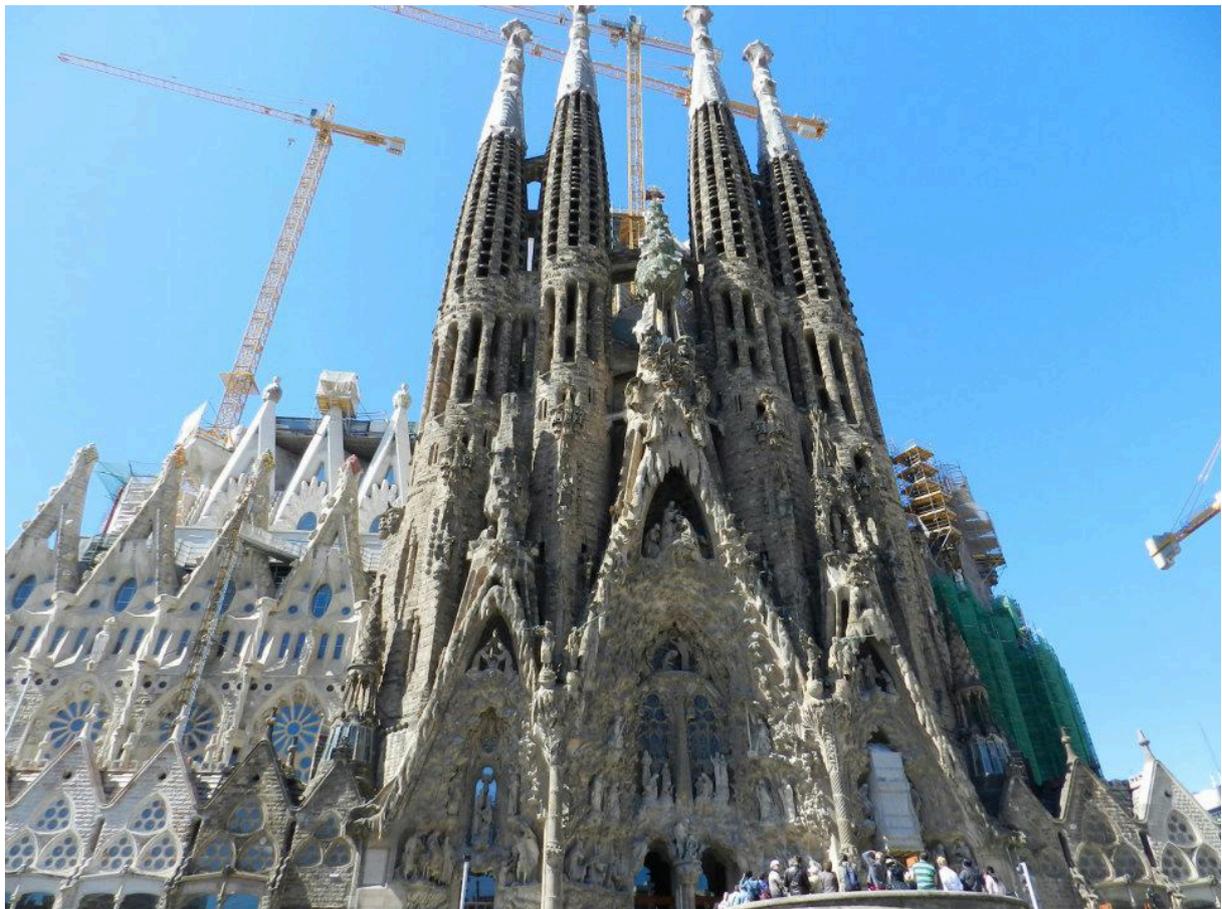


Imagem 14  
Barcelona, Espanha. Autor, Edu Rocha, 2014

## Inventar imagens

Se um objeto arquitetônico é a tradução de uma funcionalidade, se é unicamente o resultado de uma situação econômica, não pode ter sentido. Uma arquitetura-imagem em primeiro plano é, portanto um território de desestabilização, de contradição, de desvio, lugares onde se colocam frente a frente à realidade pretendida e a ilusão radical que nos cerca.

É nesse lugar que se criam espécies de vertigens, de onde podem surgir todos os tipos de conceitos, de propostas, de projetos e de tudo mais que se queira fazer ou desfazer.

Para Jean Baudrillard (2001) é nesse espaço que se reúnem à escritura, a ficção, a arquitetura, e evidentemente muitas outras coisas. É preciso criar acontecimentos nesses lugares de não acontecimentos. É preciso criar mais que isso, é preciso criar conflitos. O acontecimento é aquilo que escapa a razão, a ciência, aquilo aconteceu e pronto, o acontecimento é devir. Devir por sua vez é nunca imitar e nem se conformar com um modelo. Para Deleuze (2000) nunca se deve perguntar qual é o sentido de um acontecimento, mas sim pensarmos que o acontecimento é o próprio sentido.

Como em *A última tempestade* (1991), filme de Peter Greenaway, onde abandonamos a imagem linear, o óbvio e os clichês, por um entrecruzamento entre as imagens, ampliando e possibilitando a exercitação das ideias. O filme é uma adaptação da obra de William Shakespeare, utilizando alta tecnologia japonesa (o filme foi rodado todo no Japão). A história é narrada pela voz de Próspero, o sábio duque que foi banido de Milão e que planeja executar sua vingança. É exilado numa ilha distante, levado pela tempestade, com sua filha e seus livros. Próspero abandona muitas coisas.

O filme tem como fio condutor a vingança de Próspero e a sua maravilhosa biblioteca (como já indica o título em inglês: *Prosper's books*), local onde ele domina os elementos da natureza, os espíritos e os homens.

Miranda – Porque não nos tiram logo a vida?

Próspero – Bela pergunta, jovem, suscitada por minha narrativa. Não ousaram, querida — tanto o povo me estimava — pôr um selo tão rubro nesse assunto; mas emprestaram cores mais risonhas a seus nefandos fins. Em suma, à pressa, pusseram-nos num barco e a algumas léguas da costa nos levaram, onde tinham uma carcaça apodrecida de navio, sem mastros, sem cordoalha, sem vela, nada em fim. Os próprios ratos, o haviam por instinto o abandonado. Guindaram-nos para aí, porque chorássemos às ondas mugidoras e suspiros enviássemos aos ventos, que, piedosos, devolvendo os suspiros, nos faziam sofrer por amizade (SHAKESPEARE, 1623, pp. 18-19).

Greenaway abre janelas dentro dos quadros, para evocar nelas novas imagens – a tela se transforma num espaço híbrido, de múltiplas imagens, múltiplas vozes e múltiplos textos. Os personagens aparecem e desaparecem, o já visto num bloco, retorna novamente em outro bloco, inserindo outros arranjos, dialogando com novos protagonistas, sugerindo ilimitadas combinações.

Uma combinação de elementos imagéticos contemporâneos, que se relacionam no eixo vertical da simultaneidade e não apenas, como acontece no cinema tradicional, no eixo da sucessão linear de planos – primeiros e gerais. São infinitas imagens jogadas para dentro do quadro da tela – fragmentos de imagens – e arranjos inesperados, para que nos espectadores em seguida, rearranjemos tudo. Inventamos imagens.

## Referências

BAUDRILLARD, Jean, & NOVEL, Jean. Los objetos singulares: arquitectura y filosofía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

DELEUZE, Gilles. A Imagem-movimento: cinema 1. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MACIEL JUNIOR, Auterives; ASSIS, Sergio Franklin. Imagem-pensamento: Deleuze e a função pedagógica do cinema. In: Revista Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista v. 12, n. 1 p. 45-60 junho de 2014.

GREENAWAY, P. (Diretor). (1991). A última tempestade [Filme Cinematográfico]. Japão/Itália/França/Inglaterra.

RAZÃO INADEQUADA. Filósofos Essenciais. Gilles Deleuze. <<https://razaoinadequada.com/filosofos-essenciais/deleuze/>>. Acesso em: outubro de 2017.

SHAKESPEARE, W. (1623). A tempestade. Acesso em 2008, disponível em Ebooks: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/tempestade.html>

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.